

# HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

**N. 58**

**Janeiro/Junho/2018**

Revista do Instituto de História, vinculada  
aos Cursos de Graduação em História  
e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade  
Federal de Uberlândia

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

ISSN 0103-409X impresso  
ISSN 2176-4352 online

Hist. & Pers.	Uberlândia-MG	Nº. 58	p. 1-286	jan./jun. /2018
---------------	---------------	--------	----------	-----------------

## REVISTA HISTÓRIA & PERSPECTIVAS

Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho

**Diretor do Instituto de História:** Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História:** Prof. Dr. Newton Dângelo

**Coordenador dos Cursos de Graduação em História:** Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

**Diretor da Edufu:** Prof. Dr. Guilherme Fromm

**Editora Responsável:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

<b>Conselho Editorial</b>	
<b>Conselho Executivo:</b>	
Regina Ilka Vieira Vasconcelos – Editora	Instituto de História – UFU
Marily Peres Junqueira	Instituto de Ciências Sociais – UFU
Marta Emisia Jacinto Barbosa	Instituto de História – UFU
Sérgio Luiz Miranda	Instituto de Geografia – UFU
<b>Colaboradores Externos:</b>	
Carlos Alberto de Oliveira	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/Ilhéus-BA
Leandra Domingues Silvério	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
Jiani Fernando Langaro	Universidade Federal de Goiás – UFG

<b>Conselho Consultivo</b>	
Alessandro Portelli	Sapienza – Università de Roma
Estevão Chaves de Rezende Martins	Universidade de Brasília – UnB
Francisco Sacristán Romero	Universidad Complutense de Madrid
Geoff Eley	University of Michigan – USA
Heloisa de Faria Cruz	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
Josep Fontana Lázaro	Universitat Pompeu Fabra (UPF) – Barcelona
Maria Giuseppina Eboli	Sapienza – Università de Roma
Maria Hilda Baqueiro Paraíso	Universidade Federal da Bahia – UFBA
Michael Lowy	École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) – Paris
Peter Linebaugh	University of Toledo – Ohio/USA
Raquel Glezer	Universidade de São Paulo – USP
Raquel Varela	Universidade Nova Lisboa – Portugal
Regina Helena Alves da Silva	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

**Capa e diagramação:** Diego Marcos Silva Leão

**Imagem:**

JGMOXNESS. Test for E8 Petrie fix. Disponível em:

<[https://en.wikipedia.org/wiki/File:Test\\_for\\_E8\\_Petrie\\_fix.svg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Test_for_E8_Petrie_fix.svg)>.

Acesso em: 27 dez. 2018.

**Periodicidade:** Semestral

**Disponível na versão eletrônica:**

<<http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/>>

HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, N. 58 – jan./jun. 2018

Uberlândia/MG – Universidade Federal de Uberlândia.

Revista do Instituto de História, vinculada aos Cursos de Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho – NUPEHCIT.

Data do 1º volume: jul.-dez./1988.

Semestral

ISSN 0103-409X impresso e ISSN 2176-4352 online

1.História. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História

CDU930

---

**UFU – Universidade Federal de Uberlândia**  
**EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia**  
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bloco A – Sala 1  
Cep 38408 – 100 – Uberlândia – Minas Gerais  
Tel: (34) 3239-4293 – [www.edufu.ufu.br](http://www.edufu.ufu.br) – [livraria@ufu.br](mailto:livraria@ufu.br)

---

Associada a Latindex e Portal de Periódicos CAPES.

# HISTÓRIA & PERSPECTIVAS Nº 58

## SUMÁRIO

Apresentação.....05

### **Dossiê: História, Métodos e Narrativas**

Método histórico e didática da História nos Estados Unidos da América: a experiência de Fred Fling e de Henry Johnson (1880-1915) .....09  
*Itamar Freitas*

História e música: considerações sobre suas possibilidades de interação.....25  
*José D'Assunção Barros*

A representação imagética da justiça na imprensa anarquista brasileira.....41  
*Alberto Gawryszewski*

Memórias, imigrantes e imprensa: diferentes narrativas em Caxias do Sul no tempo presente  
*Gláucia de Oliveira Assis*.....67  
*Assis Felipe Menin*

Narrativas históricas: subjetividades docentes face à precarização do trabalho.....89  
*Mariana Esteves de Oliveira*

História e memória do movimento docente na Universidade Federal de Sergipe (1979-1990):  
de Associação Docente à Seção Sindical do ANDES-SN.....103  
*Antônio Fernando de Araújo Sá*

Alfredo Maria Adriano D'Escragnolle Taunay e seus múltiplos olhares sobre Mato Grosso:  
entre a civilização e o sertão.....119  
*Ana Paula Squinello*  
*Jérri Roberto Marin*

### **Artigos**

A produção de espaços, memórias e histórias sobre a cidade de Araguari-MG.....137  
*Maria Gisele Peres*

Por um lugar na galeria das raças: o imigrante árabe em São José do Rio Preto (SP) no início do século XX.....	155
<i>Henry Marcelo Martins da Silva</i>	
O primeiro condenado à morte na República: Theodomiro Romeiro dos Santos e a Justiça Militar.....	175
<i>Felipe Cittolin Abal</i>	
<i>Ana Luiza Setti Reckziegel</i>	
Tipicamente nacional? A feijoada no Rio de Janeiro oitocentista.....	189
<i>Cleber Eduardo Karls</i>	
<i>Thaina Schwan Karls</i>	
<i>Victor Andrade de Melo</i>	
Norte-americanos em São Paulo: a criação do Hospital das Clínicas na “Política da boa vizinhança”, 1938-1944.....	207
<i>André Mota</i>	
<i>Gustavo Querodia Tarelow</i>	
Notas sobre a história do trabalho no Brasil: a consagração em fatos, valores e músicas.....	223
<i>Osicleide de Lima Bezerra</i>	
<i>Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes</i>	
A coqueluche, a articulação inter-regional e as crianças no Sudeste rural brasileiro (1840-1870) .....	237
<i>Carlos Alberto Medeiros Lima</i>	
Reconfiguração de trabalhadores no serviço público: a hegemonia dos professores na direção do SISERP.....	253
<i>Raquel de Souza Felício</i>	
<i>João Henrique Zanelatto</i>	
Projetos de hispano-americanismo entre intelectuais espanhóis e portugueses: Gavinet, Unamumo e o integralismo lusitano.....	271
<i>Felipe Cazetta</i>	

## APRESENTAÇÃO

Para este Número 58, da Revista *História & Perspectivas*, temos a composição do Dossiê *História, Métodos e Narrativas* e uma seção de artigos com diferentes temáticas.

Ao definir a temática para a este dossiê, a Revista teve como objetivo reunir artigos que apontam reflexões em torno da valorização da História, do método na pesquisa e no ensino, e das narrativas que articulam campos de investigação e análises importantes para a Historiografia.

Ao fazer uso de diferentes materiais, fontes de pesquisa, narrativas sociais, os pesquisadores nos oferecerem um horizonte de metodologias e interpretações, com distintos olhares para a História em articulação com linguagens e temas diversos – imprensa, charge, música, relato memorialístico, narrativas orais; cidades, migrações, trabalho, formação profissional e outros. Trata-se de trabalho cuidadoso dos estudiosos que fazem despontar uma riqueza de memórias e narrativas sobre diferentes tempos e espaços.

O primeiro artigo, de Itamar Freitas, explora princípios e práticas de uso da História destinados às crianças e aos adolescentes, descreve como epistemologias históricas se disseminaram na formação superior de historiadores e migraram para a formação continuada de professores por meio de manuais de método de ensino nos Estados Unidos da América.

O segundo, de José D'Assunção Barros, tece considerações teóricas e metodológicas em torno de possibilidades de interação entre Música e História: “a Música como recurso para a História; a música como objeto de estudos para a História; música como meio de representação para a História ou para a historiografia; o potencial da relação interdisciplinar a partir da Música para a História, levando em conta possibilidades de usos historiográficos de conceitos musicais como ‘polifonia’ ou ‘acorde’”.

O terceiro, de Alberto Gawryszewski, adota o conceito de charge ideológica para estudar como a imprensa anarquista brasileira, no período entre 1890 e 1930, desenhou a “justiça burguesa” em charges e caricaturas.

Gláucia de Oliveira Assis e Assis Felipe Menin analisam diferentes narrativas para discutir a relação entre memórias, imigrantes e imprensa, no contexto da saída dos haitianos e senegaleses de seus países e seu acolhimento em Caxias do Sul (RS), caracterizada como uma cidade de imigração italiana e que começa a receber imigrantes haitianos desde 2011 e senegaleses a partir de 2012.

Mariana Esteves de Oliveira percorre narrativas docentes como indicativos para a pesquisa acerca da precarização do trabalho e da própria história docente. Ao abordar memórias e percepções docentes, levanta pistas para a compreensão sobre as formas como a precarização atua sobre os sujeitos e discute como a dimensão subjetiva dialoga com a constituição histórica da categoria docente e de suas identidades.

Com o objetivo de preservação da memória sindical, no atual contexto de desregulamentação das relações de trabalho e da mercantilização da educação, no Brasil, Antônio Fernando de Araújo Sá ressalta a importância da “polifonia da memória” para: o trabalho de reconstrução da trajetória do movimento docente na Universidade Federal de Sergipe em articulação com a “complexidade das experiências dos trabalhadores nas últimas décadas de reconstrução democrática no Brasil”; e para a “inclusão do tema da cidadania dos distintos sujeitos sociais no sentido do direito da narração”.

Ana Paula Squinello e Jérri Roberto Marin discorrem sobre os processos de elaboração das representações produzidas acerca de Mato Grosso e suas populações por Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay) em sua experiência de viajante, narrador e expedicionário.

Na segunda seção deste número, consta um conjunto de nove artigos.

Maria Gisele Peres percorre narrativas de viajantes, livros de memorialistas e códigos de postura de Araguari (MG) em busca de evidências acerca da construção de marcos de

memória que ganharam espaço no circuito de difusão de uma história sobre a cidade, para discutir a organização dos espaços, a construção de sentidos sobre seu passado e o processo de produção social de lembranças e esquecimentos.

Henry Marcelo Martins da Silva analisa a trajetória da colônia árabe de São José do Rio Preto (SP) no início do século XX. A partir de fontes impressas, como jornais e almanaques locais, descortina momentos de perseguição e conflitos e examina as estratégias do grupo para articular-se às transformações urbanas e empreender um característico e bem sucedido projeto de inserção social.

Felipe Cittolin Abal e Ana Luiza Setti Reckziegel estudam um processo transcorrido durante a ditadura militar brasileira, contra Theodomiro Romeiro dos Santos – sua prisão sua tortura e sua condenação à morte –, para discutir as relações entre a Justiça Militar e a repressão aos opositores da ditadura no Brasil.

Cleber Eduardo Karls, Thaina Schwan Karls e Victor Andrade de Melo debruçam-se sobre revistas e jornais publicados no Rio de Janeiro, no século XIX, para identificar a presença da feijoada no cotidiano da cidade e discutir “as peculiaridades de conformação de uma ideia de cultura nacional em um momento em que o Brasil começava a se forjar como nação”.

André Mota e Gustavo Querodia Tarelow levantam e apresentam documentação inédita para analisar as relações entre a “política da boa vizinhança”, promovida pelos Estados Unidos, e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, entre 1938 e 1944, no contexto de criação do Hospital das Clínicas. A partir dos artigos publicados na *Revista Médico-Social*, criada no ano de 1942, os autores apontam evidências da influência do modelo médico-assistencial e tecnológico americanos sobre a medicina paulista.

Osicleide de Lima Bezerra e Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes discorrem sobre o processo de elaboração dos valores e das representações sobre o trabalho, levando em consideração noções de utilidade e produtividade e o processo de formação do mercado de trabalho na região Nordeste, para refletir acerca da consagração do trabalho durante o Estado Novo e dos modos como “os ideais do trabalho são erigidos em oposição à ociosidade e à malandragem através da música e da propaganda oficial do governo de Getúlio Vargas”.

Carlos Alberto Medeiros Lima reúne informações sobre a incidência da coqueluche entre crianças do Sudeste rural brasileiro, no período compreendido entre 1840 e 1870. Parte de três razões para se discutir a doença no Brasil: uma ligada à historiografia das doenças; outra, pelos modelos de choque microbiano; e a terceira, ligada às percepções de historiadores em torno da incidência da tuberculose, especialmente nas populações escravas. E discute a difusão da coqueluche, levando em consideração os processos de transmissão ligados aos contatos entre regiões brasileiras no contexto de mudanças do século XIX.

Raquel de Souza Felício e João Henrique Zanelatto desenvolvem reflexão acerca do processo de construção de hegemonia dos professores na direção do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma e Região, ao longo dos anos 1990. Abordam a luta sindical, as demandas de reivindicações, o perfil da própria categoria de servidores públicos na região, para discutir os fatores que contribuíram para a reconfiguração da categoria, que deixou de ser formada por uma maioria braçal masculina para ser uma maioria de profissionais da área da educação e do gênero feminino.

Felipe Cazetta estuda obras e periódicos que publicaram projetos defendidos por autores espanhóis e portugueses entre os finais do século XIX e início do XX, como Ganivet, Unamuno e António Sardinha, para analisar a circulação de projetos de hispano-americanismo.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura e agradecemos às pesquisadoras e aos pesquisadores que colaboraram com a Revista *História & Perspectivas*.

O Conselho Editorial.

**Dossiê:  
História, Métodos e Narrativas**





<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-1>

## MÉTODO HISTÓRICO E DIDÁTICA DA HISTÓRIA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA A experiência de Fred Fling e de Henry Johnson (1880-1915)

*Itamar Freitas\**

**RESUMO:** Neste artigo, exploramos os princípios e práticas de uso da História destinados às crianças e aos adolescentes, visando descrever os caminhos pelos quais determinadas epistemologias históricas foram disseminadas em ambientes de formação superior de historiadores, migrando para a formação continuada de professores da educação básica, mediante manuais de método de ensino nos Estados Unidos da América (EUA). Empregando a análise, predominantemente, internalista das obras escritas por F. Fling (1899) e H. Johnson (1915), concluímos que as transposições do(s) método(s) histórico(s) disseminado(s) pelo germânico E. Bernheim e pelos franceses Ch.-V. Langlois e C. Seignobos foram determinadas por idiosincrasias pessoais e por demandas locais devido a mudanças no ensino de História nos EUA – da preleção fundada no livro didático e na fala do professor ao trabalho dos alunos com fontes primárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Método histórico. Ensino de História. EUA

**ABSTRACT:** In this paper, we explore the principles and practices of historical use destined to children and teenagers, aiming to describe the way certain historical epistemologies were widespread from environments of higher education of history to environments of continued training for teachers of basic education, through handbooks of teaching methods in the US. Applying mainly internalists analyses on the works written by F. Fling (1899) and H. Johnson (1915), we conclude that the transposition of the historical methods widespread by the german E. Bernheim and by the French Ch.-V. Langlois and C. Seignobos was settled by personal idiosyncrasies and local demands for changes in the history teaching in the United States of America – from the lecture founded in the textbook and the teachers speech to the students work with primary sources.

**KEYWORDS:** Historical Method. History teaching. United States.

Neste artigo, exploramos a experiência de dois historiadores estadunidenses (F. Fling e H. Johnson), que atuaram na passagem do século XIX para o século XX, com a produção de manuais de propedêutica da História. Nosso objetivo é examinar as tentativas de transferências de princípios e práticas anunciadas como profissionais entre os historiadores europeus para a formação dos professores de História dos Estados Unidos da América em substituição às teorias e práticas ditas “escolásticas”, centradas na preleção do professor, leitura e recitação por parte dos alunos.

Entendido, predominantemente, como “o método das fontes”, os especialistas em História do ensino de História nos EUA compreenderam a recepção dessa estratégia para os níveis elementar e médio como ação debitada às visitas e aos estágios de alunos de pós-graduação às universidades alemãs ou a propostas de inovação ideológica, expressas na escolha de novos atores e questões relacionadas à experiência do social e/ou do econômico.<sup>1</sup>

---

\* Professor adjunto da Universidade de Brasília, lotado no Departamento de História e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. É doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutor em História pelo PPGH/UnB.

<sup>1</sup> Para a renovação do ensino superior via técnicas de seminários, registramos as experiências dos egressos de Göttingen, Berlin e Heidelberg: Herbert Baxter Adams, e Göttingen e Leipzig: Frank Hugh Foster (1851-1935).

A hipótese inicial, norteadora da nossa empreitada de pesquisa<sup>2</sup>, da qual seguem neste texto alguns resultados, é a de que o fenômeno da transnacionalização do método crítico<sup>3</sup> e a emergente profissionalidade do historiador (ASSIS, 2009; TORSTENDAHL, 2015) seriam acompanhados de um interesse dos historiadores pelo mercado do ensino de História. A conquista desse novo domínio estaria ancorada na tese de que o método histórico – método crítico ou método da crítica histórica – garantiria a racionalidade da didática da História, isto é, forneceria elementos científicos para a instituição do valor, da natureza do conhecimento, das ideias de aprendizagem, ensino e avaliação atribuídos à disciplina escolar História.

Essa transposição – da formação historiadora universitária à formação de crianças e adolescentes na educação básica – ocorrera em vários lugares do mundo e no mesmo período: 1880-1940.<sup>4</sup>

Ocorre que o método histórico ganhou diferentes matizes em cada um desses lugares onde uma universidade ou uma associação histórica o requereu como traço distintivo da profissionalidade. Da mesma forma, o responsável por tal transposição nem sempre foi aceito pelos membros dos departamentos de História e de associações nacionais de historiadores como um digno par, embora estivesse o abnegado profissional reforçando o clássico discurso empregado pelos historiadores de diversos países citados, por exemplo, para manter o espaço escolar sob a sua alçada: se a História é ciência, o ensino de História deve ser científico; e se o ensino de História deve ser ensinado de forma científica, o método histórico será o núcleo da sua didática.

Os poucos trabalhos que se ocuparam da transposição do “método histórico” para os ensinos primário e secundário desenvolveram a tese de que a mudança dos métodos de ensino de História – da recitação e disputa às ferramentas científicas (biblioteca, seminário, ensaios etc.) – resultou da profissionalização da História, ocorrida nos anos 1880, nos departamentos de História das universidades, sob a guarda de uma geração de “pioneiros” como Herbert Baxter Adams (1850-1901), Albert Bushnell Hart (1854-1943), Andrew Dickson White (1832-1918), Charles Kendall Adams (1835-1902) e John Franklin Jameson (1859-1937) (HAINES, 1977, p.893, 895).<sup>5</sup> Essa renovação citada por Deborah Haines, contudo, limita-se ao ensino superior e nos induz a acreditar numa motivação endógena, apesar de referir-se à Alemanha como centro inspirador.

---

Entre os que relacionaram os métodos científicos e questões sociais como temas definidores de um novo currículo de História na escolarização básica, destacamos Charles A. Beard (1874-1948), egresso de Oxford e Columbia (ADAMS, 1894, p. 5-137; BARNES, 1919; FOSTER, 1888, p. 102-110; BEARD, 1933).

<sup>2</sup> Este texto comunica resultados do projeto de pesquisa “Método crítico e didática da História: as experiências de Rafael Altamira, Charles Seignobos e Henry Johnson (1882-1940)”, com financiamento parcial do CNPq- Edital Ciências Humanas e Sociais, 2015-2016, que envolve o trabalho das bolsistas de iniciação científica: Amanda Couto e Silva, Mariah Capistrano e Alice Yasmin, alunas do curso de licenciatura em História da Universidade de Brasília.

<sup>3</sup> Renomados manuais produzidos nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do século XX não reduzem a expressão “método histórico” a “método de fontes”. Embora as fontes ganhem grande espaço no trabalho do historiador – busca, organização, leitura, interpretação, avaliação, combinação de informações e composição de um texto a partir das mesmas – o método histórico pode ser entendido como um conjunto de operações que medeiam o conhecimento científico do passado, resultando em diferentes combinações: análise e síntese (MONOD, 1909), heurística, crítica e interpretação (DROYSEN, 1892), heurística, análise e síntese (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898), heurística, crítica, interpretação e representação (BERNHEIM, 1888).

<sup>4</sup> Ernesto Quesada (1858-1934), na Argentina; Jonathas Serrano (1885-1944), no Brasil; Rafael Altamira (1866-1951), na Espanha; Charles Seignobos (1854-1942), na França; Albert Pollard (1869-1948), na Inglaterra; e Antonio Labriola (1843-1904), na Itália, são alguns exemplos de consagrados historiadores em seu tempo que se dedicaram à metodização do ensino de História sob as dominantes bases epistemológicas da ciência de referência em seus respectivos países. Inspiradas em vivências *in loco* e também nas leituras de manuais de introdução à História produzidos, predominantemente, nos estados alemães, na França, na Espanha e na Bélgica.

<sup>5</sup> “A preocupação dos historiadores científicos dessa primeira geração com a educação pública era profunda e consistente, expressa em tratados sobre a teoria e prática do ensino, em bibliografias, materiais didáticos e compilações de material de pesquisa para o uso escolar, e em apelos para a extensão e melhoria do sistema escolar americano.” (HAINES, 1977, p. 906, tradução livre).

Outro especialista no assunto, em trabalho recente, explora essa vitalidade do ensino de História entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial, centrando a atenção nos usos escolares de fontes primárias. Da mesma maneira que a autora citada a cima, Thomas Cherry também atribui aos “pioneiros” a renovação no ensino de História das duas últimas décadas no século XIX e o faz retroagindo aos seminários de Friedrich August Wolf (1759-1824) e de Leopold von Ranke (1795-1886). Contudo, informa que nem todos os egressos das universidades alemãs defenderam o método histórico – no sentido de emprego das fontes primárias – com os mesmos ímpeto e significado.

Nos comitês que discutiram o ensino de História na penúltima década do século, as posições sobre os usos das fontes primárias nos níveis inferiores ao estudo universitário variaram do entusiasmo de Mary Sheldon Barnes (1850-1898) (Stanford), Fred Morrow Fling (1860-1934) (Nebraska) e Henry Johnson (1867-1853) (Columbia College) ao ceticismo de Edwin Robert Anderson Seligman (1861-1939) (Columbia College) e Herbert Baxter Adams, passando pelo uso das fontes como ilustração nos livros didáticos como foi o caso de James Harvey Robinson (1863-1933). Todavia, as iniciativas de implantação do método de fontes e do método de seminários como também o emprego de impressos sobre fontes não são apresentados em sua relação com teorias da educação e da História em circulação naquele país. A vulgata da cientifização, estimulada pelas marcas da vivência dos jovens estadunidenses na Alemanha, permanece em curso.

Nas sínteses da História da Historiografia, por fim, os discursos sobre o método são explorados em seu papel na constituição de uma profissionalidade historiadora.<sup>6</sup> As relações com o ensino de História, ou seja, as possibilidades de transposição e uso das estratégias de apresentação do problema histórico, a crítica documental, o ambiente de trabalho do historiador profissional e a ênfase no conjunto dessas operações expressos nas variações – *topical method*, *source method*, *laboratory method*, *seminar method* e *library method*, *investigation method*, *research method* e *historical method*, em grande parte, proveniente do ambiente escolar – são obscurecidos pela tarefa de estabelecer um ponto de origem para a profissionalidade historiadora nos EUA.

Em outros termos: historiadores da Historiografia que tratam do período de 1880 a 1930 focam no emprego dos procedimentos de pesquisa transpostos, desde a segunda década do século XIX, de universidades alemãs para os departamentos de História, escolas normais, faculdades de educação e para cursos de pós-graduação das universidades estadunidenses que conservavam uma cadeira ou um “curso de História.” (HOLT, 1940; SKOTHEIM, 1978; ESCHENBACHER, 1964; HIGAN, 1990; BREISACH, 1993; MOURA, 1995; IGGERS, 1997; BENDER, 2011; e TOWSEND, 2013).

Então, podemos afirmar que este artigo pretende contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a relação epistemológica-histórica e o ensino de História na escolarização básica, ampliando o rol de interesses da História da Historiografia e, principalmente, o conjunto de fontes e as hipóteses apresentadas por Heines e Cherry. Aqui, os protagonistas são dois professores universitários de departamentos de História e de Ciência Política que atuavam na formação de professores. As principais fontes são os manuais de metodologia do ensino de História destinados aos níveis elementar e secundário, produzidos no período 1895-1915. Esse é o lapso no qual entendemos ser flagrada a consolidação da mudança de orientação na construção da didática da História em diferentes espaços jurídico-políticos dos EUA.

## 1. Didática da História e impressos sobre o método

---

<sup>6</sup> Fundação da *American Historical Association* (AHA) e da sua revista, ampliação de postos de trabalho em Harvard, Yale, Columbia, Michigan, Cornell e Johns Hopkins e a difusão da norma intitulada “Método Crítico”, com os princípios de Leopold von Ranke (1795-1880) e, ao final do século XIX, com as regras de Johann Gustav Droysen (1808-1884), Ernst Bernheim (1880-1942), Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942).

A literatura que explora a História do ensino de História nos EUA, experimentada no período de 1880 a 1915, apresenta preocupações das mais diversas<sup>7</sup>: umas bem caras para a História acadêmica – o vigor do princípio da objetividade e a organização dos historiadores em associação – e outras bem mais próximas ao cotidiano dos professores de escolas primárias e secundárias – o sentido de compreensão histórica, a renovação dos conteúdos substantivos e os métodos de ensino.

Outros autores, ainda, estiveram muito mais interessados nas disputas de poder que constroem representações e, com elas, sistemas de controle social nos EUA. À diversidade de “horizontes de expectativas”, acrescentemos a variação do “lugar social” e/ou de campos científicos: departamentos de História e de Educação, radicados em universidades, *colleges* e escolas normais. Não obstante a variação de interesses e de filiações teórico-metodológicas, as relações entre teoria da História e didática da História são raramente exploradas. Excetuando-se F. Fling e H. Johnson, a maioria centra a atenção nos conteúdos prescritos e ensinados, relacionados, frequentemente, às finalidades ditas conservadoras ou inovadoras em termos político-ideológicos.

Contudo, quem se dispuser a analisar a literatura propedêutica destinada à formação inicial e continuada do professor de História – relatórios estatais de caráter nacional, manuais de metodologia do ensino de História – vai constatar que as relações entre teoria da História e didática da História são objetos de pesquisa já no final do século XIX e que a didática da História como campo de pesquisa sobre o ensino de História pode ter seu ponto de emergência no trabalho Herbert B. Adams<sup>8</sup>, o qual não apenas eleva o ensino de História ao status de objeto de pesquisa histórica como apresenta e incentiva o uso *seminar method* como mecanismo de cientificização dessa prática.

*Seminar method* ou simplesmente *seminar* – apesar de reconhecida experiência de formação religiosa e de preparo de professores da educação primária, flagrada antes mesmo

<sup>7</sup> Em ordem cronológica de publicação, seguem as principais teses sobre a História do ensino de História nos EUA, no período 1880-1915: a legislação do ensino sobre a disciplina escolar História foi alvo de diferentes tentativas de controle, sobretudo em termos de produção e circulação do livro didático, entre 1860 e 1917 (PIERCE, 1926); os *Social Studies* não atingiram seus fins – a correção de estudos, por exemplo – devido, principalmente, à ignorância manifesta por seus defensores sobre a História do ensino de História (JOHNSON, 1940). Nesse tempo, são ampliadas cadeiras no ensino superior. O utilitarismo ganha primazia sobre a religiosidade. Fragmenta-se o campo histórico a partir de 1900. Emerge a História social dos EUA, a partir dos anos 1920, tornando-se dominante, juntamente com as Histórias Econômica e Política, a partir da I Guerra Mundial e da Grande Depressão (PRUIT, 1978). É um tempo de intrigas entre os adeptos da “*Traditional History*” e os formuladores dos *Social Studies* em Hampton, Philadelphia e Indianapolis (SAXE, 1991). A compreensão histórica é fundada nas interpretações do associacionismo, comportamentalismo, comportamentalismo restrito a testes de memória sobre o passado, sobre raciocínio histórico, testes de avaliação escrita e aprendizagem histórica e testes sobre graus de subjetividade e desenvolvimentismo (WINEBURG, 2001). Os historiadores objetivistas perderam espaço nos currículos (1916), no mercado editorial de livros didáticos (1920-1950), rompem (1934) e se reconciliam com os educadores entre 1937 e 1939 (NOVICK, 1998). É o tempo dos “revisonistas” da *New History* e das iniciativas reformistas (sociais), com relevante papel dos comitês que exploram a experiência dos pobres, veteranos de guerra, razões e personagens da independência e da política externa dos EUA (NASCH; CRABTREE; DUNN, 1999). A natureza da criança foi o alvo principal das controvérsias que envolveram o ensino dos *Social Studies* (EVANS, 2004). O ensino de História não perdeu espaço em currículos locais (FALLACE, 2009) e ganhou centralidade nos *Social Studies* após a Primeira Guerra Mundial (FALLACE, 2008). A ideia de que a História reinou isolada – sem a Geografia ou o civismo – antes da instituição dos *Social Studies* e de que os historiadores rivalizaram com educadores e cientistas sociais, na passagem do século XIX para o XX, deve ser matizada (THORNTON; BARTON, 2010). As pressões de corporações de sociólogos, geógrafos e também economistas e politólogos contribuíram para a adoção dos *Social Studies* na escola secundária (SMIT; PALMER; CORREIA, sd.).

<sup>8</sup> Esta iniciativa está registrada em *The study of history in American colleges and universities*, relatório sobre fins, livros didáticos, métodos e conteúdos substantivos para o ensino de História em mais de quatro dezenas de *colleges*, escolas normais e faculdades. Thorpe (1887) escreve sobre o lugar da História dos EUA nas universidades e *colleges* enquanto Adams narra a experiência de professores com o ensino de História nas universidades de Harvard, Yale, Columbia, Michigan, Cornell, Johns Hopkins e em vários *colleges* (ADAMS, 1887).

do século XIX – seria requisitado como instituição eminentemente estadunidense, com raízes nas universidades germânicas, sobretudo da segunda metade do século XIX.

Não obstante as flagradas iniciativas de renovação, fundamentadas em habilidades meta-históricas, “método de ensino” é definido muito mais a partir das “coisas” a serem usadas pelo professor (os artefatos) e menos pelas habilidades e valores desenvolvíveis entre alunos e/ou professores (o domínio da fala e da escrita, caridade e patriotismo, por exemplo).

Tanto na pesquisa de Adams, como nos quadros estatísticos apresentados por Francis N. Thorpe – ambos requisitados pelo governo da União para diagnosticar os problemas e inventariar princípios e práticas em voga no ensino de História nos EUA – percebemos que a introdução de algo chamado *seminar method* se tratava de uma ação rara na década de 70 do século XIX, e embrionária em meados do decênio seguinte. No âmbito das grandes universidades e dos renomados *colleges*, a crítica de fontes primárias e leitura dos trabalhos dos especialistas sobre um tema em investigação dividia um generoso espaço com as práticas já consagradas nas escolas elementar e secundária – leitura, memorização e recitação do livro didático, entre outros – rotuladas por alguns como “escolásticas”.

As tentativas de tornar simétricas as práticas do *scholar*, do aluno dos *colleges* e dos professores do ensino elementar e secundário encontraram eco em muitas universidades e foram traduzidas na elaboração de manuais. Contudo, o espírito científico de base nomotética e/ou filosófico-especulativa – entusiasta do progresso intelectual e econômico – não foi apenas objeto de egressos de cursos de História na Alemanha, tampouco centrou-se em pressupostos teóricos ditos “da História”.

Os que passaram pela Alemanha, na segunda metade do século XIX, estudaram as Histórias Antiga e Medieval, mas também cursaram Política, Teologia e Psicologia. De volta ao país, ou mesmo sem nunca dele terem saído, autores de manuais atuaram em escolas normais, *colleges*, departamentos de Ciência Política, Economia, História e Educação. Esse perfil de formação e de interesses díspares se refletiu nas diferentes justificativas e também nas mais criativas propostas de substituição dos métodos “escolásticos” para os métodos científicos de ensino na escola básica, desbotando um pouco a ideia de renovação metodológica sob a tutela dos chamados “pioneiros”, citados no tópico anterior.

Livros autodeclarados como “métodos de ensino de História”, livros de fontes históricas, “arte de ensinar História”, “metodologia” e de organização e progressão de conteúdos substantivos reforçam a dispersão institucional e de áreas do saber. Muitos deles são reivindicados como originários de renomados inventários de fontes sobre a História nacional – alemã ou francesa –, fruto de práticas antiquárias vivenciadas em nichos de especialistas. São também reconhecidos divulgadores dos princípios e virtudes veiculados na literatura propedêutica de Georg Gottfried Gervinus (1805-1871), J. G. Droysen (1808-1834), E. Bernheim (1850-1942), C. Langlois e C.-V. Seignobos (1854-1942). Por fim, são também de ações pedagógicas provenientes de Leopold von Ranke e J. G. Droysen, como Johann Heinrich Pestalozzi (1846-1827), Friedrich Fröebel (1782-1852) e J. F. Herbart (1776-1841); e também nos EUA, de John Dewey (1859-1952).

A combinação de estratégias “da História”, da nova e da velha “educação” (de fundo psicológico) predominou. Dois exemplares dessas formas de apropriação foram Fred Fling e Henry Johnson. Ambos produziram manuais de metodologia histórica para a escolarização básica, fundaram uma revista sobre ensino de História<sup>9</sup> e envolveram-se na formulação de currículos. Ambos estudaram na Europa e de lá importaram diferentes concepções de ciência, ciência da História, método e ensino de História que seriam, no início do século XX, disponibilizadas ao público docente – audiência disputada por professores universitários de História, filósofos e psicólogos da Educação. Enfim, ambos apresentaram bases para

---

<sup>9</sup> Johnson foi um dos fundadores e membro do comitê editorial da primeira revista especializada em ensino de História nos EUA. Chamou-se inicialmente *The History Teacher's Magazine* (1909). Em 1918, foi renomeada como *The Historical Outlook – A journal for readers, students and teachers of History*. (THE HISTORY TEACHER'S MAGAZINE, 1909, p. 1; THE HISTORICAL OUTLOOK, 1918, p. 1).

didáticas da História que se distanciavam das psicologias do desenvolvimento e da aprendizagem – ancoradas na “lei biogenética fundamental” de Herbart/Ziller e nos “horizontes em expansão” de John Dewey para acantonar-se nos princípios e práticas disseminados pelas metódicas de Ernest Bernheim (1850-1942) e de Charles Seignobos.

## 2. Vidas paralelas e aportes em comum

Henry Johnson (1867-1953)<sup>10</sup> atuou como teórico do ensino de História nos Estados Unidos, no período de 1916 a 1940. Mas foi, sobretudo, importante personagem no processo de transformação da História em matéria dos Estudos Sociais e no desenvolvimento de três áreas do campo da pesquisa sobre ensino de História: docência na educação básica, produção de métodos de ensino e a pesquisa sobre a História do ensino de História (JOHNSON, 1908; 1932).

Entre 1899 e 1904, nosso personagem estudou Ciência Política em Harvard, Columbia e cumpriu estágio doutoral nas universidades de Paris e Berlim.<sup>11</sup> Foi formador de professores de História no Teachers College da Universidade de Columbia, envolveu-se na organização do movimento de historiadores e de professores de História e coordenou periódicos especializados na área.<sup>12</sup> Daí vem a sua aura de principal líder de um grupo que transformou o ensino de História em campo de pesquisa nos EUA (HUNT, 1954).

As singularidades, regularidades e limitações do seu pensamento acerca do ensino de História nos Estados Unidos estão nas obras de maturidade: *An introduction to the history of the social sciences in schools* (1932) e *Teaching of history in elementary and secondary schools* (1915; 1940). Nesses foram depositadas as concepções de História como ciência e de método anunciadas por Langlois e Seignobos em sua *Introdução aos estudos históricos* (1898). Mestres com quem conviveu, apresentado mediante carta por seu professor do doutorado em Columbia, J. H. Robinson. Ele cursou Paleografia com Langlois e familiarizou-se com o referido manual nas aulas de Seignobos.

Também conheceu algumas versões de método histórico em território germânico. Na Universidade de Berlim, assistiu aulas de Kurt Breysig (1866-1940) e Elimar Klebs (1852-1910). Do segundo professor, registrou o trabalho introdutório com fontes primárias, mas presenciou em outras aulas o emprego do *Lehrbuch der historische Methode* de Bernheim, em curso de História Medieval (JOHNSON, 1940, p. 178-180). As mais significativas lembranças, contudo, foram reservadas à experiência francesa.<sup>13</sup>

Fred Morrow Fling (1860-1935),<sup>14</sup> nosso segundo autor de manual, fez doutorado em História na Universidade de Leipzig (1890) e radicou-se como professor de História na

---

<sup>10</sup> Henry Johnson instituiu o ensino de História e Estudos Sociais como um domínio do historiador. Foi professor formador de professores entre 1906 e 1934. Docente de escolas secundárias, em Minnesota, superintendente e diretor de departamentos de História nas escolas normais também em Minnesota (Moorhead) e em Illinois (Charleston). Ministrou cursos sobre ensino de história para a escolarização básica no Teachers College e publicou, em 1915, *Ensino de História em escolas primárias e secundárias*, o primeiro impresso do gênero, produzido por um estudioso, simultaneamente, nas áreas de História e Educação (HUNT, 1954, p. 1).

<sup>11</sup> Menos tempo passou na Holanda, Inglaterra e Bélgica, Suíça, Itália e Áustria. (JOHNSON, 1943, p.183).

<sup>12</sup> Membro da comissão da AHA que supervisionava a *The History Teacher Magazine*, Advisory Editors of History Teacher's Magazine, Secretário e tesoureiro da *Middle States Association [of History Teacher]*. (THE HISTORY TEACHER'S MAGAZINE, 1911, p. 1).

<sup>13</sup> “Professor Langlois distribuiu fac-símiles de manuscritos; da evidência interna, era esperado que os alunos os relacionassem ao local de escrita, o tempo de produção e, às vezes, ao autor particular que o escreveu. [...] O curso privado dado pelo Dr. Seignobos diz respeito diretamente aos meus problemas. Este era conduzido no plano de seminário. Os tópicos para os relatórios individuais eram definidos para testar tanto a qualidade da erudição dos estudantes quanto a habilidade de selecionar e organizar materiais para a apresentação a uma sala de aula.” (JOHNSON, 1943, p. 163, 168-9, tradução livre).

<sup>14</sup> Fred Morrow Fling (Portland – 1860) concluiu formação inicial no College Bowdoin (1883) e doutorou-se pela Universidade de Leipzig. Foi um dos fundadores da *History Teachers' Magazine*, membro da American History Association (AHA), da Société de la Revolution Francaise e professor de História na University of Nebraska-Lincoln (1891-1934). Escreveu, entre outros trabalhos: *Outline of Historical Method*, 1898; *Studies In Greek*

University of Nebraska (1891-1934). Nebraska foi outro polo com igual destaque na produção de manuais, embora bem longe do montante proveniente das instituições radicadas no Estado de New York, onde atuava Henry Johnson. Fling começou a carreira de professor empregando o método desenvolvido por Mary S. Barnes. Somente após a experiência germânica passou a produzir suas próprias estratégias.

Junto ao colega Howard W. Caldwell, aplicou e difundiu o que ficou conhecido como o *Nebraska system* – que veremos adiante (CHERRY, 2010, p. 52-66). Em Leipzig, pesquisou *O jovem Mirabeau*, sob a orientação de Wilhelm Maurenbrecher (1838-1892).<sup>15</sup> A investigação lhe possibilitou a familiarização e o trabalho com fontes de natureza diversa em repositórios situados em Paris, Londres, Madri, Nápoles, Vaticano, Veneza, Suíça, Berlim e Haia.

O trabalho de 18 meses na Europa repercutiu em suas principais obras, publicadas nos EUA: *Source Problems of the French Revolution*, *Studies in Greek Civilization*, *A Source Book of Greek History* e *The Writing of History* e *Outline of Historical Method*. (CARLSON, 1981, p. 484-485). No livro de fontes, *Studies in European and American History*, escrito com Caldwell, Flint já antecipava, com o capítulo *An introduction to the source study method in history* (1897), o que publicaria, sozinho, dois anos depois. *Outline historical method* (1899), consolidada em 1926, expressava na dedicatória e, mais ainda, no parágrafo final da apresentação, a admiração nutrida por Ernest Bernheim.<sup>16</sup>

### 3. Método histórico nas didáticas de Fred Fling e de Henry Johnson

Pela exposição das duas trajetórias, poderíamos conjecturar que o livro de métodos de Johnson e os livros de fontes e, depois de método, de Fling, representariam a mais explícita transposição das orientações científicas da História profissional europeia para o ensino nas escolas primária e secundária, além dos impressos aqui analisados.

Ambos também representariam os esforços de alguns diretores da AHA e das instituições formadoras do professor para a área. Estaríamos em contato, portanto, com duas teorias de construção do conhecimento histórico, respectivamente: a teoria do germânico Bernheim e a teoria dos franceses Langlois e Seignobos. Contudo, ao examinar detidamente as suas ideias de História e de método, percebemos apropriações bastante criativas<sup>17</sup> e distantes daquela alegoria que ilustra o manual de H. I. Marrou: cachoeiras com fios d'água representando os teóricos da História, alimentando correntes e determinando o curso de manuais formadores (MARROU, 1954).

Pelo Quadro 1, observamos que Fling estabelece o cruzamento entre as propostas método – no sentido *how history is written (historical method)* (FLING, 1899, p. 7) – de Bernheim e de Langlois e Seignobos. Ele opta por dividir o método em três partes, sorvendo dos dois autores a ordem e os elementos que lhes pareceram mais adequados ao trabalho profissional, entendendo também que a quarta parte de Bernheim – exposição/representação [*Darstellung*] – poderia ser incluída na síntese (3ª parte do método).

Para Fling, História é ciência de observação indireta, diferentemente das ciências naturais (FLING, 1899, p. 6). O método tripartite seria o seu núcleo garantidor de cientificidade,

*Civilization*, 1898; *A Source Book of Greek History*, 1907; *History of France in the History of Nations*, 1907; *The Youth of Mirabeau*, 1908; *Source Problems on the French Revolution*, 1913; *The Writing of History*, 1920. (CARLSON, 1981).

<sup>15</sup> Karl Peter Wilhelm Maurenbrecher. Historiador alemão, discípulo de Heinrich von Sybel, ensinou em Leipzig a partir de 1884.

<sup>16</sup> “É com um sentimento de gratidão que eu dedico esse volume ao Professor Bernheim. Eu estava explorando meu caminho no método em uma universidade alemã quando seu Lehrbuch apareceu; ele me levou à luz. Ele salvou muitas outras almas perdidas no primeiro quarto de século de sua existência. O nome de Bernheim deveria ser tão familiar aos estudantes de História quanto é Euclides aos estudantes da matemática.” (FLING, 1926, p. 10, tradução livre).

<sup>17</sup> Para uma avaliação dos manuais de Bernheim e de Langlois e Seignobos, bem como a sua recepção nos EUA, ver, principalmente: ASSIS (2009; 2010), BARNES (1919) e NOVIK (1996).

devendo ser transferido para a formação do professor e o trabalho diário com crianças e adolescentes.

Da primeira parte desse método, Fling adota, integralmente, os elementos correspondentes aos dois manuais, tratando-os como semelhantes, ou seja, concebendo como fundamentais: (1) a busca pelas fontes; (2) o conhecimento da bibliografia sobre a questão explorada; e também (3) a familiaridade com as principais técnicas que possibilitam a leitura dessas mesmas fontes – as ciências auxiliares. Agindo assim, adota a classificação de fontes de Bernheim – *historical remains* [*Der Überreste*] e *traditions* [*Die Tradition*], mas não critica a opção dos franceses que, por razões didáticas, privilegiaram as<sup>18</sup> *traditions*.<sup>19</sup>

**Quadro 1 - História e método histórico em Fred Fling a partir das suas principais fontes propedêuticas – *Lehrbuch*, de Bernheim, e *Introduction*, de Langlois e Seignobos.**

Bernheim – 1889	Fling– 1899	Langlois e Seignobos – 1898
<p><b>Quellenkunde (Heuristik)</b> [Conhecimento das fontes]</p> <p><b>Einteilung der Quellen</b> [Classificação de fontes]</p> <p><b>Quellensammlungen und Quellennachweise nebst allgemeiner Bibliographie</b> [Coleta de fontes, e indicação das fontes e bibliografia geral]</p> <p><b>Hüfswissenschaften</b> [Ciências auxiliares]</p>	<p><b>Sources, Bibliography, and Auxiliary Sciences</b> [Fontes, Bibliografia e Ciências Auxiliares]</p>	<p><b>Les connaissances préalables</b> [Os conhecimentos preliminares]</p> <p><b>La recherche des documents</b> [A pesquisa dos documentos]</p> <p><b>Les “sciences auxiliaires”</b> [As “Ciências Auxiliares”]</p>
<p><b>Kritik</b> [Crítica]</p> <p><b>Äussere Kritik</b> [Crítica externa]</p> <p><b>Prüfung der Echtheit</b> [Exame de autenticidade]</p> <p><b>Äußere Bestimmung der Quellen</b> [Determinação do valor externo (material) das fontes]</p> <p><b>Recension und Edition...</b> [Comentário e edição]</p> <p><b>Innere Wertbestimmung der Quellen [...]</b> [Determinação do valor interno das fontes]</p>	<p><b>External Criticism</b> [Crítica externa]</p> <p><b>Genuineness of the Source</b> [Autenticidade da fonte]</p> <p><b>Localization of the Source</b> [Localização da fonte]</p> <p><b>Analysis of the Source and Restoration of the Text</b> [Análise da fonte e restauração da forma original do texto]</p> <p><b>Interpretation of the Source and Value of the Source</b> [Interpretação da fonte e atribuição do valor da fonte]</p> <p><b>Establishment of the Facts</b> [Estabelecimento dos fatos]</p>	<p><b>Opérations analytiques</b> [Operações analíticas]</p> <p><b>Conditions générales de la connaissance historique</b> [Condições gerais do conhecimento histórico]</p> <p><b>Crítica externa (critique d’érudition)</b> [Crítica externa (crítica de erudição)]</p> <p><b>Restitution</b> [Restituição]</p> <p><b>Provenance</b> [Proveniência]</p> <p><b>Classement critique des Sources</b> [Classificação crítica das fontes]</p> <p>La critique d’érudition et les érudits [A crítica de erudição e os eruditos]</p> <p><b>Critique interne</b> [Crítica interna]</p> <p><b>Critique d’interprétation</b> [Crítica de interpretação]</p> <p><b>Critique interne negative de sincérité et d’exactitude</b> [Crítica interna negativa de sinceridade e exatidão]</p> <p><b>Détermination des faits particuliers</b> [Determinação dos fatos particulares]</p>

<sup>18</sup> “Nós não lidamos particularmente com a crítica dos documentos materiais (objetos, monumentos etc.), ao que eles diferem da crítica dos documentos escritos.” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1992, p. 67, tradução livre).

<sup>19</sup> “Essa omissão é desculpável. O livro foi fundado nas classes ministradas na Sorbonne para o benefício dos jovens estudantes de História. Agora, é muito duvidoso se é desejável ensinar um iniciante tudo o que se sabe sobre um assunto. Os graduandos lidam em seus trabalhos históricos quase totalmente com tradições escritas, e um livro servindo como uma “Introdução aos Estudos Históricos” deve, com uma boa razão, fazer algo que um tratado completo do método histórico não poderia, isto é, enfatizar a tradição e negligenciar os restos.” (FLING, 1899, p. 78, tradução livre).



<p><b>Auffassung</b> [Concepção]</p> <p><b>Interpretation</b> [Interpretação]</p> <p><b>Kombination</b> [Combinação]</p> <p><b>Reproduktion und Phantasie</b> [Reprodução e imaginação]</p> <p><b>Auffassung der allgemeinen Bedingungen</b> [Concepção das condições gerais]</p> <p><b>Geschichtsphilosophie</b> [Filosofia da História]</p> <p><b>Wesen der Auffassung</b> [Essência da concepção]</p>	<p>Synthetic Operations [Operações sintéticas]</p> <p>Imagining the Facts [Imaginação dos fatos]</p> <p><i>Grouping the Facts</i> [Agrupamento dos fatos]</p> <p><i>Constructive reasoning</i> [Raciocínio construtivo]</p> <p><u>Environment and the Philosophy of History</u> [Desenvolvimento e Filosofia da História]</p> <p><i>Exposition</i> [Exposição]</p>	<p>Operations synthétiques [Operações sintéticas]</p> <p><i>Conditions générales de la construction historique</i> [Condições gerais da construção histórica]</p> <p><i>Groupement des faits</i> [Agrupamento dos fatos]</p> <p><i>Raisonnement constructif</i> [Raciocínio construtivo]</p> <p><i>Construction des formules générales</i> [Construção de formulas gerais]</p> <p><i>Exposition</i> [Exposição]</p>
<p><b>Darstellung</b> [Apresentação]</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

Legenda: Sublinhado: teses de Bernheim. *Itálico*: teses de Langlois e Seignobos. **Negrito**: teses comuns.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Bernheim (1889), Flin (1899) e Langlois e Seignobos (1898).

Na exposição da segunda parte do método, comenta a ausência da crítica ao trabalho dos eruditos – a particularização e a análise documental como fim em si mesma –, efetuada pelos franceses e inexistente no texto de Bernheim. Entretanto, adota as duas perspectivas por considerá-las bastante semelhantes no que diz respeito à crítica externa: autenticidade, autoria e datação, restauração do texto ao original, estabelecimento do valor da fonte e estabelecimento dos fatos. No que diz respeito à concepção [*Auffassung*], compreende a posição de Bernheim e a dificuldade de encontrar um adequado lugar para ela. Contudo, opta pela estrutura de Langlois e Seignobos por não ver possibilidade de estabelecer autenticidade, autoria, datação etc. sem o recurso *a priori* da interpretação [*interpretation*] (FLING, 1899, p. 20, 63).

Nas operações sintéticas, Flin afirma a superioridade da organização de Langlois e Seignobos sobre a de Bernheim e estrutura sua obra a partir da sequência: (1) imaginação dos fatos; (2) agrupamento dos fatos; e (3) raciocínio construtivo. Complementa, porém, essa terceira etapa do método com as ideias de “filosofia da História” – análise dos condicionamentos geográficos, físico-individual (psicologia) e físico-social – que podem responder sobre as peculiaridades da evolução humana.<sup>20</sup> A etapa de exposição/representação [*Darstellung*], de Bernheim, é vista como já contemplada na “construção de fórmulas gerais” e “exposição”, de Langlois e Seignobos.

Todo esse arrazoado é traduzido como método de ensino para a escolarização básica – e também para a formação de professor de História – em cinco operações: (1) resolver problemas; (2) fazer anotações no caderno em sala de aula; (3) elaborar esboços; (4) construir narrativas; e (5) discutir sua produção (FLING, 1897, p. 30-31). Munido de um livro de extrato de fontes sobre determinado período histórico, deve o professor conhecer a pesquisa original e os modos de produção da escrita da História (FLING, 1897, p. 5-6). Deve exigir que o aluno responda às questões sugeridas a partir da fundamentação em evidências colhidas nos estratos, mediadas pela comparação dos mesmos e, sobretudo, exercitando o julgamento pessoal.

<sup>20</sup> “São todos os elementos capazes de participar no progresso, o moral e o artístico, igualmente no intelectual? Todos os povos chamados a fazer parte do progresso, ou apenas poucos escolhidos? Podemos ainda dizer que apenas certas classes de certos povos compartilham essa cultura? Finalmente, qual é a medida do progresso ou do regresso?” (FLING, 1899, p. 112, tradução livre).

A estratégia do *historical method* aplicada ao ensino secundário, em resumo, é fazer com que os alunos descubram como o conhecimento histórico foi construído, ou seja, informá-los sobre como as narrativas – inclusive as do livro didático – foram elaboradas pelos historiadores. A ideia é capacitá-los não apenas para ler a narrativa, mas conhecer como a narrativa foi produzida. Nisso consiste a grande diferença entre os impressos *narrative texte collection of sources* – nesse último, o suporte do método era, como vimos, bastante comum entre 1880 e 1900. Uma sentença final sintetiza a intenção de Fling em transpor o *historical method* às práticas da escola secundária: a narrativa deve servir à leitura [*reading*] enquanto as fontes históricas devem prestar-se ao estudo [*study*], ou seja, à atividade do historiador profissional (FLING, 1897, p. 24).

Esse é o método de ensino proposto por Fling que não fica muito distante do conjunto de estratégias propostas por Johnson. Para o professor de Columbia, colega e rival de Dewey<sup>21</sup>, a História é ciência de observação indireta, de conhecimento por traços, cujo objeto é o homem em suas dimensões: pensamento, sentimento e ação. Johnson não chega a mesclar Bernheim, Langlois e Seignobos de modo tão crítico como faz Fling. Observando a arquitetura da informação, disposta na primeira parte do seu manual de métodos de ensino, percebemos que a noção de método se resume às operações de análise e síntese, ao modo dos autores franceses.

As diferenças em relação à *Introduction*, contudo, estão no caráter sintético do seu capítulo inicial – *What history is* – no qual trata das citadas operações. Ele incorpora os conhecimentos preliminares – primeira parte da obra francesa –, reparando-a no que diz respeito à classificação das fontes. Aqui Johnson adota a posição de Bernheim: *Remains e Traditions* (JOHNSON, 1915, p. 2). O largo espectro de sugestões aplicadas aos conteúdos substantivos de períodos que vão da Antiguidade à História dos EUA, no século XIX, talvez justifique essa ampliação em relação ao manual de Fling. A definição de método, porém, se assemelha bastante àquela anunciada pelo compatriota<sup>22</sup>. Além disso, na primeira parte, trata resumidamente das ciências auxiliares, ao que chama *special knowledge*: Arqueologia, Filologia, Epigrafia, Paleografia, Diplomática e Cronologia. É importante registrar que Johnson demonstra crença na objetividade mecânica<sup>23</sup>, fornecida pela fotografia e demais processos automáticos, do tipo: “eles têm *remove at least one factor of human error*”<sup>24</sup>, afirma. (JOHNSON, 1915, p. 10).

Da crítica, prescreve a tarefa de reconstituição do documento ao original, mediante, inclusive, a datação tópica e cronológica e a autoria. Também defende a necessidade de reconstruir os estados mentais da testemunha entre a percepção do acontecido e a ação do

<sup>21</sup> Johnson critica os *slogans*: “educação para um mundo em mudança” (o mundo nunca estacionou), e a suposta novidade do atendimento “das necessidades do presente da criança” (princípio já anunciado por Rousseau). JOHNSON (1943, p. 253; 1932, p. 59).

<sup>22</sup> “História, em seu sentido mais amplo, é tudo o que já aconteceu. É o próprio passado, seja ele qual for. Mas, o passado não pode ser observado diretamente. O que se sabe sobre ele deve ser aprendido de traços de condições formadoras e eventos como o tempo e oportunidade, e a previsão do homem que pode ter sido preservada. A nossa preocupação prática na formação de uma concepção da História é, por conseguinte, com estes traços: o método utilizado no estudo e os resultados desse estudo. Traços de fatos passados de qualquer espécie podem ser considerados como material possível. Falamos de uma história de plantas, de animais, e até mesmo da natureza inanimada. Mas, a História na percepção usual do termo significa a História do homem. Os materiais a serem estudados são de vestígios deixados por sua existência na palavra, sentimentos, seus pensamentos e ações.

Os vestígios deixados pelo passado humano são, por estudantes de História, comumente chamados de fontes. [...]. 1-2

O método utilizado no estudo de fontes é o método histórico. Ela envolve dois tipos de operações: a crítica e síntese”. (JOHNSON, 19015, p. 1-2, 6, tradução livre).

<sup>23</sup> Estudando o trabalho de anatomistas – gravadores e artistas –, Lorrene Daston e Peter Gallison, que reproduziam a natureza, em fins do século XIX, acreditavam que os recursos empregados pelos fotógrafos eliminavam os valores humanos, ou seja, viabilizavam a supressão do Eu cientista, algo que os autores designam como “objetividade mecânica”. (DASTON; GALISON. 1992, p. 100).

<sup>24</sup> “Removido pelo menos um fator do erro humano” (JOHNSON, 1915, p. 10, tradução livre).

registro, ao modo da dupla francesa. Essa é a tarefa psicológica da *interpretation*. Ela examina o caráter da testemunha, sua competência, o significado das palavras para o autor do documento e o seu entorno.

Da síntese, segunda e última etapa do método, Johnson indica brevemente as etapas – *selection of facts, grouping, generalization, organization*<sup>25</sup> (JOHNSON, 1915, p. 16), tomando sentido contrário à posição de Flin, em relação à possibilidade de generalização e extração de leis históricas. Ele até cita a iniciativa considerada meritória de Henry Thomas Buckle e acredita que a acumulação de informação histórica pode favorecer o prestígio da História como ciência. Por outro lado, é taxativo na afirmação: “*The realities of history are unique realities. What happened once can never happen again. For any given reality the Facts of importance are, then, not those common to a number of realities, but rather those that give to the one reality its uniqueness.*”<sup>26</sup> (JOHNSON, 1915, p. 25).

Essa síntese do método histórico é apresentada com certa amargura, adiante, quando anuncia o capítulo “*School history and the historical method*”. Na autobiografia ele também reclama da ausência desse método na sua infância – no [sexto] *grade* (1879). (JOHNSON, 1943, p. 33). Nos cursos superiores na University of Minnesota, o problema se repetiu. Estudou, por exemplo, com o professor Harry Pratt Judson (1849-1927), em que “*Nothing was said about sources. There was no hint of historical criticism.*”<sup>27</sup> (JOHNSON, 1943, p. 56-57). A *recitation* somente deixou de dominar a prática dos seus mestres quando cursou a graduação (Minnesota) e o mestrado (Columbia) em Ciência Política, respectivamente, com os professores William Watts Folwell (1833-1929) e James H. Robinson (JOHNSON, 1943, p. 57, 161).

Mesmo em Columbia, ressentiu-se do pouco valor atribuído aos princípios e práticas adquiridos, sobretudo, na Europa. Até o seu ex-orientador Robinson tirou proveito das suas lições indiretamente. Os alunos deste e também os do professor William Archibald Dunnig (1857-1922) o procuravam para aprender as regras profissionais, embora os professores do Departamento de Ciência Política de Columbia fizessem chacota do seu *course of methods*. (JOHNSON, 1943, p. 206-207). Lembremos que Johnson era classificado como *educator*, pois ministrava aulas de “ensino”.

Ao final da vida, não teve dúvidas: as finalidades do ensino de História – e, conseqüentemente, as orientações metodológicas – não poderiam ser pautadas por filósofos da educação ou historiadores exageradamente presentistas, como os casos, respectivamente, de Dewey e de K. Becker (JOHNSON, 1943, p.242-243). Estaria nas orientações didáticas de Seignobos o mais contencioso objetivo para a matéria na escola:

We ask from history truth and nothing more. [...] In the course of our conversation he told me that as a Young man trained in the scientific study of history he had been confronted by the question: ‘Shall I devote my life to historical scholarship or to problem of history for schools?’ and he had deliberately chosen the later course.<sup>28</sup>

A melhor forma que encontrou para pôr em prática as ideias de Seignobos e o método adaptado à realidade dos EUA foi, então, fazer apologia à presença da controvérsia nas aulas de História. Paralelamente, também admitiu a importância de combater à *undisputed verity*

<sup>25</sup> Seleção dos fatos, agrupamento, generalização, organização. Tradução livre.

<sup>26</sup> “As realidades da História são realidades únicas. O que ocorre uma vez não pode se repetir. Para qualquer realidade dada, os fatos de importância são, então, não aqueles comuns a um número de realidades, mas aqueles que dão a esta mesma realidade sua singularidade.” Tradução livre.

<sup>27</sup> “Nada foi dito sobre as fontes. Não houve qualquer alusão ao criticismo histórico.” Tradução livre.

<sup>28</sup> “Nós exigimos da História a verdade e nada além [...]. No curso da nossa conversa, ele me disse que, como um jovem rapaz treinado nos estudos científicos da História, ele foi confrontado com a questão: ‘Devo dedicar minha vida à erudição histórica ou aos problemas da História nas escolas?’ E ele deliberadamente escolheu a segunda opção.” (JOHNSON, 1943, p. 244-245, tradução livre).

tão comum nos cursos do seu país. Assim, sugeriu a aplicação de todas as tarefas anunciadas acima, principalmente aos professores que trabalhavam com alunos a partir dos [sexto] *grade*. Discorrendo sobre situações hipotéticas, sugeriu que os professores introduzissem o hábito da dúvida entre os alunos, durante a leitura, principalmente, dos livros didáticos. Estimulou os professores a questionarem os alunos sobre a possibilidade de os desfechos das histórias serem verdadeiros ou mentirosos, prováveis ou acontecidos e sobre a qualidade das teses anunciadas: elas poderiam ser obscuras ou claríssimas. Estimulou também os professores a interrogarem aos seus alunos sobre o argumento do autor: estaria embasado em provas ou não? Apresentava evidências ou não?

Johnson também sugeriu que os alunos selecionassem fontes para responderem a determinadas questões, que avaliassem e hierarquizassem o valor da fonte – mais útil, menos útil, primária ou secundária – ao tentarem responder o exercício proposto. Ainda aconselhou os alunos a instigarem e a organizarem os fatos em ordem cronológica ou em ordem geográfica, a lerem e interpretarem um parágrafo e a contestarem as conclusões, fazendo-os comparar as teses de diferentes obras. Por fim, sugeriu que os professores estimulassem os seus alunos a emitirem posição pessoal (impressão) sobre os autores e que tentassem descobrir as estratégias e as razões de determinados eruditos, como Lorenzo Valla (1407-1457), terem recusado certo documento por considerá-lo inverídico; que tentassem decifrar enigmas escritos ou pictóricos, estimulando-lhes o gosto pela investigação, e que os docentes distribuíssem a responsabilidade de buscar e reter informações sobre determinado tema, individualmente, desenvolvendo em sala de aula a prática da especialização dos alunos em certos temas da matéria.<sup>29</sup>

## Conclusões

Com este trabalho, tentamos demonstrar que a mescla entre estratégias ditas tradicionais e inovadoras, entre estratégias “da História” e da nova e da velha “Educação” (de fundo psicológico) foi a tônica, entre os anos 1880 e 1890. Todavia, é difícil omitir o entusiasmo com que os autores desses impressos defenderam a cientificidade da História como devedora de um método singular – a descoberta ou reconstrução do passado a partir das fontes coevas – principalmente, nas duas primeiras décadas do século XX.

Dois exemplos dessa atmosfera são os manuais produzidos por Fred Fling e Henry Johnson para uso de professores das escolas primária e secundária e, também, para a formação de professores. Atuando na formação inicial docente e com passagens na França e na Alemanha, eles radicalizaram a aplicação do princípio de que o núcleo duro da História como ciência deveria nuclear também a teoria e a prática do ensino de História: o método da crítica de fontes, independentemente até da finalidade professada acerca da História no currículo da educação básica – mais ou menos patriótica, mais ou menos transnacional.

As transposições realizadas nas obras de Bernheim, de Langlois e Seignobos, expoentes da epistemologia histórica em difusão no final do século XIX, nada tiveram de pura defesa de escolas germânicas ou francesas. Foram iniciativas de adaptação, de algo chamado “método histórico”, às demandas do ensino de História em seus âmbitos de atuação, a Universidade de Nebraska e a Universidade de New York, por exemplo. Foram invenções condicionadas por disputas entre professores de departamentos de Educação, de História e de Ciências Sociais, além de fruto de idiosincrasias pessoais.

Ampliada a escala de observação, futuramente, poderemos constatar que tais demandas definirão a didática da História, a partir de meados da segunda década do século XX, nos EUA, como objeto de trabalho do historiador e não mais, predominantemente, ocupação de filósofos, psicólogos e professores da educação básica.

---

<sup>29</sup> As informações sintetizadas nos três últimos parágrafos foram extraídas desse capítulo: *School history and the historical method*. (JOHNSON, 1915, p. 50-88).

## Referências

ADAMS, Herbert Baxter. **The study of history in american colleges and universities**. Washington: Government Printing Office, 1887.

ASSIS, Arthur. Ernest Bernheim (1850-1942). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 47-51.

ASSIS, Arthur. Las metodologías del siglo XIX tardío y la transnacionalización de los estudios históricos. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE HISTORIA Y ANTROPOLOGÍA DE SONORA, 32., Hermosillo, 2009, **Anais....** Hermosillo: Universidad de Sonora, 2009.

BARNES, Harry Elmer. History, its rise and development: a survey of the progress of historical writing from its origins to the present day. In: ENCYCLOPEDIA AMERICANA: [sn], 1919.

BEARD, Charles A. **A charter for the social sciences in the schools**. New York: Charles Scribner's & Sons, 1933.

BENDER, Thomas. Writing American history, 1789-1945. In: WOOLF, Daniel (Org.). **The Oxford history of historical writing**. Oxford: Oxford University Press, 2011. v. 4, p. 369-389.

BERNHEIM, Ernst. **Lehrburch der historischen method**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1889.

BREISACH, Ernst. History and the quest for a uniform science. In: \_\_\_\_\_. **Historiography ancient, medieval & modern**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. p. 272-302. [Primeira edição – 1983].

CARLSON, Robert E. Professor Fred Fling: his career and conflicts at Nebraska University. **Nebraska History**, n. 62, p.481-496, 1981.

CHERRY, Thomas Kevin B. **Online cultural heritage materials and the teaching of history in the schools: a concept analysis of state archives and collaborative digitization program web resources**. Dissertation (Doctor of Philosophy in the School of Information and Library Science) – University of North Carolina, Chapel Hill, 2010.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. The image of objectivity. **Representations**, v. 0, n. 40, p. 91-128, autumn, 1992.

ESCHENBACHER, Herman. Growth of professional history in America. **Peabody Journal of Education**, v. 42, n. 2, p. 76-83, sep. 1964.

EVANS, Ronald W. **The social studies wars: what should we teach the children?** New York: Teachers College, 2004.

FALLACE, Thomas. Did the social studies really replace history in american secondary schools? **Teachers College Record**, v. 110, n. 10, p. 2245–2270, October 2008.

FALLACE, Thomas. Did the social studies really replace history in the local curriculum? The case of Elyria, Ohio and the North Central States. **Theory and Research in Social Education**, v. 37, n. 4, p. 458-483, 2009.

FLING, Fred Morrow. One use of sources in the teaching history. **The Social Studies**, p. 206-210, Sep./Oct., 1994. Disponível em: <[http://www.alaskool.org/resources/teaching/socialstudies/use\\_of\\_sources.htm](http://www.alaskool.org/resources/teaching/socialstudies/use_of_sources.htm)>. Acessado em: 1 maio 2016. [Publicado originalmente em 1909].

FLING, Fred Morrow. **Outline of historical method**. Lincoln: J. H. Miller, 1899.

FLING, Fred Morrow. **The writing of history: an introduction to historical method**. New Haven: Yale University Press, 1926.

FLING, Fred Morrow; CALDWELL, Howard W. **Studies in European and American history: an introduction to the source study method in history**. Lincoln: J. H. Miller, 1897.

FOSTER, Frank Hugh. Uses and limits of the method in colleges. In: **Seminary method of original study in the historical sciences**. New York: Charles Scribner's Sons, 1888. p.102-110.

HAINES, Deborah. Scientific history as a teaching method: the formative years. **The Journal of American History**, n. 63, n. 4, p. 892-912, mar. 1977.

HIGAN, John. **History professional scholarship in America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990. [Primeira edição em 1965].

HOLT, W. Stull. The idea of scientific history in America. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 1, n. 3, p. 352-362, 1940.

HUNT, Erling M. **A tribute to Henry Johnson, 1867-1953**. New York: Teachers College, Columbia, 1954. Disponível em: <<http://www.tcrecord.org/Content.asp?ContentId=4793>>. Capturado em: 13 maio 2016.

IGGERS, Georg G. American traditions of social history. In: \_\_\_\_\_. **Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge**. Hanover: Wesleyan University Press, 1997. p. 41-47.

JOHNSON, Henry. **An introduction to the history of the social sciences in schools**. New York: American Historical Association/Charles Scribner's Sons, 1932.

JOHNSON, Henry. **History in the elementary school**. New York: The Columbia University Press, 1908.

JOHNSON, Henry. **Teaching of history in elementary and secondary schools**. New York: The Macmillan Company, 1915.

JOHNSON, Henry. **Teaching of history in elementary and secondary schools – With applications to allied studies**. (Revised edition). New York: The Macmillan Company, 1940.

JOHNSON, Henry. **The other side of main street: a history teacher from Sauk Centre**. New York: Columbia University, 1943.

LANGLOIS, Charles-Victor. **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992. (Versão facsimilar da primeira edição – 1898).

MARROU, Henri-Irénée. **De là connaissance historique**. Paris: Seuil, 1954.

MONOD, Gabriel. Histoire. In: \_\_\_\_\_. **De la méthode dans les sciences**. Paris: Félix Alcan, 1909. 319-362.

MOURA, Gerson. **História de uma história**: rumos da historiografia norte-americana no século XX. São Paulo: Edusp, 1995.

NASCH, Gary B.; CRABTREE, Charlotte; DUNN, Ross E. **History on trial**: culture wars and the teaching of the past. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

NOVICK, Peter. **That noble dream**: the “objectivity question” and the American Historical Profession. New York: Cambridge University Press, 1998.

PIERCE, Bessie Louise. **Public opinion and the teaching of history in the United States**. New York: Alfred A. Knopf, 1926.

PRUIT, Franklin Boucher. **A historical study of the teaching of history in american colleges**. 1978. Tese (Doutorado em Educação) – Graduate Faculty of Texas Tech University, Austin, 1978.

SAXE, David Warren. **Social Studies in schools**: a history of the early years. New York: State University of New York Press, 1991.

SKOTHEIM, Robert Allen. **American intellectual histories and historians**. Connecticut: Greenwood Press, 1978. [Primeira edição – 1966].

SMITH, Ben A.; PALMER, J. Jesse; CORREIA, Stephen. **Social studies and the birth of NCSS: 1783-1921**. Sd. Disponível em: <<http://www.socialstudies.org/system/files/publications/se/5907/590702.html>>. Capturado em 4 maio 2016.

*THE HISTORICAL OUTLOOK*, Philadelphia, n. 7, October, 1918.

*THE HISTORY TEACHER'S MAGAZINE*, Philadelphia, v. 1, n. 1, September, 1909.

*THE HISTORY TEACHER'S MAGAZINE*, Philadelphia, v. 3, n. 1, set. 1911.

THORNTON, Stephen; BARTON, Keith C. Can History Stand Alone? Drawbacks and Blind Spots of a “Disciplinary” Curriculum. **Teachers College Record**, v. 112, n. 9, p. 2471–2495, September 2010.

THORPE, Francis Newton. American history in schools, colleges, and universities. In: ADAMS, Herbert Baxter. *The study of history in American colleges and universities*. Washington: Government Printing Office, 1887.

TORSTENDAHL, Rolf. *The rise and propagation of historical professionalism*. New York: Routledge, 2015.

TOWNSEND, Robert B. *History's Babel: scholarship, professionalization, and the historical enterprise in the United States, 1880-1940*. Chicago: University of Chicago, 2013.

WINEBURG, Sam. *Historical thinking and other unnatural acts: charting the future of teaching the past*. [Philadelphia]: Temple University Press, 2001. [Primeira edição em 1996].

Recebido em outubro de 2016.  
Aprovado em julho de 2018.



<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-2>

## HISTÓRIA E MÚSICA

### Considerações sobre suas possibilidades de interação

José D'Assunção Barros\*

**RESUMO:** Este artigo propõe considerações teóricas e metodológicas acerca das relações possíveis entre Música e História. São considerados, principalmente, quatro tipos de interações: A Música como recurso para a História; a música como objeto de estudos para a História; música como meio de representação para a História ou para a historiografia; e, por fim, o potencial da relação interdisciplinar dirigido a partir da Música para a História, considerando-se, como exemplos, as possibilidades de usos historiográficos de conceitos musicais como “polifonia” ou “acorde”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música. Historiografia. Fontes Musicais. História da Música. Interdisciplinaridade.

**ABSTRACT:** This article proposes theoretic and methodological considerations around the possible relations between Music and History. There are considered, mainly, four kinds of interactions: Music as source to the History; Music as object of studies for History; Music as mean of representation for the History or for the Historiography; and, finally, the potential interdisciplinary relation directed from Music for the History, considering, as central examples, the possibilities of historiographical uses of musical concepts like “polyphony” or “chord”.

**KEYWORDS:** Music. Historiography. Musical sources. Music history. Interdisciplinarity.

#### 1. História e Música: relações possíveis

História e Música partilham uma relação já bem antiga. Neste artigo, em vista do espaço de reflexão disponível, abordarei apenas algumas das possibilidades desta relação. Quero dizer, para início do trabalho, que temos aqui uma relação já bem intensa com referência a algumas de suas possibilidades de interações; mas que é ainda bem lacunar no que se refere a outras. Começarei por listar algumas das mais importantes formas de interação entre Música e História, considerando que cada uma destas duas palavras pode ser abordada simultaneamente nos seus sentidos de *objeto* e de *campo de conhecimento*. Vale dizer: história pode significar tanto um objeto de estudo (o universo dos acontecimentos e processos históricos) como a disciplina que se dedica a produzir conhecimento envolvendo este objeto ou universo de estudo (a disciplina História, propriamente dita). De igual maneira, temos a música (fenômeno sonoro e artístico) e a Música (disciplina que estuda a música e as manifestações musicais)<sup>30</sup>.

Quero considerar alguns tipos de interação potencialmente inscritos na relação Música-História. (1) a música como objeto de estudo para a História (a História da Música, por

---

\* Professor-Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ e Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>30</sup> Neste artigo, vou utilizar história em minúscula para me referir ao universo dos acontecimentos e processos históricos; e História iniciada em maiúscula para me referir à disciplina que estuda a história. De modo análogo, utilizarei a palavra música, iniciada em minúscula, para designar o objeto música (o fenômeno musical, as realizações musicais, a música como forma de arte); e a palavra Música será utilizada para designar a disciplina universitária ou o campo de pesquisa que estuda a música.

exemplo); (2) a música como fonte histórica que pode ser utilizada pelos historiadores (isto é, os documentos sonoros e realizações musicais como fontes para que os historiadores possam estudar aspectos diversos da história, e não apenas, necessariamente, a história da música); (3) a música como meio possível para encaminhar representações da História (obras musicais tematizando a história como universo de acontecimentos, ou mesmo obras musicais que tomem para si a tarefa de falar sobre a História, agora entendida como campo de saber); (4), por fim, a Música como campo de saber ou de possibilidades que pode contribuir significativamente para uma renovação da própria História como disciplina ou campo de conhecimento.

Existem ainda outras relações possíveis, como a História da disciplina Música (a História da Musicologia, ou a História da História da Música, por exemplo). E outras relações poderiam ser pensadas. A música tem sido usada, por exemplo, como recurso interessante para o ensino de História. As quatro formas de interação que selecionamos, todavia, já oferecem muito material para uma reflexão séria a ser compartilhada entre historiadores e musicólogos.

## 2. A Música como objeto de estudo para a História

Este campo de interações é já bastante antigo entre os historiadores. Já vem de longa data o estudo da música como fenômeno histórico, e este estudo tem sido realizado tanto por historiadores como por musicólogos, sem contar outros tipos de estudiosos como os jornalistas e eruditos em geral.<sup>31</sup> Quero me concentrar, por ora, nos desafios e dificuldades que se relacionam ao tratamento historiográfico da música como objeto de estudo, particularmente nos dias atuais.

É muito comum a História da Música realizada por musicólogos, músicos ou conhecedores de música, mas que não são necessariamente historiadores.<sup>32</sup> E é igualmente comum o estudo da História da Música por historiadores que não são músicos ou que não possuem, pelo menos, algum conhecimento mínimo de música (de teoria musical, por exemplo).<sup>33</sup> Num caso, temos o historiador da música que não conhece História; no outro

<sup>31</sup> Neste artigo, denominarei “musicólogos” a todos os estudiosos de música que tiveram sua formação original no campo musical. Podem ser desde os instrumentistas que estudaram a história de seus instrumentos, dos seus praticantes e realizações; até os musicólogos propriamente ditos (aqueles que estudaram temáticas musicais diversas no âmbito de uma submodalidade da disciplina Música que é conhecida como Musicologia). Quanto a outros tipos de estudiosos, há também uma ampla produção, a exemplo de autores ligados ao jornalismo, tais como Vasconcelos (1977) e Tinhorão (1974 e 1976), ou à crítica literária e musical, como Augusto de Campos (1968), Afonso Romano de Sant’Ana (1978), Tárík de Souza (1979) e Ana Maria Bahiana (1980), sem contar os cronistas, produção que pode ser recuada até as primeiras discussões nos anos 1930 sobre gêneros da Música Popular Brasileira como a polêmica o samba encaminhada por Francisco Guimarães (1978) e Orestes Barbosa (1978).

<sup>32</sup> Para considerar, exemplificativamente, o campo de musicólogos brasileiros e o objeto específico da História da Música Brasileira – pois um levantamento mais amplo de objetos ultrapassaria os limites possíveis para este artigo – há um bom balanço das Histórias da Música no Brasil desenvolvido por Carla Blomberg (2011, p. 415-444), e balanços mais amplos sobre a produção musicológica brasileira foram elaborados por Lucas (1998, p. 69-74); Alencar (2001), p. 61-79 e Castagna (2008, p. 32-57). Já existem muitos artigos sobre temáticas específicas, mas podemos registrar a título de exemplo, por ordem cronológica, apenas as obras gerais sobre História da Música no Brasil produzidas desde o início do século XX por pesquisadores brasileiros ligados originalmente à área musicológica: Mello (1908); Almeida (1926); Andrade (1928 e 1929); Azevedo (1948 e 1956); Bittencourt (1945); Kiefer (1976); Mariz (1981); Neves (1981); Kiefer (1990). Merece menção uma *Enciclopédia da Música Brasileira erudita, folclórica e popular* (MARCONDES, 1977). Por fim, há textos importantes escritos pelos próprios músicos instrumentistas, a exemplo de Sandroni (1997) ou compositores, como Wisnik (1983). Os temas específicos, aliás, tem sido bem contemplados, particularmente a partir das últimas décadas do século XX, com o desenvolvimento de revistas universitárias especializadas em música e cursos de pós-graduação em musicologia no Brasil. Citá-los seria exaustivo e fugiria aos objetivos deste artigo.

<sup>33</sup> Há, é claro, e independente da formação musical, obras de grande importância, entre historiadores e sociólogos, no campo da História da Música e dos estudos históricos sobre temáticas musicais, como as de Napolitano (2001 e 2002); Silva (1994); Rodrigues (1984) e Abreu (2001 e 2011). É importante considerar que, com o trabalho

caso, temos o historiador da música que não conhece Música.<sup>34</sup> Quero sustentar que a boa História da Música seria aquela realizada por um historiador que possua simultaneamente conhecimentos de História e de Música, não importa qual tenha sido a origem desta conexão de conhecimentos (se originária de uma formação em História, de uma formação em Música, ou mesmo de conhecimentos adquiridos independentemente de um ensino específico nestas áreas).

A ausência de conhecimentos de Música em um historiador ou pesquisador da música é não raro disfarçada, ou parece não produzir resultados indesejáveis muito gritantes, quando ele estuda um objeto que não é tanto a música, mas a letra de músicas.<sup>35</sup> Esse raciocínio também é válido para o item que discutiremos mais adiante: o uso da música como fonte histórica.

A questão pode ser colocada em termos simples. Como uma pequena parte da música produzida pelos homens se relaciona ao canto, tem-se que nestes casos específicos a obra musical é também uma obra poética. O exemplo mais conhecido é o da música popular cantada, a qual traz junto de si, e integradamente, aquilo que chamamos de “letra”. Não é raro que estudiosos abordem historiograficamente, seja como objeto temático ou como fonte, aquilo que não é propriamente a música, mas sim a “letra” da música. Esse estudo é importante, e mesmo indispensável, mas não é completo. Se pretendo estudar a música como tema de pesquisa, devo considerar não apenas a dimensão poética das realizações musicais (das composições, por exemplo), mas sobretudo a dimensão propriamente musical das realizações musicais. Se, como historiador, considero apenas a “letra” de uma música, estou elaborando uma História da poesia cantada, e não propriamente uma História da Música.

Uma música (uma composição musical), independente de vir ou não integrada a uma dimensão poética, é uma forma de expressão artística que envolve aspectos diversos como forma, gênero musical, estilo, elementos variados de estética musical, ritmo, melodia, harmonia, timbre, instrumentação, performance, mediação através do intérprete, entre outros mais que poderiam ser citados. É aqui que reside a dificuldade maior do historiador da música que carece totalmente de uma formação musical. Não estou afirmando com isto que todos os estudiosos que desejem abordar a música como objeto ou fonte precisem ter a dupla formação de historiador e músico. Mas é certamente necessário que o historiador, quando não possui formação musical propriamente dita, avizinha-se seriamente dos conhecimentos pertinentes a aspectos musicais como os que foram citados acima. É preciso compreender, pelo menos, o vocabulário e o sistema conceitual da Música.

A forma, por exemplo – uma instância que se relaciona a qualquer modalidade de expressão artística – é na música uma função do tempo de fruição da obra. Melhor dizendo, a forma musical é uma disposição, no tempo, dos diversos materiais musicais mobilizados pelo compositor e performatizados pelo intérprete. Dito de outro modo, a forma musical dá-se necessariamente no tempo; desenrola-se no tempo; transcorre, enfim, no tempo que assinala o período de execução e de audição da música. Ao contrário de uma pintura ou de uma escultura, objetos de arte nos quais a forma se apresenta de uma única vez ao seu espectador, uma composição musical oferece ao seu ouvinte uma forma que se manifesta através de uma sequência obrigatória no tempo. Neste aspecto, a música é uma arte

---

dedicado de entrega ao seu objeto de estudos, diversos historiadores e pesquisadores de outras áreas vão assimilando de alguma maneira a linguagem musical e seu sistema conceitual, mesmo que sem esta formação inicial. Entre os filósofos, podemos lembrar as análises historicamente bem situadas de Celso Favaretto (1979).

<sup>34</sup> As ambiguidades entre a produção sobre Música em um campo e outro também foram abordadas em Chimènes (2007, p. 15-29).

<sup>35</sup> Pode-se dar como exemplo o excelente estudo sobre o samba e a malandragem na época de Getúlio Vargas, de Cláudia Matos (1982), ou ainda o estudo sobre samba-canções, de Beatriz Borges (1982), e a obra de Adélia Bezerra de Meneses (1982), sobre a dimensão poética e política na obra de Chico Buarque. Já para um estudo na ares de letras e comunicações que ultrapassa a simples análise literária da letra e procura recuperar a sua ligação com os aspectos sonoros, revelando um pleno conhecimento da dimensão musical, podemos lembrar Luis Tatit (1995).

temporalizada, assim como o Cinema ou o Teatro, e também a Dança (que, aliás, não se faz sem música). O expectador de um filme ou de uma peça teatral, assim como o ouvinte de música, precisa acompanhar o espetáculo na ordem que este lhe é apresentado pelos seus intérpretes. Tudo isso tem implicações que não podem ser ignoradas.

Vamos nos concentrar no caso da música. Em um dos modelos mais recorrentes das chamadas formas ternárias, por exemplo – apenas uma das inúmeras possibilidades de formas musicais disponíveis aos compositores de música –, primeiro devemos ouvir a primeira parte, depois a segunda, e depois um retorno modificado da primeira parte (a chamada forma ABA').<sup>36</sup> Na forma que ficou conhecida como forma-rondó – e que era bastante comum no último movimento das sonatas do período clássico da música europeia (segunda metade do século XVIII),<sup>37</sup> temos a presença marcante de uma sessão recorrente de música que sempre retorna, exatamente a mesma ou de maneira modificada, e que vai se alternando com sessões de música inéditas de modo a configurar formas no padrão ABACADA (etc...)<sup>38</sup>

Por que o conhecimento da forma é fundamental para o historiador? Na parte recorrente da forma-rondó, por exemplo, temos a sessão mais impactante, mais magnética da música. Um bom compositor de canções sabe que esta sessão recorrente da composição musical é aquela que tem de ser dotada de maior capacidade de envolver o ouvinte, de mobilizar a sua vontade de cantar junto, de projetar a voz do cantor ou da multidão que toma para si a performance da canção. Não é incomum que um compositor aproveite esse poder atrativo e mobilizador dos refrões musicais para encaminhar a mensagem que se quer fixar na mente do ouvinte. Frequentemente, compositores a serviço de forças políticas, ou da resistência a determinadas forças políticas, utilizaram a favor de suas causas a força do refrão. Ocorre-me, por exemplo, entre tantos exemplos que poderiam ser citados, a célebre canção “Caminhando”, de Geraldo Vandré, composta para contribuir com a resistência à Ditadura Militar instalada no Brasil a partir de 1964. Quantas vezes não foi entoado, por homens e mulheres que queriam resistir ao golpe militar instalado, o célebre refrão “Vem vamos embora, que esperar não é saber ... quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Encontramos o uso político do refrão desde a música medieval, nas cantigas satíricas dos trovadores de diversos países europeus, e também nos músicos islâmicos do mesmo período.

A questão que nos interessa neste momento é que a análise da letra de uma música (a análise da poesia de um refrão, por exemplo) não é de modo nenhum suficiente para dar a entender o potencial dinamizador de uma composição musical, ou para mostrar o seu possível efeito sobre uma multidão. A análise de um fenômeno musical que se esgote no exame puro e simples de uma letra de música é incompleta, deixa escapar aspectos importantíssimos, contorna a possibilidade de entrever os usos da dimensão musical e das instâncias performáticas para encaminhamento de uma certa mensagem ou com vistas à possibilidade de provocar determinadas reações no público.

Os limites deste artigo não me permitirão discutir ou dar exemplos para todas as instâncias que constituem os aspectos mais propriamente musicais de uma composição. O ritmo, o tipo de escala utilizado, as configurações melódicas, a estética, o estilo, a presença ou não de harmonia, os instrumentos utilizados, há inúmeros aspectos que podem ou devem fazer parte do movimento analítico empreendido pelo historiador da música, tanto quando este toma como objeto temático a música, como quando ele a utiliza como fonte para examinar aspectos variados da história, tais como a política, economia, cultura, vida cotidiana, entre outros.

---

<sup>36</sup> Outro modelo poderia ser o ABA, configurando uma sessão A, uma divergência a B, e o retorno rigoroso à parte inicial sem modificações. Também poderíamos pensar uma forma ternária com três sessões sem recorrência (ABC), cuidando o compositor de estabelecer a unidade através de outros meios.

<sup>37</sup> A forma rondó poderia aparecer ainda nos últimos movimentos de concertos e sinfonias do período clássico, e essa prática também se mantém em alguns compositores românticos e nos neoclássicos do século XX.

<sup>38</sup> Nos choros brasileiros dos séculos XIX e XX, esse tipo de recorrência também aparece em uma forma que frequentemente segue o esquema AABACCA. Para a estrutura do Choro, ver Almada (2006).

### 3. A música como fonte histórica a ser trabalhada pelos historiadores

O problema da música como fonte, e também das fontes para estudo da música como objeto de análise, traz-nos aspectos importantes. De um lado, podemos considerar as diversas fontes que podem ser utilizadas para a compreensão da história da música. De outro lado, a própria música – uma realização musical ou uma composição – pode ser utilizada para a compreensão da história como um todo.

No primeiro caso, devemos considerar que são fontes para o estudo da música materiais diversos, como os instrumentos, as partituras, as gravações, as práticas orais e rituais ligadas à música, as iconografias que representam práticas e realizações musicais, os textos que falam de música, os prospectos de espetáculos musicais, as correspondências entre compositores ou interessados em música, entre inúmeros outros.

No segundo caso, devemos considerar que a própria música – uma composição ou o registro de uma performance musical – pode ser fonte para a compreensão de aspectos históricos em geral. Através da fonte musical, podemos perceber estágios de desenvolvimentos tecnológicos, aspectos da cultura material, circunstâncias políticas, estruturas econômicas, padrões culturais, relações de gênero, transformações geracionais, processos de difusão. Muitos estudaram as relações entre Governo e Trabalho através da música do Período Vargas. Não há limites para os aspectos sociais que podem ser percebidos através da música.

Em uma palavra: através das fontes musicais, podemos estudar não somente a música de uma dada sociedade (o que confluiria para uma história da música), mas também a própria sociedade como um todo, nos seus aspectos extramusicais. Nesse caso, ao invés de uma História da música, teremos uma História através da música.

Outra questão que convém discutir é a relação entre os dois termos acima citados. Temos de um lado a música como fonte histórica; de outro lado, as fontes de diversos tipos que podem ser convocadas para a apreensão dessa música que, no fim das contas, poderá ser utilizada como fonte para a compreensão da história (seja da própria história da música, seja a história de todas as outras coisas). Esclareceremos melhor.

Dada a natureza da Música como arte performática ou recreativa – ou como arte que se produz no tempo, através da mediação de um intérprete – tem-se que uma música (uma composição musical executada por algum intérprete) não é um objeto de arte concreto, como é o caso de uma escultura ou de uma pintura, ou também de uma construção arquitetônica. Se quisermos olhar para um quadro famoso, podemos ir a um museu e contemplar diretamente a obra de arte que foi produzida, em certo momento histórico, por este ou por aquele pintor. As obras de artes visuais, uma vez produzidas pelos seus autores, adquirem uma materialidade no mundo e assim permanecem para sempre, a não ser que sejam destruídas por algum evento fortuito (e desconsiderada a deterioração material que todo objeto físico terminará por sofrer depois de milhares de anos, a não ser que seja permanentemente conservado em condições adequadas). Sempre poderemos olhar diretamente para a *Mona Lisa* (1503), de Leonardo Da Vinci, se simplesmente nos deslocarmos espacialmente para o Museu do Louvre – considerando, é claro, que nunca haja uma transferência desta obra de arte para outro museu ou então a sua destruição. Podemos olhar diretamente, com nossos próprios olhos de hoje, para esta famosa obra de arte pintada por um artista renascentista há mais de quinhentos anos atrás. Ela está lá, em algum lugar do planeta. Uma vez produzida, uma pintura ou escultura se materializa como objeto transformado, e, a não ser que se danifique, essa realização artística estará sempre à disposição daqueles que quiserem ou puderem contemplá-la. A fruição de uma obra de arte pictórica não necessita de mediadores entre o seu criador e o seu expectador. Olhamos para o quadro *Mona Lisa* tal como Leonardo da Vinci o pintou.

Com a Música, entretanto, não é assim. Uma música deve ser performatizada em um determinado período de tempo por um intérprete (um mediador entre o ouvinte e o ser humano

que criou aquela obra musical pela primeira vez). Podemos dizer que a obra musical precisa ser “recriada” de novo, e a cada instante mais uma vez, para que possamos ouvi-la. Há também outros mediadores dos quais já falaremos, além do músico que interpreta a obra. É o caso dos objetos que registram a música de alguma forma, seja através de sinais gráficos (como é o caso da partitura), seja através da reprodução de sua sonoridade através da tecnologia fonográfica (CDs, DVDs, reproduções através de arquivos de computador, gravações de programa de TV em mídias diversas). Há também a possibilidade de *downloads* de registros virtuais situados na *nuvem* ou na *web*. Por enquanto, falemos do intérprete.

A música precisa de um artista intermediário para existir. Nesse sentido, é uma arte interpretativa, performatizada. Ela também precisa de um período de tempo para se materializar através da execução da obra pelo intérprete. Este, por assim dizer, faz com que a música que um dia foi criada por um compositor reapareça durante o intervalo de tempo necessário para a sua execução e fruição. Depois disso, a música desaparece mais uma vez, e não está mais em nenhum lugar, até que a convoquemos mais uma vez para ser tocada por um artista e escutada por um ouvinte ou grupo de ouvintes (ou para ser reproduzida por meios tecnológicos, se for o caso).

Por tudo isso, é só maneira de dizer que a música é fonte para a História. Ela é isso, mas não é só isso. Se uma música é fonte para o estudo da história (da história da música ou da história de aspectos diversos, como a política, a economia, a cultura e tantos outros), é forçoso reconhecer que precisamos de outras fontes para atingir essa fonte musical que é incorpórea. Precisamos de fontes para acessar a música que foi um dia criada ou performatizada. Precisamos das partituras, CDs e outros meios de produção e gravação. E precisamos também de fontes diversas para compreender outros aspectos do mundo musical (correspondências, jornais, programas de espetáculos, críticas musicais, fotografias, além dos próprios instrumentos, que são objetos musicais que produzem música). Vamos falar um pouco dessas fontes.

As partituras, ao lado das gravações em tecnologias e mídias diversas, constituem as principais fontes para o historiador ou o musicólogo acessarem as inúmeras composições musicais que já foram criadas ao longo da história. Sua vantagem em relação às gravações é que essas últimas só existem a partir da passagem para o século XX. Portanto, se só contássemos com gravações em mídias diversas para acessar as composições musicais, teríamos de nos restringir ao período que se inicia com o século XX, com a sua introdução de inúmeras tecnologias e mídias que permitem registrar uma determinada música que foi performatizada em certo momento. Como atingir, contudo, os séculos anteriores, do XIX para trás? A partitura – e outras formas de registro musical através de algum tipo de escrita musical específica – permite precisamente alcançarmos composições musicais de períodos anteriores através desta mediação que é o registro da composição em alguma forma de escrita musical. A desvantagem da partitura em relação às gravações, por outro lado, é que qualquer forma de registro de música através da grafia musical – por mais complexo que seja o sistema de escrita musical desenvolvido por alguma sociedade – será sempre limitada e impossibilitada de registrar todos os inúmeros aspectos que fazem parte da performance.

A partitura, é preciso compreender bem, é um recurso que foi inventado pelos músicos para comunicar uma composição musical a outros músicos através de certas indicações. Mas não é possível, e nem mesmo desejável, dar todas as indicações que deveriam fazer parte da performance. O mais perfeito sistema de grafia musical conhecido é o que foi se aperfeiçoando na música ocidental a partir da Idade Média europeia até chegar aos dias de hoje. No princípio, havia um sistema de indicação de alturas musicais que apenas assinalava os efeitos de subida e descida de uma nota, a sua duração relativa e outros aspectos, mas de forma ainda demasiado vaga, que por isso deveria vir amparada por outras formas de transmissão da música. Era o chamado sistema gráfico dos “neumas”, que funcionou muito bem para a transmissão do repertório medieval do canto gregoriano, pois este era um enorme conjunto de composições musicais utilizadas pela Igreja católica que era constantemente

performatizado pelos monges e músicos da Igreja em rituais e sacramentos diversos, no cotidiano de mosteiros para assinalar as suas diversas atividades, e assim por diante. Desta forma, o sistema neumático podia se apoiar também numa espécie de transmissão oral que se verificava na execução repetida dos cantos gregorianos em diversas oportunidades.<sup>39</sup>

Os músicos, contudo, precisaram aperfeiçoar a precisão do sistema de notação, tanto porque a música sacra foi se desenvolvendo e se tornando mais complexa, como porque também começava a surgir com os trovadores medievais uma música profana, a qual não podia contar com o suporte dos rituais para a sua permanente transmissão. Por isso, começou a ser desenvolvido um sistema de notação musical baseado em pautas capazes de assinalar com menor ou maior precisão aspectos diversos, como a altura precisa de cada nota (aspectos melódicos), a duração de cada som (ritmo), a tonalidade da composição (sua escala ou modo), entre outros tantos. A consolidação da notação musical também tem a sua história. De uma pauta ainda rudimentar de uma ou duas linhas, logo surgiu a pauta de quatro linhas e, finalmente, consolidou-se a pauta de cinco linhas, que foi se desenvolvendo desde o período renascentista até o século XVIII e daí se consolidou como um sistema bem eficaz para a comunicação de uma composição musical ao músico que deve executá-la. Na partitura do século XVIII, já podia ser assinalada a dinâmica da composição (variações de intensidade sonora que vão do piano ou fraco até o fortíssimo). Desenvolvem-se também sinais para modificar a acentuação das notas, e indicações para a sua ligação ou desligamento fraseológico.

Não será o caso de recuperarmos a história da grafia musical neste artigo, mas o importante para a compreensão dos problemas que ora discutimos é que, com o registro de composições em partituras, um músico ou um historiador de hoje pode ter acesso a composições que de outro modo teriam se perdido no tempo. Se os músicos podem incluir em seu repertório composições que vão da Idade Média ao século XIX, isso se dá graças ao desenvolvimento e à prática da grafia musical, uma forma de escrita que gera as chamadas partituras. Embora a partitura não seja capaz de registrar todos os aspectos que fazem parte de performance, ela indica os aspectos principais, e permite uma comunicação efetiva entre os músicos, mesmo de séculos distintos. Há variações significativas no uso das convenções da grafia musical no decurso dos séculos, é verdade, mas isto não impede a comunicação. De todo modo, os estudiosos de música conhecem bem estas variações e podem proceder a todas as adaptações necessárias quando se trata de atualizar uma partitura de música ou de indicar, para os intérpretes, as variações nas convenções musicais. Além disso, os praticantes modernos de música antiga (músicos que têm em seus repertórios composições de períodos anteriores) costumam ser conhecedores destas convenções.<sup>40</sup>

As fontes midiáticas de reprodução, obviamente, falam por si como o segundo grande conjunto de fontes capazes de colocar o historiador (e os músicos) em contato com as composições musicais. Quando utilizamos um aparelho de CD ou DVD, por exemplo, acessamos uma performance musical que foi realizada em certo momento. A mídia fonográfica transmite, na verdade, a composição mediada pela interpretação dos músicos que a performatizaram em determinado instante. Como já assinalamos, a música é uma daquelas formas de arte que necessita de um mediador (o intérprete) e que se realiza em uma determinada fração de tempo para depois desaparecer, podendo este processo se reiniciar inúmeras vezes. O que o registro fonográfico faz é reproduzir mais uma vez, e tantas vezes quanto se queira, a performance musical que foi gravada em determinado momento.

<sup>39</sup> Sobre a notação musical na Idade Média, ver Parrish (1957).

<sup>40</sup> Thurston Dart, em seu ensaio *Interpretação da Música* (1960), registra estas palavras: "Um compositor do século XX usa a notação de acordo com as convenções de sua própria época; portanto, será difícil um intérprete do século XX compreendê-lo mal. Um compositor do século XVIII ou XVI, ou XIV, também usou a notação de acordo com as convenções de sua própria época – portanto, é bem possível que um intérprete do século XX compreenda a sua música de maneira totalmente equivocada devido a um conhecimento inadequado daquelas convenções, a maioria desde há muito obsoleta ou esquecida" (DART, 1990, p. 5). Para um estudo sobre os sistemas de convenções de cada época, ver Harnoncourt (1988).

A terceira fonte de acesso a composições de outras épocas, embora mais limitada, são os rituais. Quero dar o exemplo de uma composição musical de cerca de 3.500 anos atrás. Provavelmente, é a composição musical mais antiga da qual hoje podemos ter registro. Trata-se do hino para *A entrada do imperador no templo*, da China Antiga. Essa composição foi criada em algum momento da Antiguidade Chinesa, para secundar um ritual que se verificava sempre que o imperador da China adentrava o templo para as suas práticas sacras. Esse ritual se perpetuou por três mil e quinhentos anos, até o momento em que a monarquia chinesa foi substituída pela República, e logo depois pelo governo socialista de Mao Tsé-Tung. Os chineses antigos não desenvolveram um sistema de notação musical que tenha chegado até nós. No entanto, como a composição era performatizada inúmeras vezes, nos rituais em que o imperador entrava no templo, ela se transmitiu facilmente pelo tempo. Acresce que a música dos rituais frequentemente precisa ser executada com grande precisão (e esse era o caso), pois se considera que qualquer erro pode prejudicar o ritual ou perturbar a ordem natural. Por isso, podemos ter a certeza de que esta composição que chegou até nós da China Antiga era exatamente a mesma, mesmo que não tenhamos a partitura dela, a qual só foi feita por musicólogos de períodos bem posteriores. O exemplo, enfim, mostra-nos que os historiadores – além das partituras e registros fonográficos – podem contar também com as fontes que se perpetuaram através da transmissão oral, especialmente quando esta está associada a uma prática ritualística que assegura que a composição original não tenha sido modificada.

Podemos dizer que estas três formas – a partitura, os registros fonográficos em tecnologias e mídias diversas, e a transmissão oral – constituem a tríade principal de fontes que permitem acessar composições musicais específicas, na sua integridade, e relativas aos diversos tempos históricos. São as fontes que trazem aos historiadores uma composição que foi um dia criada e performatizada inúmeras vezes.

Destarte, existem outras fontes que, se não nos permitem acessar uma obra musical específica, permitem compreender um determinado sistema musical que produzia essas músicas. Se, por exemplo, tenho diante de mim uma flauta indígena, posso deduzir de tal instrumento o seu sistema de escalas musicais. Os instrumentos musicais são artefatos que concretizam um determinado sistema musical. Posso também ter acesso aos sistemas musicais através de tratados que foram escritos para explicá-los, na sua própria época. Assim, se não temos acesso, ou quase nenhum, a composições gregas específicas, temos pleno conhecimento do seu sistema musical, uma vez que os gregos produziram muitos tratados musicais e textos que falam sobre música.<sup>41</sup>

Há, além das fontes que nos trazem a música propriamente dita ou os sistemas musicais que as englobam, toda uma série de outras fontes que nos aproximam das práticas musicais como fenômenos socioculturais. Os prospectos de espetáculos, as críticas musicais, as notícias de jornais são alguns exemplos de fontes que, se não mostram a música especificamente, registram as práticas que se desenvolvem em torno delas. Há ainda toda uma sorte de fontes não textuais que proporcionam a possibilidade de compreender as práticas musicais. As fotografias e demais realizações iconográficas, por exemplo, podem trazer ao historiador instantâneos das diversas práticas que envolvem a música. Em certos casos, a iconografia pode mesmo ajudar a compreender o sistema musical. Imaginemos o desenho de uma prática musical na parede de uma pirâmide. Embora não nos tenha chegado do Egito nenhuma fonte que registre uma composição específica (uma partitura) ou que nos permita saber mais diretamente como era o sistema musical praticado pelos egípcios antigos, certas iconografias mostram músicos em ação. A posição dos dedos nos diversos instrumentos de cordas que deveriam soar juntos, conforme é retratado nos desenhos, pode favorecer reflexões sobre o modo de apresentação musical vigente (monodia ou polifonia, por

---

<sup>41</sup> Foi recuperado um pequeno conjunto de músicas da Grécia Antiga, mas não é muito extenso. Deve-se ainda lembrar que havia também, entre os gregos, alguns sistemas de notação musical derivados das letras do alfabeto. Sua decifração, contudo, é difícil. Sobre a música grega, ver West (1992) e Reinach (2011).



exemplo). As fontes iconográficas, enfim, não devem de modo algum ser negligenciadas como caminhos significativos para a percepção das práticas e sistemas musicais.

De igual maneira, existem as fontes que nos dão acesso aos produtores de música e outros agentes que a viabilizam, sejam os próprios músicos (compositores e intérpretes), ou toda uma outra série de agentes como os críticos, editores, produtores de espetáculos, empresários, censores, legisladores, professores, e mesmo os indivíduos e grupos que constituem o público que, na ponta final, consome música e nela interfere sob a forma de pressões diversas. Fontes várias, como correspondências, contratos, documentação legislativa, currículos escolares, entre tantas outras, falam de música mostrando tanto as práticas musicais quanto os agentes que giram em torno destas práticas. O primeiro destes agentes, mas não certamente o único, é o músico, e é neste sentido que podemos incorporar a indicação de Norbert Elias, de que é preciso “investigar a conexão entre a experiência e o destino do artista criador em sua sociedade, ou seja, entre esta sociedade e as obras produzidas pelo artista” (ELIAS, 1996, p. 57).

#### **4. Novas relações: a Música como meio de representação para a História e como meio de renovação para a História.**

É muito conhecido, desde tempos antigos, o uso da música como meio de representação para a História. Os antigos gregos e romanos, assim como os artistas medievais, contaram histórias – ou mais propriamente narrativas relativas a processos históricos pretensamente ocorridos – através da música. As escolas de samba, no Brasil República, oferecem através da sua história, inúmeros exemplos de criações de narrativas historiográficas através dos sambas-enredo. Conjuntos de rock também encaminharam composições com representações históricas. Trata-se, em todos os casos, de uma composição histórica mais ou menos livre, literária ou poética, que mais seria aparentada aos romances históricos livremente desenvolvidos que aos trabalhos de historiografia. Podemos nos perguntar se um dia os próprios historiadores não usarão a linguagem musical e seus recursos como caminhos para a expressão de sua escrita historiográfica. Tal empresa, obviamente, exigiria o concurso de dois campos de saber e de expressão: a Música como forma da expressão artística e linguagem, e a Histórica como disciplina científica.

Estamos mais perto de outra interação interessante entre a Música dos músicos e a História dos historiadores: a possibilidade de utilizar conceitos e modos de imaginação típicos da Música para a renovação da História como campo de saber. Este aspecto é particularmente fascinante. Se há muito os historiadores já estudam a música como objeto (a História da Música), e se já, há bastante tempo, utilizam a música como fonte para a História (a História através da música), já é menos comum o uso da Música como interface interdisciplinar capaz de oferecer meios para a renovação da própria História como disciplina. Há um vasto caminho, aqui, ainda a ser percorrido. Será que certos conceitos típicos de Música (enquanto disciplina ou prática) não poderiam contribuir para oferecer à História novos modos de análise, novos recursos expressivos, novas aproximações teóricas? A imaginação musical, típica dos músicos, não poderia contribuir para renovar os modos de imaginação que já são típicos dos historiadores?

Já existem experiências nesta direção, diálogos interdisciplinares em movimento, conceitos compartilhados. Podemos por exemplo lançar mão do conceito de *polifonia* para nos referirmos a determinados tipos de fontes históricas, ou de expectativas que podem ser estabelecidas para tratamento de certas fontes históricas. A polifonia, na música, corresponde à sucessão simultânea de diversas vozes musicais, ou de diversas melodias que caminham juntas, estabelecendo contrapontos, diálogos, imitações, dialéticas de pergunta e resposta. A música de Johan Sebastian Bach, compositor alemão da última fase do período barroco (primeira metade do século XVIII), oferece inúmeras realizações de construções polifônicas.

Os conjuntos de choro no Brasil contemporâneo, nas suas realizações instrumentais, também elaboram a polifonia à sua maneira.

Para resumir, podemos dizer que a escrita polifônica seria aquela na qual a composição se desenvolve em várias vozes que se sobrepõem ao mesmo tempo, avançando paralelamente e interagindo umas com as outras para a realização de um resultado maior. Opostos disto são a *monodia* (escrita em uma única voz, como nos cantos gregorianos) e a *homofonia*, modo de apresentação musical no qual uma melodia na voz superior comanda o discurso musical apoiada em uma base harmônica estabelecida a partir de uma sucessão de acordes. É somente na polifonia autêntica que todas as vozes afirmam a sua identidade, sem que uma se sobreponha às outras em termos de importância. A polifonia, pode-se dizer, é uma trama musical composta de muitas vozes.

Linguistas como Mikhail Bakhtin utilizaram o conceito de polifonia fora do campo mais propriamente musical, aplicando-o à Literatura.<sup>42</sup> Bakhtin vale-se da ideia de polifonia para se referir à escrita de Dostoiévsky, mas também a estende a diversas outras criações no campo do Romance, argumentando que, nesta forma de escrever, o discurso autoral é contraposto a uma diversidade de vozes distintas que se afirmam enfaticamente, seja a partir dos diversos personagens, seja através de inserções narrativas que trazem outros discursos que não são o do autor do texto. A esse jogo de várias vozes que ora dialogam, ora se contrapõem ou se digladiam, ora se citam mutuamente, ora expressam diferentes discursos ligados a diferentes comunidades linguísticas, Bakhtin denominou Dialogismo. O chamado “romance polifônico”, para Bakhtin, seria aquele no qual, ao lado do narrador principal que conduz temporalmente o fio do discurso, afirmam-se diversas vozes ideológicas contraditórias (BAKHTIN, 2008, p. 208). A bem dizer, na polifonia literária autêntica não deveria existir uma voz que subordina as outras, o que seria uma “monologia” ou o equivalente a uma “homofonia musical”, mas sim um autêntico dialogismo que estabelece uma trama na qual as diversas vozes polemizam entre si, afirmando cada qual a sua visão de mundo.

A perspectiva da polifonia foi trazida para a História, a partir de Bakhtin, por autores como Carlo Ginzburg, entre muitos outros. Pode-se dizer, neste caso, que um conceito originário da Música, mediado pelo campo da crítica literária, terminou por ser assimilado pela História de modo a produzir novas perspectivas teóricas e metodológicas. É a isso que me refiro quando digo que a última e mais fascinante possibilidade de interação entre Música e História se refere à possibilidade de que o campo musical forneça aos historiadores novos conceitos e mesmo modos de imaginação inéditos, capazes de renovar a História.

O vocabulário musical passou também à metodologia da História. Chamamos de fontes polifônicas àquelas que apresentam um padrão mais intenso de dialogismo em decorrência da própria maneira como estão estruturadas, ou em função dos próprios objetivos que as materializaram. Podemos também chamá-las de “fontes dialógicas”, em atenção à contribuição de Bakhtin. De todo modo, a característica deste tipo de fontes é que a polifonia se torna tangível. O historiador pode ler nelas uma trama formada por diversas vozes, da mesma maneira que o maestro tem sob seus olhos, ao ler a sua partitura, as diversas melodias encaminhadas pelos vários instrumentos da orquestra.

Fontes dialógicas por excelência, entre várias outras, são os processos criminais e processos inquisitoriais – que envolvem depoimentos de réus, testemunhas e acusadores, mas também a figura destes mediadores que são os delegados de polícia e os inquisidores, e também os advogados para o caso dos processos jurídicos modernos. Os processos também são, além de dialógicos, “fontes intensivas” – fontes que buscam apreender e dar a perceber muitos detalhes, particularmente os que passariam despercebidos ou aos quais em outra situação não se dá a devida importância (lembramos os investigadores criminais vasculhando as latas de lixo). Por fim, os processos apresentam um esforço significativo de

---

<sup>42</sup> A obra clássica é o ensaio de Mikhail Bakhtin sobre Dostoiévsky (2008).

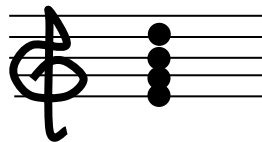
compreender a fala de um outro, de dar a compreender esta fala, embora envolvam a manipulação da fala.

Os micro-historiadores, por exemplo, têm desenvolvido uma habilidade quase musical de ler a polifonia nas fontes dialógicas. As diferentes versões dos acontecimentos que através delas se conflitam, as visões de mundo que os atores sociais encaminham uns contra os outros, as redes de rivalidades e solidariedades que daí emergem, as identidades e preconceitos, é todo este vasto e dialógico universo – não apenas capaz de elucidar as relações interindividuais, como também de esclarecer a respeito das relações de classe – o que se mostra como principal objeto de investigação para a análise micro-histógrafa que se torna possível a partir de fontes dialógicas como os processos criminais. A percepção polifônica, definitivamente, adentrou a metodologia histórica e os seus modos de expressão. Os historiadores, certamente, tiveram e ainda terão muito a aprender com os músicos.

Outro caminho interdisciplinar discutido em obra recente (BARROS, 2011) está na possibilidade de trazer para os modos de elaborar a História um outro conceito muito importante para os músicos: o de *acorde*.

O “acorde”, na teoria e na prática musical, pode ser entendido como um conjunto de notas musicais que soam juntas e assim produzem uma sonoridade compósita. De maneira simplificada, podemos dizer que o acorde é um som constituído de outros sons, cada um dos quais integra a sua identidade sonora. Deve se notar, ainda, que não são apenas os sons constituintes do acorde aquilo que configura a sua identidade sonora, mas também as relações de cada um destes sons com cada um dos outros e com a totalidade que os integra. Um som interferido por um outro, e mediado por um terceiro, transforma-se na verdade em um fenômeno sonoro novo, de modo que podemos dizer que um acorde corresponde não apenas a uma combinação de sons, mas também a uma combinação de relações de sons que interagem reciprocamente.

Figura 1 – um ‘Acorde’



Podemos visualizar através de uma pauta de cinco linhas, como a que foi acima desenhada, a representação de um acorde musical. Todavia, devemos sempre compreender que o acorde é um fenômeno sonoro, independente da representação que lhe atribuímos em uma folha de papel. A representação de acordes na pauta musical, e de melodias formadas por notas musicais em sucessão, foi apenas um recurso que os músicos inventaram para comunicar, uns aos outros, a música que deve ser executada. No caso do acordes, entretantes, deve-se entender que, na realidade musical, as notas não se manifestam uma por cima da outra, como a figura sugere, mas sim uma “por dentro” da outra. Um acorde é um som formado por vários sons que soam simultaneamente, uns interferindo nos outros e todos terminando por produzir uma coisa nova.

De fato, tal como bem sabem todos aqueles que praticam a música, não é possível, senão rudimentarmente, representar um fenômeno musical e sonoro: só podemos senti-lo. Só é possível perceber isto, esta realidade pungente que é o fenômeno sonoro, capaz de agregar simultaneamente realidades diversas que se presentificam em um único movimento, quando ouvimos ou tocamos música.

Se, na teoria e na prática musical, o “acorde” pode ser de fato entendido como um conjunto de notas musicais que soam juntas e assim produzem uma sonoridade compósita, devo lembrar, adicionalmente, que a noção de “acorde” não aparece exclusivamente na

música, embora aí tenha a sua origem. O conceito de “acorde” também fundamenta campos diversos da criação humana. Ele aparece, por exemplo, na Enologia – ciência e arte que estuda todos os aspectos envolvidos na produção e consumo do vinho. De igual maneira, a noção de acorde também está na base da arte da elaboração de perfumes, e neste caso corresponde a uma mistura de cheiros que, combinados, equivalem à informação total captada pelo olfato humano. O acorde olfativo também é constituído de notas.<sup>43</sup>

Na Música – ou mais especificamente no sistema harmônico que se desenvolveu na história da música nas culturas ocidentais – o acorde costuma ser constituído por uma superposição de intervalos que se estabelecem, do grave para o agudo, a partir da “nota fundamental”. Na figura trazida pela pauta, cada um daqueles pequenos círculos negros, que estão empilhados, corresponde a um som que poderia ter sido perfeitamente emitido de maneira isolada. No acorde, contudo, eles soam juntos: estão amarrados em um único momento, e por isso implicam um no outro formando uma identidade sonora nova. O acorde corresponde a uma simultaneidade de sons, a um feixe transversal de notas musicais que passam a interagir umas com as outras de modo a formar uma coisa nova.

A minha ideia, que aqui reapresento como ilustração de como a teoria musical pode beneficiar interdisciplinarmente a teoria da história, foi a de incorporar a este último campo de estudos esta poderosa imagem musical, a do “acorde”. A proposta encaminhada é a de que, ao analisarmos um determinado pensamento autoral (na historiografia, na história das ideias, ou na história intelectual, por exemplo), seria possível falar com bastante adequação em acordes formados por diversos elementos. Um “acorde teórico”, ou um “acorde historiográfico”, é a metáfora a ser aqui utilizada para se falar em um grupo de aspectos e/ou linhas de influência que permitem definir a visão de mundo e a prática de determinado historiador ou filósofo. O mesmo recurso, aliás, pode ser empregado para o exame de pensadores ligados a qualquer campo de saber.

Tal proposta busca superar a prática tão comum de classificar autores em paradigmas ou correntes intelectuais, sempre de maneira simplória e como se estes paradigmas fossem enormes caixas nas quais poderiam ser encerrados definitivamente os diversos autores. A noção de “acorde teórico” (ou “acorde historiográfico”, se for o caso) nos permite restituir alguma complexidade à percepção sobre as especificidades de cada autor, de cada historiador, filósofo ou intelectual. Se enquadrar um autor no interior de um paradigma pode trazer o efeito de podar algumas de suas especificidades, ou de pôr a perder algumas de suas singularidades, já a utilização da noção de “acorde teórico” pretende enfrentar o desafio de recuperar um pouco desta complexidade. Assim, um filósofo como Walter Benjamin já não é tão somente um materialista histórico (seu paradigma básico), mas também inúmeras outras coisas. Seu acorde teórico contém elementos diversos como a influência da Psicanálise, o estilo aforístico à maneira de Nietzsche, uma consciência trágica, uma perspectiva messiânica revolucionária, a recusa à ilusão de progresso, e tantas outras notas quantas possamos pensar de modo a capturar a sua complexidade. Tudo isto se junta ao materialismo histórico para a formação de uma identidade teórica extremamente complexa que é a de Walter Benjamin, para dar apenas um pequeno exemplo. Isso é um acorde: a complexidade representada por um combinado de notas que supera a simplicidade das meras caixas classificatórias.

Proponho, enfim, que utilizemos o conceito de acorde para renovar o modo de abordar a historiografia e as identidades teóricas. Isso seria investir efetivamente no quarto tipo de interação que pode existir entre Música e História: a possibilidade de deixar que a Música atue

---

<sup>43</sup> Basicamente, a combinação de aromas com vistas à produção de um perfume trabalha com três grupos de notas: as “notas de fundo”, que são constituídas pelos fixadores que mantêm o perfume por mais tempo, fazendo-o perdurar por sete ou oito horas; as “notas de corpo” (ou “notas de coração”), constituídas por moléculas que perduram 4 ou 5 horas antes de se volatilizarem; e as “notas de topo” (ou “notas de cabeça”), responsável pelo primeiro impacto do perfume.

na História interdisciplinarmente, fornecendo-lhe conceitos, vocabulários, modos de imaginação distintos daqueles que habitualmente são encaminhados pelos historiadores.

O modo de imaginação baseado no acorde também pode contribuir para visualizarmos identidades complexas, fora do universo autoral. Ao analisar realidades culturais diversificadas, os historiadores poderiam pensar em “acordes de identidades”. Um indivíduo nunca é uma coisa apenas: frequentemente ele corresponde a um entremeado de coisas que o definem, ou a um acorde identitário. Essa linha de analogias, todavia, merece um estudo à parte. Por ora, o objetivo desta última sessão foi tão somente o de assinalar que Música pode não apenas a se relacionar com a História como objeto, fonte e meio de representação, mas também como caminho para a renovação da própria História como campo de saber.

## **Bibliografia**

ABREU, Martha. Histórias da “Música Popular Brasileira”, uma análise da produção sobre o período colonial”. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris (Orgs.) **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: EDUSP; Hucitec; 2001. v. II, p. 683-705.

ABREU, Martha. Histórias musicais da Primeira República. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 71-83, 2011.

ALENCAR, Maria A.G. de. Música, identidade e memória: musicólogos e folcloristas no Brasil. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 61-79, 2001.

ALMADA, Carlos. **A estrutura do Choro com aplicações na improvisação e no arranjo**. Rio de Janeiro: Da Fonseca, 2006.

ALMEIDA, Renato. **Compêndio de História da música brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1948.

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo: Vila Rica; Brasília; INL, 1972 [original: 1928].

ANDRADE, Mário de. **Pequena História da Música**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1987 [original: 1929].

AZEVEDO, Luiz Heitor de. **A música brasileira e seus fundamentos**; Brief history of music in Brazil. Washington D. C.: Pan American Union, 1948.

AZEVEDO, Luiz Heitor de. **150 anos de música no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

BAHIANA, Ana Maria. **Nada será como antes**. MPB nos anos 70. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARBOSA, Orestes. **Samba**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

BARROS, José D’Assunção. **Acordes historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. (Teoria da História, V)

- BITTENCOURT, Gastão de. **História breve da música no Brasil**. Lisboa: Seção de intercâmbio do S.N.I, 1945.
- BLOMBERG, Carla. Histórias da música no Brasil e musicologia: uma leitura preliminar. **Projeto História**, São Paulo, n. 43, p. 415-444, 2011.
- BORGES, Beatriz. **Samba-canção: fratura e paixão**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- CAMPOS, Augusto de (Org.). **O balanço da Bossa e outras bossas**. São Paulo: Perspectiva, 1974 [original: 1968].
- CASTAGNA, P. Avanços e perspectivas na musicologia histórica brasileira. **Revista do Conservatório de Música da UFPel**, Pelotas, n. 1, p. 32-57, 2008.
- CHIMÈNES, Myriam. Musicologia e história. Fronteira ou “Terra de Ninguém” entre duas disciplinas?. **Revista de História**, São Paulo, n. 157, p. 15-29, 2007.
- DART, T. **Interpretação da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FAVARETTO, Celso. **Tropicália: alegoria, alegria**. São Paulo: Kairós, 1979.
- GUIMARÃES, Francisco. **Na roda do samba**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.
- ELIAS, N. **Mozart**. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- HARNONCOURT, N. **O discurso dos sons**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- KIEFER, Bruno. **História da música brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 1976.
- KIEFER, Bruno. **Música e dança popular: sua influência na música erudita**. Porto Alegre: Movimento, 1990.
- KRUMMEL, D.W. & SADIE, Stanley. **Music printing and publishing**. New York: Norton, 1990.
- LUCAS, Maria Elizabeth. Perspectivas da pesquisa musicológica na América Latina: o caso brasileiro. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, 1., 1997, Curitiba, **Anais...** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998. p. 69-74.
- MARIZ, Vasco. **História da música no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. [original: 1981].
- MARCONDES, Antonio M. **Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica, popular**. São Paulo: Art Editora, 1977.
- MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MELO, Guilherme de. **A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República**. Salvador: Tipografia de S. Joaquim, 1908. Disponível em <<https://archive.org/details/amusicanobrasil00mellgoog>>.

MENESES, Adélia Bezerra de. **Desenho mágico**: poesia e política em Chico Buarque. São Paulo: Hucitec, 1982.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **“Seguindo a canção”**: Engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume, 2001.

NEVES, José Maria. **Música contemporânea brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

PARRISH, C. **The notation of medieval music**. London: Faber & Faber, 1957.

REINACH, Théodore. **A música grega**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

RODRIGUES, Ana Maria. **Samba negro, espoliação branca**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Música popular e moderna poesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Alberto Moby Silveira da. **Sinal fechado**: a música brasileira sob censura (1937-45 / 1969-78). 2. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. [original: 1994].

SANDRONI, Carlos. **O feitiço do samba**: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SOUZA, Tárík de. **Rostos e gostos da MPB**. Porto Alegre: LP&M, 1979.

TATIT, Luiz. **O cancionista**: composição de canções no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1995.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena história da música popular**: da modinha à canção de protesto. Petrópolis: Vozes, 1974.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular**: os sons que vêm da rua. São Paulo: Edição do autor, 1976.

VASCONCELOS, Ary. **Raízes da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Ed, 1977.

WEST, M. I. **Ancient greck music**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

WISNIK, José Miguel. Getúlio da Paixão Cearense. In: SQUEFF, Enio e WISNIK, José Miguel. **O nacional e o popular na cultura brasileira**: música. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Recebido em outubro de 2016.  
Aprovado em novembro de 2017.





<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-3>

## **A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DA JUSTIÇA NA IMPRENSA ANARQUISTA BRASILEIRA**

*Alberto Gawryszewski\**

**RESUMO:** O presente texto visa estudar como a imprensa anarquista brasileira desenhou a “justiça burguesa” em seus periódicos, no período 1890-1930. Para a compreensão das charges e caricaturas anarquistas, vai se adotar o conceito de charge ideológica, uma produção visual sem fronteiras, atemporal, agressiva e crítica, onde o riso não era sua essência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anarquismo. Imagem. Movimento Operário.

**ABSTRACT:** This study aims to analyse how the Brazilian anarchist press designed "bourgeois justice" in its periodicals, in the period 1890-1930. To better understand cartoons and anarchist caricatures, the concept of ideological charge is adopted, a visual production without frontiers, timeless, aggressive and critical, where laughter was not its essence.

**KEYWORDS:** Anarchism. Image. Worker Movement.

**RESUMEN:** El presente texto pretende estudiar cómo la prensa anarquista brasileña diseñó la "justicia burguesa" en sus periódicos, en el período 1890-1930. Para la comprensión de las caricaturas anarquistas, se va a adoptar el concepto de cargo ideológico, una producción visual sin fronteras, atemporal, agresiva y crítica, donde la risa no era su esencia.

**PALABRAS CLAVE:** Anarquismo. Imagen. Movimiento Obrero.

### **I. Introdução**

A questão central desenvolvida neste trabalho de pesquisa foi discutir o uso da representação imagética do Poder Judiciário (a Justiça) por meio das ilustrações (desenhos, caricaturas e charges) na imprensa anarquista brasileira, no período compreendido entre os anos de 1889 e 1930. Entenda-se imprensa anarquista os jornais editados na cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo que se intitulavam anarquistas, vinculados ou não ao meio sindical.

Este trabalho foi dividido em duas partes básicas. Na primeira, História e fontes, vê-se, rapidamente, a criação das revistas ilustradas no Brasil, a primeira caricatura publicada e sua relação com a história. Faz-se necessário tal apresentação pela simples razão de se compreender que a imagem, a ilustração crítica, já se fazia presente na vida cotidiana brasileira. Serão apresentados os conceitos historiográficos utilizados por este trabalho, como também as fontes. A segunda parte trata da representação da Justiça (em sentido amplo), do Poder Judiciário (interprete e agente do Estado) e das leis (Poder Legislativo) nos periódicos da imprensa anarquista, e de como se usou a imagem para criar e propor uma ideologia (sociedade anarquista) e apresentar críticas aos poderes (autoridades) estabelecidos. Aqui,

---

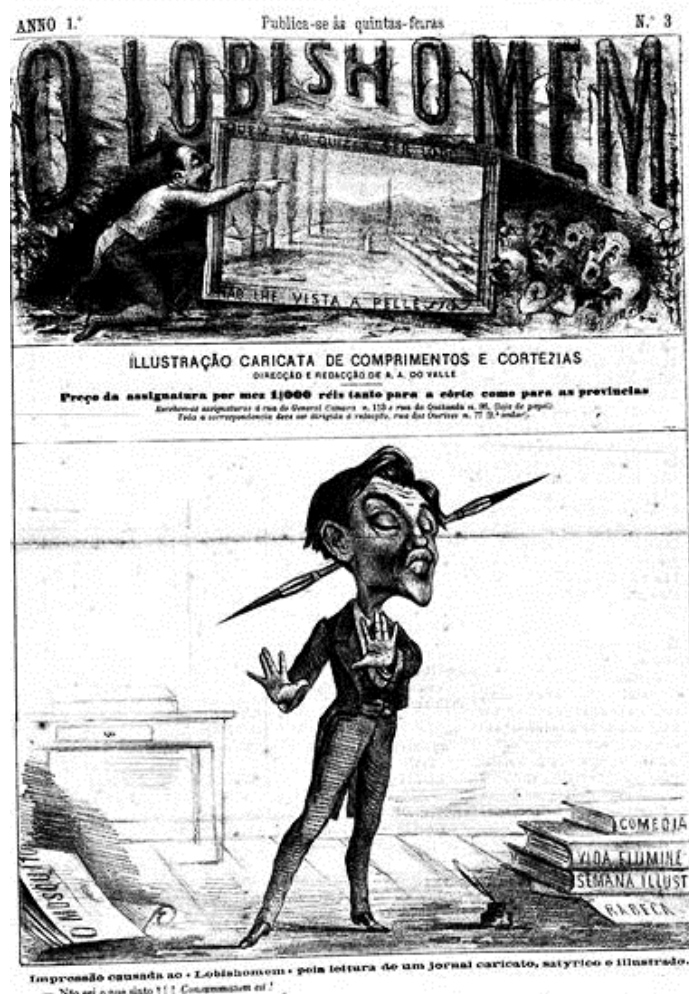
\* Professor Associado “C” do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL.

não podemos esquecer o poder repressivo, baseado ou não nas leis, dos poderes executivos estaduais e federal (muitas vezes em conluio com as agências patronais).

## II. História e fontes

A primeira caricatura reconhecida e aceita foi publicada no *Jornal do Comércio*, de 14 de dezembro de 1837, tendo por autoria Araújo Porto Alegre. Uma das primeiras revistas especializadas na arte visual caricata foi *Semana Illustrada*, lançada em 1860, pelo alemão Fleiuss. Marcando época, essa revista sobreviveu por dezesseis anos consecutivos, gerando o aparecimento de diversas outras no gênero. Em seu extenso trabalho sobre a caricatura no Brasil do século XIX, Lima (1963) listou as principais revistas ilustradas e os seus principais desenhistas. Na Figura 1, capa da revista *O Lobishomem* (“ilustração caricata de cumprimentos e cortezias”), de 1870, podem-se visualizar as revistas concorrentes à mesma, tais como *Comédia (Social?)*, *Vida Fluminense*, *O Mosquito*, *Semana Illustrada*, *Rabeca*. Vê-se, portanto, que as revistas que possuíam ilustrações caíram no agrado do público e puderam produzir imagens impactantes sobre o período. Segundo Lima (1963, p. 131), *O Mefistófeles*, *O Lobishomem* e a *Comédia Social* seriam incorporadas pela *O Mosquito*, que, por sua vez, foi incorporada à *Revista Illustrada* em 1877, demonstrando uma dinâmica no mercado editorial para atender a uma demanda de competitividade e à sua própria subsistência.

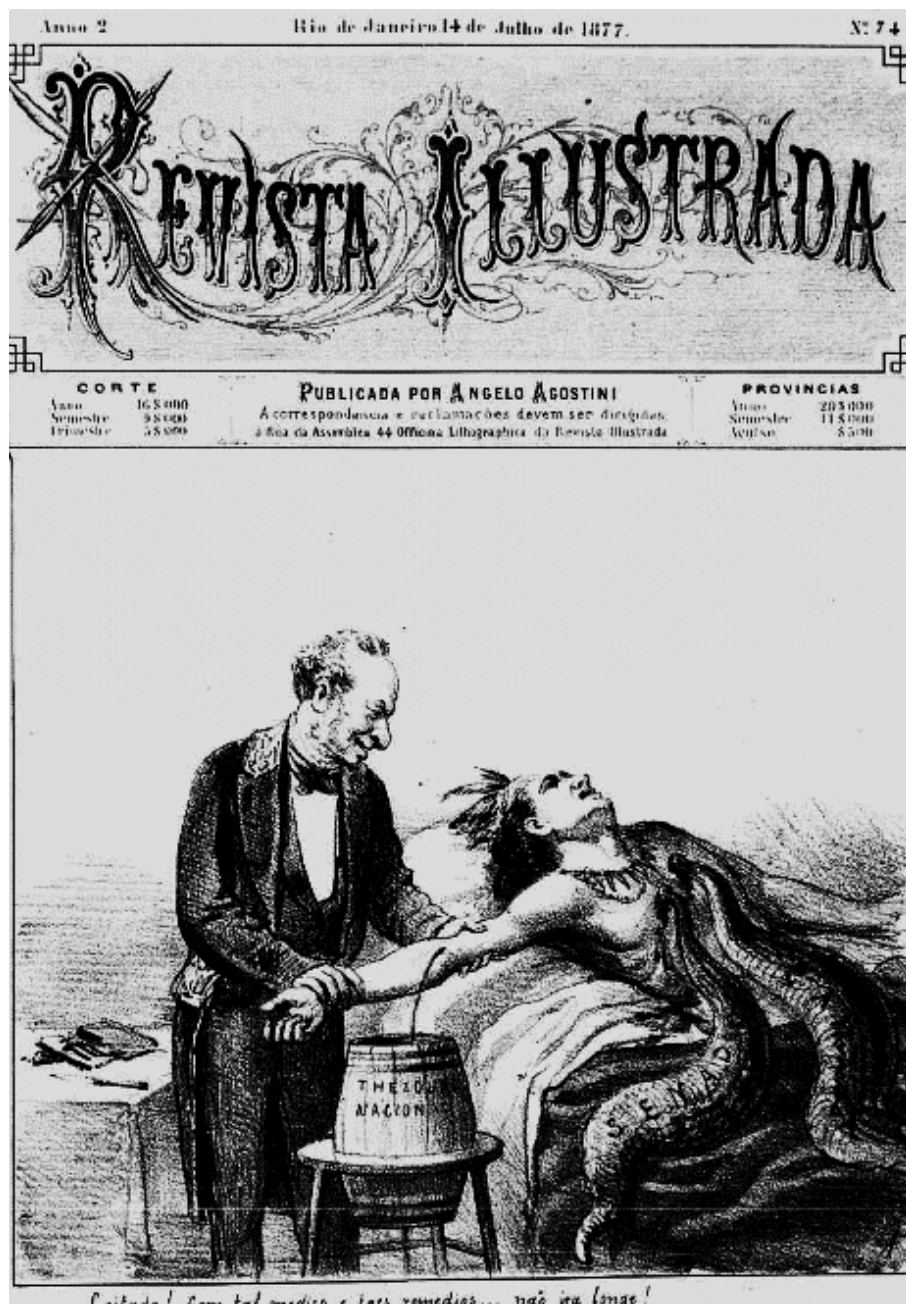
Figura 1



Fonte: Revista *O Lobishomem*, Rio de Janeiro, 1870

Com uma rápida passagem de olhos nas páginas desses periódicos, podemos encontrar imagens em que a Justiça e o Poder Judiciário se fizeram presentes. A *Revista Ilustrada*, que tinha por objetivo atingir o poder monárquico, o poder político (Congresso), a Igreja e a escravidão negra instituída, não colocou o Poder Judiciário entre seus principais inimigos. Apresentam-se duas imagens que dão uma ideia da posição da revista e sua forma de abordar os temas tratados. A Figura 2 é um exemplo do tipo de crítica direta executada. Nela, vemos o índio, que representava a nação brasileira, e o Tesouro Nacional (o barril) necessitando de seu sangue. Da mesma maneira, o Senado e a Câmara, na forma de sanguessugas, absorvem o pouco de força que sobraria para o “índio”. Abaixo, uma legenda bem explicativa: “Coitado! Com tal médico e tais remédios... não irá longe”.

Figura 2



Fonte: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1877.

Portanto, o poder político é uma máquina a destruir o potencial do povo brasileiro. Na Figura 3, uma crítica direta à Justiça, representada por um homem obeso com as vestes características do juiz do Poder Judiciário. A imagem, que muito bem poderia ter sido publicada na revista ilustrada *O Malho*, de 1906, ou *Fon-Fon*, de 1921, bem como na imprensa operária anarquista, de 1917 (como veremos), apresenta a destruição da estátua da deusa Themis, a forma feminina da Justiça. Tudo o que ela representava (ver discussão dos signos mais adiante) foi destruído. Ao chão, outra representação feminina (“A Inocência”, conforme escrito em sua roupa), pedindo clemência ao todo poderoso juiz – este usando dois símbolos pertinentes a Themis, a espada em suas mãos e a venda cobrindo apenas um dos olhos. Obeso e feliz, recebe de um ser sinistro, ao fundo da cena, um saco de dinheiro. A mensagem é clara, pois aos poderosos é dada a possibilidade da compra da sentença e ao inocente é dada a garantia da culpa. De justa, a Justiça brasileira como era, nada tinha. Para a *Revista Ilustrada*, a crítica era a realidade da Justiça, não a existência de um Poder Judiciário, mas a de um poder corrompido.

Figura 3



Fonte: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro.

No final do século XIX e início do século passado, surgiram diversos periódicos tendo a caricatura/charge como seu instrumento principal de divulgação e/ou divertimento. A grande imprensa diária passou a contar, em especial, a partir da década de 20 do século XX, com a

contribuição de caricaturistas, nas suas diversas formas de manifestação (charge, gravuras etc.). Se, no século XIX, as críticas políticas às instituições eram uma constante, não foi novidade para a imprensa operária e anarquista a manutenção das mesmas, agora com um novo viés ideológico. Assim, a arte visual com esses formatos passou a fazer parte do cotidiano brasileiro.

Não há consenso sobre a existência de uma arte anarquista, embora muitos artistas se intitulassem como pertencentes a esse grupo de pensamento. É possível falar de uma estética anarquista (RAGON et al, 2001)? Da mesma forma, não se pode ter certeza ou clareza dos limites de uma obra gráfica anarquista. Quais limites devem ser estabelecidos? Como perceber em uma ilustração da imprensa operária seu viés político? Seria anarquista, anarco-sindicalista, socialista, “amarelo”, ou apenas uma ilustração de senso comum contra um sistema capitalista altamente espoliador e repressivo? Boa parte da historiografia, baseada em relatos nos próprios jornais (balanços e notícias), apresentou os jornais operários e anarquistas como deficitários. Esse problema, somado à forte repressão, obrigou ao fechamento prematuro de muitas publicações. Para este trabalho, como já foi escrito, far-se-á o uso de diversos jornais brasileiros e alguns estrangeiros.

Como a imprensa anarquista e operária não visava ao lucro, sua manutenção se dava pela via da venda avulsa, publicidade, assinaturas e subscrições, realizações de piqueniques, conferências e bailes. Muitas das imagens utilizadas nos periódicos operários e anarquistas eram reproduções de outros jornais, brasileiros e estrangeiros, denotando uma particularidade da imprensa de então. Mas quem são os desenhistas da imprensa operária e anarquista? Muitas das obras não possuem assinatura, seja por precaução do autor, seja por desinteresse do jornal ou do artista. Muitas das ilustrações que possuem assinatura são de autores não identificados. Enfim, a grande maioria das imagens é de desconhecidos. Mas teriam sido obras encomendadas em sua origem? Seriam os desenhistas remunerados por elas? Seriam da imprensa anarquista, propriamente dita? Enfim, muitas perguntas não respondidas.

Partimos da hipótese de que os artistas comungavam dos ideais da imprensa que utilizava sua obra, e de que eram engajados politicamente. Portanto, além de não discordarem de suas publicações, ainda produziam mais obras com o fito de denunciar fatos que consideravam relevantes. Consideravam sua obra como importante instrumento de educação política dos leitores dos jornais. Por fim, que a ilustração produzida representava um sentimento coletivo, único. Sendo eminentemente política, a obra imagética, em especial a charge, não tinha no riso um aspecto fundamental, em se tratando de charge e/ou caricatura. Talvez visasse apenas construir uma imagem negativa do objeto retratado (ou desconstruir, se positiva). Sua percepção é de um tempo preciso, revelando um fato, algo, em um espaço e lugar. Mas um aspecto fundamental na obra do artista e intrínseco ao pensamento anarquista é a liberdade de criação. A direção do jornal, se é que se poderia chamar de “direção”, não deveria conduzir a produção da obra. Evidentemente, poder-se-ia pensar em sua não publicação caso não se adequasse ao posicionamento do jornal, mas isso é outra discussão, difícil de se comprovar, e uma violência ao ideal anarquista.

A imagem, para a imprensa operária, em especial anarquista, tinha por fito conscientizar seu leitor para uma situação que o mesmo vivia, mas que não conseguia ver como um problema coletivo, de classe, resultado da existência de um sistema opressor. Da mesma forma, havia a possibilidade da extinção dessa sociedade com o surgimento de outra forma de sistema político, econômico e social. Portanto, além de uma proposta de crítica social, de denúncia e de conscientização, a imagem carregava um novo ideário, uma resposta objetiva, não a crítica pela crítica, ou mudanças menores no sistema então vigente. Boa parte das ilustrações tinham destaque nas publicações, visto estarem na primeira página, a de maior visibilidade.

Na presente pesquisa se pôde verificar a existência de poucas imagens (desenhos, fotografias, charges e caricaturas), considerando a grande quantidade de jornais impressos. Mesmos nos jornais ditos “burgueses”, a presença de caricaturas e charges não era tão

comum, embora no início de século XX tal arte tenha começado a se expandir, inclusive conquistando a primeira página (*Gazeta de Notícias*, da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo). Embora o avanço da tecnologia gráfica tenha possibilitado o barateamento do uso de imagens pela imprensa, para a operária e anarquista, acreditamos, o custo ainda era elevado. Apenas os jornais anarquistas que conseguiram ter uma vida mais longa poderiam usufruir de forma mais sistemática do uso de charges (*A Plebe*, por exemplo).

Quanto à relação da ilustração com o texto jornalístico, pode-se dizer que nem sempre a imagem ilustrava uma reportagem ou coluna. A imagem poderia possuir um texto e /ou uma legenda, o que ajudava na identificação dos personagens, da situação e, mesmo, da mensagem pretendida. Como havia uma proposta clara de denúncia e difusão de um ideal, como já escrito, a imagem poderia ter sua independência em relação ao texto jornalístico ou estar diretamente ligada a outro na mesma página, número ou outro exemplar da publicação. A imprensa, nesse sentido, deve ser vista como um processo educativo, em que as sequências se somam. Inclusive, foi possível encontrar imagens repetidas, mesmo que com grande espaço de tempo, visto que sua mensagem, razão de ser e seu objeto, ainda permaneceriam atuais. Estas poderiam ser reproduções de outras publicações, inclusive internacionais. Destaca-se a possibilidade de adaptação da imagem, em especial do texto contido, para os leitores brasileiros.

Ao analisarmos as imagens produzidas, temos que ter claro que o objeto desta pesquisa, o Poder Judiciário, é um poder instituído e, como tal, pode ou não estar servindo a determinada classe. Na charge da *Revista Ilustrada* (Figura 3), a Justiça como estava constituída servia aos graúdos, aqueles que poderiam comprá-la com um saco de dinheiro. Para o anarquismo, era uma estrutura de poder e repressão (legislação específica foi produzida para reprimir o movimento operário, essencialmente anarquista) a ser denunciada e combatida, como veremos a seguir. Mas, para outras empresas jornalísticas, o sistema judiciário era um bem essencial para o funcionamento da democracia brasileira.

Considerando que, no início da República, uma grande parte da população residente no Brasil era analfabeta, o uso de ilustrações era fator importante para a venda da publicação, seja na forma de divertimento, seja na forma de informação. Para a imprensa operária e anarquista, a visão de que a imagem era fator importante para a educação política dos trabalhadores não pode ser ignorada. Portanto, como escrito acima, era uma arte engajada, política.

Nesse sentido, a caricatura, a gravura e outras expressões da arte visual devem ser encaradas como importantes instrumentos de trabalho do historiador para estudos deste tipo. Tanto a imprensa engajada politicamente, como a de humor ou a burguesa, apresentam uma visão social, crítica e política do objeto desenhado. No caso específico da imprensa anarquista, política em sua essência, os sentimentos do artista acompanham suas perspectivas políticas e ideológicas frente aos poderes estabelecidos formalmente, ou seja, uma estrutura de poder oficial, como o Poder Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Os três, em conjunto, utilizando-se de variadas formas para reprimir o movimento operário, seja pela confecção de leis, prisão, contenção de passeatas, violência contra as manifestações, proibições de greves, entre outras formas. Está-se, portanto, manuseando um olhar específico, abrindo novos horizontes para se compreender esse momento.

Mas o que significam a charge e a caricatura? Como conceituá-las? A primeira percepção que vem à mente quando se fala em charge ou caricatura é a existência do riso. Nas imagens que veremos a seguir, será difícil encontrar o riso. Este visa, em uma imagem crítica, à desconstrução do inimigo, à denúncia de um estado real, de uma situação contraditória. As ilustrações anarquistas têm essas características, mas não visam ao ridículo, ao cômico e ao riso. O desnudamento de uma realidade cruel propunha a construção de uma visão do mundo via um novo ideário, o anarquista. Dentro de uma charge pode haver, e em geral há, uma ou várias caricaturas. E é muitas vezes onde se encontra o riso. No caso da pesquisa em questão, ver-se-á que pouco há de caricatura.

A historiografia nacional e estrangeira (ABREU, 2001; GAWRYSZEWSKI, 2008; LIMA, 1965; CARMONA, 2003; SOUZA, 1986) aponta para a existência de diversos tipos de caricaturas/charges: de costumes, social, política ou ideológica, entre outras. Às vezes, a caricatura é composta de título, imagem e uma legenda. O último componente reforça e/ou complementa a imagem, dando-lhe sentido, atingindo mais diretamente o caricaturado ou uma situação cotidiana da população. Ou seja, os componentes ajudam o receptor a entender de forma clara o objetivo proposto com o desenho elaborado. No desenho político e/ou satírico, a participação da legenda e, mesmo, do texto, poderá exercer importante função, ou seja, pode-se encontrar uma forte interação. Em geral, o desenho político sintetiza a mensagem do texto.

Acatamos a definição de charge ideológica para este texto, ou seja, construção de imagens voltadas ao embate político, visando as transformações políticas, econômicas e sociais. São produções imagéticas mais duradouras, extrapolando os limites territoriais, com forte carga agressiva, desnudando os inimigos e defendendo uma nova proposta de sistema político (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 24).

A associação entre seres inanimados e o homem é uma das armas utilizadas pela caricatura para degradar a imagem do atingido. O caricaturado pode ser retratado como fruta, vegetal etc. Pode, igualmente, ao contrário, dar vida a seres inanimados, associando-os à figura do homem. Assim, eles podem falar, andar, comentar, elogiar ou, principalmente, criticar uma situação do cotidiano. Mas animais e outros seres vivos também podem ser úteis para o artista, uma vez que este os retrata também com atributos humanos ou simbolizando algo bem maior, como um sistema político e econômico. No caso deste trabalho, o leitor irá visualizar o pouco uso dessa forma.

A figura feminina de Themis como representação da Justiça/Poder Judiciário é popularmente conhecida e aceita. Geralmente, é vista com vestes brancas, com olhos vendados e com a mão esquerda segurando uma espada e na mão direita uma balança em equilíbrio. Cada componente da imagem tem um significado: a espada representa força, prudência, ordem e regra; a balança, com o fiel ao meio, um equilíbrio igualitário, representa equidade, justiça das decisões; a venda, imparcialidade e objetividade; os olhos abertos vão na direção de uma observação atenta, da aplicação da lei sem descuido.

Outra marca do Judiciário é a toga, vestimenta usada pelos juízes e advogados nos tribunais. Com um desenho (*design*) específico, de cor preta, é facilmente identificável pelo leitor da imagem. Junto com a figura da Themis, o juiz togado foi outra representação da Justiça e do Poder Judiciário brasileiro.

Um conceito caro neste texto é o de “imaginário social”, pois, ao conceder uma identidade, a coletividade distribui os papéis e as posições sociais; fortalece crenças comuns e constrói códigos de comportamento entre seus membros, para poder fixar uma imagem boa de si e má de seu inimigo (BACZKO, 1985, p. 309). Dentro desse pensamento, a justiça ou a Justiça instituída é um dos parâmetros estabelecidos pela coletividade. Há um discurso de justiça e um poder de Justiça. As ilustrações, caricaturas e as charges vão estabelecer essa relação. Esse aspecto será importante neste texto, uma vez que se discute como os anarquistas, por meio de seus periódicos, como visão de coletivo, vão denunciar a sociedade burguesa capitalista, daí sua justiça burguesa, como opressora e desleal. Vão propor, ao contrário, uma sociedade nova, formada por uma nova coletividade, novos homens e novas mulheres, unidos para um bem comum.

Para este texto foram utilizados jornais que se intitulavam anarquistas, vinculados ou não ao meio sindical, editados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (exceção de *Terra Livre*, editado em Lisboa), que traziam no seu interior ilustrações que ajudavam a compor o ideário anarquista. Neste sentido, os jornais *A Plebe*, *A Lanterna*, *A Liberdade*, *Guerra Social* adquiriram papel importante neste trabalho. Outros, que não possuíam imagem, ajudaram na compreensão da percepção do pensamento anarquista brasileiro.

### III. Imagem da “justiça burguesa” nos periódicos anarquistas

*Crime de rico, a lei o cobre,  
O Estado esmaga ao oprimido:  
Não há direitos para o pobre,  
Ao rico tudo é permitido.*

(Trecho do hino “A Internacional”).

O objetivo desta parte do texto é apresentar como o Poder Judiciário e as leis foram abordadas pelas imagens publicadas na imprensa anarquista. A epígrafe acima, do hino internacional do movimento operário, apresenta vários aspectos e conceitos que devem ser analisados. Primeiro, o pobre é sinônimo de oprimido, um cidadão sem direitos (não necessariamente relacionados com a lei); segundo, em contraponto, há o rico, a quem tudo é permitido, pois a lei o cobre. Isso com amplo espectro, pois se protege não só com as leis, como também apesar das leis, ou seja, caso o rico violente a lei, não irá responder por tal ato.

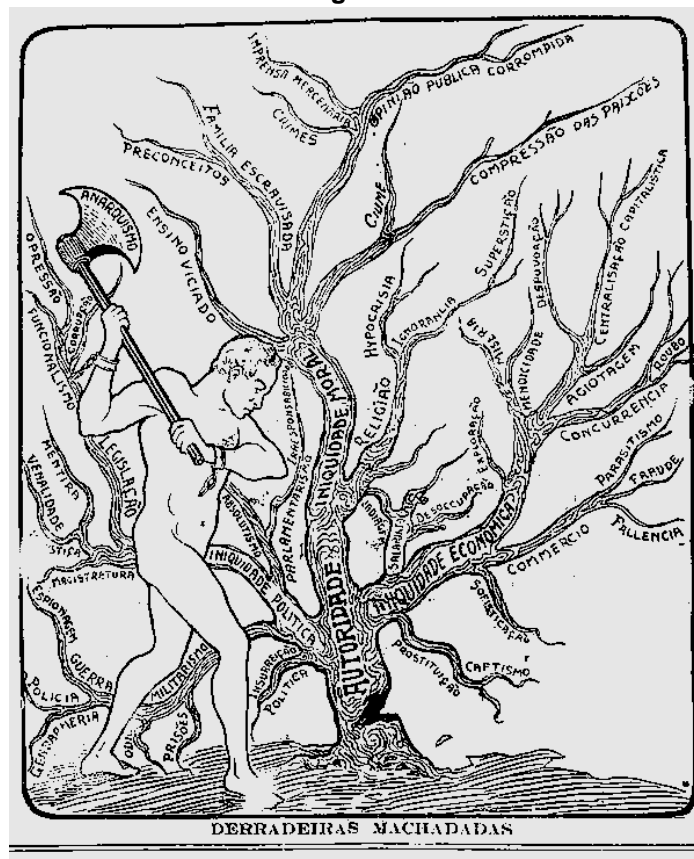
Destaca-se que o ideal anarquista teve forte influência no movimento operário brasileiro em fins do século XIX até meados dos anos 20 do século XX, quando perdeu espaço para o movimento comunista. No decorrer desse período, atuou em muitos sindicatos pelo Brasil, em especial nas regiões Sul e Sudeste. Editou livros, revistas, jornais e outros impressos. Foi perseguido, com apreensão e invasão das redações e maquinário de sua imprensa, prisão de jornalistas e operários, bem como morte e expulsão do território brasileiro de seus componentes.

Como fonte de informações, utilizou-se das reportagens e das charges (a maior parte de ilustrações no formato de desenho), uma vez que, pelo seu aspecto político-ideológico, a imprensa anarquista possuía características distintas da imprensa comercial “burguesa”. Como já explicado em outro tópico deste trabalho, será utilizado o conceito de charge e caricatura ideológica para atender às demandas de análise desse perfil de produção cultural: imagem com agressividade por essência, sem necessariamente causar humor, mas com construção irônica que visa denunciar o caráter do retratado ou da situação retratada, com o uso do grotesco, da zoomorfia, de símbolos políticos, religiosos e outros. No decorrer do texto, essas questões serão retomadas e ampliadas com relação ao uso de textos na imagem.

Por seu ideário, o anarquismo não aceitava a democracia burguesa como expressão popular e legítima de estrutura política e, muito menos, o sistema capitalista como agente construtor de uma sociedade igualitária. Uma das charges (ou ilustração) mais reproduzidas na imprensa anarquista no período deste estudo foi a Figura 4 (*A Plebe*, São Paulo, ano 1, n. 9, 11 ago. 1917, p. 1; ou *Guerra Social*, Rio de Janeiro, n. 1, 11 ago. 1911, p. 1).



Figura 4



Fonte: *A Plebe*, São Paulo, n. 9, 11 ago. 1917, p. 1;  
*A Guerra Social*, Rio de Janeiro, n. 1, 11 ago. 1911, p. 1.

Seu título se encontra abaixo do desenho (“Derradeiras machadadas”). Vê-se um homem branco, forte, aparentemente jovem, nu, com correntes rompidas em seus punhos e com um machado nas mãos. Este está a cortar uma árvore seca, sem frutos. Para poder ser compreendida em sua essência, o desenhista indicou os significados dos símbolos (machado, tronco e galhos), ou seja, uma relação precisa entre o texto e a imagem. No machado, está escrito “Anarquismo”, ou seja, um ideal com forte lâmina, capaz de cortar um mal. A árvore seca, sem folhas e frutos, por si só diz muito, mas foram acrescentadas à imagem, palavras. No tronco, “Autoridade”, um dos princípios mais combatidos pelo ideal anarquista (Estado, Igreja, Exército, Poderes instituídos etc.). Desse tronco, saem três galhos principais: “Iniquidade Moral”, “Iniquidade Econômica” e “Iniquidade Política”. E, destes, suas subdivisões. No caso em questão, o galho da “Iniquidade Política” é foco deste trabalho. Lá, se encontram os seguintes galhos: “parlamentarismo”, “corrupção”, “mentira”, “venalidade”, “militarismo”, “guerra”, “magistratura”, “legislação”, “opressão”, entre outros. O homem nu a simbolizar um novo homem, puro, despido dos vícios da sociedade burguesa. Estar nu e destruindo uma velha sociedade é mostrar um novo presente e um novo princípio. Portanto, somados à nudez, os grilhões simbolizam a liberdade desses mesmos vícios.

Seguindo a mesma direção, a maioria das imagens produzidas pela imprensa anarquista apresenta essa dinâmica. Abaixo, por exemplo, duas imagens carregadas de significados. Na Figura 5 (*Liberdade*, n. 31, jun. 1919, p. 1), vê-se, ao invés de um forte homem a cortar uma árvore, uma alegoria feminina. Com um longo vestido, ombros desnudos, descalça, em uma das mãos empunha uma tocha, da qual sai uma longa chama com a

inscrição “Liberdade”. Na outra mão, um livro, símbolo caro para os anarquistas, como veremos adiante. Mas a qual liberdade se refere a imagem? Aos pés da alegoria, com traços brancos, há diversos símbolos destruídos, que, somados ao ideal de liberdade, ajudam a compor a mensagem da imagem. Lá, estão o báculo, a bíblia, o crucifixo, um cadeado, a coroa (monarquia), um canhão e uma tábua onde está escrito “lei”. Os valores religiosos, a prisão, a guerra, o regime político, as repressões policiais e legais inibiam a liberdade. Da mesma forma, a falta de conhecimento, do saber, era um importante instrumento de dominação.

Figura 5



Fonte: *A Liberdade*, Rio de Janeiro, n. 31, jun. 1919, p. 1.

Assim, em contraponto aos símbolos da sociedade capitalista, são construídos outros, de libertação, pois a tocha e o ensino/conhecimento científico rompem com os malefícios da sociedade burguesa, com o ensino viciado e repressor, limitador da criação e da liberdade intelectual e individual. Por fim, uma legenda-síntese da imagem: “Por terra todas as tiranias! Haverá Paz e bem-estar para todos”.

Seguindo a mesma forma, a Figura 6, publicada em comemoração ao primeiro de maio na quarta e última página do jornal anticlerical *A Lanterna* (São Paulo, n. 289, 1 maio 1916, p. 4), é repleta de detalhes importantes. O primeiro de maio em destaque dá a entender que houve uma adaptação da mesma para a publicação. No original, estaria escrita em outra língua ou foi produzida para outro evento? Frases básicas do pensamento libertário estavam presentes, como palavras-chave: “A emancipação há de ser obra da ação direta dos próprios trabalhadores”; “O homem livre sobre a terra livre”; “evolução”. Adornando a imagem central, além das palavras, há as principais figuras que compuseram o pensamento anarquista (filósofos, escritores, jornalistas, educadores etc.): Kropotkin, Malatesta, Bakunin, Reclus, Luiza Michel, entre outros. Portanto, uma construção imagética harmoniosa.

Na imagem central, propriamente dita, uma produção mais detalhada que a anterior. A palavra “Liberdade” não mais faz parte da ilustração, mas há a mulher branca, com seus cabelos esvoaçantes, ombros nus, agora segurando uma tocha que emite uma forte luz, representando a clareza das ideias, a visão pura e objetiva da sociedade anarquista. Aos pés da dama, o báculo, o trono, a coroa, o crucifixo, a corrente e o cadeado, a espada e a baioneta, dois livros (um seria a bíblia?), a tábua das leis e, por fim, um saco de moedas. Portanto, esse

conjunto de imagens, como na anterior, tinha o papel de inspirar e estimular. Estimular a leitura dos pensadores retratados, mostrar que seus escritos podiam se tornar realidade e que uma nova sociedade seria possível. Inspirar para a mobilização e fortalecer a unidade operária contra os inimigos de todos, o Capital (urbano e rural), o Estado e a Igreja, em síntese, o sistema capitalista burguês.

Figura 6



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 289, 1 maio 1916, p. 4.

A Lei (“Lex”), como demonstraram as imagens, era vista pelos anarquistas como um dos instrumentos usados pelos detentores do poder para autorizar o uso da força e reprimir as ações individuais e coletivas da classe operária. Destaca-se que, entre os anos de 1890 a 1927, uma dezena de leis e decretos foram criados e aprovados com o intuito de controlar e reprimir os vadios, mendigos, desocupados e, principalmente, o movimento operário organizado ou não. A entrada de supostos anarquistas era controlada na fronteira, bem como leis autorizavam sua expulsão, muitas vezes em processos sumários. Isto sem falar das ações diretas levadas a cabo pelas associações patronais em conluio com a polícia, tais como a criação de listas negras feitas por ambos com os nomes dos líderes operários e estabelecimento de prisões dentro da própria fábrica. A imprensa, em especial a vinculada ao movimento operário, também sofreu intenso controle por decretos e leis. No período presidencial de Arthur Bernardes (1922-1926), o Brasil viveu sob Estado de Sítio em sua maior parte, ou seja, maior rigor e repressão aos movimentos e organizações operárias (ALVES, 1997, p. 28-29).

Existe no entretanto uma fera, um abutre,  
Um monstro pavoroso, hediondo que se nutre  
De lágrimas e sangue, é mais feroz que a hiena;  
Não conhece remorso e não conhece pena.  
Insensível à mágoa, às súplicas, à dor;  
Forte como um juiz, cego como o terror.

É inviolável; mata e fica sem castigo;  
Ainda hoje o Estado é o seu melhor amigo.  
Pois bem: eu que defendo o monstro que assassina  
Contra o braço da força e contra a guilhotina,  
Eu que proscrovo o algoz, eu exigi-lo-ei  
Para enforcar somente esse bandido – A Lei.  
(A Lei, Guerra Junqueiro, Do Crime).  
(A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, 15 out. 1911, p. 2).

O movimento anarquista brasileiro se utilizou de várias formas de expressão cultural. Além dos jornais e das ações diretas (greves, boicotes etc.), havia também o teatro, a conferência, a poesia etc. Acima, a republicação de uma poesia de Guerra Junqueiro, escrita em 1875. Este autor teve, repetidas vezes, suas obras (ou trechos) publicadas nos jornais anarquistas. Na obra acima, apresentou o Estado como o melhor amigo da Lei. Seria a recíproca verdadeira? Definiu a Lei como um monstro sem remorsos ou pena, forte e que se alimentava das lágrimas e do sangue de suas vítimas. Matava sem punição. Ora, lembremos do binômio da bandeira brasileira: Ordem e Progresso.

Em um artigo intitulado *Noções do socialismo*, de 1909, foi escrito que o Estado servia aos milionários, que reduzia à miséria os assalariados. O Estado era sinônimo de opressão e sua justiça estava à venda para os que poderiam pagar mais. Assim se expressava o autor:

O Estado é a exploração de milionários  
Ao trabalho geral da humanidade  
Reduzida à miséria dos salários  
E a negação da própria liberdade.  
É a justiça vendida a preços vários,  
À desonra maior da sociedade  
O direito do roubo aos proletários  
Seus deveres, sem leis nem igualdade.  
(A LIBERDADE, Rio de Janeiro, abr. 1909, p. 9).

Em outro texto, agora publicado em 1913, o articulista foi no mesmo sentido do artigo acima, pois, novamente, a lei era somente para alguns:

A igualdade perante a lei é uma mentira impingida pelos politikeiros, interessados em manter as presentes instituições sociais. Todos os dias assistimos às proteções escandalosas que deixam ficar na impunidade os crimes mais abomináveis, enquanto outros sofrem todo o rigor da lei só porque são pobres e não têm proteção. Desnecessário é citar fatos, são tantos... (VOZ DO TRABALHADOR, 15 nov. 1913, p. 2).

Figura 7



Fonte: *A Plebe*, São Paulo, ano 1, 28 jul. 1917, p. 1.

Figura 8



Fonte: *A Guerra Social*, Rio de Janeiro, n. 5, 3 set. 1911, p. 1.

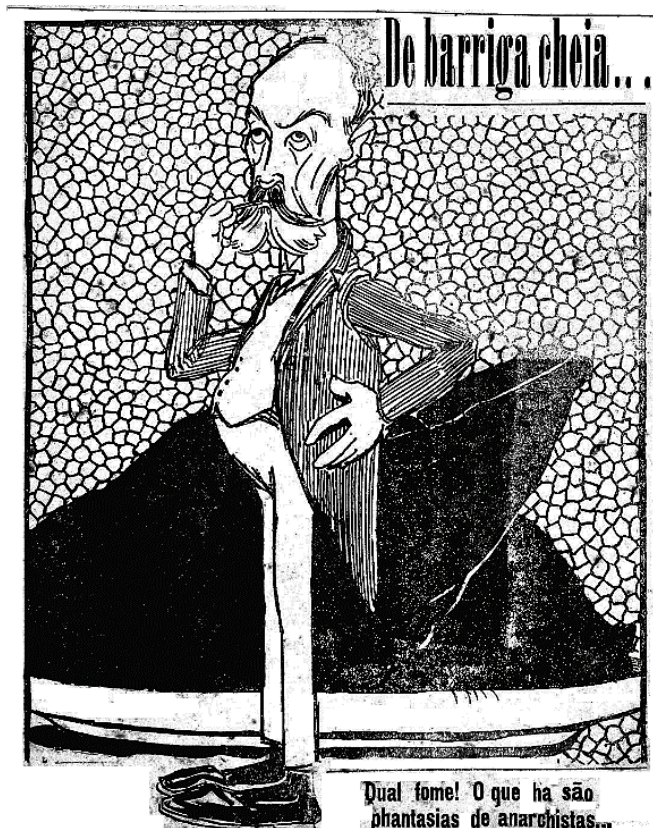
As imagens acima acompanham o pensamento do artigo e ilustram bem a perspectiva anarquista acerca do poder policial e judiciário burguês. A Figura 7 (*A Plebe*, São Paulo, ano 1, 28 jul. 1917, p. 1) possui título (“A ordem burguesa”), uma legenda (“Para os operários explorados a prisão, para os capitalistas todas as homenagens”) e foi dividida em dois momentos. O título resumiu bem a ideia da imagem, ou seja, a quem serve a “ordem”, a quem ela se subordina. As imagens fortalecem o título, pois se pode ver, de um lado, um preso com um pão na mão, acompanhado por dois policiais. De outro lado, dois policiais (os mesmos?) fazendo continência ao patrão burguês (imagem de capitalista: obeso, bem vestido e de cartola). Abaixo da imagem, a legenda denunciando a “ordem” estabelecida na sociedade burguesa. Há uma relação direta entre os escritos e a imagem. O operário está cabisbaixo e mal trajado frente à elegância do patrão rico. Trata-se, portanto, de um conjunto de dualidade: rico x pobre, bem x mal, força x fraqueza, forte x fraco, obeso x magro, poder x submissão, explorador x explorado, riqueza x espoliação, elegante x maltrapilho. Um discurso dualista facilmente entendido pela população, visto sua formação cristã, de visão do bem contra o mal. Procura-se, apenas, mudar as peças de lugar, forçar novos valores.

A Figura 8 (*Guerra Social*, n. 5, 3 set. 1911, p. 1), igualmente, apresenta a mesma mensagem, ou seja, o pobre que rouba para saciar a sede e a fome de seus filhos é perseguido e os capitalistas que exploram e roubam crianças de tenra idade nada sofrem, ao contrário, ganham cargos públicos. Novamente, o operário é mal trajado, magro e com ar abatido frente aos seus perseguidores, elegantes e sadios. A presença do cachorro reforça o ar de veracidade da cena.

A Figura 9 (*O Debate*, Rio de Janeiro, n. 5, ago. 1917, p. 1) possui título e legenda, deixando muito clara a mensagem. Apresenta um senhor da elite burguesa (não identificado), bem vestido e calçado, com volumosa barriga. O título se refere à figura (“barriga cheia”), e, somado à legenda abaixo da imagem (“Qual fome! O que há são fantasias de anarquistas...”), causa riso, pois há uma contradição explícita. Realmente, a figura não está passando fome, portanto, esta só pode ser fruto de fantasia de anarquistas mentirosos.



Figura 9



Fonte: *O Debate*, Rio de Janeiro, n. 5, ago. 1917, p. 1.

Assim, o artista demonstra que não se faz necessária uma denúncia mostrando imagens de miséria. A contradição pode muito bem expressar uma verdade. Não é da “fome” do burguês que tratam os textos e as denúncias nos jornais anarquistas. Não é a “vida miserável” nos palacetes que preocupa as mentes dos libertários. Não é a “justiça injusta” aos capitalistas que denunciam as imagens deste texto. É a fome, a exploração, a miséria, as condições de vida e trabalho, a parcialidade da justiça burguesa, que fizeram surgir e expandir o ideário anarquista no seio da população operária.

A seguir, duas charges. A Figura 10 (*Terra Livre*, Lisboa, ano I, n. 3, 27 fev.1913, p. 4) é muito simples de ser entendida, pois Themis foi identificada como sinônimo de sistema jurídico. Com a espada pendendo para um lado, um dos olhos abertos, vendo muito bem os lados do conflito, uma das mãos livre da balança a receber um saco de dinheiro (propina), “A justiça” é desmascarada como parcial e corrupta. De um lado, o pobre, com suas roupas rasgadas e sapatos furados, é ameaçado pela Justiça; e, de outro, o capitalista burguês (alinhado, obeso e de cartola), comprando a sentença.

A Figura 11 (*A Plebe*, São Paulo, 23 jul. 1927, p. 1), contundente na percepção do papel espoliador do capital sobre os operários, é, também, repleta de detalhes. A Justiça está representada apenas pela balança, pois não há lei que impeça o esfolamento do operariado e o sistema capitalista assim é. A balança está totalmente desequilibrada. Sentada em um de seus pratos há a figura de um capitalista, este com cara de porco, gordo como um, usando sua vestimenta tradicional, calçado e com a cartola. Em seu peito, um enorme cifrão, fazendo-o se assemelhar a um enorme saco de dinheiro, fonte de sua alegria. Ri, gargalha de felicidade por sua situação privilegiada. De outro lado, sem a presença do prato, pois o mesmo é desnecessário, há operários enforcados. A relação intrínseca entre a existência da riqueza e

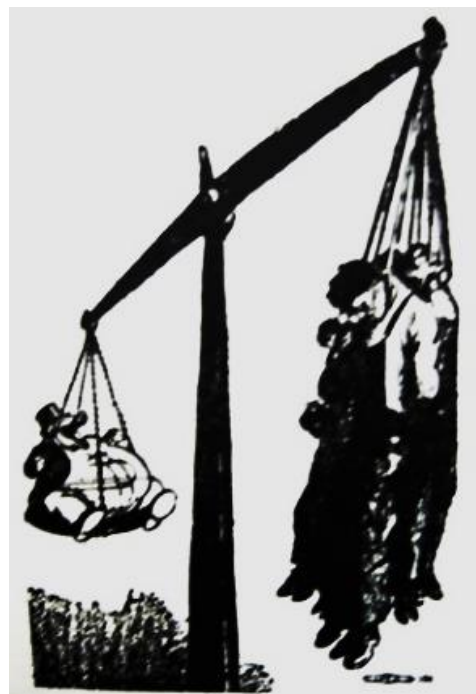
a fartura do burguês é clara. Desnuda uma situação vivida por grande parte da população, uma situação cruel, de escárnio e vil.

Figura 10



Fonte: *Terra Livre*, Lisboa, ano I, n. 3, 27 fev.1913, p. 4.

Figura 11



Fonte: *A Plebe*, São Paulo, 23 jul. 1927, p. 1.

Como parte da legislação repressiva, o uso da lei contra a greve foi uma constante. Se a polícia teria sido instituída para manter a ordem e evitar os abusos, na prática a realidade era outra. Ao enquadrar manifestações populares e operárias e as greves por salários e melhores condições de trabalho e vida como ações de desordem e não como um direito do cidadão, a lei só servia para garantir a manutenção do *status quo*, ou seja, a exploração que exerciam contra o operário. Mas a polícia também poderia ser passiva em muitos casos, como, por exemplo, quando da atuação de capangas nas eleições ou no empastelamento de jornais operários por elementos contrários aos seus ideários.

A Figura 12 é um bom exemplo. Embora o jornal *O Parafuso* não possa ser designado de anarquista, foi um jornal humorístico que apresentava críticas contundentes ao governo. Na presente imagem de capa – Figura 12 (*O Parafuso*, São Paulo, n. 170, 11 nov. 1919, p. 1), a charge possui um título (“O empastelamento de A Plebe”) e apresenta a invasão e destruição da redação e da oficina gráfica do jornal operário anarquista *A Plebe* (São Paulo, 1917-1951). Os que atacam o jornal estão vestidos de roupas acima do padrão, o que caracteriza que não são operários. Mas chama a atenção a existência de policiais nas janelas, apenas observando o que estava ocorrendo, sem nenhuma reação e, pior, um deles sorrindo.

Figura 12



Fonte: *O Parafuso*, São Paulo, n. 170, 11 nov. 1919, p. 1.

Realiza-se, hoje, em todo o Brasil, a eleição para presidente da República...Toda a gente, porém, está farta de saber que absolutamente não é uma coisa séria [...]. Um colégio eleitoral [...] não é um lugar aonde qualquer cidadão pacífico possa ir, com a desejável segurança, depositar a patriótica cédula que leve o nome do sujeito escolhido para governar. Nada disso. É, antes, um covil de assassinos, um matadouro perfeito, aonde o eleitor penetra com o risco irremediável de perder a rica pele. Ora, não consta que os brasileiros em geral sejam pessoas duma prodigiosa coragem. Daí a sua abstenção quase unânime, aos sorteios eleitorais. E daí, este inconcebível resultado: realizam-se eleições sem eleitores. (VOZ DO TRABALHADOR, 1 mar. 1914, p. 1).



A citação acima, retirada do jornal *A Voz do Trabalhador* (“A mentira chamada sufrágio”), órgão oficial da Confederação Brasileira Operária (COB), de 1914, somada às imagens abaixo, nos possibilita ter uma ideia de como eram representadas visualmente as eleições no Brasil.

A Figura 13 foi publicada no jornal *A Plebe* (“A burla eleitoral”), de 26 de fevereiro de 1927. A distância temporal de 13 anos entre o referido texto e a imagem publicada em *A Plebe* não foi capaz de separar os fatos, pois ainda estão unidos. A Figura 14 foi publicada na primeira página do jornal *Gazeta de Notícias*, ano de 1900, ou seja, um periódico “burguês”. Esta imagem possui um título (“As delícias do voto”) e um diálogo. Com a ajuda de um amigo, o eleitor, com o voto nas mãos (como na Figura 13), volta para casa. Com a roupa em frangalhos e com as tripas à mostra, o eleitor afirma que não votaria mais enquanto fosse vivo, pois não pretendia nunca mais apanhar. Concluiu sua frase: “Só os mortos votam impunemente.”

Portanto, tanto a grande imprensa, como as revistas ilustradas e os periódicos anarquistas tinham a mesma percepção do processo eleitoral: o controle do voto popular, indo ao encontro dos dados apresentados por Carvalho (1987), ou das palavras do romancista Lima Barreto (2008), ou seja, a abstenção eleitoral tomava caminhos para a extinção do eleitor.

Figura 13



Fonte: *A Plebe* (“A burla eleitoral”),  
São Paulo, 26 fev.1927.

Figura 14



Fonte: *Gazeta de Notícias*,  
Rio de Janeiro 1900.

Mas as críticas vinculadas às fraudes também existiram em relação ao Tribunal do Júri. A imprensa anarquista deu destaque ao julgamento do assassino do importante político da República Velha, Pinheiro Machado, o criminoso Manuel de Paiva. Este foi condenado pelo Tribunal do Júri e a imprensa acusou o político Rivadávia Correa de subornar os jurados.

A Figura 15 (*O Debate*, n. 4, 2 ago.1917, p. 1) destoa das outras charges publicadas pelo seu caráter intrínseco de humor. Seu autor, Fritz, era um caricaturista/chargista de revistas e jornais de humor:

Figura 15



Fonte: *O Debate*, Rio de Janeiro, n. 4, 2 ago.1917, p. 1.

Não há certeza de que esta charge foi extraída de outro periódico ou feita exclusivamente para *O Debate*. Themis (Justiça) virou uma serviçal da limpeza. Não é mais a bela jovem, e, sim, uma velha senhora, trajada de roupas simples e sapato remendado. A balança aparece desequilibrada, mostrando a “justiça” no ato praticado, e a venda só cobre um dos olhos, dando a entender que sabia muito bem o que estava fazendo. Um sorriso cínico é formado em seus lábios. Com graça, usa na cabeça um chapéu típico de juiz e sua espada se tornou uma vassoura. Com o título alvissareiro “Pra todo serviço”, fez uma faxina no Poder Judiciário: para a lixeira, vários juízes (do Júri? do STF? Quem sabe?).

Mas a exceção não fez a regra. Dentro da estrutura prisional criada nesse período, há a Colônia Agrícola Clevelândia, localizada no rio Oiapoque, na divisa entre o Brasil e a Guiana Francesa. Criada pelo governo Epitácio Pessoa, em 1920, foi ocupada em grande número por presos no governo seguinte, de Arthur Bernardes. Lá chegaram cerca de mil presos, nos anos de 1921 a 1927, entre anarquistas, sindicalistas, militares rebeldes, mendigos, vagabundos, criminosos etc. Destes, 43% morreram de disenteria, tuberculose, beribéri, entre outras doenças. Os que saíram vivos trouxeram a marca das doenças físicas e/ou mentais (PINHEIRO, 1991, p. 103; DULLES, 1977, p. 211). Essa prisão foi constantemente denunciada pela imprensa, não apenas anarquista.

A Figura 16 (*A Plebe*, São Paulo, ano 11, 12 fev. 1927, p. 1) trouxe uma grande reportagem, que contava com texto, fotografias, poesia e charge. O título da mesma traz os presos como “trabalhadores e militantes dedicados do proletariado”. Ignorou os demais presos

ou os considerou companheiros de luta e injustiçados pela ordem burguesa. A charge possuía um título denúncia: "Oiapoque! Símbolo da tirania burguesa". Abaixo da imagem, uma sentença: "Que os esqueletos dos companheiros dedicados que lá sucumbiram sirvam de símbolo na luta sem tréguas do proletariado". A imagem apresenta um corpo esquelado e uma caveira: uma morte para breve e uma morte já distante.

Figura 16

Sabbado, 12 de Fevereiro de 1927 ANNO XI NUM. 245

# O LEBRE

PERIODICO LIBERTARIO

OS GRANDES CRIMES DA BURGUEZIA

## Nas selvas pestíferas do Oyapock succumbiram muitos trabalhadores e militantes dedicados do proletariado

Assassinos! Mil vezes assassinos! A vingdta social terá tambem o seu dia

### UM QUATRIENNO DE CRIMES CONTRA O POVO

Depois de quatro annos do mais negro despotismo, que o país passou sob a vigencia do trechero de estado de sitio, sendo coagido a hostilidade total a liberdade de publicas, os jornaes que não cessam de ser escannos, e a cada occasão se abrem as portas da mais cruel e sanguinaria tirania, visto o actual estado de guerra, visto o actual estado de guerra, visto o actual estado de guerra...

### A CLASSE TRABALHADORA E A SITUAÇÃO

A todos os homens de consciencia livre

Em agosto do anno passado um grupo de camaradas editou e distribuiu produzimentos pelo país e boletim que revolucionou a situação...



**OYAPOCK! Symbolo da tyrannia burguesa**

### A horrivel situação dos degredados

Um desesperado apello à solidariedade internacional

CARTA DE DOMINGOS BRAZ PUBLICADA PELA "A BATALHA" DE LISBOA

Avencia ande hoje no rol de eslavos a terra e a vida do povo, a vida do povo, a vida do povo...

### NO SILENCIO DAS SELVAS...

DO EXILIO

Na selva do Oyapock, a vida do povo, a vida do povo, a vida do povo...

**FEDRO AUGUSTO MOTTA**  
Publicador de "A Plebe" falleado no Oyapock

**JOSE MARIA FERNANDES VARELLA**  
Publicador de "A Plebe" falleado no Oyapock

**DOMINGOS BRAZ**  
Publicador de "A Plebe" falleado no Oyapock

**NINO MARTINS**  
Militante libertario falleado no Oyapock

Fonte: A Plebe, São Paulo, ano 11, 12 fev. 1927, p. 1.

Relacionar um poder à prostituição, em uma sociedade moralista e dita cristã, como a brasileira no início do século XX, era rebaixá-lo ao res do chão: "... O padre, o juiz, o comerciante, em suma, toda a corja que vive do trabalho alheio, se prostitui, porque vende a sua consciência, o seu caráter, e relega o que há de mais puro e inofensável na vida humana – a sua própria dignidade..." (A Guerra Social, Rio de Janeiro, 14 ago. 1912, p. 2). A crítica do jornal foi contundente, pois envolveu a igreja, o Poder Judiciário e o comércio como irmãos

na exploração da mão de obra, na venda de sua consciência (estranho um jornal anarquista apontar para a existência de alguma), ou seja, na prostituição de um possível caráter.

No decorrer deste tópico, foi possível ver a representação do operário, passivo, ingênuo, oprimido, enforcado, esmagado, espoliado pelo patrão e, também, do eleitor alquebrado. O certo a se afirmar é que, se, de um lado, havia o trabalhador explorado frente ao capitalista burguês gordo e rico (das charges), de outro, havia um novo homem nascendo (das ilustrações). Um trabalhador vencedor, consciente, libertador, forte perante seu inimigo. Assim como o anarquismo como ideal foi representado por uma mulher, um novo homem foi representado.

Figura 17



Fonte: *Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 1, 1 maio 1913, p. 1.

A Figura 17 (*Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 1, 1 maio 1913, p. 1), tal qual a imagem do homem nu com o machado da anarquia na mão (Figura 4) ou da mulher anarquia (Figuras 5 e 6), apresenta um homem (forte) com sua marreta em uma das mãos, que pisa sobre os escombros da velha sociedade, identificada em vários crânios (capitalismo, clero, burguesia, militarismo e aristocracia). Sem os grilhões – da opressão – que prendiam suas mãos, recebe os raios de um novo momento, o da liberdade econômica, política, social e cultural. A ausência explícita de uma referência à justiça chama a atenção, embora possa ser vista como serviço da monarquia, do capitalismo e da burguesia.

A seguir, duas imagens de autoria de M. Copllonch, um artista que viveu na cidade do Rio de Janeiro, aparentemente brasileiro, mas que pouca representatividade deixou. Ambas as ilustrações publicadas no mesmo ano, 1919. Ambas com mensagens muito semelhantes. A Figura 18 (*Grilhetas*, Rio de Janeiro, ano 1, 5 maio 1919, p. 1) está vinculada à comemoração do Primeiro de Maio, data-símbolo da luta operária. Tal como a imagem anterior, sem referência à justiça, fica evidente, em especial tendo a imagem seguinte como referência, que ela está presente amplamente na mesma. Duas fileiras de forcas, muitas com

cadáveres dependurados, transmitem dor e repulsa. O responsável por isto está no centro da imagem. O carrasco, com os braços cruzados, espera novas vítimas. No tronco, e em seu entorno, os símbolos do terrorismo estatal. Em cima do tronco, o instrumento da morte, o machado; ao chão, de um lado, sacos de dinheiro (a terceira imagem com esse importante detalhe), e, de outro, caveiras, mais vítimas da opressão. Mas, caminhando em direção do carrasco, um casal abraçado. Ele, em uma das mãos, carrega uma bandeira (provavelmente vermelha), e, na outra mão, um livro, cujo título é “Humanidade”. Ela, a liberar sementes que germinarão no solo, talvez simbolizando a nova sociedade a nascer. Fisicamente, são iguais, denotando uma igualdade e respeito entre os sexos. Por fim, as nuvens de fumaça ao fundo, reforçando a mensagem de mudanças políticas e sociais que advirão.

Figura 18



Fonte: *Grilhetas*, Rio de Janeiro, ano 1, 5 maio 1919, p. 1.

Já na Figura 19, capa do jornal *A Liberdade* (Rio de Janeiro, ano III, abr. 1919), um “periódico de crítica social e noticioso”, sob direção de Pedro Matera<sup>44</sup>, a justiça está expressa, pois na forca está escrito “Justiça Burguesa”. Uma imagem forte, já que há um homem sendo sufocado por outro e muitos crânios em uma cesta.

Uma análise cuidadosa nos possibilita ver bem a mensagem pretendida pelo autor e os signos utilizados para compô-la. Essa imagem de capa é composta de vários signos e duas

<sup>44</sup> Sobre Pedro Matera, ver: <[https://marquesdacosta.files.wordpress.com/2011/12/emece\\_20.pdf](https://marquesdacosta.files.wordpress.com/2011/12/emece_20.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

legendas. A primeira, quem sabe, do artista, diz: “É chegada a hora do ‘carrasco’”. Curiosas as aspas na palavra “carrasco”, a marcar a referência como uma metáfora, pois o personagem representaria algo maior que um modesto executor de pena capital. Assim, a escrita se refere ao próprio sistema capitalista, opressor, assassino, o carrasco dos direitos e das liberdades do povo. A segunda frase (“o proletário não suporta mais!”), exclamativa, é uma afirmação de que o proletariado não aguentaria mais a opressão que vivia. Esta frase destoa da primeira frase e, mesmo, da imagem em si. A imagem é presente e aponta para o futuro. O presente é a morte do carrasco e o futuro é a nova sociedade nascente, representada pelo sol ao fundo. No machado está escrita a palavra “governo”, que, somada à escrita na forca (“justiça burguesa”), dá a entender que o primeiro executava as ordens da segunda. Portanto, um estado burguês atendendo aos anseios de uma justiça burguesa (ou vice-versa?). O cesto repleto de crânios até a boca dá uma dimensão da violência exercida contra o proletariado. Mas, contrapondo-se aos crânios, homens e mulheres, abraçados, caminham para um novo devir.

Figura 19



Fonte: *A Liberdade*, Rio de Janeiro, ano III, abr. 1919.

#### IV. Conclusão

O uso de ilustrações, charges e caricaturas não foi invenção da imprensa anarquista, mas, na medida do possível, foi bem aproveitado por ela. Em um universo de trabalhadores analfabetos, a imagem foi vista como um importante instrumento educacional para a difusão do ideário anarquista e como denunciador de um sistema capitalista opressor e espoliador.

Neste texto, a relação da expressão visual com a Justiça, o Poder Judiciário, foi a tônica, o seu alicerce. Do ponto de vista didático, foi mostrada a composição das imagens (títulos, legendas etc.), em um tipo de imprensa possuidora de um ideário, a anarquista.



Na imprensa anarquista, a Justiça, o Poder Judiciário, as Leis criadas pelos poderes Executivo e Legislativo foram a base das críticas. Não era possível visualizar uma sociedade justa com uma Justiça parcial. Assim, as charges e demais formas de ilustração construídas por essa imprensa iam no sentido de denunciar, poucas vezes com o riso, as condições de exploração do trabalhador, sua falta de liberdade de expressão e organização, a existência de leis repressivas, elaboradas pelos capitalistas, pelos patrões para o seu próprio bem (Código Penal, lei de expulsão, organização patronal em conluio com a polícia etc.). Isso sem citar a criação e implementação de uma prisão no Oiapoque, com índice de mortalidade de 43% dos encarcerados.

Pode-se afirmar que a imagem (charge ou ilustração) recebeu por parte da imprensa anarquista um destaque na medida do acesso à tecnologia da época e das verbas disponíveis. Patrão obeso, bem vestido e rico graças ao operário faminto, malvestido e explorado. Forças, machados, saco de dinheiro e crânios reforçavam as mensagens de denúncia de um sistema opressor. Ilustrações que traziam o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade em um novo mundo com um novo ser. Um novo homem anarquista, forte e feliz, em um mundo livre de autoridades, iniquidades, exploração e mentiras. Dentro dessa perspectiva de denúncias e de uma nova sociedade, a Justiça, o Poder Judiciário foi apresentado como opressor, repressor, do lado de uma classe social e inimigo de outra.

## V. Referências

### Periódicos:

Jornal **A Lanterna**, São Paulo, 1901-1916.  
Jornal **A Guerra Social**, Rio de Janeiro, 1911-1912.  
Jornal **O Debate**, Rio de Janeiro, 1917.  
Jornal **A Plebe**, São Paulo, 1917-1922.  
Jornal **A Vida**, Rio de Janeiro, 1914-1915.  
Jornal **O Combate**, São Paulo, 1915-1927.  
Jornal **O Parafuso**, São Paulo, 1917-1921.  
Jornal **Terra Livre**, Lisboa, 1913.  
Jornal **A Aurora**, Rio de Janeiro, 1902; 1913-1915.  
Jornal **Alvorada**, Rio de Janeiro, 1919-1921.  
Jornal **Spartacus**, Rio de Janeiro, 1919-1920.  
Jornal **Amigo do Povo**, Rio de Janeiro, 1902-1904.  
Jornal **O Cosmopolita**, Rio de Janeiro, 1916-1918.  
Jornal **Na Barricada**, Rio de Janeiro, 1915-1916.  
Jornal **A Liberdade**, Rio de Janeiro, 1919.  
Jornal **Grilhetas**, Rio de Janeiro, 1919.

### Fontes secundárias:

ABREU, Carlos. Hacia una definición de caricatura. **Revista Latina de Comunicación Social**, San Cristóbal de La Laguna, n. 40, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.revistalatinacs.org/2001/latina40abr/102cabreuVII.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ALVES, Paulo. **A verdade da repressão**. Práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1891-1927), s/l., s/ed., 1997.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Antropos-Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1993.

BATALHA, Claudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo**. São Paulo: Global, 1981.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. **Trabalho e conflito urbano no Brasil (1890-1920)**. São Paulo: Difel, s/d.

FONSECA, J. da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da imagem**. Londrina, n. 2, p. 7-26, maio 2008. Disponível : <<http://www.uel.br/revistas/dominiosdaimagem/index.php/dominios/article/viewFile/27/13>>.

GOES, Maria Conceição Pinto de. **A formação da classe trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1988.

JOMINI, Regina Celia Mazoni. **Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha**, Campinas: Pontes, c1990.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963. V. 1.

LIMA BARRETO. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Paulus, 2008.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1980-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estatégias da ilusão (1922-1935)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



RIANI, Camilo. **Tá rindo do quê?** Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária**. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1970.

\_\_\_\_\_. **Os libertários**: ideias e experiências anárquicas. Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVA, Marcos. **Caricata república**, São Paulo: Marco Zero, 1990.

TEIXEIRA, Luiz G. S. **O traço como texto**: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

#### **Teses e dissertações:**

ABDELMALACK, Genny. **Momentos da história do Brasil através da caricatura** (1900/37). 1991. Dissertação (Mestrado em Artes) – Departamento de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

AGOSTINHO, Aucione Torres. **A charge**. 1993. Tese (Doutorado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CAMARGO, Daisy. **O teatro do medo**: a encenação de um pesadelo nas imagens do periódico A Plebe (1917-1951). 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

FERNANDES, Marisa. **Sob os focos d’Lanterna**. Mulher na imprensa anticlerical – 1909/16. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GALLOTTA, Brás Ciro. **O Parafuso**. Humor e crítica na imprensa paulistana. 1915-1921. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MIGUEZ, Íris Carolina Lopes de Souza. **Arranjos combinatórios**. A charge nos estratagemas da identidade do jornal. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

NERY, João Elias. **Charge e caricatura na construção de imagens públicas**. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEROTTI, Ivane Laurete. **Por uma tipologia do humor**. Humor na política, política do humor. 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SOUZA, Luciana C. Pagliarini de. **Charge política**: o poder e a fenda. 1986. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

WAGNER, Fernanda de Moraes Ramos. **Charge**: a arte satírica da comunicação. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Recebido em julho de 2017.  
Aprovado em julho de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-4>

## **MEMÓRIAS, IMIGRANTES E IMPRENSA: Diferentes narrativas em Caxias do Sul no tempo presente\***

*Gláucia de Oliveira Assis\*\*  
Assis Felipe Menin\*\*\**

**RESUMO:** Este trabalho pretende discutir como deslocamentos contemporâneos provocados por desastres ambientais e fechamento de fronteiras têm produzido novos movimentos de população. O caso dos haitianos é emblemático, pois começaram a chegar ao Brasil logo após o terremoto de 2010, e, no final de 2015, já somavam cerca de 40.000 haitianos no país. Esse artigo pretende discutir o contexto da saída dos haitianos e senegaleses de seus países e o acolhimento dos mesmos no Brasil, em particular na cidade de Caxias do Sul, cidade caracterizada como uma cidade de imigração italiana e que começa a receber imigrantes haitianos desde 2011 e senegaleses a partir de 2012. O artigo será desenvolvido em três partes: a primeira retrata a imigração positivada, ou seja, a imigração italiana; em um segundo momento, nos deteremos nas representações com os novos imigrantes, haitianos e senegaleses nas páginas da imprensa; e, por fim, encerraremos com as entrevistas orais com os imigrantes haitianos e senegaleses em Caxias do Sul. As fontes são relatos orais e jornais da região que retratam as rotas, o cotidiano, o trabalho e o preconceito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação. História Oral. Imigração.

**ABSTRACT:** This paper discusses how contemporary displacements caused by environmental disasters and border closures have produced new population movements. The case of Haiti is emblematic, because Haitians began to arrive in Brazil after the 2010 earthquake, and, at the end of 2015, there were already about 40,000 Haitians in the country. This article discusses the context of the departure of the Haitian and the Senegalese from their countries and how they were hosted in Brazil, particularly in the city of Caxias do Sul, which, initially characterized as a city of Italian immigration, began to receive Haitian immigrants since 2011, and Senegalese immigrants since 2012. This article will be developed in three parts: the first part portrays the positively valued immigration, namely the Italian immigration; in a second moment, we will concentrate on the representations of the new Haitian and Senegalese immigrants on the press pages; and, finally, we will close the discussion with the oral interviews carried out with the Haitian and Senegalese immigrants in Caxias do Sul. The sources are the oral reports and regional newspapers that depict their routes, their daily lives, their work and prejudice.

**KEYWORDS:** Representation. Oral History. Immigration.

### **1 - A narrativa positivada da imigração italiana: a (re)construção da italianidade**

---

\* Este texto foi apresentado no 4º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações na Universidade Federal de Santa Catarina em setembro de 2016. Ao original, acrescentamos novas entrevistas e dados.

\*\* Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Coordenadora do Observatório das Migrações de Santa Catarina.

\*\*\* Mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Este artigo é parte de minha dissertação de Mestrado intitulada: "Entre 'velhos' e novos imigrantes: Memórias e Representações em Caxias do Sul no Tempo Presente (2005-2016)", sob orientação da profa. dra. Gláucia de Oliveira Assis.

Caxias do Sul é uma cidade da Serra Gaúcha que recebeu famílias de imigrantes italianos no final do século XIX e no início do século XX. Na cidade, a memória da italianidade é constantemente reelaborada, ressignificada e rememorada. A experiência migratória dos descendentes dos imigrantes italianos que chegaram no final do século XIX passa por um *review* constante por parte das elites políticas, intelectuais e econômicas da cidade. O processo de reelaboração deste sentimento de pertencimento parte de uma construção a partir de alguns elementos da memória coletiva da classe trabalhadora ou dos colonos, ou, ainda, do próprio poder público. Tais elementos são selecionados e reenquadrados, como veremos adiante, dando destaque a esta imigração, reacendendo os imaginários de pioneiro, colonizador e braço civilizatório do Sul do Brasil.

Conforme observam Santos e Zanini (2009), o antigo núcleo colonial de Caxias do Sul se transformou em cidade de porte médio e é, contemporaneamente, uma das regiões mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul. Segundo as autoras, a cidade cresceu sob a hegemonia da população italiana. À medida que cresceu e se industrializou, começou a atrair migrantes das regiões circunvizinhas. Inicialmente, eram os colonos (descendentes de imigrantes) da região rural do próprio município, criado em 1890, e de municípios vizinhos da encosta nordeste da Serra Gaúcha, também de origem italiana. Mais tarde, esta atração se estendeu à população dos chamados “Campos de Cima da Serra” e às colônias alemãs. Este processo se acelerou nos anos 1950, com a migração rural-urbana, atraindo migrantes internos, que buscaram trabalho na microrregião da viticultura e nas indústrias. Nesse processo, a cidade se torna um polo de atração de migração interna. As histórias sobre a história da cidade e suas festas típicas continuaram, entretanto, a marcar sua italianidade.

Esse breve relato do processo de crescimento e urbanização demonstra como a cidade cresceu e se tornou um polo industrial, atraindo migrantes internos. No entanto, como poderemos observar nas narrativas do poder público, principalmente em torno da Festa da Uva, das festas étnicas e da rememoração da italianidade, muitas vezes invisibilizaram a presença de outros grupos migrantes, principalmente os mais recentes. As representações sobre as italianidades são reforçadas nas festas étnicas (SANTOS, 2015), a partir de certas representações típicas em torno da família, do trabalho e da religião. Tais narrativas são apropriadas pelo poder público, por reforçarem a ideia de migrante bem-sucedido, e dos italianos e seus descendentes como povo trabalhador.

O poder público municipal insiste na primazia deste grupo. O *folder* (Figura 1) mostra uma das figuras mais constantes nas narrativas sobre a italianidade em Caxias do Sul. É através dela e de seus discursos que a ideologia do progresso e do trabalho se mantém. Podem-se perceber, pelo *folder*, além da comemoração dos 140 anos da imigração italiana, as imagens de um passado glorioso que representa toda a cidade, muitas vezes não fazendo menção a outros grupos que ajudaram em seu desenvolvimento. Segundo Chartier (1991), a “representação coletiva” é construída por um grupo que legitima a versão oficial. Nela se inspiram muitas das narrativas da imigração do século passado, que ainda ecoam no tempo presente.

Os usos do passado também se fazem presentes no tempo presente das rainhas da Festa da Uva, embora de forma mais singela, conforme mostra Santos (2015). Em 1950, a rainha da festa, que era de Vacaria (RS), sofreu discriminação por não ser de “origem italiana”. Assim, a imagem que se tem sobre a Festa da Uva recai sobre as rainhas, símbolo da mulher idealizada, branca, magra, de olhos e cabelos claros. É aquela que “vende” o imaginário de Caxias do Sul como uma cidade de “italianos”. De acordo com o jornal *Pioneiro*, as candidatas a rainha da Festa da Uva de 2016 precisam saber fazer a polenta:

A animação da tarde ficou por conta do gaiteiro Ademir José Conterato, 62 anos. As tarefas cumpridas pelas meninas foram observadas de perto pelas nonas. Elas cozinharam polenta, responderam a um questionário com

expressões em *talian*<sup>45</sup>, aprenderam a fazer *dressa* com dona Gema, amassaram, cortaram e fecharam os *agnoline*. O gaitero, Conterato, puxou a cantoria em italiano. (PIONEIRO, 31 jul. 2015).

O *folder* de 2015, que comemora os 140 anos da imigração italiana, mostra, no centro, a imagem da uva, por ocasião da Festa da Uva<sup>46</sup>, dando destaque a alguns produtos, como o queijo e o salame, que representam os descendentes e os imigrantes italianos; a enxada, os colonos desbravadores; finalmente, a engrenagem, que se junta às ferramentas que “transformaram a História do Sul, fé e trabalho!” A ideia de pioneirismo e desenvolvimento para a cidade colabora com a representação que se faz das memórias familiares e contribui com o esforço de uma representação que continua sendo a tríade dos descendentes de italianos na região: família, trabalho e fé. Assim têm observado Santos e Zanini (2009) e Zanini (2006).

**Figura 1 – Folder da Prefeitura de Caxias do Sul em comemoração aos 140 anos da Imigração Italiana em 2015**



Fonte: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.  
Disponível em: <[https://www.caxias.rs.gov.br/\\_uploads/cultura/SMC140anos.pdf](https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/cultura/SMC140anos.pdf)>  
Acesso em: 23 nov. 2015.

As imagens de homens e mulheres representam ao mesmo tempo uma experiência de passado e de presente. Na esteira de Koselleck (2006), acrescentamos que a ficção e a realidade se misturam, formando experiências e expectativas tensas. O tema da Festa da Uva

<sup>45</sup> Em 2014, o dialeto *talian* tornou-se patrimônio imaterial de diversidade linguística, falado nos estudos Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Mato Grosso. Poderíamos dizer que esta também é uma reconstrução da italianidade, não apenas em Caxias do Sul, mas em todo o Brasil.

<sup>46</sup> A Festa da Uva em Caxias do Sul/RS ocorre desde 1931 e é realizada de dois e dois anos. Segundo Santos (2015, p.101), “a festa elitista remete para a ideia de distinção entre os descendentes de italianos e os brasileiros, e para forjar uma identidade étnica de ítalo-gaúchos”.

de 2016 – *Imagens e horizontes* – pode ser sustentado pelas experiências do passado através destas reproduções imagéticas. Também tem relação com o político, encaminhando para um horizonte de expectativas o futuro das festas e de suas representações.

A festa de 2014, que teve como tema *Na alegria da diversidade*, mostra um *folder* com vários grãos que representam impressões digitais dos povoadores de Caxias do Sul, e presta um tributo ao Monumento Nacional ao Imigrante<sup>47</sup>, procurando homenagear todos os imigrantes que povoaram Caxias e a nação brasileira. Até hoje, porém, esse monumento, lançado em 1951, suscita questionamentos sobre quem realmente ele representa. O monumento em bronze apresenta um casal de agricultores, a mulher com uma criança nos braços e o homem com uma enxada no ombro, e vestimentas do final do século XIX. Em manchete do jornal *Pioneiro*, lê-se na primeira página:

Muito mais que prestar uma homenagem à mola propulsora de nossa colonização, a Festa Nacional da Uva conta com a saga de um povo que, com coragem, trabalho e dedicação, desbravou e colonizou a Serra Gaúcha. A celebração integra a história de Caxias do Sul desde 1931, e a cada dois anos enche a cidade de orgulho. (PIONEIRO, 24 fev. 2014).

O cartaz dos 140 Anos da Imigração Italiana, produzido pela prefeitura de Caxias do Sul, teve características parecidas com as do *folder* oficial da Festa da Uva de 2016, *Imagens e horizontes*. Neles estão representados, como aponta o jornal *Pioneiro*:

A uva e o vinho [...] ilustrados com cachos, barricas e videiras. A engrenagem lembra a produtividade e a força do trabalho do povo de origem italiana. Há também uma imagem do Monumento Jesus Terceiro Milênio, remetendo à fé do povo daqui. (PIONEIRO, 5 ago. 2015).

Por estas celebrações, os descendentes de italianos destacam sua ascendência, mas sabem que ela não é mais a que predomina na cidade de quase 500 mil habitantes. Mesmo assim, as narrativas de um poder legitimador identitário, citado por Castells (2008), visa ao menos manter tal imaginário, com a intenção de o expandir: neste caso, Caxias do Sul como o de uma “Itália Gaúcha”. O cenário se presta a reinventar tradições, de acordo com o quadro de invenção das tradições proposto por Hobsbawm e Ranger (1997). Diversos elementos arrolados como tipicamente italianos na verdade são recriações acerca do passado migratório, atualizadas no presente pelos descendentes que fazem questão de celebrar suas raízes e suas tão decantadas qualidades. Este processo tem sido observado em outras regiões de colonização italiana e as festas étnicas têm importante lugar nesse processo de reinvenção das tradições (PAGNOTTA e ASSIS, 2017).

Esse comentário a respeito do imaginário, ainda presente na região de Caxias do Sul, é importante para que se compreendam os impactos da presença dos novos migrantes, que começaram a chegar à cidade a partir de meados dos anos 2000 – grupos de haitianos e senegaleses –, e a repercussão sobre os imaginários a partir de ideias acerca de migração, pertencimentos étnicos e da própria branquitude na cidade.

## **2 - A imigração recente de haitianos e senegaleses como “problema”**

A respeito dos novos imigrantes – os já citados haitianos e senegaleses – na segunda década dos anos 2000, as representações nem sempre foram positivas, tanto em afirmações de representantes do poder público, quanto da própria imprensa, e assim ainda continuam.

É preciso esclarecer que, embora se intensifique a chegada de imigrantes em Caxias

<sup>47</sup> Monumento Nacional do Imigrante, inaugurado em 1954 em Caxias do Sul. O então presidente da República, Getúlio Vargas, anunciava que o monumento era representativo de todas as etnias que haviam construído Caxias do Sul e o próprio Rio Grande do Sul.

do Sul a partir de 2012, é somente em 2014 que as notícias sobre eles ganham maior repercussão. Dentre as consequências, um certo pânico em relação aos estrangeiros<sup>48</sup>: medo da crise e aumento dos estigmas e do preconceito. Outro fator que contribuiu para a imagem do imigrante recente como ‘invasor’ e ‘aproveitador’ foi a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Veremos isso mais à frente.

O período de maior concentração de matérias sobre os imigrantes em Caxias do Sul é o que intercorre entre 2013 e 2015. Temos concentrado o trabalho na leitura de jornais impressos e alguns *sites*, como o *G1RS*, em diferentes formatos, reportagens, opiniões, editoriais, carta de leitores, notas etc.

O jornal local desempenha um papel importante como formador de opinião, o que explica a necessidade, após haver provocado um impacto negativo, de se desfazer a “má impressão”. Como em “estabelecidos e outsiders”, de Norbert Elias (2000), quem estabelece se são bons ou maus é o grupo dominante, que tem ou se atribui o poder de representar o “outro”.

O jornal *Pioneiro* informa aos seus leitores quanto aos novos moradores: “Nos últimos meses, o cenário urbano de Caxias tem se modificado com a presença dos migrantes. A sós ou em grupos, é comum avistá-los na área central vendendo produtos de procedência duvidosa” (PIONEIRO, 17 maio 2014). Procura “acalmar” o cidadão ao realizar entrevista com o chefe da Delegacia de Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas: “A ‘ficha limpa’ conta muito no momento da contratação. Não há em Caxias registros de ocorrência policial envolvendo estes migrantes” (Idem). E continua informando que: “Tanto a Delegacia de Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (Defrec), quanto a 2ª Delegacia de Pronto-Atendimento (2ª DPPA) não registraram ocorrências criminais envolvendo esses estrangeiros como protagonistas, a não ser como vítimas” (Idem). Durante a entrevista, o titular da Defrec “atesta o perfil pacífico deles e desconhece qualquer caso em que estejam envolvidos com tráfico ou roubo, por exemplo” (Idem).

Após a matéria do jornal “investigar” quem são esses imigrantes e de “acalmar” o cidadão de bem, informa que são bons trabalhadores, acrescentando ainda: “Se dedicam com afinco, são assíduos ao trabalho e não geram rotatividades nas empresas; acabam provocando até mesmo desconforto nos colegas por serem tão disciplinados em suas funções” (Idem).

Esta narrativa se alinha com o estudo de Herédia e Tedesco (2015) sobre os senegaleses em Caxias do Sul. Os autores mostram que, ao mesmo tempo em que se constrói uma narrativa negativa a respeito desta imigração, por outro lado, quer-se mostrar que eles são “úteis”.

Dentre os indicadores de construção do pânico moral referentes a imigrantes nos estudos de Gomes (2013), pode-se dizer que pelo menos quatro estão presentes nas representações sobre os imigrantes haitianos e senegaleses na matéria sobre os imigrantes em Caxias do Sul: a desproporcionalidade, a preocupação, a hostilidade e o consenso.

Além disso, a matéria informa que os “estrangeiros” vêm em busca de emprego e que “a cidade, de 465 mil habitantes, [tem] entre eles 3 mil imigrantes senegaleses e haitianos”. Outra matéria, ainda do *G1*, de 15 de julho de 2014, expõe a imigração como invasão, apontando a Copa do Mundo de 2014 como oportunidade para a invasão: “Após a invasão de ganeses no RS, municípios oferecem emprego: imigrantes estão em Caxias do Sul e tentam protocolar pedido de refúgio. Município da Serra acolhe estrangeiros desde 2012” (Idem, 15 jul. 2014).

As notícias, tanto em nível nacional quanto em nível local, sobre os imigrantes são

---

<sup>48</sup> O pânico moral se refere às narrativas jornalísticas que produzem medo e preconceito e estigmatizam certos grupos sociais, tratando-os como uma ameaça, seja por trazer doenças, seja por sua origem religiosa, por sua filiação política ou por algum outro comportamento associado ao grupo que passa a ser associado a problemas, causando medo e preconceito em relação ao grupo. É o que se tem observado em relação a certos grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil. Como no caso de ganeses, que também chegaram ao Brasil na época da copa. Um deles, que tinha solicitação de refúgio, ao ser identificado como suspeito de Ebola, foi alvo de exposição de sua identidade e de toda a forma de pânico e preconceito. Ver Moratti, S. F.; Assis, G. (2017).

informações falhas sobre motivos, causas e necessidades dos imigrantes. Na “sopa de etnias” da notícia do *G1*, expõem um enquadramento de reportagem objetiva e que busca chamar a atenção das pessoas para a leitura (GOMES, 2013).

A cidade símbolo dos imigrantes parece não ser tão receptiva quando se analisam as reportagens da imprensa caxiense sobre os novos imigrantes. Segundo Cogo:

Nomeados como ilegais, clandestinos, irregulares, refugiados, deportados, os imigrantes são alvo de uma semantização negativa e “policialesca”, que inclui intolerância, violência, desemprego, isolamento, preconceito, pobreza, condenação, fiscalização, deportação, expulsão, tráfico ou detenção. (COGO, 2013, p.17).

Embora os jornais analisados exponham a imigração como algo “problemático” e “policialesco”, de todos o mais marcado por essas características negativas é o jornal *Pioneiro*, da RBS/TV.<sup>49</sup>

Em uma enquete de opinião, em sua edição de 17 de agosto de 2014, fez-se a seguinte pergunta: “Há lugar para ganeses e outros imigrantes em Caxias do Sul?” A resposta foi: 30,31% *Sim* e 69,69% *Não* (PIONEIRO, 17 ago. 2014). Isto ocorreu no ano em que o tema da Festa da Uva foi *Na alegria da diversidade*.

Segundo Gomes (2013), o discurso moral da imprensa sobre os imigrantes acaba influenciando outras esferas do estado, como a própria polícia e os próprios órgãos públicos. Foi o que aconteceu em Caxias do Sul. As narrativas na imprensa, que criminalizam os fluxos contemporâneos nos jornais, contribuíram para que os novos migrantes que chegavam a Caxias fossem representados com preconceito, desconfiança e até como não desejáveis. O vereador Flávio Dias (PTB) expôs seu descontentamento em plena sessão da Câmara de Vereadores do Município, realizada em 20 de março de 2014<sup>50</sup>, quando deu a seguinte declaração:

Eu não gostei nada desse pessoal vir para cá. Não vieram trazer benefício para o Brasil coisa nenhuma. Vieram trazer mais pobreza. Então eu não sou favorável a esses caras aqui, de jeito nenhum. O pessoal daqui precisa de muito apoio também e não têm. (*G1RS*, 20 mar. 2014).<sup>51</sup>

Na declaração, o vereador Flávio Dias expõe uma carga de significados entre o “nós” e o “eles”, que se aplica ao mesmo tempo a outros setores da sociedade. Em entrevista ao jornal *Pioneiro*, o prefeito disse que pediria auxílio ao governo federal para manter os senegaleses que estavam na cidade, após entidades de direitos humanos haverem protestado contra o tratamento oferecido aos imigrantes:

Todo mundo foi recebendo os senegaleses sem pedir indicação para a prefeitura, e agora querem uma solução do município. Temos muita gente para atender em Caxias, e não temos, muitas vezes, estrutura para os nossos, mas vou receber a Comissão e ver o que podemos fazer.<sup>52</sup>

<sup>49</sup> Conhecido como o jornal que está “ao teu lado”, o *Pioneiro* circula desde 1948 e está presente, hoje, em 64 municípios da região de Caxias do Sul. Desde 1993, integra a rede de jornais do Grupo RBS, sendo filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC). Conta com uma equipe de redação com mais de 40 jornalistas, além de colunistas internos e externos. Em 2008, o jornal ganhou o *site pioneiro.com*. Informação extraída da página do jornal, disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/pioneiro/>>.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/vieram-trazer-mais-pobreza-diz-vereador-sobre-imigrantes-no-rs.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

<sup>51</sup> Vereador Flávio Dias (PTB). Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/vieram-trazer-mais-pobreza-diz-vereador-sobre-imigrantes-no-rs.html>>. Acesso em: 3 jun.2016. Esta fala ocorreu durante uma sessão da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Foi criticada tanto por pessoas de partidos à esquerda, quanto por movimentos sociais de Caxias do Sul.

<sup>52</sup> Vereador Alceu Barbosa Velho (PDT), em entrevista ao jornal *Pioneiro*, em 16 de julho de 2013.



Para Becker (2003), a opinião pública é a forma que, muitas vezes, o historiador encontra para entender os processos sociais e culturais de uma comunidade, principalmente quando pensada a partir da influência da mídia. Assim, as representações que a mídia faz desse fato ou acontecimento e as possíveis reações da população servem para perceber os jogos políticos que se relacionam com aquele momento histórico.

Daí, além da construção do pânico moral em torno dos imigrantes e do preconceito com a imigração recente, a preocupação com questões como saúde, emprego e segurança e uma possível criminalidade destes haitianos e senegaleses, além, é claro, da doença que entrou no imaginário da população no ano de 2014, o ebola.

A relação entre mídia, imigrantes “africanos” e o momento político que o Brasil estava passando, a polarização política e a imprensa, que muitas vezes apenas reproduzia o senso comum, contribuiu ainda mais para uma visão negativa acerca da imigração, que, apesar de se negar, foi rechaçada devido ao racismo. Foi, então, novamente colocada uma divisão entre “nós” e “eles”, ou, conforme apontam Sacramento e Machado (2015), “nós saudáveis/ameaçados” e “eles doentes/ameaçadores”.

Ancorados em imaginários e ideias partidárias no momento em que o País atravessava momentos difíceis, a crise foi utilizada, tanto política quanto economicamente, até mesmo para mascarar a xenofobia e o racismo. Ainda de acordo com Gonçalves (2015), difundiu-se um imaginário segundo o qual esses imigrantes seriam células comunistas infiltradas no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A terminologia utilizada nas reportagens dos jornais e na mídia *online* associava o termo “imigrante” com termos como: “ilegais”, “africanos”, “refúgio”, “estrangeiros”, “asilados”, por sua vez associados às palavras “trabalho” e “emprego”, O que contribuiu para aumentar o pânico moral e o preconceito.

Em uma notícia *online* no site do *G1RS*, sobre uma entrevista concedida pelo prefeito Alceu Velho à *Gazeta de Caxias*, a manchete foi mais direta e incluía, além dos ganeses, outros “africanos”:

“Quero dividir”, diz prefeito sobre “invasão” ganesa em Caxias do Sul. Segundo Alceu Barbosa Velho, 190 estrangeiros chegaram ao município. Prefeitura diz que rede de assistência social não dá conta da demanda. A entrada de imigrantes, principalmente africanos, aumentou nos últimos dias em Caxias do Sul, na Serra do Rio Grande do Sul. De acordo com o prefeito do município, Alceu Barbosa Velho (PDT), pelo menos 190 estrangeiros chegaram à cidade entre a semana passada e o início da tarde desta terça-feira (8). A administração municipal afirma que a estrutura de assistência social do município está sobrecarregada e busca contato com embaixadas em Brasília para tentar resolver a situação. Os estrangeiros vêm em busca de emprego... (*G1RS*, 8 jul. 2014).<sup>53</sup>

Na esteira de Van Dijk (2001), consideramos que os políticos têm condições de oferecer uma reflexão humanizadora e multicultural sobre as questões sociais, ou então estereotipada, colocando os necessitados, no caso os imigrantes, como problema. Entre algumas matérias analisadas, o foco se deu sob a ótica da “invasão” dos imigrantes, representada pelos jornais. Abaixo, algumas matérias e capas da imprensa de Caxias do Sul do ano de 2014:

10 estrangeiros procuram o CAM por semana. (FOLHA DE CAXIAS, 5 mai. 2014).

Imigrantes: Prefeito Pede ajuda a Governo Federal. (GAZETA DE CAXIAS,

<sup>53</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/quero-dividir-diz-prefeito-sobre-invasao-ganesa-em-caxias-do-sul.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

12 jul. 2014).

Estado oferece trabalho a africanos. (PIONEIRO, 18 jul. 2014).

Caxias do Sul recebe mais imigrantes. (FOLHA DE CAXIAS, 2 set. 2014).

Em Caxias, cidade da serra, viveu, neste ano, onda migratória de haitianos, durante e após a Copa do Mundo. (PIONEIRO, 14 nov. 2014).

Gomes (2013), ao analisar as representações de jornais portugueses sobre imigrantes ciganos e norte-africanos em relação a crimes de violência, observou a volatilidade do noticiário sobre tais fatos, e correlações, nas páginas dos jornais portugueses: “irrompem e depois desvanecem.

As migrações estão comumente ligadas a momentos de desemprego e a crises. É em situações do tipo que aumenta o volume de matérias. Ainda com Van Dijk (2005), pode-se dizer que os jornais não expõem claramente sua opinião em relação aos novos imigrantes; contudo, quando se referem a eles, deixam implícitas certas questões que fazem com que o leitor tire suas conclusões, como, por exemplo, nos seguintes títulos: “Os estrangeiros vêm em busca de emprego” (*G1RS*, 8 jul. 2014); ou ainda: “Eles vêm em busca de emprego fácil” (Idem).

O levantamento de notícias apresentado indica um tipo de construção midiática segundo o qual os imigrantes, principalmente os não europeus, são narrados como um problema, ao invés de destacar suas contribuições e as oportunidades de trocas interculturais que possibilitam. Poucas vezes suas vozes aparecem nas notícias, mesmo quando são eles as vítimas de preconceito e discriminação.

Como se pode observar em matéria mais recente, de dezembro de 2017, publicada *online* numa sessão chamada Polêmica, em que se fala em “agressão” que envolve um senegalês na rua, a reportagem fala em “suposta agressão a senegalês reabre debate sobre tratamento dado a imigrantes”.<sup>54</sup> Em Caxias, a matéria apresenta o relato do vídeo que circulou na internet. Nela, o senegalês é descrito como vendedor ambulante e como alguém que atrapalhava a rua com seu comércio. As vozes chamadas em defesa dos imigrantes foram as do Centro de Acolhida de Imigrantes e de pessoas que testemunharam o ocorrido. O depoimento do senegalês foi apresentado e a versão do agressor também, mas o imigrante agredido falou bem menos que seu agressor. O que indica como o jornal representa essa população adventícia.

### 3 - História oral com imigrantes haitianos e senegaleses<sup>55</sup>

Segundo Assis e Campos (2009), a experiência migratória coloca em dois lados os indivíduos que migram, em um processo de tradução de culturas, de viver entre dois lugares, com sua originalidade histórica e étnica marcada por uma obscuridade cognitiva e por um sujeito descentrado, pondo em questão os processos historicamente criados “lá” e que criam um campo de significados sobre estar no Brasil e ter deixado anseios e pessoas importantes “lá”. Na pesquisa realizada em Caxias, Menin (2016) também demonstrou o processo de reconstrução dos significados de estar aqui e estar lá para os imigrantes haitianos e senegaleses que chegaram àquela cidade.

A imigração de haitianos para Caxias do Sul inicia-se em maior quantidade a partir de 2011, logo após o terremoto no Haiti, o que não chega a representar um fator decisivo, já que

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2017/12/suposta-agressao-a-senegales-reabre-debate-sobre-tratamento-dado-a-imigrantes-em-caxias-10050272.html>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

<sup>55</sup> Os nomes utilizados são fictícios, a fim de proteger a identidade dos entrevistados. Todas as entrevistas foram realizadas entre outubro de 2015 e março de 2016. Procuramos transcrever as entrevistas e deixá-las mais próximas da forma falada pelos imigrantes.

a mobilidade diaspórica desse povo vem desde sua independência (HANDERSON, 2015). Migrar faz parte da experiência haitiana, devido às crises econômicas e políticas que marcam a história do país. Os destinos preferenciais eram Canadá, Estados Unidos, França e Guiana Francesa. Conforme Assis e Magalhaes (2014), os Estados Unidos são o destino preferencial, totalizando 664.000 haitianos ali residentes. Em seguida, viria a França, com 77.000 emigrantes haitianos; depois, o Canadá, com 70.000, e Bahamas, onde 40.000 emigrantes haitianos atuam no sistema hoteleiro da região ou que apenas usam a região como etapa migratória para os Estados Unidos.

O Brasil não era o destino preferencial desses migrantes, mas, num contexto em que medidas restritas dificultavam cada vez mais a migração para os Estados Unidos e a entrada na República Dominicana e na Europa, o Brasil passou a ser um dos novos destinos. Contribuíram para a colocação do Brasil no rol dos destinos da migração haitiana a presença militar brasileira nesse país, liderando a missão humanitária da ONU, e a estabilidade política e econômica brasileira em meio a um cenário de crise econômica mundial naquele momento, e, muito particularmente, o anúncio do governo brasileiro, logo após o terremoto, de ajuda humanitária no processo de reconstrução do Haiti – medidas que não ocorreram efetivamente, como se pode observar no artigo de Thomaz e Nascimento (2012)<sup>56</sup>.

Esses fatores tornaram o Brasil um dos destinos dos emigrantes – embora nunca tenha sido preferencial – e as razões desta mudança, acreditamos, podem ser encontradas na própria presença brasileira no Haiti. Uma vez atuando no país caribenho, o Brasil acabou por recriar, a seu modo, um fluxo migratório de saída do país, que o imperialismo norte-americano e francês também haviam produzido.

A principal porta de entrada para eles é a fronteira amazônica, via estados do Amazonas e Acre (SILVA, 2015; MAGALHÃES, 2014; HERÉDIA *et al.*, 2015), embora Silva (2015) registre outros pontos de entrada, como a fronteira mato-grossense, ou diretamente por avião. No início de 2011, a principal forma de entrada dos imigrantes foi pela fronteira amazônica. A partir de 2012, começaram a chegar diretamente por São Paulo e, depois, de ônibus até Caxias.

Já os senegaleses iniciam um fluxo mais intenso em 2011, embora a mídia só lhes tenha dado um destaque maior a partir de 2013. Eles também perfizeram a rota dos haitianos pela região amazônica; além deste roteiro, têm recorrido à alternativa oferecida pela Europa, mais especificamente, da Espanha para o Equador, e daí para o Brasil.

A escolha desses dois grupos se deveu à visibilidade e ao impacto social causado na cidade. Em outubro de 2015, a Secretária de Saúde da Prefeitura de Caxias do Sul tinha registrados em seu cadastro 1.709 imigrantes nacionais do Senegal, 1.655 nacionais do Haiti e 39 nacionais de Gana.

De acordo com Uebel (2015) Herédia (2015) Bógus e Fabiano (2015), a migração para o Brasil neste início de século XXI indica que os imigrantes não partem somente das antigas rotas da imigração norte-sul. Essa migração, ocasionada pela crise de 2008, tem mudado diversas direções, crescendo a mobilidade sul-sul. Uebel demonstra que, entre 2006 e 2014, entraram no Brasil 1,9 milhão de imigrantes, com destaque para o grande fluxo de 2010.

Quando se trabalha com memórias de (i)migrantes, trabalha-se também com trânsitos de tempo, ou seja, passado e presente: o passado de seu país e o presente em seus novos locais de destino. Essas mobilidades são permeadas por imaginários sociais, culturais e econômicos. Diante disso, o imigrante em mobilidade diaspórica percebe que está longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e de perda, mas perto o suficiente para entender o enigma de uma chegada sempre adiada pela imagem da comunidade recriada e

<sup>56</sup> Segundo Tomaz e Nascimento (2012), após o terremoto, o governo brasileiro anunciou projetos ambiciosos de intercâmbio e formação de quadros haitianos em áreas estratégicas como a saúde e a educação, para os quais dotações orçamentárias foram rapidamente aprovadas, mas cuja execução nunca aconteceu. Da mesma forma, anunciou a oferta de 500 bolsas a estudantes da rede universitária haitiana, para os quais se candidataram cerca de 3.500 estudantes, dos quais apenas 80 as conseguiram.

imaginada.

Dentro delas, ele produz imaginações sobre o local onde vai residir, relações que vai fazer. De acordo com Baczko (1985, p. 303), o imaginado é “lugar de expectativas e aspirações”. A comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) é um sentimento autêntico para os indivíduos que migram. Esses imaginários partem tanto da sociedade receptora quanto, é claro, do imigrante que chega:

Depois que eu consegui alugar a sala para a loja falaram para o dono da sala que nós comíamos carne de cachorro e ele veio lá e disse: É verdade que vocês comem carne de cachorro? Olha aqui têm vários cachorros e eu não quero ter problema com isso [risos]. (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês. Entrevista em 27 out. 2015.).

Na verdade, assim como nós somos fanáticos por futebol, foi um impacto, a pessoa já tem uma ideia de Brasil, pensamos no Pelé, e outros futebolistas, e nós tínhamos essa ideia de Brasil, a partir de Ronaldo, conhecer o Brasil a partir destas pessoas e o carinho do povo brasileiro que começou lá no Haiti [exército brasileiro] a gente tinha uma ideia. (Joel, 34 anos, imigrante haitiano).

Assim como na fictícia Winston Parva, de Norbert Elias e John Scotson (2000), as calúnias e fofocas sobre os novos imigrantes (*outsiders*), os estigmatizam, considerando-se superiores, expondo seus preconceitos.

As narrativas povoam os imaginários dos imigrantes, da mesma forma que as desilusões, as incertezas e o ressentimento das exclusões e decepções com o Brasil e com os brasileiros:

As pessoas que chegavam para gente e dizem quando chegou: Olha como ele se veste bem! E também diziam: Eles vêm trazer pobreza e roubar nossas empresas. (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês).

É oportuno pensar que, ao lado do imaginário de um Brasil mestiço e que acolhe bem seus imigrantes, o imaginário sobre o continente africano e seus países seja de pobreza e miserabilidade, por sua vez, também, estereotipado.

Como já observado anteriormente (MENIN, 2016), no encontro, esse “Outro”, tão imaginado, transforma-se em (res)sentimentos de desilusão. Paisagens, costumes e encantos pelo Brasil são quebrados nesse contato com os imaginários dos “estabelecidos” sobre os novos imigrantes.

Se, por um lado, o imigrante sofre ao se estabelecer na sociedade que o recebe, ainda existem outras questões que estão “lá”, como “esse lugar geograficamente distante”. As várias saudades do imigrante são amenizadas pelas redes sociais.

Diferente dos descendentes de italianos, que não têm como retornar ao passado, ao país dos ancestrais, a não ser por um sentimento afetivo e/ou emocional, na contemporaneidade o que lhes resta é reelaborar essa afetividade na nostalgia. A era da globalização e da tecnologia é o elo do imigrante recente com sua família, e isto pode ser alcançado através dos vários aplicativos, tanto via computadores quanto celulares:

Sinto falta, tem muita coisa, tem falta de comida que aqui não tem e a gente não consegue encontrar, especiarias, temperos [temperos e condimentos próprios do Senegal]. Mas também amizade com as pessoas, relacionamento com a família, embora eu mantenha contato com eles pela internet, *facebook*. (Sheikh, 28 anos, imigrante senegalês).

Por outro lado, estes contatos ajudam a manter os laços com a família. De fato, este

não é um tipo de imigração que rompa com os laços. Isto fica evidente no contato de um imigrante senegalês, Sow, de 29 anos, com sua filha; embora separado, mantém contato com ela através do *facebook*. Assim, continua acompanhando o crescimento da menina através das fotos que ali são postadas. Tais aplicativos representam uma alternativa de contato com a família e mais possibilidade de senti-la presente. Segundo Sow, há lugares no Senegal em que a conexão com a internet não tem sinal; o aplicativo que funciona é o *Viber*, que lhe permite entrar em contato com a família todos os dias.

Diferente das cartas e dos diários de viagens do passado, nas migrações contemporâneas os imigrantes se utilizam dos meios de comunicação e aplicativos da internet que possibilitam o contato imediato com o ente querido “lá”, do outro lado do continente. Esta é uma característica da globalização cultural. Fotos são enviadas do Brasil e sobre o local onde esses imigrantes estão morando ou trabalhando, enquanto de lá são enviadas as fotos de suas famílias, amigos e pessoas queridas.

A comida é algo que liga o imigrante à sua terra natal; é algo que o identifica com tempos e lugares. Moustapha, 27 anos, por exemplo, estabelece uma relação próxima entre comida e família:

Sim, falta...falta minha mãe, do meu pai.. eu ligo todo dia para minha família, todo dia minha mãe chora, eu não quero passar os problemas, mas eu sinto que ela chora. Lá eu sinto falta do *Rosa Cuis*<sup>57</sup>, mas eu gostei da comida daqui, e muito boa, é muito diferente que a comida de lá. Na casa onde moramos têm 5 pessoas e todo dia um fica responsável pela comida. Hoje eu faço comida, amanhã outro faz. Hoje eu fiz arroz com frango, temperos, cebola, alho e todo mundo come junto no mesmo prato, com a mão, como é costume em nosso país (Moustapha, 27 anos, imigrante senegalês).

A noção de Brightwell (2015) sobre sentir-se em casa longe de casa faz sentido, pois é no espaço afetivo em que o imigrante vive com seus sentimentos de pertença, de família e de afetividade. A comida logo recria esse espaço, independentemente de onde esteja. Esses encontros, sejam religiosos ou dominicais, estabelecem um elo entre o que ficou distante do imigrante e reativam sentimentos de familiaridade e proximidade, amenizando a saudade da terra natal.

Além da saudade, o imigrante precisa lidar com outras questões, como a decepção e a ilusão do lugar em que ele chega. Quando o projeto imigratório não é bem-sucedido, ele se depara com vários outros tipos de violações e violências. Das que são visíveis, como a dificuldade da sua inserção no mercado de trabalho, como o racismo implícito, as acusações infundadas e toda sorte de injustiças.

Os imigrantes haitianos que chegaram ao país desde 2010 têm recorrido ao visto humanitário para poder se estabelecer e trabalhar legalmente no Brasil. Embora alguns tenham entrado sem documentos, grande parte conseguiu se regularizar. No caso dos senegaleses, eles procuraram fazer a mesma rota dos haitianos, mas, como não conseguiram se enquadrar na solicitação de visto, muitos entraram com solicitação de refúgio, pois, enquanto seu pedido é analisado, podem permanecer legalmente no país.

O visto humanitário<sup>58</sup> foi uma alternativa criada a partir da crise humanitária causada pela chegada de milhares de haitianos nas fronteiras amazônicas desde 2010. Como o Estatuto do Estrangeiro<sup>59</sup> estava defasado em relação aos novos movimentos migratórios e os haitianos não se enquadravam nos pedidos de solicitação de refúgio, o Conselho Nacional de Migração (CNIg) publicou, em janeiro de 2012, uma resolução que concedia visto

<sup>57</sup> Moustapha conta que é uma espécie de arroz com carne, colocado em um grande prato, onde todos comem em comunhão.

<sup>58</sup> Resolução Normativa n. 97, de 12 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a concessão de visto permanente, previsto no artigo 16 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, aos nacionais do Haiti.

<sup>59</sup> Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980.

humanitário aos residentes no Haiti. Essa resolução, inicialmente, limitava a concessão de vistos a 1.200 por ano aos imigrantes desse país. Diante do volume dos que chegavam pela fronteira, essa limitação foi retirada e também os haitianos puderam pegar vistos a partir de outros países. Estas medidas visavam a coibir a migração indocumentada e o tráfico de pessoas na fronteira, pois muitos entravam de maneira irregular, correndo diversos riscos, como o de ser vítimas de coiotes, além de sofrer diversas violências físicas e psicológicas. Segundo Póvoa:

[...] Os controles de imigração, a militarização e fortificação de fronteiras internacionais, os constrangimentos à circulação dos que decidiram ou foram coagidos a se deslocar, seriam manifestações marcadas pela violência [...] os que se deslocam a contornos de grandes riscos e à atuação de contrabandistas e traficantes de seres humanos. Reforçando a atuação de redes criminosas ligadas à migração e fornecendo argumentos aos movimentos políticos de cunho xenófobo, as barreiras anti-imigração ajudam a manter na ordem do dia o discurso contra o imigrante como desnecessário e “invasor”. (PÓVOA, 2010, p. 470 e 471).

Entre os entrevistados, atravessar as fronteiras para chegar ao Brasil não tem sido nada fácil. Houve surpresas e desgostos, violações e violências de toda ordem. Relatamos aqui a história do trajeto de dois imigrantes, um senegalês e um haitiano, respectivamente.

Moustapha, o primeiro deles, é muçulmano. Como os demais entrevistados, é de Dakar, tem 27 anos. Em seu país, estudava licenciatura em Sociologia. É solteiro. No Brasil há seis meses, veio junto com um amigo. Conta que para viajar para cá pediu dinheiro emprestado aos pais, aos irmãos mais velhos e aos tios.

No Senegal<sup>60</sup>, ficou sabendo que no Brasil havia muitas oportunidades de emprego, coisa que ele não encontrou desde que aqui chegou. Ele não tinha condições de permanecer em sua terra, pois ganhava muito pouco; trabalhava por dia. Do Brasil ficou sabendo através de amigos que já estavam em Caxias do Sul.

Estes relatos evidenciam a importância das redes sociais como forma de atração de imigrantes de certos locais na origem para certas localidades no destino, como observado em vários fluxos migratórios, dentre eles os de brasileiros rumo aos EUA (ASSIS, 2011), mas também demonstram que as redes são transnacionais e cruzam informações entre grupos nacionais, pois senegaleses vieram pela rota dos haitianos:

Lá não tem trabalho [Senegal] – como explicar? –, lá tem muito problema. Você é estudante, termina tudo, os estudos, e tu não trabalha. Sabe, tu vives tudo em família, pai, mãe, irmã, irmão, tudo vive em família. Todo mundo mora junto. Lá meu pai não trabalha; minha mãe não trabalha. Eu estudava e ajudava em um mercado; terminava de ajudar, ele me dava dinheiro e eu levava para casa. Tenho quatro irmãs e dois irmãos. Então decidi partir, fui de Senegal para o Equador e do Equador passei por Peru e fui ao Acre – Rio Branco e depois a São Paulo e depois cheguei aqui. Mas a viagem foi muito difícil, muita dificuldade no Equador, passei por fora [se refere a não ser preso] a pé, não tinha onde dormir, não dormi; passava a noite caminhando. Passei 10 dias no Equador; não tinha ônibus. Passei por Peru, na capital Lima, depois passei pela floresta por balsa e a pé. Sofri violência física; teve violência. Fiquei no posto da polícia de Peru três dias; depois a polícia do Peru pegou [apanhou] meu dinheiro, e mandou que fossemos embora. Depois, no Brasil, a polícia pega os teus documentos e

<sup>60</sup>Entre os entrevistados senegaleses, alguns solicitavam refúgio, outros não. Segundo relataram, tinham vindo sem solicitação. Entre os haitianos, todos tinham entrado no país com visto humanitário. Segundo a Polícia Federal de Caxias do Sul, em 2015 foram feitos 400 pedidos de refúgio por parte de senegaleses e ganeses.

não tem problema; o problema é Equador para o Peru. (Moustapha, 27 anos, imigrante senegalês).

Parafrazeando Póvoa (2010), as migrações contemporâneas são verdadeiras “barreiras”, sejam elas de contenção ideológica, econômica, política e, claro, com muros e cercas que impedem o migrante de atravessá-las. Frequentemente, de forma negativada por parte de um setor da mídia impressa, digital e televisiva, que, do mesmo modo, a considera uma barreira a mais para o imigrante.

A imigração faz com que o imigrante deposite todas as suas expectativas no país ao qual está se dirigindo. São expectativas de ordem familiar, individual e, claro, econômica, tanto para fazer o trajeto quanto para depois enviar dinheiro à família.

Esta aspiração é construída junto com a de outros imigrantes, que já estão no Brasil e informam como devem proceder para a travessia os que ainda estão em seus países de origem. Alguns relataram violência por parte de agenciadores que os auxiliam na passagem. Tais violências são de ordem física e moral. Trata-se, na verdade, de redes de tráfico imigrante, já estudadas por Assis (2008).

A segunda história é de Joel, imigrante haitiano de Porto Príncipe, 34 anos, Estava no Equador fazendo um curso de Refrigeração Geral, quando soube das oportunidades no Brasil. Casado e pai de família, chegou a Caxias do Sul em 2013, depois de vários conhecidos já estarem no Brasil, inclusive um irmão seu. Veio acompanhado de seu pai. Conta um pouco a respeito da decisão de partir, de sua viagem e das violências que sofreu durante o trajeto:

Eu vim porque meu pai e muitas pessoas passaram por mim dizendo: “Vou ao Brasil!” E aquela emoção de que todos vão e somente eu fico. Eu pensei: não, eu vou fazer uma experiência em minha vida, vai ser um conhecimento a mais para mim. Então eu deixei de viver lá [Equador] e vim para o Brasil, acompanhando a ele, mas aqui no Rio Grande do Sul já tinha meu irmão; então já sabia, na verdade eu sabia, que eu iria encontrar com ele de novo. Quando eu cheguei aqui meu irmão já estava aqui há dois anos.

Na verdade, durante o percurso para vir para cá [2013], passando pelo Peru, existe uma violência lenta no caminho. Eles acham que nós viajamos com muito dinheiro e roubaram nosso dinheiro e usaram estratégias de captura: nos colocaram em um quarto, embora grande, mas com mais de 100, 120 pessoas no mesmo lugar, e eles falaram que me ajudariam a passar pela fronteira Peru X Brasil, só que eles começaram a me pedir dinheiro. Eram vários deles, e se não se consegue dinheiro, tem que ligar. E isso é uma violência, não!? Tem que ligar lá para as pessoas, lá no Haiti, avisando que nós não estamos chegando e tem que mandar dinheiro. Mesmo que não tenha, se não eles pressionam se você não tem dinheiro, não vai poder viajar, vai morrer de fome ali, e eles não dão comida e assim eles conseguem dinheiro para que liberassem as pessoas, para que eles pudessem seguir viagem. Isso os peruanos. Passando pelo Peru, tem que passar por isso; é uma violência. Não existe uma pessoa que passe pelo Peru e não sofre esse tipo de violência. E a maioria dos haitianos eles entendem o espanhol, porque temos fronteira com a República Dominicana e tem muitos que moraram lá na República Dominicana e também no Equador; tem muitos que não conseguiram dinheiro quando chegaram lá no Equador, e tem muitos que ficam três meses, quatro meses parado lá, até conseguirem dinheiro para seguir o caminho passando por Peru. Então essas pessoas, desde o começo de Equador até a fronteira, as pessoas já têm que pagar para passar, porque tem que passar escondido.

Aí fica lá sem comer; se quer continuar viajando, tem que ter alguém que manda dinheiro, senão você fica lá. Por parte terrestre, tinham essas pessoas, só fazem isso; não existe um imigrante haitiano que tenha vindo por terra que não tenha sofrido isso, porque o caminho é o mesmo, né?! (Joel, 34 anos, imigrante senegalês).

Pelos relatos, a imigração é, para quem a enfrenta, um suspiro de esperança. No caso de Joel e de outros, a vida tem um sentido diaspórico. Ele mantém contato com vários amigos e irmãos que estão em outros países – em vários países da América Central e do Norte –, criando uma rede transnacional de contatos (ASSIS, 1995), construindo uma identidade transmigrante:

Na realidade, o Haiti é um país pobre. Existiam pessoas que não estavam em uma condição boa e tudo o que aconteceu incentivou as pessoas a saírem de lá. Se estamos falando a verdade, as pessoas que chegaram aqui era pessoas que já não estavam bem lá, economicamente falando. Teve pessoas que estavam trabalhando e saíram de seus empregos, pegaram o dinheiro e falaram: “*Ah, lá fora é melhor!*” Quer fazer uma experiência; e chega aqui é tudo diferente, né, porque, chegando em um país sem falar língua, digo assim se estivesse bem lá, bem de condição economicamente, ficava lá e fazia toda minha vida lá. (Joel, 34 anos, imigrante senegalês).

Os imigrantes enxergam, no horizonte, expectativas – no sentido atribuído por Koselleck (2006) – que entrelaçam passado e futuro em seus sonhos. Se sonhar é realidade, a realidade do imigrante é bem mais difícil que suas expectativas:

Então o acontecimento de 2010, aquele desastre deixou a situação bem difícil mesmo, e a dificuldade que o país se apresentou depois do terremoto, acham que tem o futuro lá fora em um país estável. Então, pensamos que teremos uma vida garantida, mais produtiva; então; a vida antes do terremoto não estava boa; depois do terremoto piorou a situação de muitas pessoas. Inclusive, eu estava em uma missão, terminei minha missão depois do terremoto e eu decidi de sair do país; eu via tudo quebrado, as ruas estão quebradas, as casas estão caindo e as pessoas e as pessoas que não saíram de lá são pessoas que não conseguiram o dinheiro para sair. Se o país estivesse bem, ficaria no país. (Joel, 34 anos, imigrante haitiano).

Pelo contato com o “outro”, novas culturas, novas línguas, a decisão de partir e deixar os seus é muitas vezes difícil. Além disso, o imigrante sempre está disposto a crescer, a ajudar o país que o recebe (SAYAD, 1998). A língua, por isso, é a primeira coisa que ele precisa aprender, assim como os códigos para se localizar dentro dessa nova sociedade. Deve, no dizer de Dantas (2010), reaprender a viver. A mudança significa ruptura com a sua cultura, não com a família, já que os laços não se perdem:

Quando eu cheguei em 2010 estava difícil. Eu cheguei com mais quatro pessoas; os primeiros que chegaram aqui, sabe. E foi difícil porque a gente [as pessoas] não estavam acostumadas com os imigrantes africanos e tal; então não é nada fácil. Porque a gente chega em um lugar diferente, a cultura, e foi uma loucura; mas a gente se esforça e deixa a família. Então é uma coisa que não é tão fácil como a gente imaginava; mas estamos encontrando muita gente que ajuda para agilizar a documentação, mas foi difícil, foi difícil. Ali na Câmara de Vereadores teve gente que disse que eles vieram para roubar nosso emprego; vai roubar nossa empresa. Mas se a gente chega refugiado aqui, sem emprego, sem falar português e consegue o emprego e o brasileiro que mora aqui tem casa aqui, que entende o português não conseguiu emprego, o problema não é do imigrante, é do brasileiro; então não somos nós que vamos roubar emprego. (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês).

É importante destacar que, antes da crise de 2014, os jornais de Caxias do Sul



publicavam manchetes sobre a falta de pessoas para trabalhar. Mesmo com a crise, algumas destas vagas foram preenchidas por imigrantes, já que não eram ocupadas por nacionais. Esse tipo de problemática tem um estudo em Caxias do Sul (HERÉDIA et al., 2015). Exemplo disso é a matéria publicada em 14 de abril de 2012 pelo jornal *Pioneiro*, que tinha como manchete: “Donos de bares e restaurantes flexibilizam requisitos para suprir mão de obra” (PIONEIRO, 14 abr. 2012).

Durante as entrevistas, vários imigrantes relataram terem sido colocados em horários de fábrica que ninguém queria, ou então em setores mais difíceis – de noite, em aviários, fazendo o trabalho mais árduo, carregando cimento na construção civil –, além de não impetrarem férias e direitos trabalhistas. Abaixo, um imigrante relata o que viveu:

A vida dos imigrantes está nas mãos dos empresários, uma vez que o governo não...uma vez que não sai a lista, há duas coisas que é preciso para conseguir o emprego; que é a carteira de trabalho e o CPF para poder andar em qualquer lugar; depois disso, então, eles entregam a vida dos imigrantes na mão dos empresários. Eles [os empresários] é que tomam a decisão e que tomam conta. Essa é uma situação bem grave que os imigrantes, principalmente os haitianos, porque vários já morreram também nos trabalhos. Desde que estamos aqui, não chegamos ao ponto de sair na rua pedindo dinheiro, porque somos muito unidos. Quando estamos trabalhando, nós reunimos o grupo de haitianos para encontrar uma saída; então ajudamos com cinco reais, dez reais, para fazer uma cesta básica para que aquela pessoa passe umas duas semanas bem. (Joel, 34 anos, imigrante haitiano).

A fala de Joel é significativa. Expõe as dificuldades dos imigrantes haitianos, semelhantes, conseqüentemente, às dos senegaleses, devido à falta de políticas de acolhimento, o que mostra sua situação de vulnerabilidade. Em seu relato também é significativa a importância das redes e dos próprios grupos de apoio criado entre os imigrantes. Antes de emitir o CPF, o imigrante acaba trabalhando na informalidade, exposto a todo tipo de violência e violação de seus direitos. Segundo Tedesco e Herédia (2015), a questão dos abusos referentes aos trabalhos dos imigrantes em Caxias do Sul é que muitas vezes eles não têm a quem recorrer, embora, como já afirmado, a imigração crie espaços e disputas políticas.

Se as condições de vida não são das mais favoráveis no Brasil, parafraseando Assis (1995), retornar, para o imigrante, é mais difícil do que partir. O retorno pesa mais para ele, pois dele se espera que retorne a seus melhor do que quando saiu:

Não tem trabalho, se você for em uma empresa e não fala bem o português, eles não pegam e dizem agora não tem. Lá no Sine [Sistema Nacional de Emprego] me disseram que todo dia tem vaga, menos para estrangeiros. (Moustapha, 27 anos, imigrante senegalês).

Ao chegarem ao país, ou mesmo antes de partir, através da rede de computadores, mediados pela tecnologia, conseguem informações sobre mercados de trabalho em potencial. A documentação provisória é conseguida junto à Polícia Federal. Parcela expressiva de refugiados senegaleses e ganeses fixou-se no sul do estado de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. O emprego informal a que muitos destes imigrantes acabam se submetendo favorece abusos por parte dos empregadores. Alguns não pagam férias, seguro desemprego e hora extra, justamente por conta da informalidade do empregado. Os imigrantes senegaleses têm uma justificativa para esse descumprimento:

Eles fazem isso porque você é africano, eles fazem isso porque tu é de outro país, tu não é brasileiro. Tem empresa boa, mas tem empresa que a gurizada tá sofrendo bastante, porque eles acham que como a gente não fala

português eles podem fazer o que querem, não pagaram certinho; nós já acompanhamos diversas causas de acidente de trabalho aqui e as empresas se negam a dar auxílio, em casos de acidente de trabalho. (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês).

Nessas mobilidades internas, a “economia” está sempre impulsionando os imigrantes para outros locais. No caso dos imigrantes haitianos e senegaleses, oriundos de uma diáspora histórica, o trabalho é algo que impulsiona para outros espaços, pois a sua “sobrevivência” depende do trabalho e do salário, bem como da realização do sonho que o impulsionou antes de partir.

Não, na verdade entrou pouco dinheiro depois que eu cheguei ao Brasil, e para mandar para lá fica difícil, entendeu!? A intenção era mandar dinheiro. Mas muitas vezes se consegue um mês e depois não se consegue mais: tem que pagar água, tem que pagar aluguel e as pessoas que conseguiram na verdade são poucas. No começo, sempre é difícil, mesmo que tem tempo, mas o salário não está suficiente para pagar todas essas despesas e mandar dinheiro lá, só vou sobreviver enquanto dá... (Joel, 34 anos, imigrante haitiano).

Aí vai juntando dinheiro, pouco a pouco, durante dois anos, um ano, e traz a família. Come menos para poder alcançar essa meta, gasta menos para poder trazer. E a maioria, tem muitos que sofrem, quer trazer, trabalham seis meses e às vezes os empresários mandam embora e acaba com o sonho. Aqui em Caxias é muito forte isso. (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês).

O sucesso do projeto migratório está muito atrelado a emprego e a recursos que com ele se possam buscar. Entre os senegaleses, o trabalho é um ato de fé. Foi o que ouvimos de um deles durante o trabalho de campo, que estava apreensivo, pois não conseguia emprego: “O trabalho liberta”.

As redes, os espaços de sociabilidade e a religiosidade não correspondem somente aos laços criados na imigração; não se limitam a assuntos relativos ao trabalho, e menos ainda reduzem o imigrante a pura “mão de obra” (TEDESCO e MELLO, 2015). Quem integra as redes são indivíduos culturais, históricos e territorializados, com crenças, saberes e fazeres próprios que modificam os laços e a própria sociedade receptora.

Neste sentido, as redes de parentesco, amizade e origem (ASSIS, 2011; MENIN, 2016; HERÉDIA e TEDESCO, 2015) são importantes mecanismos que interligam, de certa maneira, os imigrantes, tanto os que partiram, quanto os que ficaram e, posteriormente, quando de sua chegada ao país. Entre haitianos e senegaleses, essas relações ocorrem no momento em que deixam próprio país e quando chegam ao outro:

Eu vim para São Paulo; eu fiquei em São Paulo dois dias e depois para Caxias do Sul. Meu irmão já estava aqui. Agora, este ano, ele retornou para o Senegal. Ia fazer quatro anos que ele estava aqui. Eu falei para ele ir, porque meu pai sempre estava perguntando dele. Ficou bastante tempo fora. (Sow, 29 anos, imigrante senegalês).

Sow, imigrante senegalês, muçulmano, está em Caxias do Sul há dois anos e trabalha em uma panificadora, como atendente à noite, e, de manhã, como camareiro em um hotel.

Segundo Assis (2011), as redes no projeto migratório servem de ligação entre os que ficaram e os que partiram. Esses laços, que continuam através de mensagens pelo *facebook* e pelo aplicativo *whatsApp*, são trocados com pessoas com as quais o imigrante tem algum vínculo de parentesco desde antes de vir a Caxias do Sul. Sow tinha contato com parentes; no caso, um irmão que havia chegado antes.

Quando da chegada dos primeiros imigrantes, as redes de apoio não estavam firmadas; no entanto, com o passar do tempo, as lideranças de cada grupo foram se responsabilizando pela organização das associações de imigrantes em Caxias do Sul.

## Conclusão

As trajetórias aqui narradas não encerram a discussão sobre imigrantes e imigrações, principalmente em relação à história do tempo presente. A chegada dos novos imigrantes, em Caxias, nesse início do século XXI, como também em várias regiões do país, marcada pelas narrativas das contribuições no passado dos imigrantes europeus, se depara com os desafios da acolhida e da inserção no social, no laboral e no cultural dos migrantes do tempo presente.

As narrativas dos imigrantes recentes mostram que quando chegaram vieram em busca de uma terra de oportunidades, compartilhando da visão do Brasil como país acolhedor, que “recebe de braços abertos o estrangeiro”. Aqui chegaram em busca da terra do futebol e de uma suposta democracia racial. No entanto, nem sempre tais representações corresponderam às suas vivências. Embora acolhidos pelas entidades pastorais e grupos de apoio a migrantes, não sentem o mesmo, de maneira geral, de parte da população. Os relatos atestam casos de preconceitos e discriminação, principalmente racial, nunca sentidos antes por eles. Além da violência simbólica e xenófoba sofrida, há histórias reproduzidas pela imprensa que despertam visões ainda mais negativas.

Voltando ao ponto de partida e de referência do artigo, em Caxias, tanto o imaginário quanto o noticiário fixam a migração italiana como estereótipo do migrante desejável, o que leva a excluir os que não fazem parte destas representações. No imaginário da cidade, sobrevivem os italianos, os “velhos”, os braços civilizadores, o passado nostálgico e laudatório, enquanto o presente é visto como problema a partir das representações dos novos imigrantes. A cidade de Caxias do Sul, no tempo presente, é o resultado de renegociação de processos de identificações, ou seja, da construção e reafirmação de imaginários de migração italiana com base na sobrevivência de suas narrativas. Há, assim, uma arquitetura a sustentar essas italianidades, sempre reconstruídas ao longo da história da cidade.

Mais que serem “pesquisados”, os imigrantes recentes querem oportunidades, respeito e dignidade humana. Na condição de historiadores do tempo presente e parafraseando Koselleck, desejamos ver isso concretizado. Para tanto, com Taylor (1994), também admitimos que o reconhecimento se deve dar em ambas as esferas: a da condição humana, mais notadamente com a imigração recente, e a do poder público por direitos, estabelecendo políticas públicas para todos os imigrantes, sabendo reconhecer as diferenças culturais e étnicas.

Por parte da sociedade civil, o imigrante recente é transformado por narrativas, histórias, versões, preconceitos, em problema. O estabelecido não admite também estar causando problemas, nem se considera indivíduo de privilegiado. Por isso, faz sentido discutir o termo “branquitude/italianidade” a partir das representações dos jornais caxienses, que reproduzem discursos e preconceitos e constroem a marca da italianidade não problematizada.

Ao se analisar as narrativas de migração, se torna possível ver como essa marca é situada e legitimada dentro de “padrões”, sendo constantemente (re)negociada, como passa a ser realçada com a presença dos novos migrantes não brancos que chegam à cidade. É por essa diferença étnica, uma novidade para o lugar, que o imigrante haitiano e o senegalês são o “outro” que coloca em questão a branquitude e dá visibilidade a outras etnicidades que já estavam presentes na cidade mesmo antes de sua chegada, e que agora também fazem parte de sua história – aliás, desde que se tornou um polo de atração para outros grupos de migração interna.

No momento da conclusão deste artigo, queremos voltar a frisar o desafio com que se deparam os imigrantes dos quais acompanhamos as trajetórias de vida. Os imigrantes

haitianos e senegaleses, recentemente chegados, vivenciam um momento de grave crise econômica e política no país, bem diferente do momento em que aqui chegaram, quando as imagens faziam dele uma terra de oportunidades. Este cenário tem impacto, não apenas na inserção do migrante no mercado de trabalho, pois sobram para ele os empregos mais precários, instáveis, de alta rotatividade, portanto, mais sujeito aos impactos do desemprego, como também às dificuldades de inserção social e cultural. A fragilização das condições econômicas e o aumento do desemprego geram mais preconceito e discriminação em relação aos imigrantes, principalmente pobres e negros vindos do sul global.

Por fim, algo a se registrar neste cenário complexo de acolhida aos novos imigrantes e de desafios a políticas de acolhimento. Vale registrar que foi aprovada uma nova lei migratória, a Lei n. 13.445/2017, que veio para substituir o Estatuto do Estrangeiro, da década de 1980, considerada uma legislação muito marcada pela ideologia da segurança nacional, resquício da ditadura militar. A nova lei representou uma legislação avançada em relação ao Estatuto do Estrangeiro, pela perspectiva de compreender a mobilidade humana sob a ótica dos direitos humanos. Como sua aprovação ocorreu num momento da conjuntura acima descrita (crise econômica e política), houve manifestações de ruas contra a nova lei. Mesmo aprovada, teve 19 vetos, dentre os quais o que vetava o artigo que anistiava os imigrantes que viviam no Brasil à época de sua aprovação.

A expectativa para imigrantes, associações de defesa dos imigrantes, estudiosos e todos que os defendem que migrar é um direito humano, era como seria a regulamentação da nova lei. Em novembro de 2017, no decreto de sua regulamentação, foram publicados vários artigos que ferem os próprios princípios e normativas da lei aprovada. Com uma regulamentação mais conservadora que a lei, mais uma vez os imigrantes ficaram na expectativa de que o país imaginado como terra de acolhida possibilite efetivamente políticas públicas de acolhimento e integração social, política e cultural.

Os haitianos e senegaleses, que narraram seus sonhos e expectativas, continuam a chegar em busca de oportunidades. O desafio é tratar os migrantes do presente com políticas públicas e de acolhimento como existiram em alguns contextos no passado. A imprensa tem um papel importante neste aspecto, que é o de mudar a abordagem, deixando de apresentar versões míticas da migração do passado, apresentando o imigrante do presente como problema e não como oportunidade de trocas e de diálogo intercultural. A contribuição deste artigo é trazer as experiências dos imigrantes, seus relatos sobre seu ir e vir, suas expectativas, para dar conhecimento das histórias de povos em movimento no mundo contemporâneo e ajudar a repensar preconceitos e aspectos de acolhimento.

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, G. de Oliveira; CAMPOS, Emerson C. De volta para casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 80-99, 2009.

\_\_\_\_\_; MAGALHÃES, Luis F. Migrantes indesejados: a diáspora haitiana no Brasil e os desafios da política migratória. In: SILVA, Sidney A.; ASSIS, G. O. **Em busca do Eldorado**: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus: Editora Universidade de Manaus, 2016. v.1, p. 209-251.

\_\_\_\_\_. A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo. As experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, p. 219-250, 2008.

\_\_\_\_\_. **De Criciúma para o mundo:** rearranjos familiares dos novos imigrantes brasileiros. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estar aqui... estar lá...** Uma cartografia da vida entre dois lugares. 1995. 243 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

BÂ, Amadou Hampatê. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África**. Brasília: Unesco, 2010. v. 1, p. 167-212.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, Anthropos-Homem, p. 296-332.

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e-Vírgula**, [S.l.], n. 18, out. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BRIGHTEWELL, Maria das G. Sentir-se em casa longe de casa: A comida no cotidiano de migrantes brasileiros em Londres. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 60-78, 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 173-191, 1991.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2.

COGO, Denise. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de mediação dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 4, n. 1/2, p. 11-32, 2013.

DANTAS, Sylvia D. Culturas em xeque e o desafio do psicológico de ser entre dois mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. In: PACELLI, Ademir (Org.). **A experiência migrante:** Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DIJK, Teun Van. Discurso y racismo. In: GOLDBERG, David; SOLOMOS, John. **The Blackwell Companion to racial and ethnic studies**. Oxford: Blackwell, 2001.

DIJK, Teun Van. Nuevo racismo y noticias. Un enfoque discursivo. In: NASH, Mary. **Inmigración, género y espacios urbanos**. Los retos de la diversidad. Barcelona: Bellaterra, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

GOMES, Sílvia Andreia da Mota. **Criminalidade, etnicidade e desigualdades**. Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano. Tese. 2013. 432 f. (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade

do Minho, Braga, 2013.

\_\_\_\_\_. A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. **Latitudes**, Maceió, v. 7, p. 187-217, 2013.

GONÇALVES, Maria do Carmo Santos. “Salaam Aleikum”: O aspecto Religioso na dinâmica migratória dos senegaleses para Caxias do Sul, RS. In: HERÉDIA, Vania (Org.). **Migrações internacionais**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 43, n. 21, jan./jun. 2015.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; TEDESCO, João Carlos. O lugar dos imigrantes nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. In: HERÉDIA, Vania (Org.). **Migrações internacionais**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC. **PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n.28, p. 223 – 256. jan./jun. 2014.

MENIN, Assis Felipe. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. **Ponto-e-Vírgula**, [S.l.], n. 20, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/31176/21610>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MORATTI, S. F.; ASSIS, G. O. Análise de representações de fluxos migratórios contemporâneos na narrativa jornalística brasileira sob a perspectiva do conceito de pânico moral. **Interin**, Paraná v. 22, n. 1, p. 111-130, 2017.

PAGNOTTA, Chiara; DE OLIVEIRA ASSIS, Gláucia. Os italianos no espaço público de Santa Catarina (Brasil). Entre epopeia e festas étnicas. **Confluenze**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 78-106, jul. 2017. Disponível em: <<https://confluenze.unibo.it/article/view/7078>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

SACRAMENTO, Igor; MACHADO, Izamara Bastos. A imigração como risco para a saúde: uma análise das representações do imigrante africano na cobertura da Folha de S. Paulo sobre o ebola. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 28, p. 25-47, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Sidney Antônio da. A Amazônia nas rotas das migrações: o caso dos haitianos e os desafios às políticas públicas. **Territórios e Fronteira**, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul./dez., 2015.

TAYLOR, Charles. La política del reconocimiento. In: \_\_\_\_\_. **El multiculturalismo y la “política del reconocimiento”**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

THOMAZ, Ribeiro Omar; NASCIMENTO, Sebastião. Fronteira social e fronteira de serviço. **O Estado de São. Paulo**, 28 jan. 2012. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,fronteira-social-e-fronteira-deservico,828430,0.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

TEDESCO, João Carlos, HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: O caso dos senegaleses. In: *Migrações internacionais*. HERÉDIA, Vania (Org.). Caxias do Sul-RS: Belas-Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. MELLO, Pedro Alcides Trindade. **Senegaleses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul**: imigração laboral e dinâmica social. Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

UEBEL, Roberto Rodolfo. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul neste início do século XXI**: Redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. 2015. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ZANINI, Maria C. e SANTOS, Miriam O. O trabalho como “categoria étnica”. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, n. 33, p. 177-198, jul./dez. 2009.

ZANINI, Maria C. **Italinidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

Recebido em outubro de 2016.  
Aprovado em janeiro de 2018.





<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-5>

## **NARRATIVAS HISTÓRICAS: Subjetividades docentes face à precarização do trabalho**

*Mariana Esteves de Oliveira\**

**RESUMO:** Neste texto apresentamos as narrativas docentes como novos indicativos para a pesquisa acerca da precarização do trabalho e da própria história docente. Entendemos que, além das questões materiais e objetivas, as memórias e percepções docentes constituem pistas para a compreensão sobre as formas como a precarização atua sobre os sujeitos, localizadas não apenas nas falas dos professores, mas também nas distâncias entre as expectativas e a realidade, entre a idealização e a descrição do cenário cotidiano. Neste sentido, apresentamos aqui as percepções sobre a escolha da carreira, sobre as concepções de docência, seus níveis de realização pessoal e profissional. De forma geral, ao nos abriremos à escuta, pudemos compreender como a dimensão subjetiva dialoga com a constituição histórica da categoria docente e de suas identidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Precarização do trabalho docente. Narrativas. Subjetividade.

**ABSTRACT:** In this paper we present the narratives teachers as new indications for research about the precariousness of labour and own teaching history. We understand that beyond the material and objective questions, the teachers perceptions are clues to the understanding of the ways casualization acts on the subject, located not only in the speeches of teachers, but also the distance between expectations and reality, between idealization and the description of the wearisome routine. In this sense, we present here the perceptions of career choice, on the concepts of teaching, their levels of personal and professional fulfillment. In general, when we open ourselves to listen, we understand how the subjective dimension dialogue with the historical constitution of the teaching category and their identities.

**KEYWORDS:** Casualization of the teaching profession. Narratives. Subjectivity.

### **Introdução**

Na tese intitulada *Professor, você trabalha ou só dá aula?: O fazer-se docente entre História, Trabalho e Precarização na SEE-SP*, apresentamos a pesquisa acerca da precarização do trabalho docente na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP, em uma abordagem histórica, à luz da História Social do Trabalho, fundamentada na centralidade do trabalho e no materialismo histórico dialético. Realizamos a pesquisa por meio de fontes diversas, todavia, as principais foram os questionários aplicados a 128 professores ativos vinculados à SEE-SP na Diretoria Regional de Ensino de Andradina-SP, neste respectivo município, em suas seis escolas estaduais. Ainda, em busca de uma ampliação temporal e subjetiva, realizamos três entrevistas orais com professores aposentados que iniciaram suas carreiras na Secretaria entre os anos 1950 e 1960, demarcando aí nosso recuo temporal. Cabe destacar aqui que os questionários possuíam cerca de cem questões, muitas delas abertas, pois, assim como nas entrevistas orais, interessavam-nos as narrativas

---

\* Professora Adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Cidade Universitária, Campo Grande-MS. Doutora em História (UFGD).

docentes acerca de suas histórias de vida ligadas à carreira, suas percepções e a atribuição de sentidos face às condições concretas do magistério paulista.

Na pesquisa, abordamos algumas categorias centrais para o reconhecimento do cenário material de precarização do trabalho, engendrado no processo de reestruturação produtiva do capital e emergência das políticas neoliberais. Destacam-se, assim, os salários, as jornadas e os contratos, formando um tripé histórico enraizado mesmo antes dos contextos citados. Desdobram-se deles a política avaliacionista (bonificação por resultados), a violência na escola, a questão da saúde do professor e a crise de mobilidade (greves), como categorias que se engendraram sobretudo nos últimos trinta anos no trabalho docente. Grosso modo, confirmamos as hipóteses acerca do empobrecimento, da intensificação do trabalho, da insegurança contratual, do aumento da violência, dos alarmantes índices de adoecimento e das dificuldades de mobilização dentro da categoria docente. A precarização do trabalho docente é uma realidade vivida e percebida pelos professores. Nesse sentido, a tese apresentada extrapola os objetivos acadêmicos e torna-se uma denúncia, um pedido de socorro dos professores acerca de suas condições de trabalho, de vida, de reconhecimento social.

Mas buscamos desvendar a história da precarização do trabalho docente para além de sua dimensão estritamente material. Desvelar os antecedentes, os laços intrínsecos ao capital, as suas leis, comparar números e avaliar onde o trabalho foi desvalorizado, intensificado e flexibilizado serve, em muito, para compreendermos o cenário, em grandes e menores escalas, face à busca pela sua compreensão no contexto da totalidade. Mas também consideramos que a totalidade só pode ser apreendida quando obtivermos a percepção das relações entre as condições materiais, históricas e concretas com suas dimensões subjetivas, mediatizadas pela cultura e pela ideologia, manifestas nas representações, no senso comum, nas crenças e opiniões.

Trata-se de investigar e desnudar como os professores se sentem face ao cenário onde atuaram e atuam no contexto do trabalho, como pensam suas histórias profissionais e como entendem a docência, na posição de sujeitos históricos. Cabe-nos, assim, explicitar as peculiaridades dos docentes a partir dos olhares construídos na relação entre a precarização material e os sentidos atribuídos pelos sujeitos, ao experimentarem as situações de trabalho ancorados em sistemas simbólicos de valores sociais e morais.

Como já sugerimos, o processo de precarização do trabalho docente tem implicações, inclusive, na saúde física e emocional destes sujeitos, de modo que a dimensão subjetiva que desejamos alcançar para a sua compreensão não se limita a somar abordagens à pesquisa, mas principalmente aprofundar sua compreensão, nas hipóteses de que a precarização não pode ser medida em análises quantitativas ou aparelhadas às experiências operárias clássicas, visando encaixar os sujeitos na historiografia do trabalho e no contexto do trabalho no capitalismo neoliberal. A precarização, entendemos, é proporcional ao modo como é vivida e sentida pelos sujeitos, construindo suas identidades, compondo o *fazer-se docente*.

É importante, ainda, considerar se as distâncias e aproximações entre as expectativas de trabalho e a realidade encontrada dentro da escola carregam à precarização outras faces na sua composição, daí a premência de auscultarmos tais expectativas, os sonhos, os horizontes docentes. José Carlos Galvão Lemos, em sua pesquisa de doutorado sobre desencanto e abandono na profissão docente, apontou alguns caminhos para essa empreita, ao afirmar a importância de entender a

Multiplicidade de motivos para o ingresso na profissão, pois a produção de significados para os sujeitos e a produção de identidades estão estreitamente vinculadas. É claro que os significados atribuídos inicialmente à docência não permanecem intocados, pelo contrário, são constantemente reatualizados, seja no âmbito dos cursos de formação inicial, de formação continuada ou no exercício profissional. (LEMOS, 2009, p. 27).

Neste sentido, apresentado aqui algumas percepções dos professores pesquisados, no que tange às motivações a que os levaram à carreira docente e às concepções de docência, bem como seus níveis de realização pessoal. É preciso considerar, ainda, que tais percepções foram narradas no mesmo momento em que seus narradores respondiam questões objetivas acerca do cenário material da docência, na descrição das condições e dificuldades do cotidiano docente. Isto é determinante para o leitor deste texto, pois não se trata de narrativas descoladas da realidade material, embora impregnadas de idealizações. Também por isso elas são surpreendentes e podem gerar novas pistas a respeito da precarização do trabalho docente, sobretudo se nos detivermos nas implicações emocionais e subjetivas que este processo carrega.

### **1. A docência como opção, sonho ou contingência**

Ao inquirirmos sobre as motivações que levaram os sujeitos à profissão, pudemos extrair uma interessante introdução a esse mergulho mais subjetivo da pesquisa. Observamos que mais da metade dos professores ativos entrevistados, 84 exatamente, a despeito da origem social no bojo das classes populares e das condições de oportunidades possíveis na cidade, afirmaram ter escolhido a profissão. Isto é, foram, nesse sentido, 65,6% de professores justificando sua inserção na carreira docente como opção, voluntária e consciente, contra 31 docentes (24,2%) que informaram tornar-se professor em virtude das condições sociais que impossibilitavam mobilidade para outras cidades e escolhas melhores. Treze não responderam esta questão.

Num mergulho mais profundo no tempo, visitando os anos 1940, 1950 e 1960, os professores aposentados nos apresentaram suas motivações para ingressarem no magistério. Todos eles falaram sobre vocação, mas falaram em sentidos diversos e ainda apontaram outras interfaces da escolha da carreira. A professora Marisa, inclinada à ideia, discorreu que escolheu a docência afirmando: “Eu sempre gostei muito de criança, de brincar, de ensinar, enfim. E foi umas das ofertas, também, de Andradina né... Naquela época, tinha que ser professora. Mas foi de acordo com a minha vontade”. A vocação teria sido sua principal motivação, rememorada no “sempre ter gostado de criança”, todavia, ao apontar que, na cidade, não havia outras alternativas às mulheres nos anos 1950, época em que estudava, a professora também sugere a adoção da ideia de vocação como única possibilidade.

A vocação também aparece na justificativa do professor Benedito, que cursou faculdade de Letras no início dos anos 1960, segundo ele: “Eu gostava do magistério, aí fiz Letras para me completar e me senti realizado com o curso de Letras, e lecionei, por vocação, por gosto mesmo, prestei outros concursos mas fiquei na Secretaria de Educação”.

Mas a professora Maria do Carmo, que estudou o magistério ainda nos anos 1940, afirmou que, no início, não queria ser professora:

Não foi por opção de gosto, porque eu não tinha muita vocação pra ser professora. Eu gostaria de ser enfermeira, mas não podia na ocasião. Minha mãe era uma pessoa muito necessitada, morava no sítio, e as nossas posses não davam pra me manter fora. Os únicos lugares onde existiam escolas para enfermagem era Ribeirão, Campinas e São Paulo, e como Olímpia só oferecia Escola Normal, minha mãe falou “é o que eu posso te dar, faça o curso, depois você se forma, vai trabalhar e depois faça o seu... o que você quer”. Eu falei “tudo bem”. Fiz o curso Normal, mas acho que eu me enganei um pouco, porque depois que eu comecei a trabalhar, tomei gosto pela vocação né.

Mesclam-se, assim, opção, sonho e contingência no tornar-se docente. Todavia, podemos considerar que a vocação como aptidão à docência foi algo tão enraizado na caracterização do trabalho dos professores que, mesmo quando se afirma não ter nascido

com ela, numa acepção contraditória, posto que uma de suas dimensões é ser inata ao sujeito, ou no sentido religioso (dáviva divina da qual as pessoas não devem fugir), ela é reconhecida como adquirida pelos professores posteriormente, por aqueles que não desejavam ser docentes na juventude, como vimos com a professora Maria do Carmo e como veremos mais adiante. Esta mesma professora destacou, repetidas vezes, que realizou seu trabalho com muito amor e dedicação, provavelmente enxergando daí o simulacro da vocação, fazendo-a sentir no seu cotidiano e na sua memória. O sentido atribuído por ela à vocação remete, assim, à definição dada por Marc Bloch, ao considerar o *fazer-se* do historiador na descoberta da sua ciência dileta que, pela dedicação, a torna vocação (BLOCH, 2001). Ao que parece, tais imbricações não se limitam apenas ao passado da docência na SEE-SP, elas se fazem presentes ainda hoje.

Com efeito, entre os professores ativos, prevaleceu, em maioria, uma perspectiva quase romântica na memória ao apontarem para a sua inserção no magistério. Muitos lembraram que se tornaram professores “por amor”, novamente, por vocação, e para realizar um sonho, face a uma profissão com nuances idealistas, quase missionária, que parecia ter grande reconhecimento no passado, como fica evidente no depoimento da professora ao afirmar ter escolhido a docência pois “sempre achei uma profissão nobre, era um sonho de infância” (Questionário 35)<sup>61</sup>. Apesar de fazer referência à nobreza da carreira, a professora não vivenciou os primeiros tempos da profissão, visto que nasceu em 1990, quando o professorado já se encontrava em franco processo de precarização e proletarização, como sabemos. Essa memória um tanto anacrônica se repete com o professor que justificou sua escolha dizendo que “na época, era uma profissão de respeito”, no entanto, o docente informou ter ingressado na carreira em 2006, quando já temos um cenário de precarização bastante consolidado.

O passado de ouro da docência, explicitado em muitos depoimentos, perpassa a memória coletiva. Aparentemente, nesse passado, formar as “filhas” como professoras era algo de muito orgulho às famílias. Do ponto de vista material, há algumas lacunas nessa memória compartilhada. Ao observarmos a História da Educação (MANACORDA, 1996), os processos de feminização e feminilização do trabalho docente (YANNOULAS, 2011) e, em seguida, a própria questão salarial apontada pelos professores aposentados nos depoimentos orais, podemos observar que a remuneração docente nunca foi o mote atrativo à profissão, principalmente para os professores primários. O salário está desvalorizado, como afirmamos, mas jamais esteve no topo do *ranking* das profissões que melhor pagam. Lembramos, neste sentido, que as mulheres foram inseridas no magistério porque “poderiam” ser mal remuneradas, dadas as estruturas patriarcais.

Há, no entanto, uma idealização, justificada pelo *status* do professor, pelo nível de respeito ou reconhecimento dos professores na sociedade noutros tempos, como sujeitos oriundos de uma camada privilegiada. Salienta-se aqui que o professor Benedito, um dos aposentados de nossa pesquisa, revelou que os professores eram considerados com deferência de “Senhor e Senhora”. Nessa direção, uma docente afirmou que escolheu a profissão porque “venho de uma família de professores. Na época, ser professor era nobre. Sinônimo de ser doutor” (Questionário 121). Ela é professora desde 1990. O trabalho docente, em vista de sua natureza intelectual e a prerrogativa de formação, manteve, ao menos na memória, uma face de distinção social. O magistério foi, de um lado, um caminho profissional percorrido na inserção das moças de classe média alta, e, por outro lado, oportunidade de ascensão social das classes mais populares ao alcançar certos níveis de escolarização, o que evidencia, em partes, o *status* a que nos referimos.

Além disso, para muitos destes professores que apontaram a escolha da carreira dentro desse contexto idealizado, a docência é algo além do emprego, por isso sua escolha

<sup>61</sup> Os professores em atividade foram identificados pelo número do questionário face à solicitação de anonimato. O mesmo não ocorre com os professores aposentados, identificados pelos seus respectivos nomes (Benedito, Maria do Carmo e Marisa).

não se centra na realização do sujeito profissional, mas no caráter missionário do ofício, uma devoção ao outro, à sociedade. Para Alves, isso se justifica historicamente:

A disposição de servir e de ajudar ao outro, à sociedade, é uma das dimensões da concepção do magistério como vocação/sacerdócio historicamente construída a partir do século XIV, quando se abriram escolas elementares para as camadas populares e o clero não conseguiu atender sozinho a toda demanda. Foram, então, convocados colaboradores leigos que, para assumir a função docente, deviam fazer uma profissão de fé, jurando fidelidade aos princípios da instituição e doação sacerdotal aos alunos independentemente das condições de trabalho e do salário. (ALVES, 2006, p. 9)

Muitos destes elementos estão presentes nos depoimentos dos professores consultados. Um deles justificou sua escolha afirmando que “educar é uma tarefa nobre” (Questionário 60) e outra relatou ter optado pela docência “por gostar de trabalhar com o ser humano e poder ajudá-lo, passar conhecimentos” (Questionário 76).

Apesar de parecer uma visão ingênua, a perspectiva missionária da docência pode revelar nuances de crítica e politização, quando a “missão” ganha o sentido de transformação. Nessa direção, embora o foco da escolha profissional ainda seja “o outro”, no contexto de servir à sociedade, ela engendra a prerrogativa da mudança social, como advertiu o professor que, ao justificar sua escolha, informou ter feito essa opção por “ideologia, crer no poder de mudar a sociedade em que vivo” (Questionário 27), assim como a professora do Questionário 102, que escreveu ter escolhido a profissão “pois sempre acreditei na possibilidade de transformação que minha profissão pode causar”. Tal perspectiva, no entanto, foi expressa em poucos relatos se comparados à primeira visão, mais romantizada de docência.

Destacamos ainda que, em menor número, docentes informaram ter escolhido atuar no magistério face à existência de vagas no mercado de trabalho, à influência da família ou de seus mestres, à possibilidade de obterem empregos estáveis por meio de concursos públicos e alguma identidade com (ou facilidade na) área estudada na graduação, recorrente em falas de professores de Química, Matemática, Língua Portuguesa, Inglês, Biologia e Artes. Estes se diferenciam aqui por centrarem suas escolhas em uma perspectiva do trabalho, onde o sujeito da escolha está centrado no trabalhador e não no outro, na sociedade.

Em comum, todos esses docentes fazem crer que se tornaram professores por escolha, mediante a autonomia da opção, a soberania do sujeito. O debate que se coloca aqui reflete as discussões em que as ciências humanas e sociais se debruçam há muito. Até que ponto as escolhas dos sujeitos estão independentes das estruturas e conjunturas que se colocam a eles? Um professor, ao reiterar que sua entrada no magistério se deu por opção, explicitou:

Sou professor por opção. Sempre tive a possibilidade de fazer outros cursos. Cursei Engenharia Civil até o quarto ano na UFMS e Direito. Escolhi ser professor, contra a vontade dos meus pais. Quando ouço que muitos se tornam professor por falta de opção, discordo. Vários colegas, e eu também, sempre quisemos, optamos, por ser professor. (Questionário 51).

Entendemos, todavia, que a referida “possibilidade de fazer outros cursos”, em muito, é definida pelo lugar social dos sujeitos, por sua origem de classe, suas condições econômicas, principalmente nos pequenos centros, onde não há universidades públicas, e ainda pela manutenção do elitismo em alguns de seus cursos mais concorridos, a obedecerem às perversas lógicas do capital. Claro que há brechas e exceções, mas não baseamos a História apenas pelos seus desvios. Em um levantamento socioeconômico nas entrevistas, a maioria dos professores entrevistados sugeriu origem e pertencimento às classes subalternas da sociedade. Galvão Lemos alerta que, não obstante afirmarem entrada

na docência como opção face à vocação e ao amor, “apesar dessas condições geralmente utilizadas para justificar a opção pela carreira do magistério, tal escolha é circunscrita, definida, muitas vezes, por elementos estruturais precisos como a questão econômica, política, educacional, entre outros” (LEMOS, 2009, p. 9).

Com isso, não negamos a subjetividade, tampouco visamos deslegitimar a ideia de vocação apontada em muitos depoimentos, inclusive orais, como realização dos sonhos desses homens e mulheres na perspectiva de servir à sociedade pela docência, mas queremos observar, primeiro, que a perspectiva vocacional tem sido, grosso modo, um empecilho à reflexão crítica acerca da docência enquanto profissão, concorrendo inclusive para sua desprofissionalização (NÓVOA, 1991), pois implica em adotar o antigo espectro sacerdotal e a ideologia do dom. Por esse olhar, o professor não tem tanto a aprender e refletir, já que possui a imanência ou o talento natural como prerrogativa da sua atuação, e, além disso, sua prática não requer compensação financeira importante, visto que, como missão sacerdotal, a recompensa está centrada na realização “do outro”.

Retomando o tema da vocação, Paulo Freire a considerava como uma força mística “que explica a quase devoção com que a grande maioria do magistério nele permanece, apesar da imoralidade dos salários” (FREIRE, 1996, p. 61), mas Alves (2006) lembra que esse conceito retomado por Freire deve ser abordado sem ser naturalizado, ou seja, a vocação enquanto elemento de paixão e afetividade no ofício docente não pode ser entendida como algo que nasce com o sujeito, mas que ele aprende no processo de formação e no trabalho, na prática docente.

Em segundo lugar, acreditamos que as escolhas são feitas, os sujeitos são históricos e, portanto, optam. Todavia, o fazem dentro de círculos de possibilidades proporcionais às estruturas e questões de classe, onde os trabalhadores têm, regra geral, menor liberdade de escolha. Basta lembrar que a Medicina, por exemplo, também possui forte conotação missionária, vocacional, no sentido de servir ao outro, salvar vidas. Suas características de classe, no entanto, não reproduzem o distanciamento entre expectativas e vivências reais; a profissão é bastante reconhecida socialmente e materialmente, mantendo-se entre as mais concorridas nas universidades, com público oriundo das classes mais abastadas e de escolas privadas<sup>62</sup>. Em outras palavras, os trabalhadores fazem escolhas, mas não qualquer escolha, apesar da ideologia neoliberal meritocrática afirmar que “basta querer”. As implicações estruturais determinam os limites das escolhas. Essas nuances, inclusive, não passaram despercebidos por alguns dos nossos entrevistados.

Nesse sentido, consideramos que, enquanto a maioria afirmou ter optado pela profissão docente, apresentando, para isso, uma justificativa romantizada, vocacional, pelo menos 31 professores apontaram os limites e condições estruturais que os conduziram à docência, como sugere o depoimento: “Na época era o curso que eu podia pagar, hoje gosto da profissão” (Questionário 06). Outros também sugeriram que, ao contrário de optar, foram levados à docência, enquanto desdobramento da vida. Assim descreveu a professora ao afirmar “Não escolhi, foi acontecendo, gostei e fiquei” (Questionário 07). Outro professor deu a entender que a profissão derivou de um acidente resultante das suas condições, escrevendo que se tornou professor por “percalços da vida” (Questionário 118).

Ainda nesse contexto, destacam-se os desabafos onde professores lembram que as suas verdadeiras opções eram outras, mais difíceis de alcançar, face às limitações locais e sociais, tais como o depoimento oral da professora Maria do Carmo, e como sugere o relato da docente ao dizer que “Na verdade não escolhi. Nem pretendia ser professora. Gostaria de usar meu conhecimento de inglês em outra área. Por morar em uma cidade pequena não me restou nenhuma alternativa, mas amo o que faço” (Questionário 25).

Como vimos, é presente, entre aqueles que admitem não terem optado pela profissão, a ideia de que, ao tornarem-se docentes, passaram a “amar” o ofício. Mas a frustração

---

<sup>62</sup> Para melhor conhecer os dados apontados e o panorama das relações entre as condições estruturais e a escolha profissional, sugerimos a leitura de Borges e Carnielli (2005, p. 113-139).

também permeia muitos daqueles que aderiram à docência por amor, visões compreensíveis se observadas do ponto de vista processual. Por isso, compreendemos a importância de inquiri-lo sob outros aspectos e suas interfaces, como o sentido atual da docência entre os professores. O ser professor, como dissemos num primeiro momento, é um *fazer-se* professor, está em processo, prenhe de contradições (essa profícua matéria com que se escreve a História). A entrada e expectativas iniciais na profissão podem significar muito, mas não devem representar o todo, face às trajetórias dos sujeitos. Não buscamos, com isso, flagrantes de arrependimentos, incongruências, mas a riqueza e a complexidade das visões apresentadas pelos sujeitos ao desvelarem suas trajetórias face ao trabalho, até porque raramente são escutados nessa perspectiva.

Nesse sentido, entendemos ainda que as suas falas não podem ser vistas como fraturadas entre passado e presente. As percepções do passado apontadas pelos professores estão eivadas dos seus olhares presentes. Em outras palavras, não é possível construir aqui um quadro-tabela estabelecendo o que os professores pensavam no início da carreira e o que pensam hoje da docência, pois toda sua rememoração e preleção se deu no *hoje*, e suas hodiernas visões foram construídas nos processos desse *fazer-se* docente.

## **2. Algumas percepções sobre Ser Docente**

Nos depoimentos orais, os sentidos da docência ganharam profundidade temporal, já que os professores entrevistados se aposentaram entre vinte e trinta anos atrás, mas em muito se assemelharam aos sentidos dados atualmente, nas suas dimensões complexas e contraditórias, sobretudo. A professora Marisa, enquanto discorria acerca de outro tema, em certo momento, parou e exclamou “a coisa mais linda do mundo, eu acho, é ensinar! É a coisa mais linda que eu acho, é você ter essa... poder ensinar! Isso, a palavra ensinar, nesse amplo sentido né”.

Ao ser questionado sobre o significado da docência, o professor Benedito disse que a docência “significou a realização da minha vida profissional, e pessoal também, a tal ponto eu não parei”. De fato, o professor manteve, por quase vinte anos após a aposentadoria da SEE-SP, a docência no sistema particular e, até hoje, leciona para pequenas turmas em sua casa. Para ele, a docência ainda hoje é uma forma de não paralisar a vida, de se realizar. Salientamos que, em seu depoimento, o professor reconheceu a precarização do trabalho docente como algo sabido e vivido. Com isso, temos uma manifestação da contradição, apontada por Marx (2008), inerente ao conceito ontológico do trabalho, no capitalismo. O trabalhador só se sente realizado no trabalho e, no trabalho, se sente aviltado.

A professora Maria do Carmo, que admitiu não ter desejado seguir a carreira inicialmente, afirmou que a docência “é muita responsabilidade muito grande né? Desde que a gente assume, e passa a ser um trabalho, a gente tem que fazer aquele trabalho bem feito. Então eu achava, eu acho assim, que a nossa profissão, nós ali na escola, somos mãe, nós somos professora, nós somos médicos, nós somos tudo”. Com isso, nós abrimos esse tópico da discussão destacando o caráter positivo, quase idílico, apontado pelos professores aposentados acerca dos sentidos da profissão docente e procuramos observar as continuidades e fraturas destas definições no bojo das variações temporais.

Ao analisar os questionários respondidos pelos professores em exercício, vimos que, em grande parte, a visão romântica observada na análise das respostas sobre a escolha da profissão e a perspectiva positiva implícita na definição de docência pelos aposentados se repetiu ao discorrerem sobre o significado atual da docência. Como resultados, por um lado, pelo menos 76 professores apontaram nessa direção, sendo, portanto, 59,3% sugerindo que a docência representa uma missão voltada a servir ao outro, à sociedade. Por outro lado, 24 professores discorreram acerca da docência como trabalho ou profissão, isto é, onde o sujeito central é ele mesmo, o trabalhador, e não “o outro”, compondo 19% dos professores. Dez

construíram definições diversas e mais abstratas, nove professores se referiram de forma pessimista e irônica e os demais não responderam esta questão.

Sobre a perspectiva romantizada da representação acerca da docência, destacamos que são muitos aqueles que antes informaram adentrar na profissão de maneira vocacional e ainda sustentam a definição de docência como missão, como demonstra o relato da professora que resumiu a docência como “persistência, dom, amor, investir no nosso futuro, os jovens” (Questionário 21), a mesma que nos informou ter se tornado docente por ser seu sonho de infância. Mas, embora recorrente, isso não constitui a regra. O mesmo professor que admitiu não ter optado pela profissão, pois “foi acontecendo”, definiu a docência hoje como “Tudo! Nasci para isso” (Questionário 30).

Muitos professores ratificaram esta perspectiva idealizada ao atribuir sentidos à docência, como a professora que a definiu afirmando que “ser professor é gratificante, ter o dom de ensinar, vivenciar o crescimento do aluno” (Questionário 36). Outra lembrou que docência significa “doação” (Questionário 55). Repletas de imagens líricas, as definições empregadas pelos professores à profissão remontam a um quadro de abnegação, de um sacrifício ressarcido pelo brilho dos olhos dos alunos quando aprendem. Nesse sentido, ainda se destaca o relato da professora que traduziu docência como “uma luz a qual a plateia deveria se ligar a esta energia, para manter-se acesa aos saberes e raios que até eles refletem para suas luzes permanecerem e crescerem acesas” (Questionário 76).

Assim como nas justificativas da entrada na profissão, entre estes relatos que fazem crer na docência como devoção ou missão social, alguns podem revelar nuances militantes, para além do romantismo vocacional, referenciadas em termos como “compromisso com a transformação” (Questionário 17), “militância” (Questionário 70), “luta” e “busca da cidadania” (Questionário 101), entre outros, embora bem menos recorrentes, não alcançando dez depoimentos.

Tais sentidos são deveras importantes para nossa pesquisa, porque fomos, em muito, motivados pelo debate que observa a distância entre docência e trabalho, e inclusive a ausência do professor como sujeito do trabalho na historiografia<sup>63</sup>. Nele, observamos que a historiografia do trabalho não incluiu, ainda, os professores como trabalhadores, o que deriva, grande parte, dos imbrólios da sociologia educacional ao pleitear a concepção do professor como trabalhador no bojo de arcaísmos teóricos que tornam complexas essas ligações. Por sua natureza intelectual e pelo fato de não produzir mais-valia, há uma dificuldade em perceber o trabalho docente no contexto do trabalho produtivo, alienado, aviltado. Pensamos, todavia, a partir da centralidade do trabalho, e em uma perspectiva tanto genérica quanto contextualizada. Com isso, entendemos que os sujeitos pesquisados se definem em suas identidades sociais pelo trabalho, em sua posição de classe e nas peculiaridades de sua categoria profissional, e estão amplamente perpassados pelas qualidades típicas da exploração social e alienação do trabalho inerente ao capitalismo, porque destituídos de autonomia, além de amplamente precarizados. São trabalhadores e explorados enquanto tais. Mas pensam sobre isto?

Em nosso mergulho empírico, vimos que a profissão docente está embrenhada na ideologia do dom, da vocação e do sacerdócio missionário, não por um acaso ingênuo. Isso não retira do nosso olhar o viés do professor na perspectiva de trabalho/classe trabalhadora, mas constitui, para nós, laços particulares e invisíveis na tessitura da identidade docente e do próprio processo histórico de precarização, porque implica na *desprofissionalização*, apontada por Marin (2010) como uma das suas características. E mais, embora a visão idealizada sobre a docência perpassasse a maioria, podemos destacar um grupo significativo que se referiu a ela como trabalho, constituindo cerca de 19% do total de entrevistados.

---

<sup>63</sup> O debate teórico que impulsionou e fundamentou a pesquisa compôs parte do primeiro capítulo da tese e foi publicado na Revista *Espaço Plural*, em seu recente Dossiê “História Social do Trabalho: História, Historiografia e Perspectivas” sob o título “Apontamentos para a pesquisa histórica sobre o trabalho docente”. Conferir em Oliveira (2016).



Esses professores definiram docência como “meu trabalho”, “minha profissão”, “meu sustento” e por vezes revelaram a complexidade destas definições, pois a perspectiva de abnegação (de apontar a centralidade da ação no outro) pode se mesclar ao entendimento da profissão docente como trabalho (onde a centralidade está no sujeito trabalhador, que o realiza), como nos relatos das professoras que afirmaram que docência é “meu trabalho, com honra e que presto à comunidade como cidadã” (Questionário 79) e “o exercício pleno do trabalho pedagógico, o pleno domínio dos alunos e da sua realização acadêmica (Questionário 82). Outra professora reitera essa complexidade, observando que os resultados do trabalho incorrem em compromissos por atingirem outros sujeitos e a sociedade, ao definir a docência:

No sentido etimológico, significa ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender. A docência, no meu ponto de vista, é desenvolver em meus alunos, a criticidade, curiosidade e criatividade para viver numa sociedade em transformação. O professor tem papel no processo de ensino e aprendizagem. Ele age como mediador, organizador dos conteúdos e estratégias de ensino e, portanto, o guia para auxiliar seus alunos. O compromisso dos educadores vai além da simples necessidade de repassar conteúdos acumulados no decorrer da história e preparar os que estão sob sua responsabilidade somente para o mercado de trabalho, mesmo sabendo que vivemos numa sociedade onde o individualismo reina absoluto. (Questionário 121).

Nenhuma das vertentes de definições operadas pelos professores sobre os sentidos da docência está livre de idealização. Seja no viés vocacional, missionário e militante, seja focada no trabalho, a definição parece carregar elementos da constituição sócio histórica dessa profissão. Inclusive os olhares frustrados, pessimistas e irônicos. Estes últimos fazem interface entre a idealização e a realidade que os professores descreveram nos questionários ao tratarem de salários, jornadas, contratos, bonificação, violência e adoecimento. Instados a definir a docência, alguns professores vincularam suas definições ao cenário que haviam reconstituído na descrição de suas condições e cotidianos de trabalho. Assim, uma delas escreveu que docência “ultimamente está significando penitência” (Questionário 02) e outra relatou que significa “cuidar dos filhos dos outros” (Questionário 05). Vale dizer que, embora relevante, tal abordagem foi numericamente diminuta, não alcançando dez depoimentos.

### **3. Entre a precarização e as identidades docentes**

De modo geral, ao investigarmos as motivações dos sujeitos na entrada à docência e suas concepções de docência, observamos o forte conteúdo idealizado e seu imbricado aspecto moral, amplamente vinculado aos resultados humanos da sua prática, onde a realização profissional parece estar ligada ao sucesso do outro, na realização dos alunos.

Consideramos que isso compõe uma fatia importante do *fazer-se* docente, no processo de construção da identidade de trabalho pelo professor. Van Den Berg (2002), amparado nos trabalhos de Nias (pioneiro nos estudos das emoções na profissão docente), descreve o trabalho docente também neste sentido, apontando para certas peculiaridades profissionais que implicam na constituição de identidades de um trabalhador focado no “outro”, tendo nas relações interpessoais, variáveis de seus resultados e de seus sentimentos. E, como vimos, tais idealizações não geram apenas visões ingênuas, pois, face à realidade, elas criam perspectivas pessimistas e frustrações.

Para este autor, em primeiro lugar, ensinar envolve uma forte e constante interação entre pessoas, sobretudo entre o professor e os alunos, sendo por isso lugar de desenvolvimento de relações interpessoais que acarretam sentimentos e emoções. Em segundo lugar, ensinar implica um investimento da pessoa do professor no seu trabalho e,

por isso, a escola torna-se lugar do seu desenvolvimento pessoal, da sua autoestima e do sentimento de realização, para além do lugar de emprego. E, em terceiro lugar, a prática docente do ensinar evoca o exercício de valores. A perspectiva moral do professor sobre a sua tarefa e sobre si mesmo enquanto profissional está frequentemente por detrás das suas reações emocionais, por isso incidentes aparentemente triviais podem originar fortes sentimentos no professor, como ansiedade, frustração e culpa (VAN DEN BERG, 2002). A professora Marisa, em seu depoimento, demonstra como tais elementos estão histórica e profundamente imbricados à prática docente, ao assinalar que a profissão é muito diferente das demais porque:

Nós trabalhamos com o ser humano. É diferente trabalhar num banco, talvez equipara-se com a medicina, ao médico, mas fora disso, eu acho que é bem diferente das outras, porque a gente trabalha com aquele serzinho ali, que vem, né, numa página branquinha mesmo, aquela... A gente transmitia, sei lá de que jeito, muitas vezes na dificuldade, porque não tinha o que tem hoje, de recurso né, mas eu sempre achei bem diferente, bem diferente mesmo.

Novamente, a condição missionária do professor é equiparada à medicina. Com efeito, salientamos que a profissão docente, embora consideremos trabalho no sentido produtivo, não pode ser generalizada como trabalho fabril. O trabalho docente tem suas peculiaridades. Ele carrega, no decurso de sua trajetória sócio histórica, elementos próprios, uma forte dimensão emocional, uma moral missionária historicamente construída ao lado da sua desvalorização material, a intensa relação interpessoal com os sujeitos onde se realizam resultados do trabalho, e inclusive a prerrogativa do afeto, da alegria e da amorosidade, conforme nos aponta Paulo Freire ao caracterizar a docência:

A atividade docente de que a discente não se separa é uma experiência alegre por natureza. É falso também tomar como inconciliáveis seriedade docente e alegria, como se a alegria fosse inimiga da rigorosidade. Pelo contrário, quanto mais metodicamente rigoroso me torno na minha busca e na minha docência, tanto mais alegre me sinto e esperançoso também. A alegria não chega apenas no encontro do achado mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. O desrespeito à educação, aos educandos, aos educadores e às educadoras corrói ou deteriora em nós, de um lado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa e de outro, a alegria necessária ao fazer docente. É digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de querer bem e o gosto da alegria sem a qual a prática educativa perde o sentido. (FREIRE, 1996, p. 161).

Todo esse arcabouço sócio-histórico e teórico não está descolado das idealizações presentes nas falas dos professores consultados, embora muitas vezes tenhamos a ideia de que os referenciais não se estruturam nas falas docentes com intencionalidades reflexivas, críticas e sistematizadas. Há um *ethos* antiteórico, uma feição de senso comum nos dizeres docentes acerca da perspectiva afetiva e vocacional, mas as faces subjetivas e emocionais da docência não são invenções, são dimensões da prática docente no que tange os objetivos dos processos de ensino e de aprendizagem, nas performances do lecionar, e estão enraizados nos conceitos e no *fazer-se* da docência. Claro que precisamos observar dialeticamente estas faces da identidade docente, pois a afetividade prescrita no ofício do professor é, inclusive, objeto que acaba por concorrer para a intensificação do trabalho docente, visto que implica maior envolvimento do trabalhador com todas as dimensões do trabalho, seus sujeitos e seus lugares (SILVA, 2007).

Ainda, as definições apontadas aqui pelos sujeitos revelam, em muito, uma externalidade ao cotidiano docente, descrito anteriormente pelos professores no conjunto de suas respostas acerca de salários, jornadas, contratos, avaliacionismo, violência e adoecimento. Muitos professores definem a docência de forma descolada do cenário que ajudou a desvendar na pesquisa. Mas há interfaces entre as dimensões teóricas idealizadas, a afetividade da docência e a realidade cotidiana dos professores, de modo que, nestes entroncamentos, a riqueza do *fazer-se* docente se revela.

Observamos que a maioria dos professores, não obstante idealizar a profissão no plano teórico, não estimulam, na prática, os jovens a segui-la, ou fazem com ressalvas. Dentre os professores entrevistados oralmente, apenas uma se manifestou positivamente quanto às possibilidades de estimular as pessoas a cursarem licenciatura. A professora Marisa afirmou que o faz quando percebe que a pessoa tem vocação. A professora Maria do Carmo, no entanto, deu mais ênfase às ressalvas:

Ah, isso aí precisa de ter vocação! Incentivar não. Se não tiver vocação, não pegue, porque o magistério é uma... como se diz, é uma, ah Mariana, como eu vou dizer? Tem que se dedicar e esquecer quando os filhos estão doentes, tem que dar o remedinho pra ele, ir lá cuidar, tem trabalho em casa, não pode descuidar, eu trabalhei até a semana de aposentadoria [...] e levava trabalho pra casa [...] Então, se tiver vocação, seja uma professora, mas se não tiver, não faça porque é muito trabalhoso viu, tem que se dedicar, tem que fazer trabalho extra em casa, não pode ter preguiça, tem que se dedicar mesmo, à criança e à sociedade né, porque ali você vai mostrar o que você é. No começo eu não queria, mas depois eu vi que eu dava pra ser professora [...] fui feliz na minha profissão.

O depoimento acima se revela rico nos elementos que temos discutido aqui. Ao explicitar que a docência demanda muita abnegação, a professora conclama, novamente, a vocação, como força superior que faz com que o professor suporte as dificuldades. Lembremos que essa professora, por ter se aposentado em 1985, não experimentou uma série de novos elementos da precarização que elencamos aqui e mesmo assim destacou as ressalvas no que tange às dificuldades cotidianas docentes. Não podemos conjecturar sua posição caso estivesse em exercício ainda hoje, mas podemos sugerir que, com as dificuldades aumentadas, provavelmente suas ressalvas também seriam dilatadas. O professor Benedito não se manifestou nesta questão, embora mais de uma vez tenha lembrado que, havendo vocação e amor, o professor poderia ser feliz tal como ele foi.

Quanto aos professores ativos, ao menos 99 afirmaram não o fazer, em virtude do sofrimento e da desvalorização que marcam a profissão na atualidade, perfazendo 77,4% dos entrevistados. Um deles justificou sua resposta ao afirmar que “um professor desestimulado jamais irá estimular” (Questionário 47). Mesmo entre aqueles que admitiram incentivar os alunos a seguir a carreira docente, em uma minoria composta por 29 professores, a visão idealizada foi, em muito, relativizada, como no depoimento da professora que justificou sua resposta dizendo que “se o jovem gostar, sim. Porém, oriento a fazer mestrado e doutorado e fugir da escola pública” (Questionário 16), semelhante à docente que nos informou que incentiva os jovens a cursar licenciaturas pois “ainda acredito na força desta profissão. Mas não iludo ninguém, apresento as dificuldades” (Questionário 102).

Além disso, os professores, em sua maioria, admitiram não se sentir realizados pela (na) profissão docente. Nessa direção, temos 88 professores a afirmarem que não se realizaram profissionalmente (69% do total de entrevistados) e, noutra ponta, 34 docentes que informaram estar realizados (26,5%). Seis professores não responderam esta questão. Mas vale aqui um obséquio. Dentre os 88 professores que disseram não se realizar

profissionalmente na docência, pelo menos 37 indicaram que é possível isso acontecer até a aposentadoria.

### **Considerações finais**

Inquirir sobre a realização profissional dos sujeitos implica em reconhecer as questões pessoais como imbricadas no *fazer-se* do trabalho e do trabalhador, porque demanda olhar subjetivo, rememoração das expectativas profissionais e pessoais frente ao cenário atual. Alice Rocha Mendes alertou que a realização profissional (ou auto realização) está vinculada e é proporcional à afetividade e à entrega do sujeito no trabalho, refletidas no cotidiano e na vida. E mais, para ela, a auto realização não é uma perspectiva individualista sobre o trabalho, pois “conecta-se com o amor próprio e com o amor pelo demais, bem como uma certa inquietude da própria percepção de personalidade. Também pode-se entendê-la como a vontade de ser o que se pode vir a ser, vislumbrando possibilidades e potencialidades para seu desenvolvimento” (MENDES, 2011, p. 68).

Em um dos depoimentos orais vislumbramos as nuances desse conceito de realização pessoal do professor refletida na realização do outro, como missão amplamente afetiva e devidamente cumprida. A professora Maria do Carmo explanou que se sentia imensamente gratificada na realização efetiva do seu trabalho ao perceber o carinho e o avanço dos alunos. Assim ela descreve:

Tudo feito com amor, gente, é maravilhoso, e a gente vê o resultado né. Eu sei que, na minha época de professora eu trabalhei com esses alunos, e tinha aluno que até hoje... há pouco tempo eu me encontrei com uma que foi minha aluna na primeira série na Fazenda Iporanga, no início da minha carreira. Ela estava com o netinho no colo [...] mas olha, pra mim foi muito feliz o meu encontro com ela, que também se dedicou a ser professora. Então eu tenho assim, muitas saudades daquele tempo porque eu tive alunos que me marcaram [...] E outro dia, mexendo num livro de receita, achei um cartãozinho, de uma aluna de primeira série, de Andradina. Ela falando que eu era a segunda mãe dela. Ah, cada vez que eu pego no cartãozinho da menina me dá uma saudade, me lembro, ela era tão miudinha, magrinha, mas era meu rabicho, onde eu ia a menininha tava atrás. Então a gente tem assim, saudade. A gente aposenta mas sempre tem alguns que marcam e a gente tem saudade [...] eu gostava da alfabetização, então eu fazia o que eu aprendi no CEROPE, fazer fichinhas com as consoantes e com as vogais, então com aqueles que tinham mais dificuldades, eu ensinava eles a pegar a consoante e a vogal [...] então já vinham formando a palavra, depois vinham formando as orações, e isso aí era muito gratificante, porque quando chegou, chegava no final do ano... no começo do ano, aquela dificuldade, tinha que pegar na mão da criança, pra fazer garatuja, fazer aqueles rabiscos, aquelas coisas né, depois, no final do ano, a criança já estava lendo perfeitamente [...] Ai era muito gratificante!

O depoimento acima nos permite perceber a envergadura da dimensão de auto realização no trabalho docente, porque mistura afetividade com eficiência, a despeito do cumprimento de funções que esteja para além de suas competências. Claro que a rememoração de situações que levam os sujeitos para uma viagem entre trinta e sessenta anos atrás pode estar repleta de imagens reconstruídas complacentemente sobre o próprio passado, e o eventual cansaço possa ter dado lugar a outras ideias, como a de gratificação. Mas dessa matéria repleta de idealizações também vivem aqueles que encerraram suas carreiras e continuam dando sentido às suas vidas através delas e de suas ressignificações, como o imenso orgulho que ficou expresso no depoimento.

Ainda, se retomarmos as expectativas iniciais e a concepção de docência apontada pela maioria dos professores, diríamos que a realização profissional dos professores seria um desdobramento lógico das idealizações operadas. No entanto, a reflexão sobre o grau de realização pessoal também implica em confrontar a idealização com a realidade vivida. Perceber que os sonhos não foram realizados da forma como esperavam, ou lembrar que existem muitos obstáculos reais à concretização da missão vocacional. Isso pode ter levado à diminuição significativa da visão otimista ou romantizada dos professores face aos seus graus de realização. No entanto, esse olhar é ainda marcado de esperança, materializada nos muitos professores que, não obstante o desencanto, creem poder se realizar profissionalmente até o final de suas carreiras. Esperança no *vir a ser*.

Os vínculos afetivos dos professores com o trabalho docente é, com efeito, um dado e, para nós, uma peculiaridade do trabalho docente. Não estamos afirmando, com isso, que os operários fabris não tecem vínculos afetivos com o trabalho, mas que, na profissão docente, eles ganham uma dimensão mais efetiva e determinante na constituição da identidade da categoria, no seu *fazer-se*, concorrendo, inclusive, para a desmobilização coletiva e para a precarização. Tais vínculos, como vimos, estão perpassados pelos imaginários missionários de docência, pela ideologia do dom, pela afetividade, por frustrações, emoções ora otimistas, ora pessimistas.

Finalmente, podemos ainda considerar que tais peculiaridades se encrustaram na própria história da profissão docente, repercutindo na constituição de saberes e na conformação das identidades. Refletem-se, portanto, no currículo, na sala de aula, na formação docente, na carreira. Abrir-se a uma perspectiva narrativa que se proponha a compreender as relações e articulações entre elementos materiais, históricos e culturais no *fazer-se* docente pode contribuir para que tenhamos autoconhecimento, possamos refletir sobre nossas práticas político pedagógicas e avançar no debate e no compromisso com o trabalho e a educação. Não podemos aceitar a visão idílica da docência como característica da nossa profissão, mas também não podemos negar que ela compõe a identidade docente, de forma complexa e contraditória, provavelmente causando ora mais angústias, ora mais resignação.

A História da Educação não se limita às mudanças e permanências do ensinar, no tempo, ou aos diferentes currículos e políticas, aos sentidos dados à escola e à Educação, ela também engloba à constituição da história dos professores em uma perspectiva dialética, que relaciona materialidade e subjetividade, pois os professores são (e devem ser) concebidos como sujeitos.

Em sendo sujeitos históricos, os professores tornam-se, ainda, responsáveis por seu reconhecimento, por reflexões sobre sua ação na escola e no mundo e não precisam esperar que alguém “de fora lhes deem voz”. As narrativas são canais dialógicos para tanto. Lembramos que a consciência e o horizonte de emancipação da classe trabalhadora não é algo externo à própria classe e o mesmo pensamos quando se trata do autoconhecimento de suas categorias. Esperamos, neste sentido, ter dado algumas pistas e alguma colaboração neste horizonte.

### **Referências:**

ALVES, N.. Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende: significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Caxambu: Anped, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, José Leopoldino das Graças; CARNIELLI, Beatrice Laura. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 113-139, 2005.

ENTREVISTA. Benedito Newton Assuiti. (Digital). Produção: Mariana Esteves de Oliveira, Andradina, 18 min, 2016.

ENTREVISTA. Maria do Carmo Melo Sanches. (Digital). Produção: Mariana Esteves de Oliveira, Andradina, 38 min, 2016.

ENTREVISTA. Marisa Mariani Pardo. (Digital). Produção: Mariana Esteves de Oliveira, Andradina, 34 min, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEMOS, José Carlos Galvão. **Do encanto ao desencanto, da permanência ao abandono**: o trabalho docente e a construção da identidade profissional. 2009. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: Da antiguidade aos nossos dias. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A .M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. CDROM, 2010.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MENDES, Aline Rocha. **Saúde docente**: uma realidade detectada – em direção ao bem-estar e a realização profissional. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NÓVOA, Antonio (Org.). **Profissão professor**. Porto, Portugal: Editora Porto, 1991.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Apontamentos para a pesquisa histórica sobre o trabalho docente. **Espaço Plural**, n. 34, p. 551-582, 2016.

SILVA, Maria Emília Pereira da. Professor: limites e possibilidades de intervenção social e auto-realização no trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 61 / n 1-74, 2007.

VAN DEN BERG, R. Teachers' meanings regarding educational practice. **Review of Educational Research**, v. 72, n. 4, p. 577-625, 2002.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, n. 22, p. 271-292, 2011.

Recebido em agosto de 2016.  
Aprovado em maio de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-6>

## **HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (1979-1990): De Associação Docente à Seção Sindical do ANDES-SN**

*Antônio Fernando de Araújo Sá\**

**RESUMO:** O trabalho tem por objetivo a reconstrução da trajetória do movimento docente, na Universidade Federal de Sergipe, dentro do processo de transformação de associação em sindicato. Por meio de entrevistas com dirigentes e militantes da Seção Sindical, da Associação dos Docentes da universidade, a polifonia da memória foi reveladora da complexidade das experiências dos trabalhadores nas últimas décadas de reconstrução democrática no Brasil, manifestando-se no entrecruzamento das dimensões acadêmicas e sindicais que culminaram na constituição e no fortalecimento do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN). A preservação da memória sindical docente se revela importante, no contexto atual de tentativas de desregulamentação das relações de trabalho e da mercantilização da educação, ao resgatar formas de resistência e luta para a conquista de direitos sociais e sindicais. Ao mesmo tempo, retoma a necessária inclusão do tema da cidadania dos distintos sujeitos sociais no sentido do direito da narração, ou seja, da memória e do esquecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. História. Memória. História oral. Militância Sindical.

**ABSTRACT:** The work goals at the reconstruction of the teaching movement trajectory at the Federal University of Sergipe within the transformation process since teacher's society into union. Through interviews with leaders and activists of the Union Section of the Association of University Teachers, the polyphony of memory was revealing the complexity of the experiences of workers in recent decades of democratic reconstruction in Brazil, manifesting itself in the intersection of academic and union dimensions. They culminated in the establishment and strengthening of the National Union of Higher Education Teachers (ANDES-SN). The preservation of the teaching union memory is important in the current context of attempts to deregulation of labor relations and the commodification of education, recovering forms of resistance and struggle for the achievement of social and trade union rights. Meanwhile, it takes back the necessary inclusion of citizenship theme of distinct social subjects in the sense of the right of narration i.e. memory and oblivion.

**KEYWORDS:** Brazil. History. Memory. Oral History. Union Militancy

*Sem Memória e sem História, não há Identidade. Sem Identidade,  
não há luta. Sem luta, não há futuro.*  
(Rosa Maria Godoy da Silveira. In: NAVARRO, 2001, p. 5).

Dentro da emergência do chamado “novo sindicalismo”, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a participação dos docentes das universidades públicas na luta pela democratização da sociedade, com a construção de um “sindicato de intelectuais”,

---

\* Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade de Brasília (2006). E-mail: [afsa@ufs.br](mailto:afsa@ufs.br). Agradeço aos pesquisadores Dércio Cardoso Reis, pela colaboração na transcrição das entrevistas e Marina Suzart, pelo levantamento documental nos arquivos da ADUFS-SSIND e DCE/UFS, por meio do Programa de Iniciação Científica/COPES/UFS (2014-2016).

transformou esse movimento em um dos principais atores políticos no Brasil contemporâneo. Naquele contexto, os docentes universitários “foram compelidos, por injunções várias, a se organizar sindicalmente em nível nacional”, assumindo, “como coletivo organizado, a identidade de trabalhadores sindicalizados” (NAVARRO, 2001, p. 51). A condição de sujeitos sociais trouxe, na prática política, tensões com relação ao problema da autonomia sindical, ante os partidos políticos de esquerda, bem como dilemas entre a identificação com a luta geral dos trabalhadores dos serviços públicos federais e as especificidades da luta docente (RIDENTI, 1995, p. 72-73).

Esse artigo se propõe a contribuir para esse debate, a partir da análise das entrevistas com dirigentes e militantes sindicais da Seção Sindical da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS-SSIND), delimitando o momento da construção da associação dos docentes em 1979, marcado pelo processo de crise da ditadura militar, pelo avanço da luta democrática e por sua transformação em sindicato, e o ano de 1990, quando se formalizou, institucionalmente, a práxis dos professores universitários na defesa da universidade pública e gratuita, ao mesmo tempo em que se estabeleceu uma nova conjuntura política com o avanço do neoliberalismo no Brasil.

A opção pela metodologia da história oral proporcionou uma narrativa plural, com uma multiplicidade de pontos de vista. Por possuírem histórias e experiências pessoais diferenciadas, os historiadores e as “fontes” estabelecem uma confrontação de suas particularidades. É nessa confrontação entre as partes envolvidas, seja como “conflito”, seja como “busca de unidade”, que reside a riqueza da história oral (PORTELLI, 1995, p. 51).

Entretanto, do ponto de vista epistemológico, trouxe o problema do envolvimento direto entre a experiência do trabalho de historiador e a de testemunho e participação ativa na organização sindical e nas greves ocorridas ao longo das duas últimas décadas. Se, por um lado, isso facilitou o acesso a parte dos entrevistados; por outro, algumas dificuldades foram postas por militantes que, em alguns casos, não quiseram colaborar com a pesquisa. Nesse trabalho da memória, buscamos evitar que experiências e lembranças pessoais interferissem na objetividade do conhecimento histórico, mas reconhecemos a inevitabilidade da intervenção do sujeito na história do presente, tanto no âmbito da história vivida – como ator ou testemunho – quanto no da escrita da história – historiador do seu próprio tempo –, impondo o caráter inacabado e em constante movimento que lhe é constitutivo (BÉDARIDA, 1996, p. 221).

Centramos nossas entrevistas nos dirigentes sindicais que exerceram cargos executivos ou consultivos, em gestões da ADUFS, ou que participaram diretamente em movimentos grevistas e eleitorais. Entre os entrevistados, destacamos um conjunto representativo do processo de construção da associação docente, ligado ao chamado “novo sindicalismo” no Brasil, mas também professores que trouxeram tensões entre reivindicações corporativas e as de cunho mais social, ou ainda aqueles que revelaram intervenções de partidos políticos de esquerda nas disputas eleitorais. Em sua maioria, são professores e professoras aposentados, com exceção de Antônio Ponciano Bezerra e Antônio Edilson do Nascimento.

Professor aposentado do Departamento de Economia, Manoel de Rezende Pacheco cursou a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, criada no governo de José Rollemberg Leite (1947-1951), nos anos 1950, e foi nomeado professor em 1962, tornando-se, logo depois, diretor. Com a incorporação da faculdade à Universidade Federal de Sergipe, em 1968, participou da comissão de criação e também exerceu o cargo de Pró-Reitor de Administração e Vice-Reitor pró-tempore, no mandato do Reitor Gilson Holanda Cajueiro (1980-1984). Depois, no Sindicato, atuou como Vice-Presidente na gestão da ADUFS (1979-1981).

Professora aposentada do Departamento de Serviço Social, Gilza Luísa da Mota Gomes esteve entre os professores fundadores da UFS, em 1968. Com atuação destacada na criação do Sindicato, foi Tesoureira (1979-1981) e Presidente (1983-1984).



Professor aposentado do Departamento de Letras Vernáculas, José Costa Almeida ingressou na carreira docente em 1980, atuando, no âmbito sindical, como Secretário (1981-1983) e Vice-Presidente (1989-1991). Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em Sergipe.

Professor aposentado do Departamento de Filosofia, Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista iniciou sua carreira docente na UFS em 1971. No âmbito sindical local, foi Secretário (1991-1993) e Presidente (1993-1995), além do Conselho de Representantes dos Professores Aposentados (2010-2012). Nacionalmente, atuou como 2º Secretário da Regional Nordeste III (1992-1994) e 2º Tesoureiro da Regional Nordeste III da ANDES-SN (1996-1998).

Professora aposentada do Departamento de História, Lenalda Andrade Santos ingressou na UFS em 1977. Na gestão sindical, foi Presidente da ADUFS (1981-1983) e Vice-Presidente (1995-1997).

A professora aposentada do Departamento de Psicologia, Claudete Sales Sampaio, ingressou, como professora colaboradora, em 1979, tendo participação destacada em greves e mobilizações docentes, ao longo da carreira. Foi Secretária (1999-2001) e Presidente (2001-2003) da ADUFS. Nacionalmente, exerceu o cargo de 1º Secretária da Regional Nordeste III, no período de 2002 a 2006.

O professor do Departamento de Letras, Antônio Ponciano Bezerra, ainda permanece em atividade dentro da universidade como professor titular. Ingressou na UFS em 1975 e exerceu vários cargos no âmbito universitário, como Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e depois de Graduação. Foi Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e, atualmente, é Diretor do Centro de Educação a Distância (CESAD).

No âmbito sindical, foi Secretário da ADUFS (1983-1985), Tesoureiro e Vice-Presidente (1985-1987). Também atuou na diretoria executiva nacional, como 2º Vice-Presidente Regional Nordeste III (1992-1994), 1º Vice-Presidente da Regional Nordeste III (1994-1996), 1º Secretário da Regional Nordeste III (2000-2002) e 2º Vice-Presidente da Regional Nordeste III (2002-2004).

Outro professor ainda em atividade é Antônio Edilson do Nascimento, do Departamento de Fisiologia, cujo ingresso na universidade remonta ao ano de 1978. Atualmente, exerce o cargo de Diretor do Departamento de Assuntos Acadêmicos.

Além dessas fontes orais, utilizamos a documentação escrita e visual disponível nos arquivos do Sindicato, tais como atas, fotografias, boletins e jornais locais. O confronto entre essas fontes colaborou para superar a descontinuidade documental do sindicato docente, ocasionada pela ausência de um arquivo devidamente organizado e catalogado. Ao mesmo tempo, as entrevistas propiciaram informações qualitativas da participação de dirigentes e militantes, em seus aspectos subjetivos de suas experiências (GRACIA; LEGLISE, 2011).

Nossa pesquisa se insere no quadro das iniciativas memoriais desenvolvidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), desde sua criação, em 1981, e capitaneadas pelo Grupo de Trabalho História do Movimento, com destaque para a organização do arquivo da entidade na sede, em Brasília, e a implantação da Comissão da Verdade, no âmbito do Sindicato, cujo relatório foi publicado em junho de 2016. Estas ações memoriais servem “como âncora e plataforma para dar referência, identidade e potencializar ações coletivas” (SANTANA, 2010, p. 55), num contexto de tentativas das contrarreformas universitárias propostas, nas últimas décadas, por governos de variados matizes ideológicos na dinâmica contraditória da consolidação da democracia no Brasil.

Por se tratar de uma seção do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN), essa pesquisa tenta interpretar as especificidades locais, sem contudo, tomá-las como uma situação periférica ou de inferioridade. Buscamos aqui perceber diferenciações regionais e locais na constituição das associações de docentes universitários no Brasil, evidenciando, ao mesmo tempo, aquilo que há em comum entre elas. Essas experiências pessoais de militantes políticos podem ajudar a pensar os significados mutantes sobre o universo sindical docente.

## 1. Memórias da Associação dos Docentes da UFS (ADUFS)

A construção da memória sindical docente nas universidades brasileiras está, umbilicalmente, ligada à complexidade da experiência autoritária da ditadura (1964-1985), no que se refere às políticas universitárias. Como *locus* da modernização conservadora do país, a universidade experimentou um processo "histórico denso, entrecortado, abrupto, marcado por peculiaridades regionais", que ultrapassa a ideia de repressão/resistência (MOTTA, 2014, p. 18).

Este é o caso da Universidade Federal de Sergipe, quando, no primeiro mandato da reitoria, encontramos a postura ativa e conciliadora de João Cardoso do Nascimento Júnior (1968-1972), que, mesmo acossado pelo Decreto-Lei n. 477/1969, conseguiu resistir, com habilidade, às tentativas dos militares pela expulsão de estudantes que militavam na resistência ao autoritarismo vigente, sendo que alguns deles foram presos, no Congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna-SP (SOUSA, 2015, p. 176).

Segundo Manoel de Rezende Pacheco (16 abr. 2010), "... o professor João Cardoso [...] era uma pessoa altamente política [...]. Ele sempre se posicionou favoravelmente aos estudantes, era um reitor que deu apoio total aos estudantes". O reitor negociou com as autoridades militares e "conseguiu levar isso muito bem e não houve assim nem uma punição, nada". O professor citou o caso de João Augusto Gama da Silva, "que foi também preso em Ibiúna e vários estudantes responderam a IPM e tal; mas na universidade não sofreu punição e nenhuma expulsão".

Desse modo, o Reitor optou pela cassação dos direitos políticos dessas lideranças estudantis, evitando-lhes a expulsão. A brecha que possibilitou essa ação deu-se por conta dos questionamentos realizados por setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do próprio governo e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) à aplicação do famigerado decreto. A acomodação de conflitos e o uso moderado de sua aplicação, em alguns casos, evitando-se a expulsão, inserem-se na tradição conciliatória da cultura política brasileira (MOTTA, 2014, p. 161-163).

No início dos anos 1970, as associações docentes das universidades brasileiras possuíam um caráter assistencial-recreativo e, em geral, eram "aceitas pelas autoridades administrativas e governamentais, mesmo que reivindicassem aumento de salários, carreira docente e benefícios corporativos em geral" (OTRANTO, 2000). Era o caso da Associação dos Servidores, da Universidade Federal de Sergipe (ASUFS), que congregava docentes e técnicos administrativos da UFS (PACHECO, 16 abr. 2010).

Segundo o professor do Departamento de Filosofia, Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista, essa entidade

[...] oferecia a possibilidade da assistência médica com descontos, também gozar de descontos [em] lojas no comércio e conseguir cupom junto à própria associação em convênio com mercadinho. (BATISTA, 17 out. 2010).

O controle ideológico nas universidades foi forjado pela montagem das Assessorias Especiais de Informação na primeira metade dos anos 1970, com a reestruturação do sistema de informação, em 1975. Na UFS, "a AESI foi criada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº 16/1971, assinada pelo Vice-Reitor em exercício, Luiz Bispo" (CRUZ, 2012, p. 388). Seguindo as diretrizes nacionais, em 1976, foi denominada Assessoria de Segurança e Informação (ASI), mantendo suas atividades até a década de 1980. Rodrigo Motta registra, em maio de 1974, o veto a uma professora, impedida de tomar posse na Universidade Federal de Sergipe, por parte dos órgãos de informação, após aprovação em concurso. A professora recorreu à Justiça, na tentativa de assumir o cargo, sendo monitorada pelo Serviço Nacional de Informação (MOTTA, 2014).

Para Antônio Ponciano Bezerra, os anos 1970 foram tempos difíceis para qualquer tentativa de organização política, mas a resistência se dava no âmbito da luta cotidiana na universidade:

Naquele começo dos anos 70, era muito difícil uma organização vingar. Eu ainda fui aluno e professor na época mais rígida da ditadura, no período Médici. Mas a gente não se acovardou, de alguma forma, éramos chamado atenção. Eu me lembro, uma vez, que fui chamado aqui pelo Serviço de Segurança. Ele disse que eu tivesse um pouco de cuidado, que Ponciano só tinha um. (BEZERRA, 13 maio 2015).

Sua entrevista também foi reveladora dos mecanismos de cooptação estabelecidos pela Reitoria, dentro da permanente tradição da ideologia do favor na cultura política brasileira, como era o caso de venda de férias para professores como um "prêmio da reitoria" (BEZERRA, 13 maio 2015).

Neste contexto, o movimento docente mantinha-se limitado à política assistencialista da ASUFUS, pelo menos até o final dos anos 1970, quando passou a circular a informação sobre a existência de reuniões em algumas associações de docentes universitários, visando a construção de um organismo de luta. Como Antônio Ponciano Bezerra cursava o doutorado na Universidade de São Paulo naquele momento, pôde participar de reuniões na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo. Segundo ele, foram mandados "documentos aqui, para Luiz Alberto, para própria Gilza; mandei documentos mostrando como é que as coisas estavam acontecendo" (BEZERRA, 13 maio 2015).

Esse debate trouxe à baila a necessidade de modificar as características da Associação dos Docentes da UFS, para além das funções recreativas e assistencialistas. Como em outras universidades públicas brasileiras, foi o problema relativo aos professores colaboradores que desencadeou o processo de criação da ADUFS, em 1979:

[...] o que deflagrou mesmo a criação da ADUFS foi uma discussão que houve no CONEPE, quando o professor [José] Aloísio [de Campos] era reitor. Essa discussão tratava sobre professores auxiliares, basicamente [...] professores colaboradores [...]. Uma discussão que a gente não aceitava a posição da reitoria, que restringia aos professores auxiliares e professores colaboradores alguns direitos que os outros já tinham. (GOMES, 7 maio 2010).

A condição precária desses professores colaboradores, que motivou a luta, também proporcionou lideranças para o movimento docente emergente, destacando-se Luiz Alberto dos Santos, Ilka Bichara, Socorro Rufino, Lenalda Andrade, Terezinha Oliva, José Costa Almeida, entre outros.

A configuração da Universidade Federal de Sergipe, produto da reunião de faculdades diferentes, funcionando em locais, às vezes, distantes, além do próprio clima de vigilância e temor por parte de professores, dificultava o debate sobre a criação da associação docente. Segundo Manoel de Rezende Pacheco (16 abr. 2010),

[...] o professor [José] Silvério [Leite Fontes] foi quem tomou a frente desse movimento e convidou professores dos diversos departamentos. Eu tenho ideia assim da acolhida, como é que foi ali, ele explicando a necessidade de se criar uma específica associação que defendesse os interesses próprios dos docentes.

Sob essa liderança política e intelectual, houve surpreendente participação dos professores na primeira reunião convocada para o dia 10 de novembro de 1979, com o objetivo de fundar a Associação de Docentes, da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS). Para alguns professores, essa liderança era comprometida com os interesses da Reitoria e

possuía vínculos com os grupos católicos que colaboraram com a fundação da UFS. "Vou dizer uma coisa que não gosto de me comprometer tanto, mas vou dizer. Essa primeira diretoria era comprometida com o reitor", José Aloísio de Campos. Assim se expressou, enfaticamente, Antônio Ponciano Bezerra sobre a criação da ADUFS. Segundo esse professor, a aproximação dos novos professores com José Silvério Leite Fontes e Manoel de Rezende Pacheco era "como aquela Semana de Arte Moderna, que você vai atrás de Graça Aranha [...]. Então, essas pessoas tinham certo limite também de atuação [pois] não gostariam de contrariar" a administração superior da universidade (BEZERRA, 13 maio 2015).

Contudo, percebemos conflitos entre essa diretoria e a Reitoria, no caso da transferência para o novo campus universitário, em São Cristóvão, quando o professor Silvério Fontes denunciou a precariedade das instalações, que não ofereciam as mínimas condições de trabalho. Nesse embate, optou-se por uma iniciativa conciliatória: o campus foi inaugurado pelo Reitor José Aloísio de Campos, mas não foi feita a instalação das atividades no campus, ficando a mudança para o reitorado de Gilson Cajueiro de Holanda, em 1981 (SOUSA, 2015, p. 121-122).

Segundo Lenalda Santos, a eleição para a primeira diretoria não foi efetivada dentro dos trâmites aprovados em assembleia geral, pois o coordenador dos trabalhos, José Silvério Leite Fontes, impediu a realização da eleição, causando intensa frustração entre os jovens professores da UFS:

[Quando] os trabalhos seriam iniciados, [...] o professor Silvério pegou a urna e saiu e [foi] uma surpresa, para todos, nos corredores. (SANTOS, 26 mar. 2010).

Tal atitude causou mal estar entre os jovens militantes, pela longa convivência com o mestre de gerações de intelectuais, em Sergipe, principalmente para Lenalda Andrade Santos, que o considerava "guia, orientador e amigo pessoal" (SANTOS, 26 mar. 2010).

Mesmo com todas as dificuldades e desconfianças, o processo eleitoral foi retomado ao longo de todo o ano de 1980, com o protagonismo das jovens professoras, vindas de outros estados, em conjunto com lideranças locais:

Foi depois desse fato que esse grupo de professores novos, inclusive alguns que não eram daqui do estado, com pouco tempo aqui em Sergipe [...]. É o caso da professora Socorro (Maria Socorro Rufino), que tinha vindo do Ceará, e da professora Ilka (Bichara), que tinha vindo da Bahia. Esses professores, na verdade, professoras, [...] decidiram criar uma comissão provisória para organizar a primeira eleição [...]. Ela era composta pela professora Terezinha Oliva, a professora Socorro Rufino e, se não me falha a memória, da Professora Gilza [Gomes]. Eram três pessoas, três mulheres, que formaram a comissão provisória encarregada de organizar uma chapa, marcar a data da eleição, fazer a convocação. (SANTOS, 26 mar. 2010).

Havia receios de se enfrentar um grupo de professores católicos próximos a Dom Luciano Cabral Duarte:

[...] o nosso sindicato ainda era visto com muitas ressalvas por parte daqueles professores egressos da Faculdade de Filosofia da FAFI e das Faculdades iniciais de Medicina e de Direito. Eles não aderiram ao sindicato. (SANTOS, 26 mar. 2010).

Dom Luciano Cabral Duarte foi professor e primeiro Diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, que depois seria incorporada à Universidade Federal de Sergipe. Após a criação desta universidade, foi primeiro Presidente do Conselho Diretor da UFS, que ficou encarregado de elaborar os estatutos da nova fundação. Do ponto de vista político e

ideológico, ele representava o campo ortodoxo da Igreja Católica em Sergipe nos anos 1960 e 1980, identificando-se como anticomunista. Sua trajetória sacerdotal contra as teologias da libertação foi registrada em “discursos proferidos via palestras e meios de comunicação, de homilias à publicação de diversos escritos, tais como livros e artigos em jornais e revistas locais e de circulação nacional” (ANDRADE, 2015, p. 141).

Os bispos progressistas Dom José Vicente Távora e Dom José Brandão de Castro serviam de contraponto a essa tendência ortodoxa, principalmente com relação à questão agrária e à sindicalização dos trabalhadores rurais em Sergipe. A proximidade de militantes de esquerda com a práxis popular católica foi importante na formação de quadros para a formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. A professora Gilza Mota Gomes (7 maio 2010) recorda, em sua entrevista, sua participação em ações educativas com menores delinquentes no bairro América, sob a liderança de Dom Távora, então Arcebispo de Aracaju.

Em 1981, a professora Lenalda Andrade Santos assumiu, após processo eleitoral, a direção sindical, como Presidente, junto com os professores Josué Modesto dos Passos Subrinho, Vice-Presidente, José Costa de Almeida, Secretário, e Júlio César Gandarela, Tesoureiro. Na ocasião, a precariedade institucional da Associação, na UFS, impossibilitou maiores mobilizações e a realização de greves em âmbito local, diferentemente do que ocorria nacionalmente. Outro fator decisivo era que os salários das universidades fundacionais, como era o caso da UFS, eram maiores do que as universidades autárquicas. Como as primeiras greves docentes, no início dos anos 1980, se relacionavam mais às reivindicações salariais, este tema não entrava na pauta local, o que não impedia o apoio da direção da ADUFS às ações reivindicatórias nacionais.

Desse modo, nesses primeiros anos, o objetivo maior era a ampliação do quadro de associados e a estruturação do espaço e de funcionários para desenvolver as atividades sindicais. Mesmo com essas limitações, a ADUFS se fez presente, na fundação da ANDES, no Congresso de Campinas, em 19 de fevereiro de 1981.

Todavia, essa precariedade também se manifestava em nível nacional, como pode ser verificado na organização de reunião da Diretoria Nacional, em Aracaju, nos dias 12 e 13 de setembro de 1981:

Nós não tínhamos dinheiro para hospedar ninguém [...]. Eu recebi esses diretores, hospedei no meu apartamento. [...] Da mesma forma, quando eu ou outro diretor ia para reuniões nacionais nós ficávamos também hospedados em casa de professores. (SANTOS, 26 mar. 2010).

A professora Ilka Bichara, em relatório datado de 18 de julho de 1982 e publicado no *Boletim Candeeiro* (n. 3), também registrou as enormes dificuldades organizativas da Regional Nordeste III, no biênio 1982-1983, principalmente por participar de reuniões, sem preparação prévia, em torno da carreira única para as Fundações. A participação desta professora na construção da ADUFS foi destacada pela professora Lenalda Santos, tendo em vista sua experiência no movimento estudantil, na Bahia, e militância no Partido Comunista do Brasil (SANTOS, 26 mar. 2010).

Nesses tempos iniciais da ADUFS, há uma convergência de interesses de grupos políticos e ideológicos ligados ao chamado novo sindicalismo e da militância comunista, especialmente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entretanto, ao longo dos anos 1980, emergiram contradições entre eles sobre a condução do processo de transição à democracia no Brasil.

Sobre o primeiro grupo, Gilza Gomes (7 maio 2010) afirma que “[...] era um pessoal muito agressivo, participava bastante, era muito interessante”, destacando-se o professor Luiz Alberto dos Santos, fundador do Partido dos Trabalhadores, em Sergipe, ao lado de, entre outros, José Costa, Diomedes S. da Silva e Marcelo Déda. Entretanto, mesmo filiado ao PT e membro atuante desse grupo, José Costa Almeida (15 mar. 2016) fez questão de registrar a

autonomia do Sindicato frente ao partido político em construção, nas suas manifestações sobre as questões relacionadas à universidade. Esse grupo desempenhou papel relevante na organização do quadro de militantes na UFS, mantendo-se nas direções da ADUFS até 1987.

As contradições entre o conservadorismo de setores docentes da UFS, especialmente ligados a Dom Luciano Cabral Duarte, e as ideias desses jovens professores apareceram com a opção, por parte da primeira Presidente, por uma gravidez independente, o que motivou o seu afastamento do cargo antes do término do mandato:

Eu sei que isso causou impacto e sei, principalmente, porque quem verbalizou a preocupação foi exatamente o professor [José] Silvério [Leite Fontes], [...] que eu não tinha condição de ser mais presidente da ADUFS, porque eu tinha optado por ser mãe por uma gravidez independente e isso não cabia. (SANTOS, 26 mar. 2010).

A pressão dos setores católicos próximos de Dom Luciano Cabral Duarte fez com que o professor Josué dos Passos Subrinho assumisse o restante do mandato como Presidente da ADUFS. Naquela conjuntura, a luta feminista ainda não encontrava força e ressonância política e intelectual na UFS para enfrentar o catolicismo conservador e ortodoxo, apesar da massiva presença de mulheres nos primeiros anos da Associação. O preconceito contra essa atuação feminina, por parte de alguns setores universitários, foi registrado pela professora Gilza Gomes, quando um professor do Departamento de Matemática assim lhe falou: "... elas vêm e mandam em tudo. Cadê os homens, rapaz?" (GOMES, 7 maio 2010).

## **2. Memórias das eleições na ADUFS no contexto da transição à democracia no Brasil**

Nessas primeiras gestões da ADUFS, se estabeleceu a hegemonia de grupos políticos próximos ao "novo sindicalismo", ainda que os setores ligados à Reitoria se fizessem presentes no movimento docente, dividindo espaços com a esquerda emergente. A opção por enfatizar os processos eleitorais, na análise das entrevistas, serviu para matizar determinada construção da memória do movimento docente que postulava uma autonomia sindical frente aos partidos políticos de esquerda, especialmente, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil.

No dia 4 de maio de 1983, na sala de reuniões do Centro de Educação e Ciências Humanas, no campus universitário de São Cristóvão, foi empossada a diretoria eleita no pleito do dia 26 de abril de 1983, tendo Gilza Luísa da Mota Gomes, como Presidente; Luiz Alberto dos Santos, como Vice-Presidente; e, como Secretário, Antônio Ponciano Bezerra.

Com a expansão dos movimentos populares, protagonizando manifestações de rua, em prol da anistia e das eleições diretas, a transição à democracia no Brasil indicava a possibilidade de uma ruptura com relação à abertura lenta, gradual e pactuada, proposta pela ditadura militar. Nessa conjuntura, a ANDES participou, ativamente, da campanha em defesa das eleições livres e diretas para Presidente da República, iniciada no final de 1983. Contudo, num primeiro momento, na direção nacional existiam dúvidas ou prudências quanto à campanha, mas que logo se dissiparam no III Congresso Nacional, em Piracicaba, em fevereiro de 1984 (ALMEIDA et. alli, 2011, p. 12).

Isso pode ser explicado, em parte, porque somente em janeiro de 1984 houve uma articulação política para se concentrar na aprovação da Emenda Dante de Oliveira, superando as dispersões e debilidades organizativas das iniciativas anteriores (RODRIGUES, 2003, p. 40).

Seguindo os novos ventos na política brasileira, em 21 de janeiro de 1984 foi lançado, em Aracaju, o Comitê Pró-Diretas, com a presença de cerca de 500 pessoas de todos os partidos opositores, entidades sindicais e comunidades da periferia de Aracaju. A presença do ator Lima Duarte, que havia filmado *Sargento Getúlio*, à época, foi saudada pelos presentes, entre eles o representante da ADUFS, professor José Costa, que, na ocasião, assim se manifestou:

estamos cansados de ouvir os representantes dos fascistas, militares e das multinacionais, dizendo-se favoráveis às diretas, mas não agora porque é inconstitucional. Inconstitucional é o atual Governo, que usurpou do povo o direito de escolher seus dirigentes. (JORNAL DE SERGIPE, 23 jan. 1984, p. 3).

Em 26 de fevereiro de 1984, a Caravana das Diretas passou pela Praça Fausto Cardoso, com a participação de cerca de 30 mil pessoas e a presença de lideranças nacionais e locais da oposição, além de artistas e sindicalistas (DANTAS, 2004, p. 227-228).

Contudo, a derrota da Emenda Dante Oliveira, em 1984, que restituía as eleições diretas para Presidente da República, recolocou a possibilidade de uma transição pactuada em torno do nome de Tancredo Neves pelo voto indireto do Colégio Eleitoral. Ignez Navarro escreveu que esse debate trouxe dissensões no interior do movimento docente, nas eleições para a diretoria nacional, em 1986 (NAVARRO, 2001, p. 393).

No âmbito local, o avanço na luta política pela redemocratização mobilizava a comunidade universitária para as primeiras eleições diretas para a Reitoria da UFS, no período de 1984-1988, trazendo contradições políticas no âmbito da associação docente.

Gilza Mota Gomes relatou o clima daquele momento:

[Em] maio de 84, eu renunciei, porque eu assumi uma candidatura a reitor. [Do] doutor [José] Aloísio [de Campos]. Depois da ditadura, tinha que ser um sujeito, como ele que peitava o pessoal, em Brasília. Sabe, durante a ditadura, ele fez isso, as melhores coisas que aconteceram, inclusive o Campus.

Para Antônio Ponciano Bezerra (13 maio 2015), não era possível a permanência dela na presidência da ADUFS, pois assumira aquela candidatura. Naquele momento, a independência do movimento docente era fundamental para a sua legitimação ante a comunidade universitária, o que foi garantida pela conduta ética e a seriedade na liderança do movimento docente (SAMPAIO, 21 maio 2010).

Após o afastamento da professora Gilza Gomes, Luís Alberto assumiu a presidência da ADUFS, em 1984, sendo reeleito para o biênio 1985-87, tendo, como Vice-Presidente, Socorro de Maria Rufino de Oliveira, e, como Secretária, Maria de Fátima Monte Lima. Seguindo a tendência ascensional dos movimentos grevistas do funcionalismo público em Sergipe, especialmente os setores da educação e da saúde, irrompeu uma greve marcante na UFS em 1985. Sua vasta pauta de reivindicações incluía: reposição salarial de 38,5%; reajuste igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); reajuste trimestral; aposentadoria integral; adicional de dedicação exclusiva acima de 50%; 5% de produtividade e adicional de 5% a cada quinquênio; além de verbas do orçamento para as Instituições de Ensino Superior fundacionais (CHAVES, 1997).

Claudete Sales Sampaio (21 maio 2010) articulou lembranças pessoais com a greve de 1985, por estar grávida e participar ativamente do comando de greve na UFS. Segundo ela, foi "... uma greve muito participativa, as assembleias sempre cheias. Lembro-me das assembleias ali, no CCET". O jornal *Gazeta de Sergipe*, de 22 de agosto de 1985, registrou uma assembleia com cerca de 150 professores em que se indicou a continuidade do movimento paredista, com a organização do comando de greve representativo de todos os centros da universidade (GAZETA DE SERGIPE, 22 ago. 1985, p. 2).

Nacionalmente, essa greve durou 45 dias, entre os dias 10 de agosto e 23 de setembro, com grande repercussão na imprensa local, quando foi destacada a perda salarial dos professores, das universidades federais, e a proposta de privatização das universidades, com a instituição do ensino pago (GAZETA DE SERGIPE, 25-26 ago. 1985, p. 4).

A greve foi, em parte, vitoriosa, na medida em que se estabeleceu um plano de cargos e salários em janeiro de 1986, ainda que, do ponto de vista salarial, o governo federal tivesse concedido apenas 4%, a título de reposição (GAZETA DE SERGIPE, 25 set. 1985).

Nessa época marcada pelo processo constituinte (1986-1988), vários setores da sociedade civil – partidos políticos, sindicatos e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – debateram, longamente, diversas propostas para a elaboração de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira, que tinham como premissa a responsabilidade social do Estado no processo educacional.

Esses confrontos também revelavam diferentes visões políticas sobre o processo de redemocratização em curso na sociedade brasileira, que se manifestaram, nas eleições de 1986 para a direção nacional da ANDES, na disputa entre duas chapas de esquerda. Segundo Ridenti, “uma era herdeira do ideário de frente oposicionista – ligada às teses, no campo político-partidário, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) –, e outra era vinculada às forças políticas e sindicais que haviam dado base ao surgimento do PT [...]. Manteve-se a hegemonia de petistas na ANDES” (RIDENTI, 1995, p. 75). Nessas eleições, centralizou-se o debate sobre “a adesão a uma Central Sindical defendida pela Chapa 1, liderada por Newton Lima Neto, e próxima do PT e da CUT, e, de outro, a Chapa 2, capitaneada pelo docente da UFPE, Paulo Rosas, que resistia à filiação (NAVARRO, 2001, p. 390-408).

Essa eleição nacional repercutiu nas eleições para a diretoria da ADUFS, no biênio de 1987-1989, marcadas pelo acirramento político entre os militantes do Partido dos Trabalhadores e de grupos próximos ao Partido Comunista do Brasil. Na avaliação de Gilza Gomes (7 maio 2010),

... o PC do B, embora com número relativamente inexpressivo, [...] começou a aparecer. Algumas pessoas se agregaram a esse [grupo], tipo Ada [Augusta Celestino Bezerra], tipo Eduardo [Conde] Garcia, [...]. Agregar mesmo porque elas não tinham nenhuma outra participação no partido. Como o PT já começava claramente a ter um número expressivo dentro da Universidade, tanto como estudante como professor, aí a disputa foi inevitável e perdemos por um voto.

Após esse pleito extremamente acirrado, no dia 15 de maio de 1987, no auditório do CECH, foi empossada a nova diretoria da ADUFS, eleita em 6 de maio de 1987, tendo, como Presidente, Ada Augusta Celestino Bezerra; como Vice-Presidente, Ilka Dias Bichara; e, como Secretário, José Arnaldo Vasconcelos Palmeira.

A professora Gilza Gomes (7 maio 2010) recordou que a derrota, no âmbito local, repercutiu nacionalmente, na medida em que

[...] nós tínhamos uma diretoria no ANDES que era completamente aliada a nós, era Sadi [Dal Rosso] da UnB, [o] presidente [da ANDES]<sup>64</sup>. Estava se discutindo [...] a filiação à CUT e eles [o grupo do PC do B] eram terminantemente contra a CUT.

Na gestão liderada pela professora Ada Augusta existiu intenso debate sobre a filiação da ANDES à Central Única dos Trabalhadores (CUT), acompanhando o confronto nacional de visões diferenciadas de sindicato. No caso da ADUFS, foi publicado editorial no *Boletim Candeeiro*, n. 24, de maio de 1988, criticando a decisão do 7º Congresso da ANDES, em Juiz de Fora, de indicativo de filiação à CUT. A diretoria afirmava que esse fato era uma “filiação branca” e que “permanece no combate ao sectarismo e ao aparelhamento político-partidário da entidade”. Nesse mesmo boletim, os delegados eleitos pela base, Luís Alberto dos Santos

---

<sup>64</sup> Sadi Dal Rosso, professor da Universidade de Brasília, foi Presidente do ANDES-SN, no período de 1988-1990.



e Gilza Luísa da Mota Gomes, apresentaram relatório, expondo as divergências entre a diretoria e militantes de base na ADUFS. Para os delegados, a professor Ilka Bichara, Vice-Presidente do Sindicato local, votou contra a filiação à CUT, sem deliberação de assembleia dos docentes, o que motivou os delegados eleitos pela base a votarem a favor da filiação. A decisão ficou para ser deliberada no VIII Congresso Nacional do Sindicato (CANDEEIRO, maio 1988, p. 3).

Apesar da rejeição local à proposta de filiação do ANDES à CUT, em nível nacional, a ANDES, no seu VIII Congresso, em fevereiro de 1989, aprovou a filiação à CUT, com o objetivo de fortalecer o sindicalismo classista e combativo.

Essa contradição foi assim recordada por Gilza Gomes (7 maio 2010):

... a gente conseguiu levar, por muito tempo, essa contradição, porque aqui era muito difícil a gente conseguir alguma relação com a CUT. [...]. Nos anos seguintes, a gente conseguiu eleger nosso pessoal e tal e fomos chegando junto sem maiores problemas. Eles se afastaram mesmo.

Durante essa gestão liderada por Ada Augusta houve, nacionalmente, uma greve de 44 dias, de 25 de março a 7 de julho de 1987, explicitando essas contradições locais na condução dessa greve, haja vista a atuação marcante do grupo opositor na sua condução. O professor Luís Alberto dos Santos, representante da Comissão de Comunicação do Comando de Greve, em entrevista ao *Jornal de Sergipe*, de 31 de março de 1987, afirmou que a greve havia começado com pouca adesão, mas estava com cem por cento de adesão das universidades. Ao mesmo tempo, os comandos locais de greve atuavam em manifestações conjuntas com outros segmentos em greve, como os bancários (JORNAL DE SERGIPE, 31 mar. 1987, p. 2).

Em 16 de maio de 1989, no auditório 2 do CCBS, sob a presidência da professora Ilka Dias Bichara, foi realizada a assembleia de posse da nova diretoria da ADUFS, eleita em 15 de maio de 1989, para o biênio 1989-1991. Sua composição era, como Presidente, Arivaldo Montalvão Filho; vice-presidente, José Costa Almeida; e, secretária, Gisélia Cardoso.

A posse foi realizada dentro de uma longa greve, que durou 66 dias, de 8 de maio a 13 de julho de 1989, marcando a retomada da direção da ADUFS pelo grupo de professores próximos do chamado “novo sindicalismo”. A pauta reivindicatória era a abertura imediata de concurso público para as Instituições Federais de Ensino Superior; verbas da OCC/OG em em 27,8% assegurados por recursos do Tesouro; revogação do decreto que proibia a contratação de professores e imediata abertura de concursos; reajuste mensal, de acordo com o ICV/DIEESE; incorporação aos salários da gratificação de nível superior; e aposentadoria integral (ALMEIDA et. alii., 2011, p. 37).

No arquivo da ADUFS, encontramos uma fotografia representativa de uma das atividades de mobilização política dessa greve, em que se registrava o debate da comunidade universitária com o candidato à presidência pela Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, na UFS, no dia 8 de junho de 1989. As entidades representativas da greve unificada na UFS (ADUFS, Sindicato dos Trabalhadores da UFS (SINTUFS) e do Diretório Central dos Estudantes da UFS) foram os responsáveis pela organização do evento, conforme matéria no *Jornal de Sergipe*, do dia 8 de junho de 1989.

**Imagem 1 – Debate da comunidade universitária com o candidato à Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva. Universidade Federal de Sergipe, 8 de junho de 1989.**



Fonte: Acervo ADUFS-SSIND. Sem identificação de autoria.

Naquele ano, em plena crise econômico-financeira e denúncias de corrupção, iniciava-se a disputa eleitoral para a Presidência da República. Sob uma legislação eleitoral bastante permissiva, essa eleição abriu um amplo leque de alternativas para a sociedade, em geral, e para as classes trabalhadoras, em particular, com o registro de 22 candidatos para o primeiro turno. Em meio a um quadro de ampla desarticulação do sistema político-partidário, os candidatos *outsiders* da política tradicional, Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, polarizaram a disputa do segundo turno das eleições presidenciais (MENEGELLO, 1990).

De um modo geral, o eleitorado brasileiro “inclinou-se pelas críticas agressivas e inconsequentes do jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, o ‘caçador de marajás’” (PENNA, 1999, p. 321), reiterando que, na cultura política brasileira, a personalidade individual suplantara partidos e ideologias.

Em Sergipe, as eleições de 1989 foram marcadas pelas vitórias, no primeiro e no segundo turno, de Collor. Entretanto, o candidato da Frente Brasil Popular foi vitorioso, em Aracaju, capital do Estado, por conta da intensa mobilização popular empreendida por sindicalistas, estudantes e movimentos sociais (DANTAS, 2004, p. 237).

Com a vitória de Fernando Collor de Mello, impôs-se uma política de “Estado Mínimo”, baseado em extinção de órgãos públicos e um programa de privatização, que impactaria, decisivamente, no sindicalismo brasileiro como um todo.

No ano da posse do novo Presidente da República, a ADUFS organizou o XXI Conselho Nacional das Entidades da ANDES, nos dias 1 e 2 de junho de 1990, na Universidade Federal de Sergipe, demonstrando certo grau de organização sindical que acabou por coroar o processo de sua construção, ao longo dos anos 1980. Segundo José Costa Almeida (15 mar. 2016), então Vice-Presidente da Associação, esse também foi o momento culminante de sua participação sindical, já que representava o reconhecimento político do grupo que ajudou a fundar a ADUFS, em 1979.

**Imagem 2 – XXI CONAD  
Universidade Federal de Sergipe, 1 e 2 de junho de 1990.**



Fonte: Acervo ADUFS-SSIND. Sem identificação de autoria.

Após a decisão do II Congresso Extraordinário da ANDES, no Rio de Janeiro, em novembro de 1988, de transformar as Associações Docentes em Sindicato Nacional, foi realizada assembleia, no dia 25 de outubro de 1990, transformando a Associação dos Docentes da UFS em Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Após ampla discussão, o Vice-Presidente José Costa Almeida colocou o Regimento em votação. Foi aprovado com 262 votos a favor, 21 contra e 2 brancos, conforme Ata da Assembleia.

Objetivamente, apesar da proibição constitucional da criação de sindicatos no serviço público, as universidades públicas brasileiras apresentavam condição propícia para o surgimento de organizações de tipo sindical, como foi o caso da ANDES e da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA). Com o aumento significativo de professores e técnicos administrativos reunidos em *campi*, foi possível identificar problemas comuns e, aliado à práxis dos partidos políticos de oposição à ditadura militar, iniciar um processo que consolidou a construção de greves reivindicatórias, ao longo dos anos 1980 (CUNHA, 2003, p. 19). Deste modo, a transformação em sindicato apenas formalizou, institucionalmente, a práxis dos professores universitários, em defesa da universidade pública e gratuita. Entretanto, com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, abriu-se uma conjuntura extremamente adversa ao sindicalismo brasileiro e, em especial, ao movimento docente das universidades públicas, impondo um processo de radicalização política que se aprofundaria com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001).

\*\*\*

A construção da identidade coletiva dos docentes, nas universidades públicas federais, foi forjada pela luta democrática contra o autoritarismo do regime militar, destacando-se, no caso sergipano, a atuação das mulheres nos anos iniciais do movimento docente e a formulação de ações políticas pautadas nas bases, como assembleias gerais. Entretanto,

dissensões políticas internas puderam ser observadas, em especial, entre aqueles vinculados às profissões liberais, como advogados e médicos, que se inseriam na associação docente de modo diverso dos professores da área de ciências humanas, que possuíam um grau de politização mais afinado com os reclamos democratizantes dos movimentos sociais emergentes. Ao mesmo tempo, ainda que determinada memória sindical reitera certa autonomia frente aos partidos políticos, percebemos, na prática, nos diferentes momentos de disputas eleitorais ou em greves, que a luta político-partidária provocou dissensões na condução do movimento docente nacional e local.

Sem descuidar dos problemas estruturais de formação do movimento docente, nossa preocupação foi trazer as experiências de militantes e dirigentes no cotidiano universitário, ao longo dos anos 1980, no enfrentamento dos autoritarismos subjacentes à política do Estado, como forma de reflexão para que as novas gerações, atuantes no Sindicato, possam contextualizar os dilemas e impasses pela democratização do acesso à educação no Brasil. Isso se torna importante na medida em que as aposentadorias impostas pelos governos Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva trouxeram certa ruptura geracional, no processo de construção dessa memória sindical, estabelecendo descontinuidades e assimetrias na luta do movimento docente. Apesar de não acreditarmos em falsas continuidades, fatos e personagens do passado podem contribuir para que os novos grupos políticos sindicais possam compreender melhor os desafios que se interpõem na atualidade.

Esperamos colaborar para que a história seja resultante de uma negociação em que a narrativa contemple a multiplicidade de vozes, às vezes contraditória, mas que não seja fragmentária, pois inserida num contexto social mais amplo. Essa batalha pelo discurso e pela representação pode convergir para o debate, do debate para a negociação, da negociação para a conversação. Nesse sentido, a história e a memória podem se tornar o lugar da solidariedade e da diversidade, em que o intelectual possa lutar contra as formas de poder, em que ele é objeto e instrumento. Em um contexto de *despolitização* consciente, desencadeado pelo processo ideológico de dominação social vigente, talvez a melhor forma de combatê-la seja a construção de um conhecimento engajado, produzido por um diálogo crítico e horizontal entre intelectuais e os movimentos sociais e sindicais, fundamentando-se na defesa intransigente da democracia (ACHUGAR, 2006, p. 163; BOURDIEU, 2001, p. 39).

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Escritas

- JORNAL CANDEEIRO. Ano VII, n. 24, maio, 1988.  
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, 22-23 jan. 1984.  
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, Ano IX, n. 2575, 27 mar. 1987.  
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, Ano IX, n. 2578, 31 mar. 1987.  
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, Ano XI, 8 jun. 1989.  
GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Ano XXX, n. 8039. 22 ago. 1985.  
GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Ano XXX, n. 8042. 25-26 ago. 1985.  
GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Ano XXX, n. 8067, 25 set. 1985 (capa).

### Fontes Orais

- ALMEIDA, José Costa. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 15 mar. 2016.  
BATISTA, Eduardo Ubirajara Rodrigues. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 17 out. 2010.  
BEZERRA, Antônio Ponciano. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 13 maio 2015.  
GOMES, Gilza Luísa da Mota. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 7 maio 2010.  
NASCIMENTO, Antônio Edilson do. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 2 mar. 2016.

PACHECO, Manuel de Resende. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 16 abr. 2010.  
SAMPAIO, Claudete Sales. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 21 maio 2010.  
SANTOS, Lenalda Andrade. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 26 mar. 2010.

### **Bibliografia**

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**. Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ALMEIDA, A. de; SILVA, Jorgetânia da S; TRÓPIA, Patrícia (Orgs.). **ANDES-SN 30 anos: Sindicato de base, democrático e de luta**. Uberlândia: ANDES-SN, 2011.

ANDRADE, Péricles. "Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis": Dom Luciano Cabral Duarte e as "Teologias da Libertação". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 45, p. 131-141, 2015.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo Malhado. Os desafios do movimento docente nos dez anos de lutas da ANDES-Sindicato Nacional. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 1, n. 1, 1991.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAVES, Vera L. J. **Poder do Estado e poder docente: um olhar sobre o Movimento Docente na UFPA**. Belém: SPEG; Graphitte, 1997.

CUNHA, Luis Antônio. Pelo ensino público e gratuito. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano IV, n. 12, p. 132-134, set. 1982.

CUNHA, Luis Antônio. Luta política nas universidades federais: poder sindical versus poder acadêmico. **Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 11-36, mar. 2003.

DAL ROSSO, Sadi. Entrevista. **Cadernos ANDES**. ANDES-SN: 20 anos trajetória, lutas e perspectivas (Memória da luta III). São Paulo, n. 18, p. 115-122, 2001.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2004.

GRACIA, Gerardo Nocochea; LEGLISE, Patrícia Pensado (Compiladores). **Voltear el mundo de cabeza: historias de militancia de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

MACIEL, Oswaldo de Oliveira. Trabalhando a luta, construindo (a) história II. **Cadernos ANDES**. ANDES-SN: 20 anos trajetória, lutas e perspectivas (Memória da luta III). São Paulo, n. 18, 2001.

MENEGELLO, Raquel. 1964-1989: Construindo a organização autônoma. In: **Trabalhadores**. Campinas: Prefeitura de Campinas, 1990. p. 29-40.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAVARRO, Ignez Pinto. A ANDES-SN em memória e existência: um depoimento. In: AGUIAR, Flávio (Org.). **Antônio Cândido: pensamento e militância**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Humanitas, 1999.

NAVARRO, Ignez Pinto. **ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais**. História e memória (1981-1994). Cuiabá: ADUFMAT, 2001.

OTRANTO, Célia Regina. Movimento sindical docente: história e crise. Revista Universidade Rural. Seropédica, v. 22, n. 2, jul./dez. 2000 (Série Ciências Humanas).

PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: Representação política e sindical de professores universitários. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 72-80, maio 1995.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, Antônio Jose; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 43-58.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SOUZA, Eliana. **História e memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012)**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2015.

Recebido em abril de 2016.  
Aprovado em julho de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-7>

**ALFREDO MARIA ADRIANO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY  
E SEUS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE MATO GROSSO:  
Entre a civilização e o sertão**

Ana Paula Squinello\*  
Jérri Roberto Marin\*\*

**RESUMO:** Apresentamos neste artigo as múltiplas representações produzidas por Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay) acerca de Mato Grosso e suas populações, bem como buscamos compreender os processos das suas elaborações. Como engenheiro militar, participou de duas campanhas durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando registrou os principais acontecimentos do conflito. As experiências acumuladas e as reflexões que realizou como viajante, narrador e expedicionário geraram uma vasta bibliografia, na qual registrou suas impressões acerca do cotidiano, sobre a fauna, a flora, a ocupação da região, a população e a cultura mato-grossense. Vale ressaltar que no ano de 2018 a obra *A Retirada da Laguna* completa 150 anos da primeira edição. Sendo assim, consideramos relevante revisitar os escritos de Taunay e suas representações sobre os outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfredo d'Escragnolle Taunay. Representações. Mato Grosso.

**ABSTRACT:** The article analyzes the multiple representations produced by Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (Viscount of Taunay) about Mato Grosso and their populations and understand the processes of their elaborations. As military engineer, he participated in two of the Paraguay War campaigns (1864-1870), when it recorded the main events of the conflict. The accumulated experience and reflections made as traveler, narrator and expeditionary have generated a vast bibliography where he registered your impressions about he daily life, of the flora, fauna, people and and the Mato Grosso culture. It is worth mentioning that in the year of 2018 the book *A Retirada da Laguna* complete 150 years of its first edition. Therefore, we consider relevant revisiting Taunay's writings and his representations about others.

**KEYWORDS:** Alfredo d'Escragnolle Taunay. Representations. Mato Grosso.

## Introdução

Neste artigo, analisamos as múltiplas representações<sup>65</sup> criadas por Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay sobre Mato Grosso. Como engenheiro militar, participou de

\* Professora Associada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – *Campus* de Aquidauana. Doutora em História Social pela USP; pós-doutoranda na Universidade do Minho; coordenadora do Laboratório de Ensino de História (LEH) e do Grupo de Pesquisa “Historiografia e Ensino de História” (HEH).

\*\* Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Professor da Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); pós-doutor pela Università Degli Studi di Roma “La Sapienza”.

<sup>65</sup> Representação provém, etimologicamente, da forma latina *repraesentare*, que significa fazer presente, apresentar de novo e fazer presente alguém, sugerindo, dessa forma, ver algo ausente (referente), explícito e não presente e, ao mesmo tempo, apresentar uma presença. Ou seja, o que temos não é a realidade contida no texto, mas as representações dos fatos, pois nenhum texto traduz a realidade e a apreende em sua totalidade. Tomamos por referência o conceito de Chartier (1990, 1991), que compreende que as representações são construções que os grupos fazem sobre suas práticas e essas não são possíveis de serem percebidas em sua



duas campanhas durante a Guerra do Paraguai (1864-1867). Suas experiências em Mato Grosso e as anotações do diário de campanha, que faziam parte das obrigações profissionais, geraram uma extensa e diversificada produção que foi publicada entre os séculos XIX e XX.

Os viajantes nacionais e estrangeiros (naturalistas, religiosos, militares, políticos), que percorreram o território mato-grossense no século XIX, depararam-se com inúmeras facetas. Essas foram pensadas, vivenciadas e construídas a partir de um imaginário ligado ao “outro” e ao “desconhecido”. Eram austríacos, alemães, franceses, italianos, brasileiros, entre outros, que legaram, a partir de suas visões de mundo, suas impressões sobre a fauna, a flora, o espaço geográfico, as intempéries e a população mato-grossense. Essas representações eram ambivalentes entre o éden, sobretudo pela exuberância da natureza, e a barbárie, por ser um lugar longínquo, desconhecido e habitado por indígenas. Mato Grosso associava-se ao espaço da desordem, da anomia, do caos, do vazio, do desconhecido, espaço ainda não ocupado pelo Estado, e que necessitava de uma urgente ação civilizatória e catequética. Essas representações variavam de acordo com as situações às quais o narrador estava submetido. A natureza podia ser representada como idílica e edênica e, ao mesmo tempo, como selvagem, hostil, indômita e desconhecida, e os habitantes procuravam conquistá-la e administrá-la em sua exuberância e rudeza, conforme narrado por Taunay e apresentadas ao longo dessa reflexão.

Os viajantes perceberam, primeiro, as diferenças, tão estranhas e distintas a eles, e as primeiras impressões foram de assombro diante delas. Segundo Galetti (2000, p. 165-170), a província de Mato Grosso era representada como uma *fronteira-sertão*, ou seja, como outro espaço geográfico, simbólico e social do território brasileiro. Seria um local ermo, periférico dos centros do poder, bruto, problemático, misterioso, violento, despovoado, selvagem, povoado por populações indígenas e desconhecido. Lugar de atraso técnico, comportamentos antigos, natureza virgem e indomável. O sertão era um “mundão” abandonado, formado por terras que não se acabavam. Ou seja, as representações sobre Mato Grosso aproximavam-se daquelas ideias veiculadas na Europa sobre as regiões desconhecidas e isoladas e de clima tropical. Os discursos sobre o homem valorizavam as características biológicas para diferenciar um grupo do outro. Eram marcas simbólicas que demarcavam também diferenças étnicas e culturais.

Sabemos que esse isolamento geográfico de Mato Grosso nunca foi absoluto, pois a região não estava totalmente excluída do circuito global, das transações econômicas, das redes de comunicações e dos deslocamentos de bens, pessoas e dinheiro desde o início da sua ocupação. Tal isolamento era rompido, por exemplo, pelas estradas e pela navegação a vapor, que promoviam redes de sociabilidade, de comércio e comunicação, conforme estudado por Brazil (2014).

Os olhares sobre Mato Grosso também possibilitam perceber as representações que eram criadas acerca de si, para si e para os outros. A subjetividade cultural e os conflitos, constantemente negociados, foram retratados nessas representações. Segundo Pollak (1992, p. 204), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros”.

Para Galetti (2000, p. 32), tanto:

[...] estrangeiros, brasileiros e mato-grossenses enxergaram Mato Grosso pela mesma matriz das concepções ocidentalistas de *progresso e civilização* e pelas mesmas lentes das teorias evolucionistas e raciais que dominaram os horizontes ideológicos e culturais entre fins do século XIX e inícios do XX. Mas, há também uma diferença de fundo entre estes três olhares, produto das relações distintas que mantinham com o seu objeto de observação.

---

integridade plena, pois existem enquanto representações (no sentido de que há uma organização e uma historicização de evidências).



Assim, visto pela ótica dos viajantes estrangeiros, Mato Grosso era concebido como uma *região* ainda próxima da barbárie: abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase *vazio*, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus (grifos da autora).

Já os brasileiros olharam Mato Grosso de forma paradoxal:

[...] este espaço e suas populações pela ótica da Nação, mas tendo como referência o modelo europeu, os brasileiros elaboraram imagens ambíguas acerca de Mato Grosso: valorizado negativamente em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, também o era positivamente como *sertão* e *fronteira* da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de nacionalidade brasileira no período em foco. A fronteira porque delimita o espaço do Outro, o estrangeiro, e o sertão porque, embora identificado como lugar do atraso e da barbárie no território da Nação era percebido, simultaneamente, como *locus* de sua verdadeira identidade cultural. (GALETTI, 2000, p. 32, grifo da autora).

Em relação aos mato-grossenses, Galetti (2000, p. 33) apontou que, “compartilhando desta visão ambígua sobre a *terra natal*, manifestaram um profundo mal-estar cultural face a uma identidade estigmatizada pela barbárie”. Assim,

[...] em seus múltiplos e ambivalentes sentidos, as noções de sertão e fronteira forneceram os elementos-chave com os quais viajantes estrangeiros e brasileiros do *litoral* produziram a caracterização da *região mato-grossense* como *confins* do mundo *civilizado* e da nação brasileira, do mesmo modo como subsidiaram os esforços dos mato-grossenses no sentido de alterar esta definição de sua identidade. (GALETTI, 2000, p. 33, grifos da autora).

Nesse sentido, as representações que circularam acerca do antigo Mato Grosso estão afinadas com as discussões e teorias científicas desenvolvidas na Europa a partir da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Segundo Elias (1994, p. 62-64), a noção de civilização expressava a consciência que o Ocidente tinha de si mesmo, sobretudo a superioridade da Europa em comparação com as sociedades mais antigas ou com as sociedades contemporâneas consideradas primitivas. Expressava também a *consciência nacional* de que o processo civilizador estaria concluído em suas sociedades, justificando o domínio cultural, as aspirações expansionistas e o colonialismo. Por fim, Elias (1994, p. 24) afirma que a noção de civilização não se referia apenas às grandes realizações e conquistas humanas, de cunho nacional ou ocidental, mas também às condutas ou aos comportamentos humanos, ou seja, “a qualidade social das pessoas, suas habitações, suas maneiras, sua fala, suas roupas”. As elites brasileiras adotaram o modelo de civilização ocidental e europeu e, ao mesmo tempo, reforçaram suas singularidades como *outro* geográfico e cultural. Em nível nacional, as diferentes regiões foram hierarquizadas e Mato Grosso, por exemplo, como lugar isolado, atrasado e bárbaro, precisava de intervenções para alavancar o processo civilizatório.

### **Os múltiplos olhares de Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay sobre Mato Grosso**

Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1843. Filho de Gabriela Hermíria de Robert d’Escragnolle e de Amado Félix Emílio de Taunay, que foi preceptor de D. Pedro II, entre outras atribuições. Nesse sentido, vale ressaltar que, desde cedo, conviveu no ambiente imperial. Medeiros (1997, p. 10-11) apontou

que seu avó paterno, “o pintor Nicolau Antônio Taunay (1755-1830), fora trazido da França com outros artistas pelo governo de D. João VI, para fundar, em 1816, a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro”. Assim como seu pai e avó paterno, Taunay estava ligado à família imperial.

Em relação aos seus estudos, foi aluno do Colégio Pedro II, da Escola Militar e, por último, estudante do curso de engenharia militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Nessa escola, foi promovido a segundo-tenente de artilharia e, quando a Guerra do Paraguai eclodiu na Bacia Platina, Taunay contava, apenas, com 21 anos. Apesar de sua pouca idade, incorporou-se ao exército brasileiro como engenheiro militar, fazendo parte da Coluna Expedicionária que, partindo de São Paulo, tinha como objetivo alcançar a fronteira com o Paraguai e expulsar as tropas guaranis do sul da província de Mato Grosso. De acordo com Doratioto (2002, p. 33), estudioso da Guerra do Paraguai:

O governo imperial decidiu-se por enviar uma coluna para Mato Grosso, tal como Caxias propusera, convocando 12 mil guardas nacionais de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. No começo de abril [de 1865] começaram as tarefas para organizar a chamada Coluna Expedicionária de Mato Grosso. [...] A coluna tinha a designação oficial de Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso, nome pomposo para uma força numericamente acanhada. (DORATIOTO, 2002, p. 120).

Cabe destacar que Taunay não apresentava vocação para a guerra, desejava em seus sonhos de jovem, quem sabe, ser médico; entretanto, a tradição familiar ligada às guerras europeias “obrigou-o” a partir para o teatro de operações. A carreira militar propiciava *status*, honra, refinamento cultural, capacidades técnicas e intelectuais, além de aventuras. Segundo Castrillon-Mendes (2008b, p. 222, 237), Taunay foi movido por várias razões para alistar-se: cumprimento do dever, busca de aventura e de conhecimento, prazer de ver gentes e cidades novas e, possivelmente, desejo de fama. Ou seja, suas incursões em Mato Grosso enquadram-se “numa atitude aristocrática de elevação do espírito, mais do que um simples compromisso militar”. Prevaleceu mais a tradição familiar do que a vontade própria. Tais considerações podem ser confirmadas em um trecho de sua obra *Memórias*, na qual confessou que

Todo o interior do Brasil se abria ante os nossos passos, nada mais, nada menos, e, certamente, a vastidão tem em si inúmeros atrativos e grandioso prestígio, a que se uniam pretensões científicas de certo alcance, *fazer coleções de minerais preciosos, ou então descobrir, senão um gênero novo de planta, pelo menos uma espécie ainda não estudada e classificá-la* — sonhos enfim, de mocidade em que havia bastante de pedantismo. (MARETTI, 1996, p. 107, grifo nosso).

Taunay foi influenciado pelo evolucionismo, pelo naturalismo, pelos viajantes e pelas variadas expedições de cunho exploratório que percorreram o interior do Brasil durante todo o século XIX. Devido ao seu espírito inquietante e observador, também desejava “explorar” e “reconhecer” aquelas terras que se colocavam tão distantes de seu universo urbano, civilizado e imperial. Segundo Alambert (1999, p. 4),

A carreira militar era a única digna de um ‘homem superior’, sempre lhe foi dito. As armas moldavam o espírito defensor da Honra e da Pátria. O corpo do exército propiciava a educação técnica. A vida na corte desenvolvia o bom gosto, os bons modos, a sensibilidade para as artes e para a palavra. O resultado da combinação seria bom senso e força, o ideal do soldado ilustrado, o soldado do rei. Taunay representou perfeitamente esse papel, que simbolizava o tipo intelectual que mais se enquadrava no perfil imperial

brasileiro, para o qual a Guerra do Paraguai, e suas consequências, foi de especial importância. Foi um verdadeiro teste de convicções.

Embora Taunay tenha participado de duas fases da campanha da Guerra do Paraguai, pouco esteve presente nos combates propriamente ditos. Alambert traduz tal situação:

Note-se que o autor [Taunay] nunca se apresenta trabalhando. Ele não é nem mesmo o 'nobre-guerreiro'. Seu trabalho é o trabalho da razão que arrazoa, que balança, observa e registra. Sua posição, nesse sentido, tange à situação do homem do Império em sua acepção ideal mais bem realizada; não trabalha: estuda, observa com seu binóculo racional, escreve, corrige e anota os dilemas da moralidade, buscando colocá-los na balança dos trunfos que podem vir a construir a civilização brasileira. (ALAMBERT, 1999, p. 39).

A Coluna em que servia contava com o apoio de efetivos militares de Minas Gerais, São Paulo e Goiás e, durante os anos de 1865 e 1867, sobreviveu a uma longa marcha. De acordo com Medeiros (1997, p. 19), findada a Retirada da Laguna, foi escolhido para levar até o governo imperial no Rio de Janeiro notícias sobre o corpo expedicionário e todas as provações pelas quais passaram.

Entre 1867 e 1868, publicou algumas de suas obras, como, por exemplo, *Cenas de Viagem, A Retirada da Laguna e o Relatório Geral da Comissão de Engenheiros*, elaborado no percurso da campanha de Mato Grosso. Entretanto, em 1869, quando o Conde d'Eu, genro de D. Pedro II, assumiu o comando das forças brasileiras em operação no Paraguai, Taunay retornou ao teatro de operações como secretário do Conde d'Eu. Tendo retornado ao Rio de Janeiro em 1870, publicou a obra *Diário do Exército*, na qual descreveu a ocupação do Paraguai e a morte de Francisco Solano López.

Taunay não era somente um homem ligado às estruturas imperiais, como também as defendia arduamente. No Rio de Janeiro, por insistência de seu pai, começou a escrever a obra que viria imortalizar os grandes feitos a que esteve submetido o exército brasileiro: *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*.<sup>66</sup> A obra foi composta com lembranças e com as anotações do diário de campanha, que fazia parte das obrigações profissionais. Ou seja, o texto não foi produzido no "calor dos acontecimentos". Ao recompor suas lembranças, esteve sujeito às falhas a que o substrato da memória nos expõe, mas, ao mesmo tempo, o contexto propiciou que a remontasse de acordo com aquilo que queria preservar e registrar em sua obra.<sup>67</sup> Por outro lado, estava inserido em uma instituição militar, pertencia à elite política imperial e tinha como dever preservá-la. Por isso, procurou assegurar tanto a integridade do Império como a instituição à qual pertencia. De acordo com Certeau (2000, p. 66), faz-se importante reconhecer o "lugar social" de onde o pesquisador elabora sua obra e com qual intenção o faz. Taunay foi um homem que viveu a consolidação, a glória e a desestruturação do Império brasileiro e sua família sempre manteve estreitos laços com o Estado.

Para Castrillon-Mendes (2007, 2008a, 2009, 2013), as experiências em Mato Grosso foram importantes para a criação de um estilo próprio e para encaminhamentos do exercício artístico, transformando-o em um escritor que construiu uma expressão particularizada do Brasil, pois suas impressões foram apropriadas na construção da identidade nacional, por

<sup>66</sup> A primeira versão da obra *A Retirada da Laguna* data de 1868 e contém pouco mais de 50 páginas, sendo a versão integral datada de 1871. A primeira tradução para o português foi realizada, em 1874, por Salvador de Mendonça. Porém, foi a tradução de Ramiz Galvão, de 1915, a mais difundida. Cabe ressaltar que a obra foi traduzida para diversos idiomas e que, no Brasil, podemos averiguar inúmeras edições ao longo dos anos. Com a cristalização dessa obra, iniciou-se a construção épica da historiografia que aborda esse tema (SQUINELLO, 2015).

<sup>67</sup> A memória, segundo Jacques Le Goff (1990, p. 476), "é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, na febre e na angústia". Quanto à memória coletiva, a vê "como um instrumento e um objeto de poder".

exemplo, pelos Institutos: Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS).

Entende-se Taunay como um indivíduo dotado de algumas qualidades que lhe permitiram escrever e atuar em diferenciadas áreas. Apresenta-se como um exímio narrador, descritor, desenhista, conhecedor da história e da geografia mato-grossense, bem como exibe traços de uma personalidade detalhista, organizada e extremamente perfeccionista. Maretti (1996) apontou que, além das inúmeras obras produzidas pelo citado escritor, o mesmo realizou ainda traduções de livros de sua autoria e de livros e textos alheios. Apontou também que foram várias as edições e reedições de suas obras e que alguns de seus escritos foram adaptados ao cinema e ao teatro; é o caso, por exemplo, do romance *Inocência*. Essa obra foi a mais traduzida na Europa no século XIX – sendo três as traduções de que temos notícias (SANTOS, 2000, p. 15).

Sua maestria em desenhar legou-nos, ainda, uma vasta iconografia sobre Mato Grosso: são paisagens, aldeias, referenciais geográficos etc. Para Maretti (1996, p. 104-105):

A experiência adquirida na guerra contra o Paraguai é decisiva para a consideração do soldado-viajante como um narrador-viajante: tal condição é expressa nos inúmeros relatos de viagem, tanto os de caráter técnico-militar quanto aqueles em que o escritor exercita o seu virtuosismo descritivo, todos eles publicados durante e depois da guerra. A sequência narrativa segue linearmente a trajetória das viagens: os dias transcorrem um após o outro e as estradas, pontes e rios vão sendo enumerados a cada passo. Tal comportamento narrativo obedece a uma dupla imposição: a de corresponder às expectativas militares, de composição de relatórios técnicos minuciosos em que a catalogação de dados é o critério fundamental, e aquela ditada pela já tradicional perspectiva dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil e registraram passo a passo as suas impressões e observações.

A estudiosa dividiu as obras de Taunay acerca da Guerra do Paraguai em dois momentos: 1º) as obras produzidas durante a viagem de ida à Guerra do Paraguai, momento em que teve “tempo” para observar, escrever, analisar e registrar suas impressões, quer fossem com o olhar do “engenheiro militar”, quer do “expedicionário naturalista”; 2º) as obras produzidas após o seu retorno, quando recebeu a missão de levar notícias do ocorrido com a Coluna relacionadas à Retirada da Laguna para a corte imperial; a urgência da missão não lhe permitiu fazer anotações.

Suas vivências políticas lhe permitiram escrever sobre as *ciudades*, a *política* e a *sociedade imperial*, como também produziu *peças teatrais* que permitem compreender o universo da época imperial, seja rural, seja urbano. Das experiências nas duas fases da guerra, isto é, na Campanha de Mato Grosso e na Campanha da Cordilheira, produziu suas *narrativas de guerra*, como também grande parte de seus *relatos e descrições da natureza brasileira*; de sua convivência com várias etnias indígenas na Campanha de Mato Grosso, legou-nos preciosas informações sobre seus hábitos, costumes e vocabulários. Sua convivência com a alta sociedade permitiu-lhe ainda compor *biografias* de pessoas tidas “como ilustres” na época e, finalmente, com o intuito de legar à posteridade a “representação desejada” de sua existência, escreveu também suas *Memórias*, *Reminiscências* e *Autobiografia*. Taunay relatou ainda o processo de ocupação da região do baixo Paraguai (campos de Miranda, Piquiri, Vacaria e Nioaque) e registrou o cotidiano das propriedades, atividades econômicas, moradias, alimentação, entre outras. Enfim, ao mesmo tempo em que Mato Grosso mostrou variadas faces a Taunay, este construiu inúmeras representações acerca dessa província.

A credibilidade dos relatos de suas obras não era atribuída somente às anotações do seu diário de campo, aos argumentos e às interpretações, mas ao fato de ter estado lá, o que certificava, por escrito, o testemunho único das situações presenciadas e vividas. Seus textos

consagravam interpretações, representações, alteridades e interesses políticos, ao mesmo tempo em que sempre denunciavam a presença de Taunay como autor. Os objetos para onde dirigiu seu olhar foram alterados pelo modo como visualizou e representou a região e a guerra, pois o texto é o resultado das articulações de diferentes pontos de vista, de motivações, de recortes e de escolhas, tais como a valorização do Exército e da monarquia.

A vasta produção de Taunay, em especial as obras em que se dedicou a relatar a sua presença em solo mato-grossense, possibilita-nos compreender as dificuldades pelas quais passou o Corpo Expedicionário no sul de Mato Grosso e a conseqüente Retirada. Esse Corpo Expedicionário organizado pelo Governo Imperial, desde o início, enfrentou diferenciados problemas e esteve submetido a diversos comandos: primeiro, o Coronel Manuel Pedro Drago, seguido pelo Brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão, pelo Coronel Carlos de Moraes Camisão e, finalmente, pelo Major José Thomaz Gonçalves.

A morosidade que marcou os primeiros meses da expedição e outros imprevistos e improvisações submeteram o efetivo do Corpo Expedicionário a situações adversas que foram registradas por Taunay em várias obras de sua autoria, como *Campanha de Mato Grosso – Scenas de Viagem, Dias de guerra e de sertão, A Retirada da Laguna e Cartas da campanha de Mato Grosso, 1865-1866*. O exército brasileiro não contava com uma estrutura material, em nível de armamentos, atendimento médico e religioso, abastecimento de alimentos, além de desconhecer a geografia da região, constituindo-se, assim, o conflito em uma sucessão de erros, improvisos e imprevistos, em que, na maioria das vezes, as decisões a serem tomadas eram pensadas, discutidas e ordenadas a metros de distância do teatro de operações. Os oficiais do alto comando militar possuíam conhecimento da carência estrutural que tomava a Coluna e nem por isso deixaram de efetivar a marcha.

Taunay também narrou, sempre com tristeza, todas as inquietações, os problemas e os enfrentamentos com os paraguaios. Suas narrativas reforçam seu horror e sua perplexidade diante da guerra, da situação desprivilegiada do Exército, da fuga das populações para locais de difícil acesso, da destruição das vilas, dos povoados e das propriedades rurais e da proliferação das doenças e epidemias. Os corpos espalhados pelos campos e pelas matas, sem serem sepultados, e a fumaça gerada pelos incêndios das edificações reforçavam as representações de terror e de abandono da região e construíam o *outro* paraguaio, representado como incivilizado, incrédulo, invasor impiedoso que usurpava o território brasileiro e um inimigo que devia ser derrotado. As descrições dos incêndios das propriedades, dos edifícios religiosos e das vilas, a interrupção das vias de comunicação e a fuga da população para áreas afastadas reforçavam o cenário de horror e a barbárie dos paraguaios. Taunay seduzia seus leitores ao representar os gritos das mulheres, o choro das crianças, o vozear dos índios, os desentendimentos diante das urgências e os medos que todos tinham das tropas paraguaias (TAUNAY, 1927, p. 63). Ressaltamos que tais representações eram construídas por Taunay a partir das suas vivências em terras mato-grossenses e, em especial, no episódio da Retirada da Laguna. Nesse sentido, o “Paraguai era o ‘outro’, o inferno da civilização que sonhávamos. Era necessário fugir dele e extirpar seu horror” (ALAMBERT, 1999, p. 8). Assim, Taunay criava inúmeras fronteiras em Mato Grosso:

A fronteira entre a civilização e a barbárie, entre o progresso e o atraso, entre a lucidez e a loucura, entre o sonho e o pesadelo, entre Natureza e Cultura, entre o branco e o mestiço, entre o mestiço e o índio, entre o litoral e o sertão, entre o Romantismo e o Realismo, entre o Império e a República. O sertão é uma vasta fronteira de significados obscuros que o bom senso do Visconde quer desvendar. (ALAMBERT, 1999, p. 11).

Na obra *A Retirada da Laguna*, Taunay assumiu o fracasso da Coluna, entretanto narrou o episódio de forma romântica, épica e honrosa. O que se constituiu em um fracasso para o exército brasileiro adquiriu, nas sucessivas páginas de sua obra, outra dimensão, qual seja, a do patriotismo, da glória, da honra, da defesa e da entrega pela pátria. O atento leitor

passará por suas páginas com o sentimento de que, por mais adversidades que a Coluna tenha enfrentado, acabou por derrotar os paraguaios, alcançou Nioaque e cumpriu seu dever junto à pátria. Forjavam-se, dessa forma, heróis nacionais, datas a serem comemoradas e uma história patriótica repleta de feitos grandiosos.

Os *relatos e descrições da natureza brasileira* apresentam alguns elementos peculiares, quais sejam: a) relacionam-se mais aos aspectos ligados à natureza do que aos episódios que enfrentou na Campanha de Mato Grosso; b) apresentam caráter *descritivo* e *narrativo*; e c) descrevem com riqueza de detalhes as flores, os frutos, os rios, a mata, a paisagem, os animais e os acidentes geográficos.

Em sua obra *Campanha de Matto Grosso – Scenas de Viagem*, Taunay registrou diferenciadas impressões acerca dos aspectos relacionados ao relevo e à vegetação numa missão militar de reconhecimento na região dos Morros (Aquidauana/ Miranda). Dessa experiência, narrou:

Diante de nós abriam-se os campos além, com cerrados ao longe; á nossa direita, havia um matosinho com olhos d'água, e, á esquerda, levantava-se uma serra elevada, cujos cabeços mais proximos reflectiam ao sol, grandes quebradas vermelho-rubras, confundindo-se os mais afastados, n'uma linha continua, com o azul do céu.

A serra de *Maracajú* percorre a direcção constante media de N.N.E. a S.S.O., desde perto do piquiry até as ramificações na republica do Paraguay e na provincia do Paraná [...].

Sua estrutura geologica é de grés argiloso, compacto em certos pontos; tendo soffrido a acção de aguas, manifestadas, em muitos lugares, pelas extensas linhas paralelas, como já o haviamos observado na serra da cabelleira em Goyaz, e em outros setores, do caminho de Coxim [...].

A serra de Maracajú não foi, de certo, resultado de erupção, mas sim de levantamento, devido a algum terremoto, das camadas da região que a cerca, e que apresenta os mesmos typos geologicos.

A vegetação acompanha as dobras e declives da serra até o topo: só os pedaços de desagregação acham-se desnudados. (TAUNAY, 1923a, p. 47).

Por essa descrição, nota-se que sua formação de engenheiro-militar, aliada ao seu olhar atento de observador, possibilitaram que registrasse com riquezas de detalhes os aspectos geológicos e da vegetação da Serra de Maracajú.

Em outra obra, intitulada *Memórias*, o autor registrou seu “encanto aliado a perplexidade e espanto” com a variedade de animais com que se deparou em terras matogrossenses:

Pelas dimensões, chama logo as vistas o *surubi*, também denominado *surubim* e em Mato Grosso mais comumente *pintado*, por causa das malhas esbranquiçadas em fundo escuro. Peixe de pele, às vèzes com malhas irregulares pelo corpo, algumas formando como que losangos, tem cabeça chata, grande, barbas ou apendículos à maneira do bagre, olhos pequenos metidos em concavidades. A carne pouco espinhenta, é em extremo saborosa, sobretudo nos exemplares pequenos ou de tamanho regular, nos maiores, oleosa e bastante forte. Aliás, o *surubim* é bem conhecido, pois existe em muitos rios do Brasil e não raro se o pesca na Paraíba, Rio de Janeiro.

Cresce extraordinariamente, pelo menos a variedade ou espécie que se encontra em Mato Grosso, e chega, então no dizer de muitos, a atacar o homem. Por isto, o confundem com o *jaú*, cuja bôca enorme se escancara como a do jacaré. (TAUNAY, 2004, p. 212).

Taunay (2004, p. 212) narrou o medo que sentia ao atravessar os rios, povoados por seres monstruosos e perigosos:

[...] essas duas monstruosidades, o *jaú* e o *jacaré* se associam sempre no meu espírito com horror, pois, na passagem do rio Aquidauana que eu e o Lago acabávamos de atravessar a nado, poucos minutos depois de um camarada nosso, chamado Ciríaco, foi arrebatado à nossa vista por um desses dois medonhos entes. 'É um jaú!' bradaram aterrados os tropeiros, enquanto as águas no golfão que de súbito formaram, se tingiam de sangue do mísero. [...] À noite eu me via cercado dos mais extraordinários monstros naquelas ínvias e asselvajadas regiões, sujeito aos seus assaltos, dilacerado por eles, devorado!

Nessa narrativa, ocorre uma mudança abrupta em relação ao aspecto da natureza. As paisagens, os rios, as plantas, as frutas e os animais foram traduzidos em representações paradoxais. A natureza perdia o tom do edílico, do edênico e se transfigurava na representação do perigo a ser enfrentado constantemente e a qualquer momento. A variedade encantadora de peixes, como o pintado, o dourado, o pacu, transformava-se em um ambiente ameaçador e desconhecido, não civilizado e infernal. Taunay descreveu seu desagrado e repulsa com os insetos, com as matas fechadas e intransponíveis, com as chuvas torrenciais, com as enchentes e com os terrenos alagadiços, representados como "Malditas águas!", enfim, um paraíso que também era inferno (TAUNAY, 1868, p. 22). Assim, encantamento e detração misturaram-se nas suas descrições da natureza: um sertão bruto, despovoado, intocado, belo e com diversas potencialidades econômicas a serem exploradas no futuro.<sup>68</sup>

Ao descrever e reforçar as dificuldades ambientais e incidentes que enfrentava, procurava evidenciar os obstáculos à sua permanência, mais do que os desafios a serem superados. Eram elementos externos, desagradáveis, dificilmente superáveis e onde pouco poderia intervir. O risco sempre iminente de serem vitimados por ataques de animais selvagens, doenças, índios e obstáculos naturais aumentava as tensões e acabava por infernalizar a natureza e o homem mato-grossense.

As obras de Taunay também registram o processo de ocupação do território mato-grossense. A região do Baixo Paraguai, que compreendia as regiões de Miranda, Piquiri, Vacaria e Nioaque, nesse contexto, era conhecida como sertão bruto, ou seja, desabitado. O último local habitado em Nioaque era o retiro de João Pereira, "guarda avançada daquelas solidões", onde os viajantes poderiam obter suprimentos. Após, não haveria nem habitações nem indícios da presença humana, mas apenas "a vegetação virgem, tão virgem quando ahi surgiu pela vez primeira" (TAUNAY, 1930, p. 14). Taunay registrou as principais atividades econômicas desenvolvidas na região: a criação de gado e a produção de alimentos. No contexto da guerra, ele encontrou uma única plantação cultivada por um indivíduo chamado *Perdigão*. Sua moradia tinha sido destruída pelos paraguaios, porém a plantação foi preservada. Ali, foram encontrados abóboras, algodoeiros, melancias e "quimgombôs" (quiabos) (TAUNAY, 1868, p. 29-30). Nas proximidades de Aquidauana, relatou a existência de uma roça abandonada e de um pomar de laranjas, que pertenciam a Francisco Dias (TAUNAY, 1868, p. 104). Também registrou as atividades dos fazendeiros em suas propriedades:

A vida do fazendeiro é marcar, em certas épocas do anno, os bezerros, costear o gado, de quando em quando, e negociar com elle.  
Sua fazenda é uma área de terreno indeterminada, muitas vezes com 5, 10, 20 e mais legoas de extensão, tendo, em certo ponto, um rancho, coberto quase sempre de palha, raras vezes de telha, que serve de vivenda ao dono

---

<sup>68</sup> As discussões referentes à edenização e depreciativas da natureza foram analisadas por Holanda (2002), Souza (1986) e Novaes (1998).

d'essas gigantescas propriedades, onde caberão, á larga, dez a doze grãoducados ou principados allemães.

Ahi passará elle toda sua existencia; 50, 60 annos, sem que lhe corra pela idéa a necessidade de um melhoramento em suas terras, em sua palhoça, a fruição de um canto aprazível, de um pomar. Raras vaccas mansas rodeão um espaço limpo só pelas patas do gado; porém dezenas de milhares de rezes percorrem as suas campinas desertas e innumerous touros mugem ao longe. (TAUNAY, 1868, p. 60-61).

Taunay também registrou a presença do sertanejo, porém este foi representado em meio à natureza, confundindo-se com ela:

A indolencia parece ter assentado sua séde em Matto-Grosso.

Existe nos campos d'aquella provincia, uma população *sui generis*, meramente entregue á criação de gado, com habitos arraigados, que a inhabilitam para qualquer outro trabalho.

No districto de Miranda, ou se é negociante ou fazendeiro. (TAUNAY, 2004, p. 217).

O escritor teve contato com várias etnias indígenas, como Guaycurú, Chané, Terena, Laiana, Quinquináo, Guaná, entre outras, durante a Guerra do Paraguai e após o término do conflito. Eram os *outros*, as alteridades, ou seja, eram incivilizados, estranhos, nunca vistos e conhecidos. Havia um esforço reflexivo e constante de chegar a um saber sobre eles que justificasse uma intervenção civilizadora. Foram valorizados, por um lado, por serem puros e simples, pelo conhecimento da natureza, pelas técnicas de equitação e adestramento, por suportarem os tormentos infligidos pelos paraguaios, pela valentia e bravura durante o conflito e pelas alianças e relações de trocas que estabeleceram com as tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai (ao servir de guias, ao abrir picadas nas matas, ao auxiliar na cura dos doentes, ao fornecer alimentos e ao participar das batalhas contra os paraguaios); e, por outro lado, eram selvagens, primitivos, perigosos, covardes, arredios, esquivos, dissimulados, incivilizados e “destituídos de inteligência” (TAUNAY, 1997; 1961, p. 174).

Quanto à aparência física, seriam uma estranha humanidade, ou seja, bela, feia e deformada. A nudez, a rusticidade do vestuário, as pinturas corporais comprovavam sua inferioridade, selvageria, rudeza, animalidade e barbárie. Eram vistos como remanescentes de um estágio já ultrapassado pela humanidade e, pela situação de aviltamento e ignorância em que permaneciam, condenavam a si e à sociedade ao retrocesso. Entre Taunay e as populações indígenas, existiam padrões diferentes em relação ao corpo, à nudez, à sexualidade e à vergonha. No seu olhar, influenciado pela matriz intelectual europeia do século XIX, a nudez deveria ser banida e confinada à intimidade.

As relações e os laços que uniam pais e filhos foram depreciadas e vistas como incivilizadas:

D'essa submissão resulta a verdadeira venda que se executa entre o pae de uma mulher nubil e qualquer homem que a queira para companheira ou mero passatempo: a filha sujeitar-se-á á imposição paterna, aceitando sem murmurar o esposo, que lhe apresentem ou despresando aquelle, cuja separação aconselharem. (TAUNAY, 2004, p. 220).

Sobre as mulheres indígenas, registrou que seus corpos eram disformes em virtude da prolongada amamentação:

[...] amamentam as crianças por tempo indeterminado: vimos rapazotes de seis a sete annos, que vinham correndo suspender-se aos seios de suas complacentes mães.



Esta pratica faz com que, com a maternidade, fiquem as mulheres completamente estragadas: os seios, com a prolongada pressão, pendem-lhes ao longo do corpo, o qual também, pelo habito de carregarem as crianças cavalgando n'um dos quadris, fica arqueado e desengraçado. (TAUNAY, 2004, p. 220).

Outras descrições permitem-nos pensar o quão Taunay olhava esse “sertão distante, longínquo”, com o olhar do expedicionário-viajante-estrangeiro: “O casamento é cerimonia pouco usual [...]”; “por dinheiro obtem-se mulher [...]”; “o genio dos indios do districto, em que o ciume é sentimento quasi desconhecido [...]”; “aos 10 annos, mal apontam os seios, ainda não nubil, é a noiva entregue ao futuro marido [...]”; “esse habito de entregarem meninas e homens é geral [...]”; “as mulheres envelhecem com extrema rapidez [...]” (TAUNAY, 1868, p. 123-124).

Entretanto, mesmo sendo severo em relação à “aparência” do ponto de vista estético, Taunay se apaixonou por uma índia, da etnia Choronó (Guaná) e Chané. Assim a descreveu: “[...] Antonia, [era] filha de pae quinquináo e mãe guaná, que soube ser verdadeiro typo de belleza pela venustade de rosto, delicado da epiderme e elegancia de corpo, tinha summa graciosidade e donaire” (TAUNAY, 2004, p. 269).

Era Antônia uma bela rapariga da tribo *chooronó* (guaná propriamente dita) e da nação *chané*.

Muito bem feita, com pés e mãos singularmente pequenos e mimosos, cintura naturalmente acentuada e fina, moça de quinze para dezesseis anos de idade, tinha rosto oval, cutis fina, tez mais morena desmaiada do que acaboclada, corada até levemente nas faces, olhos grandes, rasgados, negros, cintilantes, bôca bonita ornada de dentes cortados em ponta, à maneira dos felinos, cabelos negros, bastos, muito compridos, mas um tanto ásperos.

Sobremaneira elegante de porte, costumava trajar, com certo donaire, vestidinhos de chita francesa, quando não se enrolava à moda dos seus numa *julata* que a cobria tôda até aos seios. (TAUNAY, 2004, p. 269).

Antonia estava prometida em casamento ao Tenente Lili e Taunay não mediu esforços para “tomar para si” a bela índia, a beleza selvagem, como foi registrado em suas *Memórias*:

E tão sedutora me pareceu que fiquei tolhido de surpresa e admiração e de súbito inflamado, achando-a muito, mas muito acima de quanta descrição me havia sido feita, até pela própria bôca do Lili, que se gabara, a mim, da formatura da amante.

Sabendo logo que essa gente pousaria perto, por causa da noite, chamei o sargente Salvador, já então meu *factotum*, e despachei-o a indagar quais os meios que poderiam impedir Miguel Ângelo (assim se chamava o pai) e a família que continuarem a viagem, mudando de intenções em relação ao Lili. Verdadeiro rapto esbocei. (TAUNAY, 2004, p. 269).

Para realizar a negociação, o pai de Antonia fez inúmeras exigências financeiras a Taunay, além de esclarecer que teria de obter o pleno consentimento da filha:

A primeira conferência entre meu embaixador e o índio foi infrutífera, fazendo êste grande alarde não só do cavalheirismo e bondade do tenente, como da amizade que lhe dedicava a rapariga.

Voltando o Salvador à carga, patentearam-se mais algumas disposições no sentido de qualquer acôrdo. Entretanto, as exigências por parte do chefe da família não eram pequenas – um saco de feijão, outro de milho, dois alqueires

de arroz, uma vaca para corte e um boi montaria – o que tudo importava, naquelas alturas e pelos preços correntes, nuns cento e vinte mil réis. Além disto, pleno consentimento da Antônia, que não se mostrava assim, sem mais nem menos disposta, a deixar o Lili que a esperava impaciente. (TAUNAY, 2004, p. 270).

Mas, encantado pela “bela índia”, Taunay aceitou as exigências de Antonia e do pai da moça, que foram consideradas exorbitantes. Por fim, incluiu nas negociações um colar de contas de ouro, conquistando a mão da pretendida:

Já noite fechada, fui ter com Miguel Ângelo para lhe significar que tudo aceitava, embora o meu intermediário se mostrasse positivamente indignado com semelhantes exorbitâncias. ‘Tôdas as índias juntas, objetava, e mais algumas brancas por cima, não valem todo êsse *despotismo* de cobreira!’ A fim de vencer a relutância de Antônia, levara-lhe eu um colar de contas de ouro, que, em Uberaba, me havia custado quarenta ou cinqüenta mil réis. Foi argumento irresistível! Assim mesmo ela, ainda que tôda embelezada do apeteido ornato, adiou para o dia seguinte o sim, mas pediu para ficar desde logo com o fascinador colar. Acedi de bom grado; mas o salvador se mostrou inflexível, tirando-lho das mãos: ‘Amanhã, amanhã, disse piscando um olho; conheço bem estas senhoras e as lograções que sabem pregar’. Vinte e quatro horas depois, todos os compromissos estavam saldados a contento das partes interessantes [...]. (TAUNAY, 2004, p. 270).

Em seus relatos, Taunay descreveu os momentos de convivência com Antonia na região dos Morros. Entretanto, esse “amor” foi interrompido quando se viu obrigado a retornar ao Rio de Janeiro.

As representações sobre as populações mato-grossenses eram carregadas de juízos de valor, de concepções das teorias raciais, de um homem que vivia na corte imperial e que tinha como referência o modelo civilizatório europeu. Pelo isolamento geográfico e cultural, eram consideradas incivilizadas, bárbaras, rústicas, resignadas, incultas, apáticas, indolentes, violentas, sem espírito empreendedor, supersticiosas, infensas às normas, à ordem e às leis, desprovidas de ambições, de iniciativas, de capacidades intelectuais e de aptidão à vida religiosa.<sup>69</sup> Seriam mais próximas à natureza do que à humanidade. Sua robustez física foi atribuída ao seu caráter pré-humano e à degenerescência gerada pela miscigenação. Sua ingenuidade aproximava-as das crianças, loucos, índios e dementes. Outras vezes, as retratava como tendo uma existência infantil e selvagem, pois prisioneiras de valores culturais do período colonial. Selvagens, evocavam um gênero de vida animal, por oposição à cultura humana. Enfim, viviam num mundo restrito e isolado, reflexo da natureza hostil e da degeneração racial.

## Os olhares de Taunay

Taunay sempre procurou aproximar-se daquilo que buscava compreender. Era um eterno questionador e curioso de tudo. Preocupou-se em compreender os modos de vida, bem como suas razões de ser, que foram representados como singulares, algo nunca visto e conhecido.

Olhar sugere uma reflexão, um diálogo constante com as referências culturais do observador e sua visão de mundo. Essas, diante do novo, podem ser negociadas, revistas, negadas ou reiteradas. Diante das diferenças, o universo cultural conhecido poderia ser

<sup>69</sup> Sobre o modelo civilizatório europeu, consultar Schwarcz (1993). Sobre a recusa em aceitar os mato-grossenses à vida religiosa, consultar Marin (2009).

reafirmado, colocando-se como central, ou seja, como o mundo da cultura e da civilização. A natureza, a população mato-grossense, a economia, as relações do homem com o meio ambiente e a sociedade tornaram-se objetos de observação, reflexão e classificação. Esses esforços objetivavam ordenar o mundo, esquadrihá-lo, classificá-lo, hierarquizá-lo, dominá-lo e remodelá-lo.

Assim, os relatos de Taunay tematizam a incomunicabilidade, a aridez, o desamparo, a rarefação demográfica, a reduzida produção de alimentos e preconizam as separações irreconciliáveis entre centro e periferia, civilização e barbárie, campo e cidade, progresso e civilização.

Seus escritos traziam imanentes as apropriações do território e do outro, ou seja, estratégias de poderes e saberes, de domínio, de controle e classificações, de inclusões e exclusões. Os encontros e desencontros etnográficos foram marcados por conflitos, por diálogos, pela negação da diferença e por negociações culturais. Seu olhar era ambíguo, ao mesmo tempo estrangeiro e familiar. Ao fazê-lo, por meio da intervenção modificadora e transculturadora, a região também recebeu modificações no seu caráter original ao incorporar essas representações à sua identidade, como, por exemplo, a de *fronteira-sertão*.

As representações de Taunay foram o resultado de vivências em terras mato-grossenses, que se tornaram objeto de observação, estudo e análise, pois o conviver é pautado no observar. Em suas narrativas culturais, a alteridade e as exclusões foram levadas ao extremo, colocando à distância o *outro*, com o fim de distinguir-se dele e fazer-se mais crível. Intolerante, não cessou de fabricar os outros e de deslegitimá-los. Mato Grosso seria outro *locus*, ermo, *fronteira-sertão*, onde o ser humano era colocado à prova. Ao mesmo tempo em que se autorrepresentava como próximo de Mato Grosso e dos mato-grossenses, conservava-se distante, excitando os processos geradores da alteridade e aprofundando as diferenças, pois se orgulhava de pertencer à civilização.

Por outro lado, ao percorrer Mato Grosso, emergiam os interstícios – as sobreposições e os deslocamentos dos domínios da diferença. Em situações de *deslocamento*, não ocorre “uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou ‘inerentes’ de transformação”. Diante de cada situação, a ambivalência e os antagonismos acompanharam “[...] cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a diferença do outro revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação” (BHABHA, 1998, p. 74-75).

Taunay enamorou-se da indígena Antonia e decidiu prolongar sua permanência. Durante a Guerra do Paraguai, ele também se deleitou com as belezas da natureza e das paisagens. Os adjetivos são variados: a vegetação era “bonita”, outras vezes “lindíssima”, com “ondulação sensível”, “verdejante” e com águas alvas. Refere-se Taunay (1868, p. 17):

Nosso pouso foi n'uma baixada viçosa, coberta por verdejante tapiz de bonita gramma, fronteiro a uma das cabeceiras do Taquarymirim e ao lado de bellos grupos de boritys. Lugar encantador para um espirito tranquillo, cheio de maravilhas para a imaginação de um poeta, fonte de inspirações para um adorador da natureza, não nos provocou elle mais do que o prazer do descanso, fruido depois de cançativa e morosa viagem de duas e meia legoas. [...] Da singeleza magestosa e melancolica do bority nunca se ha de fallar sobejamente. N'esse mesmo lugar, que denominámos Pouso dos Boritys.

Taunay se deliciou com as frutas silvestres e com as encontradas nos pomares de algumas propriedades. O pomar da fazenda Jardim “era cousa de pasmar aquelle formoso e basto agrupamento de grossas arvores carregadíssimas dos pomos mais sazonados e saborosos, sobretudo uns de casca fina, cujo sumo era verdadeira delícia” (TAUNAY, 1927, p. 114). O que nos permite afirmar que as representações sobre a natureza eram dicotômicas, ora eram edênicas ora eram depreciativas.

Analisar Taunay e suas obras é um desafio no mínimo desafiador. A riqueza de detalhes, a narrativa, a escrita, a poesia que caracteriza o conjunto de sua obra são capazes de encantar o desatento leitor. Porém, a grande maioria de seus escritos foi baseada em um diário de viagem, em suas anotações e naquilo que o substrato de sua memória permitiu guardar e/ou selecionar. De qualquer forma, uma leitura atenta e minuciosa permite-nos não só visualizar aspectos do cotidiano, da natureza e da vida privada daquele contexto histórico, como também desvendar a partir de quais referenciais e de qual “lugar social” essas representações foram construídas e constituídas sobre a província de Mato Grosso.

## Referências

ALAMBERT, Francisco. **Civilização e barbárie, história e cultura**. Representações culturais e projeções da “Guerra do Paraguai” nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. 1999. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BALZAN, Elisa Maria. **A criação da diferença na obra A Retirada da Laguna de Visconde de Taunay**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai o ‘mar interno’ brasileiro**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CAMPOS, Marcia. **As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso (1834-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante e a construção da imagética de Mato Grosso**. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Paisagem e memória na literatura de/sobre Mato Grosso: um olhar sobre a obra de Alfredo Taunay. **Revista Eletrônica do GELCO**, v. 1, p. 649-658, 2008a.

\_\_\_\_\_. Taunay viajante: uma contribuição para a historiografia literária brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 46, p. 217-240, fev. 2008b.

\_\_\_\_\_. Mato Grosso na literatura brasileira: imagem, memória e viagem. **Polifonia (UFMT)**, v. 1, p. 83-92, 2009.

\_\_\_\_\_. Paisagem e memória na ficção do Visconde de Taunay. **Revista Alere**, v. 2, p. 27-35, set., 2009.

\_\_\_\_\_. **Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2013.

- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Campinas, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1.
- GALETTI, Lyliya da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. **Memória e história**. Campinas: Unicamp, 1990. 423- 483.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. **O Visconde de Taunay e os fios da memória**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- MARIN, Jérri Roberto. **A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia**: o acontecer e desacontecer da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2009.
- MEDEIROS, Sergio. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <[http://reviravoltadesign.com/080929\\_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria\\_e\\_identidade\\_social.pdf](http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2016.
- SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. A literatura comparada no extremo oeste do Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Ciclos de literatura comparada**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2000. p. 11-21.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870/1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Gislei Martins de. **Incursões de fronteira**: as contradições da modernização brasileira no sertão mato-grossense segundo o Visconde de Taunay. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai ontem e hoje**: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003). Campo Grande-MS: Ed. da UFMS, 2015.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay. **Campanha de Matto Grosso**. Scenas de Viagem. 2. ed. Il. São Paulo: Livraria do Globo; Irmãos Marrano Editores, 1923a.

\_\_\_\_\_. **Reminiscencias**. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1923b.

\_\_\_\_\_. **Dias de guerra e de sertão**. 3. ed. Il. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1927.

\_\_\_\_\_. **Marcha das forças**. Expedição de Matto Grosso (1865-1866). Do Rio de Janeiro ao Coxim. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1928.

\_\_\_\_\_. **Visões do sertão**. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1928.

\_\_\_\_\_. **Em Mato Grosso invadido** (1866-1867). São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo; Cayeiras: Rio de Janeiro, 1929.

\_\_\_\_\_. **Céus e terras do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. **Cartas da Campanha de Matto Grosso** (1865-1866). Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1944.

\_\_\_\_\_. **História das bandeiras paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1961. Tomo II.

\_\_\_\_\_. **Inocência**. 34. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

\_\_\_\_\_. **Scenas de Viagem**: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

\_\_\_\_\_. **A Retirada da Laguna**: episódio da Guerra do Paraguai. Tradução e Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Retratos do Brasil).

\_\_\_\_\_. **Memórias**. Organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.

Recebido em janeiro de 2017.  
Aprovado em janeiro de 2018.

**Artigos**





<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-8>

## A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS SOBRE A CIDADE DE ARAGUARI-MG

*Maria Gisele Peres\**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a construção de marcos de memória que ganharam espaço no circuito de difusão de uma história que foi dada a ler sobre a cidade de Araguari-MG. Nele sigo a trilha de evidências que permitem compreender a construção de sentidos sobre seu passado. Narrativas de viajantes, livros de memorialistas códigos de postura que objetivavam organizar os espaços da cidade, abrem a oportunidade de refletir sobre o processo de produção social de lembranças e esquecimentos, descortinando também diferentes tentativas de intervenção nos espaços que a constituem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memórias. Espaços. Cidade.

**ABSTRACT:** This article goal is to present some reflections about memory milestone creation. These milestones have been motive of some attention as they diffuse a story on the history of Araguari, state of Minas Gerais, Brazil. In this paper, I follow a trail of evidences that allow us to understand the construction of the past. Travel narratives, memoirs, and social conduction books, which had the intent of organizing the city spaces, open the opportunity of reflection about social production process of creating memory and oblivion. This reflection discloses many attempts of intervention in the constitutive spaces of the city.

**KEYWORDS:** Memories. Spaces. City.

Ao pesquisar o processo no qual foram produzidas, selecionadas e publicizadas memórias sobre a cidade de Araguari-MG foi possível desvendar a construção de uma versão sobre a história dessa cidade, a qual deixou de fora outras histórias, especialmente as relacionadas aos viveres de trabalhadores.<sup>70</sup> A tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, teve como objetivo principal desconstruir consensos, problematizando marcos de memórias instituídos, para que fosse possível encontrar, então, outros sentidos sobre o viver nessa cidade. Neste artigo, apresento algumas reflexões que compõem a tese de doutorado que desenvolvi. Para isso, focalizo especialmente a construção de marcos que ganharam espaço no circuito de difusão de uma história que foi dada a ler sobre a cidade; processo que, ao ser investigado, descortinou também diferentes tentativas de intervenção nos espaços que a constituem.

Nessa direção, com a intenção de apresentar uma cidade que vai sendo delineada nas disputas<sup>71</sup>, tomo como ponto de partida a década de 1980, momento no qual teve início um “inventário” de dados e fatos sobre Araguari que, posteriormente, deram vida a seu Arquivo Público Municipal.

---

\* Professora de História do Instituto Federal Catarinense, *campus* São Bento do Sul. Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>70</sup> As reflexões presentes neste artigo compõem a tese de doutorado: “Espaços e Linguagens: marcos de memórias nas histórias de Araguari-MG/1888, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Célia Rocha Calvo, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, defendida em 14 de agosto de 2014.

<sup>71</sup> Sobre essas reflexões, foi fundamental a leitura do texto: FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. (FENELON, 1999, p. 5-13).

Ao problematizar as disputas que se colocavam pela cidade naquele tempo presente (1988 – ano da comemoração do seu centenário), foi possível entender como aquelas escolhas contribuíram para a produção social do esquecimento por meio do silenciamento e/ou pela apropriação e expropriação dos sentidos que referenciavam outros modos de viver.

Essa percepção foi aguçada quando entrei em contato com o livro produzido em comemoração aos 100 anos da cidade. “Araguari: cem anos de dados e fatos” é a reunião e talvez um resumo de vários documentos considerados oficiais – especialmente decretos, atas e fotografias – que narram a história de sua “evolução”: de arraial até o momento no qual foi publicado. De caráter informativo, a história que por meio dele ganha visibilidade anula as tensões vividas.

A leitura a contrapelo – lançando novas questões aos mesmos suportes de memórias que foram utilizados como meios de fundamentar os marcos explicativos sobre o passado de Araguari que estavam sendo produzidos e/ou reforçados na década de 1980 – possibilitou novos olhares sobre ela, abrindo a oportunidade de acompanhar diferentes dimensões da vida na cidade e a recorrente busca por projetar a imagem de uma cidade “desenvolvida”. A partir daí foi possível problematizar também escolhas que contribuíram para produzir social e espacialmente diferenciações na cidade.

Foi nesse sentido que o processo de amadurecimento das reflexões conduziu à percepção de que o fundamental não é apenas apontar que existe uma história sobre a cidade que se tornou “oficial”, mas, sim, buscar apreender os diversos sentidos e interesses que fazem da memória um campo de disputas: as tensões, os conflitos, as resistências, as aceitações e as conformações que compõem o viver nesta cidade e que conduziram à produção de tal história.

Por isso, a categoria memória não pôde ser vista como um simples campo de preservação, mas fundamentalmente como um campo de lutas. Isso porque o embate entre os diferentes interesses produzidos socialmente nas relações que são classistas não pode ser desvinculado da produção de memórias que se tornaram públicas e, conseqüentemente, dos sentidos que são atribuídos ao passado.

Ao falar sobre memórias públicas refiro-me àquelas memórias que ganharam projeção no espaço público por meio das escolas, dos poderes públicos, da imprensa, de livros, de celebrações, nos nomes de ruas e praças, assim como por meio de monumentos. Dialogando com as proposições colocadas pelo Grupo de Memória Popular, considero que refletir sobre essas memórias possibilita refletir também sobre o processo de produção social da memória, uma produção que, segundo o Grupo, é coletiva, na qual “todos participam, embora, de maneira desigual” (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2004, p. 283).

Nessa direção, se fez importante compreender o processo dessa produção, questionando como e por que ocorreu a cristalização de algumas versões sobre o passado da cidade, buscando problematizar especialmente o lugar reservado às memórias dos trabalhadores em Araguari: como elas foram incorporadas ou silenciadas ao longo de um processo de institucionalização de uma história sobre a cidade?

Assim, foi a partir dessa percepção que se impôs, de forma mais contundente, a necessidade de compreender sua natureza histórica. Afinal, quais são os sentidos de sua existência? Na busca por essa compreensão, deparei-me com seus espaços saturados de memórias. O traçado que ganhava forma e sentido nos suportes pesquisados indicava diferentes tentativas de ordenar e delimitar seus espaços com a intenção implícita – outras vezes explícita – de estabelecer o lugar social que caberia às classes que a compõem.

Se a paisagem da cidade, como propõe Marcel Roncayolo, não é natural, mas uma construção histórica,<sup>72</sup> quais as razões para seu traçado? Como ele se conecta ou não aos marcos de poder que foram instituídos?

Ao buscar compreender sua natureza histórica, a construção de marcos de poder e a historicidade dos modos de viver que nela se fizeram, especialmente de trabalhadores,

---

<sup>72</sup> Refiro-me aqui ao texto: Roncayolo (1984, p. 396-487).

encontrei no livro “Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)” caminhos para a reflexão proposta.

Este livro foi organizado e publicado em 1961, por Maria Paula Fleury de Godoy, a partir do diário escrito por sua mãe, Augusta de Faro Fleury Curado, escrito em 1896, e que tinha como intenção registrar a viagem que esta empreendeu com sua família, como o próprio título indica, da então capital federal até a antiga capital do estado de Goiás. A organizadora participou também da viagem, na época ainda criança, e fundamenta sua decisão em publicar as memórias de sua mãe como uma forma de homenageá-la.

Augusta de Faro Fleury Curado, filha do conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, nasceu em Curitiba, quando sua família lá residiu no período em que seu pai foi Governador do Paraná; todavia, viveu parte de sua juventude na cidade do Rio de Janeiro. Conheceu Paris quando seu pai representou o Brasil em um Congresso de Direito Penitenciário em Estocolmo. Também conheceu o Espírito Santo e o Ceará, acompanhando sua família quando o conselheiro atuou como governador desses estados. Além disso, viveu em São Paulo no período em que ele dirigiu a Faculdade de Direito. O marido, Sebastião Fleury Curado, seu primo, foi advogado e político. Embora o tenha conhecido em São Paulo, este, nascido em Goiás, decidiu mudar-se do Rio de Janeiro para sua terra natal. Daí o motivo da viagem.

No prefácio, escrito em 1961 pela filha, chama a atenção a descrição da chácara onde viveram na Cidade de Goiás, os costumes de sua família e o temperamento de sua mãe. A partir dele é possível depreender que sua família gozava de privilégios típicos de uma família abastada. Sobre a casa em que viveram em Goiás, a filha diz:

A casa era uma alegre vivenda sôbre um outeiro, com uma porção de janelas verdes e um jardim na frente, comunicando com um terraço lateral. Jardim e terraços suspensos sôbre a cidade, desvendando um belo panorama. O quintal – um vasto pomar... (GODOY, 1961, p. 8).

O jardim e o terraço revelam uma casa grande e confortável, provavelmente um palacete que contrastava muito com as choupanas e os casebres avistados pela família e registrados por Curado ao longo da viagem.

Sobre a autora do diário, é plausível dizer que, apesar de ter se resignado a deixar o Rio de Janeiro para viver em Goiás, não aceitou os costumes deste lugar. Embora a filha diga no prefácio que sua mãe “identificou-se de corpo e alma à terra do marido” (GODOY, 1961, p. 17), o fato de que “nunca soube sequer o gosto de um pequi, e mesmo de uma pamonha...” (GODOY, 1961, p. 8) indica que havia algumas lacunas nesta identificação.

Todo o ambiente no qual viveu e no qual construiu suas referências deve ser levado em consideração para que seja possível compreender a visão que construiu em torno dos lugares que conheceu ao longo da viagem empreendida, especialmente a cidade de Araguari, lugar que ganhou espaço em dois pequenos capítulos do livro. Curado e sua família chegaram em Araguari na data de 29 de agosto de 1896 e permaneceram durante vinte dias, quando então continuaram a viagem rumo a Goiás.

Levando em consideração a historicidade de suas vivências, busquei fazer uma interpretação dos registros de suas memórias sobre a vida social em Araguari sem perder de vista as condições nas quais foram produzidas, especialmente no que diz respeito à perspectiva que marca aquele momento histórico.

O momento de sua vida e da viagem que a levou a passar por Araguari coincide com um período no qual estava colocada a necessidade de integração nacional, que se organizava com diversas frentes de colonização a partir de projetos como expansão de ferrovias e telégrafos que, para colonizar o Brasil, justificavam suas práticas enquanto missão civilizatória.

Ao pesquisar sobre a Comissão Rondon e a expansão de redes telegráficas como um projeto republicano que visava integrar e civilizar a nação, Laura Antunes Maciel traz elementos que corroboram as reflexões sobre este período. De acordo com a autora:

a nação brasileira nos primeiros anos republicanos estava por um fio; ela não estava pronta, mas, no constante fazer-se que caracteriza a nação, ela estava em expansão para o Norte e o Oeste do País – via expansão de uma cultura técnica e positivista –, tentando transformar espaços “vazios” em territórios e “populações dispersas” em brasileiros, produzindo uma população homogênea capaz de se reconhecer como uma unidade e parte de uma “comunidade nacional”. Essa ideia dá a dimensão da tensão cultural presente nesse fazer-se da Nação na sua busca por legitimidade, na afirmação de sua hegemonia e do poder republicano, enfrentando outras culturas e modos de vida, construindo identidades e homogeneidades onde antes existia uma diversidade – cultural, étnica e social. (MACIEL, 1998, p. 38-39).

Assim, não é à toa que Curado chega pelos caminhos traçados pela ferrovia. Ainda que a linha de tráfego de passageiros terminasse em São Pedro do Uberabinha – mais tarde, Uberlândia –, a família de Curado chegou a Araguari pelos trilhos da Estrada de Ferro, valendo-se de um trem de lastro – com seus vagões abertos – então utilizado por engenheiros.

A primeira impressão que Curado registrou da cidade evidencia a visão de um lugar no qual o projeto republicano de integrar e “civilizar” ainda não havia chegado, impressão que permanecerá ao longo de sua narrativa sobre Araguari:

Logo adiante, apareceu a primeira casa. Teto de palha, paredes de barro, uma choupana. Dormiam. Passamos. As choupanas foram se multiplicando até que em uma delas vimos à porta uma mulher, tendo na mão uma candeia de forma das candeias romanas. Seria uma pitonisa, procurando ler nos astros o destino dos homens? Ou algum espectro que, fugindo do túmulo, vagasse àquelas horas mortas? Nada disso. Era uma simples roceira, que acordava com o nosso tropel e vinha ver o que era! Corremos pressurosos para ela e indagamos da moradia de Alfredo. – “Lá embaixo, pra riba do hotel”. Tão mal informados, procuramos achar o hotel. Casinha branca, sem taboleta, que, felizmente, estava aberta e, numa sala, alguns homens bebiam cerveja. (GODOY, 1961, p. 36-37).

O estranhamento ganha centralidade em sua narrativa. Se, para ela e o grupo ao qual pertencia, o Brasil era sinônimo de Rio de Janeiro e São Paulo, os lugares pelos quais passava, considerados como “interior”, passam a ser vistos como uma região de gente inculta, de um povo que, para fazer parte da nação, necessitava ainda ser inventado.

Valendo-me das palavras de Maciel, naquele momento, falar do interior, dos sertões do Brasil

[...] era falar da região pouco além de Bauru, do “vazio” que a partir daí se estendia até o Paraná, de vastas porções de Mato Grosso, Goiás e Amazonas, estados que, no alvorecer da República, “não tinham visto ainda a entrada triunfal da locomotiva”. (MACIEL, 1998, p. 96).

Trata-se de áreas de difícil acesso, por isso, tão estranhas a Curado e insistentemente registradas por ela como lugares abandonados. Essa concepção é construída e se fortalece ao longo de sua narrativa:

É uma cidade ainda nova; as casas são todas de telha *á vent*; não há um só sobrado. A Igreja data de tempos coloniais; os santos de colorido vulgar, muito vivo, parecem todos portugueses. O cemitério é um quadrado cercado por um muro branco. As sepulturas são rasas, tendo apenas uma cruz de madeira, onde se vê o nome do defunto. A grama cresce inculta, os animais lá entram a seu bel prazer; um cemitério abandonado, enfim. Junto do muro, do lado de fora, os tropeiros fazem fogo; não há respeito algum. No centro da cidade corre um riacho, que o divide em duas partes: de um lado tem nome de Goiás, e do outro, de Minas. A cadeia é velha e se assemelha a uma casa

de banhos. O povo é bom e muito agradável. O comércio pequeno; há uma padaria, uma sapataria, duas farmácias e algumas casas de comércio. A cidade está a 750 metros acima do nível do mar. Venta sem cessar e a poeira é horrível! Um pó vermelho e pegajoso. (GODOY, 1961, p. 38).

Curado utiliza como mediadora a cidade do Rio de Janeiro a partir da qual traça comparações, identificando semelhanças e diferenças, construindo, assim, a partir dela, sua visão sobre Araguari. Por isso, certos valores e comportamentos por ela observados não condiziam com suas referências.

Partindo dessa perspectiva, reduz seus moradores a meros “roceiros ignorantes”: “há ainda muitas superstições e costumes africanos por aqui. Pobre gente!” (GODOY, 1961, p. 38); “Vi um índio da tribo dos Cherentes [...] A falar a verdade, tive medo” (GODOY, 1961, p. 39). Além de demonstrar surpresa no fato de que as conversas de homens e mulheres eram sobre “galinhas, ovos, chuva, sol, a queda da ponte, a carestia de alimentos” (GODOY, 1961, p. 38).

Possivelmente, a desqualificação que faz da “pobre gente” que encontrou em Araguari esteja ligada à “tendência dos grupos dominantes” e intelectuais brasileiros naquele processo social vivido, de transição para o regime republicano, que negava as diferenças e idealizava um povo que deveria ser “fabricado”.

Essa foi uma problemática abordada por Carlos José Ferreira dos Santos em sua obra “Nem tudo era italiano”. A forma como estudou e desconstruiu o mito do imigrante europeu como modelo para a formação da nação brasileira contribui para as reflexões sobre como os trabalhadores nacionais, especialmente negros e índios, eram vistos. Ao estudar a cidade de São Paulo da virada do século XIX e do início do XX, Santos, preocupado em encontrar os trabalhadores nacionais, apresenta as diversas formas como estes eram desqualificados frente aos imigrantes europeus. Nos materiais pesquisados pelo autor, os imigrantes europeus aparecem como “os elementos indiscutíveis do nosso progresso” (SANTOS, 1998, p. 41), aqueles que “branqueariam” a cidade de São Paulo e quiçá o próprio país, contribuindo com o modelo de civilização cujo padrão idealizado era a Europa, assim como era nela que deveria ser espelhado o “desenvolvimento” desejado.

Ao operar distinção à medida que relata, Curado necessita identificar que encontrou ex-escravos e índios, o que indica um forte indício de que estes, assim como os nacionais pobres dos quais fala Santos, eram considerados fora dos padrões socioculturais desejados para a época.

Por isso, nas versões produzidas nos registros de sujeitos que viveram este processo histórico, os trabalhadores são tratados como uma “pobre gente” não-civilizada. Todavia, embora vistos dessa forma, o que interessa é que aquelas “pobres gentes” – negros libertos, índios ou camponeses – se intrometeram no dia a dia de Curado durante o período no qual permaneceu em Araguari, ganharam visibilidade social nos registros que produziu e que guardam evidências de práticas e modos de viver do final do século XIX.

Eram sujeitos que viviam em choupanas – assim definidas por Curado –, ou seja, casas construídas por eles mesmos com os materiais disponíveis, barro, madeira, palha; vivendo principalmente da produção de produtos agrícolas; utilizando a água do córrego que dividia a cidade para beber e, possivelmente, também para lavar suas roupas.

Essas presenças são evidências de práticas sociais que não ganharam espaço nas produções que optaram por narrar a gênese do município focalizando “bandeirantes e fazendeiros”, mas que estavam ali na cidade real que nascia, imprimindo nela seus modos de viver.

Tendo em vista este horizonte de reflexão, e seguindo indícios deixados por Curado, importa destacar que, naquele final de século, ocorreu a inauguração da Estrada de Ferro Mogiana, que passou a ligar Araguari ao estado de São Paulo. Sobre esta inauguração, a viajante registrou as seguintes impressões:

Inaugurou-se a Estrada de Ferro durante a nossa estada em Araguari. Imaginem que barulhada. Veio da roça não sei quanta gente para ver o “bicho que lança fogo e tem partes com o diabo”... Houve uma mesa de doces, brindes, muita cerveja. As senhoras em grande toalete, na Estação, esperando a máquina que vinha tôda enfeitada com bandeiras. Quando, porém, ela apitou, foi uma corrida por ali a fora. Mulheres tiveram ataques, homens velhos juraram que nunca se serviriam de semelhante cousa, que urra feito bicho e tem fogo no corpo. Os moleques corriam de pavor, derrubando os taboleiros de biscoitos. E enquanto isso a máquina entrava triunfal na pequena estação de Araguari. Durante muitos dias só se falou na tal invenção do capeta. (GODOY, 1961, p. 39-40).

Embora, mais uma vez, Curado demonstre surpresa e ridicularize a reação daqueles que desconheciam a máquina a vapor, a ideia de “entrada triunfal” sugere que aquele acontecimento é visto por ela como um momento inaugural, não apenas da ferrovia, mas principalmente da própria cidade. É a visão da ferrovia desorganizando modos de viver que a autora considerava antiquados.

Em que pese o menosprezo que a autora delega àquela “pobre gente” ou aos que vieram da roça para a inauguração, a inegável historicidade que compõe o entrelaçar de trilhos e asfalto que permanecem em Araguari fez refletir acerca da “tal invenção do capeta” constituindo-se em elemento fundamental para a compreensão da natureza histórica desta cidade que, com a chegada da ferrovia, vai se organizar e se expandir ao redor das linhas do trem.

A partir dessa inauguração em 1896, Araguari passou a ser o ponto final da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Esta tinha como função ligar a região do Triângulo Mineiro ao estado de São Paulo, sendo sua sede a cidade de Campinas. Anos depois tornou-se, também, o ponto inicial da Estrada de Ferro Goiás, instalada em 1909, cujo objetivo era ligar o estado de Goiás aos trilhos da Companhia Mogiana e com isso ao estado de São Paulo e, como consequência, ao litoral brasileiro. Seu ponto final era a cidade de Anápolis, mais tarde transferido para Goiânia, cuja estação foi inaugurada em 1950.<sup>73</sup>

As linhas do trem atuaram durante décadas em Araguari e estimularam uma profunda ligação entre esta cidade e o estado de Goiás. De acordo com a Revista dos Estados, por Araguari eram escoados produtos agrícolas, especialmente arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar, alho, trigo, mandioca e fumo, além de rebanhos de bovinos, equinos e suínos e produtos industrializados como charque, aguardente, farinha de mandioca, de trigo e de milho, manteiga, leite, banha, cortiça, guaraná, rapadura, calçados, doces, massas, biscoitos, café torrado e moído.<sup>74</sup> Ou seja, uma produção que, vinda do campo, era transformada em outros produtos na cidade, ou ainda, apenas transportada para outras regiões, especialmente indo ou vindo do estado de Goiás, cujas cidades escoavam sua produção e adquiriam produtos por meio dessas empresas ferroviárias.

---

<sup>73</sup> Importa dizer que ser o ponto final e inicial dessas empresas também significava colocar a cidade em um lugar de poder político e econômico na região. Lugar este que era constantemente disputado e que foi perdido com a transferência, em 1954, da diretoria da Estrada de Ferro Goiás para Goiânia. Em 1957, a Estrada de Ferro Goiás foi incorporada à Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, permanecendo o funcionamento da estação de passageiros na cidade até 1973, quando, então, foi inaugurado um novo terminal ferroviário, na Avenida Coronel Belchior de Godoy, próximo à saída para Caldas Novas, e encerrando o transporte de passageiros na cidade. O que levou à desativação da Estação da Goiás. O prédio da estação voltou a ser utilizado apenas em 2005, quando passou a ser sede da Prefeitura Municipal. Também a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro foi incorporada, em 1971, pela Ferrovia Paulista S/A – FEPASA e encerrou suas atividades em Araguari em 1973. No final da década de 1970, o prédio da estação desta companhia foi demolido para a abertura da Avenida Batalhão Mauá. Para compreensão desse processo foi importante a pesquisa nas Atas da Câmara Municipal e no Jornal Gazeta do Triângulo da década de 1950, assim como as seguintes leituras: Pereira (2006) e Peixoto; Vieira (2012).

<sup>74</sup> Esses são os produtos que encontrei de forma recorrente ao longo da pesquisa e que são referenciados também na REVISTA DOS ESTADOS, Rio de Janeiro, ano XLIX, n. 407, ago. 1955, p. 3.

Além disso, as trocas não podem ser resumidas apenas ao movimento comercial. A ferrovia trazia também pessoas que, por motivos diversos, começavam a utilizar o transporte ferroviário. Para atendê-las foram construídos bares, restaurantes, hotéis, pousadas etc.

Como parte do processo “civilizatório” aberto pelas ferrovias chegaram também padres holandeses da congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria e freiras belgas da Congregação de Maria, com a missão de evangelizar e “educar” a população desta região. Não por acaso foram fundadas por eles escolas confessionais particulares – o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1919), para meninas, e o Colégio Regina Pacis (1926), para meninos –, ambos voltados para o atendimento de filhos de famílias abastadas da cidade e região.

Assim, ao abrigar essas duas ferrovias, Araguari passava a ser um ponto estratégico para a circulação de mercadorias e pessoas que iam e vinham a partir dos trilhos da Mogiana e da Goiás.

Trata-se de um processo que foi vivido também em outros lugares, como parte do projeto de integração nacional e de alteração nos padrões de acumulação de capital. Ao pesquisar a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Célia Rocha Calvo refletiu sobre a força transformadora que a ferrovia impelia aos locais por onde passava. Associada aos interesses de seus proprietários e de fazendeiros que necessitavam de mão de obra e de escoar sua produção, a expansão ferroviária foi responsável pelo crescimento de pequenos povoados, bem como pela fundação de cidades. Espaços estes que passavam a ser planejados para atender os interesses desses grupos.

Segundo Calvo, essas práticas foram responsáveis também pela alteração das relações sociais que podem ser observadas:

[...] no movimento de remodelação do espaço público, na constituição de novos códigos para regular modos de viver e de comportar das pessoas, no fortalecimento dos poderes públicos locais, desencadeando novas práticas e instituições que procuravam estabelecer o controle da vida e do trabalho dos velhos e novos moradores. (CALVO, 1994, p. 27-28).

Em Araguari, esse processo não foi diferente. Ao observar o traçado da cidade, é possível perceber a forma como ela foi organizada ao redor dessas empresas ferroviárias e de outras empresas que ali passaram a se estabelecer a partir de suas relações com as ferrovias.

Com a chegada das ferrovias, a cidade, que no final do século XIX tinha apenas “uma padaria, uma sapataria, duas farmácias e algumas casas de comércio” (GODOY, 1961, p. 38), vai se expandindo no entorno do entroncamento entre a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Goiás e próximo ao córrego Brejo Alegre. Índícios permanecem em sua arquitetura. Nessas áreas, ainda podem ser vistos antigos prédios que serviram como hotéis, casas comerciais, armazéns, fábricas – principalmente serrarias, charqueadas, curtumes, máquinas de beneficiar arroz e olarias.

Frente a essas transformações colocava-se também a expectativa das classes que se faziam dominantes sobre como a cidade deveria ser organizada. Para elas, fazia-se necessário racionalizar seu plano, ou mesmo criar um “plano” para a cidade, adaptando-a às exigências da circulação.<sup>75</sup>

Este plano foi solicitado pela Câmara Municipal e pelo Agente Executivo ao então engenheiro ferroviário Achilles Widulick, que fora responsável pela construção do trajeto da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro entre Uberlândia e Araguari. O projeto apresentado por ele foi aprovado e sua proposta se materializou na Lei nº 50 de 1898, que determinava a demarcação, o alinhamento e o nivelamento de ruas e praças de Araguari.

<sup>75</sup> Sobre as necessidades que impulsionam a produção de planos para as cidades, ver: Roncayolo (1984, p. 440).

Assim, junto com as ferrovias, vieram também as reformulações do traçado da cidade. Em outras memórias, essas transformações foram foco de preocupação, evidências dessas profundas transformações. Dentre elas, destacam-se algumas considerações feitas pelo padre Elói Kee, no livro que escreveu sobre a história do Colégio Regina Pacis.

Na introdução do livro, intitulado “Histórico do Colégio Regina Pacis”,<sup>76</sup> seu autor afirma que escreveu esta obra a partir da insistência de Abdala Mameri<sup>77</sup> e com a intenção de deixar registrados “alguns episódios da história do Regina Pacis” (KEE, [197-?], p. 5), colégio fundado em 1926 por padres holandeses da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria.

Importa dizer que esses padres chegaram na região no início do século XX como missionários que, por meio da difusão do ensino formal, objetivavam também difundir, ou mesmo reafirmar, o catolicismo. Assim, seu livro fala das adversidades vividas por eles em “benefício da Pátria e da Igreja” (KEE, [197-?], p. 8).

Ao longo do livro, foram registradas memórias que dizem respeito a essas experiências. É direcionado a um público leitor que seria principalmente o religioso, que porventura buscasse conhecer melhor como foi a atuação dessa congregação em Araguari, e ex-alunos. Estes alunos eram provenientes de famílias que podiam arcar com os custos da educação formal, tratando-se, especialmente, de filhos de comerciantes e fazendeiros que naquela época estudavam no colégio em regime de internato.

Todavia, embora o foco tenha sido o colégio, Kee registrou pautas que estavam presentes nas “rodas de conversa” daqueles que compartilharam desses projetos “civilizatórios” ou de expansão das relações capitalistas pelo “sertão”:

No começo deste século [XX], mormente após tornar-se terminal da Estrada de Ferro Mogiana, Araguari sentia-se colocada entre as cidades com grande futuro.

[...] Cochichavam que Araguari seria Nova Chicago; o progresso haveria de ser irresistível.

Bem acertadamente contrata-se urbanista famoso que projeta a planta perimetral, circundada de largas avenidas. Araguari estava preparada para receber o futuro. Até hoje merecem louvor os iniciadores desta medida previdente.

Contudo, embora as ruas novas se alargassem e as praças projetadas fossem respeitadas, Araguari provisoriamente continuava sendo cidadezinha do interior.

As ruas e praças planejadas ofereciam farto pasto aos equinos e bovinos e as datas espaçosas serviam otimamente de chiqueiros. As galinhas e demais galináceos vasculhavam livremente sem serem incomodadas, a não ser pelos vira-latas. (KEE, [197-?], p. 7).

Sua narrativa descortina o elemento da contradição no interior desse projeto: ao que tudo indica, havia uma distância entre aquilo que era projetado e aquilo que de fato era vivido.

A forma como o autor indica ver e viver a cidade fundamenta sua comparação com Chicago, cidade que Kee tinha em seu horizonte de expectativas, ou seja, uma cidade

---

<sup>76</sup> Embora não tenha sido publicado, encontra-se disponível para pesquisa no Arquivo Público Municipal de Araguari e Museu Histórico Dr. Calil Porto. Trata-se de uma fotocópia de 186 páginas datilografadas e encadernadas, sem referência ao ano de sua produção, mas que, se levarmos em consideração que o falecimento do autor ocorreu no ano de 1975, é possível inferir que o livro foi escrito entre o final da década de 1960 e o início de 1970.

<sup>77</sup> Conhecido como professor Abdala, foi funcionário do Banco do Brasil, redator-chefe do Jornal Gazeta do Triângulo, vereador na década de 1980 pelo PMDB, membro-fundador da Academia de Letras de Araguari. Fez parte da comissão organizadora da Casa da Cultura, foi co-responsável pela organização do Arquivo Público Municipal e escritor de livros sobre a cidade. Em sua homenagem, a Casa da Cultura recebeu seu nome. Existe também uma sala com seu nome no interior da Escola Estadual Raul Soares.



industrializada que, no final do século XIX, já tinha uma população estimada em mais de um milhão de habitantes e que concentrava uma malha que agrupava dez linhas ferroviárias.<sup>78</sup>

Para além de Chicago, imaginando quais seriam as outras cidades de grande futuro, entre as quais Araguari “poderia” se colocar, poderíamos tomar como possíveis referências as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que neste mesmo período passavam por profundas transformações.

Muito já foi escrito sobre estas duas cidades, especialmente no que diz respeito ao final do século XIX e início do século XX, período marcado pelo início da República e pelo fim, na forma da lei, do trabalho escravo.<sup>79</sup> Nessas cidades, foram engendradas, nesse momento, novas formas de viver, de pensar, novos projetos, a entrar em choque com interesses de grupos dominantes que tentavam manter seu poder advindo de um passado colonial. São cidades que começavam a se industrializar e atrair inúmeras pessoas que as buscavam, seja para estabelecer diversos tipos de negócios, seja procurando oportunidades de trabalho. Essa atração levou a um grande crescimento populacional: São Paulo, que de 31.385 habitantes em 1872, chegou a 1920 com 579.033 habitantes;<sup>80</sup> e a cidade do Rio de Janeiro, que, no mesmo período, passou de 274.972 para 1.157.873 habitantes.<sup>81</sup> Por isso, elas necessitavam ser abastecidas, além de servirem como escoadouro para a produção nacional.

O que difere Araguari de Chicago e de outras cidades do Brasil é o modo como a história é vivida, por isso, ainda que de formas diferentes, nela também se expressaram mudanças que fizeram das cidades um mercado de trabalho. Além disso, a comparação abre alguns caminhos para reflexão e instiga algumas indagações: o que a “cidade futurista” projetava sobre a cidade que de fato existia? O que naquele momento significava urbanizar?

As memórias registradas por Kee produzem sentidos e significados sobre as histórias vividas por ele, por isso trazem as contradições nesse processo de mudanças que ocorreram, não apenas no traçado da cidade, mas também nos modos de vivê-la. A cidade que estava sendo projetada ia na contramão dos modos de viver de trabalhadores que lembram muito aqueles encontrados por Curado em 1896, criando galinhas, bovinos e suínos para o próprio sustento e morando em casas construídas por eles mesmos com os materiais que encontravam disponíveis.

Todavia, a Araguari que Curado conheceu estava se transformando. Embora Kee também compartilhe da noção de “cidadezinha do interior”, as memórias que produziu sobre seu traçado indicam intervenções que trazem à tona projetos que buscavam ordenar a “cidadezinha” que, com a chegada da ferrovia, começava a se modificar.

Essas tentativas de intervenção na cidade ganharam espaço também no livro “Pelos caminhos da História. Pessoas, coisas e fatos de Araguari”, escrito por Abdala Mameri. O capítulo dedicado à figura do alinhador contribui para aprofundar a compreensão e as reflexões sobre as necessidades que permeavam este projeto de uma “cidade do futuro”.

No capítulo intitulado “O alinhador” fica explícita sua intenção de mostrar os esforços que foram empreendidos para que Araguari pudesse possuir o traçado que ele qualifica como invejável. Todavia, a contraleitura desse capítulo abre outros caminhos de reflexão e impulsiona a ideia de que a transformação ocasionada pela ferrovia conduziu a disputas e à tentativa de imputar valor de troca à terra urbana, subtraindo-lhe os sentidos de uso:

Desde os primeiros habitantes que para cá vieram, nas primeiras décadas do século 19, cada um procurou assenhorear-se de terrenos, quanto maiores melhores, para neles instalar residências e casas comerciais. Em volta eram

<sup>78</sup> Sobre a cidade de Chicago (EUA), foram consultados os seguintes sítios eletrônicos:

<<http://www.easyexpat.com/pt/guides/usa/chicago/visao-geral/historia.htm#.Uvdg-flXy0>>;

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/24749/hoje+na+historia+1871+%96+centenas+morrem+no+grande+incendio+de+chicago.shtml>>. Todos acessados em: 8 fev. 2014.

<sup>79</sup> Dentre estes escritos, destaco: Cruz (1991); Santos (1998); Cruz (2000); Cunha (2001); Silva (2006).

<sup>80</sup> IBGE – Séries Históricas e Estatísticas. Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>>. Acesso em: 9 set. 2013.

<sup>81</sup> Ibidem.

propriedades rurais, a perder-se de vista pela sua imensidão e que foram depois sendo divididas, como consequência de heranças ou vendas parciais. Com o aumento da população, tornou-se necessária construção de mais prédios, o que obrigou o presidente da Câmara Municipal e agente executivo a tomar providências, no sentido de defender o traçado da cidade. O assunto era inicialmente discutido na Câmara, onde o alinhador era indicado e seu nome deveria ser aprovado. Em seguida, dava-se a nomeação, ocasionando-lhe poderes para o desempenho do delicado cargo. (MAMERI, 1988, p. 36).

Apesar de Mameri não falar sobre os possíveis motivos para o aumento da população de Araguari, dados demográficos indicam que o município que possuía 10.633 habitantes no início do século XX chega à década de 1930 a 35.000 habitantes, mais que triplicando sua população em curto espaço de tempo. Assim, embora não tenha sido possível encontrar pesquisas que indicassem os índices de natalidade, é possível inferir que esse aumento de mais de 300% da população tenha ocorrido devido à chegada de novos moradores à cidade, que para ela vieram na esperança de encontrar oportunidades de emprego oferecidos pelas empresas ferroviárias ou por outras empresas construídas em função das ferrovias.<sup>82</sup>

Tendo em vista esse horizonte, torna-se possível problematizar a interpretação apresentada por Mameri, de que a contratação de um alinhador foi uma prática que visava organizar e embelezar Araguari. Frente a essa realidade que se apresentava, alinhar a cidade significava não apenas ordenar sua forma, mas, principalmente, ordenar os usos de seus espaços por essa população de trabalhadores que passou a aumentar consideravelmente e, conseqüentemente, a criar novos espaços saturados por seus modos de viver.

A leitura e a reflexão sobre esses e outros registros dos quais tratarei a seguir levaram a compreender que essas intervenções não se resumiram à tentativa de organizar fisicamente a cidade para atender os interesses ligados à circulação de mercadorias e pessoas; eles produziram também espaços diferenciados de práticas e modos de viver permitidos e/ou reprovados.

Nesse sentido, contribuem com esta reflexão algumas proposições apresentadas por Fábio Macedo Tristão Barbosa que, em sua dissertação de mestrado, trabalhou com o pressuposto de que “a cidade e o urbano se organizam e são comandados em função de e a partir da ferrovia” (BARBOSA, 2008, p. 14). De acordo com o autor:

Embelezar também significava retirar os inconvenientes e os indesejáveis de determinados espaços da cidade, principalmente da região central; daí, temas como higiene e saúde figurarem entre as preocupações dos administradores públicos, legitimando ideologicamente suas ações na tentativa de erradicar a presença dessa população menos afortunada no centro da cidade, que passa a habitar sua periferia. (BARBOSA, 2008, p. 97-98).

A pesquisa empreendida por Barbosa reafirma a posição de que a ferrovia e o consequente aumento da população conduziram à necessidade de uma redefinição territorial que vai sendo continuamente refeita ao longo do tempo, por meio de leis para impor um “ordenamento” que visa determinar o lugar que caberia aos trabalhadores nesta cidade.

---

<sup>82</sup> A escassa exatidão dos dados demográficos para o final do século XIX e início do XX para Araguari não invalida a reflexão proposta, uma vez que, ainda que precários, oportunizam inferir sobre as transformações que estavam ocorrendo no percentual populacional deste período na cidade. Esses números foram encontrados nas seguintes fontes: dados demográficos publicados no Jornal Gazeta do Triângulo em 18 de outubro de 1960; artigo publicado no Jornal Diário de Araguari sobre a “evolução” urbana da cidade, no qual é feita referência à chegada de 352 trabalhadores no ano de 1911, contratados pela Estrada de Ferro Goiás. Ver: VOCÊ sabia? Araguari – Evolução Urbana – Parte I. **Jornal Diário de Araguari**, 29 e 30 mar. 2009.

Urbanizar significava, assim, interferir com o objetivo de modificar práticas sociais vividas, propondo um novo estilo de vida.<sup>83</sup> Muitas dessas modificações, intervenções e legislação urbana datam do final do século XIX e do início do século XX.<sup>84</sup> Porém, a reflexão sobre elas se aguçou quando encontrei a Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923, expedida anos antes da inauguração da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Goiás, cuja instalação dos trilhos teve início em 1909, sendo a estação de passageiros inaugurada apenas em 1929.

Essa Lei traz evidências da produção de espaços de privilégio a partir da diferenciação social. Isso porque, ao propor normas para as intervenções nos espaços físicos da cidade, tentou delimitar o direito de acesso a esses espaços a partir do lugar social ocupado por seus moradores.

A Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923, dividia a cidade em três zonas: a zona urbana, cujos limites eram a Avenida São Paulo, a linha de ferro da Estrada de Ferro Mogiana, as avenidas Bahia, Minas Gerais e Moto Grosso; a zona suburbana, que compreendia tudo o que estivesse fora desses limites; e a zona especial, “encravada” na zona urbana da seguinte forma:

partindo da praça João Pinheiro [atual Praça Manoel Bonito], segue pela rua Ruy Barbosa até a rua da Estação [atual Marciano Santos]; por esta até a rua Rio Branco; por esta, até a praça da República; por esta, incluída toda a praça, e da mesma forma a de nome José Rodrigues Alves, até a rua João Peixoto; por esta e pela rua Tiradentes até a praça João Pinheiro; a direita, por esta praça, até o ponto inicial. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY, 1923, p. 15).

Para fins de regulação, de acordo com o Artigo 90 da Lei, as mesmas normas deviam ser aplicadas às seguintes ruas:

- a) – Affonso Penna e Estação, desde a rua Tiradentes até o extremo das mesmas;
- b) – Municipal e Boa Vista;
- c) - Liberdade e Goyaz, do seu início até a rua Boa Vista;
- d) – Matriz; do seu início até o largo do Rosário;
- e) – Rodolfo Paixão, entre Rio Branco e Tiradentes;
- f) – Maricota Santos;
- g) – Aureliano de Oliveira. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY, 1923, p. 15).

Essas são vias e espaços públicos que, além de compor o centro comercial da cidade, congregavam as residências de famílias abastadas que ali haviam construído seus palacetes, aberto suas clínicas e consultórios, seus comércios e suas empresas. Eram latifundiários, industriais, advogados, médicos, proprietários de jornais, enfim, pessoas que tinham seus nomes projetados publicamente e que desejavam manter essa área como seus espaços de vivência.

Desta forma, essa tentativa de delimitação de uma zona especial a partir de uma proposta que visava normatizar a cidade evidencia disputas por seus espaços, a partir do estabelecimento de regras para seu uso e sua ocupação.

Essa divisão em setores estabelecia diversos critérios para sua ocupação, dentre os quais a necessidade de licença para construção, reconstrução e demolição que apenas seria concedida mediante aprovação dos planos e projetos da obra pelo Agente Executivo.

---

<sup>83</sup> Para essas reflexões, foi importante ler: Roncayolo (1984, p. 396-487).

<sup>84</sup> Dentre elas, destaco a Lei nº 50, de 4 de fevereiro de 1898, que determinava o alinhamento e a demarcação de vias públicas (anunciada apenas dois anos depois da inauguração da Estação de Passageiros da Estrada de Ferro Mogiana) e a Lei nº 96, de 1901, que alterava a referência de algumas ruas da cidade, substituindo os números que lhes foram atribuídos por nomes.

Os projetos de edificação deveriam informar, entre outras coisas: a divisão do prédio, o tamanho dos cômodos, espessura da parede e a qual fim se destinava. Previa também multa e possibilidade de demolição para obras que fossem modificadas clandestinamente. Todas as obras deveriam ter um construtor “diplomado” responsável e matriculado na seção de obras da Prefeitura Municipal. Ao assumir a obra, o construtor se tornava seu responsável, sendo obrigado a informar irregularidades, atrasos e outras ocorrências.

Inegavelmente nem todos poderiam atender às exigências estabelecidas e isso é tão claro que ficou previsto na própria Lei, que também delimitou o espaço no qual poderiam ser tolerados outros modos de viver: a zona suburbana, ou seja, a área que naquele momento era periferia da cidade. Esse limite era reforçado quando a lei proibia também, na zona urbana:

- a) – construção de meia água, que não seja para despejo;
- b) – construção de chalet com oitão voltado para a rua;
- c) – cobertura de madeira, capim ou outro material inflamável; da mesma forma zinco liso ou enrugado, salvo nas fabricas e oficinas;
- d) – emprego de alvenaria de tijolo nas fundações;
- e) – uso de barro amassado na constituição das alvenarias das paredes das casas;
- f) – emprego de columnas de madeira para sustentação de cargas permanentes;
- g) – construção de paredes externas exclusivamente de madeira, salvo quando destinadas a oficinas, construídas em alinhamento afastado da rua;
- h) – construção de adobos ou esteios de madeira nas frentes das casas da zona especial;
- i) – construções capazes de polluir ou prejudicar para o uso ordinário a água do poço ou fonte alheia a ellas preexistentes;
- j) – construção de esgoto que despeje água servida na sargeta da rua. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY, 1923, p. 9).

Estabelecia ainda, para as edificações, a altura mínima de quatro metros, bem como deveriam ser a pavimentação, a calçada, as portas e janelas, os banheiros, a iluminação, os forros, o escoamento de água e os telhados. Mas fazia exceções para a zona suburbana, na qual as construções poderiam ter pé direito inferior a quatro metros, além de não precisar ter forro e assoalho.

De acordo com esta Lei, deveriam ser oferecidos “gratuitamente os planos das casas suburbanas, de valor inferior a 1:500\$000, quando, a juízo do Agente Executivo, os respectivos proprietários não possam pagar as despesas do projecto” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY, 1923, p. 4).

O Artigo 55 proibia na zona especial “estabulos, estribarias, pocilgas e quaesquer outras construções cujo destino seja prejudicial à saúde pública, salvo si obdecerem aos requisitos exigidos pelo regulamento da policia sanitária” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY, 1923, p. 9-10).

As proibições e “concessões” arroladas na Lei evidenciam modos de viver que lembram muito a “pobre gente” da qual falava Curado. Casas de madeira, meia água, barro amassado, telhado de capim constituíam modos de morar das classes trabalhadoras que, além de construir suas casas sem seguir projetos, muito menos contratar construtor “diplomado”, também aproveitavam seus quintais para a criação de animais para consumo próprio, ou ainda, para abrigar outros que lhes servissem como meio de transporte e trabalho.

Todas essas exigências faziam com que a construção de casas nas zonas urbana e especial ficassem restritas aos poucos que detinham condições financeiras suficientes para cumprir tais imposições. Assim, a justificativa de preservar a saúde pública, garantindo condições sanitárias adequadas, restritas às zonas urbana e especial, indica que essa era uma forma de retirar grupos considerados indesejáveis ou inidica que estes poderiam receber tratamento sanitário diferenciado, uma vez que, desde que longe do espaço reservado aos grupos dominantes, lhes era permitido manter alguns de seus modos de viver.

Por meio de códigos como esse, tentava-se impor limites a um espaço, então constituído por práticas plurais. Afinal, na zona especial também era constante a presença de engraxates, entregadores, charreteiros, vendedores, comerciantes de rua, enfim, trabalhadores que faziam dessa zona também um espaço de trabalho. Portanto, materializa-se nesse código a intenção de empurrar de forma seletiva alguns grupos para a periferia da cidade, fazendo da área denominada como zona especial um espaço de privilégio.

Essas são práticas que não foram inventadas em Araguari. Elas são concernentes a um processo que não se restringe a esta cidade, mas que ocorreu em todo o Brasil ainda que com nuances diferentes. Por isso, é possível inferir que tais práticas se inspiravam em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que, na virada do século XIX e no início do século XX, empreenderam esforços para “modernizar” os espaços considerados como urbanos.<sup>85</sup>

Essa “modernidade” era imposta a partir da remodelação da cidade, valendo-se da abertura de novas e largas avenidas; da demolição de cortiços; de campanhas sanitárias e de branqueamento da população, que se davam através de ações repressoras, como o bota-abaixo empreendido no Morro do Castelo no Rio de Janeiro que objetivava expulsar da cidade uma população malquista.

Mais do que intervenções sobre o espaço, essas práticas significaram, sobretudo, tentativas de moralização e disciplinarização da classe trabalhadora, além da tentativa de expulsar da cidade os elementos considerados indesejáveis.

Nessa perspectiva, se faz salutar recolocar algumas proposições formuladas por Raquel Rolnik, no livro “A cidade e a lei”. Preocupada em problematizar a legislação urbana da cidade de São Paulo, sua pesquisa estimula pensar essas leis como tentativa de criação de uma cidade desejável, na qual diferenças culturais e de classe seriam “organizadas” de forma hierárquica com o objetivo de garantir o poder e o espaço de grupos dominantes. Segundo Rolnik:

Mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final. (ROLNIK, 2006, p. 13).

Tendo em vista esta perspectiva, ao me aproximar das reflexões sobre o processo de construção de uma legalidade urbana que tomou como referência um padrão único, foi possível compreender que essa diferenciação de tratamento entre as classes sociais, traçadas na legislação urbanística de Araguari, descortina o fato de que todas essas regulamentações sobre o uso da terra urbana, embora sejam apresentadas como um meio de organizar, higienizar e “embelezar” a cidade, são, na realidade, evidências de práticas que reproduzem geograficamente diferenças sociais.

Nessa direção, importa ainda destacar que as tentativas de interferir nos modos de viver das classes trabalhadoras são refeitas ao longo do tempo. Valendo-se de códigos, normas e concessões, elas tiveram, nas reformas empreendidas durante décadas sobre o leito do Córrego Brejo Alegre, uma de suas maiores expressões. Tais reformas foram realizadas em várias fases. Assim, embora tendo seu início na década de 1940, as intervenções chegaram até o início dos anos 2000 com a canalização do córrego com tubulação fechada, o que indica que este é um espaço vivido que está em constante disputa e por isso também passa por frequentes intervenções.

---

<sup>85</sup> Sobre esse processo, foram fundamentais as leituras das seguintes obras: Rolnik (1997); Santos (1998); Silva (2006).

A fotografia a seguir evidencia a tentativa de higienizar um espaço que, para além de ter sido inicialmente um limite geográfico que dividia a cidade em duas partes, demarcava também uma fronteira social.

**Fotografia 01** – Abertura do leito do Córrego Brejo Alegre (antiga Avenida Sanitária).  
Década de 1950.



Fonte: Acervo do Arquivo e Museu Histórico Municipal “Dr. Calil Porto” (n. 5.23).  
Fotógrafo: Geraldo Vieira.

Importa dizer que, embora não tenha sido possível saber quais fotografias foram produzidas por iniciativa própria e quais foram financiadas, por meio do jornal *Gazeta do Triângulo* tomei conhecimento de que, no caso específico das obras de revestimento e retificação do Córrego Brejo Alegre, o fotógrafo Geraldo Vieira<sup>86</sup> foi contratado pelo então prefeito municipal em exercício, Moises de Carvalho Alves (1957-1958).

Com a intenção de se enaltecer por ter sido o divulgador da ideia que depois foi acatada pela Prefeitura Municipal, foi explicitado nas páginas deste jornal que o objetivo de fotografar seria para produzir álbuns fotográficos de locais da cidade que estavam sendo modificados para que, no futuro, pudesse ser comparada “a cidade moderna com a cidade antiga”.<sup>87</sup> Assim, seria possível ter “elementos fotográficos para a reconstituição da evolução da cidade, sob o aspecto urbanístico”.<sup>88</sup>

Todavia, a questão aqui ultrapassa uma simples obra de “melhoria”, como propunha no final da década de 1950 a *Gazeta do Triângulo*. Isso porque este espaço, no qual foram impostas inúmeras alterações, divide a cidade ao meio: de um lado, considerado como o lugar de fundação da cidade, temos a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, espaço que foi ocupado principalmente por fazendeiros e comerciantes; e, oposto a ele, do outro lado do córrego, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que demarca, no social, um dos espaços

<sup>86</sup> Fotógrafo que trabalhou em Araguari entre os anos de 1935 e 1978. Seu acervo foi doado ao Arquivo Público Municipal e Museu “Dr. Calil Porto” e sua coleção de negativos foi tombada em 2006 como patrimônio histórico-cultural de Araguari.

<sup>87</sup> NOSSA sugestão foi atendida. *Jornal Gazeta do Triângulo*, n. 1.485, Araguari, 23 jun. 1957.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

vividos por trabalhadores, especialmente dos negros que moravam nas proximidades desta Igreja.

Portanto, “a evolução da cidade, sob o aspecto urbanístico”,<sup>89</sup> ou seja, as reformas que estavam sendo colocadas em marcha, faz parte das contínuas intervenções que vão sendo impostas à cidade como forma de submeter a realidade vivida “às exigências do mundo supostamente lógico, sem contradições nem conflitos, da mercadoria” (LEFEBVRE, 1999, p. 9). Por isso, concordando com as reflexões de Henri Lefebvre, a redução do urbano ao urbanismo deve ser entendida

como parte fundamental das tentativas de estender ao conjunto das atividades sociais os pressupostos, intencionalidades, representações que governam a divisão manufatureira do trabalho, com suas ordens e coações. (LEFEBVRE, 1999, p. 9).

Se a cidade não é uma realidade acabada, mas uma prática social em constante transformação, ao olhar para esta fotografia, mais do que comparar “a cidade moderna com a antiga”, importa refletir sobre o que as obras, realizadas nesta área do córrego Brejo Alegre, buscavam de fato sanitizar. Afinal, para além do “embelezamento”, qual o efeito para aqueles que moravam nesta área da cidade?

Nessa direção, fizeram-se importantes as entrevistas que produzi com moradores da cidade sobre suas experiências de viver em Araguari. Dentre essas narrativas, a entrevista realizada com a senhora Cleusa Vieira ganha destaque.

Embora tenha vivido muitos anos no bairro Santa Helena, dona Cleusa, ao falar sobre sua vida em Araguari, inicia sua narrativa dizendo que nasceu na rua Dr. Alberto, em uma “casinha” “na beira do córrego”, região considerada por ela como centro da cidade. Sobre os motivos que levaram sua família a deixar este lugar por volta do ano de 1973 para viver no bairro Santa Helena, dona Cleusa narra:

A gente não tinha condições, o aluguel foi apertando pro lado de cá... Aí começou a fazer a canalização de água, porque antes era, não sei se você já ouviu falar que era cisterna, a gente tirava água da cisterna. Aí a gente, começou a ficar difícil, porque aí a gente, a energia a gente até tinha, mas a gente não usava muito. Devido à situação, a gente acendia era vela, era lamparina na época, não sei se você já ouviu falar da lamparina. E começou canaliza, colocar água, né? Na, na, nas ruas. Foi aí que passou a ter as torneira. Aí foi apertando pra gente pagar água, né? Pagar energia. Aí o que que aconteceu, a gente foi pra Santa Helena, mudar pra casa que não tinha água. A gente não tinha que pagar água, era na cisterna que a gente tirava. É uma situação muito difícil, situação muito difícil mesmo.

[...] Daí puxava água da cisterna. A gente mudava várias vezes, porque a gente não tinha condições de pagar o aluguel. A gente morava um mês numa casa, não pagava o aluguel, a gente mudava pra outra casa e... E era uma vida difícil demais, muito difícil.<sup>90</sup>

Ao narrar as experiências de sua família, a senhora Cleusa reelabora em suas memórias vivências que também faziam parte do horizonte de possibilidades de outros trabalhadores na cidade. A energia elétrica e a água encanada eram “benefícios” que pesavam na economia doméstica, além de valorizar a área que atendia, produzindo o aumento do aluguel.

Portanto, o que estava colocado nas reformas empreendidas neste espaço, era a valorização daquelas áreas cortadas pelo córrego e a transformação de seu valor de uso em valor de troca. Assim, tais remodelações ligam-se diretamente ao interesse de estimular,

<sup>89</sup> NOSSA sugestão foi atendida. **Jornal Gazeta do Triângulo**, n. 1.485, Araguari, 23 jun. 1957.

<sup>90</sup> Entrevista realizada com a senhora Cleusa Vieira, 54 anos, no dia 28 de janeiro de 2013, em Araguari.

neste espaço, outras formas de ocupação por meio da valorização comercial que a solidificação de terrenos ribeirinhos impulsionaria.

Nesse sentido, sua narrativa se transforma em uma evidência de que, enquanto para alguns a “modernidade” propagandeada pela Gazeta do Triângulo podia significar mais conforto, melhores condições de moradia, acesso a bens e serviços que lhes garantiriam não apenas bem-estar, mas, sobretudo, *status* social, para outros foi experimentada como aprofundamento da desigualdade social, uma nova tentativa de transferir os trabalhadores para as vilas, juntamente com o esforço para controlar o comportamento, os modos de trabalhar e de viver.

Essas tentativas de intervenção e regulação reiteram a concentração de poder nas mãos de alguns grupos que vão se firmando como modelos de como viver a cidade, mas que, no entanto, não foram capazes de eliminar os modos de viver dos trabalhadores. Afinal, se a cidade idealizada se destinava àqueles que se submetessem às normas estabelecidas, a maneira como essas normatizações são recolocadas ao longo do tempo indica que não havia um projeto único de como viver a cidade. Por isso, as propostas de intervenção tiveram que ser continuamente refeitas, objetivando a manutenção da hegemonia do grupo composto por comerciantes, industriais e latifundiários que nesse processo competem para se manter como dominantes.

Nessa direção, a dissertação de mestrado de Sérgio Paulo Morais, ao tratar da relação entre trabalho e cidade, contribui com esta reflexão ao inferir sobre a necessidade de vermos as práticas dos trabalhadores e as transformações impostas a seus modos de viver a partir de intervenções rotuladas de modernização, não como arcaicas ou anacrônicas, mas como disputas que se fazem no social pelo direito à cidade e aos valores que vão sendo transformados. Segundo Morais:

O processo de constituição e luta pelo espaço urbano é efetivamente um processo forjado no cotidiano da vida e trabalho de vários sujeitos. Por ser fruto de ações múltiplas e dispersas (e muitas vezes opostas), não é facilmente controlado por uma vertente ou um grupo mesmo que esteja este diretamente ligado ao poder público. (MORAIS, 2002, p. 71).

Quando cheguei a Araguari, no final dos anos de 1980, algumas práticas típicas da classe trabalhadora de áreas rurais ainda permaneciam. Recordo-me especialmente do canto de inúmeros galos que marcavam o amanhecer na cidade, principalmente no horário de verão quando o dia ainda estava escuro e meu irmão, alguns vizinhos e eu já nos encaminhávamos para a escola. Nessa época, a figura do leiteiro também fazia parte desse amanhecer, levando seu produto diretamente da roça para os moradores da cidade.

A permanência de práticas que foram, durante décadas, alvo de interferências indica que os projetos de cidade estão em disputa e mesmo aqueles que se colocam como hegemônicos não podem ser vistos como onipotentes.

## Bibliografia

BARBOSA, Fábio Macedo Tristão. **Ferrovias e organização do espaço urbano em Araguari (1896-1978)**. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e ferrovia: a experiência de ser ferroviário da Companhia Paulista. 1890-1925**. 1994. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Trabalhadores em serviços: dominação e resistência**. (São Paulo - 1900/1920). São Paulo: Editora Marco Zero: CNPq, 1991.



\_\_\_\_\_. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915.** São Paulo: Educ; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da folia.** Uma história do carnaval entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.) **Cidades.** São Paulo: Olho D'Água; Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, 1999.

GODOY, Maria Paula Fleury. **Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896.** (A viagem era assim). S. l.: s. n., 1961, p. 8. (Esta publicação encontra-se disponível no Arquivo Público Municipal de Araguari).

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'Água, 2004.

KEE, Padre Elói. **Histórico do Colégio Regina Pacis.** [Araguari]: [s.n.], [197-?] (Livro fotocopiado. Acervo do Arquivo Público Municipal).

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio.** Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

MAMERI, Abdala. **Pelos caminhos da História.** Pessoas, coisas e fatos de Araguari. Araguari: Artgraf, 1988.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. 1970-2000.** 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

PEIXOTO, Juscélia Abadia; VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. **A ferrovia em Araguari.** Goiânia: Kelps, 2012.

PEREIRA, Viviane da Silva. **Memórias a todo vapor: a transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás (1954) na imprensa araguarina (1947-1954).** 2006. 80 f. Monografia (Graduação História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARY. Lei nº 271, de 3 de novembro de 1923. Regulamento das Construções, reconstruções e demolições de obras na cidade de Araguay, Araguari, 1923.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Araguari: cem anos de dados e fatos.** Araguari: Edição Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

REVISTA DOS ESTADOS, Rio de Janeiro, ano XLIX, n. 407, ago. 1955.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

SANTOS, José Ferreira dos Santos. **Nem tudo era italiano.** São Paulo e Pobreza (1890-195). São Paulo: Anablume; FAPESP, 1998.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade**: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

Recebido em outubro de 2016.  
Aprovado em novembro de 2017.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-9>

## **POR UM LUGAR NA GALERIA DAS RAÇAS: O imigrante árabe em São José do Rio Preto (SP) no início do século XX**

*Henry Marcelo Martins da Silva\**

**RESUMO:** O presente texto visa analisar a trajetória da inserção social da colônia árabe de São José do Rio Preto-SP no início do século XX, no contexto do turbilhão de transformações urbanas promovidas pelo complexo cafeeiro. Após um período marcado por intensas perseguições que culminaram na tentativa de coerção da fala do árabe pelo legislativo do município em meados da década de 1900, o elemento “syrio” empreendeu um característico e bem sucedido projeto de inserção social, que culminou, na década de 1920, no reconhecimento e na admiração de toda a comunidade. A partir de fontes impressas de época, tais como jornais e almanaques locais, o trabalho busca apreender as dificuldades e as estratégias do grupo, bem como os resultados de um processo de inserção social que, embora tenha sido vitorioso, foi marcado por diversos conflitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigração árabe. Urbanização. Imprensa.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the trajectory of social integration of the Arab colony of Sao Jose do Rio Preto in the early twentieth century, in the context of the slipstream of urban transformations promoted by the coffee complex. After a period marked by intense persecution that culminated in the attempted coercion speech Arabic by the legislature of the city in the mid 1900's, the “syrio” element undertakes a distinctive and successful project of social inclusion, which culminated in the 1920s, the recognition and admiration of the whole community. From printed sources such time as local newspapers and almanacs, the work attempts to grasp the difficulties and group strategies and the results of a process of social inclusion, although it was victorious, was marked by many conflicts.

**KEYWORDS:** Arab immigration. Urbanization. Press.

### **Introdução**

São José do Rio Preto localiza-se ao norte do Estado de São Paulo, numa região que, à época de sua fundação, em meados do século XIX, era conhecida como Sertões de Araraquara. Até a primeira década do século passado, a cidade apresentava baixíssimos índices populacionais, tendo sua população composta por pequenos agricultores e comerciantes, que se empenhavam em vender sua produção nas cidades maiores mais próximas, como Araraquara e Jaboticabal, que já contavam com ferrovia, ou ainda exportar para o oeste, em direção às regiões limítrofes de Mato Grosso.

No entanto, a partir da década de 1910 a região passou a contar com o transporte ferroviário e a observar um intenso processo de desenvolvimento. Em 1912, a Estrada de Ferro Araraquara iniciou o tráfego na estação local, momento a partir do qual a cidade passou a observar uma intensa transformação dos antigos padrões urbanos, ao passo em que a

---

\* Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Sociedade (Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq). E-mail: henrymmsilva@gmail.com

antiga vila se tornava a capital da maior zona produtora de café do Estado na década de 1930: a Araraquarense.

Naquele processo, São José do Rio Preto transformava-se em um dos grandes polos de atração de mão de obra imigrante de São Paulo, e, em pouco tempo, um “mar” de estrangeiros invadia a pequena vila, que, já nas primeiras décadas do século, abrigava as maiores colônias espanhola, italiana e árabe daquela parcela do território paulista. Ligados não apenas às atividades agrícolas, mas também a diversos empreendimentos no meio urbano, os imigrantes inseriam-se efetivamente na sociedade local, e, já na década de 1920, estavam entre os maiores comerciantes e produtores rurais da cidade.

Daqueles que rumaram para a crescente vila sertaneja, destacam-se os de origem árabe, porque, além de sua importante presença na sociedade local, foram protagonistas de um dos episódios mais burlescos da história rio-pretense: a tentativa, por parte do legislativo, de coerção da fala árabe na cidade.

No entanto, empreendendo um bem sucedido projeto de inserção social, em pouco tempo a colônia inseriu-se definitivamente na sociedade local, tomando parte das principais atividades e empreendimentos do período, de modo a alcançar, conforme as palavras de um intelectual árabe do período, um lugar no “rol dos sulamericanos”. O ponto de partida para a análise da trajetória do elemento árabe na cidade é a *Indicação à Câmara*, do vereador Porfírio Pimentel, de 1906, que reproduzimos abaixo:

#### Indicação.

A bem popular e bem do governo municipal desta cidade:

1.º) Todos os negociantes árabes e turcos desta cidade não poderão continuar no comércio deste município sem Ter um goarda livro esse que seja Brasileiro dentro do Prazo de 30 dias depois de avisado no fim dos 30 dias os que não tiver o goarda livro ô Escripturario Brasileiro, incorra na multa de 50\$000 e não poderá negociar.

2.º) Todos os Turcos que fallar na lingua turca perto de um Brasileiro por cada vez que fallar multa de 10\$000 paga na bocca do cofre municipal. Todo o brasileiro que ouvir elles falando e não der parte ao fiscal multa de 10\$000. Saude e fraternidade.

Paço Municipal, 3 de Julho de 1906.

P.P. (SILVA, 1919, p. 14).

A controversa indicação do vereador é bem conhecida dos rio-pretenses, principalmente a partir de sua publicação no *Álbum de 1919*, sendo constantemente lembrada por estudiosos e pesquisadores da cidade, ou ainda por aqueles dedicados ao tema da imigração árabe.<sup>91</sup> O episódio foi utilizado de maneiras distintas pelos diversos autores, servindo para uns como exemplo de perseverança e superação dos membros da colônia, que já demonstravam ser importantes em meio aos demais comerciantes da cidade na época de publicação do *Álbum*, e que, já em 1906, data da *Indicação* de Pimentel, mereciam atenção dos políticos e comerciantes mais antigos.

Para outros, ainda, a *Indicação* do vereador demonstrou a dificuldade enfrentada pelos imigrantes advindas das diferenças culturais, principalmente em relação a sua língua natal, em tudo diferente do português, sendo também, em comparação com as línguas faladas por outros grupos imigrantes presentes na cidade, como os italianos e espanhóis, bem mais “estranha” aos ouvidos dos brasileiros.

A análise dos padrões migratórios do contingente árabe no Brasil demonstra que em tudo diferem dos outros grupos estrangeiros que rumaram para o país. Diferente, em primeiro lugar, pelos motivos que os levaram a atravessar o oceano, que, além do impulso econômico, tinha importantes relações com a fuga das pressões e desmandos dos turcos, existindo

<sup>91</sup> Podemos citar Truzzi (1997); Silva (2009); Arantes e Zanirato (2000).

também diferenças na viagem, que era paga do próprio bolso, ao contrário da grande maioria que obtinha subsídio. E, no que se refere à ocupação em terras brasileiras, esta se deu quase sempre em núcleos urbanos e ligados ao ramo do comércio, e quase nunca como colonos em fazendas de café.

Entendemos, portanto, baseados principalmente nas diferenças entre as etnias, que o elemento árabe, dentre todos os imigrantes, foi o que enfrentou as maiores dificuldades de adaptação e inserção social, pelo menos entre os estrangeiros de maior presença em São Paulo. E tal situação não foi diferente da enfrentada pelos “turcos” na Rio Preto do começo do século XX, como demonstra a famosa *Indicação* de 1906.

Além disso, foram várias as demonstrações de preconceitos culturais e perseguições dos comerciantes previamente estabelecidos, principalmente no início do século, sempre amparados pelos *donos do poder* da cidade, vereadores, polícia, fiscais etc.

No entanto, se avançarmos um pouco mais no tempo, alcançando a década de 1920, apenas dez ou quinze anos depois da tentativa de proibição da fala do árabe na cidade, que felizmente não prosperou, encontramos a colônia em situação totalmente diversa daquela do início do século, que havia motivado tamanhas perseguições. O elemento árabe figurava então entre os maiores e mais influentes grupos econômicos locais, ligados tanto ao comércio urbano quanto à produção cafeeira, à Associação Comercial, além de também estarem ligados aos grandes projetos de benemerência e atividades culturais da época. Eram não apenas aceitos, mas também admirados pelos riopretenses de então.

Em 1929, no *Álbum da Comarca*, como que em comemoração a uma trajetória vitoriosa, a colônia árabe encontrava-se em destaque na *Galeria das Raças*, ao lado de outros grandes nomes e personalidades locais, tendo ressaltadas as suas qualidades e serviços prestados à comunidade. Não havia dúvidas de que, naquele momento, os outrora “estranhos” “syrios” figuravam na elite de São José do Rio Preto.

A peculiar trajetória da colônia levanta indagações acerca dos contornos daquela rápida trajetória de inserção social, bem como das estratégias perante as adversidades utilizadas pelos árabes naquele processo. Para tentar responder aos questionamentos, o enfoque metodológico adotado neste trabalho é o da *prosopografia* ou das *biografias coletivas*, método que, segundo Charle (2006), muito se desenvolveu nos últimos quarenta anos em história moderna e contemporânea. Segundo o autor, o princípio de funcionamento é bastante simples:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. (CHARLE, 2006, p. 41).

Heinz explica que a prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar “as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico”. O autor afirma a importância das biografias coletivas na elaboração de perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou qualquer outra coletividade histórica, “... dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos” (HEINZ, 2006, p. 9).

Nesse sentido, a metodologia proposta pela *micro-história* italiana constituiu-se em importante ferramenta de trabalho. Nos moldes sugeridos por Carlo Ginzburg (1989), utilizamos o nome como fio condutor para a apreensão das redes de relações que articulavam a colônia árabe aos grupos da elite local.

Desta forma, através de uma micro-análise do social, pretendemos aprofundar a compreensão da inserção econômica, política e social dos imigrantes árabes em São José do

Rio Preto, buscando apreender estratégias individuais e coletivas responsáveis pelo rápido processo de inserção social da colônia em tão curto espaço de tempo.

### Os “filhos da Syria” no sertão

A presença do elemento árabe ao que parece é bem antiga em São José do Rio Preto, como demonstra correspondência do então presidente da Câmara e chefe político municipal Coronel Pedro Amaral, de 1898, na qual afirmava que, já àquela altura, os árabes constituíam-se em importantes concorrentes aos comerciantes mais antigos (dois terços dos negociantes locais), sendo também o único grupo estrangeiro com proprietários estabelecidos na então pequena cidade sertaneja de finais do XIX<sup>92</sup>.

Se levarmos em conta o proposto por Truzzi (1997), de que o início do processo migratório dos sírios e libaneses para o Brasil data ainda na década de 1870, é de se admirar que, já em finais do XIX, eles estivessem presentes de forma tão marcante em uma cidadela do ainda inabitado sertão paulista; ainda mais pelo fato de que os negociantes aos quais se referiu o então chefe político, ao que tudo indica, eram regularmente estabelecidos, ao contrário dos mascates ambulantes que perambulavam pelo interior do Brasil, alcançando as áreas ainda não densamente povoadas.

A presença destes em nada surpreenderia, já que, marcadamente, o mascate procurava tais regiões mais “desertas”, onde é conhecida sua importância como elemento de desenvolvimento. Mas um número tão grande de negociantes, para as proporções da cidade, regularmente estabelecidos, fixos portanto, ao contrário dos mascates, inseridos no meio local de modo a conseguirem uma relativa preponderância comercial<sup>93</sup>, demonstra tão grandes barreiras de uma sociedade altamente fechada a ponto de tentar coibir a fala da língua árabe? Não em nossa perspectiva.

Pelo contrário, entendemos que, apesar das grandes dificuldades encontradas pelos pioneiros árabes em São José do Rio Preto, a inserção destes elementos foi muito bem sucedida, principalmente se levarmos em conta que os únicos estrangeiros presentes no comércio local em fins do século XIX, eram os “turcos”.

Como entender uma tentativa, ainda que mal sucedida e que muito provavelmente não tinha o apoio popular, de coerção da fala? Por mais “estranha” que fosse a língua ou a cultura desse grupo migrante, não seria ele apenas mais um em meio ao oceano de estrangeiros que se dirigiam ao interior paulista, já familiarizado com as diversidades culturais desses novos elementos?

Entendemos serem outros os motivos que levaram o vereador Porfírio Pimentel a elaborar a *Indicação à Câmara*; motivos estes ligados às informações da *Correspondência* de Pedro Amaral e que se referem à concorrência dos comerciantes “syrios”, que teriam desde cedo encontrado espaço no lugar. Ainda que as diferenças culturais constituíssem barreiras à assimilação e inserção social do elemento árabe, estas não seriam tão importantes, quase intransponíveis, como se faz pensar a *Indicação* de 1906.

Pelo contrário, tais barreiras não foram capazes de afastar os habitantes locais dos hábeis negociantes árabes, que, com suas armas, atraíam os clientes, ao passo que, com “outras armas”, a antiga elite econômica tentava manter-se no controle. Nesse sentido,

---

<sup>92</sup> Amaral escreve que, no ano de 1898, quando a cidade contava com uma população de cerca de 1.000 pessoas e 120 fogos, o então incipiente comércio local contava com 4 negociantes brasileiros e 8 “turcos”, não apresentando negociante de outras nacionalidades (SILVA, 1919, p. 13-14).

<sup>93</sup> Entendemos que os dados fornecidos por Pedro Amaral na correspondência tinham por objetivo chamar a atenção das autoridades estaduais sobre a grande presença de negociantes estrangeiros, especialmente os de origem árabe, que impunham concorrência aos antigos “donos” do comércio local. O chefe político de então era, ele mesmo, um velho e importante comerciante rio-pretense. Nesse sentido, encaramos com certas ressalvas as premissas de domínio comercial dos “turcos”, que, de acordo com Amaral, constituíam-se de 8 dos 12 comerciantes locais. Em 1902 e 1905, por exemplo, não encontramos nenhum elemento árabe entre os maiores contribuintes dos impostos municipais de indústrias e profissões.

entendemos que os conflitos verificados se encontram no âmbito da concorrência, entre novos e antigos grupos, pelo controle do poder econômico local; e, a se julgar pelo sucesso alcançado pela colônia, reconhecido pelo *Álbum de 1929*, a disputa teve o elemento árabe como um dos vencedores.

Em que medida as diferenças encontradas nos imigrantes árabes poderiam dificultar a aceitação e a inserção social daqueles elementos na sociedade brasileira? Os primeiros árabes foram descritos por Alfredo Ellis Junior como “homens trigueiros, de aspecto forte, abundantemente servidos de pelos, falavam um idioma muito gutural e incompreensível” (ELLIS JUNIOR, 1934. p. 198). Tal imagem perdurou no imaginário brasileiro, e criou-se uma série de preconceitos populares, onde, na maioria das vezes, os árabes eram relacionados de forma depreciativa.

Truzzi descreve ainda outros atributos mais visíveis da colônia árabe que, como afirma, foram responsáveis pela identificação pejorativa e simplista pela qual eram conhecidos, simplesmente como “turcos”, ao invés de sírios ou libaneses: “a mesma língua nativa característica, a dedicação ao comércio, o padrão de casamento, a sociabilidade introvertida, centrada na própria colônia, e mesmos os pratos típicos tão logo incorporados à cozinha local” (TRUZZI, 1997, p. 76).

Tais observações teriam ressonância em São José do Rio Preto? Ao levarmos em conta a *Indicação* do vereador Pimentel, tudo indica que sim. Além disso, podemos observar na cidade algumas referências aos diferentes costumes apresentados pelos árabes, como a brincadeira sobre a pronúncia dos sírios contida no jornal *O Porvir*, de março de 1906:

#### SECÇÃO MOSAICO

É sabido que os árabes que vão se familiarizando com a nossa língua, trocam, ao pronunciar certas palavras, algumas letras.

Há dias um súbdito de Abdul-Hamide, foi consultar um medico, e passando a indagar da dieta, perguntou:

- Doutor, “bode” come carne? O medico imperturbavel respondeu.

- Não; come capim.

- ?!... (O PORVIR, n. 132, p. 3, 18 mar. 1906).

Ou, ainda, a curiosa crônica de Felix Pyat, no mesmo *O Porvir*, de abril daquele ano, que, ao comemorar o final da estação das chuvas, sempre intensas à época, e ressaltar o retorno do bom humor geral, dá uma bem humorada alfinetada na colônia:

#### DE BINÓCULO

Temos agora, graças a Deus, manhãs formosas, noutes frescas, enluaradas. A cidade já não se fecha toda apenas escurece num açodado recolher, num precepte fugir á chuva; si ficava dia e noute, pouco tempo faz, com o aspecto triste de um lugar ermo, poucos de seus habitantes sufficientemente corajosos a arriscar-se a masar lama para esgueirar-se atè a casa de um amigo, agora tem accentuado aspecto animador.

Reatam-se os vínculos da sociabilidade que o máo tempo, o máo humor, o tédio das longas semanas esvahidas no constante desabar de aguaceiros mais fortes uns que outros haviam afrouxado.

Mesmo os *syrios* já se não recordam da sua missão fastidante de azoinar os ouvidos do próximo com as suas cantilenas que alguém comparou a o zumber de uma mosca impertinente. Possa perdurar esse tempo agradável assim, para mais agradável se tornar a monotonia da vida sertaneja. Felix Pyat. (O PORVIR, n. 135, p. 2-3, 9 abr. 1906).

Safady (1966, p. 200) ressalta que as dificuldades encontradas pelos imigrantes se referiam aos problemas para pronunciar certas letras, o que, segundo o autor, teria causado um certo complexo de inferioridade em alguns indivíduos, que os teria levado a trocar seus nomes por traduções ou apropriações mais familiarizadas aos padrões brasileiros. Mas é certo também que a adaptação do nome foi utilizada como instrumento de inserção desses elementos, facilitando o convívio e o desempenho de suas atividades, como demonstra a declaração de Calil Abois, na *Sessão Livre* do jornal *O Porvir*, de 1905.

#### SECÇÃO LIVRE DECLARAÇÃO

Calil Abois, também conhecido por Miguel José, negociante residente neste cidade, declara para os devidos efeitos que d'esta data em diante passa a assignar-se Miguel José Calil Abois, sem entretanto prejudicar os negócios já realizados com o seu primeiro nome.

S. José do Rio Preto, 27 de Agosto de 1905.

Miguel José Calil Abois. (O PORVIR, n.105, p. 2, 10 set. 1905).

É importante destacar, como estratégia da colônia árabe, o processo apontado por Truzzi como de “reinvenção das identidades”, onde a dedicação ao comércio, e especialmente a figura do mascate, seriam utilizados para transformar a ótica depreciativa pela qual se enxergava a colônia. Em suas palavras:

[...] a batalha da integração de uma identidade tão definida na sociedade receptora deslocou-se para outro campo, que envolvesse a aceitação da diferença, da etnicidade própria como categoria legítima diferenciadora, tentando transformá-la de fardo de conotações suspeitas e negativas em um conjunto de qualidades positivas. [...] É exatamente nesse sentido que o mascate encarnou uma espécie de mito fundador da etnia. (TRUZZI, 1997, p. 76).

Além disso, o autor também aponta que as qualidades inerentes à figura do mascate, especialmente o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança num futuro melhor, foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplo de conduta. Em São José do Rio Preto, a relação com o comércio foi a porta de entrada para o processo de inserção destes elementos na sociedade local, projeto que, embora bem sucedido, não aconteceu sem maiores conflitos.

Safady explica que o comércio, especialmente pela figura do mascate, foi a “base de toda a sua atividade e o ponto de partida para a sua dispersão em todos os recantos do país” (SAFADY, 1972. p. 21). Para Truzzi, a dedicação, durante certo período, à atividade de mascateação estava inserida na estratégia coletiva de inserção dos árabes, onde os membros estabelecidos davam suporte aos mais novos, estabelecendo-se então uma estável corrente de imigração (TRUZZI, 1997, p. 35).

Ainda que em sua terra natal os sírio-libaneses se dedicassem a atividades ligadas ao campo, esta não foi a opção da grande maioria ao chegar ao Brasil. A considerar-se os dados fornecidos pelos chegados em Santos, muito provavelmente já tinham em mente, como estratégia, trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos<sup>94</sup>. Truzzi ressalta que, ao se depararem com uma sociedade em vias de se urbanizar, é natural que pendessem a tais atividades, aproveitando-

---

<sup>94</sup> Os dados estatísticos apresentados por Truzzi demonstram a grande diferença entre as etnias chegadas ao porto de Santos à época, uma vez que, entre os sírios e libaneses do período, pouco se apresentaram como agricultores. Para um total de 18% de “syrios” ligados a atividades rurais, temos em comparação, por exemplo, para o mesmo período, os italianos, com 49,11% descritos como agricultores; os portugueses, com 47,99%; 78,63% dos espanhóis; e 98,95 % dos japoneses. (TRUZZI, 1997, p. 35).



se do comércio como um novo espaço de inserção profissional. Desse modo, o interior paulista, devido ao intenso processo de ocupação promovido pelo café, foi um terreno fértil ao estabelecimento daqueles novos elementos.

Os dados estatísticos fornecidos pelo recenseamento de 1920 demonstram a presença de 19.290 turco-asiáticos em todo o Estado de São Paulo, quase um terço deles vivendo na capital; no interior, o censo flagrou ainda, conforme aponta Truzzi, uma concentração importante deles na região servida pela Estrada de Ferro Araraquarense. Em suas palavras:

Temos aí uma das regiões do Estado que mais se desenvolveria nas décadas seguintes, beneficiada pela marcha do café em direção ao oeste paulista. As cidades de Rio Preto, Barretos, Olímpia, Catanduva, Taquaritinga e Monte Alto, todos na mesma região, abrigavam então um número bastante expressivo de sírios e libaneses no interior de São Paulo. (TRUZZI, 1997, p. 39).

Os dados populacionais de 1920 demonstram a grande presença da colônia em cidades próximas, como Barretos, Olímpia, Catanduva, Taquaritinga e Monte Alto, de onde vieram vários elementos “syrios” que se estabeleceram em São José do Rio Preto, fato que demonstra a grande circulação entre os membros da etnia, especialmente naquela parte do Estado de São Paulo.

Embora não tenhamos dados que permitam mensurar a importância relativa dos árabes no comércio local para os primeiros anos do século XX, percebe-se, por meio dos jornais, que desde cedo eram identificados enquanto colônia. Em 1906, por exemplo, faziam-se representar coletivamente num evento importante para os padrões locais, estando presentes no enterro do filho do Coronel Adolpho Corrêa, chefe político local, conforme referência feita pelo *O Porvir*, de 13 de maio de 1906 (*O PORVIR*, n. 140, p. 2, 13 maio 1906).

Em 1911, no evento comemorativo do dia 20 de setembro, data da colônia italiana, em que se realizou uma passeata pela cidade, com banda e grande pompa, a bandeira síria figurava à frente do grupo, ao lado das bandeiras do Brasil e da Itália. É interessante notar que o cortejo, numa alusão às principais colônias locais, homenageasse apenas os italianos e os árabes, não havendo ainda referências a espanhóis e portugueses, outros importantes grupos estrangeiros presentes em São José do Rio Preto no início do século passado.

No entanto, para o elemento árabe não foi tão simples o processo de inserção na sociedade da época. Apesar de cada vez mais aceitos, é de se imaginar a crescente concorrência imposta aos antigos comerciantes, principalmente pelos novos métodos de comércio utilizados pelos “syrios”, dentre os quais se destacam, além do ambulante que vai ao encontro dos clientes em suas residências, os preços menores praticados pelo grupo e as imbatíveis vendas a prazo, que, ao que parece, logo atraíram estável clientela.

Contra esse processo, levantaram-se os poderosos locais, utilizando-se do poder político para lutarem contra a “invasão” árabe no meio comercial da cidade. E foram várias as tentativas, desde a primeira Câmara eleita e durante a primeira década do século passado, de barrar o avanço dos “turcos”, como demonstram os pesados impostos cobrados aos mascates, que, de tão altos, alcançavam, às vezes, boa parte do orçamento anual da prefeitura.

Nesse sentido, entendemos as investidas da Câmara contra os árabes, principalmente se levarmos em conta que o primeiro chefe político da cidade, Coronel Pedro Amaral, era o maior negociante local. Arantes e Zanirato qualificam como draconianas as leis impostas contra os mascates, tal qual demonstra o projeto aprovado em abril de 1896, que estabelecia em um conto de réis o imposto para a mascateação no município; e ressaltam a desproporção do valor estabelecido, pois, se levado em conta que o orçamento total do município naquele ano era de dezessete contos de réis, o imposto aplicado ao mascate era simplesmente exorbitante (ARANTES; ZANIRATO, 2000).

Além disso, ainda em fins do XIX, foi aprovada outra lei sobre os mascates, desta vez de autoria do Coronel Pedro Amaral, estabelecendo imposto de dois contos de réis por cargueiro de mascate e incríveis vinte contos por carro de boi, carroça ou charrete. A justificativa do presidente da Câmara foi a de que os mascates levavam o dinheiro para fazer compras em outros municípios (ARANTES, 2000, p. 30).

Note-se, porém, que a presença dos mascates era intensa: no orçamento do município para 1905, a segunda maior fonte de receitas, abaixo apenas do imposto de indústrias e profissões, que havia sido orçado em quinze contos de réis, era o imposto sobre mascates mais que duas vezes maior que o imposto predial, terceira maior fonte das receitas previstas.

**Tabela 1 - Receitas previstas do município de Rio Preto para 1905**

<b>Imposto</b>	<b>Valor</b>
- pelo imposto de indústria e profissões	15:000\$000
- >> >> predial	1:500\$000
- Imposto sobre gêneros exportados	600\$000
- >> >> café	500\$000
- >> >> vehiculos	200\$000
- >> >> mascates	4:000\$000

Fonte: LEI N. 19. Orça receitas e despesas do município de S. José do Rio Preto, no exercício de 1905.(O PORVIR, n.º 65, p. 4, 8/11/1904)

Contra aquela situação, voltam à carga os comerciantes estabelecidos, que conseguem aos poucos diminuir a presença dos mascates na cidade. No orçamento de 1908, por exemplo, os impostos sobre “volantes”, como vinham denominados, não somavam mais de 800\$000 réis, bem abaixo do que representavam os impostos sobre indústrias e profissões, predial e outros (O PORVIR, n. 223, p. 4, 1 jan.1908).

Além disso, se considerarmos que os impostos para mascate de “caixas às costas” era de 200\$000, e que os de cargueiros pagavam 300\$000; e levando também em conta que existiam outros tipos de ambulantes, de menor porte mas igualmente previstos no orçamento, que pagavam 30\$000 de impostos, percebemos que as previsões da prefeitura não contavam com muitos visitantes daquele tipo ao longo de 1908, uma vez que poucos destes alcançariam a cota prevista para aquele ano.

Seria sinal de que, enfim, os mascates tinham tomado outros rumos? Tudo indica que não, se levarmos em conta a Lei n. 60, de 2 de abril de 1908, que retificava os valores das taxas sobre ambulantes, apenas três meses após sua publicação oficial:

LEI N. 60  
De 2 da Abril de 1908.  
Eleva imposto sobre mascates.

O Tenente Coronel Adolpho Guimarães Corrêa, Prefeito Municipal de Rio Preto, faz saber que a câmara em sessão de 27 de Março decretou a lei seguinte.

Art. 1º Fica elevado, no corrente exercício, o imposto de mascate que conduzir caixa as costas à 500\$000; que mascatear com cargueiros 1.500\$000.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria geral da prefeitura do município de Rio Preto, 2 de Abril de 1908. Eu Manoel Leão, secretario da Prefeitura o escrevi. O Prefeito Municipal. Adolpho G. Corrêa. (O PORVIR, n. 234, p. 3, 5 abr.1908).

Ao que parece, os impostos não foram altos o bastante para afastar os mascates, que, apesar de tudo, devem ter tido uma forte presença na cidade e que provavelmente muito incomodaram os comerciantes locais naquele início de ano, obrigando o prefeito a tomar providências, que se efetivaram no aumento das taxas para os “de fora”. Ressalta-se ainda a proporção do aumento verificado nos impostos, que mais de que dobraram, no caso dos mascates que conduziam caixas às costas, e que se elevaram cinco vezes, como se observou nas taxas para cargueiro, que saltaram de 300\$000 para um conto e meio de réis.

E as perseguições não se limitavam aos ambulantes, sendo vítimas também os comerciantes de origem árabe estabelecidos, como demonstra o conflito em 1907, no qual um grupo de representantes do comércio, todos membros da colônia, enviou uma representação ao presidente da Câmara, reclamando contra a perseguição imposta aos mesmos por parte da polícia.

Na *Seção Livre*, do *O Porvir* de 12 de julho daquele ano, em resposta a “zombarias” feitas pelo jornal local *O Rio Preto* sobre as reclamações dos “syrios” à Câmara, os signatários da representação responderam aos ataques daquele órgão, reafirmando, nesses termos, suas reclamações contra as referidas perseguições:

#### SECÇÃO LIVRE

Os signatários da representação dirigida em nome do Commercio local ao Sr. Presidente da Câmara e que foi publicada na *Secção Livre* deste jornal de 28 do mez próximo passado, protestam contra o desmentido que geitosamente, a modo de troça, quis fazer o jornal *O Rio Preto*.

E para comprovar que a representação foi sciente e conscientemente feita pelo commercio, assignam os referidos signatários esta declaração. *Syrios* que vivem modestamente de seu commercio, sem se recusarem nunca a prestarem o concurso que possam ao engrandecimento do meio em que vivem, admiram-se os abaixo assignados que a polícia lhes fizesse tão aberta perseguição, e não podem deixar de estranhar que agora *O Rio Preto* os queira tomar como objeto de suas zombarias.

A isso os abaixo assignados não se prestam. Seja o *Rio Preto*, jornal do espírito, da graça, do que quizer emfim, mas não assim como fez, pois que fez simplesmente palhaçada.

Rio Preto, 9 de julho de 1907”. (O PORVIR, n.º 199, p. 3, 12/07/1907)

José Scaff.

José Miguel Aiub.

Elias Rasgalla.

Jorge Abrão & Irmão.

Angelo Ferreira & Elias Gabriel.

Arrogo de José Antonio Pedro, Elias Gabriel.

Arrogo de Abrão Radoam & Irmão, Elias Gabriel.

Arrogo de Jorge Miguel, Feres Daher Daud.

Arrogo de José Nassif & Francisco Cury, Feres Daher Daud.

Arrogo de Elias Malluff, Feres Daher Daud.

Arrogo de Nicolau Miguel, Feres Daher Daud.

Arrogo de Manoel Elias & Irmão, Feres Daher Daud.

Arrogo de Salamão Antonio Pedro, José Pimenta Benfica.

Arrogo de Abdala Abrão Elias, José Pimenta Benfica.

Abrão Miguel Maragil.

Miguel Salamão Cury.

Arrogo de David Nasser & João Bassit, Miguel Salamão Cury.

Arrogo de Francisco Humice, Miguel Salamão Cury.

As perseguições do período, ao que parecem, foram bastante duras, mas tiveram como consequência um efeito positivo: a organização, por necessidade de defesa, dos

membros da colônia, que coletivamente lutavam para estabelecer-se na cidade, defendendo-se dos ataques dos “de fora”.

Exemplo disso foi a greve empreendida por parte dos comerciantes locais no início de 1908 – não comentada nos jornais e sobre a qual não existem muitas informações –, em que tomaram parte vários elementos da colônia árabe. É o que se entende ao se analisar os expedientes da prefeitura do mês de fevereiro, publicados no *O Porvir*, que trazem uma *Portaria* do prefeito municipal, do dia 1º. de fevereiro “...ao fiscal do primeiro districto, ordenando que casse as licenças de todos negociantes implicados na greve.” (O PORVIR, n. 228, p. 2, 23 fev. 1908).

No expediente do dia 3, encontra-se um requerimento enviado à prefeitura, reproduzido abaixo, no qual vários membros da colônia pedem revogação das penas a eles aplicadas, por não terem “participado na greve”:

PREFEITURA MUNICIPAL  
EXPEDIENTE DA SECRETARIA  
DIA 3 DE FEVEREIRO

Requerimento de Pedro José; Miguel José & Irmão; Abrão Elias Maluff; Jorge Abrão; David Nasser; Felício Scaff; Francisco Hams & Irmão; Abbida Abrão Elias; Abrão Rodoam & Irmão; Manoel Elias & Irmão; Miguel Salomão Cury; Chaim José Elias; Elias Gabriel & Irmão; José Miguel Aiub e José & Francisco Cury, alegando não terem tomado parte na greve, e pedindo seja revogada a ordem que cassou suas licenças. Despacho – Sim – especase novo alvará, depois de pagos os impostos devidos. (O PORVIR, n. 228, p. 2, 23 fev. 1908.).

Empreendidos então coletivamente, num projeto de inserção social que passava pelo estabelecimento efetivo no concorrido comércio da crescente Rio Preto, os árabes conquistaram pouco a pouco o reconhecimento da sociedade receptora. Ainda em 1908, nas páginas do *O Porvir* encontramos uma interessante matéria com informações transcritas do jornal árabe *Salhab*, editado em São Paulo, mas de grande circulação internacional, que ressaltava as qualidades do elemento “syrio”, que se adaptava a qualquer tipo de clima e de trabalho, sempre obtendo ótimos resultados:

COLONIA SYRIA  
transcrevemos por achar conveniente divulgar

Os allemães ignoram que entre os povos com cuja concurencia terão de encontrar no Brazil! Estão não somente polacos e italianos, mas também numerosos syrios.

[...] São, é certo, em sua maioria, pequenos comerciantes, mas entre elles já se contam, entretanto, médicos, advogados, barbeiros, marceneiros e até fazendeiros e agricultores.

Chegados ao Brazil sem nenhuma animação por parte do governo brasileiro, eram elles a principio demasiado pobres para se entregarem à cultura, mas depois de terem economisado algum dinheiro no exercício do pequeno commercio, foram se dedicando cada vez mais ao trabalho do campo.

Accresce que os syrios podem adaptar-se a toda a espécie de climas [...] como o deserto do sertão, perto do Ceará, e nas margens do Amazonas, onde vão trabalhar na colheita de borracha.

Isto confirma igualmente as asserções do *Salhab* quando diz que os syrios vão se cruzando pouco a pouco com os brasileiros e que vinte e cinco por cento delles casam-se com brasileiras.

Semelhante facto concorrerá ainda para augmentar a diversidade extraordinária do cruzamento de raças diferentes que já se pode observar no Brazil. (O MUNICÍPIO, n. 243, p. 2, 7 jun. 1908).

### No rol dos sul americanos

O projeto de estabelecimento econômico do árabe em São José do Rio Preto não tardou em se efetivar. A partir da segunda década do século passado, observou-se uma verdadeira invasão dos “syrios” no comércio local, que passaram a constituir boa porcentagem dos negociantes, muito embora fosse reduzida sua participação, em números absolutos, na composição da população local. Além disso, durante a década de 1920, encontramos vários indivíduos da etnia figurando entre os grupos de maior poder econômico.

Tomemos como exemplo a lista de contribuintes do imposto da *Coletoria Estadual* para o ano de 1927, que demonstra a grande presença do árabe entre os proprietários de estabelecimentos comerciais, representando mais de 28% dos negócios de imigrantes naquele ano. Do total de 566 estabelecimentos registrados, os “syrios” são donos de 107. (O MUNICÍPIO, n. 984, p. 2, 15 fev. 1927; O MUNICÍPIO, n. 986, p. 4, de 17 fev. 1927; O MUNICÍPIO, n. 987, p. 2, de 18 fev. 1927).

Dois anos depois, a mesma *coletoria* apontava 6 árabes entre proprietários dos 15 maiores estabelecimentos, sendo que os dois primeiros, a casa bancaria de Chaim José Elias e o estabelecimento de Moysés Miguel Haddad & Cia, pertenciam a membros da colônia. Naquele ano, poucos estabelecimentos pagaram impostos cujo valor ultrapassava um conto de réis; dentre os 31 estabelecimentos que atingiram essa marca, 9 eram de propriedade de “syrios” (A NOTÍCIA, n. 990, p. 4, 30 jan. 1929).

Em 1930, na lista dos contribuintes elaborada pela prefeitura, é visivelmente importante a presença do árabe entre os proprietários locais, representando grande parcela dos imigrantes em atividades comerciais à época. Naquele ano, 4 “syrios” figuravam entre os 15 maiores proprietários de estabelecimentos comerciais da cidade (O MUNICÍPIO, n. 1706, p. 4, de 24 jan. 1930).

Além disso, se considerarmos dos contribuintes daquele ano apenas os estabelecimentos cujo imposto ultrapassou o valor de um conto de réis, perceberemos a intensa presença dos “syrios” entre os maiores comércios locais, uma vez que detinham, à época, exatamente um terço, ou seja, 20 dos 60 estabelecimentos daquele ano a alcançarem aquela marca. Sobre o processo de ascensão do elemento árabe em Rio Preto, Cavalheiro escreve, em 1929:

Primeiramente vieram os syrios, com a tenda ás costas e a clássica matraca que servia a um só tempos para anunciar aos fregueses a sua chegada e afugentar ao mesmo tempo, as feras que ainda infestavam os caminhos [...].

Finalmente, como premio a todos os sacrificios, os “syrio”s prosperaram rapidamente e em breve, deixavam a tenda do mascate, para se installarem em Rio Preto com importantes Casas Commerciaes, furnidas de tudo o que era indispensavel aos consumidores desse tempo, e assim, graças a um trabalho profícuo, honesto e persistente, conseguiram os syrios manter até hoje a primazia commercial, tornando-se detentores dos maiores e melhores estabelecimentos não só de Rio Preto, mas de toda a Comarca. (ALBUM 1929, Cap. XII. Galeria das Raças, s/n.).

E a presença econômica dos árabes não se limitava apenas ao comércio, sendo importante também em outros setores e negócios lucrativos, de acordo com as diferentes oportunidades surgidas ao longo do tempo. No decorrer do período, e mais frequentemente na década de 1920, encontramos nomes de elementos da colônia ligados aos mais diversos setores, como o banco de Chaim José Elias, além de grandes empresas comerciais, como é

o caso do maior empreendimento local da década de 1920, a criação da Cia. Melhoramentos de Rio Preto, que, fundada por Feliciano Sales Cunha, em 1925, foi responsável por vários quilômetros de estradas pelas diversas áreas do extenso município.

Era frequente entre o grupo o investimento do capital acumulado em alguns anos de trabalho na compra de terras e na formação de plantações de café. Em São José do Rio Preto, esse processo se deu, ao que tudo indica, desde o início do século XX, uma vez que, já em 1915, encontramos os “syrios” entre os mais importantes produtores de café locais.

Nas listas dos maiores cafeicultores de Rio Preto, publicadas pelo periódico *Boletim do Café*, da Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, é possível encontrar diversos nomes de “syrios” entre os mais importantes proprietários dedicados àquela atividade. Existente para o período de 1915 a 1938, o *Boletim* publicava os nomes dos vinte maiores cafeicultores de todos os municípios paulistas, e, desde o primeiro número, encontramos árabes entre os mais importantes produtores rio-pretenses.

Em 1915, na lista que seria renovada apenas para o ano de 1922, os “syrios” Ferlitte José e Felício Scaff eram, respectivamente, o nono e o décimo sétimo entre os maiores cafeicultores locais. Em 1924, o mesmo *Boletim* apontava outros dois elementos da colônia entre os mais importantes produtores, José Scaff e Homsí Buchalla & Cia, respectivamente oitavo e décimo sexto entre os vinte maiores para aquele ano (SÃO PAULO, 1915).

No final daquela década, o elemento árabe ocupava de vez um lugar entre os mais importantes do setor cafeeiro. Em 1928, são árabes os dois maiores cafeicultores locais, Moysés Miguel Haddad e José Scaff, respectivamente com 780 e 714 mil pés de café. Neste ano, também o quinto maior cafeicultor, Azziz Elias, era de origem árabe (SÃO PAULO, 1928).

Ainda em 1930, o *Boletim* apresentava José Scaff em primeiro lugar na lista dos vinte principais cafeicultores locais, que continha ainda os nomes de Moysés Miguel Haddad como décimo segundo, Abrão Ramom e Abrão Raduan, respectivamente décimo sétimo e décimo oitavo maiores produtores (SÃO PAULO, 1930).

O periódico da Secretaria de Agricultura foi publicado até o ano de 1938, e, até esta data, o elemento árabe sempre figurou entre os maiores cafeicultores, sempre com mais de um indivíduo, destacando-se nesse período os nomes de Chaim José Elias, terceiro maior produtor em 1933, e Calil Buchalla, importantes produtores árabes que figuraram nas listas após o ano de 1930. Ao comentar a dedicação do elemento árabe também à produção de café, Elias Choeire escrevia para o *Álbum* de 1929:

No entanto, de uns dez annos pra cá, a constante melhoria dos preços de cafés, que se tornou a bebida universalmente preferida fez ainda que um pouco tarde voltar a atenção dos syrios para a lavoura especialmente a caféeira.

[...]

Actualmente em Rio Preto, como nos demais Municípios paulistas, é grande o numero se syrios agricultores ou que possuem propriedades agrícolas.

Em Rio Preto, onde a Colônia conta com mil e duzentas almas aproximadamente, sem fallar nos municípios de que se formam a comarca, uns vinte por cento do total possuem terrenos e cuidam da lavoura cafeeira.

Na verdade aqui temos fazendeiros syrios por poucos superados e não são raros os que dentre elles teem mais de uma fazenda de elevadissimo valor monetário. (CHOEIRE, E. A Colônia Árabe *ÁLBUM* 1929. Galeria das Raças, s/n.).

O processo de inserção da colônia passava também pela sua representação em associações, que, muito mais do que voz oficial, serviam de espaços de convivência entre os elementos patricios e a sociedade. A primeira associação árabe local data já de 1913, constituída para representar a colônia em momentos de necessidade. Tal instituição durou pouco, sendo várias vezes reformada até ser substituída pela *Sociedade Jovens Syrios*,

fundada em 1922 e que, a partir de 1925, tornou-se a referência oficial da colônia em Rio Preto. Sobre a associação árabe *Jovens Syrios*, escreve Choeire para o *Álbum* de 1929:

Reunindo aí os mais preciosos elementos da Colônia, a Sociedade “Jovens Syrios” tem sabido, neste cinco annos e pouco de existência, desempenhar condignamente o seu delicado papel de representante official da Colônia Syria de Rio Preto e localidades vizinhas, correspondendo estrictamente aos seus desejos e aspirações, na louvavel obra e nobre missão da aproximação entre Syrios e Brasileiros. Sempre apegada a essa divisa tem interpretado fielmente, o pensamento dos syrios e aproveitado bem todas as occasiões de representar o syrio como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente. (CHOEIRE, E. A Colônia Árabe *ÁLBUM* 1929. Galeria das Raças, s/n.).

É importante ressaltar ainda o papel das instituições coletivas da colônia para a efetivação do processo de “reinvenção das identidades”, descrito por Truzzi, ditando a “imagem oficial” da colônia, ou, como nos explica Choeire, no *Álbum* de 1929, “representar o ‘syrio’ como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente.” A “imagem” do elemento árabe passava então pela reafirmação, entre os membros da colônia, de sua cultura e suas tradições, que, além de preservadas nas festas e convivências proporcionadas pela *Jovens Syrios*, eram ensinadas em um colégio próprio, mantido pela instituição.

Além disso, como vimos, era essencial para o projeto de inserção do grupo, a imagem de trabalho e objetividade do elemento árabe, esta representada pelos indivíduos de maior ascensão financeira. Nesse sentido, a associação árabe local mantinha, na década de 1920, um efetivo serviço de proteção de indigentes, que, mais que auxiliar patricios, proporcionava um orgulhoso diferencial aos membros da colônia, sendo, de acordo com Choeire “quase impossivel ver um mendigo de nacionalidade syria vaguear pelas ruas da cidade.” (CHOEIRE, A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, 1929, s/n).

No caso da *Jovens Syrios*, destaca-se a realização de vários eventos artísticos que eram muito concorridos, atraindo a “nata” da sociedade à época, e que muito contribuíram para a valorização social da colônia. Sobre este aspecto da associação árabe rio-pretense, Choeire escreve em 1929:

A Sociedade “Jovens Syrios”, pois, podemos affirmar é uma das instituições que muito honram a Colonia. Beneficente, litteraria e recreativa, tem tratado com verdadeiro amor o interesse, da realização dos seus nobres fins principaes. Os amplos salões por mais de uma vez reuniram, em uteis conferencias e sessões litterarias tudo o que possui de distincto a sociedade riopretana. Alli é o ponto de reunião dos jovens e das pessoas de fina educação porquanto só são admitidos para socios as pessoas de comprovado procedimento moral. A parte beneficente é executada com afinco e zelo pouco communs. (CHOEIRE, A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, 1929, s/n).

Durante a segunda década do século XX, especialmente pelo reconhecimento público de alguns membros da colônia, percebe-se que os árabes conseguem progressivamente sua aceitação por parte dos rio-pretenses. A sua definitiva consolidação econômica trouxe prestígio e levou o elemento árabe a participar ativamente da vida social da cidade, atuando nas mais diversas associações locais.

Tomemos como exemplo a Associação Comercial de Rio Preto, instituição que ao longo do tempo exerceu uma crescente influência política e que contou em sua organização, em 1920, com a participação dos comerciantes “syrios” João Bassit e Nagib Gabriel, este último, presidente de 1925 a 1928. Destaca-se ainda a Associação dos Empregados do Comercio, que teve os “syrios” Mario Tuffi Abufares como membro do conselho fiscal da

primeira gestão e Tuffi Elias Abufares como suplente de Diretor em 1929 (CAVALHEIRO, 1929. Cap. XI - Rio Preto Associativo. s/n.).

Percebe-se, também, o investimento dos membros da colônia em benemerência, participando ativamente de causas públicas, como é o caso da criação do primeiro hospital local, fundado ainda em 1909 e que funcionou até 1915, e a “Casa de Caridade”, que teve, entre os seus idealizadores, os nomes dos “syrios” Chaim José Elias e José Scaff (GOMES, 1975, p. 125-126). Foi importante a atuação de Nagib Gabriel, que, membro da loja maçônica *Cosmos*, foi incorporador da “Casa de Caridade” mantida no surto epidêmico de gripe em 1918, que reativou momentaneamente os trabalhos da antiga e precária casa de saúde pública.

Na década seguinte, na campanha para a criação definitiva da Santa Casa local, novamente foi fundamental a atuação de Nagib Gabriel e Chaim Jose Elias, presentes desde as primeiras reuniões, e que, juntamente com outros “grandes” da colônia, foram de vital importância para o estabelecimento definitivo daquela conquista pela localidade, especialmente por seu auxílio financeiro. É o que demonstra a lista dos doadores para as obras de construção do prédio da Santa Casa, publicada pelo *A Notícia*, em 1925, onde os árabes representam boa parte dos doadores: entre os 13 nomes que haviam auxiliado a instituição, estavam os de João Bassit, Moisés Miguel Haddad, a firma “João Gabriel & Irmãos”, de Nagib Gabriel e Chaim José Elias (*A NOTÍCIA*, n. 57, p. 1, 20 fev. 1925).

Desde a organização efetiva daquele hospital, em 1925, certos nomes de relevo social ficaram responsáveis pela manutenção financeira da instituição, pelo período de um mês, num cargo denominado “mordomo”. Excetuando-se os meses de janeiro e fevereiro, que ficaram a cargo de Feliciano Sales Cunha, grande patrono da entidade, além de agosto, em que o posto foi dividido por dois indivíduos, todos os demais meses do ano contaram com apenas uma pessoa no cargo, e entre os que auxiliaram como “mordomos” naquele ano estão três “syrios”: Nagib Gabriel, responsável pelo mês de junho, Chaim José Elias, por setembro, e João Bassit, “mordomo” de dezembro (*A NOTÍCIA*, n. 96, p. 1, 23 abr. 1925).

E a presença dos árabes, ao que parece, era quase que obrigatória em todos os grandes projetos sociais que se efetivaram na cidade à época. Em 1926, por incentivo do Juiz de Direito local, diversos nomes de relevo uniram-se no projeto de fundação da Sociedade Beneficente de Rio Preto, fundada em 15 de novembro daquele ano com apoio financeiro de vários elementos da colônia, destacando-se a figura de Moyses Miguel Haddad, escolhido tesoureiro da entidade. Destaca-se o fato de a reunião de fundação da sociedade beneficente ter acontecido nos salões da *Jovens Syrios*. (*O MUNICÍPIO*, n. 910, p. 1, 17 nov. 1926).

Os representantes da colônia não deixam dúvidas sobre o padrão do árabe inserido na sociedade local. Chaim José Elias, João Bassit, Moyses Miguel Haddad e Nagib Gabriel eram todos elementos de posse, ligados aos mais diversos empreendimentos locais, estereótipo perfeito do árabe vitorioso almejado como imagem pela colônia.

Internamente, atuando de forma mais próxima ao grupo, percebe-se a presença de elementos diferenciados, como alguns intelectuais e profissionais liberais, de que são exemplo o professor Elias Choeire e os médicos Habib Garzuzi e Taufik Rahd, todos diretores da associação *Jovens Syrios* na década de 1920.

Em fins da década de 1920, a trajetória ascendente do árabe estava completa. Os elementos da etnia estavam entre as maiores fortunas locais e ligados aos mais importantes eventos e projetos. Eram, ao que tudo indica, admirados pelos rio-pretenses, como demonstram os eventos públicos em homenagem à colônia do início de 1929, o *Grandioso Festival Oriental* e a apresentação do filme sobre a Síria e o Líbano *A atração do Oriente*, eventos que foram grandiosamente noticiados pelo *O Município*:

Diversões  
Edem Parque



Será focalizada na tela desta casa de diversões, hoje na 2ª. sessão, às 9 horas, a importante e bellissima película 'A Attractão do Oriente', grandioso film documental de um dos paizes mais antigos na História da Humanidade: a Syria e o Líbano de 1927, pellicula filmada por pessoal technico e artistico. (O MUNICÍPIO, n.º1545, p. 2, 28/02/1929)

Elias Choeire, ao comentar para o *Álbum de 1929* o vitorioso processo de inserção e ascensão social do elemento árabe, elogiava a diversidade de empreendimentos a que se dedicavam os membros da colônia:

Em summa, temos entre a colônia aqui, os lavradores, os industriaes especializados em productos de terra, os boiadeiros e os criadores, isto nos domínios da agricultura e seus derivantes.

Nas outras profissões igualmente honrosas e dignificantes o numero desses compatriotas não é, relativamente, pequeno.

[...]

Todo esse movimento e esses varios emprehendimentos quer na lavoura, nas profissões liberaes e na industria, todos elles de caracter perpetuo e de duração indefinida, indica perfeitamente e de maneira simples e cabal que os filhos da Syria que aqui estão, já estão contados no rol dos Sul Americanos. (CHOEIRE, Elias. A colônia árabe. *Álbum de 1929*. Galeria das Raças. s/n.).

Desse modo, assinala para a sociedade local e para a própria colônia a trajetória vitoriosa de inserção social empreendida por seus patrícios. Naquele momento, importava assinalar que os “filhos da Syria” ocupavam seu merecido lugar de destaque, “no rol dos Sul Americanos”.

Mas até que ponto ia a inserção do árabe na sociedade rio-pretense? A sua ascendente trajetória mostra os “syrios” entre as elites econômicas e culturais de São José do Rio Preto. Tal inserção seria confirmada pela entrada dos membros da colônia no grupo de poder político?

É o que se apreende da eleição de José Scaff para a suplência do cargo de vereador, função que ocupou por curto período, em 1912, e que deve ser considerada importante, uma vez que a presença do elemento árabe na política era praticamente nula até a década de 1930 (TRUZZI, 1997, p. 150).

Sobre este acontecimento, qual seja a presença de um “syrio” entre os candidatos mais votados em uma eleição municipal, que era o requisito para se ocupar uma vaga na suplência da vereança, não entendemos tratar-se de uma aceitação plena destes elementos pela sociedade local, que se confirmasse, de modo efetivo, em uma confiança eleitoral da população, ainda que não desconsideremos os votos, provavelmente concentrados em massa, do contingente árabe em seu candidato.

Na política local da Primeira República, as eleições eram quase sempre ditadas pelo Diretório do PRP, que, pelos jornais, publicava seus *Boletins Eleitorais*, indicando a chapa a ser votada ao eleitorado, que geralmente apenas “confirmava” a indicativa nos dias das eleições. A presença de José Scaff entre os indicados deve ser entendida, sim, como mais uma importante inserção social dos árabes à época, mas esta referia-se aos donos do poder político, que agora definitivamente apoiavam-se também na influência dos membros da colônia, inserindo um nome “syrio” na chapa oficial.

Ao contrário do que possa parecer, a precoce entrada de um árabe no grupo que controla o poder político, dada pela eleição de Scaff, não anunciava uma grande participação da etnia na política local ao longo do período, pelo menos no que se refere à ocupação de cargos eletivos, uma vez que não houve nenhum membro da colônia entre os vereadores e prefeitos rio-pretenses desde então (ARANTES, 2000, p. 52).

Em São José do Rio Preto, as preocupações do elemento árabe estiveram mais voltadas aos seus negócios e a suas atividades, e o grupo não se envolveu em conflitos políticos de destaque no período, em consonância com a curiosa nota do *A Notícia*, de 1929, em referência ao grande comerciante e fazendeiro “syrio” Moysés Miguel Haddad:

Seção Quitutes (Pensamentos, e... preconceitos)

*Por mim pode ser lá quem for o futuro Presidente da República, o que eu quero é vagões para embarcar café.* Moysés Haddad. (*A NOTÍCIA*, n. 1134, p. 1, 09 ago. 1929).

No entanto, em fins da década de 1920, um curioso episódio envolvendo um importante membro da colônia árabe indica que as ideias políticas não estiveram totalmente descartadas pelo grupo, revelando a forma de atuação dos árabes riopretenses no período. Nagib Gabriel, presidente da Associação Comercial, falsificou ofício da entidade em congratulações à eleição de Victor Bastos para prefeito, inserindo vários elogios ao amigo, atitude que não passou despercebida pelo opositor *A Notícia*, que lançou várias críticas ao presidente da Associação:

#### ELOGIOS DE ENCOMMENDA

O Sr. Nagib Gabriel, candidato perpétuo do sr. Victor Bastos, a uma cadeira de vereador, ilude a boa fé dos diretores da Associação Comercial A posição crítica do Presidente da Associação que falsificou um officio

Mas todos sabem das relações do sr. Nagib Gabriel com o sr. Victor Bastos, como também é do conhecimento que o sr. Victor sempre pensou em fazer do sr. Nagib, vereador à Câmara Municipal e que isso constitue o sonho do sr. Nagib.

Pois muito bem.

O officio não agradou ao velho prefeito.

Queria o governador, largos elogios, rasgadas barretadas e d'ahi o sr. Nagib Gabriel substituir o officio... (*A NOTÍCIA*, n.º 474, p. 1, 30/01/1927).

O elemento árabe, embora não estivesse representado por nenhum membro da colônia nos cargos da Câmara, atuava à sua maneira no meio político local, adquirindo importância ao longo do tempo como grupo de influência e angariador de votos, como demonstram as participações de José Scaff em 1912 e a atuação de Nagib Gabriel em 1927.

E o que fizeram os árabes da colônia local no momento em que passaram a influenciar o meio político? Atuaram no sentido de garantir sua permanência na situação de destaque no meio econômico, origem de todo seu processo de ascensão. Defendendo a posição que a duras penas haviam conseguido, os grandes árabes do comércio empreendem uma grande campanha contra o comércio ambulante, que “muito prejudicava” os comerciantes estabelecidos, como demonstra a nota do *A Notícia* de fins de 1925:

#### EM BENEFICIO DO COMMERCIO HONESTO

Campanha necessária

[...] é justo que a Camara Municipal procure corresponder a essa boa vontade, protegendo o commerciante estabelecido contra a ganancia e a especulação dos vendedores ambulantes, dos mascates, dos homens da prestação.

A nossa cidade està cheia desses typos indesejáveis que infestam as pensões e às vezes atrevidamente se apresentam às casas particulares.

Actualmente, disse-nos hontem sympathico gerente de uma das importantes casas da praça, é simplesmente espantoso o numero desses vendedores a prestação, desses ambulantes que muito seriamente prejudicam o negocio do commercio estabelecido e que sempre concorre para todas as iniciativas que visem o bem publico, o progresso da cidade. (A NOTÍCIA, n. 196, p. 1, 6 dez. 1925)

Por meio da Associação Comercial, da qual participavam vários elementos “syrios”, os donos do comércio atacaram os ambulantes durante todo o final da década de 1920, sendo constantes nos jornais as referências ao comércio ilegal nas ruas (A NOTÍCIA, n. 203, p. 1, 18 dez. 1925), ou às necessidades de aumento de impostos para aquela atividade (A NOTÍCIA, n. 898, p. 1, 7 out. 1928).

### **Abuso nas feiras e as irregularidades no fechamento do commercio**

#### **As providencias da Associação Commercial**

Irregularidades no fechamento dos estabelecimentos nos bairros mais afastados e a venda de artigos de armarinho e quinquilharias na feira. (artigos que não são de primeira necessidade.). (A NOTÍCIA, n. 1354, p. 1, 27 maio 1930)

#### **Ambulante Multado**

Hontem, o funcionário municipal, sr. Brigagão Luccas, multou o vendedor ambulante, Samuel Gumback, de que também apreendeu as mercadorias, por estar exercendo o commercio sem haver pago os impostos municipaes a que estava sujeito. (O MUNICÍPIO, n. 1405, p. 1, 15 ago. 1928)

Eram eles agora a pedir proteção da política em defesa de seus interesses, muito embora poucos anos antes seus patrícios tenham enfrentado tão grandes dificuldades para inserir-se no mercado local. Tudo indica que teriam aprendido a lição.

### **Considerações finais**

O objetivo do presente trabalho foi apreender a trajetória da inserção social da colônia árabe em São José do Rio Preto, no contexto das grandes transformações urbanas promovidos pela inserção da região no complexo exportador cafeeiro. Naquele momento, a cidade vivenciava um intenso processo urbanização, com a chegada de uma enorme massa de trabalhadores imigrantes, dentre os quais destacam-se os de origem árabe, que, presentes na região desde fins do século XIX, fizeram da cidade a maior colônia da etnia no interior paulista na década de 1920. Sua presença não passou despercebida pelos “donos do poder”, dando origem a vários conflitos que indicaram a disputa pelos espaços sociais, especialmente o mercado local.

Foram várias as ações do grupo pré-estabelecido buscando limitar e dificultar a presença dos comerciantes árabes na cidade; a mais esdrúxula, a tentativa de proibição da fala do idioma árabe, figurava ao lado de outras, tais como a rígida fiscalização e uma altíssima taxa de impostos para mascates, além da clara perseguição aos comerciantes estabelecidos membros da colônia pela polícia.

No entanto, as dificuldades iniciais e a hostilidade encontrada promoveram a organização daqueles indivíduos que, coletivamente, empreenderam um efetivo processo de inserção social, figurando em pouco tempo nos principais grupos e empreendimentos da sociedade local, trajetória que permite vislumbrar diversas estratégias utilizadas pelos imigrantes árabes em busca de seu lugar naquela sociedade.

A ligação com o comércio, característica principal daqueles que deixaram a Síria e o Líbano rumo à América, foi também a porta de entrada do imigrante árabe na sociedade rio-

pretense, significando não apenas a atividade econômica que garantia o sustento, mas também, simbolicamente, a situação efetiva de vencedor num processo doloroso que se iniciara anos antes, quando do abandono de sua terra natal.

A presença dos árabes nos grupos de poder econômico ligados às atividades comerciais era impressionante na década de 1920, e os membros da colônia constituíam um terço dos proprietários de estabelecimentos do período, apesar de sua pouca representatividade numérica em meio à sociedade. Pertencia a árabes grande parte dos maiores estabelecimentos comerciais do período.

Além do comércio, atividade tradicional entre os membros da colônia, verifica-se em São José do Rio Preto a atuação do árabe também nos empreendimentos rurais, especialmente aqueles ligados ao complexo exportador cafeeiro. Durante todo o início do século passado, foi possível encontrar membros da colônia como formadores de fazendas e grandes produtores de café.

O processo de inserção da colônia passava também pela sua representação em associações, que, muito mais do que voz oficial, serviam de espaços de convivência entre os elementos patrícios e a sociedade. Ressalta-se ainda o papel daquelas instituições para a efetivação do processo de “reinvenção das identidades”, descrito por Truzzi (1997), ditando a “imagem oficial” da colônia, representando o árabe como ele era “verdadeiramente”, “e não como supunham sel-o erradamente” (CHOEIRE, A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, 1929, s/n).

A sua definitiva consolidação econômica trouxe prestígio e levou o árabe a participar ativamente da vida social da cidade, atuando nas mais diversas associações e empreendimentos locais, tais como Lojas Maçônicas e associações de classe, destacando-se a poderosa Associação Comercial, que, como visto, foi importante instrumento de ação política por parte dos elementos da colônia. Verifica-se também a importante atuação do árabe nas atividades de benemerência, participando ativamente das principais ações coletivas do período.

Desse modo, o efetivo processo de inserção social do árabe em São José do Rio Preto culmina, em fins da década de 1920, com a presença daqueles elementos nos principais grupos de poder da sociedade local, situação refletida no *Álbum Ilustrado da Comarca* de 1929, que dá à colônia espaço nobre na *Galeria das Raças*, ao lado de outros importantes grupos de imigrantes da cidade, sinal de que, naquele momento, os “filhos da syria” tinham seu tão almejado lugar no “rol dos sul-americanos”.

Tal inserção social, como visto, não se efetivou na participação do árabe nos grupos de poder político eletivo, sendo baixo o número de elementos da colônia atuando como vereadores e representante políticos. No entanto, foi possível apreender a ação política de forma indireta, por meio dos postos galgados em instituições de relevo social.

A pressão ao poder público para o estabelecimento de políticas em defesa de seus interesses, especialmente no combate ao comércio irregular, demonstra uma estratégia que garantiria a manutenção da situação de destaque no meio econômico local, origem de seu processo de ascensão, lição que aprenderam após períodos de grandes dificuldades.

## Referências

A NOTÍCIA. 1924-1930 (Vários números).

ARANTES, A.; ZANIRATO, A. **Legislativo Rio Pretense**: nossa história. S. J. Rio Preto: Ed. Rio Pretense, 2000.

ARANTES, Lelé. **Dicionário rio-pretense**. São José do Rio Preto: Editora Rio-Pretense, 2000.

CAVALHEIRO, A. **Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto: 1927-1929**. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, F. M. (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

ELLIS JUNIOR, A. **Populações paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade: Rio Preto**. São Paulo: Ed. Gráfica São José, 1975.

HEINZ, F. M. (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

O MUNICÍPIO. 1926-1930 (Vários números).

O PODER MODERADOR, n. 34, p. 3, 4 fev.1912.

O PORVIR. 1904-1908 (Vários números).

SAFADY, J. **Panorama da imigração árabe**. São Paulo: Ed. SAFADY, 1972.

SAFADY, Wadih. **Cenas e cenários dos caminhos de minha vida**. Belo Horizonte: 1966.

SÃO PAULO. **O Café**. Estatística de Produção e de Comércio. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1915 - 1937-38.

SILVA, Henry M. M. **O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940**. 2009, 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – *Campus* de Franca, Franca, 2009.

SILVA, R. **Álbum da Comarca de Rio Preto: 1918-1919**. s/ed., 1919.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

Recebido em outubro de 2016.  
Aprovado em janeiro de 2018.



<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-10>

## **O PRIMEIRO CONDENADO À MORTE NA REPÚBLICA: Theodomiro Romeiro dos Santos e a Justiça Militar**

*Felipe Cittolin Abal\**

*Ana Luiza Setti Reckziegel\*\**

**RESUMO:** O presente artigo analisa o processo contra Theodomiro Romeiro dos Santos, transcorrido durante a ditadura militar brasileira e julgado pela Justiça Militar. Após o homicídio de um membro da aeronáutica, Theodomiro foi preso, torturado e condenado à morte pelo crime que lhe era imputado. Através do estudo do processo, é possível verificar o caráter parcial da Justiça Militar e o seu papel auxiliar à repressão contra os opositores da ditadura militar, bem como a evidente tentativa do regime militar de manter uma aparência de legalidade e legitimidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar. Justiça Militar. Pena de Morte. Theodomiro Romeiro dos Santos.

**ABSTRACT:** This article examines the case against Theodomiro Romeiro dos Santos, passed during the Brazilian military dictatorship and tried by a military court. After the murder of a member of the aeronautics, Theodomiro was arrested, tortured and sentenced to death for the crime that was imputed to him. Through the study of the process it is possible to verify the partial character of the Military Justice and its auxiliary role to the repression against the opponents of the military dictatorship, as well as it makes visible the attempt of the military regime to maintain an appearance of legality and legitimacy.

**KEYWORDS:** Military dictatorship. Military justice. Death penalty. Theodomiro Romeiro dos Santos.

### **Considerações iniciais**

Durante o período de 21 anos de ditadura militar no Brasil, os militares sempre se preocuparam em dar uma máscara de legitimidade e legalidade ao seu governo, tanto através da criação de leis, alterações constitucionais e elaboração de atos institucionais, quanto alterando a composição e as competências dos tribunais, sempre em nome da manutenção da ordem e da repressão aos agentes sociais tidos como subversivos.

Inserida neste intuito de legitimar a maior parte das ações dos militares estava a Justiça Militar, órgão que teve sua competência ampliada e servia, na maioria dos casos, para demonstrar que os agentes do governo atuavam dentro da legalidade. Foi neste contexto de repressão e de utilização do aparato judicial para a eliminação dos opositores do regime que se pôde encontrar um dos casos judiciais mais emblemáticos do judiciário brasileiro durante a ditadura militar: a condenação à morte de Theodomiro Romeiro dos Santos, a primeira ocorrida desde a proclamação da República.

Por mais que a condenação de Theodomiro não seja um fato pouco tratado por historiadores, devendo ser citadas pesquisas a respeito do caso, como as dissertações de Angela Moreira Domingues da Silva e de Joviniano Soares de Carvalho Neto, a análise e a exposição do caso desde seu início até a reforma da sentença não foi abordada com a devida atenção. É por este motivo que o presente artigo pretende explorar o processo judicial

---

\* Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

\*\* Doutora em História. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

envolvendo Theodomiro, partindo de sua atuação junto ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, passando pela sua condenação em primeira instância e chegando aos seus recursos ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal.

Os processos judiciais são fontes relevantes de pesquisa histórica, podendo demonstrar, mesmo através da análise de um caso, como é feito neste artigo, a estrutura judicial, os instrumentos legais existentes e utilizados em um momento histórico e, especialmente no caso em tela, as relações entre o poder executivo e a atuação dos membros do poder legislativo, uma vez que a condenação de opositores do regime militar era uma constante no que diz respeito à justiça militar.

Esta pesquisa, realizada com base no processo obtido na íntegra junto ao projeto *Brasil: Nunca Mais*, está ligada a outra pesquisa acerca de condenados à morte durante a ditadura militar brasileira – Ariston Lucena e Diógenes Sobrosa de Souza –, a qual também resultou em um artigo científico. As análises dos processos judiciais contra pessoas consideradas “subversivas” revelam o caráter acessório da Justiça Militar na repressão de opositores do regime e também reforça a afirmação de que a ditadura militar brasileira tentou, sempre que possível, revestir-se de uma carapaça de legalidade através de instrumentos legislativos e da atuação judicial.

### **1. Theodomiro Romeiro dos Santos, PCBR e prisão**

Em 25 de março de 1971, Theodomiro Romeiro dos Santos, com 19 anos de idade, ouviu a leitura da sentença do Conselho de Justiça para a Aeronáutica. Théo, acusado de homicídio, era agora um condenado à morte. Mais do que isso, era o primeiro condenado à morte desde a proclamação da República. Para compreender a sua condenação, porém, não basta que se inicie expondo o crime do qual foi acusado ou o seu julgamento. Deve-se explorar também o contexto em que ele estava inserido, iniciando pela organização da qual ele participava, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e sua atuação.

Após o golpe civil-militar de 1964, a linha dura das Forças Armadas brasileiras foi ganhando cada vez mais espaço, culminando no AI-5 em 1968, resultado do amadurecimento do projeto de uma “utopia autoritária”, “a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (FICO, 2004). As forças da repressão conquistavam um maior poder e tornavam mais constantes as prisões arbitrárias, as torturas e os assassinatos.

Enquanto o aparelhamento da ditadura era fortalecido e incrementado, as organizações de esquerda passavam por rachas, reorganizações e novas articulações. Após o golpe, a aposta do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em uma revolução pacífica e democrática foi vista por muitos esquerdistas como inábil para atingir os objetivos almejados (NAPOLITANO, 2014, p. 251), especialmente diante dos métodos dos militares que impunham sua vontade com a presença de tanques nas ruas. De dentro do PCB começou a surgir, então, a Corrente Revolucionária, inicialmente agrupada em torno de pessoas que haviam desempenhado um papel chave na elaboração das formulações partidárias entre 1958 e 1960: Mário Alves, Jacob Gorender, Apolonio de Carvalho, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira (REIS FILHO, 1990, p. 47-48).

Em setembro de 1967, ocorreu um “racha”, liderado por Apolonio de Carvalho que, junto dos delegados à Conferência Regional do Rio de Janeiro, romperam com o Partido. Estes dissidentes articularam-se em uma nova agremiação partidária, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (REIS FILHO, 1990, p. 47). A linha de ação traçada pelo PCBR era bem distinta daquela defendida pelo “Partidão”. Distanciando-se da linha pacifista que havia demonstrado ser ineficaz diante das estratégias da direita, pretendia-se a realização de uma revolução armada com fins de instaurar um governo comunista. O PCBR pretendia seguir o exemplo cubano, acatando as resoluções da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) ao mesmo tempo em que se afastava do chamado “foquismo” de Régis



Debray, estratégia adotada pela ALN (Ação Libertadora Nacional), teoria revolucionária assim denominada por partir da premissa de criação de diversos focos de guerrilha.

O início da luta armada por membros do PCBR partiu do Comitê Regional de Pernambuco, que deslocou um grupo para João Pessoa em maio de 1969 e subtraiu de dois funcionários do Banco da Lavoura uma valise contendo dinheiro da Companhia Souza Cruz. Enquanto, de um lado, a ação mereceu publicidade por se tratar da primeira na região Nordeste, de outro ela sofreu resistência por parte de alguns dirigentes do Partido, a exemplo de Apolonio de Carvalho. Mesmo com as ressalvas dos dirigentes, seguiram-se outras ações em Recife e em Olinda, com assaltos a agências bancárias e postos de gasolina e um assalto a um transporte de dinheiro da Souza Cruz que acabou com a morte de um funcionário da empresa em outubro de 1969. Estas iniciativas, somadas ao ingresso de ex-militares aos quadros do PCBR, acabou por quebrar a resistência dos dirigentes e ativistas do Partido (GORENDER, 1987, p. 154).

O ano de 1970 foi marcado pelos graves revezes sofridos pelas organizações de esquerda brasileiras e uma das mais atingidas foi o PCBR. Em 1969, Mário Alves, um dos líderes do partido, mudou-se para o Rio de Janeiro. No segundo semestre de 1969, um racha no Partido era anunciado, restando, de um lado, os defensores do aprofundamento da linha militar, e, de outro, os partidários de um movimento de luta mais ameno. Foi marcada, então, uma reunião do Comitê Central para janeiro de 1970, a qual nunca aconteceu. Com a prisão de um dos fundadores do Partido, Salatiel Teixeira Rolim, diversos aparelhos foram estourados e membros da direção presos. Em 16 de janeiro, Mário Alves foi preso, torturado e assassinado, recusando-se até o fim a revelar qualquer informação (GORENDER, 1987, p. 180-181).

Com a queda dos principais dirigentes do PCBR, formou-se uma nova direção nacional que determinou o deslocamento de militantes para o Ceará e a Bahia, onde seriam continuadas ações de expropriação. Exatamente em Salvador ocorreria o estopim de um dos casos judiciais mais emblemáticos da ditadura militar brasileira: o julgamento de Theodomiro Romeiro dos Santos.

Theodomiro Romeiro dos Santos nasceu em Natal, no dia 29 de dezembro de 1951, filho de uma professora e um militar que havia chegado ao posto de capitão do Exército. Possuía seis irmãos, cinco deles do primeiro casamento de seu pai com a irmã de sua mãe. Durante o curso científico, almejava cursar medicina, porém a política nacional e seu envolvimento com movimentos estudantis, assistenciais e, posteriormente, o PCBR impossibilitaram a consecução de seu sonho (ESCARIZ, 1980, p. 54).

Com a perseguição de líderes estudantis em Natal após as movimentações ocorridas em virtude do assassinato do secundarista Edson Luiz, em maio de 1968, Theodomiro resolveu sair da cidade, passando dois meses em São José dos Campos, seguido por um período em Brasília e chegando em Salvador, onde cursaria o terceiro ano do científico no Colégio dos Maristas. Foi em Salvador que Theodomiro teve contato com membros do PCBR e passou a trabalhar, a partir de fevereiro de 1970, na montagem de aparelhagem para o pessoal e em ações de pichação, panfletagem e planejamento de ações de expropriação (ESCARIZ, 1980, p. 55-56).

Theodomiro participou, em 25 de maio de 1970, de um dos poucos assaltos a banco realizados em Salvador, quando uma agência do Banco da Bahia, localizada na avenida Lima e Silva, no bairro Liberdade, foi alvo de uma ação (SOUZA, 2009, p. 148). O assalto havia sido um desastre. Após ingressarem no banco e renderem funcionários e clientes, uma senhora que via os acontecimentos ligou para a polícia. Com a tentativa de um policial de ingressar no banco, começou uma troca de tiros e os militantes tentaram sair com o dinheiro. No meio da confusão, o saco de dinheiro ficou embaixo da porta do automóvel designado para a fuga e Theodomiro e seus companheiros escaparam sem o dinheiro, que seria utilizado em uma ação voltada para o cônsul estadunidense em Salvador e Recife, em troca de presos ligados ao PCBR, ação que acabou sendo abortada (DELLA VECHIA, 2005, p. 152-153).

Com a queda de um aparelho em Recife, em julho de 1970, a maioria dos quadros do PCBR estava em Salvador e passava a sofrer com uma intensa vigilância policial. Em 27 de outubro de 1970, estavam reunidos, no Dique do Toró, Theodomiro, Paulo Pontes e Getúlio Cabral. Um quarto militante do PCBR, Dirceu Régis, havia se retirado pouco tempo antes. Foi decidido que Theodomiro e Paulo Pontes permaneceriam em Salvador para atuar junto ao movimento estudantil, enquanto Getúlio Cabral sairia da Bahia e Dirceu Régis se deslocaria para o interior da Bahia (DELLA VECHIA, 2005, p. 170).

Enquanto conversavam, Getúlio Cabral percebeu a aproximação de um jipe do exército e começou a correr e atirar. Theodomiro e Paulo Pontes estavam de costas, não conseguiram fugir e foram agarrados por quatro homens. Os dois presos foram algemados um ao outro e jogados atrás do jipe juntamente com uma pasta de Theodomiro. Enquanto os militares ainda tentavam alvejar Getúlio, Theodomiro, com sua mão livre, pegou um revólver calibre 38 de dentro da pasta e disparou contra o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima e o agente federal Amilton Nonato. Os demais policiais conseguiram dominar e espancar Theodomiro. Sem qualquer socorro, o sargento Walder acabou morrendo em decorrência dos ferimentos. Entrevistado em 1979, Theodomiro descreveu toda a ação:

Os quatro caras, sem se identificarem foram chegando e agarrando imediatamente eu e o Paulo porque o Getúlio conseguiu fugir, trocando tiros. Eu estava com uma pasta na mão, com um revólver calibre 38 dentro. Paulo estava com um pacote de roupa. Eles tomaram a pasta e o pacote e depois de colocar as algemas nos jogaram no fundo do "Jeep". Três entraram no carro, ficando um (o cabo Odilon) do lado de fora, trocando tiros com Getúlio. O "Jeep" andou alguns metros até alcançar uma pequena ponte sobre as águas do dique, por onde fugia Getúlio. Em meio ao tiroteio, eles me devolveram a pasta sem nem abri-la [...]. Walder tinha saltado e estava na porta do "Jeep" quando consegui, com a mão esquerda, abrir a pasta e pegar o revólver. Tentei acertar o Walder, mas o primeiro tiro falhou. Criou-se um pânico dentro do carro, agravando o clima já tenso pela troca de tiros. Dei um segundo tiro e acertei o Walder, e um terceiro em direção ao outro policial (José Felipe), mas a bala alojou-se no teto do "Jeep". Ainda dei dois tiros, acertando um deles no Amilton Nonato. (ESCARIZ, 1980, p. 58-59).

Após sua prisão Theodomiro e Paulo foram levados à sede da Polícia Federal, sendo espancados durante todo o trajeto. As torturas continuaram de forma incessante após sua chegada, com socos, pontapés, golpes de cassetetes e coronhadas. Em determinado momento, foi chamado um enfermeiro diante da preocupação de que Theodomiro poderia morrer. O enfermeiro disse não ser nada grave e derramou éter na cabeça de Theodomiro, que escorreu pelos olhos e gerou a sensação de queimadura na pele. Após um curto período em uma pequena cela que não permitia sequer que sentasse, Theodomiro voltou a ser espancado e, posteriormente, colocado no pau-de-arara onde também sofreu com choques elétricos. Depois da tortura, foi levado para prestar depoimento (ESCARIZ, 1980, p. 59-60).

Com a prisão de Theodomiro, à época com apenas 18 anos de idade, pode-se passar neste instante à análise do foco principal do presente artigo: o processo judicial ocorrido e a pena imputada a Theodomiro, um caso emblemático do procedimento judicial durante a ditadura militar.

## **2. O Processo Judicial contra Theodomiro Romeiro dos Santos**

Em 13 de novembro de 1970, o Procurador Militar Antônio Brandão Andrade ofereceu denúncia contra Theodomiro e Paulo, agora presos no Forte do Barbalho, resumindo os fatos apurados constantes no Auto de Prisão em Flagrante realizado, dizendo estarem comprovadas que "as atividades criminosas dos ora denunciados, tinham o propósito deliberado e consciente de subverter e mudar, pela força, mediante [...] apoio e subsídio de

organização estrangeira e âmbito internacional, identificada no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (C.P.B.R.) (sic), a ordem político-social do nosso país” (BRASIL, 1974, p. 4).

Assim, denunciou Theodomiro e Paulo por infração ao parágrafo 2º do artigo 33 do Decreto Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, conhecido como Lei de Segurança Nacional (LSN), combinado com os artigos 53 e 79 do Código Penal Militar, os quais dispõem sobre a coautoria e o concurso de crimes. O dispositivo legal da LSN, de maior importância, assim versava: “Art. 33. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade: § 2º Se da violência resultar morte: Pena: prisão perpétua em grau mínimo, e morte, em grau máximo”.

Realizada a denúncia e juntados ao processo os autos de apresentação e apreensão dos materiais que estavam em posse de Theodomiro e Paulo, os autos de prisão em flagrante, notas de culpa dos denunciados, boletins de vida pregressa dos indiciados, laudo de exame cadavérico de Walder Xavier de Lima, exame de lesões corporais de Amilton Nonato Borges, entre outros documentos, e nomeado como curador de Theodomiro o advogado Carlos Neves Galluf, uma vez que o denunciado possuía 18 anos à época do fato, e era, portanto, menor de idade segundo a legislação vigente no momento dos fatos, foi dada sequência ao processo com a formação do Conselho que julgaria os denunciados.

O Conselho de Justiça da Aeronáutica foi nomeado pelo Ministro da Aeronáutica Militar, escolhendo os oficiais tenente coronel aviador Vicente de Magalhães Moraes, tenente coronel aviador Adail Coaraci de Aquino, tenente coronel intendente Armando Regueiro Taboada, todos do Comando Costeiro, e o major aviador Eros Afonso Reimann Franco do 1º Esquadrão do 7º Grupo de Aviação. Em 09 de dezembro de 1970, os militares foram oficialmente nomeados e prestaram compromisso, sendo designado o tenente coronel aviador Vicente de Magalhães Moraes como Presidente em virtude do fato de ser o mais antigo. Foi, então, apresentado o processo aos membros do Conselho, ao Juiz Auditor que acompanhava o processo e apregoados os acusados, os quais estavam presentes.

Como se pode denotar, o Conselho ao qual caberia o julgamento de Theodomiro e Paulo era composto em sua totalidade por oficiais da Aeronáutica nomeados pelo Ministro da Aeronáutica, uma vez que se tratava de um crime cometido contra membro deste ramo das forças armadas, em conformidade com o artigo 84 da LSN que dispunha: “Art. 84. Serão nomeados pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar os membros dos Conselhos de Justiça competentes para o julgamento dos crimes punidos com as penas de prisão perpétua e de morte”.

Já de início é possível verificar o caráter de excepcionalidade do Conselho nomeado e a impossibilidade de existência de uma defesa concreta ou de um resultado favorável aos acusados. Caberia a membros da Aeronáutica o papel de julgadores de acusados pela morte de um membro da Aeronáutica, tornando inviável qualquer máscara de neutralidade dos julgadores. Como expõe Luzimar Dias: “[...] a Justiça Militar foi apenas aquilo que tinha de ser: um próprio apêndice desse terror, um poder formal, que por detrás de uma capa de legitimidade, legitimou apenas o arbítrio, a tortura e a violenta repressão instaurada em toda a sociedade” (DIAS apud MACIEL, 2006, p. 85).

Mesmo tratando-se nitidamente de um tribunal de exceção, todos os trâmites eram revestidos de uma carapaça de legalidade, cumprindo os requisitos expostos em lei, como forma de legitimar os atos ocorridos durante o processo. Diante disto, na sequência, o Presidente do Conselho nomeou o advogado Antônio da Silveira Pereira da Rosa como curador do réu menor Theodomiro e como advogado de Paulo. A primeira atitude do advogado foi pedir prazo para que os acusados indicassem advogados, caso quisessem, uma vez que “têm estado prêso (sic) até a presente data, sem oportunidade para escolher os defensores de sua confiança”. O pedido foi negado pelo Conselho por entenderem que os réus não haviam feito isto até o momento, mantendo o advogado de ofício.

Na sequência requereu o advogado que fosse quebrada a incomunicabilidade dos acusados, até mesmo para que pudessem contratar advogados, contatar com suas famílias e se comunicarem, posteriormente, com seus defensores. O procurador militar se posicionou

contrariamente ao pedido, dizendo não existirem provas de que os presos estavam incomunicáveis, sendo seguido pelos membros do Conselho que entenderam que “seria prematuro com os simples elementos que foram apresentados fundamentar o pedido”, mas foi emitido ofício permitindo o contato do advogado com seus clientes.

Importante destacar desde já o comportamento do advogado de ofício. Enquanto, em diversos casos, os advogados nomeados pela Justiça Militar limitavam-se a fazer defesas genéricas, talvez por sabedores da inutilidade de sua atuação, Antonio da Silveira Pereira Rosa mostrou-se combativo desde a primeira audiência. Tal comportamento manteve-se na sequência, quando, em 11 de dezembro, juntou aos autos uma exceção de incompetência escrita à mão, na qual argumentou, primeiramente, que o crime do qual eram acusados os réus não poderia se encaixar no art. 33, §2º da LSN, uma vez que não foi realizado por “facciosismo ou inconformismo político-social” nem contra autoridade, mas, sim, como um ato de resistência à prisão, não como um ato de “guerra psicológica adversa ou da guerra revolucionária ou subversiva”, como previa a referida Lei. Assim, tratar-se-ia do crime de homicídio, o qual, por sua vez, deveria ser julgado pelo Tribunal do Júri, até mesmo porque o membro da Aeronáutica assassinado não estava agindo como tal, mas a serviço da Polícia Federal (BRASIL, 1974, p. 203-211).

O advogado havia exposto argumentos sólidos que, caso acatados, seriam valiosos para seus clientes. Um Tribunal do Júri, ligado à Justiça Estadual e composto por civis, daria a eles uma maior chance de defesa, além de que, no caso de um homicídio, não poderia ser aplicada a pena de prisão perpétua ou de morte. A resposta do procurador militar também foi feita à mão e se apegava inicialmente a aspectos técnicos, alegando que o momento para se interpor tal exceção seria logo após a qualificação dos acusados, deixando de lado o fato de que os réus estavam incomunicáveis e que o advogado fora nomeado na própria audiência. Assim, para o procurador, as arguições do advogado eram “prematuros e sem razão”. Os documentos seguintes constantes no processo referem-se à audiência marcada para o dia 12 de janeiro de 1971 (BRASIL, 1974, p. 212).

A audiência, com a presença dos membros do Conselho, do procurador militar e do Juiz Auditor, Amílcar Cardoso de Menezes Filho, iniciou com o interrogatório de Theodomiro, agora com 19 anos de idade, acompanhado pelo seu advogado e curador. A única novidade constante no interrogatório foi Theodomiro expor qual o motivo que o levou a realizar os disparos: escapar das torturas que ele sabia que outros membros do PCBR haviam sofrido. Esta motivação colocada por Theodomiro constante no auto de qualificação e interrogatório coaduna com o que ele expôs em uma entrevista realizada em julho de 1979:

Foi o direito inalienável que toda a pessoa tem de defender a sua integridade física e sua vida que me fez reagir à prisão para tentar escapar às violentíssimas e brutais torturas a que são submetidos todos os opositores do regime. Havia também uma determinação nacional do partido para reação às prisões depois do assassinato frio de dois militantes: o Mário Alves e o Marco Antonio Sá que ao serem presos em 1969 em São Paulo não reagiram e acabaram assassinados. Eu fui sequestrado em plena rua, enquanto esperava um ônibus, por quatro indivíduos à paisana, que utilizavam um carro particular, e que não se identificaram. Reagi, como qualquer pessoa reagiria, a um ato de violência e arbitrariedade, ainda mais numa época daquelas em que estavam torturando e assassinando quantos fossem oposição à ditadura. (ESCARIZ, 1980, p. 57).

Na sequência, foi interrogado Paulo Pontes, que disse não saber que Theodomiro possuía um revólver na pasta, que não havia tentado impedir os disparos por estar olhando para o outro lado e que não via necessidade de Theodomiro ter realizado o disparo. Em suma, para Paulo, toda a responsabilidade deveria recair sobre Theodomiro. Deve-se ressaltar que, de forma alguma, é possível condenar as alegações de Paulo em seu interrogatório, uma vez que não havia possibilidade de amenizar a situação de Theodomiro. Submetidos a torturas,

pressionados pelos militares, cerceados de defesa e de contato com o mundo exterior, as alegações dos acusados são plenamente escusáveis.

Ao fim da audiência, foi concedido um prazo de 10 dias para que o advogado de Theodomiro e Paulo pudesse realizar defesa escrita, juntar documentos e arrolar testemunhas. No dia seguinte, o advogado protocolou novamente um pedido de exceção de incompetência, pelos mesmos motivos expostos anteriormente e, no dia 18 de janeiro, protocolou a defesa prévia em nome dos réus, onde novamente dissertou a respeito da incompetência do Conselho Especial, limitando-se a dizer que versaria sobre as questões fáticas em suas razões escritas finais e em plenário, deixando de arrolar testemunhas ou de juntar documentos. Apesar da consistência da alegação de incompetência do Conselho, o advogado passava longo tempo dispondo sobre esta questão e deixando de lado os fatos ligados ao processo.

A resposta do procurador militar Antônio Brandão Andrade foi agressiva e ríspida em relação ao defensor dos acusados. Iniciou dispondo que “somente o desespero da defesa, em face das irrespondíveis (sic) imputações que pesam contra os denunciados [...] poderia ensejar a presente exceção de incompetência”. Afirmou, então, a competência do Conselho para julgar o crime uma vez que presente o inconformismo político-social e também diante do fato que os alvos dos disparos exerciam autoridade. Tratar-se-ia, portanto, de um ato de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária. Assim, pediu a rejeição da exceção de incompetência (BRASIL, 1974, p. 235-238).

Seguida a resposta da Procuradoria, foi realizada uma audiência em 04 de fevereiro, para a oitiva de testemunhas quanto ao caso. Foram ouvidos Amilton Nonato Borges, um dos ofendidos, e as testemunhas José Felipe Filho, Dilmar Costa e Edmundo Emanuel de Oliveira Startari, todos agentes policiais, os quais se restringiram a reafirmar o que já haviam dito quando da prisão em flagrante dos réus, ressaltando apenas a passividade de Paulo quando dos disparos dos tiros, dizendo que ele nada havia feito para impedir Theodomiro.

Na mesma audiência foi decidido a respeito da exceção de incompetência alegada após a manifestação oral do advogado de defesa e do procurador, julgando por unanimidade e de forma breve pela improcedência da incompetência arguida. Foi concedida vista às partes pelo prazo de 5 dias para que realizassem alguma requisição que ainda não houvessem feito. Em 9 de fevereiro, o procurador enviou nota afirmando que nada tinha a requerer, não constando manifestação do advogado de defesa. Em 10 de fevereiro, foi aberto novo prazo para alegações finais.

As alegações finais do procurador militar são marcadas mais pelo sentimentalismo nacionalista e pela retórica anticomunista do que por qualquer tipo de conteúdo jurídico. Em seu segundo parágrafo, o procurador já parte para uma homenagem ao Sargento Walder ao mesmo tempo em que procura agravar as ações de Theodomiro e Paulo como agentes do comunismo internacional. O restante das alegações segue a reafirmação de elementos já constantes no processo, como a confissão de Theodomiro, a admissão de Paulo de que haviam organizado aparelhos, realizado panfletagens e participado de assaltos a banco.

Diante do exposto pelo procurador, concluiu ele que a condenação de Theodomiro e Paulo seria uma medida de justiça, “um basta aos agentes de Moscou e Cuba que elegeram a violência e o terror como tônicas de seu inconformismo político social, como uma advertência aos maus brasileiros filiados a partidos ou organizações de caráter internacional [...]”. Requereu, então, a condenação dos réus e a aplicação da LSN, sem pedir a aplicação de uma pena específica em suas alegações finais.

O advogado de defesa, por sua vez, tornou a trazer os mesmos argumentos sustentados na exceção de incompetência, afirmando que o delito cometido seria o de homicídio, a ser julgado pela Justiça Estadual, uma vez que não se trataria de crime cometido nos moldes descritos pela LSN. Quanto a Paulo Pontes, especificamente, argumentou pela sua absolvição, já que ele não teria agido com qualquer contribuição ao crime, física ou moralmente, embasando suas afirmações nos depoimentos das testemunhas e em autores de direito penal. Em suma, requereu o advogado que Theodomiro fosse julgado pelo Tribunal

do Júri e que Paulo fosse absolvido por não ter tido qualquer participação no crime. Findas as alegações finais, foi marcado o julgamento para o dia 18 de março de 1971.

Algumas questões podem ser ressaltadas em relação à atuação do Procurador Militar e do advogado de defesa. Enquanto o primeiro apelava para o sentimento dos julgadores como militares, expondo que a vítima seria um agente em defesa da ordem e da própria nação, que morrera ao lutar contra agentes do comunismo internacional, o segundo renovava constantemente os mesmos argumentos, tentando retirar das mãos dos militares o poder de julgar os réus, talvez por ser sabedor do fato de que qualquer alegação não teria efetividade diante da realidade. Conforme já exposto, qualquer possibilidade de neutralidade no julgamento seria de pronto afastada diante de um tribunal composto por militares para julgar um crime cometido contra um militar. Chama a atenção também o fato de que o advogado de defesa não recorreu naquele momento a qualquer elemento capaz de mitigar a culpa de Theodomiro, como, por exemplo, a sua condição de menor de idade, o que o tornaria influenciável pelos militantes de partidos e movimentos de esquerda, uma alegação comum em processos contra civis desta época (cf. MACIEL, 2006).

Na realidade, a tentativa do advogado de levar Theodomiro a ser julgado por um Júri Popular reduzia-se a esquivar-se de uma possível pena de morte conforme constante na LSN, uma vez que a possibilidade de um julgamento por civis favorável a Theodomiro também era praticamente nula. Em 29 de outubro de 1970, o *Jornal do Brasil* publicou notícia referente ao enterro com honras do Sargento Walder, reportando que durante este o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, havia dito que: “o lamentável episódio demonstra como os terroristas continuam com seus propósitos de subverter e matar. Que o fato sirva para alertar o país e uns poucos incrédulos, que por complacência ou omissão ajudam os propósitos dos criminosos” (JORNAL DO BRASIL, 1970).

Ainda durante o enterro, colegas do militar pediram ao governador que este criasse um “esquadrão da morte” na Bahia para “liquidar os comunistas”. Além de grande quantidade de militares, que foram liberados dos quartéis para atender ao sepultamento, estiveram presentes centenas de comerciantes convocados pela Associação Comercial de Salvador (JORNAL DO BRASIL, 1970). Diante da comoção criada pelo assassinato do Sargento, o desfecho de um julgamento por civis provavelmente não diferiria daquele emitido pelos militares.

Aberta a sessão de julgamento, o advogado curador de Theodomiro fez duas requisições: primeiramente, que o réu fosse dispensado de assistir à sessão de julgamento; e, em segundo lugar, que fosse entregue a ele um bilhete escrito pela sua mãe. A procuradoria se opôs ao primeiro pedido e nada obstou quanto ao segundo. Com base na Lei de Segurança Nacional, Theodomiro foi dispensado de assistir ao seu próprio julgamento.

Em seguida, foi dada a palavra ao procurador militar, o qual reportou-se às suas alegações escritas e pediu a condenação dos acusados à pena mínima, prisão perpétua, ou máxima, pena de morte. A sessão foi, então, suspensa para o almoço, reiniciando à tarde com a manifestação oral do advogado de defesa, o qual reforçou os argumentos escritos, pedindo a desclassificação do crime cometido por Theodomiro para homicídio e a absolvição de Paulo. A sessão foi novamente suspensa por dez minutos, passando-se, então, para a deliberação do Conselho em sessão secreta. Reaberta a sessão, foi lida a decisão:

Resolve o Conselho de Justiça para Aeronáutica, em conformidade com a vigente Lei de Segurança Nacional, julgar procedente por unanimidade de votos a denúncia oferecida contra THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS, para fim de condenar o réu à pena de morte, como incurso nas sanções penais do artigo 33, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, combinado com o artigo 79 do C.P.M.. Resolve, finalmente, o Conselho julgar, por maioria de votos, 4 contra (sic) um, sendo voto vencido o Dr. Juiz Auditor, procedente a denúncia oferecida contra PAULO PONTES DA SILVA ou “José Fernandes da Silva” para fim de condenar o réu à pena de prisão perpétua [...]. (BRASIL, 1974, p. 286, grifos no original).

A sentença, quando analisada em sua íntegra, demonstra inicialmente a sintonia entre os argumentos da procuradoria militar e o pensamento dos julgadores, especialmente no que tange ao anticomunismo. Quase uma página inteira é destinada a lamentar as atitudes dos comunistas em detrimento do estado de ordem instaurado com o “movimento revolucionário de 1964”. O cinismo dos julgadores salta aos olhos. Enquanto os comunistas lutavam contra a liberdade, os militares eram os guardiões da democracia, da religião e dos “bons brasileiros”, sendo obrigados a reprimir os subversivos que desejavam lançar o país ao caos. Na sequência, partiram os julgadores a legitimarem a sua posição, afirmando continuamente que o princípio máximo seguido seria a legalidade, estando meramente restringindo-se ao constante em lei, sem, é claro, questionar a legitimidade da LSN, principal instrumento utilizado no julgamento.

A decisão a que chegava o Conselho, segundo a sentença, seria oriunda da apreciação “com isenção” da prova nos autos e do “estudo lógico deste processo”. Teria sido através da apreciação das provas, na qual “o Juiz está livre de preconceitos”, que reconheceram por unanimidade a culpabilidade de Theodomiro e, por maioria, a de Paulo. Apesar da atenuante em favor de Theodomiro, o fato de ser menor de 21 anos, existiam outros agravantes, permitindo a penalidade máxima. Seguiu à sentença o voto vencido do Juiz Auditor Amílcar Cardoso de Menezes Filho, o qual acolheu a tese de defesa para absolver Paulo, uma vez que não havia sido comprovado o vínculo psicológico na participação no crime. A sentença foi lida aos acusados no dia 25 de março de 1971. Theodomiro agora era um condenado à morte (BRASIL, 1974, p. 302).

### **3. Recurso ao Superior Tribunal Militar e ao Supremo Tribunal Federal**

Inconformados com a sentença, Theodomiro e Paulo, através do novo advogado de ofício nomeado pela Auditoria, Paulo Rui de Godoy, interpuseram, em 5 de abril de 1971, um recurso de apelação contra a sentença do Conselho de Justiça direcionado ao Superior Tribunal Militar. Com a alteração do defensor dos acusados ocorreu também uma mudança na estratégia em relação a Theodomiro, na qual nos fixaremos.

Após realizar um apanhado do caso, ressaltando partes dos interrogatórios e depoimentos favoráveis aos recorrentes, iniciou o advogado a tentar desqualificar o crime cometido por Theodomiro, porém, diferentemente do que havia sido feito na exceção de incompetência, o novo defensor não questionava a competência da Justiça Militar, mas afirmava que o crime cometido havia sido o de opor-se à execução de ato legal (art. 177) cominado com homicídio, exposto no artigo 205 que previa pena máxima de reclusão de vinte anos, ambos do Código Penal Militar.

O embasamento fático desta alegação seria de que o crime não teria sido cometido com o intuito de praticar violência, mas sim de resistir a prisão por parte dos integrantes da patrulha. Assim, tal crime deveria ser enquadrado no previsto no Código Penal Militar e não na LSN.

De forma alternativa, requereu o causídico que, caso não acatada sua primeira alegação, fosse alterada a pena aplicada a Theodomiro, incidindo a pena mínima prevista na Lei de Segurança Nacional, ou seja, prisão perpétua. Ao realizar este requerimento, o advogado passava a utilizar argumentos mais usuais às defesas efetuadas na época diante de Tribunais Militares, alegando que Theodomiro estaria sujeito a um “fanatismo”, que, analisado de um ponto de vista da psicopatologia forense, serviria como um atenuante para a aplicação da pena mínima. O recurso em relação a Paulo, por sua vez, deteve-se ao voto vencido do Juiz Auditor e à alegação de que não teria havido coautoria, uma vez que ausente qualquer contribuição material ou psíquica para a realização do crime. Requereu o advogado a absolvição de Paulo.

Passou-se então para as contrarrazões por parte da procuradoria militar, sendo estas apresentadas pelo procurador substituto, Antônio Brandão Andrade, em 16 de abril de 1971.

Mesmo mudando o procurador, não foram alterados os argumentos, apesar de tratados de forma mais incisiva nesta instância. As primeiras linhas das contrarrazões foram destinadas a atacar, uma vez mais, o marxismo – “a doutrina marxista repudia as mais puras e caras tradições e aspirações de um povo” –, passando a afirmar que, diante da guerra contra o comunismo e os subversivos existente no país, a aplicação da Lei de Segurança Nacional “é a mais eficiente arma, a defesa do regime, o meio jurídico legal de que dispõe o sistema democrático vigente para enfrentar a luta contra o comunismo internacional, que a todos ameaça e a todos atinge” (BRASIL, 1974, p. 347-349).

Após as colocações em favor da utilização da LSN, arguiu o Procurador que esta deveria ser aplicada “sem temor, com coragem e civismo” contra os “pseudobrasileiros” Theodomiro e Paulo. Depois de citar Lênin e Médici, o primeiro como um arauto da violência comunista e o segundo como um devoto da Constituição, o Procurador passou a descrever os fatos do crime e citar notas de jornais e declarações de militares a respeito do sargento Walder de Lima (BRASIL, 1974, p. 350-351).

Em um momento de grande confusão no texto, o procurador apela para o sentimentalismo, dizendo que Walder, cuja falta seria sentida pela família da Aeronáutica, estaria no mesmo patamar de patriotas como aqueles que morreram durante a intentona comunista de 1935. Diante desta necessidade de se combater o comunismo e com base nos argumentos que foram expostos na sentença do Conselho de Justiça, pediu o procurador a manutenção da decisão recorrida, finalizando com a seguinte frase: “E, o regime que não se defende, não merece sobreviver” (BRASIL, 1974, p. 356).

Em 03 de maio, foi a vez da procuradoria-geral da Justiça Militar emitir seu parecer em relação ao recurso na pessoa do procurador-geral Jacy Guimarães Pinheiro. Em um primeiro momento, foi realizado um resumo dos argumentos trazidos no processo e uma breve digressão sobre as vidas pregressas dos recorrentes. Após isso, não havendo dúvida quanto a culpa de Theodomiro, afirmou o procurador-geral que não haveria porque deixar de falar, no caso de Paulo, em coautoria, a qual estaria presente. Finalizou dando parecer para que a pena de Theodomiro, tendo em vista que era menor e primário, fosse modificada para prisão perpétua, mantendo-se a sentença nos demais aspectos.

Antes da sentença, foram juntadas procurações em que Theodomiro nomeava o advogado Joaquim Inacio Santos Gomes para representá-lo e Paulo constituía as advogadas Eny Raymundo Moreira e Mércia de Albuquerque Ferreira como suas defensoras.

No dia 14 de junho de 1971, foi prolatada a decisão do Superior Tribunal Militar, tendo como relator o ministro Amarílio Lopes Salgado. Este, inicialmente, resumiu o processo e as alegações, além da sentença e dos argumentos em fase recursal. Passando à própria decisão, expôs a respeito da importância do processo em tela: “sem embargo de abnegação, do desprendimento, alcançamos o objetivo: o julgamento do mais grave processo dos últimos tempos: pena de morte aplicada em 1ª instância pela Auditoria da 6ª CJM”. Talvez em virtude da visibilidade do processo frente à atenção dada pela mídia ao caso, especialmente a do Nordeste, grande parte da sentença é preenchida com opiniões políticas, depreciação do comunismo e elogios ao regime, cabendo neste instante inserirmos alguns excertos:

Pergunta-se: A que tipo, a que espécie de crime aplicou-se tão severa pena? A um democrata sincero? Não. Para um adepto da “foice e do martelo”. Estariam eles, comunistas, sendo julgados lá na Rússia, Cuba, ou coisa parecida, com toda essa liberdade que o foram aqui? Teriam eles, - lá - , defesa prévia, advogados, assistência familiar, essa assistência livre, inteiramente livre? Teriam - lá - um Superior Tribunal Militar do gabarito deste aqui? Teriam - lá - essa liberdade, tranquilidade essa tribuna profundamente livre da qual ouvimos com a máxima atenção os ilustres advogados? Evidentemente que a negativa se impõe. [...]  
Aqui há liberdade, justiça, tranquilidade. Pena é que maus brasileiros, adeptos da doutrina importada, esdrúxula, tenham se desgarrado para o mal. Na hora em que os Brasileiros vivem e falam em Brasil uno, seguindo as



vibrações de patriotismo do eminentíssimo Sr. Presidente Garrastazu Médici, motivo não há melhor para melhor se conhecer a Justiça Militar dêsse País. (BRASIL, 1974, p. 403).

Deste pequeno trecho extraído da sentença, pode-se denotar o alto grau de propaganda, tanto para detrair os comunistas quanto para elevar o regime militar e a própria Justiça Militar. Chama a atenção também que, nestas poucas linhas, tenha sido utilizada seis vezes as palavras “livre” ou “liberdade”. O esforço em tentar maquiagem a realidade brasileira da época foi gigantesco.

Após mais parágrafos em que compara os traficantes de tóxicos aos comunistas, passa a decisão à análise do caso propriamente dito. Reconhecendo Theodomiro ser o autor dos disparos, nada havia a debater a este respeito, porém, tendo em vista que ele “não é homem feito, de idade adulta”, deveria ser reconhecida esta atenuante devido à ausência de capacidade integral. Assim, decidiu-se por maioria pela redução de sua pena para prisão perpétua, com a exceção do ministro general do Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, que votou pela substituição da pena de prisão perpétua pela reclusão por 30 anos. Theodomiro não seria mais morto pelas vias oficiais, porém ainda estava sujeito a passar o resto de sua vida nos calabouços da ditadura. Quanto a Paulo, expondo de forma sucinta, entenderam os ministros que não havia prova em relação à coautoria dele, a qual não poderia ser presumida. Assim, Paulo restou absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Enquanto, para Paulo, a decisão havia sido plenamente favorável, o mesmo não poderia ser dito em relação a Theodomiro. O pior destino, a morte, havia sido evitado, porém a pena de prisão perpétua não era uma decisão a ser comemorada. Portanto, o advogado Joaquim Inácio Santos Gomes impetrou embargos em favor de Theodomiro, graças ao voto divergente do general Jurandir de Bizarria Mamede, requerendo a conversão da prisão perpétua em reclusão por 30 anos, expondo ao final que “imposta a pena de 30 anos, Theodomiro [...] deverá sair da prisão em 2.001, já no século XXI. [...] com 48 anos então, ao sair da prisão encontrará um Brasil grande, líder no cenário mundial”. Tendo vistas dos embargos, o procurador-geral deu parecer negativo ao provimento dos embargos (BRASIL, 1974, p. 426).

No julgamento dos embargos, em 15 de maio de 1972, os ministros do Superior Tribunal Militar mantiveram a mesma linha anterior, conferindo ao crime uma grande importância e ressaltando que a aplicação da pena de reclusão por 30 anos se tratava de uma mera faculdade dos julgadores. Assim, por maioria, sendo vencido novamente o general Jurandir de Bizarria Mamede, negaram provimento aos embargos.

Theodomiro agora tinha apenas uma última esperança, o Supremo Tribunal Federal, um tribunal civil que no início do regime militar havia se destacado por discordar de decisões do governo militar e conceder *habeas corpus* a perseguidos políticos. Quando da interposição do recurso ao STF, porém, o Tribunal já estava bastante desfigurado em razão da intervenção dos militares no Supremo, nomeando novos ministros, especialmente em virtude do AI-2, da Constituição de 1967, do AI-5 e do AI-6 (COSTA, 2006). Mesmo assim, ver o seu destino sendo julgado por uma corte de civis deve ter aumentado a esperança de Theodomiro.

A questão do recurso de Theodomiro ao STF é bastante confusa, uma vez que ocorreram diversos erros na tramitação do processo até que este chegasse ao Supremo Tribunal Federal. O advogado Joaquim Inácio Santos Gomes havia realizado o Recurso Ordinário em 17 de agosto de 1972. Em 08 de outubro de 1973, mais de um ano depois, o escrivão da Auditoria certificou que o recurso, juntamente com os embargos interpostos no STM haviam sido arquivados erroneamente, sendo encontrados em 26 de setembro. Diante disto, somente em 27 de novembro o ministro Nelson Barbosa Sampaio, do STM, recebeu o recurso, porém não o aceitou por entender ter sido ele interposto fora do prazo.

Neste meio tempo Theodomiro constituiu um novo advogado, José Moura Rocha, que possuía escritório em Brasília, onde ficaria mais fácil o acompanhamento do recurso. As razões do recurso só chegaram ao STF em 02 de outubro de 1974, após a realização de um

agravo de instrumento por Moura Rocha em que conseguiu comprovar que o recurso havia sido realizado dentro do prazo legal.

Nas suas razões, nitidamente realizadas sem os meios necessários, o advogado Moura Rocha requereu vista ao processo, uma vez que esta não havia sido concedida a ele, pedindo também mais prazo para arrazoar. Por questão de precaução, caso não fosse concedido tal prazo, requereu preliminarmente a atipicidade da norma contida no artigo 33 da Lei de Segurança Nacional e o reconhecimento de inexistência de crime militar. No mérito, pediu a redução da condenação de Theodomiro, uma vez que era primário e possuía apenas 18 anos de idade quando do crime. Em pouco mais de duas folhas, recaiam as esperanças de Theodomiro.

As contrarrazões da procuradoria militar focaram longamente em sede preliminar na incompetência do STF para julgar recurso ordinário contra decisão da Justiça Militar neste caso, em virtude de várias disposições, especialmente dos Atos Institucionais citados anteriormente. Quanto ao mérito, opôs-se à atipicidade e também à redução da pena, uma vez que esta já seria a mínima aplicável ao crime cometido. O parecer do procurador da República, Helio Pinheiro da Silva, foi por negar todas as preliminares e prover parcialmente o recurso para substituir a pena de prisão perpétua pela de 30 anos de reclusão.

A decisão do STF foi sucinta. Relatado o processo pelo Ministro Bilac Pinto, foi este o primeiro a votar, ocupando seu voto apenas uma página e meia. Após expor que o recurso deveria ser conhecido e aceito, disse que a procuradoria-geral da República já havia demonstrado a improcedência das preliminares arguidas, restando apenas substituir a prisão perpétua pela reclusão de 30 anos conforme precedente do STF em processo relatado pelo Ministro Aliomar Baleeiro. Os demais Ministros acompanharam o voto do relator e, por unanimidade, deram provimento parcial ao recurso. O acórdão foi assinado em 7 de março de 1975. O advogado de Theodomiro ainda tentou opor embargos a esta decisão, porém estes não foram conhecidos pelo STF. Apesar dos procedimentos legais em relação ao caso de Theodomiro terem finalizado, este não seria o término do desenrolar de seu caso. Theodomiro ainda lutaria contra o sistema judiciário e a ditadura.

Theodomiro estava preso na Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, Bahia, e, desde dezembro de 1972, era um homem casado, contraindo núpcias com Maria da Conceição Contija Lacerda, que, conforme a ficha do DEOPS de Theodomiro, era irmã da “subversiva Maria Helena Teixeira de Lacerda, militante da APML” (Ação Popular Marxista Leninista). O casamento foi realizado pelo Arcebispo da Bahia, Dom Avelar Vilela.

Com a nova Lei de Segurança Nacional de 1978, a condenação de Theodomiro foi reduzida para oito anos. Esta pena somava-se a outras duas condenações sofridas por Theodomiro, uma ligada a atividades subversivas junto ao PCBR e outra referente ao assalto ao Banco da Bahia, redundando em um total de 16 anos, 6 meses e 25 dias de prisão. Em 1979, devido à alteração em sua condenação, Theodomiro pediu liberdade condicional, uma vez que já havia cumprido mais de metade da sua pena. Apesar do parecer favorável do Conselho Penitenciário seu pedido foi negado em junho e, ainda, seu caso não seria alcançado pela Lei da Anistia, que seria publicada em 28 agosto, por se tratar de um crime violento que se encaixava no art. 1º, § 2º. Nove dias antes da publicação da Lei da Anistia, Theodomiro fugiu.

Em 30 de outubro de 1979, Theodomiro procurou auxílio na Nunciatura Apostólica em Brasília com a ajuda dos parlamentares Francisco Pinto e Airton Soares. Em dezembro, Theodomiro foi recebido no México como asilado político e, dez dias depois, viajou para Paris, onde residiu até retornar ao país em 1985. No Brasil, Theodomiro fez carreira na magistratura trabalhista em Pernambuco. De julgado, passou a julgador. De oprimido pela ditadura, transformou-se no juiz que ele esperava ter encontrado enquanto jovem.

## Considerações finais

O processo contra Theodomiro, sua condenação e a reforma da sentença de primeiro grau que o condenava à morte serve como um microcosmo em que é possível observar o funcionamento da Justiça Militar e os seus objetivos durante a ditadura militar no Brasil. Theodomiro, um jovem membro do PCBR que participava de ações com o objetivo de combater o governo militar, foi utilizado como um exemplo para os demais opositores do regime, passando a mensagem de que qualquer um que se opusesse aos militares sofreria severas penas pela sua “subversão”.

É claro que a situação de Theodomiro contrastava com a de muitos outros membros de grupos de resistência à ditadura que sequer foram julgados, sendo presos, torturados e mortos sem a possibilidade de passarem por um mísero simulacro de julgamento. Através da análise do processo de Theodomiro, porém, pode-se denotar que os julgamentos na Justiça Militar não passavam de um teatro para punir os réus, conferindo ao regime a ideia de uma atuação dentro dos limites da lei.

Qualquer possibilidade de ampla defesa ou de um julgamento imparcial foi retirada de Theodomiro desde o início. A atuação dos advogados de defesa, por mais competentes que fossem, era restrita a argumentos de ordem pessoal ou a tentativas de retirar o caso do âmbito militar para o civil. As alegações da promotoria eram acolhidos e, muitas vezes, repetidos nas sentenças. A Justiça Militar funcionava como uma máquina bem articulada com o objetivo de eliminar a resistência à ditadura. Assim sendo, a condenação de Theodomiro à morte não foi uma surpresa.

Mesmo a conversão de sua condenação à morte para a prisão por prazo determinado não deve ser vista como uma vitória da defesa ou qualquer tipo de efetivação da justiça, mas, sim, como uma leve atenuação dos efeitos da repressão que sequer a Lei da Anistia foi capaz de aplacar. Atualmente, a prisão, o processo, a condenação e a fuga de Theodomiro servem de subsídio para artigos, livros e até mesmo documentários, realizados para a retomada da memória daqueles que sofreram com a atuação dos mais diversos órgãos da repressão pelos militares, revelando o caráter pernicioso da ditadura e de seus instrumentos legais e judiciais.

## Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação n. 38.590. Recorrente: Theodomiro Romeiro dos Santos. Recorrido: Ministério Público Militar. Brasília, 02 de outubro de 1974. Relator: Ministro Bilac Pinto. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 14 jan. 2017.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. **Teodomiro**: os limites da mídia e da anistia. A imprensa baiana e o primeiro condenado à morte na República. 2000. 275 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

DELLA VECCHIA, Renato da Silva. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário** (1967-1973). 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ESCARIZ, Fernando. **Porque Theodomiro fugiu**. São Paulo: Editora Global, 1980.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24 n. 47, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Sargento da Aeronáutica assassinado por terrorista é sepultado com honras. **Jornal do Brasil**. 29 de outubro de 1970. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701029&printsec=frontpage&hl=em>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura militar e repressão legal**: A pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971). 2007. 136 F. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, jul. 2013.

Recebido em abril de 2017.  
Aprovado em junho de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-11>

## **TIPICAMENTE NACIONAL? A feijoada no Rio de Janeiro oitocentista**

*Cleber Eduardo Karls\**  
*Thaina Schwan Karls\*\**  
*Victor Andrade de Melo\*\*\**

**RESUMO:** Recentemente, alguns historiadores têm questionado certos posicionamentos sobre a “origem” da feijoada. Todavia, não parece que se tenha ainda aprofundado o debate sobre o tema. Tendo em conta discutir as peculiaridades de conformação de uma ideia de cultura nacional em um momento em que o Brasil começava a se forjar como nação, este estudo tem por objetivo discutir a presença da feijoada no cotidiano do Rio de Janeiro do século XIX. Para alcance desse intuito, no que se refere tanto à oferta do prato quanto às representações veiculadas do alimento, como fontes fizemos uso de revistas e jornais publicados na cidade no período pesquisado. Ao final, sugerimos que nos momentos iniciais em que se gestou a noção de que a feijoada se tratava de um produto da culinária brasileira, não se pode ainda perceber argumentações sobre uma suposta especificidade da formação cultural do país, mas sim um processo de mobilização de certas manifestações para a construção de uma ideia de nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação. Rio de Janeiro. Século XIX.

**ABSTRACT:** Recently, some historians have questioned certain positions on the “origin” of the feijoada. However, it does not appear that the debate on the subject has yet deepened. In order to discuss the peculiarities of the conformation of an idea of national culture at a time when Brazil was beginning to forge itself as a nation, this study aims to discuss the presence of feijoada in the daily life of Rio de Janeiro in the nineteenth century. In order to reach this goal, as sources we made use of magazines and newspapers published in the city. We suggest that in the initial moments in which the notion that feijoada was a product of Brazilian cuisine was conceived, it was not possible to realize arguments about a supposed specificity of the country's cultural formation, but rather a process of mobilization of certain manifestations for the construction of an idea of nation.

**KEYWORDS:** Feeding. Rio de Janeiro. 19th century.

### **Introdução**

Gorda cabeça de porco,  
Bem cozida e apimentada,  
A garrafinha da branca,  
Tão querida e tão beijada...  
O sujeito mais casmurro  
Esquece um pouco que é burro,  
E solta uma pachouchada:

---

\* Coordenador do Curso de História (modalidade EAD) e professor dos Cursos de História (EAD e presencial), da Universidade Veiga de Almeida. Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* Professora do Curso de Gastronomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui estudos de pós-doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Não há por aqui ninguém  
Que negue o gosto que tem  
Uma bela feijoada.  
(A COMÉDIA SOCIAL, 13 out. 1870, p. 3)

Dia de feijoada é sexta ou sábado? Alguns podem mesmo dizer que é quarta-feira ou domingo. Em diferentes cidades, muda o hábito. Da mesma forma, não há uma maneira única de preparação do prato. Distintos, por exemplo, são os tipos de feijão (preto, marrom, branco, entre outros) e alimentos (carne de porco, carne de boi, legumes, acompanhamentos) utilizados na confecção do guisado. Há, todavia, uma ideia corrente: trata-se de um produto tipicamente nacional, para alguns supostamente expressão de certas características de nossa formação cultural: o hibridismo e a capacidade de aproveitar o que pareceria desprezável.

Estudos clássicos e contemporâneos já trataram da gênese e das representações da feijoada. Mesmo que não haja um consenso sobre as variáveis e as distintas influências culturais que levaram à criação do prato, é possível inferir que existe uma considerável consonância em afirmar que é um resultado da formação histórica e social brasileira. Por exemplo, os estudos de Câmara Cascudo (2004) apontam que “[...] o que chamamos de ‘feijoada’ é uma solução europeia elaborada no Brasil. Técnica portuguesa com o material brasileiro” (p. 446). No mesmo sentido, Freixa e Chaves (2009) consideram o prato como unanimidade nacional, um símbolo da gastronomia brasileira. Já a recente pesquisa de Karls (2017), sobre restaurantes e confeitarias no Rio de Janeiro do século XIX (1854-1890), observa que a feijoada estava se tornando uma referência da culinária brasileira ligada a uma representação da cozinha nacional em formação.

Alguns autores defendem que a feijoada surgiu nas senzalas a partir do uso de restos de alimentos. Peter Fry (1982), por exemplo, sugeriu, em 1976, que havia similaridades com a iguaria estadunidense *soul food*<sup>95</sup>: “está claro que a origem do prato é a mesma nos dois países, pois em ambos este item da cultura culinária foi elaborado pelos escravos utilizando as sobras do porco desprezadas por seus senhores” (FRY, 1982, p. 149).<sup>96</sup> Uma nova interpretação foi publicada 25 anos depois, a qual reconheceu a presença de elementos da cultura lusitana, bem como sugeriu ser equivocada uma visão dicotômica no que se refere a tudo o que cerca o guisado (FRY, 2005, p. 158).

Em certa medida, esse olhar se aproxima do que infere Câmara Cascudo, para quem a feijoada trata-se de “[...] um modelo aculturativo do cozido português” (CASCUDO, 2004, p. 242), resultado da junção do consumo do porco – introduzido pelos lusos – com uma série de ingredientes vindos de distintos locais do Brasil, tais como o feijão preto, a carne seca do sertão, o charque do Rio Grande do Sul, couve, toucinho, entre outros.

Essas compreensões lograram grande aceitação em diversos setores. Mais recentemente, todavia, alguns historiadores têm questionado e ampliado os olhares sobre a origem e presença social da feijoada. Fernandes (2005), por exemplo, sugere que, mesmo sendo um produto da evolução de uma culinária mestiça, não há referências documentais sobre a existência do prato antes do século XIX, carecendo de sustentação a ideia de que teria sido criado por escravos nas senzalas. Segundo a pesquisadora, os negros comiam feijão, sim, mas muito aguado, raramente com alguma carne para misturar à leguminosa. Mesmo pés e rabos de porco eram aproveitados na casa-grande ou comidos pelas cozinheiras e escravos domésticos.

Concordam com esse ponto de vista Freixa e Chaves (2009). As autoras observam que, além de a comida dos cativos ser pobre em nutrientes, os europeus apreciavam e valorizavam partes do porco utilizadas na confecção do prato (como orelha, rabo, língua, pé

---

<sup>95</sup> Prato típico dos Estados Unidos, tem como ingredientes principais carnes diversas (como partes do porco) e legumes (entre os quais feijões).

<sup>96</sup> Esta versão referente a origem do prato foi apresentada, inicialmente, no artigo *Feijoada e soul food: notas sobre símbolos étnicos e nacionais* (FRY, 1982).

e miúdos). No mesmo sentido aponta Elias: “O que se sabe de concreto é que as referências mais antigas à feijoada não têm nenhuma relação com escravos ou senzalas, mas sim a restaurantes frequentados pela elite escravocrata urbana” (ELIAS, 2010, p. 38).

A impossibilidade de precisar uma única origem para a feijoada também foi apontada por Maciel (2004), que da mesma forma refuta a ideia de que seja o resultado da fusão de referências dos “povos fundadores” brasileiros. Linha argumentativa semelhante é adotada por Carneiro (2005). A despeito desses posicionamentos, não parece que tenhamos ainda aprofundado o debate sobre o tema. Os autores que discordam das antigas explicações não chegaram a se estender na sustentação de seus pontos de vista. Na verdade, estimula-nos discutir o assunto menos um interesse nas “reais origens” da feijoada e mais o vislumbre de uma possibilidade de lançar um olhar para as peculiaridades de conformação de uma cultura nacional em um momento em que o Brasil começava a se forjar como nação, tendo a sua capital e cidade de maior importância, o Rio de Janeiro, como palco de iniciativas diversas que tinham em conta o fortalecimento da “comunidade imaginada”.<sup>97</sup>

Assim sendo, este estudo teve por objetivo discutir a presença da feijoada no cotidiano do Rio de Janeiro do século XIX. Para alcance desse intuito, no que se refere tanto à oferta do prato quanto às representações veiculadas do alimento, fizemos uso de periódicos publicados na cidade.<sup>98</sup> Temos ciência dos limites desse material no tocante ao entendimento do que ocorria na urbe. Todavia, a imprensa representa uma leitura de uma época em determinado local que tem suas particularidades e que, ricamente, contribui para a interpretação de um processo a partir de um tipo de olhar e um cunho de discurso.

São os jornais fontes privilegiadas, que contém informações e sensibilidades sobre o cotidiano. Nesse sentido, concordamos com Luca (2005), quando ressalta que a imprensa se valorizou enquanto fonte quando a própria história percebeu a sua incapacidade de dar respostas globais e construir verdades. A pesquisa histórica passou a considerar documentos não os julgando como detentores das respostas a todas as perguntas, mas, sim, representações de um tempo. Nesse cenário, os periódicos passaram a ser encarados como potenciais materiais para as investigações. Efetivamente, nos estimulou o fato de que a imprensa era importante arena pública na qual se esgrimiam posicionamentos diversos sobre a nação, bem como se veiculavam informações sobre novidades que se conformavam numa capital que passava por rápidas mudanças, entre as quais a melhor estruturação de alternativas públicas de alimentação (KARLS, 2017).<sup>99</sup>

Sugerimos que seja possível discutir os momentos iniciais em que se gestou a ideia de que a feijoada se trata de um produto da culinária nacional. Para tal, devemos ter em conta as peculiaridades do cenário histórico. Como chamaram a atenção Melo e Karls (2018, p. 148):

Em meados do século XIX, configura um novo momento do Brasil a articulação entre uma maior estabilidade e aperfeiçoamento da burocracia estatal [...], a melhoria das condições econômicas [...] e o estabelecimento de vínculos mais intensos com o continente europeu [...]. No município neutro da Corte, sentiram-se em vários âmbitos os desdobramentos dessas mudanças. No Rio de Janeiro, se começou a melhor expressar a intenção de que o Brasil fosse reconhecido pelo seu caráter civilizado e pela adesão a ideias de

---

<sup>97</sup> Trabalhamos com o conceito de Anderson (2005).

<sup>98</sup> Neste trabalho foram utilizados os seguintes periódicos: *A Comédia Social, A Imprensa, A Pátria, A Reforma, A Vida Fluminense, Brasil-Médico, Correio Mercantil, Diário de Notícias, Diário de Pernambuco, Diário do Rio de Janeiro, Folhinha das Flores, Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, Museu Universal, O Fluminense, O Mequetrefe, O País, O Sete de Abril, Opinião Liberal, Periódico dos Pobres, Revista Ilustrada, Revista Popular e Semana Ilustrada.*

<sup>99</sup> Já que os jornais e revistas são nossas fontes principais, para análise/interpretação tivemos em conta as sugestões de Luca (2005). Os posicionamentos são tratados como representações prospectadas em sua materialidade.

progresso. A cidade se fortaleceu como espaço de experiências de modernização e foco irradiador de modas e costumes. (SCHWARCZ, 1998).

Os autores sugerem que, nesse contexto, relacionado inclusive ao processo de diversificação econômica, melhor se estruturou um mercado ao redor dos entretenimentos, entre os quais novas opções de alimentação pública. A nosso ver, esses aspectos contribuíram para a maior vulgarização da feijoada, bem como para a sua eleição como prato nacional.

### **A oferta da feijoada: estratégias comerciais**

Indaguemos, positivamente, se para o povo há coisa mais positiva do que uma “feijoada completa”. Eles, certamente, honrados positivistas que são, e inspirando-se nas belezas de sua igreja – afirmarão à boca cheia que não há mesmo objeto tão positivo como uma feijoada – e que sem ela jamais se poderá viver às claras – não podendo, igualmente, haver ordem e progresso. (REVISTA ILUSTRADA, ano 15, n. 576, 1890, p. 6).

Em uma edição do *Diário do Rio de Janeiro*, de setembro de 1839, num anúncio de uma barraca que oferecia seus serviços na Festa de Nossa Senhora do Socorro, realizada nas redondezas da Igreja de São Cristóvão, informou-se que “se achará bons petiscos, entre eles boa feijoada, belo sarrabulho” (*Diário do Rio De Janeiro*, 7 set. 1839, p. 4). Vejamos que não havia maior definição do que se tratava o prato.

De um lado, para ser assim oferecido, pode ser que já fosse conhecido há algum tempo. De outro, a referência ao sarrabulho (cozido de miúdos do porco e cabrito) poderia ser uma forma de apresentar um novo prato a partir da indicação de uma maneira específica de preparação já vulgarizada. De toda forma, aparentemente não há muito tempo o alimento era assim denominando.

Que tipo de gente se interessaria pelo prato? Uma resposta estaria no perfil dos frequentadores do festejo. Mesmo que as festas religiosas já tivessem mudado de dinâmica, a essa altura eram menos populares e mais controladas pelo poder público, pode-se dizer que ainda as procurava um público heterogêneo, de diferentes estratos sociais (ABREU, 1994). Não é possível ser preciso sobre de quem era a preferência. Vale de toda forma o registro de que a feijoada poderia ser apreciada por gente de distintos grupos.

A essa altura, também se percebe a oferta do prato em outras cidades. Por exemplo, no *Diário de Pernambuco*, um anúncio da Locanda da Águia d’Ouro, casa de pasto de Recife que parecia muito bem organizada e tinha no cardápio alimentos de naturezas e origens distintas, informou que a feijoada era servida sempre às quintas-feiras (*Diário de Pernambuco*, 2 mar. 1827, p. 4). Alguns anos mais tarde, na capital pernambucana, oferecia o mesmo outra casa de pasto que parecia atender um público distinto, frequentadores do teatro, em frente do qual o estabelecimento se localizava (servia, inclusive, os camarotes por ocasião das funções). Dessa feita, se anunciou a “feijoada de orelheiras” (*Diário de Pernambuco*, 11 ago. 1833, p. 4).

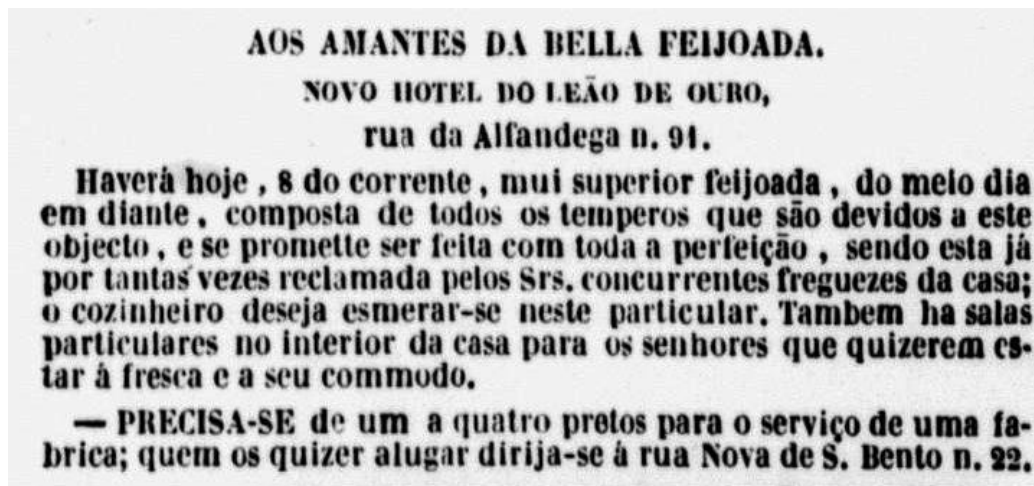
No caso do Rio de Janeiro, nos anos 1840, aumentou o número de citações ao prato nos anúncios de casas de pasto, como a que se inaugurou na rua do Cano (atual Sete de Setembro), bem próxima à Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes) (*Jornal do Comércio*, 31 jul. 1842, p. 4). O estabelecimento informou que em todos os dias seria servida a feijoada.

A frequência de oferta e o fato de fazer parte do cardápio de um estabelecimento que procurava constantemente divulgar seus principais produtos nos periódicos, objetivando atrair maior número de frequentadores, são mais indícios de que havia algum grau de conhecimento e gosto pela iguaria. A impressão, todavia, é que o prato ainda estava próxima do velho sarrabulho ou de um prato genérico com feijão.



Essa impressão fica mais forte quando vemos, alguns anos depois, o anúncio do Novo Hotel do Leão de Ouro (localizado na rua da Alfândega), dirigido “Aos amantes da bela feijoada”, destacando que seu prato era “superior”, “feita com toda a perfeição”, com “todos os temperos” (Jornal do Comércio, 8 mar. 1845, p. 4). Nesse mesmo ano de 1845, a propaganda de uma casa de pasto localizada na rua da Vala (atual rua Uruguaiana) reforça a ideia de que paulatinamente houve uma melhor definição da iguaria, não mais se confundindo o sarrabulho com a “boa feijoada de tripas” (Diário do Rio de Janeiro, 24 dez. 1845, p. 4).

Figura 1



Fonte: *Jornal do Comércio*, 8 mar. 1845, p. 4.

Quem era o público atendido nesses estabelecimentos? Pelos formatos das iniciativas, provavelmente não as camadas populares. As duas casas de pasto citadas se situavam numa região que paulatinamente se tornava mais valorizada, algo observável desde a instalação do Real Teatro São João, em 1810 – na ocasião já renomeado para Teatro São Pedro de Alcântara. Com o estabelecimento do Campo de Santana como zona nobre, a área vinha se constituindo numa das principais da cidade no que se tange à estruturação de entretenimentos (MELO; PERES, 2014). O Hotel provavelmente também não era destinado aos mais pobres.

Figura 2



Fragmento do mapa da região central da cidade do Rio de Janeiro em 1858.

Na parte central inferior, encontra-se a Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes.

À direita, a Rua da Vala, atual Rua Uruguaiana. No canto inferior à esquerda o Campo de Santana.

Estes locais demarcam regiões onde a feijoada tinha uma presença significativa no cotidiano fluminense.

Fonte: Leeder, 1858.

Possivelmente, tratava-se de estabelecimentos frequentados pelas elites e, ainda mais, pelos estratos médios – profissionais liberais de nível superior, gente que ocupava postos na burocracia estatal ou administrações de certas empresas, proprietários de pequenos negócios – um grupo que vinha crescendo, ampliando a base de consumo e deixando suas marcas na urbe, inclusive por desenvolver estratégias para delinear as diferenças com os mais populares (POPINIGIS, 2007).

No que se refere à alimentação dos escravos no Rio de Janeiro, Cascudo (2004) destaca que era regular o uso da farinha de mandioca, ao lado do feijão negro, desde finais do século XVIII. Além destes, também era comum a presença da carne seca, toucinho e de banana. Neste mesmo sentido, Freixa e Chaves (2009) apontam que alimentação base dos escravos era composta de farinha e milho, carne-seca e feijão. Vejamos, portanto, a crer nesses levantamentos e hipóteses apontadas pelos periódicos, que a feijoada não era mais uma comida própria da escravaria, se é que um dia de fato o foi. Era um produto oferecido no âmbito de um mercado que se diversificava para atender distintos gostos e capacidades financeiras (KARLS, 2017; MELO e KARLS, 2018).

Num conto publicado em 1843, vemos mais indícios de que a iguaria poderia ser não exatamente, ou pelo menos não exclusivamente, popular. Num diálogo entre dois homens ricos, um deles sugere que a feijoada é seu prato favorito, ainda que isso incomodasse sua mulher pelo aspecto, gosto e por ser “danoso ao estômago” (Museu Universal, 5 ago. 1843,

p. 45). O seu cozinheiro, inclusive, era um estrangeiro de nome Rigaud. O cozido de feijões, portanto, lograva ser apreciado por gente de renome, na representação do autor.

Em outras citações, no decorrer do século, temos mais pistas sobre o fato de o produto ser servido na mesa dos mais ricos. Num banquete preparado para homenagear o Sr. Anselmo e Andrade, tenente de milícias reformado, ordenou-se que “em lugar de *Haricots verts sautes*, façamos a costumada panelada de feijão, conhecida pelo nome popular de feijoada, com cabeça de porco, mocotó e entrecosto salpresado. Isto é nacional e democrático: deixemos de francesias” (Diário do Rio de Janeiro, 26 mar.1872, p. 1). A essa altura, parecia já haver a ideia de que era um prato brasileiro.

Em 1849, vemos uma referência mais explícita a um prato específico no anúncio de uma casa de pasto localizada junto ao botequim da Fama do Café com Leite, situado na Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes), esquina com rua do Sacramento. A “feijoada brasileira” era oferecida, segundo a propaganda, “a pedido de muitos fregueses” (Jornal Do Comércio, 5 jan. 1849, p. 4). No próximo item retomaremos o debate, por ora sugerimos que o uso do adjetivo fazia menção há algo que se passou em terras nacionais, a peculiaridades do processo de confecção. Além disso, temos outro indício de que poderia mesmo ser uma iguaria bastante apreciada.

Foi mesmo a partir dos anos 1850 que as citações ao prato se tornaram mais comuns nos periódicos da Corte, tanto em matérias que tratavam da alimentação ou comentavam almoços e jantares privados quanto nos anúncios de estabelecimentos que se localizavam nas ruas da região central da cidade (pelo menos 10 distintos).

Cada vez mais parecia se vulgarizar o consumo da feijoada.<sup>100</sup> A casa de pasto Estrela do Norte deixava claro o público a que se dirigia, “Aos amantes da boa feijoada” (Correio Mercantil, 11 abr.1854, p. 3). Volta e meia surgia um anúncio destinado a esses, como o “Aviso a boa rapaziada”, no qual se comunicava mudança de endereço da “casa da fama” (Diário do Rio de Janeiro, 14 abr. 1852, p. 4). Claramente delineava-se um nicho de mercado, uma oferta que tinha em conta uma certa preferência.

Nesse início da década de 1850, o prato custava ao redor de 12\$000 para quatro pessoas, logo em torno de 3\$000 para cada um (Correio Mercantil, 12 abr. 1853, p. 4). Na mesma ocasião, uma ama de leite oferecia seus serviços por 21\$000 por mês. Como se pode ver, não era exatamente barato, ainda que possivelmente acessível aos estratos médios.

Há evidências de que o prato também era apreciado e consumido pelos populares, como podemos ver numa crônica sobre a vida social dos cortiços, na qual se sugere que nos festejos havia sempre “um garrafão de Parati e escoltado por uma respeitável feijoada” (Periódico dos Pobres, 29 abr. 1871, p.4).

Da mesma forma, já mais no fim do século, uma crônica publicada pelo francês Toussant Simon descreveu a maneira supostamente tosca como o prato era saboreado pelos “pretos” na Rua do Ouvidor. Segundo a descrição, um fogo era aceso com alguns gravetos, onde, escorado em duas pedras, era aquecido o feijão. Este era misturado com farinha de mandioca, amassado com as mãos, formando grossos bolos que eram atirados na boca. Para o cronista, “a quem quiser obriga-los a comer com uma colher, responderão que isso lhes tira muito o sabor da sua feijoada” (O Fluminense, 3 jul. 1895, p 1).

Certamente, havia diferenças na forma de preparar e comer o prato, mas é possível sugerir que era apreciado por gente de distintos estratos sociais. Afinal, como se confeccionava a feijoada? Uma das casas que mais anunciou o produto, localizada na rua da Vala, sugeriu que, acompanhada de “superior pinga que consola” (Jornal do Comércio, 7 maio 1851, p. 3), seu produto era completo, “com todos seus pertences”. Essa informação se tornou usual em alguns anúncios, designando uma característica do alimento, a fim de atrair consumidores.

---

<sup>100</sup> Um indício interessante da maior difusão do prato é a venda do romance “A feijoada”, disponível, por exemplo, no Bazar Fluminense, localizado na rua da Quitanda (Correio Mercantil, 15 nov. 1852, p. 4). Alguns anos depois, seria também composto o lundu “feijoada” (Jornal do Comércio, 5 abr. 1867, p. 3). Pelo número de reimpressões, ambos parecem ter logrado algum sucesso na cidade.

Figura 3



Fonte: Jornal do Comércio, 26 mar.1857, p. 4.

Mas quais seriam os tais “pertences”? Na propaganda da casa de pasto Cometa, de Manoel de Souza Machado<sup>101</sup>, localizada na rua do Sabão (que não mais existe em função da construção da avenida Presidente Vargas) informou-se que na confecção do prato se utilizavam linguiças, chouriços, costeletas, chispe, orelhas e dobradinha (Jornal do Comércio, 31 maio 1857, p. 3). Num folhetim do Correio Mercantil, vemos que outros produtos poderiam ser usados, tais como lombo, mocotó, cabeça de porco, língua, presunto, carne seca, paio (Correio Mercantil, 23 jun. 1867, p. 1).

Observa-se que aumentou o número de anúncios de venda de produtos para a confecção do prato. “Para uma boa feijoada”, orelhas de porco podiam ser encontradas a 280 réis a libra (Jornal do Comércio, 14 ago. 1865, p. 3). Lombo de Minas, “próprio para feijoada”, era vendido a 200 réis a libra (Jornal do Comércio, 30 jan. 1867, p. 4). Tudo o que era necessário para a preparação da iguaria era ofertado pelas propagandas.

Percebe-se que eram mesmo partes do porco as mais utilizadas<sup>102</sup>, nada indicando que eram consideradas alimentos inferiores. Vejamos que até um estabelecimento mais renomado, como a Confeitaria Ao Braço de Ouro, localizada na rua dos Ourives (atual Miguel Couto), entre requintados importados, oferecia produtos para a confecção do prato (Correio Mercantil, 14 out. 1859, p. 3).<sup>103</sup>

A iguaria também foi oferecida nos pioneiros restaurantes da cidade. Um dos que primeiro anunciou o prato foi o Estrela do Rio, localizado na rua da Alfândega, de propriedade de Francisco Pinto Soares (Jornal do Comércio, 5 out. 1862, p. 3).<sup>104</sup> A “bela feijoada”, curiosamente, era preparada por um cozinheiro italiano em um estabelecimento cujo proprietário era português. Percebe-se um cruzamento de referências culturais, ou seja, o que se aproxima ao que Carlo Ginzburg chamou de “circularidade cultural”, onde existe interligação e reapropriação contínua entre formações culturais distintas e estratos sociais de

<sup>101</sup> Manoel de Souza Machado também era proprietário de outros estabelecimentos comerciais, como um armazém localizado no Engenho Velho (Jornal do Comércio, 14 nov. 1855, p. 2) e uma venda situada na Rua Mataporcos (Jornal do Comércio, 18 nov. 1855, p. 1). Era português e faleceu, em 1861, em viagem à Europa (Correio Mercantil, 9 abr. 1861, p. 3).

<sup>102</sup> Ver, por exemplo, Folhinha das Flores (1858, p. 25) e Jornal do Comércio (14 ago.1866, p. 3).

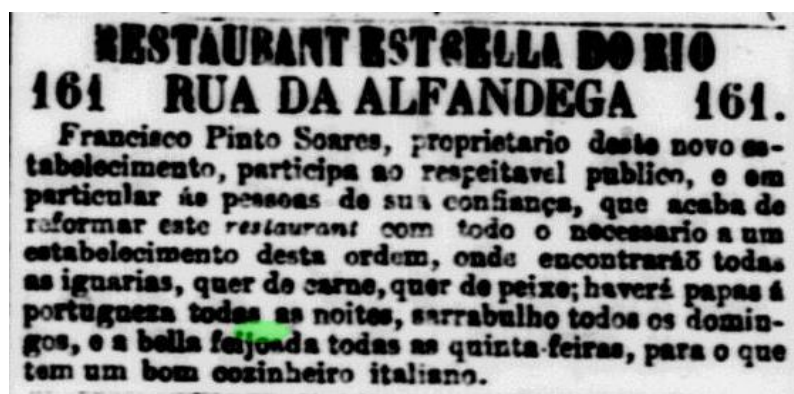
<sup>103</sup> Esse estabelecimento teve vida longa, anunciou constantemente nos jornais, sempre destacando o prato. Chegou a informar que era uma feijoada “muito própria para mandar a Europa” (Jornal do Comércio, 10 jan. 1869, p. 4). Isso é, segundo a propaganda, aqueles que desejassem levar alguma lembrança do Brasil, poderiam comprar o prato em conserva (Jornal do Comércio, 7 jun. 1865, p. 3).

<sup>104</sup> O referido proprietário tinha nacionalidade portuguesa, era casado e, de acordo com o seu obituário, foi sepultado no dia 25 de junho de 1866, com 29 anos de idade, tendo como causa do falecimento tuberculose pulmonar (Correio Mercantil, 27 jun. 1866, p. 3)



diversos perfis. O que o historiador italiano destaca como “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se move de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 2006, p. 10).

Figura 4



Fonte: Jornal do Comércio, 5 out.1862, p. 3.

Vale ter em conta que os restaurantes, a princípio, procuravam se diferenciar pela sofisticação, pelo conforto e pela limpeza. Indicavam uma postura diferenciada em relação à alimentação, articulados com a melhor estruturação de um mercado de entretenimentos, sintonizados com uma ideia de urbanidade e de atitude cosmopolita e “civilizada” que se tornaram mais claras a partir de meados do século XIX. Marcam o início de um relacionamento mais notável com a noção de gastronomia até mesmo pelo fortalecimento dos vínculos com os parâmetros simbólicos do continente europeu (KARLS, 2017). Neste sentido, Spang (2003) ratifica nossa afirmação quando destaca que os pioneiros restaurantes parisienses dos séculos XVIII e XIX eram ambientes bem mais complexos que simples locais de alimentação. Neles, era latente uma sensibilidade gastronômica pública, onde os traços da vida moderna faziam parte da essência da sua configuração.

No decorrer do século, cada vez mais se ofereceu o prato em estabelecimentos melhor estruturados. O Restaurante do Tesouro destacava que “às quartas-feiras continuará a haver a saborosa feijoada preparada com todos os seus pertences”. O Restaurante do Hotel do Triunfo exaltava “a afamada feijoada” (Gazeta de Notícias, 26 mar.1879, p. 4). Já no final da centúria, a Casa Brasileira, que, de acordo com a publicidade, disponibilizava “luxuosas, confortáveis e espaçosas salas para famílias”, não deixava de incluir o alimento em seu cardápio (Gazeta da Tarde, 17 nov. 1897, p. 4).

De outro lado, estabelecimentos menos refinados também ofereciam o prato. Por exemplo, um desses, localizado na rua da Constituição com rua do Núncio (atual avenida Tomé de Souza), uma região de convívio mais popular, anunciava a iguaria acompanhada de um cálice de vinho por 1\$000 (Opinião Liberal, 24 dez. 1869, p. 4), um valor acessível até mesmo para pessoas de estrato médio baixo. O Fama da Carioca, situado na rua São José, que tinha como público-alvo gente ligada “ao comércio e à classe operária”, também oferecia uma “saborosa feijoada sem rival” (Jornal do Comércio, 28 dez. 1882, p. 5).

Isso é, mesmo integrando o cardápio dos locais mais requintados, a iguaria seguia sendo acessível a um estrato mais amplo da população. Um cronista, na seção folhetim do Diário do Rio de Janeiro, comentou como o alimento estabeleceu-se entre diferentes grupos sociais. Para ele, metaforicamente, pois comentava o novo arranjo da imprensa fluminense, quando era oferecido, “até as vendas e quitandeiras mudam de freguesia” (Diário do Rio de Janeiro, 20 ago. 1872, p. 1).

Outro cronista ironizou, num suposto novo dicionário dos termos usuais da cidade: “Feijoada – Alimento de muita gente boa que arrota salames, presuntos e perus” (Revista

Popular, 1862, p. 8). Não surpreende que nos jornais, em algumas ocasiões, o prato fosse chamado de “democrático”, no sentido de, mesmo sendo simples, agradar a todos<sup>105</sup>, ao ponto do Rio de Janeiro ser sinalizado como a “cidade da feijoada” (O Mequetrefe, 1878, p. 1). A designação “democrático” sugere um prato que, dentro das suas inúmeras variações de preparação, atendia, tinha aceitação e era usualmente consumido por pessoas de diversos estratos sociais.

A ampliação e diversificação dos espaços de alimentação também correspondeu à paulatina especialização dos estabelecimentos. Ainda que seguissem existindo as casas de pasto e restaurantes que ofereciam ampla gama de pratos, também surgiram aqueles que declaram *expertise* em um tipo específico de comida.

Mesmo em estabelecimentos especializados, a feijoada era oferecida. Dois restaurantes de comida baiana, o Estellita (Gazeta de Notícias, 25 mar. 1885, p. 4) e o Rei dos Barateiros (Gazeta de Notícias, 12 fev. 1885, p. 3), destacavam o prato. O Restaurante Lisbonense, dedicado a iguarias portuguesas, em meio a sua divulgação de “tripas à moda do porto” e “canja de galinha”, também disponibilizava ao público a “feijoada completa” (O País, 15 nov. 1889, p. 3). O Restaurante Francês, apesar do seu nome, da mesma forma se dedicava à preparação do cozido de feijões (Gazeta de Notícias, 14 out. 1886, p. 6).

Figura 5



Fonte: Gazeta de Notícias, 14 out. 1886, p. 6.

Enfim, esses indícios nos permitem divergir de algumas linhas interpretativas, como a de Dória (2009, p. 32): “qualquer levantamento estatístico sobre os hábitos alimentares do brasileiro indica que a feijoada não é um prato cotidiano”. De fato, o cozido era também uma comida cerimonial, presente em diversas festividades realizadas no Rio de Janeiro no século XIX. No entanto, o seu consumo não se restringia a estes momentos, sendo observável diariamente em estabelecimentos de alimentação de perfis distintos, destinado a gente de diversos poderes aquisitivos. Integrava o cardápio de casas de orientações culinárias diferenciadas. Talvez não fosse um prato do cotidiano no ambiente privado, mas, nos espaços públicos de alimentação, este tinha uma presença significativa, uma oferta frequente, conforme nos permite depreender as fontes utilizadas. Passava pela cozinha regional brasileira, pelo *chef* reconhecido, pelo restaurante que elaborava especialidades europeias.

Da mesma forma, há que se contestar os que sugerem que a feijoada “seguramente se trata de um prato que possui caráter popular, sendo marginal nos hábitos alimentares das

<sup>105</sup> Ver, por exemplo, A Vida Fluminense (30 nov. 1872, p. 2).

elites” (DÓRIA, 2009, p. 32). Para o autor, “o que há de relevante em torno dele é a própria mágica de reter o passado da escravidão subvertendo o seu sentido dramático” (DÓRIA, 2009, p. 32). Trata-se de uma visão bastante idealizada, pelo menos não comprovável empiricamente.

Não parece possível afirmar, nem se trata de insistir nessa discussão, que a feijoada é um prato inventado no Brasil. Cozidos com feijão existem em outros países, inclusive em Portugal. O desafio é discutir como se forjaram representações sobre a moda de preparar o alimento que foi se desenvolvendo no país, no nosso caso tendo em conta o que se publicou nos jornais fluminenses do século XIX. É o que faremos no próximo item.

### Um prato nacional?

A circulação de um termo é, em geral, um indício de que aquilo que designa já é, de alguma forma, reconhecido por um estrato da população. Nem sempre isso se prende a uma definição literal. Os usos figurados nos ajudam a entender as representações que cercam determinado objeto.

Montanari (2009) destaca que a cozinha tem sido equiparada à linguagem, que possui vocábulos, regras gramaticas, mas, também, valores simbólicos que se constituem como veículos de auto representação e de comunicação. As preparações, os ingredientes, não são apenas instrumentos de identidade cultural: “Bem mais do que a palavra, a comida auxilia na intermediação entre culturas diferentes, abrindo os sistemas culinários a todas as formas de invenções, cruzamentos e contaminações” (MONTANARI, 2009, p. 11). Com efeito, concordamos com Dória, quando aponta a complexidade da culinária nacional e suas receitas:

Elas incluem dimensões que não são visíveis nas receitas, como tabus alimentares; ideias sobre a ‘nobreza’ de alguns ingredientes e preferências amplas; idealizações sobre cardápios relacionados a vivências especiais (como festas); técnicas de tratamento das matérias-primas etc. Assim, também intervêm na culinária elementos que são rigorosamente extraculinários. (Dória, 2009, p. 19).

A utilização figurada do termo feijoada se deu *pari passu* com a maior presença do prato nos anúncios de casas de pasto e restaurantes, sendo sua inserção nos cardápios também um importante agente de divulgação. Em linhas gerais, tal uso tinha em conta algumas características do alimento.

Mesmo apreciado, era considerado um prato pesado, para o qual era necessária uma “força digestiva” (Jornal do Comércio, 13 abr. 1835, p. 2). No decorrer do século, isso foi observado em depoimentos de diferentes naturezas e origens, inclusive por esculápios preocupados com os impactos na saúde. No posicionamento do dr. José Lourenço, vemos um alerta: “O abuso deste alimento grosseiro e indigesto passa por uma das causas mais frequentes de dispepsias e, também, não sem razão, de certa falta de elegância nas jovens e senhoras brasileiras” (Brasil-Médico, 1893, p. 189).

Um estômago “à prova de feijoada” (Jornal do Comércio, 20 set. 1840, p. 3) significava capacidade de aturar ao máximo. No decorrer do século, o termo foi utilizado para referenciar questões “indigestas” do cotidiano. Por vezes, seus ingredientes inspiraram paródias: “a orelha literária, a isca política com alho e pimenta do reino e a novidade rançosa e velha como a Sé do Pará” (A Reforma, 12 set. 1878, p. 2).

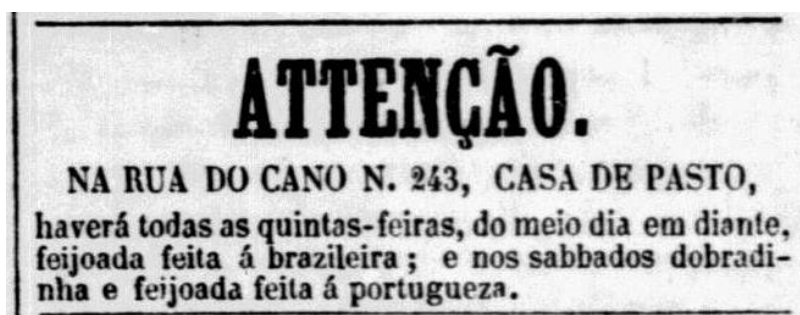
Como a feijoada era também considerada uma grande mistura, algo que reunia todo tipo de produto, não poucas vezes o termo foi utilizado para expressar a ideia de confusão, bagunça, tumulto. Em 1837, uma poesia anônima intitulada “A Feijoada” fez alusão a diversos momentos da história do Brasil (O Sete de Abril, 8 jul. 1837, p. 1). Em tom crítico, observou tanto as mesclas de referências culturais quanto os múltiplos conflitos que a marcaram. Algumas décadas depois, vemos uso semelhante como metáfora do momento nacional: “cada

vez entendo menos a atual política, a qual comparo a uma feijoada, onde se encontram amalgamados pedaços de viandas com orelhas de porco, carne seca do Rio Grande, etc” (A Pátria, 6 ago. 1858, p. 1).

Para além desse uso figurado, chamou-nos atenção a já citada designação de “brasileira” à feijoada. Seria algum diferencial? Haveria peculiaridades na preparação? Como vimos, o adjetivo para denominar o prato foi pela primeira vez identificado no anúncio da casa de pasto do botequim Fama do Café com Leite (1849). Vale ter em conta que o proprietário do estabelecimento, José de Souza e Silva Braga, foi um dos inovadores do comércio naquele momento, inclusive no que corresponde à propaganda (KAREH, 2006).

Por que era designada de “brasileira”? Estratégia de publicidade? Haveria uma “estrangeira”? Encontramos algumas referências à “feijoada à portuguesa” (Correio Mercantil, 11 abr. 1855, p. 3). Um leitor chegou a perguntar: “qual a maneira porque é feita a feijoada portuguesa?” (Jornal do Comércio, 12 abr. 1855, p. 3). Trata-se então de um indício de que o prato lusitano é que seria uma inovação? Há que se ter em conta que, em Portugal, por vezes se chamava de feijoada diversos tipos de cozido no qual se utilizava feijões. Era isso que era oferecido naquela ocasião?

Figura 6



Fonte: Jornal do Comércio, 12 abr.1855, p. 3.

Pode ser que a designação tenha em conta os produtos utilizados na confecção da feijoada. A “brasileira” utilizaria alimentos típicos do país. Essa explicação não nos parece suficiente e conclusiva. Talvez a questão central tenha sido mesmo a já citada ampliação do número e diversificação dos estabelecimentos de alimentação pública, correspondendo à necessidade de melhor esclarecer (e atrair) os frequentadores sobre o que estava a seu dispor. Se isso tiver alguma pertinência, a princípio a definição teve mais a ver com uma estratégia de mercado do que com qualquer laivo de construção de uma identidade nacional.

Vejamos que alguns estabelecimentos que ofereciam a feijoada à brasileira também anunciavam a confeccionada à moda lusitana. Era o caso de uma casa de pasto da Rua do Cano que, nas quartas-feiras, disponibilizava no cardápio o “prato nacional” e, nos sábados, dobradinhas e feijoada à portuguesa (Jornal do Comércio, 11 mar. 1855, p. 4).

Além disso, mais para o fim do século, foram divulgadas variações regionais da feijoada. Num anúncio, vemos uma oferta de uma “à carioca” (Gazeta de Notícias, 29 out. 1885, p.4). Já uma “à mineira” foi apresentada pelo Restaurante Estellita (Gazeta da Tarde, 27 out. 1885, p. 4). Da mesma forma, outra “à baiana” foi exaltada como iguaria pelo Hotel Baiano (Gazeta de Notícias, 10 fev. 1880, p. 1) e como “soberba” pelo Restaurante à Baiana (O País, 18 out. 1894, p. 8).

Infelizmente não tivemos acesso a mais detalhes sobre as diferenças dos pratos. Podemos supor que estivessem relacionadas com os ingredientes utilizados no preparo ou até com o perfil do profissional ou do estabelecimento responsável por sua execução. A nosso ver, trata-se de uma tentativa de deixar ainda mais clara a peculiaridade do alimento, fruto de continuidade do processo de diversificação.



Já no final do século XIX, é possível identificar a feijoada como referência a um prato nacional. Esta menção pode ser percebida nos periódicos fluminenses, como na *Gazeta da Tarde*, que depõe que “o prato nacional, a feijoada, é um manjar feito [...]” (21 out. 1880, p. 3). Da mesma forma, um artigo publicado no jornal português *O Comércio do Porto* contemplava os costumes e gostos do Imperador em família e em viagens. Em uma dessas excursões, o mestre cozinheiro da embarcação no qual D. Pedro II se encontrava fez uma feijoada, “o prato nacional brasileiro” (Diário de Notícias, 25 dez. 1889, p. 2).

Na verdade, há uma questão relevante: qualquer que seja o processo ou motivação, a feijoada passou a ser considerada como uma referência da culinária brasileira num momento em que, como outros aspectos nacionais no pós-independência, se forjava a ideia de cultura nacional. A comunidade imaginada precisava de símbolos para se materializar, e esse esforço passava também pela alimentação. Não necessariamente a população em geral a aprendia, mas alguns cronistas já assim a consideravam.

Como sugerem Atala e Dória, um prato representante da cozinha nacional é aquele que “pode ser reivindicado por todos os habitantes de um país em contraste com as tradições culinárias de outras nações” (ATALA; DÓRIA, 2008, p. 116). Isso se pode perceber nos jornais do século XIX em vários momentos, tanto no que se refere aos anúncios de estabelecimentos<sup>106</sup> quanto na posição de certos cronistas.

A apreciação do prato pelos brasileiros, em um artigo do Diário de Notícias, foi comparada à relação de diferentes nações com seus hábitos alimentares: a predileção dos franceses pelos caracóis, rãs e serpentes; os ingleses e seu “roastbeef”; os portugueses com as sardinhas (Diário de Notícias, 9 out. 1870, p. 2). Algo semelhante sugeriu um cronista que discutiu a Exposição Universal de Paris (1878). Em determinado momento, cita as comidas de cada povo: “o cucussa dos árabes, o macarroni italiano, a olla-podrida espanhola, os ninhos de andorinha da China, o rostbeef inglês e a feijoada brasileira, todas as suculentas produções da cozinha francesa, etc” (A Pátria, 17 nov. 1877, p. 3).

Vejamos que, por vezes, esse tipo de referência fez convergir a capital com a nação. Em 1891, por ocasião de uma comemoração organizada pelo Clube Rio-Grandense, procurou-se destacar aspectos da culinária brasileira. Desta feita, a feijoada foi apresentada como representante da cozinha do Rio de Janeiro (Gazeta de Notícias, 28 dez. 1891, p. 1). Anos antes, a Corte já havia sido citada como a “heroica cidade da feijoada e da sopa de tartaruga” (O Mequetrefe, 10 jan. 1878, p. 1). Nesses casos, a ideia era de que por ser da capital representava o país.

Preponderaram mesmo as considerações de que era um típico alimento brasileiro. Conforme sugeriu um cronista, “O prato nacional, a feijoada, é um manjar feito diluindo farinha de mandioca no caldo negro que se obtém, cozinhando em muita água e com grande fogo o feijão preto com toucinho e um pedaço de carne seca (carne secada ao sol)” (Gazeta da Tarde, 21 out. 1880, p. 3). Não surpreende, portanto, que nossos governantes, para além do gosto, demonstrassem afeição à iguaria.

Um artigo sobre D. Pedro II, publicado no jornal português *O Comércio do Porto*, veiculado no Brasil pelo Diário de Notícias (25 dez. 1889, p. 2), fez uma apreciação dos costumes e gostos do na ocasião ex-imperador. Comentou que comia com prazer uma feijoada, “o prato nacional brasileiro”.

Em 1898, por ocasião da recepção do então vice-presidente da República, Francisco de Assis Rosa e Silva, que retornava de uma viagem à Europa, diversas autoridades – entre as quais ministros, senadores e o próprio presidente Campos Sales – confraternizaram em um almoço. O cardápio estava composto de uma série de pratos clássicos da cozinha internacional, como “salade russe” e “poule au pot à la française”, mas também da “feijoada speciale assortie à la brésilienne” (A Imprensa, 7 nov. 1897, p. 1). Mesmo que anunciado em

---

<sup>106</sup> A já citada Fama do Peixe Frito, por exemplo, a destacava como o “saboroso manjar nacional” (Jornal do Comércio, 16 mar. 1859, p. 4).

francês, o alimento considerado como representante da culinária nacional foi servido na festa patriótica.

Outro evento presidencial em que a iguaria esteve presente foi na ocasião da visita de Campos Sales à Fábrica Bangu. No almoço oferecido para cerca de 90 pessoas, o prato principal foi uma “excelente feijoada à brasileira que foi muito apreciada por todos os brasileiros” (Jornal do Brasil, 20 dez. 1899, p. 1).

A atenção dada pelos governantes à feijoada, além de ser mais um indício de que o gosto pelo prato atingia os mais distintos estratos, também fortalece a ideia de que se construiu ao seu redor a noção de que era um representante da culinária e da cultura brasileira como um todo, de uma tradição que precisava ser forjada para a consolidação da nação. Todavia, não se percebem discursos sobre ser expressão de características ideais do povo e formação cultural nacional, algo que provavelmente se delineou no decorrer do século XX, notadamente quando se construiu um abordagem positiva sobre a mestiçagem.

Isso, contudo, é tema para outro estudo.

## Conclusão

Uma charge publicada na *Semana Ilustrada*, em 1863, procurou ironizar os conflitos entre liberais e conservadores, sugerindo, contudo, que havia duas coisas em que os grupos antagônicos se harmonizavam: “a admiração da beleza e uma boa feijoada” (*Semana Ilustrada*, n. 129, 1863, p. 3).

Figura 7



São duas as cousas, em que os *Conservadores* e os *Liberaes* se harmonisão :—a admiração da *belleza*, e uma boa *feijoada*.

(*Chateaubrigand*).

Fonte: *Semana Ilustrada*, n. 129, 1863, p. 3.

A referência é mais um indício de que a feijoada parecia agradar os mais diferentes gostos. Parece-nos possível afirmar que era um prato conhecido no século XIX, apreciado por gente de distintos estratos sociais, consumido nos mais diversos espaços e oportunidades, ainda que existissem peculiaridades no processo de preparação e consumo. Para além da citação do alimento em si, vale destacar o uso figurado do termo, mais um sinal de sua ampla circulação.

Com isso, divergimos de alguns estudos que sugerem que surgimento e a popularização da feijoada tenha se dado no final do período oitocentista, como é o caso de

Freixa e Chaves (2009). Também discordamos de Doria (2009) quando infere que foi no século XX que a iguaria se tornou um ícone da cozinha brasileira.

Neste estudo, não foi nosso intuito precisar uma data de criação do alimento. Não se pode sequer afirmar que exista um “tipo correto” de feijoada. Ainda que em algumas ocasiões tenha sido mais relacionada à cultura fluminense, houve diferentes formatos de outras regiões. Mesmo no Rio de Janeiro, não é possível inferir que houvesse uma única maneira de preparação. Talvez seja mais adequado falar em “feijoadas” ao redor do qual se construiu a ideia de que se tratava de um prato nacional.

No século XIX, não conseguimos perceber argumentos de que a feijoada se tratava de uma expressão do hibridismo da nossa formação societária ou de uma capacidade de aproveitamento do que seria desperdiçado. O forjar da ideia de que era típico da nossa culinária parece ser resultado da articulação de duas ocorrências: estratégia de mercado que tinha em conta que o prato era apreciado por amplos estratos da população; a constituição generalizada de “representantes” da cultura brasileira, a exemplo do que se via (ou representava) em outros países, num momento em que o Brasil tentava se forjar como nação independente.

Se todas as nações tinham supostamente uma comida de representação, porque nós não teríamos a nossa? A feijoada, nesse sentido, parece ter logrado grande aceitabilidade enquanto tal.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, p. 183-203, 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

ATALA, Alex; DÓRIA, Carlos Alberto. **Com unhas, dentes e cuca**: prática culinária e papo-cabeça ao alcance de todos. São Paulo: Senac, 2008.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e Sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

DÓRIA, Carlos Alberto. **A formação da culinária brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2009.

ELIAS, Rodrigo. Feijoada: breve história de uma instituição comestível. **Sabores do Brasil**, n. 13, p. 33-39, 2010.

FERNANDES, Caloca. **Viagem gastronômica através do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Estúdio Sonia Robatto, 2005.

FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. **Gastronomia no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

FRY, Peter. Feijoada e *soul food*: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. In: FRY, Peter. **Para inglês ver**. identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 47-53.

FRY, Peter. Feijoada e *soul food* 25 anos depois. In: FRY, Peter. **A persistência da raça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KAREH, Almir El Chaiban. “Cantando espalharei por toda a parte, Se a tanto me ajudar engenho e arte”: propaganda, técnicas de vendas e consumo no Rio de Janeiro (1850-1870). **Antropolítica**, Niterói, n. 21, p. 13-49, 2006.

KARLS, Thaina Schwan. **Comida, bebida e diversão**: uma análise comparada do perfil de restaurantes e confeitarias do Rio de Janeiro do século XIX (1854-1890). 2017. 234 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEEDER, A. M. Mc. Kinney Roberto. **Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1858. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart309960/cart309960.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309960/cart309960.jpg)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. p. 111-153.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 25-39, jan.-jun. 2004.

MELO, Victor Andrade de, PERES, Fabio de Faria. **Gymnastica no tempo do Império**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

MELO, Victor Andrade de; KARLS, Thaina Schwan. Novas dinâmicas de lazer: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 147-160, jan.-mar. 2018.

MONTANARI, Massimo. **O mundo na cozinha**: história, identidade, trocas. São Paulo: Estação Liberdade: Senac, 2009.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPANG, Rebecca L. **A invenção do restaurante**: Paris e a moderna cultura gastronômica. Rio de Janeiro: Record, 2003.

#### **Fontes:**

A COMÉDIA SOCIAL. Rio de Janeiro, 13 out. 1870, p.3.

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, 7 nov. 1897, p. 1.

A PÁTRIA. Rio de Janeiro, 06 ago. 1858, p. 1.

A PÁTRIA. Rio de Janeiro, 17 nov. 1877, p. 3.

A REFORMA. Rio de Janeiro, 12 set. 1878, p. 2.

A VIDA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 30 nov. 1872, p. 2.

BRASIL-MÉDICO. Rio de Janeiro, ano 7, n. 21-24, 1893, p. 189.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 15 nov. 1852, p. 4.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 12 abr. 1853, p. 4.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 11 abr. 1854, p. 3.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 11 abr. 1855, p. 3.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 14 out. 1859, p. 3.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 09 abr. 1861, p. 3.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 27 jun. 1866, p. 3.  
CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 23 jun. 1867, p. 1.  
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 25 dez. 1889, p. 2.  
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 9 out. 1870, p. 2.  
DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 2 mar. 1827, p. 4.  
DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 11 ago. 1833, p. 4.  
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 07 set. 1839, p. 4.  
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 24 dez. 1845, p. 4.  
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 14 abr. 1852, p. 4.  
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 26 mar. 1872, p. 1.  
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 20 ago. 1872, p. 1.  
FOLHINHA DAS FLORES. Rio de Janeiro, 1858, p. 25.  
GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 21 out. 1880, p. 3.  
GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 27 out. 1885, p. 4.  
GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 17 nov. 1897, p. 4.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 10 fev. 1880, p. 1.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 12 fev. 1885, p. 3.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 25 mar. 1885, p. 4.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 29 out. 1885, p. 4.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 14 out. 1886, p. 6.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 26 mar. 1879, p. 4.  
GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 28 dez. 1891, p. 1.  
JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 dez. 1899, p. 1.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 13 abr. 1835, p. 2.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 20 set. 1840, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 31 jul. 1842, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 08 mar. 1845, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 05 jan. 1849, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 07 mai. 1851, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 11 mar. 1855, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 12 abr. 1855, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 14 nov. 1855, p. 2.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 18 nov. 1855, p. 1.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 26 mar. 1857, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 31 mai. 1857, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 16 mar. 1859, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 05 out. 1862, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 27 jan. 1863, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 07 jun. 1865, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 14 ago. 1865, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 14 ago. 1866, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 30 jan. 1867, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 05 abr. 1867, p. 3.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 10 jan. 1869, p. 4.  
JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 28 dez. 1882, p. 5.  
MUSEU UNIVERSAL. Rio de Janeiro, 05 ago. 1843, p. 45.  
O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 03 jul. 1895, p. 1.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro, 10 jan. 1878, p. 1.  
O PAÍS. Rio de Janeiro, 15 nov. 1889, p. 3.  
O PAÍS. Rio de Janeiro, 18 out. 1894, p. 8.  
O SETE DE ABRIL. Rio de Janeiro, 08 jul. 1837, p. 1.  
OPINIÃO LIBERAL. Rio de Janeiro, 24 dez. 1869, p. 4.  
PERIÓDICO DOS POBRES. Rio de Janeiro, 29 abr. 1871, p.4.  
REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, ano 15, n 576, 1890, p. 6.  
REVISTA POPULAR. Rio de Janeiro, ano 4, n 14, abr-jun 1862, p. 8.  
SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, n. 129, 1863, p. 3.

Recebido em agosto de 2017.  
Aprovado em agosto de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-12>

## **NORTE-AMERICANOS EM SÃO PAULO: A criação do Hospital das Clínicas na “Política da boa vizinhança”, 1938-1944**

*André Mota\**  
*Gustavo Querodia Tarelou\*\**

**RESUMO:** O presente artigo analisa historicamente as relações estabelecidas entre a “política da boa vizinhança” promovida pelos Estados Unidos e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no período de 1938 a 1944 no contexto de criação do seu hospital-escola, o Hospital das Clínicas – FMUSP. Apresenta documentação inédita, demonstrando que a influência estadunidense sobre a Faculdade de Medicina não esteve restrita somente aos primeiros anos de seu funcionamento e à Fundação Rockefeller, mas prolongou-se nas décadas seguintes, culminando na doação de equipamentos para o aparelhamento e a inauguração do Hospital das Clínicas como um “presente de guerra” a partir da participação de alguns médicos e professores na Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, apresenta-se o prosseguimento dos instrumentos de influência do modelo médico-assistencial e tecnológico americanos sobre a medicina paulista a partir dos artigos publicados na *Revista Médico-Social*, revista criada no ano de 1942 pelo então Superintendente do Hospital das Clínicas, Odair Pacheco Pedroso. Entre os objetivos da revista estava o de apoiar os norte-americanos na criação da Associação Pan-americana de Hospitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Práticas Médicas. Imperialismo. Segunda Guerra Mundial.

**ABSTRACT:** This paper carries out a historical analysis of the relations between the U.S. Good Neighbor policy and the Medical School of the University of São Paulo in the period ranging from 1938 to 1944, within the context of the establishment of its teaching hospital, the FMUSP Hospital of Clinics. The paper presents unpublished documentation showing that the American influence upon the Medical School was not restricted only to the role played by the Rockefeller Foundation in the school's early years of operation, but extended over the next decades, culminating in the donation of equipment to the Hospital of Clinics as a “war gift” for the participation of some physicians and professors in the World War II. In this context, the paper shows the continued action of the instruments of influence of the American medical care and technological model on São Paulo's medicine, drawing on articles published in the *Revista Médico-Social*, a journal created in 1942 by Odair Pacheco Pedroso, then the Superintendent of the Hospital of Clinics. One of the journal's goals was to support the Americans in the creation of the Pan-American Association of Hospitals.

**KEYWORDS:** History of the Medical Practices, Imperialism, World War II

### **Introdução**

Quando o Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IOT) foi inaugurado, em 1953, a primeira-dama dos Estados Unidos enviou uma bengala de seu marido vitimado pela poliomielite:

---

\* Professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e FMUSP e Coordenador do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

\*\* Doutorando do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Pesquisador do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Essa inauguração devia ser presidida pela Sra. Eleonora Roosevelt. Impossibilitada de comparecer, a esposa do grande estadista americano, ao agradecer o convite, enviou ao Dr. Godoy Moreira, diretor do novo hospital, como símbolo de presença e solidariedade àquela obra, a bengala que pertenceu à Franklin Delano Roosevelt. (HOSPITAL DAS CLÍNICAS, 1952, p. 1).

Para além desse fato pontual, tal símbolo de proximidade representou o estabelecimento, entre o Brasil e os Estados Unidos, de uma política de aliança, que não se resumiu somente ao plano político-cultural, mas atingiu esferas diversas, como o campo médico e de saúde pública. Entre os marcos reconhecíveis dessa proximidade, o impacto do Relatório Flexner nos modelos de ensino médico e a filantropia institucional representada pela Fundação Rockefeller na América Latina, desde 1915, foram marcos iniciais importantes. Conforme pontua Marinho:

[...] o projeto da Fundação Rockefeller, consubstanciado na metáfora das sementes iniciais, pautava-se em todo o mundo pela identificação e o apoio a membros da elite científica local que, ao longo de sua trajetória profissional e imbuída do ideário da Fundação, passavam a atuar como parceiros e aliados daquela instituição. Funcionavam, desse modo, como propagadores de uma ideologia e uma visão de mundo conservadoras, centradas na ideia da pesquisa de excelência como atividade de elite, assentada em talentos individuais e representativa de um ideal de racionalidade a ser perseguido. (MARINHO, 2001, p. 48).

Já os estreitamentos políticos internacionais trazidos pela Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, desdobraram-se na criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, seguindo as decisões tomadas no Terceiro Encontro de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Pelo Serviço, uma visão mais abrangente da extensão da saúde e do sanitarismo (FONSECA, 2000, p. 395), se contraporia a uma perspectiva nascida desde a década de 1920, de uma individualizante seguridade e previdência social.

No entanto, um olhar mais preciso para as regionalidades brasileiras nesse processo será ainda capaz de flagrar a extensão de outras particularidades desse mesmo contexto, nem sempre identificadas, mas que se escondem nas entrelinhas documentais, recompondo contextos e suas versões explicativas. Nesse sentido, há que se ter uma visão mais alargada da chamada “política de boa vizinhança”, implementada por Franklin Roosevelt entre os anos de 1930 e 1940, que tinha, justamente, em Nelson Rockefeller seu principal idealizador e visava afastar as nações latino-americanas dos países do Eixo, por meio de um organismo político que estreitasse suas relações com os Estados Unidos. Para isso, criou-se, em 1940, o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*, composto pela Divisão Comercial e Financeira, pela Divisão de Comunicações e pela Divisão de Relações Culturais.

Conforme Moura (1993, p. 12), em tal contexto foi lançada uma ofensiva norte-americana às áreas econômica, política e cultural e o Brasil tornou-se um dos principais alvos, num processo de “neutralidade dependente” entre os anos de 1939-1942. O Departamento de Estado Norte-americano deixava claras tais intenções, ao referir-se que:

As divisões de imprensa, rádio e cinema e de outros setores da CIAA estavam treinando homens para ir à América Latina e um número de centros foram sugeridos. Após um estudo mais aprofundado, e discussão com os representantes do Departamento de Estado, o Coordenador apresentou seu plano formalmente à subsecretária de Estado em 14 de julho de 1942. Em breve, este incorporava uma proposta para adicionar pessoal adequado para as equipes dos comitês de coordenação, com uma base regional para lidar com a disseminação de informações por todas as mídias e recolher



informações sobre a eficácia dos programas realizados. (COORDINATOR OF INTER-AMERICAN AFFAIRS, 1947, p. 248).

A tecnologia foi um dos pilares que articulou comunicação, economia e o chamado modo de vida norte-americano (*American way of life*), tendo seus empresários de fazer o sacrifício de anunciar medidas e ações sem retorno imediato, em nome da Política da Boa Vizinhança: “A *realpolitik* mascarava a mercadoria sob o manto democrático-liberal da luta contra o nazifascismo, contra o totalitarismo” (TOTA, 2000, p. 57). No campo médico e de saúde pública, “quando os Estados Unidos se prepararam para entrar na guerra, a adesão do Brasil à causa dos Aliados tornou-se fundamental; nesse sentido, o projeto de saúde e saneamento do Escritório afinava-se completamente aos interesses de segurança nacional daquele país” (CAMPOS, 2008, p. 43).

Entre as marcas ainda desconhecidas dessa política, a reconfiguração da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e a concretização de seu Hospital das Clínicas (HC-FMUSP), no sentido de garantir *status* internacional e de liderança, merecem atenção, quer pela originalidade documental ainda não identificada, quer pela difícil aproximação do tema, exatamente por tocar numa “memória de guerra” que não é “até agora um marco divisor da história contemporânea do Brasil nem um marco periodizador importante na memória coletiva de seus habitantes”. No caso paulista, “a Segunda Guerra Mundial não tem um lugar preciso nem difuso na memória coletiva de São Paulo. Esse lugar pode ser melhor caracterizado por uma singular e persistência ausência” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 287-288).

Essa matéria pode ser reportada à guerra civil de 1932, essa sim um marco memorialístico da beligerância paulista e de seu envolvimento nos campos de batalha, deixando ao largo a Segunda Guerra como um momento de proeminência. Nesse contexto, conforme propôs Freire Junior e Silva (2014, p. 181-201) em estudo sobre a comitiva científica norte-americana liderada pelo físico Arthur H. Compton, em 1941, se, de um lado, as relações diplomáticas entre Estados Unidos e Brasil, entre 1935 e 1945, que levaram ao alinhamento do Brasil com os Aliados e à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foram bem mapeados pela historiografia, há outros campos que merecem a atenção dos analistas, como o da aproximação norte-americana, nesse período, de certas instituições médicas e de saúde, tema esse ainda pouco estudado e conhecido.

Nesse sentido, procura-se compreender, neste artigo, a dimensão histórica dessa conjuntura específica, articulando as particularidades tecnológicas e simbólicas que envolveram suas instâncias médicas entre os anos de 1930 e 1940 sob a forte influência estadunidense advinda desde a presença da Fundação Rockefeller, possibilitando que esse diálogo pudesse se dar sob novas bases em períodos subsequentes. Para tanto, serão exploradas fontes inéditas ou pouco exploradas pela historiografia, tais como as memórias do Professor Benedicto Montenegro, os diários manuscritos de guerra produzidos por Alípio Corrêa Netto, bem como publicações de circulação restrita e documentos institucionais da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

### ***Caminhos cruzados de uma vizinhança conhecida: a criação do Hospital das Clínicas no contexto da Segunda Guerra Mundial***

Há na história dos “primeiros tempos” da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo diversos contextos explicativos, sendo dois deles basilares. Inicialmente, aquele ligado a seu surgimento, em meio à organização corporativa médica paulista, quando a cafeicultura dava ao estado de São Paulo, na virada do século XX, lugar de prestígio e certa liderança nacional. Desde 1891, a legislação aprovara a criação de uma faculdade oficial de medicina. Pela Lei Estadual n. 19, sancionada por Américo Brasiliense de Almeida Mello, determinava-se a criação da chamada Academia de Medicina e Farmácia, e, finalmente, em 19 de dezembro de 1912, decretava-se a da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Sobre essa fundação, devemos nos remeter à política estadual, aos desacordos havidos desde o governo de Américo Brasiliense, a seu apoio a Deodoro da Fonseca e à

conciliação em torno do então presidente do estado, Rodrigues Alves, que procurou aglutinar as correntes divergentes do Partido Republicano Paulista (PRP) a fim de garantir, entre outros pontos, saldo positivo para as eleições de 1913. Nesse sentido, a escola médica estatal teria sido fruto de barganha sua, “visando promover a pacificação interna da classe dominante, buscar apoio da classe média e neutralizar simultaneamente o movimento das classes populares” (NADAI, 1987, p. 276). Com essas determinações, os médicos que apoiavam ou passaram a apoiar a faculdade estatal diziam ter todos os recursos humanos necessários, que viriam da Santa Casa de Misericórdia ou da Sociedade de Medicina e Cirurgia, lugares que reuniam os grandes da medicina paulista e brasileira. Se outros nomes houvessem, seriam do exterior.

Um segundo momento dessa narrativa se estenderia por um período histórico maior, quando a Fundação Rockefeller estabeleceu contrato com o governo paulista, a partir de 1916. Foi através de pesquisa desenvolvida por Marinho (2003, p. 86), que esse período foi perscrutado. Segundo ela,

Oficialmente, os primeiros contatos entre a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e a Fundação Rockefeller foram estabelecidos com base na correspondência enviada por Arnaldo Vieira de Carvalho em 24 de novembro de 1916, solicitando o apoio da Fundação para o estabelecimento de duas cadeiras: Higiene e Patologia. A resposta enviada em 30 de dezembro do mesmo ano, assinada por Richard Mills Pearce, diretor do Departamento de Educação Médica, comunicava sua vinda ao Brasil no início do ano seguinte quando, então, encontraria Arnaldo para acertar os termos do acordo entre as duas instituições.

É interessante ressaltar que, oficialmente, o pedido de auxílio teve que partir da instituição beneficiada – no caso a Faculdade – apesar de a decisão o *International Health Board* com o fito de apoiar a Faculdade ter sido tomada em um momento bem anterior a essa solicitação. Afinal, a comissão chefiada por Richard Pearce e despachada para o Brasil em 1916 tivera exatamente como objetivo identificar centros de ensino que pudessem ser apoiados. Completam tais ideias as observações desenvolvidas por Castro Santos e Faria (2010, p. 169):

No caso paulista, como em outras partes do mundo, o contato com os cientistas e sanitaristas norte-americanos abriu caminhos para a pesquisa em saúde pública, para a formação das chamadas “profissões de saúde” e para o avanço da educação sanitária. Ao chegar ao Brasil, em 1916, a Rockefeller concedeu bolsas de estudos a jovens cientistas para o curso de Saúde Pública da School of Hygiene and Public Health, da Universidade Johns Hopkins, em Baltimore. Dessa geração de brasileiros destacaram-se Geraldo de Paula Sousa, Francisco Borges Vieira, Pinheiro Chagas.

Nos anos de 1930, Getúlio Vargas estabeleceu bases políticas dando novos contornos à concepção de saúde em todo o país, viabilizada a partir de 1934, com a estabilidade governamental adquirida e a nomeação de Gustavo Capanema como ministro, conciliando posturas centralistas com a chamada Reforma Capanema, de 13 de janeiro de 1937, que teve diversos reflexos em São Paulo.

A sua organização sanitária pode ser compreendida, nesse período de tensão, pelo desequilíbrio das verbas alocadas, pelo fato de suas instituições terem sido pulverizadas em diversos órgãos e seções, resultando na desarticulação entre a legislação aprovada pelo governo federal e sua execução em âmbito estadual. Entre essas mudanças, foi significativa aquela relativa à higiene do trabalho, retirada do Departamento de Saúde e alocada no Departamento Estadual do Trabalho, Indústria e Comércio. Tais desmembramentos faziam definir as concepções de unidade básica de saúde pública, consubstanciadas nos Centros

de Saúde, desvirtuando o projeto concebido pelo médico Geraldo de Paula Souza na década de 1920 (RIBEIRO, 2004, p. 35).

Os reflexos da guerra civil de 1932 e a encalacrada política que envolveu o estado de São Paulo e suas instituições, em meio a uma interpretação heroica construída ainda durante os fatos, jogou uma certa neblina sobre os tempos difíceis vividos, também pela Faculdade de Medicina, que viu parte de seus sonhos desfeitos (SANTOS; MOTA, 2009, p. 35). Entre eles, além da imediata invasão pelas tropas legalistas de seus prédios recém-construídos, amargou o surgimento da Escola Paulista de Medicina, em 1933, entre motivos de necessidade de novas vagas, como um contraponto à estrutura que prevalecia na Faculdade de Medicina de São Paulo, da qual a Fundação Rockefeller se distanciava desde 1931 e finalmente não conseguia viabilizar a construção de seu hospital-escola.

Desde as primeiras discussões a respeito de sua criação, o HC-FMUSP foi concebido para abrigar serviços de diferentes especialidades médicas que se consolidavam naquele momento. Justamente por isso, deveria contar com a mais alta tecnologia disponível, intensificando as transformações corporativas ligadas à formação do médico especialista, conferindo ao pensamento clínico um lugar cada vez mais amplo frente às questões médicas e de saúde pública. Essa reestruturação deu um grande impulso à “clínica”, ganhando o “novo” médico cada vez mais uma posição de cientista frente aos “antigos” práticos e à “Higiene”, pautada no ideário de melhoria racial por meio de estratégias eugênicas (MOTA; MARINHO, 2011, p. 155-156).

Em 1938, após anos de negociação, foi encabeçado pelo interventor federal e também médico Adhemar de Barros<sup>107</sup> o início da construção do Hospital das Clínicas. Essa iniciativa sucedeu uma série de reivindicações da corporação médica para que se cumprisse o acordo firmado com a Fundação Rockefeller, ainda na década de 1920, pelo qual o governo paulista deveria construir um hospital-escola como contrapartida do financiamento oferecido pela instituição para a construção da sede da Faculdade de Medicina. Contudo, é importante ressaltar que o governo paulista alegava falta de verba para justificar a demora no cumprimento de sua parte no acordo. Vale lembrar que, em 1931, o prédio sede da Faculdade havia sido inaugurado com o dinheiro disponibilizado pela Rockefeller, no entanto, as atividades práticas e clínicas dos alunos do curso médico seguiam sendo realizadas na Santa Casa de Misericórdia, uma vez que o Hospital das Clínicas ainda não era nada mais que um projeto parado nas mãos da administração paulista.

Assim, mesmo com a iniciativa da construção do almejado hospital por Adhemar de Barros, a verba disponibilizada pelo governo de São Paulo para a construção do projeto concebido originalmente foi considerada insuficiente, fato que levou a uma readequação dos espaços destinados ao hospital, desagradando médicos e docentes, como se percebe no discurso de inauguração do HC-FMUSP, pelo então Diretor da Faculdade, Professor Benedicto Montenegro (1944, p. 12):

Eu não sei, todavia, se esta satisfação será integral, porque o nosso bom amigo, ressentindo-se, talvez, dos mesmos receios de seus predecessores, condensou o projeto original estudado pelos professores Rezende Puech e Souza Campos de modo a suprimir dependências, que me parece, seriam de grande utilidade se conservadas. Cito, em particular, a redução no tamanho e no número de anfiteatros para as aulas. Apesar da finalidade primordial do

<sup>107</sup> Adhemar Pereira de Barros (1901-1969) foi um dos políticos paulistas mais influentes e mais controversos do século XX. Graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1923, ingressou na vida política após tomar parte na Guerra de 1932. Em 1934, foi eleito Deputado Federal Constituinte, e, em 1935, passou a exercer o mandato de Deputado Estadual em São Paulo. Entre 1938 e 1941, exerceu a chefia do Executivo paulista ao ser nomeado interventor federal por Getúlio Vargas. Foi governador de São Paulo em outras duas ocasiões (1947-1951 e 1963-1966) e prefeito da capital paulista entre 1957 e 1961. Adhemar de Barros teve uma carreira política de projeção nacional, pleiteando a Presidência da República em diferentes momentos e tendo sido um dos grandes apoiadores do movimento que culminou com o Golpe Civil-Militar de 1964. Teve sua trajetória política encerrada ao ser cassado e ter seus direitos políticos suspensos em 1966 pelo regime ditatorial que ajudara a empossar dois anos antes.

hospital ser a de cuidar de enfermos e acidentados, é preciso termos sempre em mente, um fato de grande relevância para nós, professores – ele é a parte integrante e essencial da Faculdade de Medicina, ele é a própria Faculdade de Medicina em uma de suas manifestações – a de ministrar o ensino clínico, objetivo, ao lado dos doentes aos seus alunos dos anos superiores e como tal não podia prescindir de amplos anfiteatros para acomodar os alunos.

Dessa forma, foi instaurada a Comissão de Instalação e Organização do Hospital das Clínicas, que deveria viabilizar, com a maior rapidez possível, os serviços necessários. Eram casos considerados corriqueiros, mas indicativos de ações capazes de permitir que seus espaços estivessem dentro das regras hospitalares estabelecidas. Além disso, em 1943, Odair Pacheco Pedroso havia sido nomeado pelo interventor federal Fernando Costa para, em comissão, exercer o cargo de superintendente daquela instituição hospitalar. No entanto, por decreto de 9 de novembro de 1943, a superintendência do HC-FMUSP foi considerada vaga com a renúncia de Odair Pacheco Pedroso; o cargo foi preenchido em seguida por Enéas Carvalho de Aguiar, que ganhara certa visibilidade política e profissional ao dirigir o Asilo Colônia de Aimorés, emblemático leprosário do interior paulista. Em 19 de abril de 1944, data do aniversário de Getúlio Vargas e contando com a presença do presidente aniversariante, o Hospital das Clínicas foi inaugurado já com o *status* de “o maior hospital da América do Sul” (MOTA; MARINHO, 2011, p. 151-152).

Mesmo com toda uma composição burocrática na condução da instituição, o problema das verbas alocadas ainda persistia, na medida em que apenas o prédio, mesmo redimensionado, não corresponderia à finalização do processo sem a compra dos equipamentos necessários. O governo paulista, que se comprometera com o financiamento de toda a construção e aparelhagem do hospital, havia aplicado o dinheiro disponibilizado na construção do prédio e dizia não ter mais recursos para investir na compra do material e da maquinaria necessários a seu funcionamento. Nessa conjuntura, a Faculdade de Medicina conseguiu aliar os empreendimentos anteriores ao momento vivido, conseguindo demonstrar que era a mais americana das faculdades que compunham a Universidade de São Paulo, o que lhe garantiu significativamente dividendos para que “desse conta” da inauguração de seu esperado hospital-escola.

### **Alípio Corrêa Netto: um médico no *front* da boa vizinhança**

Dos professores que estiveram mais envolvidos com esse processo, foi Alípio Corrêa Netto<sup>108</sup> que teve um papel fundamental no campo de guerra e em seus desdobramentos políticos nas conduções dos assuntos relativos à Faculdade de Medicina. Professor de Clínica Cirúrgica, era um dos principais médicos a atuar nas fileiras paulistas na Guerra Civil de 1932, tendo a responsabilidade de cuidar dos soldados feridos nos campos de batalha, desenvolvendo inúmeras técnicas cirúrgicas emergenciais para tratar ferimentos, em sua maioria, causados por tiros e estilhaços de bombas, o que o tornou um dos maiores especialistas em “cirurgia de guerra” no Brasil.

Em 1942, com a declaração de guerra do governo brasileiro aos países do Eixo, Alípio Corrêa Netto ofereceu seus préstimos médicos ao exército nacional, o que foi aceito dois anos mais tarde, a partir da formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Assim, em 20 de agosto de 1944, acompanhado de alguns outros médicos<sup>109</sup>, partiu para a guerra, passando

---

<sup>108</sup> Alípio Corrêa Netto nasceu na cidade de Cataguazes, em 14 de janeiro de 1898. Formado em Medicina no ano de 1923 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, tornou-se professor de Clínica Cirúrgica dessa mesma escola. Entre diversos cargos que ocupou e títulos que recebeu ao longo de sua carreira, destaca-se o fato de ter sido reitor da Universidade de São Paulo na década de 1950. Faleceu em maio de 1988, aos 90 anos de idade.

<sup>109</sup> Entre eles, Floresmundo Plastino Zaragosa, João Ângelo Abatayguara, João Pereira Batista Bicudo, José Alfio Piason, José Monteiro Massaki Udihara, Oswaldo Mendes Leite, Paulo Araújo Homem de Melo, Paulo Canton, Paulo Dumangin Santos e Rubens dos Santos Alves.

por alguns países do norte da África, até chegar à Itália, onde teve uma atuação mais destacada durante o conflito, acompanhando de perto as batalhas travadas em Monte Castello. Na Itália, encabeçada por ele, a equipe médica brasileira juntou-se aos médicos estadunidenses no 38º Hospital de Evacuação do V Exército Americano, que era comandado pelo General Mark Wayne Clark<sup>110</sup>. Dessa forma, intensificaram-se as relações entre Alípio e os norte-americanos, e, em seu diário pessoal, documento este ainda pouco explorado pela historiografia, ele mesmo destacou algumas etapas dessa aproximação. Por exemplo, em 1º de setembro de 1944, descrevendo seu primeiro contato com seu posto de guerra:

Às 6 horas, fomos acordados pelo toque da alvorada; levantamo-nos, barbeamo-nos e, às 7 horas, fomos ao *break-fast*. Estamos no *Evacuation Hospital* no 5º Exército norte-americano, somos, portanto, comandados pelo célebre General Clark. Estamos agora no final de nossa jornada e no início de nossa missão; fomos integrados ao nosso posto de 1º médico em função em Hospital americano. (CORRÊA NETTO, 1944, p. 25).

Entre seus relatos, é interessante notar a referência acerca da postura dos médicos estadunidenses, que demonstravam pouca confiança na competência profissional dos médicos brasileiros aliados. Segundo as próprias palavras do cirurgião brasileiro, como resultado de uma atitude discriminatória, aos médicos brasileiros só eram encaminhados os soldados negros feridos nos conflitos:

Continuamos a operar os feridos norte-americanos que nos chegam às levas. Já se vai tornando digno de nota o fato de sempre nos tocarem para atender os negros; já não se trata mais de coincidência. Aí está mais um dado da discriminação racial que domina a nação nórdica. Certamente não sendo comprovada, perante os responsáveis pela assistência hospitalar, a nossa capacidade técnica, procuravam eles testar-nos, oferecendo-nos como se fosse uma experimentação, os seus patrícios de cor (IBID, p. 28).

Passados alguns meses no campo de batalha e tendo conquistado a confiança desses comandantes médicos, Alípio foi encarregado de organizar e comandar o 32º Hospital do 5º Exército, mais perto de onde se travavam as batalhas, e, mesmo em meio às dificuldades impostas pela guerra, construiu laços estreitos de amizade com médicos e generais norte-americanos ao longo de seus trabalhos na Itália. Em 21 de fevereiro de 1945, as tropas brasileiras venceram os alemães e tomaram de assalto Monte Castello. E, já em 3 de junho daquele ano, todos os médicos brasileiros retornaram ao Brasil vindos de Nápoles.

---

<sup>110</sup> Mark Wayne Clark nasceu em 1º de maio de 1896. Foi combatente na Primeira Guerra Mundial e, após o conflito, passou a galgar importantes postos no Exército dos EUA, tornando-se, em 1942, o general mais jovem da história do país. Durante a Segunda Guerra Mundial liderou o 5º Exército Americano nos combates travados no norte da África e na Itália, com destaque para a operação que resultou na tomada de Monte Castello. Clark ganhou fama entre os brasileiros por ter comandado as batalhas de que a FEB participou ativamente.

**Figura 1 – Alípio Corrêa Netto e outros médicos na porta do 32º Field Hospital, durante a visita do General Souza Ferreira, em 26 de fevereiro de 1945.**



Fonte: Acervo do Museu Histórico da FMUSP.

Esses vínculos, bem como a participação direta de outros médicos da FMUSP na guerra, foram de suma importância para o aparelhamento do HC-FMUSP. Na ocasião, Benedicto Montenegro, cujo currículo também ostentava uma participação como médico na Primeira Guerra Mundial e estudos médicos nos EUA, tendo sido aluno de Richard Pearce, um dos representantes da Fundação Rockefeller no Brasil, foi nomeado para assumir a diretoria da Faculdade e igualmente da Comissão responsável pela proposição do projeto de construção do HC-FMUSP, ao lado dos professores Resende Puech e Ernesto de Souza Campos.

À frente dessa diretoria, Montenegro acompanhou de perto a finalização da construção do Hospital das Clínicas e, vendo-se diante do impasse da falta de equipamento para o novo hospital, recorreu às relações que ele e Alípio Corrêa Netto haviam estreitado com os médicos militares estadunidenses. Segundo consta em suas memórias, todo o equipamento que permitiu a inauguração do HC-FMUSP foi doado pelo general Charles Hillman, que havia sido Subchefe do Serviço de Saúde do Exército Americano e que atuara nas fileiras norte-americanas até 1947, quando deixou o Exército. Nas palavras de Montenegro (1978, p. 162-163):

Houve, todavia, um problema angustiante, para o qual não se encontrava solução e que constituía na obtenção de equipamentos que assegurassem a funcionalidade do Hospital das Clínicas. Verba, não havia. Ademais, estando em curso a “II Guerra Mundial”, era impossível a importação do material necessário e que já não existia no mercado nacional, por proibição dos países fornecedores em guerra e nem havia fábricas que se dispusessem a produzi-lo no Brasil. Felizmente a sorte nos favoreceu nesse momento. Eis que, passando por São Paulo, visitou as obras do Hospital das Clínicas o General Hillman, Subchefe do Serviço de Saúde do Exército norte-americano. Expus-lhe as vicissitudes por que passávamos e pedi seu auxílio. Ele nada prometeu, de concreto, mas apenas intercedeu, perante as autoridades do seu país, para liberar o material de que necessitávamos. No entanto, ele foi além no seu auxílio. Assim, não eram decorridos dois meses de sua visita e

uma “fortaleza voadora” desembarcou, no Rio de Janeiro, tudo de que necessitávamos, inteiramente grátis, como “auxílio de guerra”. Somente levantando-se as “mãos aos céus” poder-se-ia agradecer tão preciosa dádiva, pois permitiu que o Hospital das Clínicas fosse completamente equipado.

### **A Revista Médico-Social: a guerra não acabou!**

Essa estreita relação entre brasileiros e estadunidenses na área médica, bem como as influências recebidas a partir dos acordos de cooperação de guerra firmados entre os dois países, pode ser acompanhada, mais uma vez, na *Revista Médico-Social: questões hospitalares e médico-sociais*. Idealizada pelo médico Odair Pacheco Pedroso, entre outros<sup>111</sup>, teve seu primeiro número publicado em 1942, esperando dar um passo para a constituição da Associação Panamericana de Hospitais. Segundo a saudação de apoio do então diretor associado do *American College of Surgeons*, Malcolm T. MacEachern (1942, p. 3):

O progresso não vem por acaso. Ele acompanha o espírito corajoso de iniciativa e bandeirismo, a arrancada de projetos novos, a criação consciente de interesse por um trabalho digno dos homens que uma chama de entusiasmo anima, no sentido de melhorar a sorte da humanidade.

Assim, a Revista dizia responder a uma necessidade premente, mas ainda fragmentada no Brasil, onde, em âmbito hospitalar, tanto a terapêutica como a medicina preventiva mostrariam à sociedade os máximos benefícios de que eram capazes, frente ao desafio de construir novos hospitais em todo o território nacional:

Nem sempre, porém, os novos planos têm obedecido às exigências da técnica moderna, por falta de orientação esclarecida. Maus hospitais vão se instituindo em moldes dificilmente remediáveis. Com a mesma a despesa poderiam ser ótimos, se obedecessem a um ponderado critério técnico, tendo em vista o mecanismo de funcionamento, no que tange aos modernos preceitos de organização. (CAMPOS, 1942, p. 3).

Por isso, a medicina não deveria ser entendida como de interesse puramente individual, posto que em todas as suas manifestações afetaria a coletividade:

O nosso hospital deve sair do conceito puramente caritativo, piedoso, atendendo aos doentes por misericórdia, como tem sido até hoje; deve assumir a tutela sanitária, na defesa da família e na proteção econômica da coletividade; tem importância de interesse público, de ordem geral e coletiva. (PEDROSO, 1942, p. 3).

Contudo, as intenções da *Revista Médico-Social* se voltavam para o plano tecnológico da saúde e havia também um interesse estratégico na congregação de todos os hospitais da América Latina; além disso, a imensa gama de sua produção preconizava a necessidade do uso de alta tecnologia, da ampliação da indústria farmacêutica (RIBEIRO, 2008, p. 46-47), de maquinário e administração hospitalar moderna hierarquizada, discutindo diversos pontos vindos do complexo contexto internacional da Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, a *Médico-Social* sempre publicava artigos de cientistas e médicos norte-americanos, com textos de divulgação de inovações tecnológicas e técnicas alcançadas

---

<sup>111</sup> A Editora Médico-Social era constituída por: Aderbal Tolosa, A. C. Pacheco e Silva, Alípio Correa Netto, Antônio de Almeida Prado, A. Paula Santos, Benedicto Montenegro, Cantídio de Moura Campos, Celestino Bourroul, D. Pinheiro Cintra, Edith Fraenkel, Edmundo Vasconcelos, Flaminio Fávero, Francisco Antônio Cardoso, Francisco Borges Vieira, Francisco Godoy Moreira, Geraldo Horácio de Paula Sousa, Jaime Cavalcanti, Jaime Regallo Pereira, Luciano Gualberto, Nicolau de Moraes Barros, Odair Pacheco Pedroso e Raul Briquet.

nos EUA, bem como diversos anúncios de novos aparelhos médicos, mas quase sempre dentro do palco da guerra. Assim, se evidenciava a influência recebida pelo Hospital das Clínicas, no sentido de seguir à risca o modelo estadunidense, fosse quanto a sua organização (administrativa e arquitetônica), fosse quanto a seu arsenal tecnológico – seu aparato farmacológico e seu maquinário, além de suas concepções ideológicas.

Buscando ser um veículo de consolidação da presença da medicina brasileira na construção de uma Associação Pan-Americana de Hospitais, a *Revista Médico-Social* divulgou inúmeros textos que salientavam a composição de uma “unidade entre as Américas”, ao menos no propósito de cuidar de forma homogênea da saúde do *Homo americanos*.<sup>112</sup> Assim, a publicação advogava que o plano para o avanço da medicina e do acesso à saúde para a população de todo o continente passava necessariamente pela adoção do modelo, que se impunha naquele momento.

Um caso exemplar é o de João Alves Meira, professor livre-docente da Clínica de Doenças Tropicais e Infecciosas da FMUSP, que recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller e da *American Foundation for Tropical Medicine* em 1943. De volta ao Brasil, descreveu suas impressões sobre a medicina estadunidense, exaltando a organização dos hospitais e as técnicas empregadas, mas o que mais lhe chamou atenção e deu motivos para diferenciar os hospitais brasileiros dos estadunidenses foram os aspectos culturais dos médicos:

O que mais contribui para a organização modelar que presenciamos é a disciplina e o método de trabalho. A perfeita noção da responsabilidade, o cumprimento exato dos deveres são os atributos principais dos jovens médicos que fazem seu internato no hospital. Nada fica para amanhã. O que tem de ser feito, faz-se imediatamente e as indicações recebidas dos chefes de serviço são obedecidas rigorosamente e com a máxima presteza. Poderá parecer exagero de nossa parte, mas afianço que não há prosa nem conversa durante o trabalho, nas enfermarias que se processa silencioso. Demais, o espírito de cooperação que existe entre os diversos grupos no mesmo serviço, o mesmo interesse pelo estudo, a mesma curiosidade científica, a cordialidade reinante entre todos e a mesma ânsia pelo aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, o respeito pela opinião alheia, fazem com que tudo concorra para a excelência dos resultados a que tal sistema de trabalho fatalmente conduz. (MEIRA, 1943, p. 25).

Nas edições da *Revista Médico-Hospitalar* há diversos outros artigos exaltando o modelo médico estadunidense e propondo que ele pautasse os hospitais brasileiros. Vejamos outro bom exemplo, este de Mário Kroeff, então Diretor do Serviço Nacional do Câncer:

Para os hospitais, há uma atenção especial do americano. Na vida ativa que leva, põe em primeira linha os problemas da saúde, esmera-se por cercar o doente de todos os cuidados, confia na medicina curativa e preventiva, prega a boa alimentação e os hábitos de higiene, defesa da eugenia e a educação física, enaltece o vigor de sua raça e apoia as campanhas de esterilização dos tarados [...]. Daí o carinho que desfruta a vida hospitalar, cercado de respeito e admiração pública. As doações repetem-se por toda a parte, grandes e pequenas, e o material traz sempre o nome do bemfeitor, inscrito nos leitos, nos gabinetes, nas salas, bibliotecas, escritórios, etc. [...] Outras vezes, é todo um monobloco ou o próprio conjunto hospitalar que é doado por um particular. [...] Os Estados Unidos dão ao mundo grandes lições de solidariedade humana. Colocando-se ao lado deste grande país, o Brasil tomou na fileira da civilização, não apenas da civilização material, mas

---

<sup>112</sup> A expressão *Homo americanus*, que visa persuadir da necessidade de se criar uma rede de saúde homogênea para a população de todo o continente americano, é de Lamella (1943, p. 25).



também da que se caracteriza por um programa moral e espiritual. (KROEFF, 1944, p. 30).

Foi também nessa conjuntura que, no ano de 1942, a criação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EE-USP) foi amplamente divulgada pela *Revista Médico-Social*. Falou-se das plantas de seu prédio e de seus programas de ensino e residência, mas destacou-se, sobretudo, o trabalho no hospital correspondente exatamente às mudanças tecnológicas e de poder, que se julgavam paradigmáticas para o nascente Hospital das Clínicas. Se a conformação do campo da enfermagem sob os auspícios da Fundação Rockefeller e do SESP ganharam postulações no campo da higiene e da saúde pública (CASTRO SANTOS; FARIA, 2010, p. 66-108), os procedimentos da enfermagem em torno das demandas do trabalho hospitalar moderno ganharam espaço discursivo próprio, fundamentalmente com a chegada do HC-FMUSP e da Escola de Enfermagem. Tratando dos serviços prestados pela EE-USP e de sua importância no fornecimento de profissionais para o Hospital das Clínicas, disse a *Médico-Social*:

A Escola de Enfermagem de São Paulo vem suprir uma necessidade imperiosa em nosso meio. Não se pode existir bom serviço de saúde sem boa enfermeira; ela é tão necessária quanto o bom médico. Os países de língua inglesa foram os primeiros a compreender essa necessidade e a proporcionar centros de ensino onde moças de boa família e base cultural sólida pudessem preparar-se para este fim. (REVISTA MÉDICO-SOCIAL, 1944, p. 51).

Discutindo temas ligados à enfermagem, a *Revista Médico-Social*, explícita ou subliminarmente, propunha a conformação da enfermagem em São Paulo ao modelo norte-americano pela composição do currículo, as aulas práticas como ponto fundamental da formação, a organização das turmas etc. Em artigo publicado na *Revista*, diz a diretora da Escola de Enfermagem, Edith Fraenkel (1943, p. 25): “O currículo americano aconselha de 1.200 a 1.300 horas [de aula], sendo esse também o cálculo feito para a Escola de Enfermagem de São Paulo”. O apoio dos EUA à consolidação de um modelo de enfermagem em São Paulo também se deu também em nível diplomático e governamental, com bolsas de estudo a mulheres interessadas em estudar na Escola de Enfermagem de São Paulo, porém com estágios em hospitais e escolas de enfermagem nos Estados Unidos:

A fim de estimular o gosto pela nobre profissão de enfermeira e contribuir para a formação de profissionais de elevado padrão, o Serviço de Coordenação dos Negócios Interamericanos de Washington, por intermédio do Serviço Especial de Saúde Pública, ofereceu à Escola de Enfermagem de S. Paulo trinta bolsas de estudo de enfermagem, a serem realizadas nesta escola, destinadas a moças diplomadas por escolas normais de todo o Brasil. Para concretizar essa iniciativa de grande alcance, seguiu, a 6 do corrente, em viagem pelos Estados brasileiros, a senhorita Haydée Guanaes Dourado, Instrutora da escola de Enfermagem de S. Paulo, a fim de selecionar as candidatas às bolsas de estudo, em colaboração com os Srs. Intervenores, Diretores de Saúde Pública e Delegados Federais de Saúde dos Estados. Acompanha a enviada da escola de Enfermagem de São Paulo a Sra. Gertrudes Hodgman, a quem está afeto o programa de auxílio à enfermagem no Brasil. (NIEBLER, 1943, p. 26).

Finalmente, cabe lembrar dos anúncios publicitários, que divulgavam essa tecnologia hospitalar, visando, inclusive, a direção de outros hospitais brasileiros, demonstrando que aqueles que não possuíssem o maquinário produzido nos EUA seriam, sem dúvida, instituições incompletas e estariam, acima de tudo, longe dessa grande parceria interamericana.

## Considerações finais

Ao fim e ao cabo dessa reflexão, pretendemos inferir que o modelo tecnológico médico e de saúde adotado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com seu Hospital das Clínicas, institutos e escolas significou o prosseguimento dos instrumentos de influência do modelo médico-assistencial e do arsenal de tecnologia médica dos EUA, fruto de contextos bastante específicos. Num primeiro momento, esse plano de ação e influência esteve atrelado à Fundação Rockefeller e o impacto do Relatório Flexner, mas, com a eclosão da Segunda Grande Guerra, aprofundou-se a presença estadunidense e se potencializou esse quadro formativo. É por essa particular conjuntura que se explica que, no ano de 1951, a Associação Médica Norte-Americana tenha credenciado a FMUSP entre as 15 mais importantes do planeta.

Resultado de um processo mais amplo e cujas entrelinhas da história contêm pistas que nos levam a uma visão mais panorâmica do período, a memória da Segunda Guerra no Brasil merece ser retomada, pois, mesmo pouco lembrada, está presente na constituição do maior hospital-escola do país, e tecendo, entre permanências e rupturas históricas, razões que explicam o seu significado, existência e muitos de seus rumos até os tempos atuais. Neste sentido, o acesso a um conjunto de fontes ainda pouco exploradas pela historiografia, tais como memórias de médicos e professores, diários de guerra, publicações de circulação restrita e documentos institucionais, por exemplo, como pretendemos mostrar ao longo deste trabalho, poderá contribuir para o desenvolvimento de novas e importantes perspectivas históricas sobre a Segunda Guerra Mundial, sobre a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e sobre o HC-FMUSP.

## Referências bibliográficas:

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAMPOS, Ernesto de Souza. Carta endereçada à Revista Médico-Social. **Revista Médico-Social: questões hospitalares e médico-sociais**. São Paulo: ano I, n. 2, 1942, p. 3.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; PORTO, Fernando; OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes de. Memória da saúde em São Paulo: Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-americana. **Cadernos da História da Ciência**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 39-52, 2008.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de; FARIA, Lina. Os primeiros centros de saúde nos Estados Unidos e no Brasil: um estudo comparativo. In: \_\_\_\_\_. **Saúde e história**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 154-186.

COHN, Amélia; ELIAS, Paulo E. **Saúde no Brasil: políticas e organização dos serviços**. São Paulo: Cedec; Cortez, 1996.

COORDINATOR OF INTER-AMERICAN AFFAIRS. **History of the office of the coordinator of inter-american affairs: historical reports on war administration**. Washington: United States Government Printing office, 1947.

CORRÊA NETTO, Alípio. **Diário de guerra**. Diário produzido por Alípio Corrêa Netto em sua atuação junto à FEB na Segunda Guerra Mundial. 1944.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração; Edusp, 2000.

FONSECA, Cristina Maria. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 393-411, 2000.

FONSECA, Cristina Maria O. **Saúde no governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.

FRAENKEL, Edith. Pontos de currículo para Escolas de Enfermagem. **Revista Médico-Social:** questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano I, n. 7, 1943, p. 25-26.

FREIRE JUNIOR, Olival; SILVA, Indianara. Diplomacia e ciência no contexto da Segunda Guerra Mundial: a viagem de Arthur Compton ao Brasil em 1941. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p.181-201, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS. **Ofício A.2-695**, de 27 de outubro de 1952. São Paulo, 1952.

KROEFF, Mário. A organização hospitalar norte-americana. **Revista Médico-Social**. São Paulo, ano II, n. 15, p. 30-36, 1944.

LAMELLA, Félix. Os hospitais e a política de boa vizinhança. **Revista Médico-Social:** questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano I, n. 10, p. 25-26, 1943.

MACEACHERN, Malcolm T. A minha saudação à Revista Médico-Social. **Revista Médico-Social:** questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano I, n. 1, p. 3, 1942.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Norte-americanos no Brasil:** uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo, 1934-1952. São Paulo: FAPESP; Universidade São Francisco; Autores Associados, 2001.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Elites em negociação:** breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo, 1916-1931. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.

MEIRA, João Alves. Impressões de uma viagem aos Estados Unidos. **Revista Médico-Social:** questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano I, n. 8, p. 24-29, 1943.

MONTENEGRO, Benedicto. **Os meus noventa anos**. São Paulo, 1978. (mimeo)

MONTENEGRO, Benedicto. Comemorado ontem nesta capital com diversas cerimônias cívicas o aniversário do Sr. Getúlio Vargas. **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 abr. 1944, Primeira Seção, p. 12.

MOTA, André. **Tropeços da medicina bandeirante:** medicina paulista 1892-1920. São Paulo: Edusp, 2005.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela, S. M. C. O discurso da excelência em solo paulista. marchas e contramarchas na criação e instalação do Hospital das Clínicas (1916-1950). In: MOTT, Maria Lucia; SANGLARD, Gisele (Orgs.). **História da saúde em São Paulo:**

instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). São Paulo: Manole; Fiocruz, 2011. p.133-170.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil 1939-1942. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 6. n. 12, p.177-189, 1993.

NADAI, Elza. **Ideologia do progresso e ensino superior** (São Paulo 1891-1934). São Paulo: Loyola, 1987.

NIEBLER, Iracema E. D. Bolsas de estudo oferecidas à Escola de Enfermagem de S. Paulo. **Revista Médico-Social**: questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano II, n. 13, p. 23-26, 1943.

NOTAS de um expedicionário médico. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Biomédicas da Santa Casa de São Paulo**. São Paulo, jun. 1981, p. 5-8.

PEDROSO, Odair Pacheco. A organização hospitalar nos Estados Unidos: visão dos hospitais modernos. **Revista Médico-Social**: questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano I, n. 1, p. 3, 1942.

PEREIRA NETO, André de Faria. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

REVISTA MÉDICO-SOCIAL: questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano I, n. 1, 1942.

REVISTA MÉDICO-SOCIAL: questões hospitalares e médico-sociais. São Paulo, ano II, n. 17, 1944.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A cidade de São Paulo e a saúde pública (1554-1954). In: PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo**: a cidade no Império, 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra; Petrobrás, 2004.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A indústria farmacêutica na era Vargas. São Paulo 1930-1945. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2008.

SALUN, Alfredo Oscar. **Zé Carioca vai à guerra**: histórias e memórias sobre a FEB. São Paulo: Pulsar, 2004. (Coleção Tempo de História, v. 4.)

SANTOS, Marco Antonio; MOTA, André. **São Paulo 1932**: memória, mito e identidade. São Paulo: Alameda, 2009.

SCHRAIBER, Lilia Blima. **O médico e seu trabalho**: limites da liberdade. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Márcia Regina Barros da. **Construindo uma instituição**: Escola Paulista de Medicina 1933-1956. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Márcia Regina Barros da. **O mundo transformado em laboratório**: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo, 1891 a 1933. 2004. Tese (Doutorado em História

Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. **Americanos**. São Paulo: Contexto, 2009.

Recebido em janeiro de 2017.  
Aprovado em dezembro de 2017.



<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-13>

## NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL: A consagração em fatos, valores e músicas

*Osicleide de Lima Bezerra\**  
*Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes\*\**

**RESUMO:** O texto versa sobre o processo de elaboração dos valores e das representações sobre o trabalho, tais como se apresentam na sociedade brasileira contemporânea – ligadas às noções de utilidade e produtividade. Iniciamos relatando alguns aspectos dessa história diretamente relacionada com o passado colonial e escravista; em seguida, nos debruçamos sobre o processo de formação do mercado de trabalho na região Nordeste, onde os chamados livres e libertos, recém-saídos do modelo escravista, considerados noutras regiões como ociosos, vagabundos e inaptos para o trabalho, foram absorvidos pelos setores produtivos quando estes passaram a demandar mão-de-obra. Finalmente, chegamos à consagração do trabalho durante o Estado Novo, fase em que os ideais do trabalho são erigidos em oposição à ociosidade e à malandragem através da música e da propaganda oficial do governo de Getúlio Vargas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do trabalho. Trabalhadores. Consagração do trabalho.

**ABSTRACT:** This article briefly examines the process of construction of labour values and representations in contemporary society – commonly associated to the notions of utility and productivity. We start by reporting on the practice of slavery and the colonial past; secondly, we deal with the formation of the labour market in the Northeast region, where the so called ‘free’ and ‘freedman’, just released from the slavery system, and considered ‘lazy’, ‘vagabonds’ and inapt for work in other regions of the country, were absorbed by the productive sectors as wage earners. Finally, we get to the exaltation of labour during the Estado Novo (‘New State’) period, in which labour ideals are set up in opposition to laziness and trickery through, among other things, songwriting and the official propaganda from the Getúlio Vargas government.

**KEYWORDS:** History of labour in Brazil. Workers. Exaltation of labour.

Este artigo apresenta um recorte histórico com análise qualitativa de fatos históricos e aspectos simbólicos e valorativos referentes à construção social do significado da categoria trabalho no Brasil.<sup>113</sup> Analisamos o processo de elaboração dos valores e das representações sobre o trabalho, tais como se apresentam na sociedade brasileira contemporânea – ligadas às noções de utilidade e produtividade, disciplina e obediência.

Na primeira parte, consideramos o processo de formação do mercado de trabalho no país e os resquícios do passado colonial e escravista que configurou uma estigmatização da

---

\* Doutora em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Departamento de Ciências Sociais. Líder do Grupo de Estudos Sociedade, Trabalho e Educação (CNPq).

\*\* Doutor em Psicologia (Universidade de Loughborough – Reino Unido); Bacharel em Direito (Centro Universitário de João Pessoa); Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Departamento de Ciências Sociais.

<sup>113</sup> Este artigo é resultado de reflexões posteriores à realização da pesquisa “Vai trabalhar, vagabundo”: valores e representações sobre o trabalho. O objetivo principal da pesquisa foi analisar a ética do trabalho, compreendida enquanto expressão de um padrão de conduta que se manifesta no imaginário social tornando-se capaz de regular moralmente as relações e valores, produzindo códigos definidores de comportamentos sociais.

força de trabalho nacional. Os trabalhadores chamados de “livres”, libertos, os miseráveis que viviam de trabalhos ocasionais, eram considerados nas províncias uma mão-de-obra inapta, indisciplinada e dada à vagabundagem (MONTEIRO, 2002). Quando a sociedade brasileira passa a ter necessidade, em função das demandas econômicas, de absorver a mão-de-obra nacional, o que começa a ocorrer na passagem do século XIX para o século XX, se inicia paralelamente um processo de transformação do significado social deste estigma.

Finalmente, será a partir do final da década de 1930, no governo do então presidente Getúlio Vargas, que o processo de consagração dos valores do trabalho e de exaltação da figura do trabalhador brasileiro se assentará de modo mais real. Esta consagração do trabalho é analisada na segunda parte do texto, a partir da análise das letras de sete canções de samba produzidas no país neste período, as quais destacam os temas do trabalho, da boemia, da vagabundagem e revelam a dualidade existente entre a afirmação moral do trabalho como um valor e um bem, e, por outro lado, a malandragem, a vadiagem e a boemia. As canções que analisamos, *Vou ver se posso* (Heitor dos Prazeres, 1934), *Bonde de São Januário* (Araulpho Alves e Wilson Batista, 1940), *Minha embaixada chegou* (Assis Valente, 1934), *Lenço no Pescoço* (Wilson Batista, 1933), *Tenha pena de mim* (Cyro de Souza e Babalú, 1937), *O dinheiro que ganho* (Assis valente, 1951) e *O trem atrasou* (Arthur Villarino, Estanislau Silva e Paquito, 1940), foram selecionadas considerando-se que eram canções que apresentavam essa exaltação do trabalho, apoiada pelo governo Vargas, ou mesmo que apresentavam o dilema entre a imagem enaltecida e nobre do trabalho e a figura da malandragem e da negação do trabalho, o que trazia de volta o estigma de vagabundagem atribuído ao trabalhador brasileiro.

A análise das letras das músicas, que tiveram como referência para a pesquisa a Coleção Grandes Sambas da Nossa História (1998), soma-se às referências bibliográficas que compõem um panorama elucidativo para nos auxiliar a compreender como foi se constituindo, no imaginário social brasileiro, o valor do trabalho como norteador moral das condutas e dos comportamentos dos trabalhadores. Isto porque, de modo geral podemos afirmar que as gerações atuais são herdeiras de um século no qual o trabalho se constituiu como um meio de inscrição e participação na ordem produtiva salarial, tornando-se na era moderna uma alavanca para a compreensão das noções de classe e identidade.

Partimos do pressuposto, defendido por vários estudiosos (MORAIS, 2000; BAIA, 2016), de que observando as relações entre história, cultura e música popular podemos descobrir e analisar processos da historiografia nacional e mapear eventos muitas vezes obscuros da história, quase sempre mais relacionados com setores subalternos e populares (MORAIS, 2000). Tomamos algumas letras de sambas, inscritas no universo da canção popular, e destacamos que, dentre as inúmeras formas de expressão da música, a canção popular encontrou um lugar de destaque na medida em que se tornou a forma que mais “embala e acompanha as diferentes experiências humanas” (MORAIS, 2000, p. 204); no caso brasileiro, especificamente, isso também se relaciona com fato de que ela está mais próxima, conforme assinala Moraes (2000), dos setores menos escolarizados da população.

## **O trabalho e a escravidão no Brasil**

No Brasil, a história do trabalho está profundamente associada ao passado colonial. Dentro do sistema escravista, dominante até fins do século XIX, as relações eram caracterizadas pela posse total não somente da força de trabalho, mas também do corpo e da vida dos escravos. Kowarick (1994) afirma que a questão fundamental do século XIX no Brasil foi a superação de uma modalidade produtiva alicerçada nas correntes da senzala. A formação de um mercado de mão-de-obra livre foi um processo lento, iniciado ainda no século XIX. Chalhoub (2003) destaca dois fenômenos fundamentais para a emergência da figura do trabalhador livre no Brasil: a emancipação dos escravos e o movimento migratório (que não ocorreu de maneira uniforme em todas as regiões do país). Os dois processos criaram o trabalhador expropriado que deveria integrar-se ao mercado salarial capitalista.



Mas o fim da escravidão em 1888 não significou a integração dos libertos na sociedade. A camada da população constituída pelos negros, somando-se ao número dos chamados “livres” (mestiços oriundos de diversas matizes étnicas e sociais), constituiu uma grande massa que permaneceu à margem das mudanças econômicas e sociais, durante as primeiras décadas da República, promulgada em 1889. Somente a partir da revolução de 1930, algumas décadas depois, o quadro sofreria mudanças dado o processo de diversificação da economia.

A constituição do mercado de trabalho livre, contudo, somente passou a ser delineada mediante um processo simultâneo de “educação” para a “disciplina do trabalho”. Os corpos e as mentes dos novos sujeitos que entravam na cena econômica do sistema capitalista deveriam ser disciplinados e docilizados, usando aqui termos herdados do pensamento de Foucault (1985), para fazer par a uma nova disciplina laborativa. Forjar corpos adestrados representou uma tarefa fundamental para a instituição de uma nova moral de afirmação do trabalho, que punha tal categoria no centro da organização do modelo de sociedade salarial. A aprendizagem dessa disciplina, pelos corpos e espíritos, representou um processo de internalização do trabalho como um bem, como um valor supremo, regulador da nova ordem. Esse processo ocorreu sob formas variadas, em diversos contextos, mas manteve sempre como cerne o “valor trabalho” como elemento regulador da vida social, especialmente para as camadas pobres.

A análise dessas problemáticas nos ajuda a pensar como se configurou historicamente e como se apresenta, portanto, o trabalhador brasileiro. Apontar elementos históricos é fundamental não para se rever ou reescrever a história, como diria Robert Castel (2001), mas para se reler a história, produzindo-se novos textos. A análise destes aspectos e momentos da história brasileira é importante para compreender como foi plasmado o imaginário referente aos valores e às representações do trabalho no país.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu em alguns países da Europa, o processo de consolidação do capitalismo não contou com a destruição de um campesinato e de um artesanato já consolidado. A sociedade brasileira organizava-se sob rígida hierarquia social fomentadora de agudas desigualdades. O circuito econômico colonial impedia circuitos internos de produção, o qual mantinha como fulcro a produção monocultora com base no açúcar. Quem não fazia parte dos estratos formados por senhores, escravos, burocracia civil e militar fazia parte da camada que Kowarick (1994) denomina a “massa dos desenraizados”: livres, libertos, mestiços, advindos de várias origens. Boa parte destes sujeitos vivia da atividade de subsistência.

Além destes, havia os mendigos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia, que como os anteriores, não encontravam forma de inserção estável [...] eram indivíduos de várias matizes sociais que se enquadravam na ampla gama dos desclassificados: majoritários segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de “vadios”. Restavam para essa população, que não era nem senhor nem escravo, os trabalhos ocasionais e as atividades de subsistência. (KOWARICK, 1994, p. 41).

Nesse contexto, impunha-se o rótulo da “vadiagem” aos que não estavam integrados à ordem do trabalho. Diante das condições aviltantes às quais estava submetido o escravo, a vida regrada pelo trabalho representava, sobretudo, degradação e aprisionamento. O referencial da vida de trabalho, através do cativo, expressava a forma mais mortificante de existência.

Com o colapso do sistema escravista, a mão-de-obra escrava passou a ser substituída por imigrantes. E o chamado “elemento nacional” – branco, negro, mulato, cafuzo, mameluco – era o menos desejado pela lavoura cafeeira, em ascensão no fim do século XIX, na região Sudeste do país, que se encontrava em plena ascensão econômica. A derrota do sistema colonial impunha uma solução que só poderia basear-se na utilização do trabalho livre. Sob

esse imperativo, antes de mobilizar os nacionais – tidos como “inaptos” e, portanto, inadequados para o trabalho disciplinado, no Sudeste os grandes proprietários cafeicultores optaram pela importação da mão-de-obra estrangeira. Os livres e libertos, localizados na periferia do sistema organizacional vigente, eram representados pela imagem de um “itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho” (KOWARICK, 1994, p. 55). Em função desse discurso da época, chegou a ser aprovada em 1888 no país, a chamada *Lei de Repressão à Ociosidade*, de autoria do Ministro Ferreira Vianna, visto que os “sem-trabalho”, os ociosos, tidos como perigosos, deveriam ser punidos, quando se julgasse necessário, ou seja, quando esses ameaçassem a ordem social.

As áreas mais economicamente dinâmicas atraíam imigrantes também internamente. Na região Nordeste, que até meados do século XIX representava a região mais dinâmica economicamente, em função da produção açucareira das áreas litorâneas, entre os anos de 1872 e 1890, segundo dados apresentados por Kowarick (1994), o saldo migratório chegou a 350 mil. Nas duas últimas décadas do século XIX, a população era atraída pelos estados de Minas, Bahia e, sobretudo, pelos seringais da Amazônia, para onde foram cerca de 250 mil pessoas (oriundas especialmente do Nordeste). O processo migratório da vinda de estrangeiros para o Brasil não tinha como destino o Nordeste. Isso fez com que, nessa região, a chamada “mão-de-obra nacional” fosse incorporada. Um fato contraditório deste processo é que, nas regiões de maior dinamismo econômico do país, a força de trabalho nacional permaneceu fora do cenário produtivo.

Como o processo de formação do trabalhador urbano na região Nordeste na virada do século XIX para o século XX, diferentemente do ocorrido no Sudeste, não contou com a vinda de estrangeiros imigrantes, seu mercado de trabalho contou com trabalhadores de origem rural e nacional. O homem livre e pobre, que era considerado noutras regiões do país (onde a imigração era forte) sob a alcunha de vagabundo, era incorporado à dinâmica econômica local. Estes “homens livres e pobres” eram todos aqueles que “flutuavam” na estrutura da sociedade, que estavam à margem, nem eram senhores, nem escravos. Eles foram denominados como desclassificados, inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupação mais ou menos incerta e aleatória ou sem ocupação alguma.

Após a abolição da escravatura no país, o que ocorreu no ano de 1888, a região Nordeste, cuja economia era movimentada pela força de trabalho escrava, esteve diante das seguintes questões: como evitar a crise de braços? Como disciplinar uma população de negros e mestiços pobres, alheios às regras e disciplinas exigidas por uma sociedade de mercado competitiva? A ociosidade, bem como o grande número de homens pobres nas províncias, era concebida como risco para a ordem social, da mesma forma como se pensava em âmbito nacional. Principalmente os proprietários da região manifestavam preocupações em criar mecanismos de coação à massa dos desocupados. Essa preocupação se associou à criação progressiva de uma nova significação da categoria trabalho. Necessitava-se criar um modo de vida regular, disciplinado, produtivo, especialmente destinado à população pobre e aos sem trabalho.

Entretanto, aos poucos, o processo de universalização do trabalho livre, juntamente com o avanço da agricultura comercial, impunha a necessidade de incorporação da força de trabalho nacional, a qual foi sendo incorporada lentamente à dinâmica produtiva conforme se consolidava o processo de expansão do capital. A partir de 1914, quando o movimento migratório diminuiu, o discurso estigmatizante da vadiagem que pairava sobre a mão-de-obra nacional mostrou-se pouco útil, na medida em que, paralelamente, se tornava urgente e necessário mobilizar para o trabalho uma camada dessa população.

[...] sua desambição passa a ser encarada com parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade. O antigo andarilho serve para ir ande dele de necessitar, o gosto por aventuras

e brigas transforma-se em destemor, coragem para realizar serviços arriscados, e a desconfiança é atributo para rejeitar ideias espúrias, tão em voga nessa época, em que se produz a conversão do elemento nacional, cuja indolência não advém da preguiça ou vadiagem, mas da falta de oportunidade para trabalhar, enquanto seus vícios passam a ser encarados como provenientes da miséria, na qual, por séculos, esteve atolado e da qual é preciso retirá-lo. (KOWARICK, 1994, p. 112).

A mudança nos discursos, quando a economia do país passou a necessitar da força de trabalho nacional, pôs em andamento um novo processo: o de substituição da mão-de-obra estrangeira pela nacional. A partir daí, começou a constituição de uma segunda geração de trabalhadores, a qual se expressaria mais claramente anos mais tarde. Os primeiros indícios deste processo de mudança no plano dos discursos e da formação do mercado de trabalho nacional seriam revelados pela preocupação em transformar o ex-escravo e o homem livre e pobre em trabalhadores, em sujeitos adaptados à ordem disciplinar, aos valores e a uma nova moral constituída em torno do que representava, no plano simbólico e de valores, a pobreza digna. *Ser trabalhador* passou a designar uma qualificação social, um valor no plano material e imaterial. Essa qualificação indicaria elementos do comportamento e do caráter: os *trabalhadores* eram considerados pessoas honradas, honestas, dignas, uma vez que optavam pela vida de trabalho, e não pela vida fácil.<sup>114</sup>

O que representaria, então, nos termos contrários, a “vadiagem”? A negação do trabalho e dos seus valores através de um comportamento desviante da ordem disciplinar instituída pela moral produtivista. Aquele tido como “vadio” é o sujeito que se recusa a ser útil no seio da sociedade da qual faz parte. Recusando-se a participar do “contrato” estabelecido pela “sociedade salarial”, ele se negava a pagar a sua dívida com aquela e, ao mesmo tempo, sem ocupação, representava perigo por aproximar-se dos vícios, da mendicância e do roubo. Resumia-se a “vadiagem” a toda e qualquer forma de vida que não fosse a ocupação pelo trabalho no mercado livre. Mesmo os sujeitos que trabalhavam apenas para a própria sobrevivência eram vistos como vagabundos.

### **A “consagração” do trabalho no Estado Novo<sup>115</sup>**

No Brasil das primeiras décadas do século XX, a expansão das indústrias e do comércio trouxe consigo o fenômeno da urbanização, a construção de ferrovias, bancos etc. Na esteira das mudanças em curso, a Era Vargas, que se iniciava a partir da década de 1930, anunciava o ensejo por transformações através de medidas adotadas em nome da promoção do bem-estar social e do desenvolvimento da nação. Através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por exemplo, aprovada por decreto em 1º de maio de 1943, o Estado passava a interferir e regular as relações de trabalho, via manutenção da ordem social, enaltecendo o orgulho do trabalhador brasileiro. O governo de Getúlio Vargas<sup>116</sup> representou uma das fases mais importantes no processo histórico de afirmação dos valores do trabalho.

Embora o processo de inserção no modelo de sociedade salarial por meio da possibilidade dada aos sujeitos livres de venderem a sua força de trabalho no mercado tenha se iniciado décadas antes, desde a abolição da escravidão e a instauração da República, com experiências em curso já desde a segunda metade do século XIX, podemos afirmar que na chamada Era Vargas esta inserção adquiria novo significado.

<sup>114</sup> Chalhoub (2003), analisando processos criminais demonstra como autoridades jurídicas da época analisavam os réus considerando o comportamento e as virtudes. Para isso, portanto, muito valia ser considerado pela sociedade um *trabalhador*, o que passaria a ser sinônimo de algumas qualificações sociais positivas.

<sup>115</sup> Getúlio Vargas governou o país durante dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. O período que vai de 37 a 45 ficou conhecido como Estado Novo e representou uma fase de governo autoritária e centralizadora.

<sup>116</sup> Dada a importância política do personagem Vargas na história nacional, convencionou-se chamar o período do seu governo de Era Vargas. Vargas, empreendeu uma política desenvolvimentista e nacionalista no país e a repercussão popular do seu governo é representada também pela expressão que lhe foi cunhada de “Pai dos pobres”.

Um marco importante na afirmação do trabalho no Brasil pode ser considerado o estabelecimento da Constituição de 1937, dado que ela cria novas diretrizes políticas, sociais e trabalhistas, firmadas durante o Estado Novo (1937-1945). Antes mesmo, ainda em 1930, já havia sido criado o Ministério do Trabalho, que resultou por sua vez de outros processos, já em curso, de regulamentação e disciplinarização do trabalho. Com essa Constituição, confirmaram-se alguns dos direitos já fixados pela Constituição de 1934, tais como: salário mínimo, férias anuais e descanso semanal. Antes disso, a Lei de Sindicalização, de 1931, obrigava que os sindicatos, para serem reconhecidos e defenderem a categoria que representavam, deveriam filiar-se ao Ministério do Trabalho. Por meio dessa medida, o governo cerceava a independência dos movimentos de trabalhadores e enfraquecia lideranças operárias independentes, mantendo-os sob a vigília do controle governamental, criando o “sindicato pelego”, como eram chamados os sindicatos subservientes ao domínio direto do Estado.

Entretanto, o problema da definição quanto ao que seria o “salário mínimo” voltou à tona e foi objeto de um novo decreto em 1º de maio de 1940, o qual determinava parâmetros para o seu cálculo. Segundo Carone (1977), de acordo com dados obtidos junto ao Ministério do Trabalho, através do documento *Alguns aspectos da política do salário mínimo*, o salário deveria atender a:

Todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, como capaz de satisfazer, na época atual e nos pontos do país determinados na tabela anexa, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (CARONE, 1977, p. 116).

Com uma nova organização sindical, detalhada ainda mais em julho de 1939, instituiu-se outra feição caracterizada pelo centralismo. A nova estrutura, verticalizada, ligava diretamente os sindicatos ao Ministério do Trabalho através das federações estaduais e confederações nacionais. Por outro lado, essa estrutura também previa a sua auto-sustentação, concretizada através da criação da contribuição sindical compulsória, o conhecido imposto sindical, criado em 1940.

O novo modelo forjava um arcabouço de sustentação das bases sindicais de apoio ao governo. Ainda no que se refere ao trabalho, outra medida de destaque realizada pelo Estado Novo foi a criação da Justiça do Trabalho, instituída em 1º de maio de 1939 e inaugurada em 1º de maio de 1941, na gestão do Ministro Valdemar Falcão.

Uma comissão composta por Arnaldo Sussekind, Dorval de Lacerda e J. de Segadas Viana foi nomeada pelo governo Vargas, a fim de organizar um anteprojeto que seria encaminhado ao Ministério do Trabalho. Desse processo resultou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1º de maio de 1943, foi aprovada também por decreto a Consolidação das Leis do Trabalho, que representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida no país, nos anos anteriores. Até então, somava-se um grande conjunto de leis, decretos-leis e portarias, que, de acordo com a análise de Carone (1977, p. 139), “tornam o problema da legislação trabalhista tão complexo e confuso, que num certo momento é preciso ordenar e dar forma clara e substancial ao que subsiste e pôr de lado o que é antiquado”.

Todavia, a CLT representou não somente a reunião de leis antes previstas, mas também introduziu novos direitos e passou a regulamentar detalhadamente as novas relações e condições de trabalho. A partir de então, um documento ganhou importante destaque: a carteira de trabalho, a qual descreveria, como se entendia então, a história de vida de um trabalhador, e caracterizava aquele que não ama a profissão como uma “abelha sem parada certa”, sujeito que viveria de fábrica em fábrica, porque não teria encontrado a própria vocação. A carteira tornou-se, por esse meio, um mecanismo formal de expressão das qualificações e do comportamento dos trabalhadores, conforme os valores e a moral do trabalho propagada.

A Consolidação das Leis do Trabalho, associada à propaganda governista, foi elemento fundamental para a construção da imagem de Getúlio Vargas como protetor dos pobres (o “pai dos pobres”), defensor da classe trabalhadora. A instituição de maior empenho nesse sentido foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão governamental. E os principais articulistas do projeto de popularização e divulgação da imagem de Vargas foram Alexandre Marcondes Filho, que ocupou o posto de Ministro do Trabalho a partir de dezembro de 1941, Lourival Fontes, a frente do DIP, e Gustavo Capanema, a frente do Ministério da Educação e Saúde na época (mais tarde Ministério da Educação e Cultura).

O esquema de propaganda e disseminação das ações do governo e também dos valores do trabalho, uma das bandeiras do populismo varguista, era arquitetado nacionalmente pelo DIP, que, por sua vez, comandava os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP). O órgão havia surgido como Departamento Oficial de Propaganda, em 1931, e se transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, em 1934. Somente em 1939, por decreto, seria criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (CARONE, 1977). Conforme o decreto que lhe deu origem, o órgão tinha como objetivos “centralizar e coordenar a propaganda nacional” (ARAÚJO, 2018, p. 2) e ainda:

... Servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.

### **O rádio, a música e a malandragem no Estado Novo**

Na coleção *História da Civilização Brasileira*, organizada pelo historiador Boris Fausto, Gilberto Vasconcelos, referindo-se à malandragem e à formação da música popular brasileira, faz a seguinte afirmação:

A música popular cresce contemporânea da miséria, do desequilíbrio, do inconformismo, da rebeldia: febre, cangaço, Canudos, Chibata, Coluna Prestes, movimentos proletários, Modernismo... No seu andamento, desfraldando o estandarte dos (en)cantos, a música popular apresentava-se como uma das vozes da voz geral que desafinava. Arma presa na garganta. Operários, malandros, vadios, boêmios – o desajuste sendo entoado por novos timbres. (VASCONCELOS, 1984 *apud* FAUSTO, 1984, p. 503).

Adalberto Paranhos (2007), em artigo que analisa o tema, resume logo de início a situação durante o período do chamado Estado Novo: surgiram sinais de alerta, por parte do governo, diante dos malandros e daqueles que cultuassem a malandragem.

Intensificou-se a repressão à “vadiagem” e ganhou corpo a perseguição a quem exaltasse o não-trabalho. Nada de anormal, enfim, se considerarmos que a Constituição imposta ao país em 10 de novembro de 1937 equiparava a ociosidade a crime e estabelecia, no seu artigo 136, que “o trabalho é um dever social”. (PARANHOS, 2007, p. 180).

Se é possível, por um lado, afirmar que o governo de Getúlio Vargas introduziu um *modus vivendi* calcado na ordem do trabalho, cuja expressão simbólica de maior conteúdo é

a CLT, por outro, também podemos considerar que a dinâmica social brasileira revela elementos que traduzem uma dialética constante de negação e afirmação social entre a figura ideal do trabalhador e a figura estigmatizada do malandro vagabundo. É impossível conceber tipos puros. A música popular brasileira produzida nesse período representa essa agonia em muitos de seus versos. Para pensar tais relações, analisamos dois movimentos.

O primeiro deles seria representado pela afirmação dos ideais do trabalho através da imprensa, dos órgãos oficiais e, principalmente, do rádio no período. E o segundo, um contra movimento, ou ainda, o movimento de negação desse ideal, seria representado pelas expressões da música, que, por vezes, traz como protagonista não o trabalhador, mas o malandro – um “herói nacional” da esperteza e da astúcia. Esses dois movimentos ora se confrontam, ora se bifurcam, expondo múltiplas formas de compreensão, e ora se complementam na constituição de um sujeito híbrido – o trabalhador brasileiro. Adiantamos que, do ponto de vista de nossa análise, não interessa eleger um “tipo puro” que condense o que pensamos representar esse trabalhador, mas, sim, percebê-lo, ao menos, como resultado da constituição de um sujeito múltiplo.

No que concerne ao papel do rádio nesse contexto, importa destacá-lo como um dos veículos de maior eficiência na difusão do projeto político “estadonovista”. O governo criou e apoiou, inclusive financeiramente, a Rádio Nacional, que mantinha em suas programações um elenco de artistas de grande expressão na época. Nos programas transmitidos à população, difundiam-se modelos de comportamento, padrões de conduta e valores sociais. Entre esses “modelos morais”, figurava o valor trabalho como uma bandeira de vida digna e honesta. Contava-se, até mesmo, com uma emissora que se definia como “a emissora do trabalho” – a Rádio Mauá.

Os esforços do governo apontavam para o desejo de converter o malandro num trabalhador exemplar. O DIP<sup>117</sup>, que tinha poder de censura, manifestava apoio aos compositores, para que eles exaltassem o trabalho em detrimento da vida boêmia. Nessa fase, a partir de 1939, comemorava-se o “dia da música popular brasileira” e algumas composições que elegiam o trabalho como tema, reservando-lhe lugar de honra, eram enaltecidos pela propaganda oficial varguista. O samba de Heitor dos Prazeres, composto em 1934, elucida<sup>118</sup>:

Vou ver se posso, vou seguir a trabalhar  
Não é negócio ser malandro e dá azar  
Eu vou deixar essa vida de vadio  
Ser malandro hoje é malhar em ferro frio  
Eu vou deixar esta vida de vadio  
Ser malandro hoje é malhar em ferro frio

Vou arranjar uma vida melhor  
Para eu viver mais descansado  
Eu vou trabalhar  
E no trabalho terei outro resultado

Vou enfrentar o que aparecer  
Não posso viver assim  
É bem doloroso  
É vergonhoso, não é bonito pra mim

(*Vou ver se posso*, Heitor dos Prazeres, 1934).

<sup>117</sup> Conforme Paranhos (2007, p. 180): “Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939, a censura às vozes destoantes da ideologia do regime foi exercida com mão de ferro.”

<sup>118</sup> Todas as letras dos sambas que utilizamos nesta sessão foram retiradas da Coleção História do Samba, publicada em 1998 pela Editora Globo. A Coleção é composta por 40 CD’s e 40 fascículos explicativos.

A vida de malandro não dá resultado, é vergonhosa, dolorosa, dá azar e, além disso, não promove uma vida de conforto. A vida oposta é honrada, indolor, de sorte, e conforta um sujeito numa condição social que lhe permite viver “mais descansado”. No conhecido samba *Bonde de São Januário*, de Ataulpho Alves e Wilson Batista, gravado em 1940 por Cyro Monteiro, também aparece a oposição entre uma vida de malandro e outra de trabalhador:

Antigamente eu não tinha juízo  
Mas resolvi garantir meu futuro  
Veja você, sou feliz, vivo muito bem  
A boemia não dá camisa a ninguém  
É, digo bem.

(*Bonde de São Januário*, Ataulpho Alves e Wilson Batista, 1940).

Neste samba, destaque-se: o trabalho não impede a felicidade. Além disso, pode garantir o futuro. A malandragem fica para um tempo em que não havia bom juízo de avaliação. Afinal, “a boemia não dá camisa a ninguém”.

Nas transmissões das rádios, a música brasileira tinha grande destaque e boa parte do acervo era nacional. As programações incluíam desde comentários sobre a arte popular, descrições de pontos turísticos do país até relatos de feitos históricos. Apesar de toda a exaltação, a figura do malandro e o elogio à vida boêmia resistiam. Vasconcelos (1984, p. 505) fornece elementos para compreender essa resistência:

O percurso histórico da nossa canção é contemporâneo do processo local de formação da classe operária – fato que não ocorre sem consequências profundas. Porém, a esfera do trabalho, projeta-se sobre a MPB como uma poderosa *imagem invertida*; o exercício sistemático e radical de negação dos valores positivamente elevados pelo trabalho tornou-se o assunto poético predileto de nosso compositor popular, nas décadas de 20 e 30 deste século [o autor refere-se ao século XX] – uma das épocas mais fecundas e notáveis da MPB. Nesta, a história do trabalho é narrada a contrapelo. O operário é a principal personagem à sombra, ofuscado pela ruidosa e alegre consagração da figura do *malandro*.

O tema da malandragem surge na literatura brasileira através do ensaio de Antônio Cândido, *Dialética da malandragem* (1970), no qual ele analisa o folhetim *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Cândido demonstrava preocupação com a “ordem dificilmente imposta e mantida, cercada por uma desordem vivaz [...]”, segundo Vasconcelos (1984, p. 505) – a desordem da desobediência, da indisciplina, do parasitismo, da astúcia do malandro.

No espaço livre da arte musical, o samba em favor da malandragem, da boemia, criava uma veia de negação ao trabalho, cuja herança do escravismo ainda recente remetia à degradação da vida. A boemia ordenava o princípio do prazer; enquanto a vida de trabalho, o princípio da dor. Daí, surgirem sambas como o de Assis Valente, gravado por Carmem Miranda em 1934, que entoava:

Vem vadiar no meu cordão  
Cai na folia meu amor  
Vem esquecer tua tristeza  
Mentindo a natureza  
Sorrindo a tua dor

(*Minha embaixada chegou*, Assis Valente, 1934).

Ou em versos como os de Wilson Batista:

Sei que eles falam desse meu proceder  
Eu vejo quem trabalha andar no miserê

(*Lenço no Pescoço*, Wilson Batista, 1933).

Mesmo não sendo protagonizado pelo malandro, versos cuja personagem principal seja o trabalhador também evidenciam que a vida de trabalho não resulta em uma condição melhor:

Ai, ai meu Deus  
Tenha pena de mim!  
Todos vivem muito bem  
Só eu quem vivo assim  
Trabalho, não tenho nada  
Não saio do miserê  
Ai, ai meu Deus  
Isso é pra lá de sofrer!

(*Tenha pena de mim*, Cyro de Souza e Babalú, 1937).

A identificação da vida de trabalho como uma condição de regramento também submetida à pobreza e ao baixo salário é destacada nesses versos de Assis Valente:

O dinheiro que ganho  
Não dá pra ficar no meio da rua  
Pra cá e pra lá, pra lá e pra cá  
O dinheiro que ganho só dá pra viver  
No meu barracão, sentado no chão  
Comendo de mão, farinha, feijão  
Olhando a cabrocha mexendo o legume  
Pra não azedar

(*O dinheiro que ganho*, Assis valente, 1951).

Essa mesma condição também pode representar a subordinação, o medo de perder o emprego, a corrida para não se atrasar no local de trabalho, conforme os versos do samba *O trem atrasou*, de Arthur Villarino, Estanislau Silva e Paquito, de 1940:

Patrão, o trem atrasou  
Por isso estou chegando agora  
Trago aqui memorando da central  
O trem atrasou meia hora  
O senhor não tem razão  
Para me mandar embora!  
O senhor tem paciência  
É preciso compreender  
Sempre fui obediente  
Reconheço o meu dever  
Um atraso é muito justo  
Quando há explicação  
Sou um chefe de família  
Preciso ganhar o pão  
E eu tenho razão

Todos os versos supracitados ilustram não apenas um movimento de afirmação e negação de personagens e temas sociais aqui abordados, como também um processo de



elaboração dos elementos caracterizadores de uma nacionalidade, que, ao longo da história, qualificaram e também desqualificaram a imagem do povo brasileiro. É importante frisar, entretanto, que a malandragem é ressignificada durante o Estado Novo. Desse movimento também faz parte a figura do bom malandro, representante de uma cultura maleável de mestiços, que é bem desempenhada, por exemplo, pela personagem do Zé Carioca, o papagaio criado pela Disney, representante das terras tropicais, que bebia cachaça e dançava samba.

Segundo Schwarcz (1995), no Estado Novo “o mestiço vira nacional”. Através da cultura “popular e mestiça”, investia-se na afirmação de elementos constituintes de uma nacionalidade antes negada: a capoeira, que era incluída como crime no Código Penal de 1890; a feijoada; a mestiçagem das raças, antes vista como causa de degenerescência; e, claro, o samba. Frisa Schwarcz (1995, p. 11),

A identidade local surgia no interior desse movimento que vem do olhar de fora para dentro e de dentro para fora, resultando daí seu espaço de consagração. Afinal, o samba, a capoeira, o candomblé, a mulata e o malandro carioca são, em graus diferentes, transformados em ícones nacionais, produzidos e reproduzidos interna e externamente.

Diante das questões apontadas em torno de um ideal do trabalho e de certa resistência representada pela imagem do malandro, como poderíamos pensar a conformação do trabalhador? Antes de tudo, torna-se fundamental observar que o hibridismo se afirma no estudo dessas figuras simbólicas representantes de valores, por vezes, contraditórios. Isso porque, se tomarmos como referência o trabalhador imerso no contexto atual, facilmente podemos observar, nos discursos, nas práticas, na construção do reconhecimento público através do exercício do trabalho digno, nas estruturas das relações de trabalho, ou seja, há elementos antigos e novos. Antigos, no que diz respeito à edificação dos valores do trabalho estruturados ao longo do século anterior, e ainda vigentes; e novos, no que diz respeito às metamorfoses concebidas em função das adaptações de modelos anteriores na virada do século XIX para o XX, que promoveu o surgimento de novas formas de “viver do trabalho”.

Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que, após quase um século de profundas transformações na organização social, que trouxeram para o centro uma categoria enquanto condutor da linearidade das histórias de vida dos trabalhadores, questões básicas voltaram às agendas mundiais de debate: existência do trabalho escravo, trabalho infantil, tráfico de mulheres, precarização, desregulamentação, entre outros. As configurações recentes no desenho das relações capital-trabalho, economia-sociedade, põem uma questão nova, que quase sempre tem passado despercebida: a negação do direito de prover a própria existência.

No cenário atual, princípios do século XXI, dadas as recentes configurações do modelo salarial de organização da sociedade, o “não trabalho” representa mais que a negação do direito conquistado pelos trabalhadores de prover a própria existência. Aos não-empregáveis é também negada a possibilidade de exercício dessa dignidade edificada historicamente e, portanto, de um reconhecimento social fruto daquilo que simbolicamente a condição de empregado carrega.

A sociedade do trabalho na contemporaneidade manifesta um enorme paradoxo: via consagração dos valores liberais do individualismo, da competição e da liberdade de venda das forças do corpo enquanto propriedade do sujeito, instituiu-se o trabalho enquanto um regulador da ordem social, reservando-lhe *status* de direito social. Por outro lado, a instituição desse direito representa, numa sociedade como a brasileira, que não chegou a consolidar um efetivo Estado de Proteção Social, um meio de integração das camadas pobres de trabalhadores, possibilitando-lhes o acesso a um conjunto de bens e serviços sociais essenciais, como educação e saúde. O problema das gerações atuais é que, diante das profundas configurações desse parâmetro de organização social, exibidas através das altas taxas de desemprego, do aumento da precariedade, da perda da estabilidade, em tempos de produção e acumulação flexível do capital, significa a negação desse acesso.

Para os trabalhadores pobres, essa negação resulta na negação da sobrevivência, do direito de se afirmar socialmente e de produzir reconhecimento público. A perda desse meio de construção da “dignidade social”, antes viabilizado pelo gozo de direitos sociais amparados legalmente, passa a representar, em seu conjunto, o sentimento de frustração, incapacidade, impotência, incompetência, invalidez, inutilidade. Ou seja, delinea a pior face do fracasso de um sujeito imerso numa cultura que propaga como ideal de sucesso o completo inverso do que ele vivencia no âmbito na vida cotidiana.

### **Considerações finais**

As reflexões que tentamos apresentar nos levam a pensar algumas questões importantes acerca da categoria trabalho. Primeiramente, consideramos que é necessário pensá-la, no caso brasileiro, a partir do que se tornou a esfera do trabalho, enquanto uma esfera do direito (fenômeno instituído pelo governo de Getúlio Vargas). Na medida em que a dimensão do trabalho se instituiu como uma esfera de realização de um direito, permanecer a margem desse sistema, no qual a ética de prover se realiza para o trabalhador, torna-se sinônimo da negação de prover a vida. O direito ao trabalho, na nossa sociedade, não se restringe ao conjunto de leis, nem mesmo à própria relação formal de trabalho. O que queremos dizer com isso é que ele determina o acesso a um conjunto de satisfações simbólicas, que estão no campo da afirmação social de valores.

Cabe-nos destacar o entorno de uma dimensão da vida humana que, ao longo de um processo histórico, ganhou *status*, significado e importância fundamental na orientação da vida. Por outro lado, é preciso perceber que o trabalho visto como um valor positivo, portanto como um qualificador social, é um dos principais novos condicionantes da relação de alienação entre o trabalhador-trabalho. Se, no século XIX e no início do século XX, o esforço era para obrigar ao trabalho e disciplinar uma massa de inadaptados, no século XX e no início do XXI, dá-se uma inversão paradoxal do problema.

O trabalho é uma categoria histórica e como tal deve ser considerada e refletida, observando-se as marcas e heranças que a moral produtivista e competitiva erigiu na nossa sociedade. A partir das questões que apontamos neste artigo, é possível afirmar que, contando com um processo histórico de afirmação dos valores do trabalho, com um passado colonial escravista que reservava um lugar indigno ao trabalho, o trabalhador brasileiro constituiu-se socialmente a partir de uma dialética permanente de negação e afirmação social de valores contraditórios, divididos entre um ideal moral e social do que deve ser um trabalhador e a figura estigmatizada do malandro vagabundo.

Esse processo transcorreu através de variadas esferas da cultura, inclusive no universo da música, como mostramos, plasmando um imaginário, condensando imagens, valores. Por isso, variadas óticas devem ser consideradas para análise da constituição do que aqui defendemos como um sujeito híbrido – o trabalhador brasileiro. A história do trabalho no país, o confronto de valores, em fases como a do governo Vargas, indicam que é necessário pensar a realidade do trabalho e também do trabalhador, como uma realidade complexa, e, mais do que isto, no caso brasileiro, reveladora de aspectos de nossa cultura e dos estigmas sociais perpetrados no seio de uma sociedade mestiça, os quais ainda são remanescentes no nosso imaginário, apesar do processo de reelaboração de sentido, exaltação e afirmação que passou ao longo do século XX.

### **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Rejane. **Fatos e imagens**: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP2018>>. Acesso em: 14 de jun. 2018.

BAIA, Silvano Fernandes. **A historiografia da música popular no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

BEZERRA, Osicleide de L. “**Vai trabalhar, vagabundo**”: valores e representações sobre o trabalho. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CABRAL, Sérgio. Falando de samba e de bambas. In: **História da música popular brasileira**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Fascículo Bide, Marçal e Paulo da Portela.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção Polêmica).

CARONE, Edgard. **O Estado Novo: 1937-1945**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CHALLHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

OS GRANDES SAMBAS DA NOSSA HISTÓRIA. São Paulo: Editora Globo, 1998. Coleção História do Samba, v. 1-40.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Historiografia e História).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MONTEIRO, Denise de Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

MORAIS, J. G. Vinci; SALIBA, E. Thomé (Orgs.). **História e música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010.

MORAIS, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARANHOS, Adalberto. Entre sambas e bambas: vozes destoantes no “Estado Novo”. **Locus**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p.179-192, 2007.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 10, n. 29, p.49-63, 1995.

VASCONCELOS, Gilberto. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano: economia e cultura, 1930-1934**. São Paulo: DIFEL, 1984. (Coleção História da Civilização Brasileira, v. 4).

Recebido em janeiro de 2017.  
Aprovado em agosto de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-14>

## A COQUELUCHE, A ARTICULAÇÃO INTER-REGIONAL E AS CRIANÇAS NO SUDESTE RURAL BRASILEIRO (1840-1870)

Carlos Alberto Medeiros Lima\*

**RESUMO:** Neste artigo, usam-se informações sobre a incidência da coqueluche entre crianças do Sudeste rural brasileiro com a finalidade de ajustar modelos de choque microbiano frequentemente utilizados. A história das doenças nas Américas pode enfatizar (i) os choques atlânticos súbitos, seja como “epidemias em solo virgem”, seja sob a forma da chegada das pandemias do século XIX. Mas pode também por acento (ii) na difusão, permitida pela expansão agrária, de doenças causadas por patógenos locais, (iii) no processo segundo o qual males do Velho Mundo foram tornados endêmicos, causando taxas de mortalidade constantemente muito altas, (iv) na circulação, entre regiões conectadas, de doenças eurásianas de um modo que causasse repetidas epidemias, ou (v) na consolidação de uma afecção eurásiana como a coqueluche, tornando-a endêmica em cidades e permitindo-lhe alcançar áreas rurais em processos relevantes, mas intermitentes e discretos. Este é o tema do presente artigo, que leva em conta informações provenientes de Bananal, Capivari, Rio Claro, Limeira e Santa Cruz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morbidade livre. Morbidade escrava. Coqueluche. Crises de mortalidade.

**ABSTRACT:** In this article, information on the incidence of whooping cough in Brazilian Southeast is used to calibrate models of microbial shock. History of diseases in the Americas can emphasize (i) sudden Atlantic shocks, either as “virgin soil epidemics” or under the form of the spread of nineteenth-century pandemics. But it can also put emphasis (ii) on the spread and intensification of diseases caused by local pathogens allowed by agrarian expansion, (iii) on the endemization of Old World’s pathogens causing very high, although constant, mortality rates, (iv) on the circulation of other Eurasian viruses between regions connected to one another, causing repeated epidemics or (v) on the consolidation of an European disease such as whooping cough, making it endemic in cities and allowing it to reach rural areas, as important, but intermittent and discrete events. This is the theme of this article, which takes into account data on the cases of Bananal, Capivari, Rio Claro, Limeira and Santa Cruz.

**KEYWORDS:** Morbidity among free children. Morbidity among enslaved children. Whooping cough. Mortality crises.

Há várias razões para discutir a coqueluche no Brasil. Uma delas passa por razões ligadas à historiografia das doenças. Outra, pelos modelos de choque microbiano. Outra, ainda, relaciona-se a questões muito específicas, ligadas às percepções formuladas por historiadores acerca da incidência da tuberculose, especialmente nas populações escravas.

Quanto ao primeiro ponto, há uma espécie de lacuna no Brasil quanto a essa doença, e a isso se deve acrescentar que considerá-la poderá ajudar a rever alguns acentos postos recentemente na tuberculose para entender a vida e a morte de cativos. Quanto ao século XIX, pode-se dizer já ser raro que a tosse comprida e a tísica fossem confundidas. Um elemento a balizar, na época, a diferenciação entre essas doenças, pode ter estado no fato de afetarem grupos etários diferentes, embora momentos muito trágicos da tuberculose tenham sido de incidência infantil. Mas não devem ser esquecidos fatos como o de que, em

---

\* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Pesquisador nível 2 do CNPq. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

meados do século XX, mesmo após a revolução pasteuriana, ainda se podia polemizar a respeito da possibilidade de que a coqueluche agravasse fatalmente ou ativasse formas latentes da tuberculose (TOOMEY; BERNO; AGUSTSSON, 1948, p. 260-265). Não havia confusão entre os males. Mas suspeitava-se (talvez injustamente) de relacionamento íntimo entre ambos.<sup>119</sup> Especialmente entre os padres que registravam os óbitos no passado brasileiro, destituídos, aliás, do treinamento médico acessível no entrecho, deslizes podiam ser produzidos por pressupor-se tal relacionamento.

No tocante aos modelos de choque microbiano, perceber a importância da incidência da doença entre crianças escravas leva a pôr ênfase em circuitos pouco frequentados por historiadores das doenças cativas. Primeiramente, por ser pouco provável que o patógeno circulante no Brasil fosse de origem africana. Em segundo lugar, a doença pode ter se tornado endêmica muito cedo no continente americano,<sup>120</sup> de modo que a endemização de males originados no Velho Mundo europeu, mesmo que de doenças transmitidas de pessoa a pessoa – é o caso da coqueluche – pode ter afetado escravos. Por fim, há o fato de que muitas das mortes implicadas significaram submeter filhos de africanos a doenças europeias endemizadas, mais que vitimar crianças brancas com doenças africanas. Teoricamente, isso leva a rever modelos de choque microbiano marcados por uma tônica epidêmica, ou de epidemias em solo virgem. Conduz a reavaliar a importância das afecções trazidas em navios negreiros, pois estes, mais que levar ao Brasil patógenos destinados a vitimar hospedeiros locais, traziam os pais e as mães dos hospedeiros que viriam a ser afetados, às vezes tragicamente, por males eurásianos tornados endêmicos.<sup>121</sup> Aos modelos muito atlânticos usados para compreender a vida de livres e escravos no Brasil, sugerem os resultados deste trabalho ser necessário acrescentar o que se pode chamar de “crioulização da insalubridade”.

Para defini-la, abordam-se os agentes, os circuitos que realizavam e a temporalidade inscrita nesses percursos. A abordagem atlântica enfatiza patógenos do Velho Mundo atravessando o oceano e produzindo eventos súbitos. A expressão “crioulização da insalubridade” serve para enfatizar processos diferentes.

Uma versão aponta para patógenos locais – algumas verminoses frequentemente mostraram esse padrão – como que “pegando carona” na expansão agrária e produzindo uma insalubridade expansiva, geradora de tragédias quotidianas, mas silenciosas. Outra – a da malária, por exemplo – indica patógenos eurásianos ou africanos radicados no Brasil e produzindo um ambiente doentio também constante. Outra ainda aponta – caso, possivelmente, do sarampo – para a circulação de males entre regiões diferentes e conectadas dentro da colônia ou do Império, dependendo da circulação das pessoas para produzir com alguma frequência epidemias importantes.

O caso da coqueluche sugere outra coisa: o patógeno do Velho Mundo se tornou endêmico onde a concentração de pessoas o permitiu e, a partir daí, passou a produzir avanços não sustentados sobre áreas rurais. Tais avanços não se sustentavam pelo fato de

<sup>119</sup> Sobre crenças nesse relacionamento observadas durante o século XVII inglês, com a coqueluche tida por conducente à tuberculose, ver Weston (2012, p. 334).

<sup>120</sup> Ver Cook (1998, p. 114, 149) e a possibilidade – seguindo John Hemming – de que uma epidemia de coqueluche tenha atingido a costa brasileira, no Espírito Santo, na Bahia e em São Paulo em 1559-1561. Por sustentarem ter chegado à América o “gran catharro” que atingiu a Catalunha em 1580, e que consistiu em coqueluche, com maior probabilidade que influenza, ver Camaño Puig; Barriandos Vallvé; Faus Gabandé, (2005, p. 50). Ver especialmente a discussão sobre uma pandemia de coqueluche que atingiu o México em 1564 em Malvido (2003, p. 73).

<sup>121</sup> Na elaboração deste artigo, não se esbarrou com nenhuma sugestão de endemicidade da coqueluche no continente africano. Ao contrário, quando se leem relatos sobre a morbidade na África Subsaariana na segunda metade do século XIX, transparece que a coqueluche era então uma novidade na grande área. Ela surge como uma das “doenças do Velho Mundo temperado” recém incorporadas às condições africanas. Ver, quanto a isso, Lyons (1993, p. 303). Para exemplificar, escreveu-se, fazendo referência à atual África do Sul durante a virada do século XVIII para o seguinte, sobre temores expressos no início do oitocentos de que o sarampo e a coqueluche manifestada em navios e em europeus chegados à colônia fossem transmitidos aos habitantes locais. Ver Campbell (1897, p. 38, 49).

a população não ser suficiente para a preservação de uma bactéria que só tem por hospedeiros seres humanos.

A história de doenças compreendida dessa maneira põe em jogo, portanto, e conforme a afecção de que se trate, o papel do Atlântico, do trajeto de regiões específicas e do relacionamento entre regiões, como nas discussões sobre economia ou política coloniais e do início do Império, que já puderam enfatizar a metrópole, as histórias regionais com seus agentes próprios ou os atores decisivos das relações inter-regionais. Quanto aos circuitos e à temporalidade de seus efeitos, põe igualmente em jogo o problema dos deslocamentos e do enraizamento de agentes (nesse caso, patógenos), o que também se presta àqueles paralelos.<sup>122</sup>

Quanto ao relacionamento desta pesquisa com as investigações acerca das mudanças do século XIX, há o fato de que a coqueluche se transmite de pessoa a pessoa, de modo que depende da aglomeração. Assim, seu avanço pode ter respondido ao fato de que muitos segmentos das populações americanas e brasileiras começaram a crescer endogenamente naquele período (MARCÍLIO, 1986, p. 11-27).

Por fim, questões específicas enfrentadas por historiadores das doenças escravas – especialmente o lugar da tuberculose e alguns dilemas interpretativos postos por referências documentais à morte de crianças escravas por “tuberculose” – podem ser recolocadas observando-se a coqueluche. Além disso, não é destituído de interesse o fato de que essa doença matou mais livres e escravos no Sudeste brasileiro que as pandemias do século XIX.

Essa incidência da coqueluche talvez ajude a compreender algumas anomalias que historiadores encontraram na documentação relativa à tuberculose. Quando estudou os óbitos de escravos de Santa Cruz do intervalo 1861-1867, Júlio César Pereira chegou a conclusões importantes (PEREIRA, 2011, p. 249-253). Os falecimentos foram observados segundo grupos de doenças, tendo o primeiro sido o das doenças infectoparasitárias. Ressalta-se a enorme importância da tuberculose. A relevância da coqueluche (maior que a da varíola e do sarampo somadas) também ganhou acento. As febres foram desmembradas (febre, febres intermitentes, febre tifoide, malária): sua importância alcançou a metade da relativa à tuberculose e o dobro da atinente à coqueluche. O tratamento dispensado às mortes por afecções do sistema digestivo excluiu delas a disenteria e os vermes, que foram inseridas entre as causas infectoparasitárias, mas incluiu a hidropisia. Nelas predominou a diarreia, seguida pela enterite (a hidropisia foi responsável por menos de um décimo das mortes causadas por esse grupo). Quanto às doenças do sistema respiratório, na esmagadora maioria dos casos tratou-se de pneumonias. Mas deve-se lembrar que a tuberculose e a coqueluche, por exemplo, apareceram em outra rubrica. Ao quebrar as informações por faixa etária, o autor observou o estranho fenômeno de que a maior parte das mortes por tuberculose ocorreu entre crianças com idades menores que cinco anos, e da mesma forma espanta a observação de que a maior parte dos falecidos desse jeito era do sexo masculino.<sup>123</sup>

## A doença

Em um resumo dos anos 1990, Anne Hardy informou ser a coqueluche causada pelo bacilo *Bordetella pertussis*. Doença infecciosa aguda da infância, caracteriza-se por paroxismos de tosse que culminam em inspiração prolongada. Sua designação só se popularizou no fim do século XVIII. Trata-se de doença endêmica que aparece ocasionalmente como epidemia. Além de seu caráter infantil, médicos trabalham com indícios de que sua incidência é um pouco maior entre mulheres que entre homens. A transmissão

---

<sup>122</sup> Esse paralelo entre a morbidade e a história política, social ou econômica permite reavaliar, conferindo-lhe nova ênfase, a importância do fato de Crosby ter tratado sua história ambiental como análise de uma forma de “imperialismo” (CROSBY, 1993).

<sup>123</sup> Para a maior normalidade da tuberculose entre moças jovens, mas adultas, ver, por exemplo, Read (2009). Inversamente, sugere-se que, nos momentos iniciais da incidência epidêmica da tuberculose, ela afetava com muita força crianças. Ver, a respeito, Stead (1997, p. 68). Mas isso não poderia aplicar-se ao Rio de Janeiro.

parece dar-se predominantemente por via aérea, sendo humanos os únicos reservatórios da doença. O bacilo sobrevive muito pouco fora de um ser humano, sendo agredido pela menor umidade, por raios ultravioleta e por temperaturas excessivamente altas. Curar-se confere imunidade, e alguns casos raros de reincidência provavelmente resultam da exposição ao *Bordetella parapertussis*, bem menos agressivo. Incubação de 7 a 10 dias se faz seguir por um estágio catarral de uma a duas semanas de duração, sendo essa uma fase de alta contagiosidade (HARDY, 1993, p. 1094-1096). Segue-se tosse persistente, cada vez mais severa e progressivamente espasmódica. Isso culmina na inspiração prolongada, frequentemente seguida de vômito, e os paroxismos, nos casos agudos, podem ocorrer até 40 ou 50 vezes durante um único intervalo de 24 horas. Em crianças pequenas, inaptas para a inspiração prolongada e a retomar a respiração rapidamente, episódios de cianose podem seguir-se aos paroxismos. O estágio agudo dura até quatro semanas, mas os paroxismos podem continuar manifestando-se por três ou mais meses. Identifica-se a convalescença pelo fim dos vômitos e pela menor severidade dos paroxismos. As complicações podem conduzir a colapsos pulmonares, convulsões anóxicas e exaustão. Infecções secundárias podem levar à pneumonia.

Na Inglaterra, a taxa de mortalidade por coqueluche parece ter aumentado rapidamente durante o século XVIII, tendo começado a cair por volta de 1870. Quando se iniciou a queda, ela foi mais rápida no campo que na cidade. Entre as crianças da classe trabalhadora britânica do século XIX, as mortes costumavam resultar de complicações envolvendo os órgãos respiratórios (HARDY, 1993, p. 1095).

Geralmente se considera que a coqueluche só se tornou endêmica no mundo há cerca de 500 anos. Antes da vacina, referiam-se taxas de mortalidade de 6% em áreas endêmicas, assim como epidemias ocorrendo segundo ciclos de três a cinco anos (às vezes sete anos). No que alguns consideram a primeira descrição de uma epidemia feita no Ocidente – aquela ocorrida em Paris, em 1578 –, fez-se referência à grande suscetibilidade de crianças bem pequenas.<sup>124</sup>

Tendo em mente o caso norte-americano, David Rosner sugere que a difteria e a coqueluche começaram a circular mais intensamente quando as relações comerciais se ampliaram e as cidades cresceram, rompendo o relativo isolamento até então prevacente, especialmente a partir do final do século XVIII. Fizeram-no juntamente com o cólera e a tuberculose (ROSNER, 2006, p. 130).<sup>125</sup>

No caso do Brasil e das Américas, convém considerar a doença inserindo sua incidência em quadros locais mais amplos.

### **A coqueluche e as crianças no Sudeste**

À frente, na Tabela 1, há uma apreciação a respeito da importância da pertussis entre as crianças livres e escravas, devendo-se antes escrever rapidamente sobre as localidades cujos dados serão examinados a esse respeito. Uma delas é a vila açucareira de Capivari, que manteve durante o século XIX o foco canavieiro que adquiriu desde sua consagração dos anos 1820 como área de fronteira no Oeste Paulista. Só muito parcialmente, Capivari voltou-se para a produção cafeeira durante o intervalo observado. Bananal constituiu uma das principais vilas cafeeiras do Vale do Paraíba paulista. Rio Claro e Limeira foram abordadas por serem vilas do Oeste Paulista que, à condição de área de fronteira, aliaram, diferentemente de Capivari, o fato de terem vivenciado uma transição para a concentração na atividade cafeeira, embora os dados de Rio Claro sejam frágeis e concentrados em momento no qual a cana ainda devia preponderar. Por fim, inseriram-se informações sobre o curato de

---

<sup>124</sup> Ver: Aslanabadi *et al.* (2015, p. 1480). Ver também: Yarmohammadi *et al.* (2015, p. 1-3).

<sup>125</sup> Deve-se lembrar que McKeown sugeriu, inversamente, ter havido uma redução da importância da coqueluche na Inglaterra do século XIX. Ver Appleby (1978, p. 730-731). Mantenha-se em mente, como acontece frequentemente com as instigantes análises de McKeown, que, em seu raciocínio, “redução da importância” podia significar decréscimo tanto da incidência quanto, diferentemente, da letalidade.



Santa Cruz durante os anos 1860, localizado na parte rural da cidade do Rio de Janeiro, em virtude de algumas questões relativas à tuberculose entre livres e escravos.

Percebe-se uma progressão em qualquer caso que tenha sido passível de acompanhamento por mais tempo. Em segundo lugar, as condições de vida dos escravos impactavam o problema, provavelmente em virtude da maior aglomeração das crianças cativas, além do fato de que problemas nutricionais – mais prováveis entre cativos – podem ter constituído um fator de aumento da suscetibilidade à tosse convulsa e das mortes de infectados, o que é uma das particularidades dessa doença, segundo epidemiologistas.<sup>126</sup> Assim, apesar da precariedade dos dados de base, fica-se com a impressão de que os níveis alcançados em Bananal, localidade cafeeira realmente antológica (MOTTA, 1999, *passim.*), não tiveram paralelo nos outros locais estudados.

**Tabela 1 – Coqueluche, “tosse”, “tosse comprida” ou “tosse convulsiva” como causas de morte de crianças (0 a 14 anos) no Sudeste**

	Crianças (0-14 anos) livres			Crianças (0-14 anos) escravas		
	Mortes por coqueluche	Total de mortes registradas	Participação (%) da coqueluche	Mortes por coqueluche	Total de mortes registradas	Participação (%) da coqueluche
Bananal, 1818-21	Nd	Nd	Nd	2	18	11,1
Bananal, 1854-8	Nd	Nd	Nd	15	217	6,9
Capivari, 1821-30	-	47	-	-	26	-
Capivari, 1829-39	-	134	-	Nd	Nd	Nd
Capivari, 1840-50	6	428	1,4	13	326	4,0
Capivari, 1851-8	8	413	1,9	15	293	5,1
Capivari, 1859-61	1	216	0,5	3	163	1,8
Capivari, 1862-9	Nd	Nd	Nd	35	449	7,8
Rio Claro, 1839-41	2	203	1,0	-	56	-
Limeira, 1839-50	1	665	0,2	-	267	-
Limeira, 1851-62	24	924	2,6	8	348	2,3
Santa Cruz, 1862-4	3	100	3,0	4	102	3,9

“Nd” significa que não foram levantadas informações (ou elas se mostraram inutilizáveis) para o local, o período e/ou a condição jurídica referida. O traço significa não ter havido casos de coqueluche.

Fontes:

CÚRIA DIOCESANA DE LORENA, *Óbitos – Bananal, Livro 1; Óbitos – Bananal, Livro 2*; CÚRIA DIOCESANA DE PIRACICABA, *Livro 1 – Óbitos – São João Batista de Rio Claro – 1830 – 1842; Livro 2 – Óbitos – São João Batista de Rio Claro – 1843-1860; São João Batista de Capivari – Óbitos – Livro 1; São João Batista de Capivari – Óbitos – Livro 2*; CURATO DE SANTA CRUZ, *Livro de encomendação – Livro III, 1864-1878; 1861-1878; Livro de encomendação – Livro I*; PAROCHIA LIMEIRA – *Livro n. 1 – Óbitos 1833-março – 1843-julho; Livro 2º de Óbitos de 1843 á 1849; Livro 3 terceiro de Óbitos. De 1849 á 1858; Livro 4º de Óbitos de 1858 á 1860.*

Explicar o porquê dessa especificidade bananalense deve passar pelo fato de que as condições de aglomeração residencial, assim como de cuidado conjunto das crianças cativas, parecem ter sido grandemente exacerbadas nas áreas cafeeiras, segundo especialistas.<sup>127</sup> Além do mais, é necessário lembrar que as vilas e paróquias cafeeiras no Sudeste brasileiro

<sup>126</sup> Na Liverpool da segunda metade do século XIX, por exemplo. Cf. Duncan *et al.* (1998, p. 331).

<sup>127</sup> Ver Fragoso; Florentino (1987, p. 151-173). Ver também Marquese (2006, p. 11-57).

podem ter apresentado densidades demográficas maiores que as de antigas áreas açucareiras (LIMA, 2011, p. 73).

O fato é que, apesar do número de casos visivelmente pequeno, a doença foi muito mais frequente que o sarampo nos locais observados.<sup>128</sup> A diferença em relação à varíola foi ainda mais marcante, pois esta última esteve estranhamente ausente das mortes, à exceção de Limeira. As “bexigas” só apareceram em momentos específicos, normalmente em épocas durante as quais as tentativas de identificação das causas de morte não foram usuais nas fontes. A varíola aparece pouco nos casos analisados. Isso é estranho, mas a segurança quanto a sua raridade pode ser aumentada através de algumas situações inusitadas. Faz-se referência aqui a períodos e localidades em que os padres não estavam lançando na quase totalidade dos registros as causas das mortes de escravos e livres. Ainda assim, apareciam nesses locais registros quase em sequência nos quais os religiosos declaravam terem os falecimentos decorrido de “bexigas”. O fato de assentarem isso em épocas ou em lugares em que não costumavam tentar explicar as mortes significa, de um lado, que, se bem não entendiam lá muito de causas de falecimento, aquela causa pelo menos eles sabiam reconhecer. Por outro lado, essas aparições nos mostram que, se os que sequer se arriscavam a estimar causas de falecimento ainda assim identificavam a varíola quando viam cadáveres de vitimados por ela, torna-se inegável que os que, sim, se sentiam confortáveis ao identificar causas de morte também reconheceriam as “bexigas” se as vissem. Assim, a ausência da identificação nos períodos e localidades ricos de causas era, efetivamente, ausência da coisa a ser identificada, ou pelo menos se pode acreditar nisso com menos vacilação. De outra parte, ganhamos conhecimento acerca da ocorrência efetiva de surtos, mas também sobre sua raridade relativa.

Quanto a isso, incluem-se observações relativas a um caso que não foi tratado acima, mas que foi trabalhado quanto a alguns outros problemas de investigação. Em Palmeira, no atual Paraná, entre 1812 e 1845, dos apenas sete óbitos por “bexigas”, quatro ocorreram entre crianças (só uma escrava) entre outubro de 1838 e janeiro do ano seguinte.<sup>129</sup> Em Rio Claro, durante o ano de 1848 (nessa época não se tentavam identificar causas de morte nos registros de óbito), seis africanos com idades entre os 14 e os 18 anos faleceram de “bexigas” durante o mês de maio. Em Limeira, registraram-se entre 1834 e 1860 somente dez mortes por varíola. Nove delas ocorreram em 1848, sendo oito concentradas em agosto, setembro e outubro (no caso deste mês, apenas uma situação). Todos os mortos eram adultos e só um escravo.<sup>130</sup> Fica a demanda por pesquisar-se a varíola em São Paulo durante esse ano de 1848, permanecendo, também, a hipótese de que a primavera tinha associação com ela.

A incidência verificada da coqueluche permanece, ainda assim, como uma espécie de quebra cabeças. Epidemiologistas sustentam que são necessárias populações relativamente grandes – ultrapassando a centena de milhares, nível muito raramente encontrado no Brasil – para a pertussis permanecer num local em bases permanentes.<sup>131</sup> Assim, ou bem não se tratava de endemia, ou então a endemização ocorrera em outro lugar, eventualmente extravasando para as áreas rurais abordadas, o que é o mais provável. Além do mais, a chegada recorrente da coqueluche a áreas rurais, a partir de um ponto no qual o mal teria sido endêmico, não necessariamente implicaria alguma forma de deslocamento de crianças doentes para as áreas agroexportadoras, fenômeno bastante improvável. Estudos sobre períodos recentes, nos quais a coqueluche vem ganhando nova importância, sugerem que adultos e adolescentes podem servir de reservatório para a doença.<sup>132</sup>

<sup>128</sup> Afirma-se que, antes da vacinação, nos Estados Unidos, a entrada da coqueluche em áreas rurais a partir dos locais em que ela era endêmica era bem mais intensa que a da caxumba, do sarampo, da rubéola, da escarlatina, da meningite e da difteria. Cf. Aslanabadi *et al.* (2015, p. 1483).

<sup>129</sup> PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PALMEIRA, *Assentos de batismo*. Livro I (os óbitos realizados entre 1813 e 1836 foram lançados neste livro); *Óbitos, 1837-1873*.

<sup>130</sup> PARÓQUIA LIMEIRA, Livro nº 1. Óbitos. 1833, março – 1843, julho; Livro segundo 2º de Óbitos de 1843 á 1849; Livro 3 terceiro de Óbitos. De 1849 á 1858; Livro 4º de Óbitos de 1858 á 1860.

<sup>131</sup> Ver, por exemplo, Weston (2012, p. 337-338).

<sup>132</sup> Ver Cherry (2007, p. 139-144); Camaño Puig *et al.* (2005, p. 48).

É preciso ressaltar o fato de somente crianças terem sido mortalmente afetadas pela tosse convulsa. Nem mesmo no caso do sarampo – que, como se deixou referido, foi muitíssimo menos mortal ou bem menos frequente que a coqueluche – houve tamanha concentração em crianças, pois volta e meia encontraram-se nos dados casos de falecimentos de adultos causados por essa afecção. Mas a sugestão de que a coqueluche era endêmica no Rio, atingindo eventualmente áreas rurais, continua a mais interessante, pois a suscetibilidade especial das crianças mostrava seus efeitos até mesmo nas primeiras epidemias, como foi visto.

### **A ausência de estacionalidade da coqueluche**

Observa-se em seguida se havia ou não sazonalidade nas mortes pela tosse comprida. Essa estacionalidade não costumava ser muito marcada. Segundo alguns, elas podiam ocorrer em qualquer estação, havendo outros que enxergam tendência a que se associassem a intervalos anuais específicos.<sup>133</sup> Para citar um exemplo do final do século XIX, no Rio de Janeiro de 1896 as mortes desse tipo tenderam a concentrar-se em janeiro e março, com novo pico, de menor intensidade, em maio. No ano seguinte, fevereiro foi o mês de maior incidência, embora o total tenha sido pequeno demais (talvez apenas sete mortes por essa causa).<sup>134</sup>

Examinar a estacionalidade não serve apenas para descrever sua incidência. É útil, igualmente, para obter uma aproximação à confiabilidade dos dados. Isso é feito através da tabela 2, cujos dados podem ser comparados com os do apêndice 1, que contém informações sobre a estacionalidade de todos os óbitos de crianças. Neste segundo caso, a unidade de medida é um pouco diferente. Para a coqueluche, trata-se de números absolutos. No tocante ao conjunto dos óbitos de crianças registrados, estampa-se no apêndice 1 a média diária de cada mês expressa como porcentagem da média diária anual.

---

<sup>133</sup> Sobre indiferença da estação, ver Aslanabadi *et al.* (2015, p. 1483). Outra versão sustenta que, persistente endemicamente a coqueluche, podiam ocorrer epidemias, especialmente no inverno. Por exemplo: Hernández Ferrer (2003, p. 429). Análises antigas, como as realizadas na Inglaterra do final do século XVII, chamavam a atenção para a tendência da doença a incidir no verão e no outono. Cf. Hardy (1993, p. 1095). Weston lembra a opinião de Willis, de 1674, apontando o outono como o momento mais favorável às epidemias de coqueluche. Cf. Weston (2012, p. 333). Mas, no final do século XVIII, testemunhos médicos relativos aos Estados Unidos apontavam indiferença da doença às épocas do ano. Ver, por exemplo, Currie (1792, p. 6).

<sup>134</sup> WYMAN, Walter. Mortality table, foreign cities. *Public Health Reports*, v. 11, números 1 a 52, 1896; v. 12, números 1 a 53, 1897; v. 13, números 1 a 25, 1898.

**Tabela 2 – Movimento mensal das mortes de crianças por coqueluche no Sudeste (1839-1869)**

	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Bananal, 1854-8</b> Escravos		2	1		3	2	3			2	1	2
<b>Capivari, 1840-69</b> Escravos	5	3	5	6	3	7	11	4	9	2	3	8
<b>Capivari, 1840-61</b> Livres	2	1	1	1	1	2			3	1	2	1
<b>Rio Claro, 1839-41</b> Livres							1					1
<b>Limeira, 1839-62</b> Livres	5		1	2	2	4	3	2	2	1	1	2
<b>Limeira, 1851-62</b> Escravos	1		1			2		1		1	1	1
<b>Santa Cruz, 1862-4</b> Escravos	2				1	1						
<b>Santa Cruz, 1862-5</b> Livres		1	1	1				1	1	1		

Fontes: vide a Tabela 1.

Nota-se tendência a maior importância do inverno entre os escravos de Bananal (1851-1858). Quanto aos escravos de Capivari, os meses de mais coqueluche eram junho, julho, setembro e dezembro. Forçando um pouco, vê-se alguma tendência à primavera entre os livres da mesma localidade. Entre os livres de Limeira, havia concentração leve no inverno, mas também no verão, devendo-se lembrar que, se juntados livres e escravos, a importância relativa do inverno aumentará. É impossível levar em consideração os demais casos tratados. Para entender as disparidades notadas, por outro lado, não é possível simplesmente dizer que elas se deveriam à imprecisão do termo “tosse”, sem adjetivos, que poderia indicar doenças outras que não a tosse convulsa. Isso não resolveria nada, pois essa definição não aparecia tanto assim. Essas variações da sazonalidade indicam, além das características da doença, a forte possibilidade de que ela chegasse eventualmente de fora, tendo feito isso ao sabor dos deslocamentos das pessoas e das diversas formas de comunicação entre as áreas rurais estudadas e a cidade do Rio de Janeiro.<sup>135</sup>

Dada a fraca incidência da doença, é claro que a estacionalidade da coqueluche não podia explicar a distribuição sazonal de todos os óbitos. Mas não é demais deixar claro que o inverso também não ocorria, ou seja, a primeira também não era explicada pelo movimento conjunto dos falecimentos de crianças. Para isso, vale a pena consultar a Tabela 3, onde se descreve a sazonalidade dos óbitos de crianças nas freguesias abordadas nas Tabelas 1 e 2.

<sup>135</sup> Referências à coqueluche no Rio de Janeiro em 1851 e 1859 aparecem em MARCÍLIO, 1992-1993, p. 65-66. A epidemia de tosse comprida em Salvador (1844) aparece em Barreto; Pimenta (2013, p. 87). Os relatórios de presidentes de província, especialmente os baianos da segunda metade do século XIX, contêm diversas alusões à coqueluche como algo corriqueiro.

**Tabela 3 – Média diária mensal de mortes de crianças expressa como percentagem da média diária anual (Sudeste, 1839-1869)**

	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Bananal, 1854-8</b> <b>Escravos</b>	98	137	76	152	98	129	120	103	51	54	62	125
<b>Capivari, 1840-69</b> <b>Escravos</b>	140	107	97	98	72	85	89	85	97	80	108	144
<b>Capivari, 1840-61</b> <b>Livres</b>	143	125	90	77	71	75	89	84	86	109	126	126
<b>Rio Claro, 1839-41</b> <b>Livres</b>	99	96	133	78	104	102	70	58	90	75	114	180
<b>Limeira, 1839-62</b> <b>Livres</b>	121	133	97	84	99	82	78	77	70	95	131	136
<b>Limeira, 1851-62</b> <b>Escravos</b>	142	104	125	63	88	84	85	61	73	95	112	166
<b>Santa Cruz, 1862-4</b> <b>Escravos</b>	202	183	71	98	107	135	60	71	98	36	37	107
<b>Santa Cruz, 1862-5</b> <b>Livres</b>	188	172	94	172	136	54	83	42	140	21	65	42

Fontes: vide a Tabela 1.

Iniciando por áreas do Oeste Paulista (Capivari, Limeira e Rio Claro), nota-se a esperada concentração dos óbitos no verão chuvoso, ou em suas extremidades imediatas. A situação era um pouco diferente em áreas mais marcadas pelos contatos ou pela proximidade com o núcleo urbano da cidade do Rio de Janeiro. Quanto às crianças escravas de Bananal, além do período das chuvas, o outono e o inverno acabavam por ter alguma importância. O verão chuvoso certamente apontava para a centralidade da malária, ao passo que os outros picos de falecimentos indicavam a importância de outros males, especialmente aqueles ligados à provisão de água e ao estado sanitário, podendo apontar até para o inverno. No Curato de Santa Cruz, esses picos secundários também apareciam no outono, na primavera ou mesmo no inverno. No caso específico de Bananal, como será visto logo adiante, ao se abordarem duas crises de mortalidade, a própria coqueluche pode ter ajudado a produzir esses picos secundários em partes mais centrais do ano. Convém atentar para uma ou duas crises de mortalidade ligadas à coqueluche.

### Coqueluche e crise

A identificação das crises de mortalidade apoiou-se no método simples e eficiente proposto por Jacques Dupâquier, no qual foi introduzida uma adaptação, referida a seguir. Procedeu-se da seguinte maneira: subtraiu-se do volume de sepultamentos de um dado ano a média dos dez anos anteriores e divideu-se o resultado pelo desvio padrão referente aos mesmos dez anos anteriores. Com isso, se identificam e medem, em termos aproximados, as crises de mortalidade.<sup>136</sup> Introduziu-se, no entanto, uma adaptação, consistente na avaliação da incidência de crises em estações, ao invés de anos. Em outras palavras, o que se quer

<sup>136</sup> Resultados entre 1 e 2 apontariam para uma crise fraca; de 2 a 4, para uma crise média; de 4 a 8, para uma forte; de 8 a 16, para crise maior; de 16 a 32, para uma supercrise e superiores a 32, para catástrofes. Cf. Dupâquier (1979, p. 93).

saber aqui é se a primavera de 1839, por exemplo, pode ser considerada atípica em confronto com as dez primaveras que a antecederam. Em vista de se terem utilizado os valores relativos a estações, e não a anos completos, supõe-se só deverem ser levados em conta os resultados que apontem para crises maiores e, com muitas ressalvas, crises fortes. Só resultados realmente chamativos foram levados em conta.

Assim, a técnica de Dupâquier não foi usada para o exame das crises de mortalidade, mas unicamente como uma ferramenta para formular hipóteses a respeito da morbidade. Isso significa que não necessariamente, ao identificar-se uma estação particularmente mórbida, se esteja identificando também um ano de crise de mortalidade. Algumas doenças são fortemente sazonais e há grupos e subgrupos na população que são muito suscetíveis a mais de uma delas, de modo que uma estação de forte mortalidade podia estar simplesmente “roubando” óbitos de outra estação do mesmo ano, alterando muito pouco os resultados anuais. Foram identificadas diversas estações peculiarmente mórbidas em vários locais, mas aqui serão referidas apenas duas, em Bananal, que tiveram muito a ver com a coqueluche.

Uma delas foi uma crise maior acontecida entre as crianças escravas locais no verão de 1856. Outra, uma crise forte sucedida na primavera de 1859. O período em que crises de mortalidade podem ser capturadas nos dados de Bananal, dadas as lacunas dos dados, estendeu-se do início de outono de 1851 ao final do verão de 1859-1860.

Para observar essa crise, os diversos tipos de causa de morte propostas pelos párocos locais foram agrupados em uma classificação que não tenta adaptar a *Classificação Internacional das Doenças*, por julgar-se isso impossível. Elaborou-se uma classificação adequada às questões abordadas no presente trabalho.

Começa-se destacando algumas doenças do conjunto das infecções; primeiramente as febres, por sua frequência, seguindo-se a tuberculose e a ela um trio – cólera, varíola e febre amarela – tornado congruente somente por sua raridade, sendo esta raridade um fenômeno significativo, dados os processos de transmissão e de recrudescimento verificados no século XIX. Prosseguindo, juntam-se diversas outras infecções com poucos casos cada uma (só o tétano era mais frequente), para, subseqüentemente, reunirem-se em uma categoria as mortes por vermes que os contemporâneos conseguiam detectar. A categoria seguinte engloba a diarreia, a gastroenterite e a disenteria ou fluxo, passando-se em seguida para a hidropisia, julgando-se precipitado juntá-la aos vermes. Reuniu-se na seqüência uma grande categoria com casos raros, mal definidos e aparentemente não infecciosos, para a seguir tratar dos acidentes e da violência. Termina a classificação a categoria que engloba as mortes sem atribuição causal, os registros ilegíveis quanto a isso e os falecimentos repentinos.

A razão para que sejam deixadas separadas, sem inclusão em alguma classificação, a febre amarela, a varíola e o cólera relaciona-se às pandemias do século XIX. Fez-se o mesmo com a tuberculose, e, nesse caso, o motivo é a importância atribuída a este mal por historiadores, especialmente do café e daquilo que se situava ao seu redor.<sup>137</sup> A ideia é deixar bem evidentes os exuberantes zeros associados à incidência das pandemias e o quase zero resultante para a tuberculose (o que também se explica pelo fato de se estar tratando de óbitos de crianças). É claro que os dados relativos à coqueluche também foram deixados fora de qualquer categorização, pois eles constituem o objeto das preocupações do presente trabalho. A classificação aplicada às estações críticas e às normais está na Tabela 4.

---

<sup>137</sup> Cf. Stein (1961, p. 225); Reis (2009, p. 80 e *passim*); Karasch (2000, p. 497-503).

**Tabela 4 – Crianças escravas de Bananal – a crise maior do verão de 1855-1856 e a crise forte da primavera de 1859**

	Verões de 1853-54 a 1858-59	Verão de 1855-56 (crise maior)	Primaveras de 1853 a 1858	Primavera de 1859 (crise forte)
Coqueluche	-	4	1	5
'Febre'	13	7	6	2
Tuberculose	-	1	-	1
Variola	-	-	-	-
Cólera	-	-	-	-
Febre amarela	-	-	-	-
Outras infecciosas	1	-	3	1
Vermes	3	1	-	2
Hidropisia	3	-	1	1
Diarreia, disenteria	13	3	7	1
Outras-poucos casos	3	2	1	1
Causas externas	-	-	-	-
S/ inf., ilegível etc.	19	5	16	3
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>23</b>	<b>35</b>	<b>17</b>

Fontes: CÚRIA DIOCESANA DE LORENA, *Óbitos – Bananal, livro 1*; *Óbitos – Bananal, livro 2*.

Tudo diminuiu ou variou muito pouco. Quanto ao verão de 1855-1856, as febres aumentaram um tanto sua incidência em comparação com os outros verões considerados, ao passo que a importância dos vermes e do grupo da diarreia e da disenteria reduziu-se. Mas chama muito a atenção a variação da coqueluche, de zero nos verões normais para pouco mais de um quinto das mortes na estação de crise maior. Coisa semelhante deu-se na primavera de 1859, comparada às seis anteriores. Foi a coqueluche que mudou tudo na criação da atipicidade dessas estações.

### Considerações finais

Há tempos se vem tratando, quanto ao Brasil colonial e do século XIX, de rever uma imagem excessivamente centrada em crises súbitas no que tocasse à escravidão, às doenças e à relação com o ambiente. Essas crises chegariam ao Brasil através dos portos, trazidas do Velho Mundo no início de cada episódio. Em seu lugar, vêm importando muito modelos mais voltados para uma tragédia quotidiana, larvar e constante, tragédia que, no caso das doenças, ligava-se à prevalência de uma espécie de charco de endemias. No mesmo registro estariam processos de transmissão ligados aos contatos entre regiões brasileiras envolvendo ao menos uma onde males eram endêmicos. Este último parece ter sido o caso da coqueluche, que, nessa transposição do contágio da cidade endêmica para áreas rurais tocadas intermitentemente pela doença, chegava a produzir crises de base sazonal.

O que se pretendeu acrescentar no presente estudo foi o fato de que, aos casos mais conhecidos das endemias rurais (a malária, a febre tifoide, as verminoses, as diarreias e disenterias), deve-se acrescentar o impacto de algumas endemias muito dependentes da

aglomeração. Estas não podiam enraizar-se no campo do Sudeste, mas seus efeitos chegavam até localidades agrárias, às vezes com alguma importância.

É possível levar em conta que a varíola e o sarampo estavam em processo de rapidíssimo avanço durante o século XIX. É, no entanto, inegável que a coqueluche também estava, e isso se refletiu em algumas histórias locais da doença. Além do mais, ao longo deste trabalho se pôde deixar no ar diversas razões para suspeitar de que, dado o crescimento a partir de então endógeno da população brasileira, o alastramento da doença pode ter sido ainda maior que o expresso nos dados, pois a contiguidade com a tuberculose, na qual possivelmente se cria, pode ter feito com que muita identificação de tísicos, e especialmente de crianças tuberculosas, consistisse em mal entendido perpetrado diante da tosse comprida. A escravidão e, especialmente, o cativo na cafeicultura podem ter expandido as chances de morte em virtude da doença, como foi visto, e a pujante expansão desse cultivo fortalece a suposição de avanço da afecção, além de auxiliar a explicá-lo. Apesar de não se terem verificado números ou proporções enormes, a coqueluche funcionava, à sua maneira, segundo o padrão da crioulização da insalubridade.

## Referências

- APPLEBY, Andrew B. Disease, diet, and History. **Journal of Interdisciplinary History**, Boston, v. VIII, n. 4, p. 725-735, primavera, 1978.
- ASLANABADI, Arash; GHABILI, Kamyar; SHAD, Kaveh; KHALILI, Majid; SAJADI, Mohammad M. Emergence of whooping cough: notes from three early epidemics in Persia. **The lancet Infectious diseases**, Londres, v. 15, p. 1480-1484, dez., 2015.
- BARRETO, Maria Renilda Nery; PIMENTA, Tânia Salgado. A saúde dos escravos na Bahia oitocentista através do Hospital da Misericórdia. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 75-90, jul.-dez., 2013.
- CAMAÑO PUIG, Ramón; BARRIENDOS VALLVÉ, Mariano; FAUS GABANDÉ, Francisco. El gran catharro de 1580: gripe o pertussis? **Asclepio**, Madri, v. LVII, n. 2, p. 45-58, 2005.
- CAMPBELL, Colin Turing. **British South Africa**. A history of the Colony of the Cape of Good Hope from its conquest 1795 to the Settlement of Albany by the British emigration of 1819 [A.D. 1795-A.D. 1825]. London: John Haddon & CO, 1897.
- CHERRY, James D. Historical perspectives on pertussis and use of vaccines to prevent it. **Microbe**, Sterling, v. 2, n. 3, p. 139-144, 2007.
- COOK, Noble D. **Born to die**. Disease and the New World conquest, 1492-1650. Cambridge: Cambridge U. P., 1998.
- CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CURATO DE SANTA CRUZ, Livro de encomendação. Livro III, 1864-1878.
- CURATO DE SANTA CRUZ, 1861-1878; Livro de encomendação. Livro I.
- CÚRIA DIOCESANA DE LORENA, Óbitos. Bananal, Livro 1.
- CÚRIA DIOCESANA DE LORENA, Óbitos. Bananal, Livro 2.



CÚRIA DIOCESANA DE PIRACICABA, Livro 1. Óbitos. São João Batista de Rio Claro, 1830-1842.

CÚRIA DIOCESANA DE PIRACICABA, Livro 2. Óbitos. São João Batista de Rio Claro, 1843-1860.

CÚRIA DIOCESANA DE PIRACICABA, São João Batista de Capivari. Óbitos. Livro 1.

CÚRIA DIOCESANA DE PIRACICABA, São João Batista de Capivari. Óbitos. Livro 2.

CURRIE, William. **An historical account of the climates and diseases of the United States of America**. Philadelphia: T. Dobson, 1792.

DUNCAN, C. J.; DUNCAN, S. R.; SCOTT, S. The effects of population density and malnutrition on the dynamics of whooping cough. **Epidemiology & Infection**, Cambridge, n. 121, p. 325-334, 1998.

DUPAQUIER, Jacques. L'analyse statistique des crises de mortalité. In: CHARBONNEAU, Hubert e LAROSE, André (Org.). **The great mortalities**. Liège: IUSSP, 1979, p. 83-112.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 151-173, maio/ago., 1987.

HARDY, Anne. Whooping cough. In: KIPLE, Kenneth (Org.). **The Cambridge world history of human disease**. Cambridge: Cambridge U. P., 1993, p. 1094-1096.

HERNÁNDEZ FERRER, Francisca Isabel. **Análisis epidemiológico de la mortalidad en Cartagena (1871-1935) y semántico-documental de las expresiones diagnósticas**. 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciencias Sociosanitarias, Universidad de Murcia, Murcia, 2003.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Pandemias oitocentistas, povoações rurais e densidades demográficas no Brasil em perspectiva comparativa. **História e Economia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-82, 2011.

LYONS, Maryines. Diseases of Sub-Saharan Africa since 1860. In: KIPLE, Kenneth (Org.). **The Cambridge world history of human disease**. Cambridge: Cambridge U. P., 1993. p. 298-305.

MALVIDO, Elsa. La epidemiología, una propuesta para explicar la despoblación americana. **Revista de Indias**, Sevilha, v. LXIII, n. 227, p. 65-78, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial. **Revista de História**, São Paulo, n. 127-128, p. 53-68, ago.-dez./1992-jan.-jul.1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 11-27.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, 2006.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

PAROCHIA LIMEIRA, Livro nº 1. Obitos. 1833, março – 1843, julho.

PAROCHIA LIMEIRA, Livro segundo 2º de Obitos de 1843 á 1849.

PAROCHIA LIMEIRA, Livro 3 terceiro de Obitos. De 1849 á 1858.

PAROCHIA LIMEIRA, Livro 4º de Obitos de 1858 á 1860.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PALMEIRA, Assentos de batismo. Livro I.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PALMEIRA, Óbitos, 1837-1873.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX**. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

READ, Ian. Sickness, recovery, and death among the enslaved and free people of Santos, Brazil, 1860-1888. **The Americas**, Berkeley, v. 66, n. 1, p. 57-80, 2009.

REIS, Thiago de Souza dos. **Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROSNER, David. Public health in U. S. cities. A historical perspective. In: FREUDENBERG, Nicholas; GALEA, Sandro; VLAHOV, David (Org.). **Cities and the health of the public**. Nashville: Vanderbilt U. P., 2006, p. 129-142.

STEAD, William W. The origin and erratic global spread of tuberculosis. **Clinics in chest Medicine**, Maryland Heights, v. 18, n. 1, p. 65-77, 1997.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TOOMEY, John A.; BERNO, Joack C.; AGUSTSSON, Hreidar. Does pertussis activate tuberculosis? **The Journal of Pediatrics**, Elk Grove Village, v. 32, n. 3, p. 260-265, 1948.

WESTON, Robert. Whooping cough: a brief history to the 19<sup>th</sup> century. **Bulletin Canadien d'Histoire de la Médecine**, Toronto, v. 29, n. 2, p. 329-349, 2012.

WYMAN, Walter. Mortality table, foreign cities. **Public Health Reports**, v. 11-13, 1896-1898.

YARMOHAMMADI, Hassan; KAZERUNI, Mohamad H. Bahmani; SOOFI, Amir; ZARGARAN, Arman. The first report of epidemic pertussis by Bahaodowle Razi from the 15th century anno domini. **Iran Red Crescent Medical Journal**, Dubai, v. 17, n. 7, p. 1-3, jul., 2015.

Recebido em fevereiro de 2017.  
Aprovado em julho de 2018.



<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-15>

## **RECONFIGURAÇÃO DE TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO: A hegemonia dos professores na direção do SISERP**

*Raquel de Souza Felício\**  
*João Henrique Zanelatto\*\**

**RESUMO:** A organização coletiva dos servidores públicos municipais de Criciúma criada em 1989 passou por um processo de transformação, tanto no que se refere à luta sindical, de demandas de reivindicações, como, também, quanto ao perfil da própria categoria, pois, no final dos anos de 1990, a categoria deixou de ser formada por uma maioria braçal masculina para ser uma maioria de profissionais da área da educação do gênero feminino, sendo, ainda, esse grupo de trabalhadoras, no ano de 2017, a maior representatividade no quadro de associados e representantes do SISERP (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma e Região). Este artigo busca analisar como se deu essa trajetória, quais os fatores que contribuíram para a mudança desse perfil profissional e como ocorreu essa tomada de poder pelos profissionais da área da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reconfiguração. Servidor Público. Sindicalismo. Criciúma.

**ABSTRACT:** The collective organization of municipal public servants of Criciúma created in 1989 underwent a process of transformation both in relation to the union struggle, demands of demands as well as the profile of the category itself, because at the end of the 1990, the category ceased to be formed by a male majority to be a majority of professionals in the area of female education, and this group of female workers, in the year 2017, is the most representative among the members and representatives Of SISERP (Union of Workers of the Municipal Public Service of Criciúma and Region). This article seeks to analyze how this trajectory occurred, what factors contributed to the change of this professional profile and how this power takeover by professionals in the area of education.

**KEYWORDS:** Reconfiguration. Public server. Syndicalism. Criciúma.

### **Introdução**

O presente artigo visa analisar a trajetória da organização coletiva sindical dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma-SC, desde a formação da associação civil, denominada de ASSERP (Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma), sua posterior transformação no SISERP (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma e Região) e a reconfiguração da categoria, que teve seu perfil de braçal/masculino alterado para trabalhadoras do gênero feminino de escolaridade de nível médio e superior, predominantemente formado pelo grupo de professoras da rede municipal de ensino. A presente pesquisa vai analisar a tomada da entidade sindical pelas trabalhadoras

---

\* Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico na UNESC, professora do Curso de Direito UNESC, Procuradora do Município de Criciúma/SC. Membro do grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina-UNESC” e pesquisadora do grupo de pesquisa “Direitos Fundamentais do Trabalho e Políticas Públicas – UNESC”.

\*\* Pós Doutor e Doutor em História, professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pesquisador do CNPQ, membro do grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina”.

do setor de educação e como isso se deu, numa abordagem quanto à luta sindical e mobilização de classe social e às questões referentes a gênero.

A tomada da entidade sindical pelos funcionários públicos<sup>138</sup> da educação se deu em virtude de esta ter se tornado uma das maiores secretarias municipais em decorrência da realização de concurso público para o cargo de professor e de esses trabalhadores, que detinham a estabilidade no serviço público, se sentirem mais livres, sem medo e, portanto, à vontade em participar da luta sindical. O que, por sua vez, não aconteceu com o setor de saúde (que é de fato o maior setor em número de efetivo funcional), pois esses profissionais não eram, em sua maioria, concursados, mas sim contratados temporariamente para atender excepcional interesse público ou nomeados (equivocadamente, pois não prestavam serviços de chefia ou assessoramento) em cargo de provimento em comissão.

A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa bibliográfica e a análise de atas das assembleias do Sindicato da categoria. O escrito foi estruturado em dois momentos:

1) Primeiro é abordada a formação e a constituição do sindicato de servidores públicos municipais de Criciúma, como foi a trajetória da entidade desde a criação da associação de servidores (ASSERP) até a transformação desta em sindicato (SISERP), com a finalidade de identificar o perfil dos trabalhadores que ocupavam as entidades representativa dos trabalhadores.

2) Segundo, analisa-se os aspectos políticos, jurídicos e sociais que levaram à reconfiguração da categoria e à hegemonia dos professores na direção da entidade sindical e a organização coletiva dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma.

Independentemente do perfil do grupo que ocupou a entidade sindical, observa-se que a entidade sempre esteve em sintonia com as lutas sindicais dos demais segmentos econômicos do setor privado, que teve, nos anos de 1990, uma destacada atuação na região carbonífera de Criciúma. A categoria dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma pode ser identificada como um grupo combativo que cumpriu seu papel em defesa dos direitos fundamentais do trabalho garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 de modo autêntico, sem se submeter aos interesses do Paço Municipal<sup>139</sup>.

### **Constituição do sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma**

A organização coletiva dos trabalhadores do setor público em entidades sindicais, se analisada em relação aos trabalhadores do setor privado, se deu de modo tardio, pois foi somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 que foi possível a associação sindical desse tipo de trabalhador.

Porém, isso não significa dizer que tais trabalhadores estavam satisfeitos com sua condição de trabalho e salarial. Segundo Boito Junior (1991), no final dos anos 1970, com a abertura política e a eclosão de um sindicalismo distinto do até então existente (reprimido e atrelado ao interesse estatal), surgia o denominado Novo Sindicalismo<sup>140</sup> e tornava-se possível identificar uma incipiente, mas existente mobilização de trabalhadores do setor público inseridos nas lutas sindicais pela busca de melhores salários e condições de trabalho.

Porém, a trajetória para conquista da liberdade sindical (direito de associação, negociação salarial e greve) desses trabalhadores é completamente distinta da trajetória dos trabalhadores do setor privado. Essa conquista tardia é decorrente de lutas anteriormente

<sup>138</sup> O termo “funcionário público” é utilizado em narrativas até a data de 05 de outubro de 1988, posteriormente a esta data, a nova ordem constitucional passa a denominá-los de “servidor público”. Por sua vez, a OIT utiliza a denominação “trabalhador do setor público”, expressão esta que também aparece neste trabalho.

<sup>139</sup> Nome utilizado para designar o gestor público municipal.

<sup>140</sup> O movimento sindical denominado de “Novo Sindicalismo” é o sindicalismo que surge no final dos anos de 1970, com autênticas lideranças que até então estavam reprimidas pelo regime militar. “Depois de vários anos de repressão e controle durante a ditadura militar, deu-se, a partir de 1978, uma mudança de qualidade de luta de oposição no Brasil: ressurgiram as greves operárias com forte pujança, o que levou ao desenvolvimento, em fins da década de 1970, de um novo movimento sindical dos trabalhadores, denominado de ‘novo sindicalismo’ [...]”. (ANTUNES, 2011, p. 137).

travadas, sendo a organização sindical precedida pela associação civil, pois era a única forma do trabalhador do setor público se organizar coletivamente.

Em sintonia ao que acontecia em contexto nacional, paulatinamente, a organização civil desses trabalhadores deixava de ser meramente assistencial e recreativa e passava a ter caráter combativo e de luta. No entanto, até 1988, mesmo que houvesse mobilização e interesse coletivo em constituir um sindicato, era expressamente proibida a sindicalização de funcionários públicos, não restando alternativa a estes trabalhadores, senão a organização coletiva em associações de caráter civil.

Assim, era a partir desse momento que nascia, mesmo que não oficialmente, o sindicalismo no setor público, ou seja, por meio de entidades civis, a luta sindical era construída. E, em sintonia ao que acontecia nacionalmente, os trabalhadores do setor público municipal de Criciúma, que já estavam organizados coletivamente, poucos meses após a promulgação da CRFB, transformaram sua associação civil em entidade sindical (FELÍCIO, 2015).

Segundo Miranda (2013), a organização sindical dos trabalhadores da região de Criciúma é historicamente reconhecida, sendo a categoria dos mineiros a primeira que despontou no cenário local, pelo seu caráter combativo, remontando ao início do século XX com a da exploração do carvão mineral em Criciúma. Ao longo dos anos de 1940, os mineiros começaram a se organizar e, em 1944, era criada a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, transformada em Sindicato em maio de 1945.

O movimento sindical em Criciúma foi duramente atingido com o golpe civil-militar em 1964 e a instalação da ditadura civil-militar. Os sindicatos e movimentos sociais foram duramente castigados. Vários sindicatos sofreram intervenção estatal e, de combativos, passaram a serem órgãos de cooperação destinados apenas às atividades burocráticas e assistencialistas, sob a tutela do Ministério do Trabalho.

No contexto nacional, as mudanças foram se processando no final dos anos de 1970, com o início da abertura política, os crescentes protestos contra o regime militar, a pressão popular que recuperava sua força política e a retomada das organizações sindicais por legítimos representantes dos trabalhadores, até então contidos pela ditadura civil-militar. Segundo Sader (1978), no final dos anos de 1970, os movimentos de resistência à ditadura vinham crescendo em vários espaços. Foram se constituindo no período vários movimentos sociais que pediam o fim da ditadura. De uma igreja católica que havia apoiado o golpe militar, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base. Dos sindicatos que ficaram atrelados em 1964, surgia o Novo Sindicalismo. Nesses espaços, a sociedade foi se articulando e criando outros movimentos sociais que reivindicavam o fim da ditadura.

No Brasil, o direito à greve e à organização sindical dos servidores públicos foi reconhecido e efetivado somente com a Constituição Federal de 1988. Isso não impediu, mesmo sem a proteção legal, a organização dos servidores públicos. A Constituição de 1988 vai, portanto, incorporar as práticas que os trabalhadores do serviço público já vinham realizando mediante formas organização por eles forjados desde a década de 1970.

A estrutura sindical vigente no país até a Constituição de 1988 foi criada na década de 1930. Em 1931, foi criado o Ministério do Trabalho, e, nesse mesmo ano, o Decreto n. 19.770, a Lei de Sindicalização (GOMES, 2005, p. 163). A estrutura sindical criada no início do período Vargas estava alicerçada no seguinte tripé: unicidade sindical (sindicato único por categoria); Ministério do Trabalho no controle financeiro dos sindicatos (imposto sindical); reconhecimento oficial do sindicato<sup>141</sup>. Esta estrutura sindical do período Vargas – corporativista – se contrapunha ao movimento operário autônomo enraizado na classe trabalhadora brasileira desde o final do século XIX.

O corporativismo varguista buscou construir ideologicamente uma nova relação entre capital e trabalho em que o Estado assumia o papel de mediador, regulador, conciliador e

---

<sup>141</sup> Esta estrutura sindical foi chamada de Sindicalismo de Estado por Boito Júnior(1991).

harmonizador dos conflitos de classe. O Estado foi elevado à condição de sujeito que estava acima das classes e, portanto, tornava-se incompatível aos funcionários públicos almejarem uma forma de organização similar à classe trabalhadora (ARAÚJO, 1996; GOMES, 2005).

Aos trabalhadores do serviço público, era permitido no máximo a criação de associações com caráter recreativo, mutualista e cultural. Mas será no interior dessas associações, em grande parte criadas nos anos 1960 e 1970, que os trabalhadores do setor público realizarão o trabalho lento e persistente de construção das suas lutas e organizações de classe.

O ano de 1978 configurou-se em um marco no processo de organização dos servidores públicos, pois apareceram os primeiros sinais da transição das associações tradicionais para a organização de caráter sindical e de oposição política ao Estado militar. Para os trabalhadores do serviço público, a conjuntura de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia foram determinantes para despertar e se organizarem em sindicatos. Portanto, contribuíram no processo de organização sindical dos trabalhadores do serviço público a combinação da crise econômica, crise do Estado e transição política, que provocou o arrocho salarial e a precarização das condições de trabalho (NOGUEIRA, 1995). Em seus estudos, Leôncio Martins Rodrigues aponta também para os responsáveis no processo de expansão do sindicalismo no serviço público:

[...] concorreu o desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar com suas políticas sociais notadamente nas áreas de saúde e educação, onde o sindicalismo avançou consideravelmente. O crescimento numérico e a concentração de empregados em locais e agências públicas criavam, assim, as condições essenciais para o surgimento de um movimento sindical poderoso, tal como acontecera no passado entre os operários fabris. (RODRIGUES, 1997, p. 4).

O crescimento dos trabalhadores no serviço público esta também relacionado com o intervencionismo estatal responsável por atender as demandas crescentes da população, notadamente nas áreas da educação e da saúde. O atendimento dessas demandas levou ao aumento de impostos e encontrou resistência nos contribuintes “e que não foi capaz de acompanhar o aumento das despesas, o resultado foi não apenas uma deterioração dos serviços como também uma queda nos níveis salariais que estimulou as reivindicações, as movimentações sindicais e as greves” (RODRIGUES, 1997, p. 6).

A necessidade de ampliação dos serviços à população levou ao crescimento numérico dos trabalhadores do serviço público, mas também provocou um processo de desvalorização social e perda de status desses trabalhadores, levando “os funcionários e empregados a adotar formas de comportamento e de pressão que eram características de camadas sociais de mais baixa qualificação, especificamente dos trabalhadores de macacão e de mãos calejadas” (RODRIGUES, 1997, p. 6). Neste contexto, os trabalhadores do serviço público expandiram-se, foram desvalorizados, criaram seus sindicatos e articularam suas lutas: elevado número de greves e de jornadas de trabalho perdidas, em especial nos segmentos da educação e da saúde, pois “em 1987, mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público” (NORONHA, 1991, p. 101).

No contexto local, sempre em sintonia ao que acontecia nacionalmente, observa-se algo muito similar, as greves se generalizavam, exigindo melhores salários e, também, enfrentamentos ao regime militar, demonstrando que os movimentos sociais reivindicavam o fim da ditadura e das forças opressoras do regime militar (TRICHES; ZANELATO, 2015, p. 189-190).

Porém, os trabalhadores do setor público ainda não estavam inseridos nesse contexto de luta sindical. Em 1979, foi criada a associação civil dos servidores públicos municipais, denominada de ASSERP. Ainda sem nenhuma ligação com os movimentos populares e de esquerda, era basicamente formada por uma diretoria com integrantes que eram nomeados pelo gestor municipal, o que leva a afirmar que era ligada a interesses do “Paço Municipal”.



Para corroborar, assim narra Costa e Câmara (2014), em obra alusiva aos 25 anos da entidade sindical: “um grupo de pessoas ligadas ao governo municipal fundou no dia 10 de março a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma, a ASSERP.” (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 40). E quanto ao perfil da direção da associação dos servidores, a partir da leitura das atas das assembleias da ASSERP e da obra de Costa e Câmara (2014), pode-se afirmar que o primeiro grupo de trabalhadores que dirigiu a entidade de associação coletiva dos servidores públicos municipais tinha um perfil elitizado, de maioria masculina e com formação escolar (ensino médio ou superior).

Ao se analisar a trajetória da entidade sindical dos servidores públicos municipais de Criciúma, Costa e Câmara (2014) identificam dois momentos: um, que vai de 1979 a 1983, de caráter puramente recreativo e assistencial; e o outro, de caráter distinto, reivindicativo, que vai de 1983 até o ano de 1989, quando então a entidade civil é transformada em sindicato.

A partir das entrevistas realizadas, da consulta de algumas atas da associação e de recortes de jornais, podemos dividir a história da ASSERP em dois períodos: no primeiro, que inicia com a criação em 1979 e vai até 1983, estão presentes preocupações para consolidar a estrutura da associação, a organização de eventos recreativos e a assistência social, o que no entendimento do ex-presidente da ASSERP, Mauro Sônego (1981-1983): “uma associação era mais para a convivência entre funcionários.” No segundo momento, que inicia em 1983 e vai até 1989, percebe-se o aparecimento de ações que envolvem reivindicações salariais, melhores condições de trabalho e a posterior transformação da associação em sindicato. (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 40).

Embora a entidade associativa inicialmente tivesse caráter recreativo, a abertura política do regime militar fez surgir, no setor privado, autênticos líderes dos movimentos operários, e isso refletia no setor público; os então “funcionários públicos” também ansiavam por uma representatividade autêntica e de luta.

Miranda (2013) analisa a participação isolada de um grupo de motoristas “da prefeitura” numa greve deflagrada por trabalhadores do setor de transporte no ano de 1979. Quando a categoria dos trabalhadores em transporte de Criciúma e região deflagram greve, os motoristas “da prefeitura”, mostrando-se solidários e engajados à luta dos colegas de profissão e mesmo não integrando a mesma categoria profissional, se identificaram com a luta e se juntaram ao movimento paredista. Isso demonstra a unidade e o anseio desses trabalhadores em participar coletivamente de movimentos que os representassem legitimamente em busca de melhores condições de salário e trabalho.

A participação dos motoristas “da prefeitura” em uma greve que não era deles levou o prefeito municipal a intervir e se posicionar de modo enérgico, conduta típica do prefeito à época, Altair Guidi (1989-1982), que se manifestou argumentando que a lei não permitia greve no serviço público e demitiu parte dos grevistas (MIRANDA, 2013).

Esse fato, de adesão de trabalhadores do setor público em movimento grevista de colegas de profissão do setor privado, embora pareça um fato isolado, na realidade demonstra a necessidade de reconhecimento da organização coletiva dos trabalhadores também do setor público, pois, mesmo não pertencendo àquela base sindical, a ausência do direito de associação sindical aliada à necessidade de se posicionar diante das lutas idênticas e de buscar uma condição de trabalho mais digna, identificava esses trabalhadores, ainda que em segmentos tão distintos (FELICIO, 2015).

Paulatinamente, os trabalhadores mais combativos foram ocupando o espaço existente, que naquele momento era a associação recreativa, a ASSERP. E, para que esta mudasse seu caráter recreativo e assistencialista para um caráter reivindicativo, não foi difícil, bastou a mudança da gestão municipal, com novos associados, oriundos do novo governo municipal. No ano de 1982, quando José Augusto Hülse (1983-1988) ganhou as eleições para prefeito municipal de Criciúma, um novo perfil de associado se criou.

Sem adentrar nas discussões acerca da eleição de 1982, que elegeu José Augusto Hulse, importa para nós neste trabalho mostrar que a ASSERP recebeu uma nova leva de associados e membros da diretoria que vieram do grupo ligado, de certa forma, à liderança de Lírio Rosso, que compôs o governo de Hulse. Quem era esse grupo? Algumas pessoas trabalhavam no Pátio de Máquinas e vinham dos bairros organizados da cidade. Outras e, talvez os grupos que fizeram a diferença em termos de compreensão de luta sindical, foram os que trabalhavam na Secretaria de Educação, como professores e o grupo da Secretaria de Saúde. (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 44).

Esses novos trabalhadores vinham de movimentos de bairros organizados, pois, nesse contexto político, não somente o movimento sindical ressurgia organizado, mas todos os movimentos sociais contidos e silenciados nos anos de ditadura civil-militar. Pode-se afirmar que esse segundo grupo de trabalhadores que dirigiu a entidade de associação coletiva dos servidores públicos municipais tinha um perfil mais proletário, eram oriundos de movimentos sociais, de maioria masculina e com pouca formação escolar, mas que a presença de profissionais do magistério com compreensão de luta sindical, ainda que incipiente, já era percebida na entidade.

Em 1980, já é possível identificar a diversidade de associados da ASSERP (posteriormente filiados ao SISERP) e, segundo a narrativa de Arcelino Valença (presidente da ASSERP à época e primeiro presidente do SISERP), muitos trabalhadores eram lotados no pátio de máquinas, ou seja, uma maioria formada por trabalhadores braçais:

Em fevereiro, dia 12 de fevereiro de 1988, aliás 1989, nós fundamos o Sindicato e aí partimos pra organizar o servidor em torno de sua reivindicação, quer dizer, reivindicar o quê? Aumento de salário, um pouco a maneira de trabalho na prefeitura e nos setores, porque daí nós tínhamos vários setores. Eu fazia parte do Setor do Pátio de Máquinas, que a minha profissão é motorista.

O Pátio era o lugar mais difícil que nós tínhamos devido às várias especialidades de servidores que havia ali. Por exemplo, tinha o mecânico, tinha o motorista, o operador, tinha o pedreiro, tinha o servente, tinha o ajudante de operador, o ajudante de mecânico, enfim, tinha os marceneiros todas essas categorias. Tudo girava ou funcionava, melhor dizendo, dentro do sindicato, quer dizer, iam tudo para o sindicato, tanto quanto iam reivindicar na prefeitura. Você ia reivindicar para todos, todos os setores. Era mecânico e era difícil, até porque tinham na prefeitura e eram funcionários públicos, o pessoal do pátio, da parte burocrática que, nós dizíamos, do Paço Municipal, essas são as pessoas que trabalhavam, no teatro, pessoas que trabalhavam ou eram cedidas para o fórum, para o DETRAN, para o INSS, tudo era ligado na prefeitura. Daí você teria que reivindicar salário para essas pessoas. Tinham também as professoras, que eram difícil porque elas tinham estatuto (próprio) do magistério. Então tínhamos uma parte. Para resumir, uma parte celetista, uma parte estatutária. O contrato de trabalho era feito uma parte celetista regida pela Consolidação da Lei de Trabalho e outra pelo Estatuto dos Servidores, aí era difícil, era muito difícil. (VALENÇA, entrevistado em 2000, apud FELICIO, 2015).

Neste contexto sociopolítico e econômico de início dos anos 1980, o Estado ainda realizava diretamente todos os serviços públicos, como os de manutenção dos prédios públicos, limpeza e coleta de lixo urbana, dentre outros serviços. Para isso, era necessária a contratação de muitos trabalhadores braçais, daí a presença de muitos Motoristas, Operadores de Máquinas, Pedreiros, Serventes, Ajudantes, Marceneiros, dentre outros profissionais braçais.

Quanto à conjuntura política, de certo modo, o governo do prefeito municipal José Augusto Hülse, do PMDB (1983-1988), era a esquerda que se manifestava à época e o novo perfil associativo da ASSERP refletia esse governo e se coadunava com a linha política por ele instituída. Neste período, o PMDB local buscava fazer um trabalho de formação política, de informação e militância política (TEIXEIRA, 1999). Na, mesma linha Felício argumenta que:

Havia um forte incentivo para a organização de entidades extrapartidárias e também de formação política, como a realização de palestras e de cursos, bem como a inserção dos militantes em todas as entidades que pudessem se introduzir como sindicatos, movimento estudantil, associações de bairros, dentre outras entidades. Assim, a tomada da direção se dava pelos funcionários públicos engajados em movimentos sociais e populares, que viam na associação de servidores um espaço de luta, ainda mais com o forte movimento sindical existente na cidade; o caráter assistencialista e recreativo da entidade muda, passando a entidade a ter um perfil reivindicativo. (FELÍCIO, 2015, p. 43).

Definitivamente, a ASSERP era outra, completamente distinta daquela que tinha o objetivo inicial de recreação e assistência social, não era mais uma extensão do Paço Municipal. Era, agora, de fato, uma legítima entidade representativa dos trabalhadores e a porta-voz dos funcionários públicos junto ao gestor municipal de 1982 a 1989, quando se transformou em entidade sindical.

O momento era de pressão dos trabalhadores do setor privado, tanto no âmbito nacional quanto local, o país estava em ebulição política, as greves gerais acontecendo a todo o instante, ou seja, era a nova forma de fazer sindicalismo (Novo Sindicalismo) ganhando força e espaço. E tais lutas, tão fortemente organizadas, acabaram por refletir também no setor público e a única forma dos trabalhadores do setor público se organizarem coletivamente, as associações civis, já não mais satisfazia, fazendo com que estes trabalhadores pressionassem as lideranças políticas para a inserção dos trabalhadores do setor público no sistema sindical. A pressão e a organização dos então funcionários públicos deu resultado, pois os constituintes sucumbiram à pressão e incluíram a sindicalização dos servidores públicos e o exercício do direito de greve como garantias constitucionais no texto da nova Constituição Brasileira.

Boito Junior (1991) faz uma importante análise ao afirmar que o sindicalismo no setor público já existia de fato e de modo autêntico, antes mesmo da sua inclusão no modelo estatal brasileiro, pois era livre e independente do Estado. O fato de não estar inserido no sistema confederativo, eis que constituído como associação civil, mesmo que desempenhando todas as funções de sindicato no que se refere à organização dos trabalhadores, representatividade, negociação salarial, dava a esse movimento um legítimo caráter de sindicalismo livre, mesmo não sendo reconhecido como tal, pois o simples fato de não ser mantido com contribuição confederativa, mas por contribuições espontâneas, e sem a interferência e controle estatal, os tornava mais livres e independentes, diferentemente do que acontecia com as entidades sindicais atreladas ao Estado.

Porém, a luta dos trabalhadores era pelo reconhecimento como entidade sindical. E esse reconhecimento veio em 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, que garantiu aos servidores públicos a liberdade sindical, onde estão embutidas três liberdades: de associação, de greve e de negociação.

Assim, nesse contexto histórico, há uma grande expansão sindical, fazendo surgir centenas de sindicatos, em decorrência principalmente da transformação das associações de funcionários públicos em sindicatos de servidores públicos, que se deu em virtude da garantia constitucional de

associação sindical dos servidores públicos, elencada no art. 37, VI da CRFB<sup>142</sup>. (FELICIO, 2015).

Para Nogueira (2013), tal conquista há de ser analisada com ressalvas, pois trouxe reconhecimento legal, mas não trouxe nenhuma obrigação estatal, principalmente no que se refere ao sistema de negociação e de solução de conflitos salariais. Portanto, a sindicalização do trabalhador do setor público ampliou consideravelmente as possibilidades de organização coletiva dos trabalhadores. Foi concedido e reconhecido o meio de organização, mas não a forma pela qual tais garantias seriam firmadas com os respectivos entes públicos.

E, tão logo foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, as associações civis de servidores públicos passaram a ser transformadas em entidade sindical, sendo que em Criciúma não foi diferente. Em 02 de fevereiro de 1989, ASSERP passou a se denominar SISERP.

E poderia ter ocorrido até antes, se percalços criados pelo presidente da associação não tivessem causado atrasos nessa transformação. Segundo Costa e Câmara (2014), o então presidente da ASSERP, Arcelino Valença (que teve como promessa de campanha a transformação da associação em sindicato), não o fez do modo esperado, gerando conflito e divisão da categoria. Ao ser constitucionalizado o direito de sindicalização, deveria o presidente da ASSERP realizar o procedimento legal para sua transformação, mas ele “não teria seguido os passos legais para o registro do sindicato.” (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 50).

Isso gerou descontentamento e insatisfação na categoria, que já contava com um expressivo número de profissionais do magistério que também queriam estar inseridos nas lutas da entidade sindical, mas que não se sentia representados e estavam insatisfeitos com a condução do presidente da entidade. Então, iniciaram um movimento denominado de “Comissão Pró-Sindicalismo” e, sob o comando da segunda vice-presidente da ASSERP, Regina de Fátima Teixeira Felisberto, por sua conta própria encaminharam a registro outro sindicato, criando assim um problema jurídico, dois sindicatos idênticos na mesma base territorial. O que fere o princípio da unicidade sindical, um dos poucos itens de controle estatal que se manteve com a nova Constituição da República. A unicidade sindical significa que somente uma entidade sindical pode existir em determinada base territorial, que foi mantida com limite mínimo de um município<sup>143</sup>.

Assim, passaram a existir dois sindicatos que representavam os servidores públicos municipais: um era decorrente da transformação da associação em sindicato; e o segundo, criado por um grupo de servidores públicos descontentes com a forma como o presidente estava conduzindo a transformação da entidade. O presidente da ASSERP, Arcelino Valença, via-se como o legítimo representante da categoria, não querendo nem ao menos dialogar com o outro grupo. O outro grupo, por sua vez, liderado por uma professora da rede pública, era ligado ao magistério municipal e às correntes de esquerda. Essa disputa interna e pública, onde as duas entidades se entendiam legítimas representantes dos servidores públicos, foi discutida em quatro assembleias de servidores. Mas somente na 4ª Assembleia dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Criciúma/SC, ficou determinado um plebiscito com voto secreto e a retirada do SITRASP da sua documentação de legalização e de proposta de dissídio e acordou-se que formariam uma chapa de oposição na eleição do SISERP.

Com esse encaminhamento da assembleia, o grupo de trabalhadores que não se identificava com a conduta da entidade sindical sob o comando de Arcelino Valença fez uma chapa de oposição para a eleição do SISERP, realizada em abril de 1990, na qual 604

<sup>142</sup> “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) [...] VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; [...]”. (BRASIL, 1988).

<sup>143</sup> “Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: [...] II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município [...]”. (BRASIL, 1988).

servidores públicos votaram, sendo que a Chapa 1 ganhou 75 votos e a Chapa 2 (oposição) obteve 518 votos, tendo este pleito, ainda, 5 votos brancos e 6 nulos. A diretoria do SITRASP, quase na sua integralidade, assumiu a direção do SISERP, sob a presidência do servidor público Adão Goulart (LIVRO ATAS DO SISERP, 1990).

Surge aqui um terceiro perfil da direção do SISERP, de militância de esquerda, formada por trabalhadores braçais, com a presença de muitas professoras, mas ainda de predominância masculina<sup>144</sup>. Este grupo fez nascer um novo tipo de sindicalismo para os servidores públicos municipais de Criciúma-SC, com uma diretoria com “três frentes de atuação: mobilização da categoria para conquistar novos direitos, proteção e assistência aos trabalhadores do setor e a participação efetiva na sociedade como forma de ampliação da luta de classes.” (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 59).

### **Reconfiguração da categoria e hegemonia dos professores**

A tomada do SISERP por legítimos representantes dos trabalhadores fez com que outras disputas (internas, inclusive) passassem a ser travadas. Também, além dessas disputas internas, a cada nova política econômica implantada pelo governo federal ou mesmo a cada nova gestão municipal, a categoria sentia os impactos das mudanças, mudanças essas, inclusive, no que se refere ao papel do Estado na execução e cumprimento das políticas públicas, que diretamente refletiram nos serviços públicos e consequentemente nos servidores. E os servidores do município de Criciúma também são atingidos por este processo de transformação.

A reconfiguração da categoria, tanto no que diz respeito ao seu perfil socioeconômico, como no que se refere ao grupo no comando da entidade, tomado pelas trabalhadoras da área da educação, foi um dos desdobramentos da política neoliberal<sup>145</sup> implementada nos anos 1990.

Isso se deu em decorrência do contingente de professores efetivados no serviço público por meio de concurso público, que exigiam da entidade sindical uma maior atenção às suas demandas, as quais eram distintas das dos demais servidores, mas que não eram observadas a contento nas negociações salariais. Por essas demandas estarem sendo relegadas a segundo plano, devido a direção sindical ser formada por uma maioria masculina e braçal oriunda de trabalhadores do Pátio de Máquinas, havia um descontentamento geral desse grupo de trabalhadores. O foco da entidade sindical era o que denominavam de “Pessoal do Pátio”, o que levou a um descontentamento e tomada da entidade pelos professores.

Mas esse fator, por si só, não foi o responsável pela tomada da entidade, pois essa conquista por tão longa data não foi planejada e nem decorrente de uma estratégia de luta desses profissionais. Na realidade, num primeiro momento, era uma necessidade fortalecer a representatividade dos profissionais do magistério na luta sindical. A hegemonia dos professores no sindicato dos servidores municipais de Criciúma se deu pelo esvaziamento do grupo de trabalhadores do Pátio de Máquinas, em razão da redução considerável do quadro de servidores braçais ou de baixa escolaridade com a terceirização dos serviços públicos que levou a limpeza urbana, a manutenção dos prédios públicos e a coleta de lixo urbano para a reponsabilidade do setor privado. O setor de educação tornou-se um dos maiores grupos de servidores. E o espaço deixado vago na luta sindical pelos servidores dispensados veio a ser ocupado pelos que ali permaneceram, como os profissionais do magistério e alguns da área da saúde e do setor administrativo.

---

<sup>144</sup> A chapa vencedora do pleito eleitoral (Chapa II), realizado em 04 de abril de 1990, era composta de 21 mulheres e 26 homens (COSTA; CÂMARA, 2014, p. 55).

<sup>145</sup> O neoliberalismo foi uma política econômica adotada no Brasil durante os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, que atendeu aos interesses econômicos internacionais, em especial aos do Fundo Monetário Internacional (FMI), e teve sustentação sobre três pilares: desregulamentação do mercado de trabalho e supressão de direitos sociais; privatização das estatais; e abertura comercial com a desregulamentação financeira. (NEGRÃO, 1998).

Isso leva a afirmar que a categoria dos servidores públicos municipais de Criciúma dos anos 1980 era distinta da categoria dos servidores dos anos 1990, que, por sua vez, também é distinta da categoria dos anos 2000. Nos anos 1990, com a implantação de políticas neoliberais de cortes de gastos públicos que resultou em privatizações e em terceirizações dos serviços públicos não considerados atividades fins do Estado, esses serviços passaram a ser prestados por empresas privadas por meio de concessões públicas ou mesmo de terceirizações dos serviços públicos.

Como resultado, a categoria dos trabalhadores do setor público do município de Criciúma se tornou fragilizada, pois, além da redução do número de trabalhadores, os meios de pressão (que eram paralisações de alguns serviços essenciais) também foram terceirizados. Um eficaz meio de pressão terceirizado pelo gestor municipal foi a coleta de lixo urbano, considerado um eficaz meio de pressão, visto que, quando eram deflagradas greves, a coleta do lixo urbano era um dos primeiros serviços a serem suspensos, pois, se os caminhões não saíssem para coletar o lixo, haveria uma forte cobrança da população para que o gestor público realizasse acordo com os grevistas e assim findasse a greve. Era uma estratégia que se mostrava muito eficaz para pressionar o gestor público a negociar aumento de salários e melhores condições de trabalho.

Ao mesmo tempo em que o setor de serviços encolhia, o setor de saúde e de educação crescia no município. Isso em razão de a Constituição da República Federativa do Brasil ter ampliado a competência e as atribuições dos entes públicos municipais, ficando os municípios com a responsabilidade da atenção básica na área da saúde, o que aumentou consideravelmente a responsabilidade dos municípios e passou a exigir um expressivo número de servidores públicos atuando nesse setor. O mesmo aconteceu com a Educação que, do mesmo modo que a Saúde, é de responsabilidade compartilhada nas três esferas de governo, uma vez que compete aos municípios a responsabilidade pelas séries iniciais até o Ensino Fundamental II, sendo de sua competência proporcionar creches, pré-escolas e o Ensino Fundamental.

Isso fez surgir uma nova demanda e uma reconfiguração nas estruturas administrativas municipais, pois essas novas políticas públicas, ao ampliarem a responsabilidade dos entes públicos municipais, exigiram a contratação de mais mão de obra qualificada na área educacional. Na área da saúde, passou-se a ser exigido o cumprimento da norma Constitucional e, em 1990, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), com a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que é a Lei Orgânica da Saúde (LOS), norma essa que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Foi a partir da sanção dessa lei que os municípios ganharam nova responsabilidade quanto à gestão básica em saúde. Tornou-se, então, necessária a contratação de muitos novos profissionais da área para uma série de carreiras, como auxiliares de enfermagem (cargo em extinção, que foi substituído pelo técnico em enfermagem), enfermeiros, médicos, dentistas, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais, dentre outras áreas do conhecimento consideradas como profissionais da área da saúde. Mas, por muitos anos, não se realizou concurso, valendo-se da permissão legal disposta no art. 37, inciso IX, da CRFB<sup>146</sup>, que possibilita a contratação por tempo determinado para excepcional interesse público (BRASIL, 1990).

Analisando sob o aspecto da luta sindical, verifica-se que o aumento de trabalhadores no setor de saúde não fez muita diferença para a entidade sindical, pois o perfil desses profissionais, seja pela precariedade de seus vínculos, ou mesmo pela natureza de suas atividades, considerados mais elitizados como médicos e dentistas, não houve muito interesse na luta sindical.

Por sua vez, na educação algo muito distinto aconteceu. A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, exigiu uma reestruturação nessa

---

<sup>146</sup> “Art. 37 [...] IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.” (BRASIL, 1988).

esfera. Até então, a educação já era a área que mais concentrava servidores efetivos, com acesso ao cargo público por meio de concurso público, na estrutura da administração pública municipal de Criciúma. A LDB passou a exigir, além do cumprimento da norma constitucional, de acesso ao cargo de professor somente por concurso público, também a criação de um plano de cargos e de salários com progressão vertical e horizontal do professor efetivo, com permanente aperfeiçoamento. O que qualificou e fortaleceu ainda mais essa categoria (BRASIL, 1996).

Tais obrigações legais, de criação de planos de cargos e salários, bem como de progressões na carreira, exigiram e levaram esse grupo de trabalhadores à organização, qualificação e reestruturação da educação, resultando, assim, na inclusão das profissionais do magistério nos espaços vazios deixados pelos trabalhadores dispensados do Pátio de Máquinas.

Posto isso, faz-se uma digressão sobre a presença das mulheres na força de trabalho no setor industrial. Essa presença foi crescendo entre as décadas de 1970 e 1980, e, concomitante a esse crescimento, ocorreu também um aumento significativo da sindicalização das mulheres. Na explicação para esse crescimento destacam-se: o processo de renovação na prática sindical ocorrido a partir de meados de 1970 e os movimentos de mulheres, surgidos em especial por volta de 1975 (esse ano foi considerado pela ONU como Ano Internacional da Mulher). Exemplos desses movimentos foram as mulheres que se organizaram em torno das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, o Movimento das Mulheres pela Anistia, os movimentos de bairros, movimentos de lutas por berçários e creches, grupos de mães, significativa participação das mulheres nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos pela melhoria da saúde, dos transportes, os grupos que trouxeram para o debate a questão dos direitos de homens e mulheres (SADER, 1988; SOUZA-LOBBO, 1991).

As trabalhadoras participaram ativamente, no período de 1970 a 1980, das lutas sindicais, na resistência interna nas fábricas e nas mobilizações, mas a participação nos espaços deliberativos em reuniões e direção avançou muito pouco, mesmo no Novo Sindicalismo. O sindicalismo brasileiro no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 passou por intensas transformações. Destacam-se deste período as grandes mobilizações, as greves, novas formas de luta que foram compondo as práticas desse “novo sindicalismo” que se denominava classista, autêntico e combativo. Neste contexto de mudanças foi criado, em 1980, o PT e, em 1983, a CUT. Foi nesse processo de consolidação do Novo Sindicalismo enquanto sujeito que as questões de gênero passaram a ter importância no movimento sindical (ARAÚJO; FERREIRA, 2000). Portanto, foi no contexto do Novo Sindicalismo que as mulheres passaram a ganhar espaço na esfera sindical, passando a constar das pautas, orientadas pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisava considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas.

Entretanto mesmo que as mulheres tenham conquistado espaço na esfera sindical, isso ainda não se refletiu no percentual de trabalhadoras sindicalizadas e também nos postos de comando. Dados do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2009) atestam a divisão sexual do trabalho e a disparidade na participação de homens e mulheres. O percentual dos trabalhadores sindicalizados por setor da economia e sexo aponta que os homens eram maioria na agricultura (60,7%), na indústria (73,9%), na construção (93,7%), no comércio e reparação (58,6%), no transporte, armazenagem e comunicação (85,5%), na Administração Pública (60,6%); as mulheres eram/são maioria apenas na educação, saúde e serviços sociais (77,6%) e nos serviços domésticos (86,7%) (BERTOLIN. KAMADA, 2012, p. 40).

No que tange aos índices de mulheres que ocupam os cargos de “poder, mando e decisão” dentro dos sindicatos ainda são muito pequenos. Destaca-se, como exemplo, a presença das mulheres em cinco centrais sindicais. Nas diretorias das centrais sindicais, observou-se que os presidentes e vice-presidentes nos anos de 2013 e 2014, em termos de percentual, estavam assim distribuídos: Central dos Trabalhadores (CTB), 2013 – uma mulher

(20,0%), quatro homens (80,0%), 2014 – uma mulher (16,7%), cinco homens (83,3%). Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2013 – uma mulher (50,0%) e um homem (50,0%), 2014 – uma mulher (50,0%) e um homem (50,0%). Na Força Sindical (FS), 2013 – duas mulheres (13,0%), 14 homens (87,0%), 2014 – duas mulheres (8,3%) e 22 homens (91,7%). Na Nova Central dos Trabalhadores (NCST), 2013 – nenhuma mulher (0,0%) e nove homens (100%), 2014 – nenhuma mulher (0,0%) e onze homens (100%). Por fim, na União Geral dos Trabalhadores (UGT), 2013 – nenhuma mulher (0,0%) e treze homens (100%), 2014 – nenhuma mulher (0,0%) e treze homens (100%) (CENTRAIS SINDICAIS. SPM, 2015, 2013).

Uma explicação para essa situação é que do ponto de vista ideológico, há resistência de boa parte dos sindicalistas, em especial do sexo masculino, no que tange às políticas de gênero. Essas se manifestam de diversas maneiras, como, por exemplo: a concepção tradicional no qual o campo da política é masculino, os homens configuram-se nos principais sujeitos políticos e as mulheres na condição de participantes secundárias quando participam; as reivindicações relacionadas às questões de gênero eram/são renegadas com a velha retórica de que impõe a “quebra de unidade da classe”. As reivindicações relacionadas a questões de gênero, quando definidas, buscam ser enquadradas a partir de concepções que definem as mulheres especialmente na condição de mães (SOUZA-LOBBO, 1991).

Com o exposto nas décadas de 1970 e 1980, observou-se o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, mas, nesse processo de inclusão das mulheres, constatou-se que sua incorporação como força de trabalho ocorreu de acordo com os interesses do capital, que reconfigurou uma nova divisão sexual do trabalho. “Nas áreas onde é maior a presença de capital intensivo, de maquinário mais avançado, predominam os homens. E nas áreas de maior trabalho intensivo, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres...”. (ANTUNES, 2002, p. 202). A presença feminina atualmente é maior em diversas áreas, em especial aquelas no qual a remuneração é menor, o trabalho é parcial e que possivelmente ocorre em decorrência da “dupla jornada” (ANTUNES, 2002).

Com o expressivo crescimento do trabalho feminino em diversos países avançados e na América Latina, fica evidente o processo de “feminização do trabalho”. Entretanto quando se observa a questão salarial, este crescimento aponta para um movimento inverso, pois a remuneração das mulheres em geral é inferior a dos homens, correspondendo a cerca de 60% do seu salário (ANTUNES, 2008, p. 17). Nesta perspectiva, o trabalho feminino vem sendo marcado por um processo que junta exclusão e “inserção excluída”. Observa-se a maior concentração das mulheres em setores e postos de trabalho mais precários, com remunerações menores, pouca qualificação profissional e uso da tecnologia. Este processo dificulta sua ascensão e acentua divisão sexual do trabalho (POSTHUMA. LOMBARDI, 1997).

Mesmo banida pelo ordenamento jurídico, verifica-se uma exclusão que ocorre através de práticas que ainda se fazem presentes em diversos setores da atividade econômica. A “inserção excluída” ocorre com a presença das mulheres no espaço de trabalho, ocupando postos que em geral são precários, e raramente alocadas em cargos de chefia. A desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres no trabalho tende a se refletir em desvalorização das mesmas nos sindicatos (SOUZA-LOBBO, 1991). Esta condição pode levar as mulheres a apresentar pouco ou nenhum sentimento de pertença – não se sentirem incluídas.

No que se refere aos trabalhadores do serviço público, destaca-se que a área da educação é majoritariamente ocupada por mulheres. Segundo Crispim (2014):

A feminização do Magistério, em especial nas séries iniciais, foi reforçada, entre outros, pelos atributos introjetados à mulher, como sendo parte de vocações femininas como maternidade e cuidado aos filhos, além de que o magistério era considerado uma continuidade do trabalho do lar. No decorrer das primeiras décadas do século XX, o magistério representou a única carreira aberta às mulheres Estudos apontam que as mulheres compõem a



maioria dos docentes da Educação Infantil, enquanto estão, proporcionalmente, em minoria no Ensino Superior. (CRISPIM, 2014, p. 47).

A feminização do magistério é trazida nesse estudo para justificar o perfil do sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma no final dos anos de 1990, onde a presença de mulheres na rede pública municipal de ensino é de esmagadora maioria, e, sendo a entidade sindical ocupada por este grupo. Um quarto e último perfil de dirigentes sindicais do SISERP pode ser aqui descrito, ou seja, um grupo de militância de esquerda, formada por profissionais da área da educação de maioria feminina com curso superior.

**Quadro 1 – Numero de filiados atuais, com gênero, escolaridade e data de filiação.**

<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Década em que foi filiado (a)</b>	<b>Número de filiados</b>
<b>Feminino Total 1.154</b>	Fundamental Total 276	1990	06
		2000	37
		2010	233
	Médio 125	1990	23
		2000	29
		2010	73
	Superior 573	1990	75
		2000	191
		2010	487
<b>Masculino Total 307</b>	Fundamental Total 197	1990	32
		2000	38
		2010	127
	Médio Total 57	1990	08
		2000	10
		2010	39
	Superior Total 53	1990	09
		2000	19
		2010	25

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região – SISERP (2017).

Como fica evidenciado no quadro exposto, a maioria dos filiados no período das décadas de 1990, 2000 e 2010 eram/são do sexo feminino, ou seja, correspondiam/em a 1.154, enquanto que, no mesmo período, do sexo masculino eram/são 307 filiados. Outro dado relevante diz respeito à quantidade de filiados do sexo feminino com formação superior, que correspondia em/a 573, sendo 487 filiados na década de 2010; enquanto o sexo masculino totalizava apenas 53 filiados com formação superior nas três décadas. Destaca-se ainda que, no mesmo período, foram aposentados 123 filiados do século feminino e 43 do masculino (SISERP, 2017).

**Quadro 2 – Quadro das greves no serviço público municipal de Criciúma-SC**

Ano	Data/duração	Presidente ASSERP/ SISERP	Prefeito / Partido
1986	19/08/1986 a 26/08/1986 (8 dias)	Arcelino Valença	José Augusto Hülse PMDB
1988	12/10/1988 a 20/10/1988 (9 dias)	Arcelino Valença	José Augusto Hülse PMDB
1990	12/06/1990 a 19/06/1990 (8 dias)	Adão Goulart	Altair Guidi PDS
1990	09/10/1990 a 23/11/1990 (45 dias)	Adão Goulart	Altair Guidi PDS
1993	09/08/1993 a 13/08/1993 (5 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1994	09/05/1994 a 23/05/1994 (15 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1995	10/05/1995 a 25/05/1995 (16 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1996	13/05/1996 a 24/05/1996 (12 dias)	João Alves	Eduardo Pinho Moreira PMDB
1997	23/05/1997 a 20/06/1997 (27 dias)	João Alves	Paulo Roberto Meller PMDB
2003	12/05/2003 a 27/05/2003 (16 dias)	Maria das Dores Argente Vieira	Décio Gomes Góes PT
2009	18/05/2010 a 25/05/2010 (8 dias)	Maria Bárbara Teixeira Righetto	ClesioSalvaro PSDB
2013	04/06/2013 a 08/06/2013 (5 dias)	Maria Bárbara Teixeira Righetto	Márcio Búrigo PP

1992: Greve branca – servidores trabalhavam parte da jornada e paralisavam suas atividades no outro período.

Fonte: Felício (2015, p. 68 -69).

O quadro evidencia as greves dos trabalhadores do serviço público no município de Criciúma no período de 1986 a 2013. A primeira greve realizada pelos trabalhadores foi na condição de associação, ASSERP – Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma, que, em 1989, foi transformada no SISERP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Criciúma e Região, logo após a promulgação da Constituição de 1988. O quadro revela que, a partir de 2003, as professoras assumiram a direção da entidade, mas, conforme Felício (2015), nas eleições de 1990, as professoras fizeram uma composição que elegeu Adão Goulart para a presidência do sindicato.

A análise que se faz desse momento é que o sindicato passa a ter um perfil combativo, com uma maioria ligada aos profissionais do magistério. Em que pese ainda não tenha um professor na presidência da entidade, mas um trabalhador do pátio de máquinas, a vice-presidente e boa parte da diretoria eram do magistério, grupo este que até hoje se mantém preponderante na entidade. E isso se reflete ao longo da trajetória da entidade, em que serão observados, em muitos momentos, ganhos salariais diferenciados para o grupo do magistério. (FELÍCIO, 2015, p. 47).

Por fim, o quadro e a citação apontaram para o predomínio dos quadros do magistério na condução e direção do SISERP que, após as eleições de 1990, passou a fazer parte da CUT e constituiu-se em um dos principais sindicatos de Criciúma e região, na luta por direitos dos trabalhadores. O quadro aponta ainda para as greves realizadas no período e em qual governo ocorreram. Analisá-las individualmente, as tensões com os gestores municipais e

suas conquistas, extrapolaria o objetivo do artigo. Assim, essas questões ficam para outro escrito.

Portanto, a categoria que nasce com um caráter recreativo e assistencial, formada por um grupo de maioria masculina e elitizada, é, ao longo da trajetória da organização coletiva dos trabalhadores do setor público municipal de Criciúma, reconfigurado, tendo como resultado a hegemonia dos profissionais da área da educação, de maioria feminina, na direção da entidade sindical.

## **Conclusão**

Desde a criação da ASSERP, quatro grupos distintos podem ser identificados na direção da entidade sindical. O primeiro grupo que dirigiu a entidade de associação de caráter civil dos servidores públicos municipais tinha um perfil elitizado, de maioria masculina, com formação escolar que trabalhavam no setor administrativo da Prefeitura Municipal de Criciúma.

O segundo grupo, ainda enquanto associação civil, tinha um perfil mais proletário oriunda de movimentos sociais, de maioria masculina e com pouca formação escolar, sendo que a presença de profissionais do magistério com compreensão de luta sindical já era percebida na entidade.

O terceiro grupo, agora já como entidade sindical legalmente constituída (SISERP), era formado por um grupo com militância de esquerda, com alguns trabalhadores braçais, mas com maior presença da área administrativa, saúde e professores, mas ainda de predominância masculina.

O quarto e último perfil de dirigentes sindicais do SISERP pode ser descrito como um grupo de militância de esquerda, formado por maioria absoluta de profissionais da área da educação, de maioria feminina com formação superior.

Portanto, a tomada da direção sindical pelos profissionais da área do magistério não se deu somente por uma estratégia de poder do setor de educação, mas por um vazio de lideranças deixado pelo setor que anteriormente predominava na entidade, no caso, o setor de obras e serviços. Pois, ao mesmo tempo em que crescia o setor da educação, aquele era reduzido a um quadro mínimo, em virtude da terceirização dos serviços públicos, principalmente os mais braçais, como a coleta de lixo urbana, a manutenção e a limpeza dos prédios, bem como o serviço de vigilância. Também essa hegemonia se deu por ser um dos primeiros setores a realizar concurso público para preenchimento dos cargos públicos, o que dava maior segurança para aqueles que ousavam se envolver nas lutas sindicais.

O presente trabalho demonstrou que a categoria dos servidores públicos municipais de Criciúma passou por várias transformações, porém, mesmo tendo seu perfil reconfigurado, não perdeu seu caráter combativo de luta. Desde a primeira greve, no ano de 1986, a coesão e a força dos trabalhadores se manteve, ou seja, ao analisarmos cada greve, paralisação ou mesmo as negociações salariais anuais, verifica-se o caráter combativo da categoria, que pode ser identificado nas mais diversas manifestações coletivas do sindicato dos servidores públicos municipais de Criciúma. Independentemente do perfil profissional que tenha a categoria, se masculina ou feminina, braçal ou intelectualizada, a exceção do primeiro grupo que ocupou a entidade, em todas elas se observa que as lutas se mantiveram autênticas e uníssonas.

## **Referências**

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. 18. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: A nova era da precarização do trabalho?. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (Orgs.). **Condições do trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: Época, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CRICIÚMA (ASSERP); SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE CRICIÚMA E REGIÃO (SISERP). Livros Atas - **Livro 01** - Capa branca com detalhes azuis. Aberto em 10 de março de 1979, com 50 páginas, atas de 10/08/1979 a 01/10/1988.

\_\_\_\_\_. **Livro 02** - Capa preta. Aberto em 03/12/1988, com 100 páginas, atas de 03/12/1988 até 14/09/1995.

\_\_\_\_\_. **Livro 03** – Capa preta. Aberto em 10/03/1996, com 100 páginas, atas de 15/03/1996 até 13/05/2015.

AUGUSTO. Ilnah Toledo. **Sindicalismo no setor público**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: LTR, 2008.

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.) **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34; CEDEPLAR; UFMG, 2000. p. 309-346.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 28-52, jan./jun. 2012.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNICAMP, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.080, de 19/09/1990**. Lei Orgânica da Saúde – LOS. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:<<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COSTA, Marli Oliveira; CÂMARA, Mauricio Ruiz. **25 anos de organização, lutas e conquistas**. Sindicato dos trabalhadores no serviço público municipal de Criciúma e região – SISERCRR/CUT. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2014.

CRISPIM, Ana Laura. **Trabalho e gênero**: análise da feminização e fe-minilização na docência do ensino superior na Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós

Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/4349>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

FELICIO, Raquel de Souza. **Sindicalismo no serviço público: a experiência do município de Criciúma/SC (1979 - 2014)**. 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós Graduação de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/3849>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

FORMADA chapa de oposição do SISERP. **Jornal da manhã**. Criciúma, 6 fev.1990, p. 6.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MADEIRA NETO, Acilino Alberto. **Sindicalismo no serviço público**. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2002.

MARINELA, Fernanda. **Servidores Públicos**. 2010. Disponível em: <<http://www.marinela.ma/publicacoes/servidores-publicos>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

MIRANDA, Antônio Luiz. **Trajetória e experiência do movimento operário sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar a Nova República**. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106908/318984.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo**. Publisher Brasil, 1998.

NORONHA, Eduardo, A explosão das greves da década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Sindicalismo e greves no setor público. **Informações Fipe**, n. 177, jun. 1995.

NOGUEIRA. Arnaldo José França Mazzei. **Liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

POSTHUMA, Anne C.; LOMBARDI, M. Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 1, , p. 124-131, 1997.

RODRIGUES, Leônicio Martins. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo, Editora da USP/Fapesp, 1999.

RODRIGUES, Leônicio Martins. **A sindicalização das classes médias**. São Paulo, USP, 1997. (Mimeografado).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014. Brasília: SPM, 2015.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2013. Brasília: SPM, 2013.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

TRICHES, Janete. ZANELATTO, João Henrique. **História política de Criciúma no século XX**. Criciúma: UNESC, 2015.

Recebido em abril de 2017.  
Aprovado em janeiro de 2018.

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-16>

**PROJETOS DE HISPANO-AMERICANISMO  
ENTRE INTELLECTUAIS ESPANHÓIS E PORTUGUESES:  
Ganivet, Unamuno e o integralismo lusitano\***

*Felipe Cazetta\*\**

**RESUMO:** O artigo analisa a circulação de projetos políticos entre autores espanhóis e portugueses situados entre os finais do século XIX e início do XX, período de maior percepção da decadência de seus países no cenário internacional entre os intelectuais ibéricos. Assim, serão utilizadas obras e periódicos que contenham os projetos políticos defendidos por Ganivet, Unamuno e António Sardinha. Tais fontes serão analisadas a partir da história transnacional e da história do pensamento político. Tem-se como resultado a evidência da heterogeneidade e da complexidade no diálogo entre intelectuais acerca de projetos políticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Político. Intelectuais. Internacionalismo.

**ABSTRACT:** The article analyzes the circulation of political projects between Spanish and Portuguese authors located between the late 19th and early 20th centuries, a period of greater perception of the decline of their countries in the international scenario among Iberian intellectuals. Thus, works and periodicals that contain the political projects defended by Ganivet, Unamuno and António Sardinha will be used. These sources will be analyzed from the transnational history, and from the history of political thought. The result is evidence of heterogeneity and complexity in the dialogue between intellectuals about political projects.

**KEYWORDS:** Political. Intellectuals. Internationalism.

As investigações em história colocam com frequência o pesquisador no dilema acerca dos limites da intencionalidade dos produtores dos documentos investigados. Os conflitos entre os contextos do historiador e do objeto de pesquisa, assim como as possibilidades de projetos políticos e tomadas de decisão mantidas pelos alvos das pesquisas, demonstram os impasses ao se abordar, entre outros objetos de investigação, os intelectuais e seus textos políticos.

Há uma gama de informações, símbolos, valores que são vetados e perdidos na passagem da apresentação oral e contemporânea para o suporte fixado na escrita (CHARTIER, 1998, p. 28). Além disso, por vezes, ao se apropriar, reeditar e/ou traduzir a obra para outra língua ou país, se processam rupturas do contexto de produção com o seu texto original.

Este aspecto causa transtornos à atividade do pesquisador que se propõe à investigação da permeabilidade de textos e projetos políticos de maneira internacional. Por vezes, acredita-se de modo equivocado que esta “partilha” de textos ocorre de modo espontâneo e isento de intencionalidade. Tal conclusão é sustentada em função da omissão ou indiferença aos interesses presentes nos intercâmbios, assim como no desconhecimento do contexto em que foi gerada a obra, e da iniciativa que a levou a ser deslocada de seu espaço e momento de produção e levada para outro idioma, outro suporte ou projeto editorial.

---

\* Este artigo é resultado de pesquisa particular, portanto, sem financiamento público.

\*\* Professor de História Moderna e Contemporânea. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Como esquivar-se do exercício de crença hermenêutica, e evitar deslizes anacrônicos criados pelos fatores destacados, ou mesmo pelo próprio intelectual pesquisado no intuito de ter posse da construção de sua trajetória e reorganização racional de suas memórias? J. G. A. Pocock observa a importância do pesquisador se cercar de indícios fornecidos seja pela *performance*<sup>147</sup>, seja por textos alternativos aos eixos centrais da pesquisa. Todavia, alerta para a existência de indícios “não confiáveis e traiçoeiros, mas ainda assim, utilizáveis, em outros textos do autor ou em correspondência privada.” (POCOCK, 2013, p. 27). Outra iniciativa para minorar os riscos apresentados pela pesquisa de modo geral, e a história intelectual com ênfase à transnacional especificamente, consiste em “trabalhar para elevar a consciência e o conhecimento das leis de funcionamento dos diferentes campos nacionais, já que a probabilidade de deformações do texto aumenta quanto maior a ignorância do contexto”, conforme assinalou Bourdieu (2002, p. 9).

Não se trata, portanto, de uma busca obcecada por erigir muros e blindar o objeto de pesquisa (textos, coleções, edições, traduções ou projetos políticos) de qualquer trânsito fora de seus locais de produção. Consiste sim no incentivo ao pesquisador revestir-se dos indícios, ao estar atento às intencionalidades das ações dos indivíduos envolvidos em tais apropriações, para “religar os cabos que as historiografias nacionais arrancaram e submeter os elementos assim reunidos a uma leitura global que os fala dialogar entre si, e não somente com a Europa” (GRUZINSKI, 2012, p. 56).

Não é raro encontrar citações diretas ou indiretas, que ressaltam o escasso contato estabelecido entre países latino-americanos; ao envolverem-se com Portugal e Espanha; ou mesmo entre os países ibéricos propriamente. Arnaldo Saraiva (2004, p. 21), no intuito de confrontar tal interpretação, expunha que, entre intelectuais “a idéia generalizada de que no período em que se afirmam os modernismos de Portugal e Brasil foram interrompidos, ou quase, os contatos literários entre os dois países, [...] é uma ideia que já nesse período defendiam vários modernistas brasileiros.” Por outro lado, as relativizações destas fronteiras devem ser definidas de forma apurada, visto que o desconhecimento, o estranhamento ou a indiferença, em certa medida, se fez presente de fato em determinados momentos, entre os intelectuais de países ibero-americanos.

Isto se confirmou nos clamores de João Ribeiro ao diretor e proprietário da revista *América Brasileira*<sup>148</sup>, Elísio de Carvalho. Na carta aberta, havia a solicitação para que fosse criado espaço para autores latino-americanos de língua castelhana: “Se estas linhas puderem comovel-o estou que a sua revista de actualidades abrirá com esta carta, que é a expressão de franqueza, um novo caminho ás relações intellectuaes entre latinos do nosso continente.” (RIBEIRO, 1922, p. 38). Portanto, tais clamores eram indícios da carência de diálogos existentes entre os latino-americanos de fala portuguesa e castelhana.

Deste modo, a proposta do artigo é estabelecer as relações de apropriação de projetos políticos entre intelectuais do mundo ibérico, porém contemplando preocupações aos diálogos de portugueses e espanhóis à relação com os países latino americanos em seus projetos de hispanismo. Há o interesse em perceber as discontinuidades, as divergências e os ruídos presentes nos diálogos para a composição do ideário político de hispano-americanismo, através dos vestígios apresentados pelo contexto, assim como fornecido pelos próprios

---

<sup>147</sup> Performance: “ocasião em que os próprios usuários da linguagem comentam seu uso criticamente, reflexivamente, por meio da linguagem de segunda ordem por eles desenvolvida com esse propósito.” (POCOCK, 2013, p. 35).

<sup>148</sup> A revista *América Brasileira* foi lançada no Rio de Janeiro em dezembro de 1921 e suas atividades encerradas em dezembro de 1924. A revista reunia um grupo eclético de pensadores, amalgamando gerações e tonalidades político-ideológicas das mais variadas, indo de Rocha Pombo a Sérgio Buarque de Holanda. A oposição ao liberalismo, adotado pela República, era um dos poucos aspectos comuns entre o grupo de colaboradores da revista. Embora os artigos, por vezes, demonstrassem discordância entre seus autores, os intelectuais que compuseram a revista possuíam o Estado forte e centralizado como projeto político comum. Sob tais perspectivas, a revista nutriu estreitamento de laços com a *Nação Portuguesa*, órgão de divulgação do Integralismo Lusitano. *América Brasileira* possuiu periodicidade mensal, sob a direção de Elísio de Carvalho. A revista assumiu como subtítulo: “Resenha da Actividade Nacional” até janeiro de 1923. Após este número, o subtítulo alternou-se entre o já apresentado e “Resenha da Vida Nacional” (cf.: CAZETTA, 2014).



autores envolvidos, com o objetivo de melhor conectar os fios rompidos pela historiografia nacional, para utilizar a metáfora proposta por Gruzinski (2012, p. 56).

### **Iberismo e Hispanismo: as alternativas ao “Desastre” e ao *Ultimatum***

Em tese de doutoramento, Paulo Bruno Ferreira disserta sobre a proposta de iberismo, surgida em meados do século XIX, da qual oferecia alternativa para a retirada de Espanha e Portugal da decadência especialmente econômica que os dois países foram acometidos (FERREIRA, 2016, p. 43). Dentre as várias propostas, estavam presentes desde modelos de repúblicas federadas até uniões monárquicas.

O projeto era revestido pela heterogeneidade em suas colorações políticas e finalidades ideológicas. Assim, alguns dos autores que viveram entre meados do XIX e início do XX em Portugal e Espanha acreditavam na comunhão identitária, e, com menor incidência, na unificação territorial, seja pelos vínculos culturais ou pela identidade “espiritual”. Deste modo, os pensadores ibéricos projetavam a unidade entre si, e o vínculo com as ex-colônias existentes no continente americano, e, com menos insistências, às da África.

Os projetos da retomada de diálogos entre os países ibéricos e suas ex-colônias emergiu em contexto de declínio de Portugal e Espanha no peso diplomático internacional. Se Portugal passava por constrangimentos aos projetos imperialistas ao sul da África, impostos por Lord Salisbury, primeiro ministro inglês no final do século XIX, a Espanha lamentava a independência de suas últimas possessões territoriais além-mar e cooptação destas ao raio de influência dos EUA. Deste modo, como será visto, António Sardinha, em Portugal, e Ganivet e Unamuno, em Espanha, estabeleceram, cada qual ao seu modo, planejamentos para retomar o papel central de seus respectivos países perante o mundo.

Tais propostas condensaram em seu interior intencionalidades inscritas historicamente, portadoras de elementos que inspiraram os projetos políticos de conectividade com o mundo hispano-americano em oposição à expansão anglo-saxã sobre as antigas colônias dos países ibéricos. Nestes termos, Pocock chama a atenção para os indícios oferecidos pela linguagem, veículo dos discursos emitidos por estes autores, visto que “ela deve possuir e prescrever um passado constituído pelas configurações sociais, acontecimentos históricos, valores reconhecidos e modos de pensar sobre os quais ele pode falar” (POCOCK, 2013, p. 37).

Tais propostas, portanto, remetiam ao colapso do império espanhol (marcado pela denominação, ao final do século XIX de “Desastre”, com a perda de territórios entre os quais a ilha de Cuba no Caribe e as Filipinas no Pacífico) e a vulnerabilidade econômica e geopolítica que Portugal experimentava. Este cenário mobilizou a diplomacia e parcela relevante dos intelectuais dos países ibéricos a aproximarem-se dos Estados latino americanos, pelos vínculos de “fraternidade” ou “parentesco” costurados historicamente, em reação ao poderio anglo-saxão crescente. Havia o interesse em difundir a retórica de disseminação da civilização, inscrita nas esferas do cristianismo e do hispano americanismo.

Parte dos autores, escritores e intelectuais, de modo geral, que presenciaram essa fase de desmoronamento do Império, na Espanha, compuseram a chamada “Geração de 1898”. Nesta, o vínculo estava na tensão entre a necessidade de modernização, porém, com o risco de perder a tradição e a identidade espanhola (GOUVEIA, 2011, p. 2). Maria Helena Capelato aponta tal geração como anticlerical e antimilitarista (CAPELATO, 2003, p. 37). Todavia, devemos examinar as tensões internas a este grupo, atentando para a criação, *a posteriori*, da expressão “Geração de 1898”, por Ortega y Gasset, em 1913 (CAPELATO, 2003, p. 39).

Quer se dizer com isso que não possuíram trajetória linear nem formação intelectual similares. Se, entre os anos de 1897 e 1900, Miguel de Unamuno se dedicou a estabelecer projeto de modernização à Espanha, o impacto do “Desastre” fez que investisse, posteriormente, em buscar identificar o que havia de específico entre os vizinhos e o mundo

hispânico, além de passar a condenar a crença cega na ciência e no progresso (ROBERTS, 2004, p. 61).

Tais propostas refletem-se na redefinição da construção histórica sobre o estatuto colonial: Angel Ganivet<sup>149</sup>, por exemplo, repudiava a ideia de que as colônias eram formas deliberadas de enriquecimento metropolitano; do contrário, sustentava que o sistema de colonização lançado pela Espanha era economicamente deficitário, e não seria válido, exceto pelo aspecto da difusão da civilização, “posto que colonizar não é ir ao negócio, mas civilizar povos e expandir ideias”<sup>150</sup> (GANIVET, 1897, p. 125). Tal concepção acerca dos países ibéricos como responsáveis pela difusão de civilizações foi sustentada, igualmente, por António Sardinha<sup>151</sup>, ao recorrer ao discurso *Madre-Hispania* – pronunciado nos “Jogos Florais” em outubro de 1924, em Badajoz, para comemoração da “Festa da Raça”<sup>152</sup>. No discurso, publicado na segunda série de *Nação Portuguesa*, Sardinha afirma: “Eis aqui o motivo bem palpável porque nós fundámos o ‘nacionalidades’, não conseguindo os outros povos que enfática e empavonadamente se intitulam ‘colonizadores’, ir além de colônias e, quando muito, de ‘Estados’, cujos fundamentos assentaram no extermínio sistemático das populações indígenas.” (SARDINHA, 1924, p. 104).

Desse modo, Sardinha dedicou o título de países “semeadores de nações” a Portugal e Espanha, em detrimento dos demais para os quais, segundo o integralista, os “fundamentos assentaram no extermínio sistemático das populações indígenas”. Tais projetos de aproximação dos países latino americanos, conforme dito, foram mobilizados pelo declínio de Espanha e Portugal, sentidos com maior evidência ao fim do século XIX. Com a perda de suas últimas possessões na América e na Ásia, os intelectuais espanhóis postaram-se a repensar os valores e significados do Império, e reagirem à expansão modernizante dos países anglo saxões, em detrimento do arcabouço humanista presente no mundo ibérico (CAPELATO, 2003, p. 38).

A partir deste cenário de crise nos países ibéricos fomentou-se a elaboração de projetos de colaboração mútua, ou de modo mais radical e excepcional, de fusão territorial (conforme apresentado por Antero de Quental<sup>153</sup>, no final do século XIX, mas rechaçada pela maioria dos autores portugueses e espanhóis), para a busca de retirada da deterioração. Além da proposta de colaboração em diferentes níveis e formas dos Estados ibéricos, estes projetos contemplavam os Estados hispano americanos.

O “Desastre” espanhol e, antes, o *Ultimatum* britânico<sup>154</sup> a Portugal foram os deflagradores da crise de identidade do mundo ibérico perante a nova fase da modernidade,

<sup>149</sup> Angel Ganivet (1865-1898) foi escritor e diplomata, reconhecido como um dos precursores da “geração de 1898”, composta, entre outros, por Miguel de Unamuno, o próprio Ganivet e Ortega y Gasset. Segundo o próprio Unamuno (e GANIVET, 1912, p. 11), conheceram-se em 1891 quando este assumiu a cátedra de grego em Salamanca e Ganivet em Granada.

<sup>150</sup> “puesto que colonizar no es ir al negocio, sino civilizar pueblos y dar expansión a las ideas.” (Tradução livre).

<sup>151</sup> António Sardinha (1887-1925) foi escritor e principal mentor do Integralismo Lusitano, movimento monarquista, tradicionalista que sustentava projetos de corporativismo, sob forte influência da *Encíclica Rerum Novarum* redigida pelo Papa Leão XIII; e marcado pela proximidade teórica com o movimento *L’Action Française*.

<sup>152</sup> Estas festividades e comemorações foram realizadas no intuito de celebrar a o casamento dos filhos de Felipe V com os príncipes lusitanos. (SARDINHA, 1924, p. 97). Affonso Lopes Vieira expõe que o evento contribuiu para a consolidação do projeto de formar o bloco Luso-Hispano-Americano ou, o Quinto Império – conforme denominado pelo autor –, constituído por países da Península Ibérica e da Hispano América, incluindo (VIEIRA, 1922-1923, p. 147).

<sup>153</sup> Nascido em 1842, viveu para ver o *Ultimatum* britânico. Imiscuindo dores físicas e as desilusões (tanto pessoais quanto provocadas pelo quadro político do país), cometeu suicídio em 1891. Possuiu trajetória heteróclita, flertando com as obras de Herculano, passando por Michelet e Feuerbach, terminando em Proudhon. Em função destas leituras, assumiu atividade no campo ideológico socialista, conforme o próprio Quental descreve em sua carta autobiográfica: “Nesse ano [1871] e no ano seguinte tomei parte activa no movimento socialista, que se iniciava em Lisboa, e tanto n’essa cidade quanto no Porto escrevi bastante nos jornaes políticos.” (QUENTAL, 1892, p. XXXII)

<sup>154</sup> O projeto do *Mapa cor-de-rosa* era nutrido pelos anseios militares e mercantis de Portugal em relação aos territórios situados no centro-sul africano. No intuito de alcançar as costas Leste e Oeste da África, formando um cinturão com as possessões territoriais adquiridas, a metrópole portuguesa buscava acesso aos oceanos Atlântico e Índico. No entanto, tais aspirações chocavam-se com os anseios imperialistas ingleses, mote gerador

ao desnudar a ascensão do imperialismo capitalista com destaque ao domínio anglo-saxão, em detrimento do colonialismo ibérico. Todavia, os sinais de declínio se apresentavam ao longo do século XIX. Em Portugal, Almeida Garrett e Antero de Quental foram os faróis da crise, que será sentida com maior intensidade na abertura do século XX, porém já existente nos séculos anteriores.

Garrett não ocupou lugar de destaque apenas na literatura. Apresentou também soluções para os problemas que afligiam a Coroa na primeira metade do século XIX. Portanto, vinculou diretamente a vida literária à atuação política. Em vista das instabilidades políticas provocadas pelas lutas sucessórias entre D. Miguel e D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), Garrett viveu os momentos de crise da casa de Bragança. Assim, assumiu inclinação em formular projetos e alternativas políticas, em função dos cargos ocupados na Corte de Bragança. O autor passou por dois exílios, sendo o primeiro de 1823 a 1826, em Londres, em razão da Revolução Liberalista. Ocupou colocações de destaque: deputado eleito pelas Cortes, tratou de reformas pedagógicas em Portugal; de 1834 a 1836, foi responsável pelo consulado-geral na Bélgica; em 1852, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Além de literato, Garrett tinha relevância na política.

Garrett, portanto, buscava em seus discursos e escritos políticos, assim como em suas obras literárias, a restauração do “Portugal verdadeiro”. Para o poeta e político do século XIX, esta essência nacional estaria circunscrita nas áreas agrícolas. Em *O Romanceiro*, Garrett escrevia: “Campo da lide é este; aqui lidaram/Elysa, quando os nosso eram/ Lidadores por glória, - aqui prostaram/Suberbas castelhanas, e venceram: Nunca foram vencidos Portuguezes./-Este Terreno é sancto: inda estás vendo.”(GARRETT, 1851) Nestes versos, Garrett destacava a ligação do português com a sua terra, sendo esta seu local de fixação. No entanto, o poeta não deixava de ressaltar a combatividade quando este homem do campo passaria à defesa de seu país. Associando o nacionalismo ao cultivo da unidade agrária, afirmava: “Lidadores por glória, - aqui prostaram/Suberbas castelhanas, e venceram: Nunca foram vencidos Portuguezes”. Complementar a bravura em defender sua Nação e seu país, havia a contribuição de religiosidade como outra frente de defesa sendo “Este terreno sancto”.

Além de Almeida Garrett, António Sardinha levou para o Integralismo Lusitano, grupo no qual se lançou como mentor intelectual e membro fundador, Alexandre Herculano e o já citado Antero Quental, autores de posições ideológicas diversas. Estes suportes contribuíram para a composição diversificada de projetos a respeito da União Ibérica e mesmo do seu desdobramento, o hispano americanismo.

Destacam-se as distintas colorações ideológicas dos autores ou simpáticos a estes projetos. Assim, acertadamente Ferreira (2016, p. 87-88) acusa a heterogeneidade do fenômeno do hispano americanismo, rico em interpretações alternativas e em significados e níveis variáveis de vínculos para a preservação da identidade e soberania dos países envolvidos. Tais projetos tinham como objetivo fomentar a riqueza e a recuperação do posto geopolítico perdido durante o século XIX. De certo modo, o iberismo foi sintoma do mal estar vivenciado pelo mundo ibero-americano (portanto, afetando tanto seus representantes europeus quanto na América), em relação à modernidade materialista e individualista. Em oposição ao liberalismo, se ofereceu concepções revestidas pela noção de civilização, onde o cristianismo, por vezes, era considerado como parte estruturante do nacionalismo, e a família em detrimento do indivíduo. As disputas, evidenciadas no liberalismo político e econômico eram atenuadas pelo corporativismo, o patriarcalismo e a religiosidade (SCHNEIDER, 2012, p. 80).

---

do *Ultimatum* britânico. Este capítulo das relações entre as Coroas monárquicas de Portugal e Inglaterra provocou cicatrizes profundas na legitimidade real lusitana. Ao trazer à tona a fragilidade da soberania portuguesa, o *Ultimatum* acirrou a oposição interna à monarquia, inaugurando o ciclo de instabilidades políticas no país. Ocorridas entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX, estas convulsões político-institucionais culminaram no regicídio de D. Carlos I, em 1908. (cf.: CAZETTA, 2016, p. 41-42; VRBATA, 2006, p. 29).

Diante da pluralidade de coloração, o projeto forneceu potencialidade de ser apropriado para diferentes contextos, influenciando pensadores na América Latina de fala portuguesa e castelhana. O termo “hispanidade”, popularizado por Ramiro Maeztu – atuante nas concepções autoritárias espanholas dos anos 1920 e 1930, e amigo de António Sardinha quando este esteve em exílio na Espanha – arregimentou adeptos na ibero-américa. Houve a tentativa de irradiação do conceito na Argentina. Além disso, Miguel de Unamuno, quando estava no exílio, viajou por países de fala castelhana, como a Nicarágua de Ruben Darío. O que deu maior fôlego ao ibero americanismo nesses países (ROBERTS, 2004, p. 62-63).

No caso brasileiro, Gilberto Freyre foi o principal representante da proposta. Freyre, com maior destaque aos anos 1950, colocou em curso a redefinição do conceito de democracia, em relação ao qual considerava a questão política como menos importante, em projeção à questão de convivência harmônica entre a diversidade étnica. Deste modo, estabelecia-se a evolução linear através das colônias luso-africanas, Portugal como elemento de transformação e o Brasil como embrião deste contato entre portugueses, africanos e indígenas (BAGGIO, 2012, p. 119).

É importante destacar, conforme supracitado, a existência de projetos de hispano-americanismo constituídos por autores sulamericanos, como maneira de fazer oposição ao poderio estadunidense, todavia, as finalidades eram distintas, em função das especificidades nacionais ou regionais, sociais, políticas, culturais e econômicas. Por essa razão, faz-se fundamental relacionar a coerência estabelecida entre texto e contexto, tal como a *performance* destacada por Poccock, para não cair em armadilhas de projetos de denominações similares, mas com intenções divergentes.

Diante desse complexo quadro, busca-se analisar os diálogos portadores de tensões e de permanências nas propostas de pensadores portugueses e espanhóis, como recorte temático, debruçados sobre o esforço de buscar alternativas para a retirada dos respectivos países do cenário de crise. Com maior ênfase, o artigo se compromete à análise dos escritos de Angel Ganivet e Miguel de Unamuno, na Espanha; e António Sardinha e demais autores do Integralismo Lusitano, para Portugal. Na circulação de textos, há um rico diálogo entre os três, nem sempre amistoso, sobre a definição de projetos em torno da hispanidade pretendida. Embora existissem outros adeptos dessa concepção, foi possível rastrear a frequência da circulação e apropriação de significados, com maior evidência entre Unamuno, Ganivet e Sardinha, o que favorece à análise das fontes através do quadro teórico-conceitual abordado até aqui.

### **Ganivet, Unamuno e Sardinha: tão próximos, tão distantes**

Os autores citados colocaram-se a pensar formas de retirarem seus países do cenário de decadência no qual, segundo eles, Espanha e Portugal haviam se inserido. Conforme sublinha Paulo Ferreira, as crises assumiram conformação endêmica ao longo da história contemporânea destes Estados, porém, foi no fim do século XIX que as instabilidades abriram fase de forte pessimismo.

O ano de 1898 foi significativo para a história espanhola, por decretar o encerramento de sua trajetória imperial, com a perda dos territórios de Porto Rico, Filipinas e Cuba, para os Estados Unidos. O “Desastre” repercutiu nos meios intelectuais espanhóis, ao delinear a geração de pensadores com concepções comuns, de suspeitas em relação à modernidade e condenação do materialismo. Com as perdas dos territórios coloniais, as questões acerca das formas de manutenção da identidade nacional firmada na tradição, sem abdicar do projeto de modernização, tornaram-se candentes aos pensadores da “geração de 1898”, diante da incapacidade de acompanhar os avanços dos países vizinhos. (GOUVEIA, 2011, p. 2-3).

A partir da necessidade de redefinir o lugar da Espanha na balança diplomática da Europa, houve a maior preocupação em aproximar-se dos países hispano-americanos. Para Angel Ganivet, a separação daqueles países de Espanha foi promovida por iniciativa do “espírito de rebeldia”, influenciados inicialmente pelas ideias francesas. Dizia ele que “se

Espanha deseja recuperar seu posto, tem que esforçar-se por restabelecer seu próprio prestígio intelectual e rápido, para alcançar à América e implanta-lo sem aspirações utilitárias”<sup>155</sup> (GANIVET, 1897, p. 108). Ganivet sinalizava que, a partir da abertura do século XIX, havia tido início a deterioração da hegemonia da metrópole no interior de suas colônias e a sedução de concepções políticas estrangeiras, o que levou à ruptura. Ao identificar alguns aspectos do desgaste político ocorrido por Espanha perante suas ex-colônias, houve a atenção em apresentar acordos estratégicos de cooperação, desqualificando qualquer iniciativa de recuperação territorial via anexação bélica.

Por outro lado, Ganivet estabelecia quais seriam os territórios destinados às aproximações mais estreitas e aqueles preteridos. Elaborou, desta forma, um escalonamento rácico, apresentando os africanos na base de sua organização hierárquica, e colocando americanos e asiáticos em patamar superior ao mencionar que “as raças africanas não são comparáveis às americanas ou asiáticas, estão em um gral bastante inferior e não podem resistir à cultura europeia.”<sup>156</sup> (GANIVET, 1897, p. 131). Embora Ganivet compreendesse a forma de colonização ibérica como a fundadora de civilizações, por ser revestida pelo espírito cristão, estabelecia igualmente condições para que este se desenvolvesse sobre os povos colonizados, pois:

O verdadeiro cristianismo, não como uma aspiração filantrópica em favor de raças inferiores, mas como uma ciência conscientemente professada, é impróprio aos povos primitivos e só cria raízes quando acompanhado pela ação permanente de uma raça superior, isto é, quando esse povo primitivo se confunde pelo caminho comum ou pelo cruzamento com uma raça civilizada que o domina e educa, como aconteceu nas cidades descobertas e subjugadas pela Espanha<sup>157</sup>. (GANIVET, 1897, p. 24).

Em virtude da função desempenhada pela religiosidade no processo de formação civilizacional, Ganivet a entendia como fundamento do espírito da nação, ainda que considerasse que as religiões fossem mutáveis conforme alteração da mentalidade dos cidadãos. Acreditava que o próprio processo de colonização e civilização sofria determinação das bases religiosas. Assim, buscava reverter interpretações que definiam as nações aderentes ao protestantismo como mais desenvolvidas e prósperas em detrimento das católicas (GANIVET, 1897, p. 26). Esta crítica ao protestantismo era partilhada por Unamuno (1938, p. 43), ao colocar a religião da Reforma como uma das responsáveis pela corrupção do cristianismo, visto que a conversão do *Verbo* em escrita resultou na morte da eucaristia, segundo o autor.

Tal combate ao protestantismo é reflexo da necessidade de reagir ao avanço dos EUA frente aos domínios espanhóis, nos finais do século XIX, e consolidação do domínio estadunidense nas primeiras décadas do século seguinte. Assim, firmavam-se as bases de combate entre o paradigma da modernidade defendido pelos anglo-saxões (e adeptos do protestantismo) contra os pilares humanistas do mundo ibérico (CAPELATO, 2003, p. 38). Neste sentido, havia a necessidade de comunhão identitária das ex-metrópoles e suas antigas possessões territoriais, como forma de resistir ao avanço estadunidense, e uma das alternativas estava no ibero-americanismo, defendido tanto por Ganivet como por Unamuno.

Por outro lado, Miguel de Unamuno condenava não somente o protestantismo como também a vinculação da religiosidade, de modo geral, ao Estado, acusando tal junção de

<sup>155</sup> “Si España quiere recuperar su puesto ha de esforzarse para restablecer su propio prestigio intelectual y luego para llevarlo a América e implantarlo sin aspiraciones utilitarias” (Tradução livre).

<sup>156</sup> “las razas africanas no son comparables a las americanas ó asiáticas, están en un grado bastante inferior y no pueden resistir a la cultura europea...” (Tradução livre).

<sup>157</sup> “El verdadero cristianismo, no como aspiración filantrópica en favor de razas inferiores, sino como ciencia conscientemente profesada, es impropio de pueblos primitivos y solo arraiga en éstos cuando le acompaña la acción permanente de una raza superior, es decir, cuando ese pueblo primitivo se confunde por la vía común ó por el cruce con un pueblo civilizado que le domina y le educa, como ocurrió en los pueblos descubiertos y subyugados por España.” (Tradução livre).

aspectos específicos ao paganismo (UNAMUNO; GANIVET, 1912, p. 131-132). Sua crítica à expansão da religiosidade para esferas políticas, que rompia com a premissa de “dar a César o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus”, afetava igualmente as propostas políticas, com ênfase ao corporativismo desenhado pelos movimentos conservadores inspirados pela *Encíclica Rerum Novarum*, que buscavam restituir o contato entre Estado e Igreja, rescindido pelo liberalismo. Este aspecto causará estranhamento por parte de grupos nacionalistas católicos, espanhóis e portugueses, com Unamuno, com destaque ao Integralismo Lusitano, conforme poderemos observar à frente.

Para Unamuno, portanto, “as religiões pagãs, religiões do Estado, eram políticas; o cristianismo é apolítico. Porém, como desde que se fez católico, e romano, se paganizou convertendo-se em religião do Estado – (...) - se fez política.”<sup>158</sup> (UNAMUNO, 1938, p. 81). Unamuno apresentava seu repúdio à contaminação materialista aos assuntos espirituais. Negava com veemência a promiscuidade das relações econômicas e sociais com as bases do cristianismo. Rechaçava qualquer interpretação bíblica que associasse ou rejeitasse o contato da fé católica à democracia, ao nacionalismo ou qualquer outro assunto de cunho materialista.

Percebe-se que os discursos iberoamericanistas não eram homogêneos ou consonantes, visto que Ganivet associava a religiosidade ao espírito nacional (GANIVET, 1897, p. 68) e entendia este como um dos laços para a união entre a Espanha e os demais países de língua espanhola, enquanto Unamuno condenava tal interpretação para a relação entre política e religiosidade. Por outro lado, encontravam coesão no interesse em desenvolver alternativas de retirar a Espanha do decadentismo político, diplomático e econômico do final do século XIX. Todavia, se os objetivos eram semelhantes, as formas de realiza-los encontravam seus ruídos. Em debate com Unamuno, Angel Ganivet demonstrava-se impaciente diante do estágio de torpor em que seu país se encontrava quando posto ao lado das demais potências:

Ser-me-á dito que a África já está distribuída como pão beneditino; mas o mundo também estava dividido, ou um pouco menos, entre a Espanha e Portugal, e você vê onde ele chegou. Em nossos dias, temos visto doutrinas novas como Monroe e proteção de interesses, ocupação efetiva e arrendamento<sup>159</sup>. (UNAMUNO & GANIVET, 1912, p. 86-87).

Ganivet alimentava seu projeto de ampliação das áreas de influência espanholas com ênfase nas formas de desenvolvimento que estas possuíam em detrimento dos modelos de colonização mantidos por outras potências. Aos termos sustentados, Unamuno rebatia por crer que o modelo proposto nada mais seria que o desrespeito às tradições e identidades nativas, com a imposição imperialista. Segundo Unamuno, “mais de uma vez se tem dito que o espanhol tratou de elevar o índio a si, e isto não é, ao fundo, mais uma imposição de soberania”<sup>160</sup> (UNAMUNO & GANIVET, 1912, p. 35, grifo do original). Ferreira (2016, p. 123) disserta que “Unamuno opunha-se à retórica da ‘fraternidade ibero-americana’, que para si apenas servia para esconder uma profunda ignorância da Hispano-América e incluir um sentimento infundado de superioridade.”

As críticas de Unamuno ao projeto de expansão de influências ibéricas sobre os territórios anteriormente perdidos em disputas imperialistas não devem ser confundidas com

---

<sup>158</sup> “las religiones paganas, religiones del Estado, eran políticas; el cristianismo es apolítico. Pero como desde que hizo católico, y además romano, se paganizó, convirtiéndose en religión del Estado – (...) – se hizo político.” (Tradução livre).

<sup>159</sup> “Se me dirá el África esta ya repartida como pan benedito; pero también estuvo repartido el mundo ó poco menos entre España y Portugal, y ya ve usted á onde llegado. En nuestros días hemos visto aparecer doctrinas flamantes como la de Monroe y la de protección de interés, la de ocupación efectiva y la del arrendamiento.” (Tradução livre).

<sup>160</sup> “Más de una vez se ha dicho que el español trató de elevar el indio a sé, y esto no es en fondo más que una imposición de soberanía.” (Tradução livre).

a rejeição a qualquer proposta do tipo. Ao rejeitar a alternativa de Ganivet, Unamuno contemplou modelo de livre colaboração entre os países ibéricos e os americanos, considerando igualmente o Brasil. Logo, há a redefinição dos projetos de hispanismo, salientando as divergências entre os dois autores.

O debatedor de Ganivet criticava, por outro lado, a dificuldade de diálogos entre Portugal e Espanha, fato que fornecia obstáculos à organização de forças entre os dois países. Mesmo com o destaque à preservação da soberania interna, portanto sem incutir em perda de autonomia dos respectivos países, como modo de reagir à escalada de poder das potências rivais, Unamuno esforçava-se pelo convencimento do diálogo que entendia ser frágil.

De maneira espelhada no continente americano tal indisposição entre falantes do castelhano e do português se repetia: “E agora são as Repúblicas do Prata tem tão pouco, ou tão mal conhecidas, as produções literárias e científicas do Brasil como aqui são as de Portugal? Não sei o motivo, mas devo suspeitar que sim”<sup>161</sup> (UNAMUNO, 1911, p. 22-23). A observação não se restringe a apontar o distanciamento entre nações vizinhas e de proximidade linguística. Unamuno apreciou a relação estratégica que poderia ser desenrolada caso as fronteiras fossem superadas: “Um providencialista acreditaria que, tendo colocado ali Deus uma grande nação de língua portuguesa entre as nações de língua espanhola, será um dia integrado lá, como aqui será integrado, o espírito ibérico comum, ao qual eles estão de acordo e além do oceano reservado ótimo destino.”<sup>162</sup> (UNAMUNO, 1911, p. 23).

Considerados estes embates, nenhum dos autores espanhóis apresentados fomentava a iniciativa beligerante sobre os países em que se nutria a ambição de expandir seu raio de influência nacional, ou construir nova identidade, respaldada no “espírito” ibérico, e através da coesão transnacional. Ainda que fosse acusado por Unamuno, pelo seu ímpeto civilizatório sobre os territórios americanos, Ganivet rechaçava qualquer mobilização com o objetivo de anexação por intermédio de manobras militares, pois acreditava que “uma nação não se impõe somente pelas forças militares e vanais; necessita ter ideias flexíveis e que prestem à rápida difusão”<sup>163</sup> (GANIVET, 1897, p. 87).

A vulnerabilidade econômica interferia nos projetos militares. Embora Ganivet não presenciasse integralmente a campanha malsucedida do Marrocos, por ter se suicidado no final do século XIX, foi consonante, até certa medida, com a iniciativa de estabelecer laços diplomáticos entre antigas metrópoles e suas ex-colônias, rechaçando a anexação pelo uso de armas.

Colocava-se a pensar, portanto, os caminhos para a retirada da Espanha do “Desastre”, com o intuito de associar-se à modernidade na qual os demais europeus se inseriam. Por outro lado, apresentava as preocupações no sentido desta modernização afetar a identidade tradicional que os definia enquanto nação.

Tais temores afetaram os intelectuais de Portugal, com maior vigor, a partir do *Ultimatum* britânico. Por interesse em abordar as consonâncias e tensões nos diálogos, as análises se conservarão sobre os integralistas lusitanos, com destaque ao pensamento de António Sardinha. O grupo criado entre 1913 e 1914, a partir da experiência do exílio, do contato com o conservadorismo internacional, com destaque à Ação Francesa<sup>164</sup>, e

<sup>161</sup> “Y ahora, son en las República del Plata tan poco ó tan mal conocidas las producciones literarias y científicas del Brasil como aqui son poco conocidas las de Portugal? No sé por qué me inclino a sospechar que sí.” (Tradução livre).

<sup>162</sup> “Un providencialista creería que el haber metido Dios ahí un gran nación de habla portuguesa entre las naciones de habla española es para un día se integre ahí, como aquí se integrará, el común espíritu ibérico, al que le están aquende y allende al Océano reservados tan gran destinos.” (Tradução livre).

<sup>163</sup> “una nación no se impone solo con fuerzas militares y navales; necesita tener ideas flexibles y que se presten a una rápida difusiones” (Tradução livre).

<sup>164</sup> *L’Action Française*, surgida no final do século XIX, utilizou do Caso Dreyfuss como detonador para seus ataques à “estrangeirização” (colocada em prática – segundo Charles Maurras – pelos judeus, protestantes e franco-maçons). O Caso Dreyfuss ocorreu em 1899. Grosso modo, consiste no julgamento do militar judeu Alfred Dreyfus, acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas, de vender segredos de guerra para a Alemanha. Mais tarde, descoberta a fraude nas acusações, houve a divisão da opinião pública entre os pró-

mobilizado pelo antiliberalismo e pelo monarquismo orgânico, formou-se com o intuito de recuperar o “Portugal português”, ou seja, de firmar-se no nacionalismo tradicionalista.

Em 1915, foi realizado ciclo de Conferências na Liga Naval. Neste, foi tratada a Questão Ibérica, ou seja, sobre os riscos a que Portugal estava submetido, pelo imperialismo espanhol. Apesar de haver distinções sobre os assuntos e áreas exploradas, as conclusões caminharam para o alerta da possível anexação de Portugal. Pequito Rebelo, membro do Integralismo Lusitano, embora dissertasse sobre aspectos econômicos, estabeleceu considerações sobre as relações diplomáticas na Península Ibérica. Destacou os pontos negativos do expansionismo e do imperialismo, com exemplos na história nacional, pelo esvaziamento de braços nas terras agricultáveis.

Por outro lado, Rebelo estabeleceu fronteiras entre o nacionalismo e o imperialismo: “ao definir a via de um método positivo quais os limites do nacionalismo que o livram e degeneram nessa forma doentia – o imperialismo.” (REBELLO, 1916, p. 151). Para Pequito Rebelo, o imperialismo seria o efeito colateral do individualismo social, incomum na sociedade municipalista lusitana medieval e do século XVI. Por outro lado, dada a natureza étnico-cultural heteróclita da composição espanhola, o imperialismo estava imerso neste meio social, o que representou risco para Portugal, desde sua formação enquanto Estado-Nação (REBELLO, 1916, p. 163).

Nesse ciclo de palestras, António Sardinha possuía percepção distinta da sustentada por Rebelo, embora suas conclusões caminhassem, igualmente, para o temor da anexação. Sardinha manteve contato com o país vizinho desde 1909, com os Jogos Florais de Salamanca, onde adquiriu reconhecimento e inserção na corte espanhola, contato que contribuiu para as divergências com Rebelo. Embora afirmasse que “Castela cubiça-nos desde que é Castela. As suas aspirações nunca satisfeitas são naturaes, são conseqüentes, como centro de gravitação procurando submeter a parte desgarrada do todo” (SARDINHA, 1916, p. 26), situou como maior risco de desestabilização de Portugal, aquele dentro de suas fronteiras, ou seja, a ação silenciosa dos estrangeiros do interior.

Não seriam os espanhóis, mas a maçonaria, o principal responsável pelo risco de perda da soberania nacional. Diante dos desequilíbrios políticos e dos espasmos sociais sofridos por Portugal, a invasão de Castela seria realizada através do convite de Portugal: “a solução intervencionista é lógica, e natural como as coisas que o são, quando um importuno nos incomoda e coloca em risco de quebrar o nosso próprio sossego, a nossa própria disciplina.” (SARDINHA, 1916, p. 13).

Pelas ameaças de que a instabilidade atravessasse a fronteira, Sardinha entendia ser a intervenção espanhola compreensível, em vista do cenário interno português. O modo de conter os riscos estaria na expulsão da maçonaria de Portugal. Feita a estabilização interna, se poderia desenvolver relações diplomáticas com a Espanha, sem o perigo de anexação: “a fórmula de amanhã em política exterior ha-de ser sem duvida, não a *união-ibérica*, mas a *aliança-peninsular*” (SARDINHA, 1916, p. 27). O projeto de aliança peninsular não era unânime, tampouco hegemônico, no interior do Integralismo Lusitano.

As polêmicas em torno do perigo espanhol para as fronteiras portuguesas se arrastaram até o fim da década de 1910. Em “A lição de Bismarck”, artigo escrito entre os fins dos anos 1910 e início da década de 1920, mas publicado na coletânea *Sob o Pendão Real*, Almeida Braga, representante do movimento integralista, apresentava sua discordância com Sardinha acerca do panorama político de Portugal e Espanha: “a republica portuguesa tornou-

---

Dreyfus, reivindicando o julgamento justo; e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder inatingíveis, devendo permanecer intactas diante do Caso. Subterrâneo a tais polêmicas, o processo contra Dreyfus serviu de combustível ao antissemitismo na França. Aspecto que não foi ignorado pela *l'Action Française* para promover seu nacionalismo. A partir da premissa nacionalista, sustentada pelo antissemitismo e xenofobia incitados pelo julgamento, *l'Action Française* teceu projeto político calcado nas tradições históricas da França, ou seja, no passado medieval, onde o corporativismo sobrepujava ao individualismo. Deste modo, o movimento buscava a essência nacional, afastada das “corrupções” vindas exterior. Sob as propostas escoradas no tradicionalismo e no catolicismo se desenvolveu a alternativa ao liberalismo que, segundo Maurras, era a porta de entrada para a barbárie estrangeira. (CAZETTA, 2016, p. 400-401).



se para Espanha um apetitoso manjar. A anarquia em que vivemos aguçou-lhe o apetite, acendeu a cobiça com que nos olha” (BRAGA, 1942, p. 320). Apesar de afirmar a maçonaria como uma das origens dos distúrbios sofridos por Portugal, Braga apontava a República como risco em potencial para a soberania. Ao depor a Monarquia, o país tornava-se vulnerável, pois abdicava do pacto histórico selado com a Inglaterra. Além disso, a Espanha, inimiga diplomática tradicional, era vista com desconfiança não apenas por Almeida Braga, mas por grande parte dos membros do Integralismo Lusitano.

Em 1919, degredado de Portugal em vista das tentativas de golpe da Monarquia do Norte<sup>165</sup> e de Monsanto<sup>166</sup>, Sardinha buscou reverter estas sensações partilhadas por seu grupo. Sua escolha pela Espanha como país a recebê-lo no exílio não foi aleatória. Anterior ao julgamento dos levantes, Sardinha possuía residência em Elvas, cidade portuguesa fronteira com Badajoz, na Espanha.

Deste modo, seu primeiro abrigo seria na Estremadura, haja vista o conhecimento da região, bem como a situação política para se instalar. Através do endereço destinatário e dos selos postais fixados no cabeçalho de *A Monarquia*, tem-se o conhecimento de que, já em 20 de agosto de 1919 (A MONARQUIA, 1919), Sardinha encontrava-se instalado em Badajoz, Espanha, e, ao longo de sua estada naquele país, recebeu correspondência ora no Hotel Garrido, em Badajoz, ora na Calle (rua) Arenal, 26, Pension Harraiz, Madrid. Durante o período do degredo, Sardinha alterou sua perspectiva em relação à política diplomática luso-espanhola. Sobre o assunto, o mentor intelectual do IL afirmava:

Quando vim para o exílio trazia contra a Espanha todos os preconceitos da minha inteligência e da minha sensibilidade. (...). E ainda aprendera lentamente, mas com juízo seguro, a corrigir bastantes das prevenções do meu patriotismo alarmado ao iniciar em abril de 1915 na Liga Naval as conferências da “Questão Ibérica”. (SARDINHA, 1919, p. 1).

Através de suas experiências no exílio, Sardinha buscou modificar a concepção nacionalista do Integralismo Lusitano de aversão à Espanha. Esta reversão da sensação de desconfiança dos integralistas ao país vizinho se fez com o objetivo de estabelecer o projeto de Aliança-Peninsular, que seria exposto em obra de mesmo nome em 1924, publicada na Espanha em 1930, com prefácio de Conde de Santibañez del Rio.

Esta tentativa de revitalizar a Espanha proporcionou a inserção de periódicos do integralismo lusitano naquele país. A campanha proporcionou a abertura de um posto de vendas de *A Monarquia* em Madrid na Calle Demetria Esteban, Puerta Del Sol, 11 y 12 (A MONARQUIA, 1919A). Porém, a alteração das concepções estabelecidas, tal como a Aliança Peninsular, são intenções que não encontraram boa acolhida entre os colegas em Portugal. Em *A Monarquia* expressava-se, ainda 1919, a desconfiança exposta em 1915, nas conferências sobre a “Questão Ibérica”:

Não discordamos duma política de aproximação com o País vizinho, uma política tendente sobretudo à criação de um grande bloco latino-americano, que nos colocasse ao abrigo de perniciosas influencias externas, sejam inglesas, sejam germânicas. Mas que cuidados, de que melindrosas precauções não teremos de rodear nosso pobre paiz, aniquilado e exausto sob todos os pontos de vista, para podermos estabelecer esse acordo, em bases equitativas, com a poderosa Espanha, cheia de dinheiro e de energias, de força e combatividade. (REDACÇÃO, 1919B, p. 1).

---

<sup>165</sup> Monarquia do Norte consistiu em tentativa de golpe à República, ocorrida na cidade do Porto, fracassou em 1919.

<sup>166</sup> Revolta de Monsanto foi outro levante monárquico, que afetou a cidade de Lisboa, igualmente fracassado em 1919. Estes eventos resultaram na deportação de diversos membros do Integralismo Lusitano, o que proporcionou contato ampliado com concepções de extrema direita e conservadoras.

Cabe a reflexão levantada por Pierre Bourdieu, acerca da intencionalidade em se estabelecer o diálogo ou veto internacional entre intelectuais. As restrições e intercâmbios ocorrem ao considerar, *a priori*, as questões nacionais dos requerentes das conversações, ou, mesmo antes disso, às questões internas dos grupos em questão. Assim, Bourdieu (2002, p. 2) sustenta que, dentro do campo intelectual, como em qualquer outro espaço social, a aparente solidariedade letrada é mediada por interesses internos, nacionalismos, pré-conceitos e estereótipos. É necessário, portanto acompanhar as tensões internas e entre os grupos em diálogo, no intuito de buscar a trajetória dos interesses inerentes a cada projeto (individual ou coletivo) em disputa.

Observa-se a complexidade dos debates do período acerca dos hispanismos (e não somente um *hispanismo*). Conclui-se ser arbitrária a afirmação de coesão entre os projetos de unidade, se não territorial, ao menos identitária, espiritual ou em relação à colaboração política e econômica. As dissonâncias entre os seus respectivos construtores são evidentes em suas propostas, desenvolvimento e articulação teórica para colocá-las em prática. Se Sardinha aproximou-se de Ganivet diante das definições de “raça” e “espírito” como definidores ampliados e expandidos da nacionalidade, não deixou de nutrir seus interesses em restabelecer a Portugal o lugar perdido diante do cenário diplomático e geopolítico europeu. Antes do hispanismo proposto, Sardinha, como integralista, defendia, tal como Ganivet ou Unamuno no caso espanhol, a consolidação de uma ideia-diretriz capaz de “reaportuguesar Portugal” (REDACÇÃO, 1922-1923, p. 1).

A situação não se torna menos complexa ao analisar os grupos intelectuais, onde alguns elementos sustentam tais projetos. O mentor do Integralismo Lusitano vislumbrava Aliança Peninsular, projeto que seria realizado entre os países da península Ibérica e os ibero-americanos, frutos da ação de semeadores de civilizações. Traçando referência ao Império Romano, ao apresentar seu projeto expansionista, Sardinha expunha: “de fato, na preponderância já definida dos países americanos, o Atlântico se tornará, na vida social do planeta, um mar interior, o lago doméstico da civilização, como antes era o Mediterrâneo.”<sup>167</sup> (SARDINHA, 1930, p. 275).

### Considerações finais

Se António Sardinha foi o principal mentor do Integralismo Lusitano, sua projeção não foi suficiente para que adquirisse unanimidade sobre sua tentativa de revitalizar confiança de parte considerável dos integralistas em relação ao país vizinho. A proposta de hispanismo sustentada por Sardinha não caminhou solitária, por conseguir arregimentar adeptos à sua causa. Todavia, também não esteve livre de oposição, conforme foi visto anteriormente, na descrença de tal vínculo, apresentada nas palavras de Almeida Braga ou mantida em artigo “Nós e a Espanha”, publicado em um dos periódicos centrais do movimento.

Por outro lado, caso de consonância com Sardinha foi representado pelo autor Afonso Lopes Vieira<sup>168</sup>. O autor saúda o Brasil: “Saúdemos ao Brasil o adolescente heroico nosso herdeiro continuador da raça e língua nossas, mantenedor da Lusitanidade e do seu ritmo imortal.” E, fazendo eco ao projeto de União Peninsular, defende, na *Revista América Brasileira*, publicada no Rio de Janeiro: “Nesse dia – sem duvida longinquo mas de certa aurora – se há de constituir no mundo, com a Espanha nossa irmã e a America das duas línguas da Península madre, a Aliança fraternal e gigantesca – o nosso ‘Quinto Império’ do nosso mito nacional.”(VIEIRA, 1924, p. 96).

Embora os projetos de unidade hispânica ou hispano americana possam ser originados de membros de determinados grupos, conservadores no caso do integralismo de

---

<sup>167</sup> “efectivamente, en la preponderancia ya definida de los países americanos, el Atlántico va a volverse, en la vida social del planeta, un mar interior, el lago doméstico de la civilización, como antes fué el Mediterráneo.” (Tradução livre).

<sup>168</sup> O qual Sardinha descreve da seguinte forma: “tanto quanto lho permite o seu temperamento recluso de poeta, Afonso Lopes Vieira é até um dos melhores amigos do movimento integralista” (SARDINHA, 1978, p. 80).

Sardinha, deve-se atentar para as tensões internas e o desgaste sofrido por disputas para que o projeto pudesse ser mantido. Portanto, é importante pensar as fissuras existentes entre grupos intelectuais, políticos etc., ainda que partilhem de valores, códigos e identidades comuns que os definam enquanto conjunto.

O fato de ter autores e intelectuais adeptos do mesmo objetivo, igualmente, não os torna imediatamente próximos em seus diálogos, conforme pode ser percebido nos textos de Sardinha, Ganivet e Unamuno. A relação entre projeto e seu criador pode se dar de formar distintas, com maior proximidade com ímpetus imperialistas ou de partilha de experiências e códigos de identidade que conspiram para a aproximação sem a hierarquização nacional ou étnica. Tais divergências, entretanto, não criam barreiras intransponíveis para a conversação entre os intelectuais, embora mantenedores de propostas dissonantes de unidade ou colaboração transnacional.

Ferreira (2016, p. 122) apresenta o papel fundamental de Ganivet como inspiração, não apenas em Espanha como em Portugal, acerca da temática do hispanismo. Conforme visto, Unamuno apresentava ressalvas em diversos pontos com relação aos projetos de Ganivet, em aspectos voltados desde a associação da política com a religiosidade, até às formas de “civilizar” e de “civilização” destacadas pelo autor de *Idearium Español* e criticadas com severidade por Unamuno, por sustentar na concepção de civilização falso sentimento de superioridade (FERREIRA, 2016, p. 121-122). Portanto, Unamuno não percebia nas ex-colônias hierarquia em relação à Espanha, destituindo-a da postura de semeadora de civilizações. Fomentava sim o trânsito e o diálogo entre as partes que buscavam envolvimento.

O intercâmbio, embora revestido por dissonâncias, foi percebido igualmente com Sardinha. As preocupações do Integralismo Lusitano em relação ao que era escrito, à vida intelectual ou à situação interna de Espanha não estavam restritas a Sardinha, mas permearam periódicos do movimento, durante a vida do principal mentor intelectual do grupo, e mesmo após sua morte.

Em período de exílio de boa parte dos membros do integralismo, em 1919, *A Monarquia* explorou a permanência de Sardinha na Espanha, e demonstrou interesse em estreitar relações com intelectuais conservadores, tais como o Marques de Quintanar. Isto fica posto em nota de sua visita a Lisboa, presente no número 617, de 9 de dezembro de 1919; ou apresentando as sensações positivas despertadas por Sardinha na aristocracia do país vizinho, enquanto exilado, na edição de 11 de dezembro de 1919.

Se Quintanar era abordado pelo *A Monarquia* de forma amena e receptiva em 1919, o mesmo não pode ser dito ao tratamento dispensado a Unamuno no periódico *Política*, em seu número 12, portanto, passados cinco anos após a morte de Sardinha. Neste, Unamuno é acusado por Dutra Faria de lançar “a geração nova da Espanha na tremenda anarquia mental em que hoje se encontra...” (FARIA, 1930, p. 14) em função das críticas e da posição contrária do espanhol ao fascismo, em oposição à simpatia nutrida pelos integralistas de gerações posteriores a Sardinha, em largo processo de fascização que se desdobrou na formação do Nacional-Sindicalismo (cf.: PINTO, 1994).

Deste modo, buscou se examinar as relações existentes entre intelectuais de Portugal e Espanha, assim como o intercambio entre seus projetos de coesão, organização ou cooperação transnacional com o intuito de retirar seus países do contexto de declínio político e econômico em que se encontravam entre os finais do século XIX e início do XX. Por outro lado, sublinha-se que os objetivos em comum não resultaram em solidariedade de forma automática, diante das peculiaridades que revestiam cada projeto político.

## Referências

A MONARQUIA. Diário Integralista da Tarde. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta-feira, 27 de Agosto de 1919, nº 527. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

A MONARQUIA. Diário Integralista da Tarde. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Terça-feira, 7 de Setembro, 1919<sup>a</sup>, nº 763. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

BAGGIO, Kátia Gerab. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre. **Estudios del ISHIR**, Rosário, v. 2, n. 2, p. 109-131, 2012.

BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das ideias. **Enfoques**. v. 1, n. 1, p. 1-12, 2002.

BRAGA, Luiz de Almeida. A lição de Bismarck. In: \_\_\_\_\_. **Sob o pendão real**. Porto: Edições Gama, 1942. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: B.R. 7669.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. **História**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2003.

CAZETTA, Felipe. A Revista América Brasileira e sua trajetória ao conservadorismo: análise de projetos políticos (1921-1924). **Fênix**, v. 11, n. 1, jan.-jun., 2014.

\_\_\_\_\_. **Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras**: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937). 2016. 440 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador . Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial, 1998.

FARIA, Dutra. Unamuno. **Política**. Revista quinzenal – órgão das Juntas Escolares de Lisboa, Coimbra e do Porto do Integralismo Lusitano de. Lisboa: 15 de maio, 1930. N. 12.

FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues. **Iberismo, Hispanismo e seus contrários**: Portugal e Espanha (1908-1931). 2016. 405 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

GANIVET, Angel. **Idearium español**. Granada: Vda. E Hijos de Paulina V. Sabatel, 1897.

GARRETT, J. B. Almeida. **O romanceiro**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. Disponível em: <<http://purl.pt/924>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

GOUVEIA, Regiane Cristina. A “Geração de 1898”, o “Desastre” e a retomadas das relações entre a Espanha e as repúblicas Hispanoamericanas. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão**: ambições e mundialização no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PINTO, Antonio Costa. **Os Camisas Azuis**: ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2013.

QUENTAL, Antero de. Carta autobiographica. In: \_\_\_\_\_. **Raios de extincta luz: poesias ineditas** (1859-1863). Lisboa: M. Gomes, 1892. p. XXXII. Disponível em: <[http://purl.pt/3470/4/l-8924-p\\_PDF/l-8924-p\\_PDF\\_01-B-R0150/l-8924-p\\_0000\\_capa-260\\_t01-B-R0150.pdf](http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf)>. Acesso em: 31 dez. 2012.

REBELLO, José. Aspectos económicos. In: **A questão ibérica**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 99231V.

REDACÇÃO. Nós e a Espanha. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta-feira, 30 de Outubro, 1919B. nº 586. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

REDACÇÃO. Porque Voltamos. **Nação Portuguesa**: Revista de Cultura Nacionalista. Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 1. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

RIBEIRO, João. Latinos-Americanos. **América Brasileira**: Resenha da Actividade Nacional. Ano 1. n. 5. Rio de Janeiro: Abril, 1922. p. 38. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

ROBERTS, Stephen G.H.. Hispanidad: El desarrollo de una polémica noción en la obra de Miguel de Unamuno. **Cuadernos de la Cátedra Miguel de Unamuno**, n. 39, p. 61-80, 2004.

SARDINHA, António. Território e raça. In: **A questão ibérica**. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 99231V.

SARDINHA, António. A descoberta da Espanha. **A Monarquia**: Diário Integralista da Tarde. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Sexta-feira, 5 de Setembro, 1919. nº 541. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

SARDINHA, António. Madre-Hispania. **Nação Portuguesa**: Revista de Cultura Nacionalista. 3ª série. 1924. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

SARDINHA, António. **La Alianza Peninsular**. Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930.

SARDINHA, António. **Ao ritmo da ampulheta**. 2. ed. Lisboa: qp, 1978.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 75-93, dez. 2012.

UNAMUNO, Miguel de. **Por tierras de Portugal y de España**. Madrid: Biblioteca Renacimiento Sociedad Anonima Editorial, 1911.

UNAMUNO, Miguel de. **La agonía del Cristianismo**. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1938.

UNAMUNO, Miguel de; GANIVET Angel. **El porvenir de España**. Madrid: Renacimiento Sociedad Anonima Editorial, 1912.

VIEIRA, Affonso Lopes. Palavras em Louvor da “Festa da Raça”. **Nação Portuguesa**: Revista de Cultura Nacionalista. 2 série, 2 vol, 1922-1923.

VIEIRA, Affonso Lopes. Saudação ao Brasil. **America Brasileira**: Resenha da vida Nacional. Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, 1924. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

VRBATA, Ales Tenório Luna. La philosophie maurrasienne et les modalités du Fascisme au Portugal. **Kias Paper**, p. 21-57, 2006. (Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové). Disponível em: <<http://fhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

Recebido em julho de 2017.  
Aprovado em maio de 2018.